



Contemporânea

REVISTA DE SOCIOLOGIA DA UFSCar





Contemporânea

REVISTA DE SOCIOLOGIA DA UFSCar

• v. 11 n. 3 • Setembro - Dezembro de 2021 •

Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar

é revista semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. Publica artigos, entrevistas e resenhas da área das ciências sociais, com ênfase sociológica.

Dirige-se a um público científico e privilegia um olhar sociológico contemporâneo sobre questões da sociedade brasileira e internacional.

Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar tem por objetivo veicular a produção de pesquisadores/as nacionais e estrangeiros criando diálogos sobre temas de fronteira das ciências sociais. É particularmente aberta a abordagens emergentes sobre novos conflitos sociais, diferenças de gênero, sexualidade, raça/etnia assim como outras formas de desigualdade, deslocamentos, processos migratórios, territorialidades e mobilidades, religiosidades, sustentabilidade, transformações no trabalho e nas profissões, violência, novas articulações entre teoria e empiria, revisões teóricas a partir dos desafios de pesquisa do presente e novas configurações do Estado e formas de governança.

Comitê e Equipe Editorial: Jorge Leite Júnior, Priscila Martins Medeiros, Svetlana Ruseishvili, Beatriz Patriota (editora assistente) e João Pedro Volante (editor assistente).

Conselho Editorial:

Antonio Carlos Witkoski (Universidade Federal do Amazonas) Berenice Bento (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) Carlos Lista (Universidad Nacional de Córdoba- Argentina) Carlos Serra (Universidade Eduardo Mondlane - Moçambique) Celi Scalon (Universidade Federal do Rio de Janeiro) Cibele Rizek (Universidade de São Paulo/ Universidade Federal de São Carlos) Daniel Cefai (Ecole de Haute Etudes en Sciences Sociales - France) Evelina Dagnino (Universidade Estadual de Campinas) Franck Poupeau (Ecole de Hautes Etudes en Sciences Sociales- France) Howard Becker (Pesquisador Independente - EUA) Irllys Barreira (Universidade Federal do Ceará) José Ricardo Ramalho (Universidade Federal do Rio de Janeiro) José Vicente Tavares dos Santos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) Luís Roberto Cardoso de Oliveira (Universidade de Brasília) Maria Filomena Gregori (Universidade Estadual de Campinas) Miriam Adelman (Universidade Federal do Paraná) Ricardo Mariano (Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) Sérgio Adorno (Universidade de São Paulo) Sérgio Miceli (Universidade de São Paulo)

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação

Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar / Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. – v. 11, n. 3, setembro – dezembro (2021) - , - São Carlos: DS e PPGS-UFSCar, 2021.

Quadrimestral

ISSN Eletrônico: 2316-1329

Ciências Sociais; 2. Sociologia; 3. Antropologia; 4. Ciência Política

Versão eletrônica disponível em www.contemporanea.ufscar.br

Indexadores: DataÍndice; Latindex; Diadorim; CLASE - Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades; OASISBR - Portal Brasileiro de Acesso à Informação Científica; SEER UFSCar - Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas. Disponível também através dos portais Portal de Periódicos da CAPES, Sumarios.org (nacional) e LA Referencia, RCAAP, REDIB, Web of Science, Libreria Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales CLACSO, Scientific Indexing Services (SIS) e BIBLAT - Bibliografía Latinoamericana en revistas de investigación científica y social (internacionais).

Endereço:

Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia
UFSCar

Rodovia Washington Luís, km 235 Caixa Postal 676
São Carlos – SP 13.565-905 Brasil
Fone/Fax: (Country Code 55) 11-3351-8673
e-mail: revcontemporanea@gmail.com



Sumário

Dossiê Alternativas Infernais: uma análise sociológica do Empreendedorismo

ORGANIZADO POR **HENRIQUE COSTA** , **MÁRCIA DE PAULA LEITE**
E **RAQUEL OLIVEIRA LINDÔSO**

Empreendedorismo, neoliberalismo e pandemia. O desmascaramento de
uma ideologia 791

MÁRCIA DE PAULA LEITE

RAQUEL OLIVEIRA LINDÔSO

O Estado neoliberal no Brasil: a ideologia do empreendedorismo e o fim
dos servidores públicos 821

GRAÇA DRUCK

O Empreendedorismo Contemporâneo ou uma Forma de Mistificação das
Relações de Classe 845

HENRIQUE AMORIM

GUILHERME HENRIQUE GUILHERME

FELIPE BRUNER MODA

JOÃO GABRIEL SELLES PELEGRINI

A gestão do próprio trabalho e vida: uma discussão sobre
“empreendedorismo” e gênero a partir de duas
trajetórias socioprofissionais 875

TARCÍSIO PERDIGÃO ARAÚJO FILHO

ISABEL PAULINE HILDEGARD GEORGES

O empreendedorismo como discurso justificador do trabalho informal e
precário 905

JACOB CARLOS LIMA

ROBERTO VERAS DE OLIVEIRA

Empreendedorismo, autogerenciamento subordinado ou viração?
Uberização e o trabalhador just-in-time na periferia 933

LUDMILA COSTHEK ABÍLIO

Neoliberalismo e mais além: empreendedorismo, autogestão e lutas pela
reprodução social..... 957

VERÓNICA GAGO

A resignificação do trabalho autônomo e a retórica empreendedora na França e no Marrocos: Entrevista com Christian Azais e Quentin Chapus	971
HENRIQUE COSTA	
MÁRCIA DE PAULA LEITE	
RAQUEL OLIVEIRA LINDÔSO	

Artigos

Simmel, Durkheim e Mauss: nascimento frustrado da sociologia europeia*	989
CHRISTIAN PAPILLOU	
TRADUÇÃO: TIAGO MAGALDI GRANATO SILVA	
Da sociedade do agronegócio à cosmologia Agro: subjetivação e conquista de novos territórios.....	1025
CLEYTON GERHARDT	
Descolonizar a teoria crítica: a questão da totalidade.....	1057
ENRICO BUENO	
Comunicação no processo de democratização da sociedade: estudo sobre as rádios comunitárias na Guiné-Bissau.....	1087
MAMADÚ INDJAI	
IGOR MONTEIRO SILVA	
O significado de bem-estar para a Comunidade de Terreiro do Ylé de Oxalá.....	1103
ADRIANGELA CABRAL SILVA	
EVERSON JAQUES VARGAS	
LUIZ FELIPE BARBOZA LACERDA	
SUELI ANGELITA SILVA	
ADEVANIR APARECIDA PINHEIRO	
INÁCIO JOSÉ SPOHR	
A dádiva da salvação: analisando a passagem do tráfico para a igreja no Bairro da Penha, em Vitória – ES	1133
GUSTAVO MOULIN GOUVÊA	
IGOR SUZANO MACHADO	
O ciborgue aprisionado: monitoramento eletrônico e a interface corpo-máquina	1165
RICARDO URQUIZAS CAMPELLO	

Contents

Dossier Infernal alternatives: A sociological approach to entrepreneurship

DOSSIER ORGANIZED BY HENRIQUE COSTA , MÁRCIA DE PAULA LEITE E RAQUEL OLIVEIRA LINDÔSO

Entrepreneurship, neoliberalism, and pandemic. The unmasking of an ideology791

MÁRCIA DE PAULA LEITE

RAQUEL OLIVEIRA LINDÔSO

The neoliberal state in Brazil: the ideology of entrepreneurship and the end of public servants..... 821

GRAÇA DRUCK

Contemporary Entrepreneurship or a form of mystification of class relations845

HENRIQUE AMORIM

GUILHERME HENRIQUE GUILHERME

FELIPE BRUNER MODA

JOÃO GABRIEL SELLES PELEGRINI

Work and life management: a discussion on “entrepreneurship” and gender from two socio-professional trajectories.....875

TARCÍSIO PERDIGÃO ARAÚJO FILHO

ISABEL PAULINE HILDEGARD GEORGES

Entrepreneurship as a discourse justifying informal and precarious work 905

JACOB CARLOS LIMA

ROBERTO VERAS DE OLIVEIRA

Entrepreneurship, subordinated self-management or ‘getting by’? Uberization and the just-in-time worker in the periphery..... 933

LUDMILA COSTHEK ABÍLIO

Neoliberalism and after: entrepreneurship, self-management and struggles for social reproduction957

VERÓNICA GAGO

The Resignification of Self-Employment and Entrepreneurial Rhetoric in France and Morocco: Interview with Christian Azaïs and Quentin Chapus	971
HENRIQUE COSTA	
MÁRCIA DE PAULA LEITE	
RAQUEL OLIVEIRA LINDÔSO	

Articles

Simmel, Durkheim and Mauss: poor beginning of European sociology	989
CHRISTIAN PAPILLOU	
From agribusiness society to Agro cosmology: subjectivation and conquest of new territories	1025
CLEYTON GERHARDT	
Decolonizing the Critical Theory: the problem of totality	1057
ENRICO BUENO	
Communication in the social democratization process: study on community radios in Guinea-Bissau	1087
MAMADÚ INDJAI	
IGOR MONTEIRO SILVA	
The Meaning of Well-Being for the Community of Terreiro do Ylé de Oxalá	1103
ADRIANGELA CABRAL SILVA	
EVERSON JAQUES VARGAS	
LUIZ FELIPE BARBOZA LACERDA	
SUELI ANGELITA SILVA	
ADEVANIR APARECIDA PINHEIRO	
INÁCIO JOSÉ SPOHR	
The gift of salvation: analyzing the passage from the traffic to the church in Bairro da Penha, Vitória – ES	1133
GUSTAVO MOULIN GOUVÊA	
IGOR SUZANO MACHADO	
The imprisoned cyborg: electronic monitoring and the body-machine interface	1165
RICARDO URQUIZAS CAMPELLO	



Dossiê Alternativas Infernais: uma análise sociológica do Empreendedorismo

ORGANIZADO POR
HENRIQUE COSTA , MÁRCIA DE PAULA LEITE
E RAQUEL OLIVEIRA LINDÔSO





Empreendedorismo, neoliberalismo e pandemia. O desmascaramento de uma ideologia¹

Márcia de Paula Leite²

Raquel Oliveira Lindoso³

Resumo: Este texto tem como objetivo discutir o empreendedorismo enquanto uma manifestação ideológica do capitalismo, que se torna muito mais extrema-da na atualidade, com o acirramento do neoliberalismo. Para tanto, ele aborda as manifestações do fenômeno no Brasil contemporâneo e analisa a transfiguração promovida pela ideologia do velho trabalho por conta própria, bem como seu desmascaramento no contexto da atual crise do coronavírus. Partindo do princípio de que o empreendedorismo está no centro da racionalidade neoliberal, o texto tem como hipótese a ideia de que ele possui, ao mesmo tempo, um caráter ideológico e celebrativo, que se combinam e se complementam.

Palavras-chave: empreendedorismo; trabalho por conta própria; neoliberalismo; ideologia; pandemia.

- 1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.
- 2 Faculdade de Educação (FE) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – Campinas – Brasil – mpleite48@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0001-9366-7071>
- 3 Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (Ifch- Unicamp) – Campinas – Brasil – raquel.lindoso@yahoo.com.br – <https://orcid.org/0000-0002-8657-3955>

Entrepreneurship, neoliberalism, and pandemic. The unmasking of an ideology

Abstract: *This text aims to discuss entrepreneurship as an ideological manifestation of capitalism, which has become much more extreme nowadays, with the intensification of neoliberalism. In order to reach that, the text addresses its manifestation in contemporary Brazil, analyses the transfiguration promoted by the ideology of the old self employment, as well as its unmasking in the context of the current coronavirus crisis. Assuming that entrepreneurship is at the center of neoliberal rationality, the text hypothesizes the idea that it has at the same time an ideological and celebratory character, which combine and complement each other.*

Keywords: *entrepreneurship; self employment; neoliberalism; ideology; pandemic.*

Espírito empresarial, neoliberalismo y pandemia. El desenmascaramiento de una ideología

Resumen: Este texto tiene como objetivo discutir el emprendedorismo como una manifestación ideológica del capitalismo, que se vuelve mucho más extrema en la actualidad, con la agudización del neoliberalismo. Para esto, aborda las manifestaciones del fenómeno en el Brasil contemporáneo y analiza la transfiguración promovida por la antigua ideología asociada al autoempleo, así como su desenmascaramiento en el contexto de la actual crisis del Covid-19. Partiendo del principio de que el emprendedorismo está en el centro de la racionalidad neoliberal, el texto tiene como hipótesis que éste tiene al mismo tiempo un carácter ideológico y uno conmemorativo, y que ambos se combinan y complementan.

Palabras clave: emprendimiento, autoempleo, neoliberalismo, ideología, pandemia.

Introdução

Aqui você não é contratado: você embarca. Você não trabalha pra nós: trabalha conosco. Não dirige para nós: presta serviço. Não temos contrato de emprego. Não há metas a cumprir: você alcança o padrão de entrega. Não há

salário: há honorários. Você não bate ponto: fica à disposição. Você é senhor do seu destino. Isso separa os perdedores dos guerreiros⁴.

O termo “empreendedorismo” se tornou lugar comum nas últimas décadas do século passado. Ele está presente nas mídias sociais, artigos jornalísticos e anúncios de grande audiência, nas grades curriculares do ensino médio e superior de diversas áreas do conhecimento, em projetos empresariais de responsabilidade social de multinacionais e bancos, bem como em programas governamentais, de organizações não governamentais, de organizações internacionais e da administração pública. O “empreendedorismo” faz parte do vocabulário cotidiano de trabalhadores e trabalhadoras de atividades profissionais de várias gerações, revelando a produção de novas percepções sobre o trabalho e o emprego.

A despeito dessa banalização, os sentidos e significados atribuídos ao “empreendedorismo” são bastante heterogêneos e carentes de investigação sociológica. Nesse sentido, parece-nos sensato iniciar a discussão partindo do resultado de anos de pesquisa sobre a pobreza e o trabalho por conta própria no Brasil e na América Latina. Esse ponto de partida evidencia que não é razoável confundir a experiência econômica de trabalhadores pobres com a de fundadores de *startups*, assim como não faz sentido equiparar a noção de “empreendedorismo”, defendida e difundida pelo sistema S, com a percepção dos trabalhadores e trabalhadoras pobres da periferia de nossas cidades. Tampouco se deve ignorar que é no cenário atual do capitalismo em sua fase neoliberal mais extremada que a retórica empreendedora ganha força e é celebrada.

Com base nesses parâmetros, partimos aqui da ideia de que a heterogeneidade de sentidos e significados atribuídos ao “empreendedorismo” tem a ver com as várias lógicas produtivas e modos de vida que organizavam a vida social antes da atual fase do capitalismo, mas que são exacerbadas, hoje em dia, mediante as políticas neoliberais e o conseqüente recrudescimento da desigualdade social. Em outras palavras, a difusão do “empreendedorismo” na atualidade tem a ver, de um lado, com o aumento da pobreza e da procura acentuada de alternativas de sobrevivência da população, no quadro de baixa oferta de empregos, e, de outro lado, com uma busca desenfreada do capital para não pagar mais os direitos trabalhistas, a qual se casa de maneira quase perfeita com a disseminação de formas de trabalho baseadas no uso intensivo da tecnologia

4 Fala do chefe de uma plataforma de entrega a um ex-operário da construção civil, no filme de Ken Loach, “*Sorry, we missed you*”. No filme, Loach demonstra magistralmente as condições de trabalho do entregador, assim como o princípio do empreendedorismo que orienta tanto o chefe como o trabalhador.

da informação, como os trabalhos por plataforma. É a essa realidade, muito mais do que a qualquer espírito “empreendedor” da população, que se deve o grande aumento do trabalho por conta própria, assim como a ressignificação e glamourização de formas inventivas de viver de populações periféricas. Essas formas estiveram historicamente presentes, mas se expandem substancialmente na contemporaneidade, mediante a difusão de velhas e novas formas de trabalho, ao mesmo tempo em que a ideologia assume papel central em sua defesa.

Assim, como evocamos no título, relacionando o “empreendedorismo” ao neoliberalismo, pretendemos discutir como a ideologia opera na ressignificação positivada do trabalho por conta própria e precário. Partimos da hipótese de que, de maneira geral, a ideia de “empreendedorismo” possui ao mesmo tempo um caráter ideológico e celebrativo, que se combinam e se complementam. As implicações da atual pandemia provocada pela Covid-19 sobre os “empreendedores” e “empreendedoras” também compõem nossa análise, já que entendemos que a epidemia acentuou e escancarou a precariedade do trabalho e das condições de vida dessa população, revelando o caráter ideológico do “empreendedorismo”.

Dessa forma, o “empreendedorismo” é entendido aqui como uma ideologia que ataca os direitos do trabalho, ao mesmo tempo em que se alinha à visão celebrativa, que objetiva ressignificar e glamourizar o trabalho por conta própria, típico dos países da periferia. De fato, a noção de “empreendedorismo”, tal como emerge nas últimas décadas do século passado, consiste numa apropriação e transfiguração das ideias desenvolvidas por Schumpeter (1997), ao sublinhar a importância dos empreendedores, entendidos como capitalistas responsáveis pela inovação.

Ao ressignificar o termo “empreendedor” para designar o trabalhador por conta própria, a ideologia busca retirar de cena o sentido e as formas depreciativas de considerar esse tipo de trabalho, bem como subordinar lógicas produtivas baseadas no bico e na viração⁵, que sempre existiram no mundo do trabalho desses países, visto que a maioria de seus trabalhadores e trabalhadoras não são inseridos no mercado de trabalho por meio de um emprego registrado, com acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários. Ao mesmo tempo, deu-lhe a importância e centralidade de que o empreendedor de Schumpeter se revestia, como forma de valorizar um tipo de trabalho desprestigiado na concepção

5 Estamos utilizando o conceito de viração no sentido que lhe confere Telles (2010) para designar o conjunto de atividades formais, informais, ilegais e ilícitas que se entrecruzam na batalha cotidiana da população periférica para garantir sua sobrevivência ou, como se diz popularmente, para “se virar”.

popular. Nesse processo de ressignificação, trabalhar sem direitos passou a ser visto como uma forma inteligente, exitosa, inovadora, quando não superior, de inserção social, especialmente quando comparada ao trabalho assalariado, com acesso aos direitos trabalhistas. Ao ignorar as condições em que o trabalho é exercido, bem como seus rendimentos, essa ressignificação do “empreendedorismo” iguala o conjunto dos “empreendedores”, independentemente de sua origem e classe social, como se esses fatores não fossem importantes na garantia de seu êxito. Encobre-se, assim, a precariedade social advinda da maior parte dessas formas de trabalho, a vulnerabilidade dos trabalhadores e trabalhadoras que a elas se dedicam e como elas vêm alimentar a desigualdade social estrutural que caracteriza esses países desde épocas pretéritas.

Nesse quadro, a pandemia do Coronavírus e o desastre que ela vem provocando entre as populações mais pobres vêm trazendo à tona a difícil situação a que são relegados esses trabalhadores e trabalhadoras num momento em que passam a necessitar de forma dramática de direitos que não possuem, como, por exemplo, o seguro-desemprego, o acesso à previdência, a renda mínima e assistência social, além do amparo sindical.

Essas questões serão discutidas neste texto em 3 tópicos, além desta introdução e das considerações finais: um primeiro voltado ao debate teórico do empreendedorismo como ideologia; um segundo dirigido à análise do mercado de trabalho a partir da relação entre “empreendedorismo”, informalidade⁶ e trabalho autônomo; um terceiro dedicado aos dados que apontam esse grupo de trabalhadores e trabalhadoras como um dos mais afetados no atual contexto de crise sanitária. Esses dados são provenientes da RAIS e da PNAD/ IBGE, bem como de pesquisas desenvolvidas ou em desenvolvimento pelas autoras. Também lançamos mão de dados de pesquisa publicados por outros autores.

I – Empreendedorismo e ideologia

O empreendedorismo, concebido como uma forma superior de trabalho, é tratado neste texto como uma ideologia que busca glamourizar e ressignificar um tipo de ocupação precária, sem acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários e que é uma característica da estrutura ocupacional brasileira desde seus

6 O conceito de informalidade é polêmico. Utilizaremos aqui a definição da OIT, que considera como informal todo trabalho, assalariado ou não, sem proteção trabalhista e previdenciária. Embora estejamos de acordo com vários especialistas que consideram o conceito impróprio, além de impreciso, usá-lo-emos em alguns momentos deste texto por sua intensa difusão na sociologia do trabalho.

primórdios, em virtude da falta de oportunidades que a população mais pobre enfrenta para acessar o trabalho assalariado e os direitos a ele associados⁷.

A ideia de empreendedorismo é irmã gêmea de outra noção ideológica que acompanha todo o desenvolvimento do capitalismo, mas que foi se tornando cada vez mais forte desde os anos 80 do século passado, qual seja, a de meritocracia. Esta última tem na noção do esforço individual o centro de suas preocupações, acreditando que o sucesso de cada um depende apenas da educação para dar condições a que as pessoas possam competir e ganhar um espaço na economia mundial (Sandel, 2020: 05). Ela parte, portanto, do princípio de que todos temos iguais oportunidades, independentemente do ambiente em que nascemos e das facilidades ou dificuldades que, em virtude desse *background*, enfrentamos na vida adulta, de forma que aqueles e aquelas que forem fortes e trabalharem com afinco vencerão. Com base nessa concepção, desenvolve-se a ideia de que, se todos/as partimos do mesmo patamar, todos/as temos a mesma oportunidade e podemos nos tornar grandes empreendedores/as, bastando, para tanto, trabalharmos hábil e vigorosamente.

A falácia dos dois conceitos é evidente. De uma parte, as oportunidades de trabalho não são iguais para todos. Obviamente, elas são muito maiores para aqueles/as que nascem em famílias mais ricas e educadas, que possuem maior capital cultural, social e econômico⁸ para legar aos seus filhos/as, o que coloca em xeque qualquer noção de meritocracia. De outra parte, a ideia de que o trabalho como empreendedor daria ao trabalhador ou trabalhadora um status privilegiado é totalmente falsa, tendo em vista que não passa de uma ilusória transfiguração de um trabalho precário e sem acesso a direitos e que, independentemente das características daquele ou daquela que o desenvolve, muito dificilmente lhe abrirá as portas de um processo de ascensão social.

Embora o caráter ideológico dos dois conceitos pareça claro, para melhor compreendê-los, seria importante lembrarmos que, apesar de terem nascido

7 Alguns estudos têm sublinhado uma diferença entre o empreendedorismo, tal como ele se desenvolve nos países centrais e nos da periferia, indicando que enquanto, no último caso, ele apresentaria as características do trabalho informal, nos países do centro do capitalismo, ele estaria mais relacionado a empresas inovadoras (ver, por exemplo, Peres, 2018). Vale destacar, contudo, que os efeitos do neoliberalismo sobre os mercados de trabalho também têm sido deletérios nesses países, promovendo igualmente a difusão do trabalho sem acesso a direitos, embora, no conjunto da força de trabalho, eles não sejam tão representativos como nos nossos países.

8 Estamos utilizando aqui os conceitos de capital social, cultural e econômico no sentido que lhe confere Bourdieu (2012), como formas de capital simbólico, que são fundamentais na definição das oportunidades que se abrem às novas gerações.

junto com o capitalismo, eles se fortaleceram mundialmente a partir da crise do final do século passado, quando as políticas sociais colocadas em vigor desde o pós Segunda Guerra Mundial nos países centrais passaram a ser abandonadas, os princípios e as políticas neoliberais começaram a ser colocadas em prática e a desigualdade social iniciou seu processo de recrudescimento depois de mais de trinta anos em que, após ter sido estancada no pós-guerra, voltou a crescer⁹. É nesse momento, portanto, em que o fortalecimento do neoliberalismo e de suas políticas que visam a favorecer o capital, promovendo o crescimento da pobreza, da miséria e da desigualdade, que o capitalismo vai necessitar, de forma mais efetiva, de uma ideologia justificadora dessa desigualdade, de uma narrativa que encubra suas mazelas sociais. Embora o Estado do bem-estar social nunca tenha chegado a se configurar inteiramente nos países da periferia, também aqui as medidas neoliberais provocaram um retrocesso das políticas sociais aprofundando a desigualdade social.

Ao sublinhar a relação entre o ideal da meritocracia e o neoliberalismo, Sandel (2020) enfatiza como o aumento da desigualdade nos últimos 40 anos vem junto com uma mudança no reconhecimento social. Argumentando que o aumento da desigualdade provocado pela globalização, as políticas neoliberais e o desenvolvimento tecnológico foi acompanhado nos Estados Unidos e Europa por uma defesa da igualdade de oportunidade, o autor ressalta a ideia de que, promovendo mais educação e removendo as barreiras de raça, etnia e gênero, seria possível garantir a todos os cidadãos “que trabalhem duro e cumpram as regras, a possibilidade de subir tão alto quanto seus talentos os levarem” (Sandel, 2020: 23).

Esse processo é também explicitado por Piketty (2020: 531), para quem a reversão nas taxas de desigualdade social ocorrida a partir dos anos 1970 atesta a magnitude das mudanças político-ideológicas que tiveram lugar nos Estados Unidos desde então. De acordo com o autor, essas narrativas justificadoras compreendem hoje os temas da propriedade, empreendedorismo e meritocracia:

Diz-se que a desigualdade moderna é apenas o resultado de um processo de livre escolha no qual todo mundo goza de igual acesso ao mercado e à propriedade e automaticamente se beneficia da riqueza acumulada pelos

9 De acordo com Piketty (2020: 523), esse fenômeno mundial é responsável por um verdadeiro colapso na participação das classes mais baixas na riqueza total dos vários países. Nos Estados Unidos, por exemplo, os 50% da população mais pobre, que possuíam aproximadamente 20% da riqueza nacional entre 1960 e 1980, viram essa porcentagem baixar para apenas 12% entre 2010-2015.

indivíduos mais ricos que são também os mais empreendedores, mercedores e úteis” (Piketty, 2020: 01).

Sandel (2020: 25) destaca ainda o caráter tirânico da meritocracia ao promover entre os mais ricos, os “ganhadores” da batalha, um sentimento de arrogância no sentido de que são mercedores de todos os privilégios (uma justificativa para o brutal processo de incremento da desigualdade nos últimos 40 anos), e aos que ficam para trás, os “perdedores”, a sensação de fracasso e incapacidade, o sentimento de que eles são os culpados de sua situação. No mesmo sentido, vão as observações de Piketty (2020: 02), para quem “o discurso da meritocracia e do empreendedorismo frequentemente parecem servir como uma forma para que os vencedores da economia atual justifiquem qualquer nível de desigualdade ao mesmo tempo em que peremptoriamente acusam os perdedores por falta de talento, mérito e diligência”.

É importante lembrar ainda que as políticas neoliberais vêm incentivando reformas trabalhistas em vários países do mundo, visando a transformar os sistemas de regulação do trabalho, construídos ao longo das primeiras décadas do século passado e consolidados desde o pós-guerra. Esse processo tem ocorrido por meio da flexibilização e corte de direitos do trabalho, bem como pelo enfraquecimento dos sindicatos e dos órgãos públicos de defesa e fiscalização dos direitos trabalhistas. No caso brasileiro, a reforma também legalizou formas anteriormente ilegais de contratação, como a do trabalho intermitente, do autônomo exclusivo, do trabalho terceirizado em atividades fins das empresas (Leite, Biavaschi, Vazquez e Lapa, 2020; Krein, Manzano, Teixeira e Lemos, 2021). Essas reformas, voltadas para retirar direitos duramente conquistados pelos trabalhadores, vêm sendo justificadas como forma de gerar emprego e diminuir as desigualdades no trabalho, embora a realidade dos mercados de trabalho não comprove esse resultado em nenhuma parte do mundo.

Nesse contexto, os direitos trabalhistas vêm sendo atacados por todos os lados como responsáveis pelas desigualdades e o trabalho sem direitos vem sendo valorizado como o exemplo a ser buscado por todos os trabalhadores/as, ao mesmo tempo em que os empreendedores e empreendedoras têm sido considerados valentes guerreiros que aceitam enfrentar os desafios do mercado de trabalho com galhardia.

É isso que explica que trabalhadores e trabalhadoras por conta própria, que trabalham sem qualquer direito em troca de rendimentos baixíssimos, possam se autointitular de peito cheio “eu sou um empreendedor”. É essa realidade de expansão do trabalho sem direitos, juntamente com sua valorização, que está

por trás da maneira como o trabalho por plataforma vem sendo utilizado praticamente no mundo inteiro como um trabalho autônomo, por meio, mais uma vez na história do capitalismo, da apropriação de novas tecnologias – nesse caso, a internet, *wifi* e *machine learning*¹⁰ – pelo capital.

Mas a noção de empreendedorismo, tão utilizada nos tempos atuais, não remete apenas ao trabalho por conta própria. Como elucidam Dardot e Laval (2016), ela se encontra no âmago deste novo momento do capitalismo que é o neoliberalismo e que, embora se alimente das ideias de livre mercado e da valorização da concorrência, tão próprias ao liberalismo do século XIX e início do XX, consiste numa nova forma de organização dos mercados, da sociedade e da administração do Estado.

É nesse quadro que se pode compreender a noção proposta pelo neoliberalismo de “empresário de si mesmo”, que carrega a ideia de que todos somos empresários de nós mesmos ao nos dedicarmos a tarefas que nos podem tornar vencedores, independentemente do vínculo de trabalho que tenhamos. Essas tarefas seriam o trabalho duro, o investimento em formação, o uso maior possível do tempo para as atividades econômicas e o controle do tempo dedicado às demais atividades, transformando-nos em robôs preocupados exclusivamente com nossas atividades econômicas, como se nada mais fosse importante em nossas vidas. Dessa forma, a ideia de empreendedorismo como empresa de si mesmo vem junto com o neoliberalismo e a generalização do mercado e da concorrência que ele promove, estabelecendo a prioridade da concorrência nas relações sociais de uma forma geral. Dessa exacerbação da concorrência, advém a exigência de competitividade, que é, por sua vez, entendida como “uma expansão da racionalidade de mercado a toda a existência por meio da generalização da forma empresa” (Dardot e Laval, 2016: 27).

Nesse sentido, o neoliberalismo se apoia num “dirigismo do Estado” diferente do intervencionismo que marcou o compromisso keynesiano. Baseando-se na ideia de que a competição é sempre benéfica, esse novo tipo de intervencionismo se afasta da concepção de Estado mínimo, ao mesmo tempo em que baseia a promoção da ação do Estado a partir da herança do concorrencialismo social: “Seu objetivo é reestabelecer incessantemente as condições da livre concorrência ameaçada por lógicas sociais que tendem a reprimi-la, para garantir a vitória ‘dos mais aptos’” (Dardot e Laval, 2016: 85-86).

10 Mecanismo pelo qual um sistema eletrônico aprende a reagir e identificar estímulos em forma digital ou gráfica.

Esse dirigismo do Estado se opõe, portanto, à ideia do liberalismo do Século XIX, de que “livre-iniciativa, empreendedorismo e competitividade seriam características que brotariam quase que espontaneamente nos indivíduos, caso fôssemos capazes de limitar radicalmente a intervenção econômica e social do Estado”. Ao contrário do Estado não interventor do Século XIX, a liberdade neoliberal deveria ser produzida por uma mudança do coração e da alma¹¹, que “teria de ser feita através de doses maciças de intervenção e de reeducação. Isso até o momento em que os indivíduos começassem a ver a si mesmos como ‘empreendedores de si’, isso até o momento em que eles internalizassem a racionalidade econômica como a única forma de racionalidade possível” (Safatle, 2020)¹².

Assim sendo, o agente principal do neoliberalismo é o empreendedor, tendo em vista que, na competição geral, constrói-se essa dimensão do homem, “o *entrepreneurship*, que é o princípio de conduta potencialmente universal mais essencial à ordem capitalista” (Dardot e Laval, 2016: 134). Essa dimensão antropológica do homem-empresa será a principal contribuição do neoliberalismo, podendo-se dizer que a doutrina potencializa “as dimensões da competição e da rivalidade: A partir da luta dos agentes é que se poderá descrever não a formação de um equilíbrio definido por condições formais, mas a própria vida econômica, cujo ator real é o empreendedor, movido pelo espírito empresarial que se encontra em graus diferentes em cada um de nós” (Dardot e Laval, 2016: 135-136).

Percebe-se aí uma orientação destinada a “sustentar dimensões de rivalidade na ação e, mais fundamentalmente, moldar os sujeitos para torná-los empreendedores que saibam aproveitar as oportunidades de lucro e estejam dispostos a entrar no processo permanente da concorrência” (Dardot e Laval, 2016: 136). A ideia do empreendedor criativo está, portanto, no centro do neoliberalismo, tanto quanto as ideias do mercado e da concorrência. É o próprio “processo de mercado que cria empreendedores criativos” (Dardot e Laval, 2016: 137).

Mas isso não é tudo. O livre mercado e a concorrência criam oportunidades para os indivíduos serem empreendedores não apenas em suas atividades econômicas, mas “em todas as esferas da vida, já que a dimensão empresarial é considerada como constitutiva do humano”. Nesse sentido, o empreendedor é o sujeito referencial da racionalidade neoliberal: “Trata-se menos da função específica do empreendedor dentro do funcionamento econômico do que da

11 O autor se refere aqui à frase de Margareth Thatcher: “Economia é o método. O objetivo é mudar o coração e a alma”, proferida em maio de 1981, numa entrevista para o Sunday Times.

12 Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/para-alem-da-necropolitica/>>. Acesso em: 27 out. 2021.

faculdade empresarial tal como existe em todo sujeito, da capacidade de se tornar empreendedor nos diversos aspectos de sua vida, ou até mesmo de ser o empreendedor de sua vida” (Dardot e Laval, 2016: 151).

Embora a valorização do papel do empreendedor venha desde os tempos do liberalismo, houve aqui uma ressignificação do conceito, que não é atribuído apenas aos capitalistas, ou àqueles que são inovadores, no sentido de Schumpeter, mas a todos os agentes econômicos que devem, além do mais, expandir sua capacidade empreendedora a todas as esferas da vida.

Esse foi o princípio a partir do qual foi se construindo a lógica de que havia, de um lado, trabalhadores bons, esforçados e exitosos e, de outro, os que fracassavam porque não se dedicavam e não conseguiam superar as dificuldades da vida. Ademais de culpabilizar os próprios trabalhadores pelas mazelas do mercado de trabalho, como já nos referimos, essa lógica buscou impor um novo espírito aos desempregados em busca de emprego, modificando seu comportamento no sentido de impulsioná-los a serem empreendedores de sua empregabilidade.

No que se refere às empresas, os autores chamam a atenção para um novo modo de organização, baseado no autocontrole dos trabalhadores, que necessita, para funcionar, de um mercado de trabalho flexível em que a ameaça de desemprego esteja presente para todos os trabalhadores. Esse novo modo de organização

“traduziu-se em intensificação do trabalho, diminuição dos prazos e individualização dos salários. Esse último método, vinculando remuneração a desempenho e competência ampliou o poder da hierarquia e reduziu todas as formas coletivas de solidariedade, mas é coextensivo a uma nova forma de governo dos assalariados baseada no autocontrole, que é pretensamente muito mais eficaz do que a coerção externa” (Dardot e Laval, 2016: 228).

Observe-se ainda que esse modelo de empresa se estendeu não só para o conjunto das empresas privadas, mas também para as estatais (que passaram a ser continuamente privatizadas) e a administração pública, num movimento em que a própria sociedade começa a ser compreendida como uma empresa, no sentido de que o conjunto das relações sociais passa a ser gerido pela ideia da concorrência e dos sujeitos empreendedores. Nesse quadro,

“a figura do cidadão investido de uma responsabilidade coletiva desaparece pouco a pouco e dá lugar ao homem empreendedor. Este não é apenas o consumidor soberano da retórica neoliberal, mas o sujeito ao qual a sociedade

não deve nada, aquele que tem que ‘se esforçar para conseguir o que quer’ e deve ‘trabalhar mais para ganhar mais’ para retomarmos alguns clichês do novo modo de governo. A referência da ação pública não é mais o sujeito de direitos, mas o ator auto empreendedor que faz os mais variados contratos privados com outros atores auto empreendedores (Dardot e Laval, 2016: 381).

Evidentemente, esse discurso vem tendo dificuldades para encobrir o galopante processo de aumento da desigualdade social. Isso não significa, todavia, que o uso das noções de meritocracia e empreendedorismo venham sendo abandonadas, tendo em vista que, quanto mais a desigualdade aumenta e a crise de legitimidade do sistema se incrementa, mais ele lança mão de suas ferramentas ideológicas, repetindo à exaustão suas ideias de meritocracia e empreendedorismo.

Mas, se esse processo é verdadeiro, isso não significa que a ideologia seja incontestável e que nunca será desvendada. Ao contrário, como já aconteceu em vários momentos da história, seu propósito de encobrir a realidade sempre acaba vindo à tona, especialmente em épocas de crise, quando as pessoas começam a buscar outras explicações para as dificuldades que se acumulam. Nesse sentido, seria necessário nuançar o círculo vicioso e sem saída descrito por Dardot e Laval (2016: 329), para quem a novidade dessa racionalidade

”reside na modelagem que torna os indivíduos aptos a suportar as novas condições que lhes são impostas, enquanto por seu próprio comportamento contribuem para tornar essas condições mais duras e mais perenes. Em uma palavra, a novidade consiste em promover uma reação em cadeia, produzindo sujeitos empreendedores, que por sua vez reproduzirão, ampliarão e reforçarão as relações de competição entre eles o que exigirá, segundo a lógica do processo autorrealizador, que eles se adaptem subjetivamente às condições cada vez mais duras que eles mesmos produziram”.

Seria preciso levar em conta as formas de reação, abertas ou não, a criatividade humana que, como sustentam Fraser e Jaeggi (2018: 151-152), “criam formas de vida que encontram ressonâncias entre diferentes formas de resistência, sobrevivência ou crítica que podem se acumular em movimentos, partidos, ou mesmo governos que tentem fazer coisas diferentes”.

Assim sendo, a despeito do embate entre as diferentes concepções do empreendedorismo, ele continua sendo ainda uma ideologia fundamental sobre a qual se apoia o neoliberalismo e dando os parâmetros às percepções de empresários, autônomos e assalariados, assim como orientando o conteúdo de

políticas públicas, que dessa forma influenciam todas as esferas da vida social. Essa compreensão é fundamental para podermos fazer a análise do empreendedorismo no Brasil, tal como propomos nos próximos itens deste texto.

II. Empreendedorismo e informalidade

Embora o termo empreendedorismo não seja novo, só recentemente se começou a estabelecer a relação entre empreendedorismo e pobreza¹³. Originalmente, ele foi entendido, preponderantemente, de uma forma positiva e virtuosa, como resultado de um grande esforço, com o retrato dos empreendedores como heróis econômicos e modelos a serem copiados (Colin e Nadin, 2010: 361).

Nesse quadro, as formas de empreendedorismo que não se conformavam com esse modelo não eram entendidas como tais, consideradas como temporárias ou transitórias, ou simplesmente ignoradas, como periféricas, não pertencentes ao “verdadeiro” empreendedorismo. Essa representação virtuosa fez com que se prestasse pouca atenção às relações entre empreendedorismo e economia informal (Colin e Nadin, 2010: 362).

Somente no final dos anos 1980, quando os estudos começaram a dividir os empreendedores entre aqueles motivados por necessidades econômicas e os que buscam a autorrealização, é que foi se tornando cada vez mais comum fazer a diferenciação entre empreendedores por necessidade, motivados pela ausência de outras escolhas e empreendedores por oportunidade, que são os que escolhem esse caminho por um desejo de independência. Essa divisão foi se tornando central nos estudos do empreendedorismo, tendo sido inclusive adotada pelo *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), a principal fonte de dados sobre o empreendedorismo (Colin e Nadin, 2010: 367).

De todo modo, durante quase todo o século passado, havia uma visão muito difundida de que a economia formal era extensiva e estava crescendo, enquanto a economia informal era compreendida apenas como uma reminiscência de formas tradicionais e arcaicas de produção. Nesse contexto, os empreendedores informais não eram vistos como fazendo parte da economia moderna; ao contrário, sua existência era considerada como um sinal de subdesenvolvimento e atraso, enquanto o empreendedorismo formal era visto como avançado, desenvolvido e sinal de progresso. É só na virada do Século XX para o XXI que começou a se espalhar o reconhecimento de que a economia informal e o

13 No Brasil, a discussão entre empreendedorismo e pobreza (ou viração) foi originalmente abordada nas pesquisas de Abílio (2019 e 2021). Também no caso do brasileiro, para o debate sobre empreendedorismo e precarização, ressaltamos os trabalhos de Calbari (2007 e 2015).

empreendedorismo informal eram extensivos, duradouros e, contrariando as expectativas de que diminuiria com a expansão do capitalismo, eles estavam se expandindo em muitas regiões do globo.

O resultado foi a refutação da compreensão do empreendedorismo informal como uma reminiscência em desapareção e o surgimento de uma nova teoria para compreender sua persistência e crescimento. Essa ruptura teórica provocou o reconhecimento de que o empreendedorismo informal é inerente ao novo momento do capitalismo, na emergência de uma economia global desregulada e do crescimento da subcontratação, resultando na expansão do falso autoemprego, uma forma de trabalho que é largamente desregulada, mal remunerada, precária e insegura, exercida em condições semelhantes às das *sweatshops*¹⁴ pela população excluída da economia formal.

Nessa perspectiva, os empreendedores informais passaram a ser vistos como trabalhadores precários de um sistema econômico global devido a sua impossibilidade de inserção no mercado formal de trabalho. O empreendedorismo informal emerge nesse contexto como uma prática de sobrevivência conduzida pela necessidade, abraçada como um recurso na ausência do trabalho formal e que vem se espraiando continuamente nos últimos anos (Colin e Nadin, 2010: 368-369).

Embora possa parecer paradoxal, é exatamente no quadro desse avanço teórico que ocorre o processo de glamourização do trabalho por conta própria. Uma referência fundamental nesse campo é o livro do economista peruano Hernando de Soto, que realizou pesquisas empíricas no final da década de 80 na cidade de Lima, no Peru. Neste livro, o autor propõe “redescobrir” a informalidade, mediante a defesa do Estado como apoiador do empreendedorismo dos pequenos negócios informais. Já nessa obra, fica evidente o movimento de ressignificação por meio da mudança da percepção sobre a informalidade, que passa a ser positivada e, nesse movimento de redescoberta e ressignificação, o trabalhador pobre passa à condição de empreendedor.

No Brasil, o trabalho por conta própria sempre teve um peso significativo na estrutura ocupacional, deixando uma grande parte da população sem acesso aos direitos do trabalho, consolidados pela CLT em 1943. Embora haja uma

14 *Sweatshops*, ou fábricas de suor, são definidas pelo Departamento de Trabalho dos Estados Unidos como fábricas que violam duas ou mais leis do trabalho. Elas funcionam frequentemente se utilizando de más condições de trabalho, remunerações injustas, longas jornadas, trabalho infantil e ausência de benefícios para os trabalhadores. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?source=hp&ei=NI2RWsG1J oimwgsJwomoAg&btnG=Pesquisar&q=sweatshops&oq=ipva&gs_l=psy-ab.1.0.35139k1j0l3joi67k1j0l2joi131k1j0l2.1797.2820.0.7354.5.4.0.0.0.114.315.1j2.3.0.....1c.1.64.psy-ab..2.3.315.0...0.6vMiczo8axA>

certa variação na porcentagem dos trabalhadores e trabalhadoras por conta própria ao longo da História, as taxas estiveram nas últimas décadas do Século XX e as primeiras deste século, sempre por volta de 20% da força de trabalho, subindo nos períodos de crise e baixando nas fases de crescimento econômico, quando uma parte deles consegue acessar o trabalho assalariado registrado. Segundo os dados da PNAD em setembro de 2019, eles correspondiam a exatamente 20% da PEA¹⁵.

A falácia do empreendedorismo como uma forma superior de trabalho, buscada por aqueles que têm espírito inovativo e de autonomia, revela-se nesse abandono do trabalho por conta própria por uma grande parte desses trabalhadores em épocas mais favoráveis ao emprego assalariado, assim como pelos dados sobre rendimento médio dos trabalhadores por conta própria, sempre abaixo daquele dos trabalhadores assalariados com registro.

A tendência de os trabalhadores abandonarem o autoemprego quando o mercado de trabalho melhora é claramente demonstrada pela pesquisa de Filgueiras e Cavalcante, que evidencia que a proporção de trabalhadores assalariados no total do emprego aumentou de 54,2% em 2002, para 61,8% em 2012, enquanto o autoemprego caiu de 22,3% para 20,7% no mesmo período (Filgueiras e Cavalcante, 2020: 16). Todavia, de 2016 em diante, o autoemprego voltou a subir, alcançando 25,16% em 2018.

Os autores revelam também que o rendimento médio dos trabalhadores assalariados com carteira assinada no Brasil é substancialmente mais alto do que o dos empregados sem carteira assinada e os autoempregados. Comparando os primeiros quatro meses de 2014 e os últimos de 2017, a média de rendimento dos trabalhadores por conta própria sofreu uma variação significativa (uma redução de 9,2%, ou R\$ 159). Dessa forma, enquanto os assalariados informais mantiveram sua precariedade histórica, os supostos trabalhadores autônomos viram seu rendimento se distanciar dos trabalhadores assalariados registrados e se aproximar daqueles sem registro. Outro indicador da relação entre a expansão do trabalho por conta própria, do trabalho assalariado informal e da precariedade do mercado de trabalho brasileiro recente consiste no número de contribuições para a Seguridade Social: o número médio de contribuidores em 2017 é o mais baixo desde 2014 (Filgueiras e Cavalcante, 2010: 17).

Evidentemente, seria necessário considerar que, entre os trabalhadores por conta própria, insere-se uma porcentagem, ainda que não muito expressiva, de

15 O Brasil vive no momento um apagão estatístico provocado pelo fato de que, com a crise sanitária, somada ao pouco interesse do governo federal em garantir a produção de dados estatísticos seguros, os dados disponíveis se tornam pouco confiáveis a partir de 2020, motivo pelo qual estamos utilizando os relativos aos anos de 2019 ou anteriores.

profissionais liberais como médicos, dentistas, advogados, entre outros, que não são trabalhadores pobres, jogados nesse tipo de trabalho por falta de alternativa. Mas a grande massa deles é formada por trabalhadores por conta própria que não encontram outra forma de inserção e que sempre existiu no país. Na verdade, esse tipo de trabalho, que inclui os bicos, as várias formas de viração, sem acesso aos direitos do trabalho, acompanham todos os momentos do processo de desenvolvimento brasileiro e latino-americano de forma geral.

Nesse sentido, o Brasil sempre conviveu com expressivas taxas de trabalho por conta própria e as discussões sobre essas altas taxas daquilo que se convencionou chamar de informalidade marcaram a economia e a sociologia do trabalho latino-americanas a partir da segunda metade do século passado.

É nesse contexto que a teoria da modernização, assim como os estudos da Cepal¹⁶ (tal qual fariam, posteriormente, os estudos sobre o empreendedorismo formal e informal) interpretaram essa realidade como produto do fraco desenvolvimento das relações de produção capitalistas na região, ao atraso de nossos países em relação aos países europeus e da América do Norte, situação essa que só seria possível de ser revertida com o desenvolvimento do capitalismo em nossos países. No caso do Brasil, essas teorias ganharam força com a presença de uma alta porcentagem de trabalhadores por conta própria, considerada como uma expressão de um excedente estrutural de força de trabalho, que se manteve mesmo depois da Consolidação da Legislação Trabalhista em 1943.

A crítica à razão dualista, publicado por Francisco de Oliveira em 1972, consistiu em um momento de inflexão da teoria e num rompimento com essas ideias, ao desvendar que o trabalho informal, sem direitos e mal remunerado, em vez de uma reminiscência do atraso e do fraco desenvolvimento do capitalismo, encontrava-se, na realidade, intrinsecamente relacionado às relações de produção capitalistas, ao permitir o rebaixamento do valor de reprodução do conjunto da força de trabalho.

No caso do Brasil, essa relação se expressava pela baixa extensão da CLT ao conjunto dos trabalhadores: até 1963, ela deixou de fora os trabalhadores rurais, enquanto nos centros urbanos, boa parte dos trabalhadores nunca acedeu ao trabalho registrado, dividindo-se entre os trabalhadores por conta própria e os de pequenas empresas, em geral, familiares, elas mesmas informais, sem condições de formalizar sua mão de obra. Dessa forma, mesmo depois de estendidos

16 Para a teoria da modernização, ver especialmente Gino Germani, *Política y Sociedad en una época de Transición*, Buenos Aires, Editorial Paidós, 1962. Para os estudos da Cepal, ver Raul Prebisch, 1963: *Hacia una dinámica del desarrollo latinoamericano*, México, FCE.

os direitos trabalhistas à população rural, o trabalho informal continuou abarcando aproximadamente metade da força de trabalho brasileira, oscilando entre 40% e 50% da PEA, dependendo das variações do desempenho da economia. Esse quadro de cidadania regulada, tal como definido por Santos (1979), mantém-se até os dias atuais. Em setembro de 2019, a PNAD registrava 41% da PEA nessas condições, considerando também os trabalhadores informais não remunerados (10%)¹⁷.

Nos anos recentes, foi durante os governos do Partido dos Trabalhadores que a formalização aumentou significativamente (quase 70%)¹⁸. A crise que se abriu a partir de 2014, contudo, atingiu profundamente o mercado de trabalho e, a partir de 2015, as taxas de informalidade começaram a aumentar vertiginosamente, atingindo sobretudo os grupos mais vulneráveis da força de trabalho, como mulheres e negros. Os anos de 2016, 2017, 2018 e 2019, consistiram, nesse quadro, em um período de crescimento do trabalho por conta própria, incentivado ademais pelas novas formas de contrato legalizadas pela reforma trabalhista de finais de 2017, como a de autônomo exclusivo, uma das novas formas de contrato que mais tem crescido nos últimos anos e que significa, na verdade, uma burla aos direitos do trabalho.

A primeira questão a ser assinalada quando se pensa nos efeitos da pandemia sobre o trabalho por conta própria consiste no fato de que os dados relativos à estrutura ocupacional revelavam que o contexto favorável ao trabalho vivido no período 2004/2014 já havia ficado para trás. Com efeito, a partir do 2º trimestre de 2014 o Brasil mergulha em uma profunda crise, a qual era, até então, a maior de sua história. Entre 2015 e 2016, o Produto Interno Bruto sofreu uma queda de (-7,0%) com efeitos imediatos sobre o mercado e as relações de trabalho. Depois de dois anos consecutivos de queda da atividade produtiva, os resultados para os anos de 2017, 2018 e 2019 sugeriam que o pior da crise havia ficado para trás, revelando um crescimento em torno de 1,0% ao ano, mas insuficiente para a recuperação dos níveis de emprego. Com efeito, em 2019, o desemprego atingia um percentual de 11,8% que englobava 7,8% dos homens brancos e 11,7% dos negros, 10,8% das mulheres brancas e 16,6% das negras, evidenciando não só sua alta incidência, como também a maneira diferenciada com que atingia o conjunto dos trabalhadores, vitimando especialmente os negros e as mulheres, especialmente as negras.

17 Disponível em: <Acesso em: 30 abr. 2021.

18 Para uma análise mais detalhada, ver Manzano e Krein (2014).

Já no que tange ao trabalho formal, conforme os dados da RAIS,¹⁹ ao final de 2014, havia 49.571.510 milhões de trabalhadores (28.133.650 homens e 21.437.860 mulheres) com a relação de emprego formalizada no Brasil. Em 2016, esse conjunto havia se reduzido para 46.060.198 milhões e, ao final de 2018, o volume de emprego formal era de 46.631.115 milhões de trabalhadores (26.084.761 de homens e 20.546.354 de mulheres).

Nesse contexto de deterioração do mercado de trabalho, o crescimento do trabalho por conta própria se mostra constante entre os anos de 2017 e 2019, conforme se pode notar no quadro abaixo, que revela que ele cresce sistematicamente entre todos os grupos da força de trabalho, com exceção dos homens brancos, entre os quais há uma ligeira queda de 2018 para 2019 (de 8,4 para 8,2%).

A evolução do trabalho por conta própria desde 2012 indica que essa forma de inserção no mercado de trabalho foi mais considerável entre as mulheres, uma expansão de 31,8%, sendo que, entre as negras, foi ainda mais expressiva (+35,8%) na comparação com as brancas (+26,4%). Entre os homens brancos, cresceu (+11,0%) e entre os negros (+19,7%).

Nesse quadro, as diferentes formas de trabalho autônomo consistem prioritariamente nas várias atividades desenvolvidas por trabalhadores e trabalhadoras pobres, de baixa escolaridade, que vivem nas regiões periféricas das cidades e que raramente conseguem sair da situação de precariedade a que essa forma de inserção ocupacional os e as relega. Ao contrário, eles e elas são extremamente vulneráveis e enfrentam difíceis situações de instabilidade, tendo em vista que dependem do movimento geral da economia, sobre os quais não possuem qualquer tipo de controle para poder venderem seus produtos ou serviços. Eles e elas são especialmente: os vendedores ambulantes; os/as catadores; as representantes de produtos de beleza; grande parte dos trabalhadores da construção civil; as costureiras domiciliares; os feirantes; os prestadores de serviços pessoais, como engraxates, encanadores, pintores, eletricitas, empregadas domésticas; e os motoristas e entregadores de plataforma. Entre eles, há uma forte presença de negros, negras e de mulheres brancas, que não encontram outra forma de sobrevivência que não seja o trabalho autônomo, os quais vêm aumentando de forma constante, acompanhando a elevação das taxas de desemprego, desde 2015.

19 A RAIS – Relação Anual de Informações Sociais – é publicada pelo atual Ministério da Economia. Trata-se de registros administrativos coletados junto às empresas. Para todo tipo de estabelecimento, é obrigatório o fornecimento de uma relação completa de todos os funcionários com dados sobre salário, sexo, tempo de empresa, ocupações, tipo de vínculo, entre outros. Uma limitação da RAIS é a de que os dados se referem apenas ao trabalho formal.

Pessoas de 14 anos ou mais de idade por posição na ocupação, sexo e raça (Brasil, 3ºT - 2017 a 2019)																						
3ºT de cada ano	Empregado no setor privado com carteira		Empregado no setor privado sem carteira		Trabalhador doméstico com carteira		Trabalhador doméstico sem carteira		Empregado no setor público com carteira		Empregado no setor público sem carteira		Militar e servidor estatutário		Empregador		Conta própria		Trabalhador familiar auxiliar			
		30,3%	9,2%	5,1%	13,6%	1,3%	4,6%	9,8%	20,1%	2,0%	1,3%	4,6%	9,8%	20,1%	2,0%	1,3%	4,6%	9,8%	20,1%	2,0%	1,3%	
2017																						
Mulheres negras	37,1%	8,2%	3,2%	6,9%	2,1%	3,2%	12,4%	19,4%	4,3%	2,1%	3,2%	12,4%	19,4%	4,3%	2,1%	3,2%	12,4%	19,4%	4,3%	2,1%	3,2%	
Mulheres brancas	37,1%	17,1%	0,4%	0,6%	1,0%	2,1%	6,0%	30,5%	3,6%	1,0%	2,1%	6,0%	30,5%	3,6%	1,0%	2,1%	6,0%	30,5%	3,6%	1,0%	2,1%	
Homens negros	40,9%	11,2%	0,3%	0,4%	1,4%	1,4%	7,2%	27,7%	8,4%	1,4%	1,4%	7,2%	27,7%	8,4%	1,4%	1,4%	7,2%	27,7%	8,4%	1,4%	1,4%	
Homens brancos																						
2018																						
Mulheres negras	29,9%	9,9%	4,9%	13,3%	1,3%	4,6%	9,9%	20,7%	1,9%	1,3%	4,6%	9,9%	20,7%	1,9%	1,3%	4,6%	9,9%	20,7%	1,9%	1,3%	4,6%	
Mulheres brancas	36,2%	8,3%	3,1%	7,1%	2,2%	3,3%	12,1%	19,5%	4,8%	2,2%	3,3%	12,1%	19,5%	4,8%	2,2%	3,3%	12,1%	19,5%	4,8%	2,2%	3,3%	
Homens negros	36,6%	17,6%	0,4%	0,7%	0,9%	2,0%	6,1%	30,3%	3,8%	0,9%	2,0%	6,1%	30,3%	3,8%	0,9%	2,0%	6,1%	30,3%	3,8%	0,9%	2,0%	
Homens brancos	39,4%	11,6%	0,3%	0,4%	1,4%	1,5%	7,3%	28,3%	8,4%	1,4%	1,5%	7,3%	28,3%	8,4%	1,4%	1,5%	7,3%	28,3%	8,4%	1,4%	1,5%	
2019																						
Mulheres negras	29,9%	9,9%	4,5%	13,3%	1,4%	4,7%	9,6%	21,1%	2,0%	1,4%	4,7%	9,6%	21,1%	2,0%	1,4%	4,7%	9,6%	21,1%	2,0%	1,4%	4,7%	
Mulheres brancas	35,8%	8,8%	2,9%	7,3%	2,0%	3,2%	12,0%	20,3%	4,8%	2,0%	3,2%	12,0%	20,3%	4,8%	2,0%	3,2%	12,0%	20,3%	4,8%	2,0%	3,2%	
Homens negros	36,3%	17,7%	0,5%	0,6%	0,8%	2,0%	6,1%	30,7%	3,6%	0,8%	2,0%	6,1%	30,7%	3,6%	0,8%	2,0%	6,1%	30,7%	3,6%	0,8%	2,0%	
Homens brancos	38,7%	11,9%	0,3%	0,4%	1,3%	1,5%	7,0%	29,4%	8,2%	1,3%	1,5%	7,0%	29,4%	8,2%	1,3%	1,5%	7,0%	29,4%	8,2%	1,3%	1,5%	

* Categorias preta e parda da variável de cor/raça do IBGE

Fonte: Microdados PNADC/IBGE - Elaboração própria

Tabela 1 – Posição na ocupação por sexo e raça (Brasil, 2017/2019, 3º Trimestre)

É nesse contexto que a pandemia chega ao país, acentuando e escancarando a precariedade brasileira, seja no que se refere ao trabalho, seja quanto às condições de vida da população em geral e, especialmente, dos trabalhadores e trabalhadoras mais pobres, entre os quais se encontram os por conta própria e uma sobre representação de mulheres e negros. O fato de esses trabalhadores e trabalhadoras não terem acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários, além de não poderem contar com o suporte sindical no momento em que mais necessitam de apoio, deixa-os ainda mais frágeis na luta simultânea contra a epidemia, a falta de trabalho e a ameaça da fome, revelando a falácia da sua suposta autonomia.

III. O mundo do trabalho e o “empreendedorismo” na pandemia

Desde o início da pandemia, o governo federal brasileiro assumiu uma posição abertamente negacionista, criando várias artimanhas para se desviar da responsabilidade no enfrentamento da crise sanitária, dentro as quais merece destaque a falsa oposição entre economia e saúde. No centro dessa oposição, encontra-se o trabalho de forma mais geral e, particularmente, os ditos serviços essenciais, conforme veremos adiante.

As decisões tomadas pelo poder público no contexto da pandemia impactaram fortemente os trabalhadores e trabalhadoras em sua totalidade, com implicações gravíssimas para as categorias mais vulnerabilizadas nesse momento, como, por exemplo, os e as profissionais da área da saúde que estão na linha de frente no combate ao vírus²⁰ e para os trabalhadores e trabalhadores mais pobres que trabalham por conta própria. No caso do trabalho por conta própria, o setor vem sendo mais afetado pela epidemia, por vários motivos, entre os quais valeria ressaltar: o baixo investimento do governo neoliberal na saúde pública; sua maior exposição ao coronavírus, em função da necessidade de permanecer trabalhando; e, finalmente, como já sinalizamos, porque, com a pandemia, uma grande quantidade de trabalhadores e trabalhadoras foram considerados como prestadores de serviços essenciais, como, por exemplo, aqueles que se dedicam a atividades de comércio de bens e serviços, incluídas aquelas relacionadas à alimentação, limpeza, higiene e transporte.

20 A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) realiza duas pesquisas “*Condições de Trabalho dos Profissionais de Saúde no Contexto da Covid-19*” e “Os trabalhadores invisíveis da Saúde”, que objetivam conhecer os impactos da pandemia para os/as trabalhadores da saúde, que prestam serviço essencial durante a crise sanitária. Os dados mostram que essa categoria sofre com condições de trabalho bastante precárias e os impactos se expressam na exaustão física e mental e no medo da contaminação e morte. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/pesquisa-analisa-o-impacto-da-pandemia-entre-profissionais-de-saude>>. Acesso em: 27 out. 2021.

No que concerne à primeira questão, ela está ligada aos cortes promovidos por governos federais, especialmente no Sistema Único de Saúde (SUS), o que, somado às políticas erráticas do atual governo federal de não reconhecer a gravidade da epidemia e de desencorajar o isolamento social e o uso de máscaras, sem falar no protelamento no que se refere à vacinação da população, jogaram o país numa crise social e sanitária sem precedentes. Esse conjunto de fatores foi responsável pelas altíssimas taxas de contaminação e falecimentos em virtude da Covid-19 que o país apresentou desde o início da epidemia.

No que tange à maior exposição desses trabalhadores e trabalhadoras ao vírus, em função da exposição ao risco do contágio, adoecimento e morte, tendo em vista suas necessidades de continuar trabalhando, as razões são óbvias: como trabalhadores e trabalhadoras que dependem de seu trabalho para sobreviver, a maior parte deles não tem condições de deixar de trabalhar para fazer isolamento, estando mais sujeitos ao contágio; por outro lado, a precariedade se expressa na relação entre vulnerabilidade socioespacial, saúde pública e planejamento urbano como, por exemplo, na ausência de saneamento básico e abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto.

Já no que diz respeito às atividades declaradas pelo governo federal como essenciais, ao longo de 2020, o poder executivo publicou algumas listas de serviços assim considerados, com várias imprecisões legais e interpretativas. Um exemplo emblemático dessa confusão deliberada são os casos de autorização para o funcionamento de salões de beleza, que congregam grande parte de trabalhadoras informais, nas atividades de cabelereira e manicure, bem como para serviços de limpeza e higiene, que geralmente englobam atividades de diaristas, empregadas domésticas, jardineiros e motoristas²¹, entre as quais predomina o trabalho informal.

Na verdade, as atividades essenciais se tornaram o centro dos conflitos durante a pandemia, tendo em vista que o governo federal se utilizou do artifício de considerar atividades comuns como essenciais, como forma de obrigar os trabalhadores e trabalhadoras a se manterem ativos, inclusive presencialmente, quando podiam continuar realizando o trabalho de forma remota, ou para desviar da necessidade de garantir as condições objetivas do isolamento, por meio de um auxílio emergencial mais amplo. Os três setores mais numerosos que enfrentaram ou ainda vêm enfrentando esse conflito foram os professores, as domésticas e os trabalhadores de plataforma, como os motoristas de Uber e

21 Para mais detalhes, indicamos acessar a matéria “Bolsonaro inclui academias, salões de beleza e barbearias como serviços essenciais durante pandemia do coronavírus”, publicada pela Folha de São Paulo, em maio de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/bolsonaro-inclui-academias-saloes-de-beleza-e-barbearias-como-servicos-essenciais-durante-pandemia-do-coronavirus.shtml>>. Acesso em: 27 out. 2021.

de outras empresas de plataforma e os entregadores (motoboys e biciboys). Se a tentativa ainda está retida no parlamento, no que concerne aos/as professores/as, a discussão não terminou para as domésticas, entre as quais existe uma grande proporção de trabalhadoras por conta própria, e atingiu em cheio os trabalhadores de plataforma, considerados autônomos pelas empresas de aplicativo. Vale lembrar que o trabalho doméstico e por aplicativo se encontram entre as atividades que reúnem atualmente o maior número de trabalhadores do país.

O número de motoristas e entregadores por aplicativo cresceu bastante durante a pandemia, por meio do aumento dos serviços de *delivery* de plataformas como *Uber*, *Cabify*, *99*, *iFood*, *Rappi*, *Loggi*. A pesquisa dos economistas Manzano e Krein (2020)²² revela que, entre o primeiro trimestre de 2016 e o de 2020, o número de trabalhadores que atuam em aplicativos como o Uber, por exemplo, passou de 1,39 milhões para 2,02 milhões, ou seja, um aumento de 41,9%. O aumento do desemprego impulsionou o crescimento desse setor, que é caracterizado, predominantemente, por homens negros com média de rendimento muito próxima a um salário mínimo²³.

A piora das condições de trabalho no contexto da pandemia levantou os trabalhadores que organizaram manifestações e paralizações do trabalho entre 2020 e 2021. Essas greves nacionais, os *breques dos apps*, inéditas na categoria, começaram em junho de 2020, em várias capitais do país, e as reivindicações englobam melhores condições de trabalho, a denúncia das taxas mínimas para entrega e a exigência de suspensão de bloqueios das plataformas. O movimento dos entregadores por aplicativos – assim como a frase proferida por uma de suas mais importantes lideranças no Brasil, Galo: “*Nós não somos empreendedores; somos trabalhadores muito explorados*”²⁴ – é um exemplo de que a ideologia não consegue cobrir todo o espectro social, deixando margem para lutas, reações e outros caminhos. Todavia, a despeito da importante e necessária organização desses trabalhadores, permanecem de pé os níveis de exploração do trabalho e as exposições aos riscos do vírus.

Já no caso das empregadas domésticas, é importante destacar, em primeiro lugar, que vem aumentando o número daquelas que podem ser consideradas trabalhadoras por conta própria. Com efeito, apesar terem conquistado em

22 Disponível em: <<https://www.eco.unicamp.br/remir/index.php/condicoes-de-trabalho/186-a-pandemia-e-o-trabalho-de-motoristas-e-de-entregadores-por-aplicativos-no-brasil>>. Acesso em: 27 out. 2021.

23 Disponível em: <<https://www.eco.unicamp.br/remir/index.php/condicoes-de-trabalho/186-a-pandemia-e-o-trabalho-de-motoristas-e-de-entregadores-por-aplicativos-no-brasil>>. Acesso em: 27 out. 2021.

24 Disponível em: <<https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/por-tras-da-permanente-crise-do-trabalho/>>. Acesso em: 27 out. 2021.

2015, após uma luta histórica, alguns direitos do trabalho aos quais não tinham acesso (como jornada máxima de trabalho de 8 horas diárias e 44 semanais; pagamento de horas extras acrescidas de 50% do valor da hora normal; férias anuais acrescidas de um terço a mais do salário; fundo de garantia; e registro de ponto), a Lei Complementar n. 150 considerou as trabalhadoras domésticas que trabalham até dois dias da semana no mesmo domicílio não como empregadas domésticas, mas sim como trabalhadoras por conta própria, como diaristas, às quais os mesmos direitos não são assegurados

Nessas condições, seus empregadores/as passaram a dar preferência à contratação de diaristas (Dieese, 2020: 16-17), e grande parte delas teve que continuar a trabalhar como trabalhadora por conta própria, sem acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários recém conquistados pela categoria. Adicione-se ainda que, com a diminuição da oferta de trabalho nos últimos anos, em virtude do recrudescimento da crise econômica, muitas delas vêm recorrendo a empresas de intermediação de trabalho, as quais lhes vêm exigindo um registro de MEI (Micro Empreendedor Individual) para poder indicá-las às ofertas de trabalho, formalizando sua situação de autônomas. As palavras da liderança da Fenatrad²⁵ são esclarecedoras a respeito: “*Tem agências fazendo isso: ‘oh, só arrumo emprego pra você se você fizer um MEI. (...) a gente tá até arrumando um jeito de fiscalizar essas agências, porque não é certo’*”²⁶.

Conforme registrado em Leite et al (2020: 46-47), a situação dessas trabalhadoras, cujo número é extremamente significativo (6,23 milhões de pessoas)²⁷, quase todas mulheres (92,7%), entre as quais a maioria é negra (65%)²⁸ e enfrenta condições de trabalho absolutamente precárias, chega a ser dramática no contexto da pandemia. O trabalho doméstico consiste numa das atividades mais atingidas pela Covid-19, por vários efeitos da pandemia sobre seu trabalho: de um lado, o isolamento das famílias provocou aumento das tarefas domésticas, sobrecarregando as trabalhadoras que continuaram em atividade; de outro lado, muitas delas foram demitidas, ou porque as famílias ficaram com medo de serem contaminadas ou por causa da crise econômica que abalou os orçamentos domésticos; por fim, as trabalhadoras que seguiram trabalhando passaram a correr alto risco de contaminação, “já que, em geral, se deslocam de transporte público para o trabalho e exercem atividades que requerem contato próximo

25 Fenatrad: Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas

26 A fala da dirigente sindical, coletada em 2020, integra a pesquisa “Reforma trabalhista no Brasil e implicações sobre as mulheres”, op. cit.

27 Segundo a OIT, o Brasil é o país com maior número de trabalhadoras domésticas no mundo.

28 Dados da PNADC de 2018, citados por Dieese, 2020c : 8.

com pessoas, como cuidados com crianças e idosos, além da realização de compras em estabelecimentos comerciais” (Dieese, 2020: 03).

Por último, haveria de considerar que, acompanhando as baixas taxas de formalização do trabalho doméstico, as trabalhadoras domésticas possuem baixa participação na previdência social: apenas 38,9% eram contribuintes, em 2018, o que significa que 3,5 milhões de trabalhadoras não tinham acesso a seguro desemprego, auxílio doença, auxílio acidente, salário maternidade e aposentadoria (Dieese, 2020: 17), benefícios fundamentais na pandemia.

A Fenatrad, ao longo do ano de 2020 e 2021, divulgou informes e campanhas objetivando dar visibilidade para a perda de postos de trabalho, bem como para a contaminação e mortes de trabalhadoras domésticas no contexto da crise sanitária. As campanhas “*Essenciais são nossos direitos*”²⁹, “*Cuida de quem te Cuida*” e “*Vacina no Braço, Comida no Prato*” visam denunciar a perda de mais de 1,5 milhão de postos de trabalho e a insegurança alimentar, desde o início da pandemia. Essas campanhas, que buscam denunciar o risco pelos quais as trabalhadoras se veem passando, seja pela contaminação, seja pela insegurança alimentar, revelam que não é por acaso que uma das primeiras vítimas do vírus no Brasil foi uma mulher negra que trabalhava como empregada doméstica em Niterói (RJ), contaminada pelos patrões que haviam retornado de viagem à Itália.

Em contundente trabalho sobre o tema, Freitas sublinha que a pandemia, com sua maior incidência de mortes entre as categorias profissionais responsáveis pelo trabalho de reprodução social, como garis, faxineiras, auxiliares de limpeza, diaristas, revela a centralidade dessas atividades num momento em que “a logística do cuidado social global está colocada em xeque”. Conforme ressalta a autora, “paradoxalmente, neste momento em que se joga luz sobre essas atividades que são continuamente invisibilizadas, historicamente ocultadas e não têm valor nos termos da economia política, a condição de essencialidade não aparece como um valor positivo, mas, ao contrário, como um valor da decretação da morte e da descartabilidade desses trabalhadores e dessas trabalhadoras”³⁰.

Desde o início da crise sanitária, a difícil situação das trabalhadoras e trabalhadores por conta própria já era evidente. O Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e Benefício Emergencial (BEm), aprovado em 01/04/2020, oportunizou a realização de acordos individuais de suspensão de

29 Atividades essenciais.

30 Disponível em: <<http://abet-trabalho.org.br/a-pandemia-renovou-o-senso-de-descartabilidade-dos-trabalhadores-entrevista-com-carolina-freitas/>>. Acesso em: 27 out. 2021.

contratos e redução de jornada de trabalho para os trabalhadores formais. Já para os informais, foi criado em 19/04/2020 o Auxílio Emergencial (AE) pelo período de três meses (Leite et al., 2020: 43-44). De acordo com o mesmo estudo, os microdados da PNAD-Covid-19 de julho/2020 “revelam que os rendimentos médios nesse mês atingiram 87% dos rendimentos habituais, valor 4 pontos percentuais acima do mês anterior. Os por conta própria receberam efetivamente 72% do que habitualmente recebiam (contra 63% em junho). Os trabalhadores do setor privado sem carteira assinada receberam efetivamente 85% do habitual, enquanto os com carteira e servidores públicos receberam efetivamente em média acima de 90% do habitual. Os dados indicam, portanto, que, embora tenha havido uma melhora de junho para julho, os trabalhadores por conta própria e os sem carteira foram os que tiveram maior diminuição em seus rendimentos, sobretudo os primeiros, revelando que eles foram os menos protegidos” (Leite et al, 2020: 44). Segundo os dados da PNAD-Covid-19 de novembro/2020, 19,6% das pessoas ocupadas ainda tiveram rendimento médio efetivamente recebido do trabalho menor do que o normalmente recebido.

Em novembro de 2020, os trabalhadores por conta própria conformavam a 2ª. forma de ocupação mais numerosa da estrutura ocupacional, atrás apenas dos empregados do setor privado com carteira assinada, perfazendo um total de 23 milhões e 910 mil pessoas, enquanto os empregados do setor privado com carteira assinada correspondiam a 32 milhões e 65 mil pessoas (PNAD COVID-19 de novembro de 2020).

Também entre eles se encontravam as menores taxas de isolamento social: embora elas tenham sido muito baixas para o conjunto dos trabalhadores³¹, enquanto 2,1% dos empregados do setor privado com carteira assinada estavam afastados do trabalho em novembro de 2020, apenas 1,2% dos conta própria se encontravam nessa situação; já entre os militares e servidores estatutários, essa taxa era de 7% (PNAD COVID-19, novembro 2020).

Mas, se a situação já era grave em 2020, ela se tornou ainda mais dramática a partir do início de 2021, com o aprofundamento da crise sanitária, em virtude da segunda onda da Covid-19, que promoveu o colapso do sistema de saúde. Com ele, muitos enfermos faleceram por falta de oxigênio, outros não puderam ser entubados por carência de analgésico e relaxante muscular; houve ausência de kits intubação, aparelhamento para testagem em massa e até de seringas, entre outros remédios e equipamentos hospitalares, além da carência de leitos, com pessoas falecendo nos corredores dos hospitais por falta de atendimento.

31 Devido sobretudo à postura do governo federal, contrária a essa medida.

O programa de vacinação iniciado em janeiro revelou: o reduzido número de vacinas para que o país pudesse enfrentar realmente a epidemia; o contínuo desestímulo do governo federal ao isolamento social e ao uso de máscaras; a falta de clareza do 4º. Ministro da Saúde sobre como combater a epidemia, enquanto tomava posse no final de março de 2021; além do fato das mortes terem atingido cifras superiores a 3.000 pessoas ao dia e, no total, já se contabilizarem, em meados do ano, meio milhão de mortos no país devido à pandemia.

O auxílio emergencial adotado em 2020, no valor de R\$ 600 ou de R\$ 1.200 para as famílias monoparentais que têm a mulher como responsável pelos filhos e filhas, teve sua duração até dezembro e beneficiou mais de 67,7 milhões de pessoas³². Essa renda serviu para garantir as condições mínimas de sobrevivência, como o pagamento de contas de concessionárias (luz, água etc.), compra de medicamentos e alimentação. Todavia, ele findou em dezembro de 2020, e entre janeiro e abril de 2021, o rastro de abandono e precariedade se acentuou. A crise do emprego e pauperização cresceram e empurraram ainda mais a população mais pobre para as ruas e a exposição ao vírus.

Em abril de 2021, o AE foi reativado e, mesmo diante do aprofundamento das crises do emprego, da saúde e da insegurança alimentar, a nova fase do auxílio estabeleceu novas regras segundo o arranjo familiar e rebaixou o valor do benefício. O pagamento mensal passou a ser de R\$ 150 para famílias de uma só pessoa, R\$ 250 para famílias de duas ou mais pessoas ou R\$ 375 para família monoparental que tem a mulher como principal responsável pelos cuidados das crianças³³. Esses valores são absolutamente insuficientes para permitir que trabalhadores, trabalhadoras e suas famílias possam sobreviver; o Brasil retornou ao mapa da fome e a crise de segurança alimentar assumiu proporções calamitosas.

Dessa forma, o desamparo a que foram relegados os “empreendedores” durante a pandemia veio por todos os lados: pela situação de precariedade a que já estavam relegados antes da pandemia, a qual se aprofundou com a chegada do novo coronavírus; pela pouca ou nenhuma assistência promovida pelo governo; e pela dificuldade de abandonar o trabalho frente à cruel decisão entre continuar trabalhando e se arriscar a ser contaminado ou parar de trabalhar e ter que enfrentar a realidade da fome não só para si mesmo/a, como para toda a família.

32 Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/numero-de-beneficiarios-do-auxilio-emergencial-sobe-para-677-milhoes.shtml>>. Acesso em: 27 out. 2021.

33 Disponível em: <<https://www.caixa.gov.br/auxilio/auxilio2021/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 27 out. 2021.

Esse contexto de crises concomitantes do trabalho, sanitária e alimentar, sem falar nas crises políticas provocadas e incentivadas cotidianamente pelas medidas e atitudes tomadas pelo governo federal, expõe e acentua a precariedade a que está condenada a população brasileira. Essa precariedade se estrutura na divisão sexual e racial do trabalho e, por essa razão, é especialmente cruel para os e as trabalhadoras mais pobres, mulheres e negros, que trabalham por conta própria.

Comentários finais: a falácia do empreendedorismo e da autonomia

A narrativa meritocrática, que floresceu no Século XIX depois do colapso do Velho Regime, e foi revisada no final do Século XX após a queda da União Soviética e o triunfo do neoliberalismo, tem se mostrado cada vez mais frágil. Dela, tem emergido uma variedade de contradições, que tomam diferentes formas (Piketty, 2020: 01) de acordo com os países, mas que tem em seu centro, em todos os lugares, a dissolução dos vínculos de trabalho, o abandono do projeto de integração dos trabalhadores na sociedade via direitos trabalhistas, previdenciários e sociais, juntamente com a disseminação da ideia e da prática do empreendedorismo.

Com efeito, concomitantemente ao processo de agravamento da miséria, da pobreza e da desigualdade social, evidencia-se cada vez mais que, em vez da figura exitosa de empreendedores, tal como propalado pela ideologia, o mundo vai se povoando de uma multidão de trabalhadores e trabalhadoras que ganham a vida por meio de bicos, da viração cotidiana, que mal garante a suas famílias e a eles mesmos a sobrevivência física.

Se esse processo já se destacava antes da crise sanitária, ele se evidencia de maneira mais dramática com a pandemia, escancarando a falácia do empreendedorismo para os próprios trabalhadores, como explicita o relato desconfiado da jovem costureira de Pernambuco, coletado em fevereiro de 2021, no auge da segunda onda do vírus³⁴: *“Eu sou a favor do empreendedorismo para valorizar a sobrevivência. Mas, com tudo isso que tá aí, eu comecei a ficar mais curiosa. A história do empreendedorismo é uma grande farsa. Hoje eu não vejo futuro no empreendedorismo”*. Para esses trabalhadores e trabalhadoras pauperizados, a pandemia tem sido um fator a desfraldar a dura realidade a que estão submetidos, na medida em que a vulnerabilidade se acentua e fica cada dia mais difícil garantir as condições de sobrevivência.

34 O relato é parte do trabalho de campo da pesquisa de Doutorado em Ciências Sociais, de Raquel Lindoso, que foca nas lógicas empreendedoras e o trabalho das costureiras domiciliares no agreste de Pernambuco.

Nesse contexto, a crise sanitária vem não só a escancarar a falácia do empreendedorismo, mas também a expor que ele é parte da crise multidimensional (Fraser e Jaeggi, 2018) que estamos enfrentando atualmente, na qual a deterioração das relações e condições de trabalho ocupam um lugar central.

Vale ressaltar que, como parte integrante dos princípios do neoliberalismo, o empreendedorismo, tal como a doutrina que o alimenta, está fadado ao fracasso. Mas, como explicita Rios Neto (2020), “não sem antes produzir uma profunda regressão civilizatória, tendente a ser muito mais avassaladora do que outras registradas na história”³⁵

Nesse sentido, embora venham sendo desmascaradas com a crise sanitária do coronavírus, as ideias de meritocracia e empreendedorismo ainda têm se mostrado suficientemente fortes para continuar compondo as ações governamentais pelo mundo afora, como é o caso do atual do governo brasileiro, que se expressa por meio das restrições de direitos sociais e trabalhistas.

Por fim, é crucial dizer que o empreendedorismo no contexto neoliberal, enquanto alternativa para a crise do desemprego, é marcado pela exclusão. A luta por direitos, comum nas democracias liberais, tornou-se extremamente difícil e talvez impossível frente à racionalidade neoliberal, baseada na radicalidade da individualização e elogio à lógica empresarial. A disseminação do empreendedorismo na contemporaneidade se alimenta, portanto, do recrudescimento da desigualdade social, reflete o abandono de ações públicas de integração social e tem seus efeitos sentidos principalmente pelas populações que desde sempre tiveram os direitos restringidos como, por exemplo, mulheres e negros. Num momento em que as crises afetam de maneira cada vez mais profunda esses setores da população, atingindo um número crescente de pessoas, a farsa do empreendedorismo vem à tona, ao demonstrar que um projeto baseado na exclusão social e no empobrecimento da maioria da população não é sustentável.

Referências:

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Revista Psicoperspectivas: Individuo y Sociedad*, v. 18, n. 3, 2019, pp. 01-11

_____. Uberização, autogerenciamento e o governo da viração. *Margem Esquerda*, v. 1,

35 Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-biopolitica-do-desacoplamento/?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=a-biopolitica-do-desacoplamento&utm_term=2020-09-01>. Acesso em: 27 out. 2021.

- 2021, pp. 55-69.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 16. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012.
- COLBARI, Antônia de Lourdes. A retórica do empreendedorismo e a formação para o trabalho na sociedade brasileira. In: *Sinais – Revista Eletrônica – Ciências Sociais*, Vitória, v. 1, n. 1, abr. 2007, pp. 75-111.
- _____. Do Autoemprego ao Microempreendedorismo Individual: Desafios Conceituais e Empíricos. In: *Revista Interdisciplinar de Gestão Social (RIGS)*, v. 4, n. 1, jan./mar. 2015.
- COLIN, Williams e NADIN, Sara. Entrepreneurship and the informal economy: An overview. *Journal of Developmental Entrepreneurship*, v. 15, n. 4, 2010, pp. 361-378. World Scientific Public Company.
- DARDOT, Pierre. e LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal* (Tradução de Mariana Echalar). São Paulo, Boitempo, 2016.
- DIEESE (2020c, 15 julho). Quem cuida das cuidadoras: trabalho doméstico remunerado em tempos de coronavírus (Estudos e Pesquisas, 96). Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2020/estPesq96covidTrabalhoDomestico.html>>. Acesso em: 9 nov. 2021.
- FRASER, Nancy e JAEGLI, Rahel. *Capitalism: A Conversation in Critical Theory*, Polity Press, 2018.
- FILGUEIRAS, Vitor; Cavalcante, Sávio. O trabalho no século XXI e o novo adeus à classe trabalhadora. *Princípios*, v. 39, n. 159, 2020, pp. 11-41.
- KREIN, José Dari; MANZANO, Marcelo; TEIXEIRA, Marilane; LEMOS, Patrícia. (Org.). *O trabalho pós reforma trabalhista (2017)*. Campinas: Cesit/Unicamp. Volume 1. 2021.
- LEITE, Marcia; VAZQUEZ, Bárbara; BIAVASCHI, Magda; LAPA, Thais, Reforma trabalhista no Brasil e implicações sobre as mulheres. Relatório de Pesquisa, CLACSO, 2020.
- MANZANO, Marcelo e KREIN, André. A pandemia e o trabalho de motoristas e de entregadores por aplicativos no Brasil. Campinas, REMIR. Technical Report, 2020.
- MANZANO, Marcelo e KREIN, José Dari. *Análise da OIT de boas práticas na redução do emprego informal na América Latina e no Caribe Estudo de Caso: Brasil*. Brasília, OIT Notícias. 2014
- OLIVEIRA, Francisco. Economia Brasileira: Crítica à razão dualista. *Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 2, 1972, pp. 03-82.
- PERES, Thiago. Empreendedores ou informais? Distorções conceituais e os trabalhadores por conta-própria no Brasil (Pnad 2011-2015). 42º. *Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)*. Caxambu, 2018.
- PIKETTY, Thomas. *Capital and ideology* Cambridge, Massachussets/London/England:

- The Belknap Press of Harvard University Press, 2020.
- RIO NETO, Antonio. *A biopolítica do desacoplamento*. A Terra é Redonda, 31/08/2020.
- SAFATLE, Vladimir. *Para além da necropolítica*. A Terra é Redonda, 23/10/2020.
- SANDEL, Michael J. *The tyranny of merit. What's become with the common good?* New York, Farrar, Straus and Giroux, 2020.
- SANTOS, Wanderley. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.
- SCHUMPETER, Joseph. *A Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo, Nova Cultura, 1997.
- SOTO, Hernando De. *Economia Subterrânea: uma análise da realidade peruana*. Rio de Janeiro, Globo, 1987.
- TELLES, Vera. Nas dobras do legal e do ilegal: Ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 2, n. 5-6, Jul./Ago./Set./Out./Nov./Dez. 2010, pp. 97-126.

Recebido em: 13/06/2021

Aprovado em: 06/09/2021

Como citar este artigo:

- LEITE, Márcia de Paula e LINDÔSO, Raquel Oliveira. Empreendedorismo, neoliberalismo e pandemia. O desmascaramento de uma ideologia. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 3, set. - dez. 2021, pp. 791-820



O Estado neoliberal no Brasil: a ideologia do empreendedorismo e o fim dos servidores públicos¹

Graça Druck²

Resumo: O artigo parte de uma concepção de sociedade neoliberal, que tem como um dos seus elementos fundamentais a ideologia da concorrência e do empreendedorismo. Discute-se a transformação interna do Estado, realizada por meio de (contra) reformas, subordinando-o à lógica do mercado, reduzindo custos, flexibilizando-o e impondo uma gestão nos moldes da empresa privada (Estado gerencial), utilizando-se da terceirização e da redefinição do estatuto do funcionalismo público, objeto das reformas administrativas em curso no país. Conclui-se que os servidores públicos são parte da classe trabalhadora, com a especificidade de produzirem valores de uso – bens coletivos que respondem às necessidades sociais e, portanto, não estão nem podem estar subordinados à lógica mercantil e da acumulação. Por isso, a sua existência é incompatível com o empreendedorismo.

Palavras-chave: empreendedorismo; servidores públicos; Estado neoliberal; Estado gerencial; neoliberalismo.

1 O artigo é fruto de pesquisa em desenvolvimento com o apoio do CNPq (Bolsa Produtividade) e do PIBIC UFBA (Bolsas de Iniciação Científica).

2 Universidade Federal da Bahia (UFBA) – Salvador – Bahia – Brasil (Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades-CRH, Programa de Pós-graduação em C. Sociais, Programa de Pós-graduação em Serviço Social) – druckg@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0003-0363-6883>

The neoliberal state in Brazil: the ideology of entrepreneurship and the end of public servants

Abstract: *The article starts from a conception of neoliberal society, which has as one of its fundamental elements the ideology of competition and entrepreneurship. It discusses the internal transformation of the State, carried out through (against) reforms, subordinating it to the logic of the market, reducing costs, making it more flexible and imposing management along the lines of the private company (Management State), using outsourcing and redefinition of the status of civil servants, object of administrative reforms underway in the country. It concludes that public servants are part of the working class, with the specificity of producing use values – collective goods that respond to social needs and, therefore, are not and cannot be subordinated to the mercantile and accumulation logic. Therefore, its existence is incompatible with entrepreneurship.*

Key-words: *entrepreneurship; civil servants; neoliberal state; managerial state; neoliberalism.*

El estado neoliberal en Brasil: la ideología del emprendimiento y el fin de los funcionarios públicos

Resumén: El artículo parte de una concepción de la sociedad neoliberal, que tiene como uno de sus elementos fundamentales la ideología de la competencia y el emprendimiento. Discute la transformación interna del Estado, realizada a través de (contra) reformas, subordinándolo a la lógica del mercado, reduciendo costos, flexibilizándolo e imponiendo una gestión en la línea de la empresa privada (Estado gerencial), mediante la subcontratación y redefinición de le estatuto de funcionarios públicos, objeto de reformas administrativas en curso en el país. Concluye que los funcionarios públicos son parte de la clase trabajadora, con la especificidad de producir valores de uso, bienes colectivos que responden a necesidades sociales y, por tanto, no están ni pueden subordinarse a la lógica mercantil y de la acumulación. Por tanto, su existencia es incompatible con el emprendimiento.

Palabras-clave: emprendimiento, funcionarios públicos, Estado neoliberal, Estado gerencial, neoliberalismo

Introdução

No campo da sociologia do trabalho, a discussão sobre empreendedorismo remete ao processo de desenvolvimento da “acumulação flexível” em suas diversas manifestações: o toyotismo, o pós-fordismo, o debate sobre qualificação, competências e empregabilidade, a “nova informalidade” e, mais recentemente, os trabalhadores de plataformas (Abilio, 2019). Esses fenômenos refletem processos históricos distintos e transformações nos padrões tecnológicos e de organização do trabalho, assim como a inserção no mercado de trabalho trazidas pelo capitalismo flexível em seus diferentes momentos, desde os anos 1980 até os dias de hoje. Há um elemento que articula as diversas abordagens e objetos de estudo na atualidade: o crescente processo de individualização do trabalhador, fragmentando os coletivos, transferindo a responsabilidade e os riscos do empreendimento aos trabalhadores e anulando os seus direitos; essas condições passam a ser defendidas não só como a única saída à crise do emprego, mas passam a ser consideradas como libertadoras do controle, como conquista de autonomia e de autogestão do trabalho, constituindo o empreendedorismo neoliberal (Lima, 2010).

O debate contemporâneo sobre uma “cultura do empreendedorismo” ou sobre uma ideologia empreendedora (Torres Oviedo e Misoczky, 2020) assume maior centralidade por conta de sua potencialidade social em reger condutas e a justificar apologeticamente esse novo modo de trabalho e de vida, sendo assim uma alternativa (única) à crise do emprego e ao desmonte dos direitos sociais e do Estado, produto da hegemonia neoliberal há quatro décadas.

A ideologia neoliberal prega que cada indivíduo é responsável por si próprio, a quem é imposta uma “ditadura do sucesso” (Appay, 2005), tornando-se “empregável” e garantindo o seu próprio bem-estar, com acesso ao mercado de serviços, como educação, saúde, previdência, dentre outros, que deixam de ser bens públicos para se tornarem privados. A capacidade de cada um de prover os meios de sobrevivência, através do trabalho e da aquisição dos serviços necessários a sua reprodução no mercado, seria demonstrada pela sua “virtude empreendedora”, isentando o sistema, suas formas de regulação e as opções políticas dos governos e do Estado de qualquer responsabilidade (Harvey, 2014).

A concorrência entre empresas, indivíduos, instituições públicas, em todos os níveis territoriais, é aclamada como qualidade primordial, indispensável aos novos tempos. Sob a lógica do mercado, defende-se que a desregulamentação e a privatização sustentadas pela concorrência eliminam os “entraves burocráticos”, aumentam a produtividade e reduzem custos. A reorganização interna do

Estado é condição necessária para dotá-lo de eficiência e torná-lo competitivo com outros Estados e instituições em termos globais. Este é um processo que depende, no plano mais geral, da globalização do capital, através da mais livre mobilidade possível, sem interferência do Estado, que, por sua vez, entrega a sua soberania ao mercado mundial (Harvey, 2014). Vale acrescentar que isso ocorre, especialmente, nos países periféricos, cuja inserção subordinada nesse processo de globalização, redefine e aprofunda a relação de dependência a que estão historicamente submetidos.

Este texto parte de alguns elementos mais gerais das transformações do capitalismo financeirizado, da hegemonia ideológica do neoliberalismo e da centralidade do Estado, discutindo o seu novo formato, para compreender o lugar do empreendedorismo e suas implicações para os servidores públicos, destacando as suas manifestações no caso brasileiro.³

O embate ideológico e a hegemonia neoliberal

Na visão de Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo não apenas “destrói” instituições e direitos, mas também cria formas de relações sociais, de “maneiras de viver”, em que as subjetividades se expressam numa forma de existência e de comportamento, conformando uma “norma de vida”. Assim, concebem-no como uma nova racionalidade que está na ação dos governantes e na conduta dos governados, uma “razão do capitalismo contemporâneo”, em que se generaliza a concorrência como “norma de conduta” e a empresa como modelo de subjetivação. Inspirados em Foucault, definem o neoliberalismo “(...) como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (Idem, 2016: 17). A mercantilização e a concorrência no capitalismo contemporâneo assumiram outra natureza, pois se tornaram um princípio político geral, que leva “...a racionalidade de mercado a toda existência por meio da generalização da forma-empresa” (idem, 2016: 27).

Essa nova racionalidade como “normas de vida ou de conduta”, ou “maneiras de viver”, ressaltando a centralidade de uma subjetivação neoliberal, corresponde, na visão gramsciana, à noção de hegemonia, compreendida como

3 Não é objeto do artigo, discutir o Estado e as “políticas públicas” de fomento à inovação e ao empreendedorismo, pois o recorte aqui proposto é sobre os servidores públicos, enquanto trabalhadores que compõem o “quadro administrativo” do Estado. Sobre o tema das políticas públicas de apoio ao empreendedorismo ver Roberto Veras, *O apoio do Estado ao empreendedorismo inovador: a experiência do Prime no Brasil*. Revista de Políticas Públicas, 2013.

capacidade de direção moral, intelectual e política de uma classe social que, através fundamentalmente do convencimento, mas não exclusivamente, consegue que os seus valores e ideias sejam não apenas aceitos, mas incorporados pelos dominados como valores seus, que se expressam em suas práticas sociais.

Nesse sentido, a hegemonia neoliberal se efetiva quando a ideologia dominante está na ação dos governantes e na conduta dos governados, e faz do “culto ao mercado” uma crença que impregna quase toda a sociedade, expressa no reforço do individualismo em contraposição à ação coletiva, no estímulo à concorrência em detrimento da solidariedade social e na elevação do mercado e das “coisas” à condição de sujeitos soberanos, aprofundando o processo de fetichização da mercadoria e de alienação do trabalho. Difunde-se uma visão privatista da sociedade, em que se busca a desmoralização de tudo que é público em nome de uma defesa fervorosa do que é privado e se prega a inexorabilidade e inevitabilidade dessa ordem social, política e econômica (Druck, 1996).

O cerne da ideologia neoliberal está na defesa da concorrência como princípio de sociabilidade, transpondo para todas as esferas da sociedade os valores mercantis, transformando os homens em empresários de si mesmos, como agentes que devem agir como empresa, responsabilizando-os individualmente pelo sucesso ou fracasso de seus empreendimentos.

Vale resgatar a formulação de Engels na obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, referindo-se ao lugar da concorrência na sociedade capitalista do Século XIX:

A concorrência é a expressão mais completa da guerra de todos contra todos que impera na moderna sociedade burguesa. Essa guerra, uma guerra pela vida, pela existência, por tudo e que, em caso de necessidade, pode ser uma guerra de morte, não se trava apenas entre as diferentes classes da sociedade, mas também entre os diferentes membros dessas classes: cada um constitui um obstáculo para o outro e, por isso, todos procuram eliminar quem quer que se lhes cruze o caminho e tente disputar seu lugar. Os operários concorrem entre si tal como os burgueses. [...] Essa concorrência entre os trabalhadores, no entanto, é o que existe de pior nas atuais condições de vida do proletariado: constitui a arma mais eficiente da burguesia em sua luta contra ele. Daí os esforços do proletariado para suprimir tal concorrência por meio da associação e daí o furor da burguesia contra essas associações e seu grande júbilo a cada derrota que consegue impor-lhes (Engels, 2008: 117-118).

Naquele momento histórico, Engels já classificava a concorrência como elemento central da moderna sociedade capitalista, compreendida como “uma guerra pela vida”, em que cada trabalhador individualmente se defrontava com

um outro na disputa por trabalho e por emprego. Eram condições objetivas que impunham essa guerra de todos contra todos, que só poderiam ser alteradas através da luta política e da organização coletiva dos trabalhadores e no seu processo de formação enquanto classe social.

O desenvolvimento histórico do capitalismo redefiniu e reconfigurou essa concorrência e foi no terreno da luta de classes que os limites foram dados, com a construção de formas ativas de solidariedade e associação, que estabeleceram direitos sociais e políticos. Nesse processo, o lugar e o papel do Estado têm sido fundamentais. Enquanto “condensação de relações de forças entre as classes” (Poulantzas, 1985), o Estado em determinados momentos se constitui, numa instituição que coloca limites à concorrência desenfreada entre os trabalhadores, quando se estabelece, por exemplo, um conjunto de políticas públicas e de direitos sociais, que respondem a uma demanda social e coletiva fruto das lutas políticas dos trabalhadores, conforme representou o Estado de bem-estar social, por exemplo; em outros momentos, pode tomar uma outra constituição oposta a essa experiência, a exemplo do Estado neoliberal.

Globalização financeira, Estado e o “intervencionismo neoliberal”

O Estado neoliberal vai se configurando sob as transformações trazidas pelo capitalismo flexível, financeirizado e globalizado, resposta à crise do padrão fordista de acumulação a partir dos anos 1970, nos países do centro, e dos anos 1990, no caso brasileiro. Um novo padrão de acumulação, em que a esfera financeira passou a determinar todos os demais empreendimentos do capital, subordinando a esfera produtiva e contaminando os modos de gestão do trabalho, sob o comando da flexibilização, imposta como estratégia central pelo capital. Assim, essa hegemonia da “lógica financeira” impregna todos os âmbitos da vida social, instituindo um novo modo de trabalho e de vida, marcados pela volatilidade, efemeridade e descartabilidade, que conformam a flexibilização/precarização do trabalho (Druck, 1996). Esse movimento de metamorfose da precariedade estrutural do trabalho na sociedade capitalista, para além das condições objetivas, transforma a subjetividade dos trabalhadores, através da busca de legitimidade dessas novas relações de trabalho, justificadas pela construção do “sujeito empreendedor”.

Em um Estado capitalista, radicaliza-se a função de proteger a propriedade privada num grau nunca antes alcançado, derrubando todos os limites. Isso porque, além de garantir que as empresas privadas e os empreendedores cumpram seu papel de inovadores na criação da riqueza – estabelecendo uma

regulação que os libere de qualquer limite para atingir seus fins, a exemplo das contrarreformas trabalhistas –, transfere serviços públicos sob responsabilidade do Estado para o setor privado e incorpora os valores da gestão empresarial privada na administração pública.

A globalização financeira e a permanente reestruturação produtiva são sustentadas por um projeto político e econômico, cujo arcabouço ideológico é fundamental para garantir o pleno desenvolvimento desse padrão de acumulação. O neoliberalismo tem um “caráter disciplinar” central para a sociedade. Há uma “estratégia neoliberal”, compreendida como um “...conjunto de discursos, práticas, dispositivos de poder visando à instauração de novas condições políticas, a modificação das regras de funcionamento econômico e a alteração das relações sociais de modo a impor esses objetivos” (Dardot e Laval, 2016: 191).

O Estado cumpre um papel central nessa nova estratégia de valorizar e propagar uma concorrência sem limites e, como responsável para responder à crise, busca criar novas e melhores condições fiscais e sociais para a valorização do capital. São escolhas políticas que se consubstanciam na aplicação de contrarreformas cujo eixo é a redução do custo da força de trabalho, seja através da subtração de direitos com as “reformas” trabalhistas e previdenciárias para o setor privado, seja através das “reformas administrativas” do Estado, que visam reduzir salários, direitos e vínculos estáveis dos servidores públicos.

A contrapartida dessas contrarreformas é a total subordinação dos Estados nacionais à globalização financeira, encarada pelos governos em geral como uma fatalidade mundial e, portanto, inevitável. Mas é a estratégia neoliberal que desencadeia um conjunto de transformações econômicas e de regulação do Estado que tiram limites à especulação financeira, abrindo mercados, privatizando e internacionalizando o sistema bancário, privatizando empresas públicas e subordinando as empresas privadas de todas as áreas da economia à financeirização.

São regras estabelecidas pelo Estado que incentivam e criam as condições para um crescimento inédito das finanças a nível mundial, cujo volume de transações e valores em dinheiro gerados pela especulação financeira se descolou da produção material (Dardot e Laval, 2016; Harvey, 2014).

Embora os autores franceses Dardot e Laval reconheçam que “nem tudo vem pela mão do Estado” (: 202), pois as inovações tecnológicas e a criação de novos produtos financeiros foram fundamentais para impulsionar essa financeirização, o que objetivam é mostrar o papel ativo do Estado na criação de mecanismos, instrumentos e normas para o desenvolvimento desse capitalismo financeirizado, caracterizando o “intervencionismo neoliberal” e se

contrapondo às análises que opõem o poder do capital financeiro ao declínio da força do Estado.

Dialogando com os autores, considero que, embora esteja de acordo com a centralidade do Estado na conformação de um capitalismo flexível, globalizado e financeirizado em tempos neoliberais, é importante explicitar que este é um tipo de Estado também construído nesse processo. Ou seja, o Estado capitalista sofre transformações, é histórico e, como produto das relações de forças entre as classes sociais, assume nas diferentes conjunturas históricas, configurações distintas. Nesta medida, o Estado de bem-estar social, fruto de um pacto social e do padrão fordista de desenvolvimento capitalista, pode ser considerado como oposição ao neoliberalismo. Diga-se de passagem, as formulações originais, desde Hayek, insurgem-se contra este Estado, pois o consideram como entrave ao livre desenvolvimento do indivíduo e do mercado.

É, portanto, o Estado neoliberal, surgido na era da acumulação flexível, que expressa uma nova relação de poder entre as classes sociais, em que a dominação e hegemonia da classe capitalista atingem um grau nunca antes alcançado na história, pois, sem qualquer compromisso com a classe trabalhadora, impõe um retrocesso social, amplificando as desigualdades econômicas e sociais a nível mundial, instituindo a precarização do trabalho como regra e transferindo a cada indivíduo a responsabilidade por esta nova realidade da sociedade capitalista.

O Estado gerencial, a administração pública empresarial e o empreendedorismo no setor público

No capitalismo contemporâneo, hegemônico pelo neoliberalismo, há uma transformação radical do Estado, que passa não só a incentivar fortemente a concorrência de todos contra todos, como também se reestrutura internamente e em suas políticas, buscando trazer para a ação pública, os valores da empresa privada. Assim:

Essa vontade de impor no cerne da ação pública os valores, as práticas e o funcionamento da empresa privada conduz à instituição de uma nova prática de governo. (...) Determina que o Estado seja mais flexível, reativo, fundamentado no mercado e orientado para o consumidor. (...) Essa mutação empresarial não visa apenas a aumentar a eficácia e reduzir custos da ação pública; ela subverte radicalmente os fundamentos modernos da democracia, isto é, o reconhecimento de direitos sociais ao status de cidadão. (...) Uma “mercadorização” da instituição pública obrigada a funcionar de acordo com as regras empresariais (...) (Dardot e Laval, 2016: 274-275).

A chamada era neoliberal teve uma evolução desigual e combinada nas várias regiões do mundo, até os dias atuais. Do “Consenso de Washington” até o período recente, situações de crises fizeram o neoliberalismo se reinventar. Entretanto, o seu desenvolvimento foi marcado por privatizações de empresas públicas e pelo enxugamento da máquina do Estado, com a redução das políticas públicas universais e com uma forte ideologia norteadora das reformas do Estado – inclusive no Brasil –, que sustenta a necessidade de introduzir no serviço público o modelo gerencial do setor privado.

Puello-Socorrás (2008) faz uma síntese dos modelos que passam a ser elaborados e sugeridos para a administração pública sob as diretrizes do Estado neoliberal. Da “Reinvenção do governo”⁴ de origem norte-americana nos anos 1980, que propunha a transformação das burocracias modernas em governos de corte empresarial, ao “paradigma pós-burocrático” associado ao pensamento sobre as sociedades pós-industriais, sustentam a transformação do cidadão em cliente, na medida em que um Estado empresarial-gerencial deveria superar o Estado de direitos e transitar para a prestação de serviços sociais, agora subordinados à lógica mercantil. Nos anos 1990, surge o *New Public Management* (NPM) ou “Nova Gerência Pública”, que se torna a matriz e paradigma para as reformas do Estado a nível mundial, inclusive a Reforma do Aparelho de Estado no Brasil, em 1995.

A *Public Choise* e *New Public Management* têm como pressuposto que o funcionário público é agente econômico igual a qualquer outro, isto é, um “indivíduo calculador, racional e egoísta, que procura maximizar seu interesse pessoal em detrimento do interesse geral” (Dardot e Laval, 2016: 296). Nessa medida, não se pode diferenciar a esfera pública da esfera privada. Além disso, decretam o fim da “era da burocracia”, que se tornou inchada e de alto custo nos Estados de bem-estar social, que se auto justificava para preservar seus interesses próprios e privilégios e monopolizava um conjunto de serviços que, sem concorrência, não tinham qualquer estímulo à melhoria do seu desempenho. Por isso, propunham que a burocracia deveria ser substituída por uma gestão privada baseada na eficiência e o burocrata deveria se transformar num “empreendedor” (idem, 2016).

O gerencialismo é apresentado como um novo modo de gestão pública que, além de ter por objetivo a redução de custos, busca transformar as instituições públicas através da sua mercadorização, negando, portanto, o Estado de direitos e a cidadania. Adota-se a defesa da “governança de Estado”, que, para Dardot

4 Baseada no livro *Reinventando o Governo*, de D. Osborn e T. Gaebler.

e Laval (2016), tem o intuito de generalizar a norma da concorrência que vai substituindo a ideia de soberania, condenada como ultrapassada no contexto da globalização. Além disso, o Estado se inspira na governança corporativa das empresas privadas submetidas à lógica financeira, e também passa a se subordinar aos interesses do capital financeiro, que detém o monopólio do julgamento da ação pública, tendo como critério os seus interesses econômicos.

Nessa medida, é uma “governança financeira” que estabelece uma parceria “público-privada” permanente, comandada pelos grandes oligopólios e pelas instituições financeiras, que ditam as políticas econômicas e exigem uma reestruturação do Estado, não apenas na sua forma de intervenção, mas no seu corpo administrativo, redefinindo objetiva e subjetivamente o lugar e o papel dos servidores públicos.

Em nome de um discurso falacioso de ineficiência dos serviços públicos e do seu alto custo, prega-se a transformação dos servidores públicos em servidores privados, isto é, seu trabalho e suas atividades só poderão ser eficientes sob uma gestão nos moldes da empresa privada – através da terceirização dos serviços públicos e da redefinição do estatuto do funcionalismo público e suas formas de contratação. Isto porque o incentivo ao bom desempenho é determinado pela concorrência, pois ela é o elemento chave que disciplina a conduta dos trabalhadores e garante a sua subordinação aos valores do mercado. Tal “princípio” justifica a constituição de um “Estado flexível”, em que não há mais lugar para os funcionários estáveis, com vínculos permanentes, pois devem ser substituídos por formas de contrato instáveis, inseguras, cuja permanência depende de concorrer e vencer o outro com quem disputa uma vaga, aniquilando, dessa forma, a ética de cooperação e solidariedade no trabalho dos servidores públicos.

Sem ter a pretensão de discorrer ou sistematizar sobre as formulações acerca do “Empreendedorismo no Setor Público”, que se tornou um tema recorrente nas teorias organizacionais da administração pública, especialmente a partir dos anos 1990, ressaltam-se alguns aspectos que ajudam a compreender como o mesmo vem sendo empregado, debatido e criticado, presentes nas diferentes proposições de estudiosos da administração pública.⁵

Em primeiro lugar, o empreendedorismo no serviço público se situa na defesa de uma necessária modernização do Estado, que precisa se adaptar a novas demandas sociais, inovando na gestão das organizações públicas e de suas atividades. Em segundo lugar, os diagnósticos caracterizam a gestão burocrática

5 Os elementos aqui apresentados foram retirados de um texto síntese de revisão da literatura estrangeira e nacional sobre o empreendedorismo no setor público, elaborado por dois estudiosos da administração pública: Josiel Lopes Valadares e Magnus Luiz Emmendoerfer.

como ultrapassada, que “engessa” o Estado, torna-se empecilho para se adaptar às mudanças e inibe uma cultura empreendedora, inovadora e proativa. Em terceiro lugar, defende que, para viabilizar as necessárias transformações, é preciso mudar a cultura das organizações através da adoção de um “espírito empreendedor”, ou que alguns autores denominam de “Orientação Empreendedora” (Valadares e Emmendoerfer, 2015). Em quarto lugar, a proposta de introdução do empreendedorismo nas organizações públicas está diretamente associada à defesa de um novo padrão de gestão: o gerencialismo, conforme já referido anteriormente.

As diferentes abordagens sobre empreendedorismo no campo da administração pública se inspiram em: i) nas formulações schumpeterianas, em que a inovação é força principal no impulso ao desenvolvimento da economia–; ii) nas teorias comportamentais, cujo foco é o indivíduo como sujeito de perfil empreendedor, que busca a sua auto realização, e onde o meio em que se insere é fundamental para influenciá-lo a agir de forma empreendedora; e iii) na escola corporativa, ou seja, dentro das organizações, também denominado de empreendedorismo corporativo. Este último tem sido o mais recorrente nas análises e proposições que defendem introduzir uma cultura organizacional empreendedora no setor público, apesar das limitadas e imprecisas definições acerca do que seja empreendedorismo nesta área, sendo considerado como um conceito em construção. Entretanto, algumas dimensões são comuns nas diferentes abordagens, como inovação, proatividade e riscos; e se situam no modelo de administração pública gerencial (Valadares e Emmendoerfer, 2015).

No campo da administração pública, há estudiosos que criticam essa transposição do gerencialismo empresarial para o setor público, sem levar em conta as suas especificidades. E são assim sumariadas por Valadares e Emmendoerfer (2015: 90):

Paes de Paula (2005) destaca que a literatura especializada permite encontrar as seguintes limitações no modelo de administração pública gerencial: a) formação de uma nova elite burocrática e centralização do poder nas instâncias executivas (Hood, 1991; Fredeerickson, 1996); b) inadequação da utilização das técnicas e práticas, advindas do setor privado, no setor público; c) dificuldade em lidar com a complexidade dos sistemas administrativos e a dimensão sociopolítica da gestão (Scott, 1995); d) incompatibilidade entre a lógica gerencialista e o interesse público (Hood, 1991).

O que leva Valadares e Emmendoerfer (2015: 94) a concluir que:

(...) O empreendedorismo, portanto, sob a lógica da racionalidade instrumental aplicada às organizações públicas, pode representar um grande risco para a administração pública brasileira, pois manterá os mesmos resultados gerados pelo gerencialismo (a saber: valorização dos instrumentos de gestão e do pensamento ideológico neoliberal). Dessa forma, a despeito de suas contribuições, a implementação do empreendedorismo em organizações públicas não se alinha aos ideais emancipatórios e segue à lógica do desempenho, que norteia o modelo da Nova Administração Pública. Nesse sentido, conforme destaca Sadler (2000), o empreendedor pode se tornar um risco para a administração pública, pois pode adotar várias facetas em busca de seu objetivo próprio, podendo ser caracterizado como um camaleão dentro do setor público, que muda de cor em razão do atendimento de seus objetivos particulares”.

Conforme já referido anteriormente, a lógica gerencial como alternativa apresentada nos vários modelos de gestão pública está subsumida e é produto do Estado neoliberal, cuja concepção de empreendedorismo e de concorrência como valores de conduta, disciplinadores do trabalho, fazem ruir a essência dos serviços e dos servidores públicos, expressa nas reformas administrativas em curso no país.

A reforma neoliberal do Estado no Brasil

É a partir dos anos 1990 que se pode compreender o processo de transformação do Estado brasileiro e de um novo padrão de desenvolvimento, com o esgotamento do modelo de substituição de importações. Filgueiras (2012) denomina o novo padrão de “modelo econômico liberal periférico”, que se estruturou através de profundas mudanças na relação capital-trabalho, na relação entre as distintas frações do capital, na nova forma de inserção internacional econômico-financeira do país e na estrutura e funcionamento do Estado.⁶

6 Existem outras interpretações sobre o “modelo de desenvolvimento” adotado nos anos 1990 no Brasil, a exemplo dos trabalhos dos economistas da Unicamp, como Carneiro, Ricardo; Mariutti, Eduardo, Bastos, Pedro Paulo Zaluth, Sarti, Fernando, Hiratuka, Célio, Maciel, Claudio, Brandão, Carlos, Biancareli, André, Lopreato, Francisco, Baltar, Paulo; Santos, Anselmo dos, Costa, Fernando Nogueira da; Belik, Walter. 2012 “O desenvolvimento brasileiro: temas estratégicos” in Rede Desenvolvimentista, IEUNICAMP; Carneiro, Ricardo Medeiros 2011 “Desafios do desenvolvimento brasileiro”, pp. 15-28 in Carneiro, Ricardo de Medeiros, Matijascic, Milko (Eds.). Desafios do desenvolvimento brasileiro. Brasília: IPEA, dentre outros. Entretanto, nos limites desse artigo, optou-se em não incorporar o debate conceitual sobre “padrão de desenvolvimento”, “modelo de desenvolvimento” e “políticas macroeconômicas” nas diferentes conjunturas históricas no Brasil, o que exigiria um espaço maior para a síntese das distintas análises.

No Brasil e na maior parte da América Latina, submetidos à agenda neoliberal, adotou-se a justificativa, para implementação das reformas do Estado, que a “crise brasileira” era uma “crise do Estado”, que este teria se desviado de funções básicas ampliando presença no setor produtivo, acarretando o agravamento da crise fiscal e da inflação e, portanto, deveria ser “revolucionado”, conforme palavras de Bresser Pereira, Ministro da Administração Federal da Reforma do Estado, criado por Fernando Henrique Cardoso, em 1995.

De acordo com Bresser Pereira (1998), o Estado precisaria ser reconstruído e a Reforma deveria solucionar quatro grandes problemas: a redefinição do seu papel como regulador, isto é, o grau de intervenção no mercado; a recuperação da “governança”, ou seja, a capacidade financeira e administrativa de implementar as decisões do governo, ou a solução da crise fiscal; o aumento da governabilidade, garantindo legitimidade para governar; e a delimitação do tamanho e das funções do Estado, através das privatizações, da “publicização” e da terceirização. A “reforma gerencial” está situada essencialmente em duas dessas diretrizes: na redefinição do tamanho do Estado e no aumento da “governança”, pois é caracterizada como a transformação de uma administração pública burocrática em uma administração pública gerencial.

A “modernização” do Estado brasileiro deveria ocorrer através de uma administração pública “gerencial”, na qual o Estado deve deixar de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social, produzindo bens e serviços para se tornar promotor e regulador desse desenvolvimento. Desta forma, a proposta consiste em:

“Reformar o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado. Daí a generalização dos processos de privatização de empresas estatais. (...) um outro processo tão importante (...) é a descentralização para o setor público não estatal da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado, como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica. Chamaremos esse processo de ‘publicização’” (Brasil. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, 1995: 18).

Os valores de eficiência, produtividade e qualidade devem orientar a prestação dos serviços públicos, com base numa “cultura gerencial das organizações” (Brasil. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, 1995: 21). Diferentemente da administração burocrática, a gerencial deve se pautar no controle dos resultados e não nos processos. Para tal, precisa ter flexibilidade e agilidade

no funcionamento da máquina estatal, cujos serviços devem ser dirigidos ao “cidadão-cliente” (Idem: 24).

O diagnóstico apresentado pelo documento para justificar a nova reforma gerencial responsabilizava a Constituição de 1988, que impôs formalismo, excesso de normas e rigidez de procedimentos. É o controle de processos e não de resultados. E afirma que a legislação que regula as relações de trabalho no setor público é ultrapassada, principalmente pelo seu caráter protecionista, que inibe o “espírito empreendedor” (Brasil. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, 1995: 35).

Os principais resultados dessa reforma, vinte e cinco anos depois, indicam um processo de precarização do trabalho dos servidores públicos e, consequentemente, dos serviços públicos prestados à sociedade. A terceirização cresceu sem controle; o uso de Organizações Sociais, especialmente na área de saúde, avançou enormemente sem a devida fiscalização por parte do poder público; os contratos temporários e CLT cresceram mais do que os estatutários nos municípios e estados, que congregam a maioria dos servidores públicos do país.

Algumas manifestações da lógica empresarial, do privatismo e do empreendedorismo nos serviços públicos

O processo de privatização dos serviços públicos via terceirização pode ser considerado como a forma mais eficiente de tornar hegemônica a concepção de um Estado gerencial, substituindo-se gradativamente o servidor público concursado por relações de trabalho contratuais ou informais regidas por legislação do setor privado. Neste processo, é trazida para dentro do serviço público a lógica empresarial privada em todas as suas dimensões, destacadamente a instabilidade e a rotatividade dos trabalhadores, por meio de contratos precários e provisórios, com baixo padrão salarial e desrespeito aos direitos trabalhistas.

Há uma grande diversidade de formas de terceirização na esfera pública, como as concessões, as parcerias público-privadas, as cooperativas, as Organizações Não Governamentais (ONGs), as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips), as Organizações Sociais (OSs) e a contratação de empresas prestadoras de serviços (intermediadoras de mão de obra). Embora sejam modalidades diferentes de terceirização, o que as unifica é que todas substituem o trabalho do servidor público, reduzindo-o não só numericamente, como redefinindo o seu lugar e a sua importância, desqualificando-o com o objetivo de mostrar que ele não é mais necessário, que pode ser descartado, superado, substituído, uma vez que o discurso dominante insiste na suposta

eficiência de instituições de natureza privada, mais flexíveis e ágeis, em contraposição ao padrão do serviço público brasileiro. Vale mencionar a análise de Coutinho (2021) e Biavaschi et al (2021), sobre os julgamentos da terceirização no serviço público pelo STF, eximindo a administração pública da responsabilidade (subsidiária) pelo pagamento de encargos trabalhistas não assumidos pelas empresas, forte estímulo ao uso da terceirização em suas diversas modalidades.

Embora não se disponha de estatísticas oficiais sobre a evolução do número de trabalhadores terceirizados no serviço público, é possível afirmar, a partir de estudos de casos e informações sobre o uso do trabalho terceirizado nas administrações estaduais e municipais, que o avanço da terceirização ocorreu de forma crescente a partir da Reforma do aparelho de Estado, incentivado pela a Lei n. 9.637/1998, que criou as Organizações Sociais (OSs)⁷, pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que podem exercer atividades de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde e que são qualificadas como tais pelo próprio Poder Executivo (Brasil, 1998).

A terceirização do serviço público no Brasil, além de ser um dos mecanismos mais importantes e eficientes de desmonte do conteúdo social do Estado e de sua privatização, é uma das principais vias que o Estado neoliberal encontrou para pôr fim a um segmento dos trabalhadores – os servidores públicos –, que tem papel crucial para garantir o direito e o acesso aos serviços públicos necessários à sociedade e, sobretudo à classe trabalhadora, impossibilitada de recorrer a esses serviços no mercado. Nesta medida, várias são as modalidades de ataques aos direitos, ao padrão salarial e às condições de trabalho do funcionalismo, consubstanciadas nos ajustes fiscais implantados pelos vários governos desde o início dos anos 1990 até hoje, ajustes esses recomendados e exigidos pelas instituições e classes que representam o capital financeiro globalizado (Druck, 2021).

A proliferação da terceirização em serviços públicos essenciais, como é o caso da saúde, resulta na diminuição do número de funcionários e em sua desqualificação e desvalorização. Na realidade, o que se observa é que o serviço

7 As OSs cresceram muito nas últimas duas décadas, sobretudo na área de saúde, assumindo a gestão de hospitais públicos nos municípios e estados. São responsáveis por redes de subcontratação (terceirização) com o uso de contratos precários e muitas vezes sem seleção pública. Têm sido objeto de auditorias do Tribunal de Contas da União, que revelam frequentes irregularidades e falta de controle do poder público sobre o uso dos recursos públicos. Mais recentemente, durante a pandemia, foram denunciadas por desvio de verbas e até mesmo de vacinas, conforme veiculado pela imprensa.

público no país vem sendo gravemente prejudicado pela falta de investimento e valorização dos servidores, expressa nas reformulações dos planos de carreira e nas reformas da previdência social, nos salários defasados (especialmente nas áreas de educação e saúde), na falta de políticas de qualificação e treinamento e na ausência de incentivos morais e materiais, que, ao lado da prática da terceirização – uma das formas mais precárias de trabalho –, fragiliza a função e a identidade do servidor público, atingindo diretamente o conjunto da sociedade brasileira (Druck, 2016).

A hegemonia neoliberal no Brasil, mesmo que expressa com intensidades distintas em diferentes conjunturas desde os anos 1990, vem contaminando as instituições públicas, apesar de encontrar resistências e movimentos contra hegemônicos. É o caso, por exemplo, das Universidades públicas e das instituições responsáveis pelo financiamento da pesquisa e da pós-graduação no país, como Capes e CNPq.

Os critérios de avaliação acadêmica das pesquisas e dos trabalhos produzidos por docentes e pesquisadores, por exemplo, vêm se desenvolvendo sob uma perspectiva produtivista, “focando nos resultados” e não nos processos, como pleiteia um dos princípios do “gerencialismo”.

Além da tradicional polivalência do professor (ensinar, pesquisar, fazer extensão, gestão administrativa e produzir artigos e livros), acrescenta-se o “*business*”, função que caracteriza a busca por financiamento, a negociação de projetos e convênios com empresas e instituições, além do trabalho de consultorias (Lemos, 2010). Tal atividade é cada vez mais recorrente, por conta dos cortes nos recursos para as universidades públicas, sobretudo as federais, e para as pesquisas. O professor “*business*” precisa demonstrar o seu empreendedorismo como indispensável ao sucesso, pois é ele, segundo a cultura dominante, o responsável para vencer a concorrência com os demais empreendedores na Universidade.

Essa conduta, na avaliação de estudiosos, dilacera a Universidade. Para Chauí (2001:...): “a Universidade [operacional] está estruturada segundo o modelo organizacional da grande empresa, isto é, tem o rendimento como fim, a burocracia como meio e as leis do mercado como condição”. Inúmeras pesquisas mostram o processo de intensificação do trabalho dos docentes e a precarização que se torna sistemática.⁸

8 Ver SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo, Xamã Editora, 2009; VIEIRA, D. Alienação do trabalho docente – o professor no centro da contradição, Ed Quarteto, 2015, dentre outros.

Mais recentemente, em 2019, no governo Bolsonaro, o MEC encaminhou o “Programa institutos e universidades empreendedoras e inovadoras – future-se”, para ser implantado nos Institutos e Universidades Federais, que tinha por objetivo acabar com a autonomia universitária, submetendo as suas atividades, especialmente a pesquisa aos interesses de entes privados e tendo como central a busca por recursos fora do orçamento público, terceirizando a gestão através das organizações sociais e fundações e securitizando o patrimônio público das universidades. Esse “programa” foi apresentado numa conjuntura muito particular propiciada pelo próprio governo: os cortes dos recursos das universidades federais com contingenciamento e bloqueio, gerando uma situação de asfixia, impedida de manter em dia o pagamento de despesas básicas, como luz, água, telefone e todos os serviços terceirizados. Esse corte foi justificado inicialmente pelo ministro da educação porque as universidades só faziam “balbúrdia”. Na realidade, o Programa Future-se era um primeiro passo para que o Estado se desobrigasse do financiamento público da educação superior.⁹

Um dos itens do Programa Future-se era a obrigatoriedade do ensino de uma disciplina sobre empreendedorismo, que deveria ser parte dos currículos de todos os cursos das diferentes áreas da Universidade. Mais uma tentativa de influenciar na formação dos estudantes numa perspectiva mercantil.

O Future-se foi submetido à consulta dos conselhos superiores das universidades federais e foi rejeitado pela quase totalidade delas, inúmeras manifestações em defesa da educação pública foram realizadas no país em 2019. No início de 2020, o governo o transformou em projeto de lei para encaminhar ao Congresso Nacional, mas sequer entrou na pauta para ser votado.

A “reforma trabalhista” dos servidores públicos: PEC 32 - Reforma administrativa

No dia 3 de setembro de 2020, em plena pandemia do Coronavírus, o governo encaminhou ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional – PEC 32, chamada de “Reforma Administrativa”, que “altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa”.

É uma verdadeira “reforma trabalhista” para os servidores públicos. Isto porque ambas têm a mesma motivação: reduzir o custo da força de trabalho;

9 Sobre o Future-se, ver o “Dossiê sobre o Programa Future-se do Governo/MEC e as implicações para a Universidade e a Sociedade”, 2019, organizado pelo Grupo de Pesquisa Trabalho, Precarização e Resistências do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades/CRH-UFBA; ver também o artigo: Future-se: reflexões a partir de uma ideologia da competência e autoritarismo, de autoria de Greice Martins Gomes.

têm os mesmos objetivos: a subtração de direitos; estão subsumidas à mesma lógica de uma mercantilização radical do trabalho e dos bens públicos sob o domínio de um fundamentalismo neoliberal que não tem limites morais nem materiais para impor as regras do mercado e dos interesses privados; e ambas legalizam a precarização do trabalho, que se torna a regra. No caso dos servidores públicos, a “reforma administrativa” propõe substituir os servidores estatutários concursados por contratos precários, temporários, CLT e por um amplo e ilimitado processo de terceirização, utilizando de modalidades já existentes, como as Organizações Sociais.

Entretanto, é necessário compreender que as implicações destas reformas para a sociedade são diferentes. Isto porque as mudanças da PEC 32, ao transformar a natureza dos vínculos da imensa maioria dos servidores públicos, subtraindo-lhes o direito à estabilidade, impede que os serviços públicos necessários à sociedade brasileira, tenham regularidade e continuidade. A precarização do trabalho dos servidores públicos é a precarização dos serviços públicos e, portanto, atinge toda a sociedade.

O eixo da “Reforma Administrativa” é o fim da estabilidade e do Regime Jurídico Único (RJU) e a redução dos concursos públicos, estabelecidos pela Constituição de 1988; isso está em pauta há 25 anos, quando da reforma do aparelho de Estado do governo Fernando Henrique Cardoso, que também propunha acabar com o RJU, a estabilidade dos servidores públicos e flexibilizar o ingresso à carreira pública, reduzindo os concursos públicos.

O grau de sofisticação na exposição de motivos da atual PEC 32 em relação à Reforma do Estado dos anos 1990 é incomparável, pois, no documento assinado pelo atual Ministro da Economia enviado ao Congresso Nacional, a justificativa apresentada retoma genericamente em poucas linhas a ideia de modernização do Estado, numa perspectiva gerencial, pregando que a reforma o tornará mais flexível, ágil e eficiente. Embora o texto não faça referência à Reforma do Aparelho do Estado de 1995, enquadra-se na mesma perspectiva: uma reforma fiscalista regida pela subordinação do Estado brasileiro às finanças, que propõe reduzir e limitar os gastos públicos e subordiná-los à sustentação da dívida pública.¹⁰ Cabe destacar, ainda, a defesa do princípio da subsidiariedade, expressão do Estado neoliberal, cuja função é intervir apenas secundariamente na

10 É o que já está em vigor com a Emenda Constitucional 95, que congelou os gastos sociais por 20 anos e que tem a sua continuidade na “PEC emergencial”, aprovada em março de 2021 (Emenda Constitucional 109), que congela salários, concursos e carreiras, autoriza e constitucionaliza os contratos temporários sem concurso e a redução de jornada com redução de salário, quando as despesas com pessoal atingirem o teto da EC95.

promoção do bem-estar social, já que os “serviços públicos” seriam assumidos prioritariamente por instituições privadas e, apenas os que não fossem de interesse das empresas, seriam assumidos pelo Estado.

Na realidade, a PEC 32/ “Reforma Administrativa” propõe um Estado sem servidores públicos estatutários, cuja consequência será a impossibilidade de manter os serviços públicos tão necessários – agora mais do que nunca –, em função da crise sanitária e econômica amplificada pela pandemia do Coronavírus. É o aprofundamento do ajuste fiscal permanente que se traduz na redução do número de funcionários públicos, através da suspensão de concursos, da quebra da estabilidade, da redução dos salários e da terceirização sem limites, reduzindo drasticamente a disponibilidade de serviços públicos à maioria da população brasileira, que necessita desses serviços, como condição de sobrevivência, especialmente na saúde e educação.

Ademais, há uma natureza ideológica importante da defesa dessa contrarreforma, expressa em declarações do Ministro da Economia, que, em várias oportunidades, confessou um ódio incontrolável aos servidores públicos, qualificados como “parasitas”, “inimigos”, “privilegiados”, “ineficientes”, conforme se lê cotidianamente na grande imprensa, apesar de estarem na linha de frente no combate à pandemia, no SUS, nas universidades, nos institutos de pesquisas, dentre outros. Uma ideologia que nega a necessidade e existência de um tipo de trabalhador cujo trabalho não é produzir mercadorias, mas bens coletivos socialmente necessários, cuja ética é incompatível com um estado gerido como se fosse uma empresa.

A redução do efetivo de servidores públicos estatutários ou até mesmo a sua extinção, a quebra de direitos, a desvalorização salarial, a desqualificação, a desmoralização da sua função e a sua submissão a formas de gestão privadas são transformações que, somadas ao processo de terceirização, constituem uma ofensiva do fundamentalismo neoliberal que tem por objetivo a extinção do caráter público dos bens necessários à reprodução social dos trabalhadores.

Considerações Finais: O empreendedorismo como negação da necessidade dos servidores públicos

No contexto das atuais transformações no mundo do trabalho, é possível identificar dois grandes movimentos em curso: i) as mudanças na regulação do trabalho, através das contrarreformas trabalhistas, quando é decretado o fim da hipossuficiência do trabalhador, sustentação importante para justificar a modernização das relações de trabalho sob a perspectiva do capital, em que todos

devem ser empreendedores ou empresários de si mesmos e concorrer no mercado na busca do sucesso; ii) a revolução tecnológica que trouxe a economia das plataformas, criando os trabalhadores de aplicativos, definidos como “autônomos prestadores de serviços”, dominados pela ideologia do empreendedorismo, negando-lhe a condição de trabalhadores assalariados.

São duas transformações que têm os mesmos objetivos, pois, ao negar a relação de assalariamento e a hipossuficiência do trabalhador, decretam o fim do direito do trabalho e, portanto, o papel protetivo do Estado para minorar a assimetria entre capital e trabalho. Esse processo revela a tentativa do capital de recusar e ocultar o trabalho assalariado, como relação social fundamental do capitalismo, negando, dessa forma, a condição de trabalhadores e buscando impedir que atuem enquanto classe social, pois são agora empreendedores, empresários de si mesmos, animados pela concorrência que, na compreensão de Engels, é a arma mais eficiente da burguesia na sua luta política contra os trabalhadores. Entretanto, mesmo nas atuais condições adversas criadas pelo capitalismo neoliberal, os movimentos dos entregadores de aplicativos, como greves e manifestações nas ruas, reivindicando melhores condições de trabalho e de remuneração e medidas de proteção frente aos riscos da pandemia, demonstram por um lado o grau de precarização do trabalho que estão vivendo e, por outro, que é essa condição objetiva que os fazem agir coletivamente, em colaboração e solidariedade rompendo na prática com a ideologia do empreendedorismo.

E nos serviços públicos? Como se expressam esses dois movimentos? Conforme já analisado, num processo de crescente privatização do Estado, sob formas diversas. É a constituição de um Estado empresarial, a adoção do gerencialismo e do empreendedorismo na administração pública, a terceirização, a precarização das formas de contrato, pondo fim aos servidores estáveis e estatutários e aos concursos públicos. Uma transformação que busca negar a necessidade e existência de um conjunto de trabalhadores, cuja força de trabalho produz bens coletivos, valores de uso para atender às necessidades sociais e não às demandas do mercado.

Nas sociedades capitalistas, os serviços públicos representam o “anti-valor” (Oliveira, 1998), pois são bens coletivos produzidos por servidores que não estão diretamente subordinados à acumulação. Neste sentido, representam uma contra tendência ao capital e são, no capitalismo neoliberal, um empecilho real para a mercantilização de tudo, condição que pode explicar o ódio dos neoliberais aos servidores públicos e a defesa da sua extinção.

Há uma diferença fundamental entre trabalhadores da iniciativa privada, subordinados a um “mercado de trabalho” sob a lógica da acumulação, do lucro

dos empresários para os quais trabalham; os trabalhadores do serviço público que não estão subordinados à lógica da concorrência e, por isso, não podem ser transformados em empreendedores.

A ética do trabalho dos servidores públicos é incompatível com o empreendedorismo. O sentido da sua existência e do seu trabalho é eminentemente social, movidos pela cooperação, pela solidariedade, para produzir os “serviços comuns” da sociedade. Contudo, essa especificidade do trabalho dos servidores públicos não é condição para negá-los como parte da classe trabalhadora, pois são trabalhadores assalariados pelo Estado e se transformaram, nos últimos tempos, num forte campo de resistência às políticas neoliberais, expressas em suas diversas manifestações de luta e combate explícito através de greves e outras formas de atuação e protesto, mostrando a sua importância e capacidade de organização sindical.

É o que demonstra o Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG) do DIEESE. Nos últimos quatro anos (2016-2019), do total de greves no país, em média, 52% foram na esfera pública. No funcionalismo público, 68% foram greves municipais, 29% estaduais e 3% federais. É também no setor público que as greves tiveram maior duração e maior abrangência; a maioria delas teve reivindicações defensivas, com destaque para reajuste e piso salarial seguida de atraso de salário, 13º e férias. O número de entidades sindicais na esfera pública, em 2018, representava 19% do total de sindicatos (2.200) e 14% do total de federações. Se considerarmos que o número total de servidores representa apenas 6% do total dos vínculos formais no país, pode-se compreender o peso da organização sindical pública no atual quadro da representação sindical no Brasil.

A crescente terceirização no serviço público brasileiro, conforme já referido, objetiva enfraquecer a organização dos servidores públicos, pois divide, fragmenta e busca neutralizar a capacidade de luta dos servidores e de suas organizações, com a dispersão da representação sindical, criada pelos diferentes estatutos e vínculos. Por isso, o fim da estabilidade e a substituição dos servidores estatutários por servidores terceirizados, com contratos precários e por tempo determinado, conforme propõe a PEC 32, joga um papel central para a desorganização desses coletivos, fragilizando suas lutas e conquistas (Druck, 2021).

Por isso, transformar os servidores públicos em empreendedores requer a sua extinção enquanto produtores dos bens coletivos e comuns, pondo fim a todo conteúdo social do Estado capitalista. Tal transformação no atual contexto de crise econômica, social, sanitária e política, amplificada pela pandemia do coronavírus, quando a imensa maioria da sociedade necessita de mais Estado, mais políticas públicas e, portanto, mais servidores públicos, coloca uma situação de

alta tensão, que poderá levar a grandes revoltas populares e mudanças políticas importantes, como as novas vias da América Latina estão demonstrando.

Referências:

- ABILIO, Ludmila Costhek. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, Valparaíso, v. 18, n. 3, 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol18-issue3-fulltext-1674>>. Acesso em: 14 out. 2021.
- APPAY, Beatrice. *La dictature du succès – le paradoxe de l'autonomie contrôlée et de la précarisation*. Paris, L'Harmattan, 2005.
- BIAVASCHI, Magda Barros; DROPPA, Alisson; ALVES, Ana Cristina. A terceirização no contexto da reforma trabalhista e as decisões judiciais: limites, contradições e possibilidades. In: *O Supremo e a Reforma Trabalhista – A construção jurisprudencial da Reforma Trabalhista de 2017 pelo Supremo Tribunal Federal*. Porto Alegre, Ed Fi, 2021.
- BRASIL. Presidente. Plano Diretor da Reforma do aparelho do Estado. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Reforma da Administração Federal e do Estado, 1995.
- BRASIL. Lei n. 9.637, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências, 1998.
- BRESSER PERERIA, Luiz Carlos. A Reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. *Lua Nova*, São Paulo, n. 45, 1998, pp. 49-95.
- CARNEIRO, Ricardo; MARIUTTI, Eduardo, BASTOS, Pedro Paulo Zaluth, SARTI, Fernando, HIRATUKA, Célio, MACIEL, Claudio, BRANDÃO, Carlos, BIANCARELLI, André, LOPREATO, Francisco, BALTAR, Paulo; SANTOS, Anselmo dos, COSTA, Fernando Nogueira da; BELIK, Walter. 2012 “O desenvolvimento brasileiro: temas estratégicos” in *Rede Desenvolvimentista*, IEUNICAMP.
- CARNEIRO, Ricardo Medeiros. “Desafios do desenvolvimento brasileiro”. 2011, pp. 15-28. In: CARNEIRO, Ricardo de Medeiros e MATIJASCIC, Milko. (Eds.). *Desafios do desenvolvimento brasileiro*. Brasília, IPEA.
- CHAUÍ, Marilena. *Escritos sobre Universidade*. São Paulo, Ed Unesp, 2001.
- COUTINHO, Aldacy Rachid. Terceirização no setor público vista pela ADC 16, ADI 1923 e tema 246 em repercussão geral: em pauta o STF. In: *O Supremo e a Reforma Trabalhista – A construção jurisprudencial da Reforma Trabalhista de 2017 pelo Supremo Tribunal Federal*. Porto Alegre, Ed Fi, 2021.

- DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *A Nova Razão do Mundo – ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo, Boitempo, 2016.
- DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG) 2019.
- DRUCK, Graça. Globalização, Reestruturação Produtiva e Movimento Sindical. *Caderno CRH (UFBA)*, Salvador, v. 24-25, 1996, pp. 21-40.
- DRUCK, Graça; SENA, Jeovana; PINTO, Marina; ARAÚJO, Sâmia. A terceirização no serviço público: particularidades e implicações. In: CAMPOS, André. (Org.). *Terceirização do trabalho no Brasil – novas e distintas perspectivas para o debate*. IPEA, Brasília, 2018, pp. 113-141.
- DRUCK, Graça. A Terceirização no Serviço Público Brasileiro: Instrumento de Privatização do Estado. In: MARQUES Rudinei; CARDOSO JR, José Celso. (Org.). *Rumo ao Estado Necessário: Críticas à proposta de governo para a reforma administrativa e alternativas para um Brasil republicano, democrático e desenvolvido*. Fonacate, Brasília, v. 1, 2021, pp. 181-199.
- _____. A terceirização na saúde pública: formas diversas de precarização do Trabalho. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 14, supl. 1, 2016, pp. 15-43.
- EMMENDOERFER, Magnus Luiz. *Inovação e empreendedorismo no setor público*. Brasília, Enap, 2019.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo, Boitempo, 2008.
- FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real – Fundamentos, impactos e contradições*. 3. ed. São Paulo, Boitempo, 2012.
- FREDERICKSON, H. George. *The Spirit of Public Administration*, San Francisco, Jossey-Bass, 1996.
- GOMES, Greice Martins. Future-se: reflexões a partir de uma ideologia da competência e autoritarismo. *Revista Novos Rumos Sociológicos*, Pelotas, v. 7, n. 12, ago./dez. 2019, pp. 87-111.
- HARVEY, David. *O Neoliberalismo – história e implicações*. São Paulo, Edições Loyola, 2014.
- HOOD, Christopher. A public management for all seasons? *Public Administration*, v. 69, n. 1, 1991, pp. 03-19.
- LEMONS, Denise. Alienação no trabalho docente: o professor no centro da contradição. *Universidade e Sociedade*, Brasília, v. 45, 2010, pp. 27-37.
- LIMA, Jacob. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? *Sociologias*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, set./dez. 2010, pp. 158-198.
- OLIVEIRA, Francisco. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis, Vozes, 1998.

- PAES DE PAULA, Ana Paula. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social, *Revista Administração de Empresas*, São Paulo, ano 45, n. 1, março 2005.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro, Graal, 1985.
- PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco. *Nueva Gramática del Neo-liberalismo*. Colección Estudios Políticos y Sociales. Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Derecho, Bogotá, 2008.
- SADLER, Robert J. Corporate entrepreneurship in the public sector: the dance of the chameleon. *Australian Journal of Public Administration*, v. 59, n. 2, 2000, pp. 25-43.
- SCOTT, Richard. *Institutions and Organizations*. London, Sage Publications, 1995.
- SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo, Xamã Editora, 2009
- TORRES OVIEDO, Carlos Fernando; MISOCZKY, Maria Ceci. Por una crítica ontológica de la ideología del emprendimiento. *Innovar*, v. 30, n. 78, 2020, pp. 61-73. Disponível em: <<https://doi.org/10.15446/innovar.v30n78>>. Acesso em: 15 mar. 2021.
- VALADARES, Josiel Lopes; EMMENDOERFER, Magnus Luiz. A Incorporação do Empreendedorismo no setor Público: reflexões baseadas no contexto brasileiro. *Revista de Ciências da Administração*, Florianópolis, v. 17, n. 41, abr. 2015, pp. 82-98.
- VERAS, Roberto. O apoio do Estado ao empreendedorismo inovador: a experiência do Prime no Brasil. *Revista de Políticas Públicas*, São Luiz, v. 17, n. 2, jul./dez. 2013, pp. 328-338.
- VIEIRA, D. Alienação do trabalho docente – o professor no centro da contradição. Ed Quarteto, 2015.

Recebido em: 09/06/2021

Aprovado em: 06/09/2021

Como citar este artigo:

- DRUCK, Graça. O Estado neoliberal no Brasil: a ideologia do empreendedorismo e o fim dos servidores públicos. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 3, set. - dez. 2021, pp. 821-844



O Empreendedorismo Contemporâneo ou uma Forma de Mistificação das Relações de Classe¹

Henrique Amorim²

Guilherme Henrique Guilherme³

Felipe Bruner Moda⁴

João Gabriel Selles Pelegrini⁵

Resumo: Tendo como base empírica uma incursão em um *workshop* de empreendedores, temos por objetivo central deste artigo debater a relação entre o modo de vida empreendedor e a mistificação das relações de classe. Argumentamos que, nesse processo de mistificação, os intelectuais orgânicos têm papel fundamental para a construção da subordinação dos trabalhadores aos interesses do capital, pois são responsáveis pela elaboração do empreendedorismo e de sua

- 1 Esse artigo é fruto de pesquisa financiada pela FAPESP e pelo CNPQ. Agradecemos a todos os pesquisadores do GPCT (Grupo de Pesquisa Classes Sociais e Trabalho) pelas discussões coletivas e apontamentos. Gostaríamos de agradecer também ao Prof. Dr. Leandro Galastrini pela leitura e considerações.
- 2 Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – Guarulhos – Brasil – hamorim@unifesp.br – <https://orcid.org/0000-0002-0715-9191>
- 3 Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – Guarulhos – Brasil – gguilherme@unifesp.br – <https://orcid.org/0000-0001-8209-727X>
- 4 Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – Guarulhos – Brasil – felipe.bruner@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0002-4543-9063>
- 5 Universidade Federal de São Carlos (UFScar) – São Carlos – Brasil – j.gabrielpelegrini@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0001-6964-5411>

propagação que objetiva estabelecer um novo consenso social, visando a restaurar e a aprofundar a dominação classista. Equiparando trabalhadores a empresas, o empreendedorismo atua tanto como uma ideologia quanto como uma forma de controle da força de trabalho, já que a conduta de tipo empreendedora se torna uma condição para que trabalhadores e trabalhadoras se mantenham empregados, mesmo em situação precária, e garantam a sua reprodução social.

Palavras-chave: Empreendedorismo; Classes Sociais; Mistificação; Trabalho; Intelectuais Orgânicos.

Contemporary Entrepreneurship or a form of mystification of class relations

Abstract: *Based on an empirical incursion into a workshop of entrepreneurs, this article aims to discuss the relationship between the entrepreneurial way of life and the mystification of class relations. We argue that in this process of mystification, organic intellectuals have a fundamental role to the construction of the workers' subordination to capital, being responsible for the elaboration of entrepreneurship and its propagation that aims to establish a new social consensus to restore and deepen class domination. By equating workers with companies, entrepreneurship acts both as an ideology and as a form of control over the workforce, since entrepreneurial conduct becomes a condition for workers to stay employed, even in precarious situations, and guarantee their social reproduction.*

Keywords: *Entrepreneurship; Social Class; Mystification; Work; Organic Intellectuals.*

El emprendedorismo contemporáneo o una forma de mistificación de las relaciones de clase

Resumen: Basado en una incursión empírica en un workshop de emprendedores, este artículo pretende discutir la relación entre el modo de vida emprendedor y la mistificación de las relaciones de clase. Argumentamos que en este proceso de mistificación, los intelectuales orgánicos juegan un papel fundamental en la construcción de la subordinación de los trabajadores, siendo responsables de la elaboración del emprendedorismo, y su propagación para establecer un nuevo consenso social restaurando y profundizando la dominación de clase. Equiparando a los trabajadores con las empresas, el emprendedorismo actúa a la vez como ideología y como forma de control sobre la fuerza de trabajo, ya que la conducta emprendedora se

convierte en una condición para que los trabajadores se mantengan empleados, aún en situaciones precarias, y aseguren su reproducción social.

Palabras clave: Empreendedorismo; Clases sociales; Mistificación; Trabajo; Intelectuales Orgânicos.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo debater a relação entre o discurso empreendedor e a mistificação das relações de classe que dele deriva, isto é, como a atual valorização do empreendedorismo promove um aparente desaparecimento da divisão classista que estrutura a sociedade e permite avançar novas formas de exploração da força de trabalho. Para tanto, partiremos das análises realizadas por Karl Marx e Antonio Gramsci sobre as classes sociais, enfatizando o papel dos intelectuais orgânicos na elaboração da atual hegemonia classista⁶; intelectuais estes que assumem a perspectiva de propagar e reproduzir a hegemonia capitalista, radicalizando a passivização da classe trabalhadora⁷.

6 Inicialmente, segundo Gramsci, a definição de intelectual parte de um diagnóstico amplo posto que: “*Todos os homens são intelectuais (...)*”, afirmação qualificada com maior precisão ao indicar que “*(...) nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais*” (Gramsci, 1982: 07). Como apresentaremos na próxima seção desse artigo, tal função está relacionada às relações de classe e a posição assumida nela no modo de produção capitalista. Para Gramsci, os intelectuais orgânicos interferem: “*(...) ativamente na vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanente” (...) categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas especialmente em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante* (Gramsci, 1982: 08-09).

7 Gramsci utiliza o conceito de “revolução passiva”, ou “revolução-restauração”, para analisar o processo de *Risorgimento* italiano. Porém, essa formulação pode ser generalizada para outros momentos históricos nos quais a classe dominante promove modernizações conservadoras para restaurar a sua dominação sobre as classes trabalhadoras. Esses momentos são compreendidos pela adoção de uma série de reformas e transformações políticas, econômicas e sociais que restauram o poder classista à classe dominante, sem que, com isso, seja realizada uma revolução política, promovendo assim uma passivização das lutas sociais. Vale ressaltar que nesses processos de revolução passiva há uma necessária contrapartida, isto é, concessões para parcelas da classe trabalhadora, que ao mesmo tempo são afastadas dos processos decisórios do Estado. Tudo isso dá base para transformações sociais traduzidas como progressistas ao conjunto das demais. Ver sobre o tema: Azzarà (2020), Dias (1997), Kebir (2003) e Thomas (2015). No entanto, no contexto do neoliberalismo essa contrapartida não se verifica. O que se observa é a retirada de direitos trabalhistas e a piora das condições de vida das classes trabalhadoras que configura um processo de radicalização da dominação do capital sobre o trabalho. Trata-se, assim, de um contexto no qual o conceito de revolução passiva, elaborado por Gramsci, não pode ser aplicado de forma integral, sobretudo, por que não há ganhos econômicos e sociais de longo prazo que possam comprovar possíveis concessões às classes trabalhadoras. Nesse sentido, optamos por empregar o termo passivização no sentido em que o empreendedorismo mistifica as relações de classe e estrutura um consentimento da classe trabalhadora que radicaliza, ao conformar um novo modo de vida, a sua subalternidade em relação à dominação e à exploração capitalistas.

Procuraremos, nesse sentido, responder à seguinte questão: em que medida o empreendedorismo atua no processo de passivação da classe trabalhadora, mistificando as relações entre as classes sociais? Dessa forma, nossa análise se organiza com base na articulação do empreendedorismo, como modo de vida dominante, às relações entre as classes sociais no capitalismo contemporâneo.

Nossas formulações sobre o empreendedorismo e as classes sociais partem de uma aproximação teórico-empírica do empreendedorismo como um objeto de estudo. Além de apresentarmos criticamente leituras que buscam compreender como o empreendedorismo é mobilizado nos dias atuais, analisamos também material empírico coletado no *XIII Workshop Brasil Red Empreende-Sur*, organizado pela *Red de Empreendedorismo e Innovación para América Latina*⁸, com o tema “Cidades criativas, cidades felizes”. Neste evento, realizamos 16 entrevistas organizadas com base em um roteiro semiestruturado de questões, buscando compreender como os empreendedores ali presentes descreviam o empreendedorismo e de que forma suas rotinas dentro e fora dos ambientes de trabalho eram pautadas por ele. Além disso, acompanhamos os painéis de debates e participamos dos espaços de socialização do *workshop*. Desse modo, as atividades, mesas, palestras e visitas guiadas pelo Instituto Nacional de Telecomunicações (Inatel)⁹ nos auxiliam a descrever e analisar como se configura o que, em outro artigo, denominamos como “modo de vida empreendedor” (Amorim; Moda; Mevis, 2021 e 2021a).

O evento teve como mote central de suas atividades a articulação entre educação, tecnologia e empreendedorismo, tendo sido organizado em conjunto com outras instituições, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Inatel. Traremos para este artigo trechos das entrevistas em que os participantes do *workshop* buscam definir o empreendedorismo

8 O workshop ocorreu entre os dias 15 e 18 de outubro de 2019 na cidade de Santa Rita do Sapucaí, em Minas Gerais. Segundo a página da instituição na internet: “*La Red EmpreendeSUR es un espacio que surge como respuesta a la necesidad de un grupo de académicos relacionados con el emprendimiento y la innovación, a la necesidad de repensar la formación de emprendedores, inicialmente de base universitaria, desde una perspectiva propia con raíz en nuestros países de América Latina. Realiza actividades de intercambio, discusión, e investigación y ha realizado encuentros regulares denominados Workshops en donde los miembros comparten personalmente sus inquietudes e intereses*”. Disponível em: <https://emprende-sur.net/nuevositio/?page_id=136>. Acesso em: 19 out. 2021.

9 O Inatel, local de realização do *Workshop*, segundo a página da instituição na internet, foi “(...) fundado em 1965, o Instituto Nacional de Telecomunicações (Inatel) é um centro de excelência em ensino e pesquisa na área de Engenharia, e tem se consolidado cada vez mais, no Brasil e no exterior, como um celeiro de grandes talentos. Foi a primeira instituição de ensino do país a oferecer um curso superior de Engenharia tendo as telecomunicações como foco. É uma instituição de ensino privada sem fins lucrativos, mantida pela Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações (Finatel)”. Disponível em: <<https://www.inatel.br/home/home/quem-somos>>. Acesso em: 19 out. 2021.

e como compreendem a sua inserção nos processos produtivos e de serviços, buscando, com isso, analisar a tentativa de apagamento ou mistificação da divisão e das contradições entre as classes sociais pelo discurso empreendedor, tal como elaborado e divulgado pelos seus intelectuais orgânicos encontrados em nossa pesquisa de campo.

De modo a expor um panorama geral dos nossos 16 entrevistados: 5 se declararam proprietários de empresas – dentre estes, ao menos dois possuem um aporte financeiro familiar que possibilita a sua manutenção. Em relação às empresas, a maior parte conta com 30 trabalhadores e as menores são *startups* que contam apenas com seus sócio-proprietários. Outros 3 entrevistados já possuíram a própria empresa, as quais ou encerraram as atividades ou se encontram praticamente inativas após seus proprietários se estabilizarem em empregos formais. A renda mensal dos entrevistados varia entre dois e vinte salários-mínimos mensais e, entre eles, existia uma multiplicidade de formas de contrato e de profissões: professores, funcionários públicos, proprietários de empresas de pequeno e médio porte, estudantes, entre outras.

Vale destacar que entrevistamos 2 docentes que lecionam disciplinas de empreendedorismo em instituições de ensino superior, uma pública e uma privada, assim como 2 coordenadores de incubadoras de empresas em universidades, que se articulam diretamente com o empreendedorismo dentro dessas instituições. Esses entrevistados, além de produzirem material com referencial bibliográfico atual acerca do empreendedorismo, ocupam papel relevante na propagação do tema. Por fim, também entrevistamos uma coordenadora de educação básica que, segundo a própria, mobiliza os preceitos empreendedoris-tas em suas formulações pedagógicas.

Nossa análise parte da constatação de que o empreendedorismo se constitui como um modo de vida¹⁰ (Gramsci, 2001) hegemônico, nas sociedades neoliberais contemporâneas, imposto às classes subalternas, marcando uma nova forma social de produzir, de agir e de sentir, em resumo, de se reproduzir socialmente (Amorim; Moda; Mevis, 2021). Tal novidade tem relação direta com as transformações sociais, culturais, econômicas, produtivas e tecnológicas impostas pela emergência do neoliberalismo, o qual teve sua implementação

10 Na década de 1930, ao analisar o fordismo, Gramsci (2001) constrói uma abordagem não restrita à organização e ao trabalho fabris estrito senso. Assim, em *Americanismo e Fordismo*, o autor não limita a compreensão desse contexto à análise dos processos de trabalho e das transformações tecnológicas presentes nas indústrias, demonstrando como o conjunto da vida social (aspectos religiosos, éticos, morais, simbólicos, econômicos, políticos e também tecnológicos) são reconfigurados para atender aos interesses reprodutivos da classe capitalista, baseados, sobretudo, na valorização e na acumulação capitalistas.

política em diversos países a partir da década de 1970, tendo se constituído no Brasil a partir da década de 1990.

O neoliberalismo é, portanto, um conjunto de políticas que dão suporte para a recuperação das taxas de lucro ao impor a primazia do mercado em detrimento do planejamento estatal (Harvey, 2008). Assim, uma de suas características centrais é a de defender a liberação das capacidades empreendedoras individuais, as quais se relacionam com o fortalecimento de uma estrutura institucional que defenda a iniciativa privada, os livres mercados e o livre comércio.

A base teórica que embasa tais transformações políticas e sociais foi desenvolvida, principalmente, por Ludwig Von Mises (2010) e Friedrich Hayek (2010)¹¹, autores que defendem que a liberdade individual só seria alcançada por meio da organização “natural” do mercado, sendo necessário diminuir, até mesmo eliminar, a influência da planificação econômica estatal, que deturparia o funcionamento do mercado e, conseqüentemente, geraria distorções na maneira pela qual os indivíduos seriam recompensados por suas ações.

Assim, todo e qualquer mecanismo de solidariedade social ou coletiva, como os direitos trabalhistas, sindicais e previdenciários, deveriam ser desmantelados, pois as ações interventoras destes forçariam os proprietários dos meios de produção e empresários a empregarem esses meios de forma diferente da que empregariam no livre-mercado (Mises, 2010: 21). Como consequência, não utilizariam toda a capacidade produtiva existente, os levando a diminuir salários e promover o desemprego (Mises, 2010: 33). Em outras palavras, segundo esses autores, o livre desenvolvimento da lógica mercantil capitalista seria a maneira mais eficaz e eficiente de combater as mazelas sociais como, por exemplo, a do empobrecimento.

Essa lógica, no que diz respeito ao empreendedorismo consolidado no neoliberalismo, impõe aos trabalhadores a concepção de serem eles mesmos, cada qual, um “sujeito empresarial” (Dardot e Laval, 2016), ou empresário-de-si (Foucault, 2008), que deve atuar de maneira autônoma no mercado, sem as garantias dos direitos sociais e trabalhistas e em competição com os demais sujeitos-empresariais. Consolida-se, portanto, uma sociedade em que todos podem, e *devem*, ser empreendedores, sendo valorizado um tipo de indivíduo que

11 Mises e Hayek desenvolveram suas teses, respectivamente, nas décadas de 1920 e 1940; porém, a sua difusão aconteceu mais fortemente nos anos 1970, tendo como objetivo combater a política econômica aplicada pelos partidos social-democratas e comunistas e as inspirações keynesianas que propagavam a planificação estatal da economia como forma de garantir o desenvolvimento econômico e social. Para os autores, o Estado interventor atuaria de forma a sobrepor o coletivo ao individual, gerando distorções que destruiriam a ordem social baseada na propriedade privada dos meios de produção (Mises, 2010: 107).

atue no mercado e garanta sua reprodução social sem depender do Estado, pois, pelo menos na aparência, a vontade, o mérito e o esforço próprio passariam a ser valorizados em relação à magnitude da propriedade privada.

O desdobramento lógico disso seria a constituição de uma sociedade não mais dividida em classes sociais, mas uma sociedade na qual todos estariam em igualdade de condições para desenvolver livremente as suas atitudes empreendedoras, com a livre-concorrência sendo uma condição necessária a melhor orientação dos esforços individuais, evitando a servidão do indivíduo ao coletivismo (Hayek, 2010: 58). Os agentes individuais no mercado passariam, dessa forma, a ter liberdade para vender e comprar, tese que pressupõe que todos seriam livres para produzir, vender e comprar qualquer coisa que possa ser produzida ou vendida (Hayek, 2010: 59).

Em contraposição a essa leitura, defendemos, como será detalhado no decorrer do nosso artigo, que a generalização do modo de vida empreendedor atua como um componente central para intensificação da exploração e precarização do trabalho, pois se fundamenta em um movimento de transferência de riscos e custos produtivos para os trabalhadores que acaba por estabelecer relações de trabalho desassistidas de direitos trabalhistas e baseadas em formas de trabalho autogerenciadas (Abílio, 2019; Amorim e Grazia, 2021). Como um novo modo de vida, o empreendedorismo cria, portanto, um novo tipo de trabalhador e de tipo humano que sintetiza um conjunto de relações sociais (laborais, políticas, micropolíticas, morais, econômicas e ideológicas) que orientam a quase totalidade das formas de interação social, reconfigurando a subordinação classista.

Para realizar essa análise crítica do empreendedorismo, levaremos em consideração dois elementos encontrados em nosso trabalho de campo. São eles: 1. o fato da maioria de nossos entrevistados não serem empreendedores, no sentido de terem a posse de algum empreendimento, sendo que muitos deles inclusive trabalham em empregos regulados pela CLT; e 2. a presença neste *workshop* de diversos propagadores do empreendedorismo, os quais denominaremos, com base em Gramsci (1982), de intelectuais orgânicos do capital, que cumprem papel fundamental na produção e propagação de um novo consenso social que visa a mistificar e invisibilizar os conflitos classistas. Assim, a compreensão do discurso de como nossos entrevistados se descrevem e se representam como empreendedores se mostra como um rico dado empírico para nossas análises, pois nos permite localizá-los em como eles mesmos se relacionam dentro e fora do ambiente de trabalho, compreendendo assim o elo que expressa a materialidade das relações sociais nas quais estão inseridos.

Além desta introdução, na qual buscamos pontuar as transformações sociais e ideológicas propagadas pelos formuladores do neoliberalismo para tornar o empreendedorismo o modo de vida hegemônico, o artigo está dividido em mais duas partes. Na primeira delas, debateremos o papel dos intelectuais orgânicos que, como propagadores do empreendedorismo, verbalizam e mobilizam os interesses mais gerais da sociedade capitalista, visando à manutenção da dominação classista de tipo capitalista. Na segunda, analisaremos de forma mais aprofundada o empreendedorismo como um agente mistificador e invisibilizador das relações de classe, o que será realizado com base no material empírico oriundo das entrevistas realizadas. Analisaremos, portanto, como os nossos entrevistados compreendem o que significa *ser empreendedor*, utilizando, concomitantemente, um conjunto de dados e pesquisas sobre empreendedorismo no Brasil que nos permitirá pôr em suspenso a tese segundo a qual todos poderiam ser “empreendedores de sucesso”.

1. O intelectual orgânico e a construção do ideário empreendedor

Embora muito mobilizadas recentemente por seus apologistas, por reportagens e por *best-sellers* que afirmam sua proeminência e atualidade, a figura do empreendedor e a ideia do empreendedorismo já fora teorizada desde as primeiras décadas do Século XX. Na teoria social, o empreendedor foi descrito como o responsável pela valorização social do lucro, tornando-se o agente central para a valorização do acúmulo financeiro no capitalismo (Weber, 2004). Na teoria econômica, o empreendedor aparece como o indutor de rupturas na dinâmica econômica. Eles seriam, portanto, responsáveis pela promoção do próprio desenvolvimento econômico, posto que, se a economia capitalista tende ao fluxo circular, comportando-se de modo estático, o empreendedor criaria a dinamicidade necessária ao seu desenvolvimento, introduzindo novos bens no mercado ou reorganizando os processos produtivos (Schumpeter, 1997).

Contudo, é a partir da década de 1970, com a implementação de políticas neoliberais em muitos países do capitalismo ocidental, que uma nova versão do empreendedorismo encontra solo fértil para seu desenvolvimento. Nesse contexto, o mercado de trabalho desregulamentado e o corte crescente de direitos sociais passam a ser legitimados e naturalizados como horizonte histórico único para o conjunto da classe trabalhadora.

Conforme exposto em Amorim, Moda e Mevis (2021 e 2021a), a queda do crescimento das taxas de lucro de 1970 pode ser apontada como um ponto de inflexão entre as elaborações que defendiam a existência de uma sociedade na

qual todos poderiam ser empresários – proprietários de seus próprios negócios – e a recolocação da figura do empreendedor, baseada em novas premissas. A partir deste período, defende-se não mais a possibilidade de se tornar um grande empresário, proprietário, efetivamente, de capital fixo ou acionário, mas sim a possibilidade de outras e múltiplas formas de *ser* empreendedor.

A premissa de que *todos* podem ser empreendedores de sucesso permanece. No entanto, essa figura passa a aparecer sem que seja necessário, para tanto, ter a propriedade dos meios de produção, a própria empresa ou qualquer forma de propriedade privada. Pelo contrário, o trabalhador “livre de propriedade”¹² pode passar a empreender com sua própria força de trabalho, sendo o responsável por sua autovalorização no mercado de trabalho e por estar, ou não, empregado, promovendo assim a valorização do seu capital humano¹³. Os trabalhadores, neste contexto social, devem estar prontos a concorrer individualmente uns contra os outros no mercado, constituindo uma sociedade baseada na ideia de que todos *poderiam, e deveriam*, ser empreendedores.

Determinadas “características empreendedoras” se tornam, com isso, centrais no mercado de trabalho e a sua apologia é propagada em diversos âmbitos institucionais: na escola; pelo Estado; na mídia; na universidade.¹⁴ A tarefa dessas instituições seria reduzir as contradições de classes sociais ao construir uma noção do que seria “normal”, naturalizando, portanto, as relações entre as classes sociais como relações entre iguais, ocultando assim os distintos interesses nelas representados. Tal construção tem como meta moldar o trabalhador que o mercado, o Estado e as classes dominantes desejam e necessitam. Nesse sentido, criar “grandes narrativas”, compartilhadas pelos subalternos, seria tão necessário quanto as polícias e o exército para a reprodução dos interesses classistas (Mordenti, 2007).

Nesse processo de dominação classista, que ocorre por meio da construção da hegemonia, como já indicado por Gramsci, determinados intelectuais

12 Para Marx (2012), no modo de produção capitalista, o trabalhador é *livre* em um duplo sentido: ele dispõe de sua força de trabalho como pessoa livre e, também, é “livre” de todos os meios necessários para a realização de sua força de trabalho. Ou seja: deve, nessas condições, levar sua mercadoria-força de trabalho ao mercado, já que estaria miseravelmente “liberto” de qualquer outra forma de garantir sua própria existência social.

13 O capital humano, conforme desenvolvido por Schultz (1973), parte de uma concepção que faz equivaler a força de trabalho ao capital, principalmente no que diz respeito à autovalorização proveniente da educação e da formação individual, que, para ele, faria o trabalhador aumentar seu valor no mercado de trabalho.

14 Dias (2012) chama a atenção para esse conjunto de instituições que definem, com base na relação estrutural de dominação, a chamada “normalidade”, naturalizando assim as relações de poder.

seriam “prepostos” do grupo dominante no exercício da hegemonia social e política (Duriguetto, 2014), ou, ainda, “funcionários” da superestrutura, com a função de conservar, elaborar e dar coesão ao projeto de dominação classista (no caso dos intelectuais vinculados à classe dominante). Em suma, esses intelectuais contribuem para a manutenção da hegemonia e para a construção de consensos sociais que reproduzem os interesses das classes dominantes.

Uma das principais formas dessa construção hegemônica do modo de vida empreendedor se dá pelas instituições educacionais. Em nosso trabalho de campo, tivemos contato com alguns formuladores de políticas de educação. Para exemplificar, um de nossos entrevistados, professor de uma Universidade Pública, participou das discussões de reformulação curricular dos cursos superiores de engenharia, que tinha como objetivo “atualizar o currículo” ao inserir o “empreendedorismo” como componente curricular. Para ele, o currículo surgido dessa discussão estabeleceria o “*novo perfil de engenheiros*” e também do “*novo professor de engenharia*”, que buscaria responder à pergunta: “*como é que eu vou formar um aluno para atender às exigências de uma nova sociedade que tá aí, tá na quarta Revolução Industrial?*”¹⁵. Esta educação empreendedora, além disso, não deveria estar restrita ao ensino superior. Seria necessário, segundo ele, uma “(...) *escola de ensino elementar, educação infantil, todas elas (...) permeadas pela cultura empreendedora.*”¹⁶

Esse foi um dos entrevistados que identificamos, entre outros três, como um intelectual orgânico, propagadores do modo de vida empreendedor. Além desse professor de uma universidade federal, havia um outro professor de universidade privada que desempenhava o papel de coordenador de incubação de empresas; uma coordenadora pedagógica de uma escola rural, na região de Santa Rita do Sapucaí, e uma gestora de incubadora local.

Em um primeiro momento, nosso achado de pesquisa não nos falou imediatamente. O que nos chamou a atenção inicialmente foi o fato de todos serem divulgadores do empreendedorismo, muitos até entusiastas, outros “militantes” – termo utilizado por um deles – mas todos se igualavam em seus contratos de trabalho, com direitos e, principalmente, formas de contrato distintas das

15 Segundo Dias (2013), uma das características presentes no processo de construção de hegemonia da classe dominante seria a sua visão de mundo como portadora da modernidade, movimento que busca invisibilizar a reprodução das relações classistas. A apologia da “modernização” daria, assim, corpo à atualização das relações de classe do presente.

16 Alguns pesquisadores, como Dantas e Silva (2014), sugerem, inclusive, que as competências empreendedoras deveriam ser estimuladas ainda na primeira infância, visto que é nessa etapa que a atuação sobre a personalidade seria mais eficaz.

provenientes das formas de trabalho que eles identificavam no trabalho de “empreender”.

Um dos professores entrevistados, quando questionado se era um empreendedor, ofereceu um dado para começarmos a análise que apresentamos aqui: ele nos afirmou que se considerava um “intraempreendedor”:

Porque eu trabalho com desenvolvimento de novas ideias, de novas frentes. Eu tenho que batalhar pelas coisas, eu tenho que convencer pessoas, eu tenho que ser persistente, tenho que ser perspicaz, muitas vezes resiliente. Dentro da própria organização que eu trabalho, várias coisas que acontecem na universidade hoje envolvendo empreendedorismo foram ideias que eu tive e eu fui fazer acontecer. Então, não sou o empreendedor daquele que tem um negócio próprio (...) é por isso que eu enxergo que sou mais intraempreendedor do que o empreendedor de um novo negócio, o que não deixa de ser empreendedorismo (Professor Universidade Privada e coordenador de incubadora de empresas).

Interessante notar que, na descrição que fez de seu trabalho, não mencionou, em momento algum, as características que ele e outros entrevistados destacaram como próprias do empreendedorismo e que apresentamos como sendo as de um “modo de vida empreendedor”. O que aparece em suas palavras é um trabalho que tem como objetivo “convencer pessoas”, organizá-las em torno de uma ideia e “fazer acontecer”. Assim, poderíamos identificar um afastamento entre o que ele defende e o que ele *faz acontecer*. Outro exemplo deste afastamento entre o que é dito sobre o “ser empreendedor” e o trabalho que as pessoas efetivamente fazem se evidencia na presença de uma coordenadora pedagógica, além de tantos outros professores, em um *workshop* que tinha como temática o empreendedorismo e a tecnologia. Ela nos informou, ao responder à questão “*porque se considera uma empreendedora?*”, que realiza um outro tipo de “empreendimento”, isto é, aquele “que busca levar (...) o empreendedorismo” aos “(...) professores e alunos (...)”.

Tal afastamento se desdobra, em nossa perspectiva, na explicitação de uma contradição que não é deles, mas das relações de classe que estruturam essa visão de mundo. Estávamos, portanto, diante dos e das elaboradoras, divulgadoras e organizadoras de um ponto de vista de uma determinada classe social. Eles elaboram discursivamente o empreendedorismo, e educam, na prática, trabalhadores e trabalhadoras para viverem segundo os valores do modo de vida empreendedor.

Esse modo de vida tem, de maneira geral, três características que sintetizam seu sentido classista: 1. Reforçam a conversão de todas as dimensões da socialidade às relações mercantis, a autoridade do mercado; 2. Afastam as trabalhadoras e trabalhadores de formas de experiência e solidariedade classistas e, portanto, de conhecerem as relações de trabalho em que estão inseridos e reconhecerem a “natureza” mercantil de tais relações sociais, propondo um modo de vida alternativo; e 3. Consequentemente, objetivam suprimir o conflito entre as classes sociais ao fazer parecer que todos são iguais ao serem empreendedores, mesmo em suas desigualdades no mercado, subordinando a força de trabalho aos objetivos do capital.

Essa caracterização se fundamenta no diagnóstico de que o modo de produção capitalista está:

(...) premido pelas lutas de classe, pela necessidade constante de revolucionar-se sem cessar. Para realizar-se, ele necessita de um gigantesco aparelho que é, ao mesmo tempo, seu produto e sua condição de existência: o Estado que está destinado a dar maior potencialidade e coerência às classes dominantes e à implementação do monopólio da racionalidade capitalista. É o produto de um conjunto articulado de lutas entre dominantes e dominados, lutas estas que são sobredeterminadas pelos encontros/desencontros entre os próprios dominantes e entre os dominados (Dias, 1997: 39).

Portanto, ao construirmos nossa análise, estamos considerando que nossos entrevistados cumprem uma *funcionalidade* dentro da luta de classes, colocando-se nelas, ao mesmo tempo em que são atravessados pela política hegemônica do Estado capitalista e respondendo, mesmo que muitas vezes não voluntariamente, ao desdobramento dessa luta e a essa política classista. É deles a função, como disse o nosso entrevistado, de “fazer acontecer” o modo de vida empreendedor, ou seja, compete a esses entrevistados – que denominamos intelectuais orgânicos – um papel importante na “(...) reestruturação burguesa da sociedade (...)” (Marx, 2011: 27).

Nesse ponto é que encontramos o trabalho social do intelectual orgânico do empreendedorismo. Ele elabora as três dimensões classistas em sua prática. Ao fazer isto, cumpre uma tarefa historicamente interessada: construir o consenso e transmitir as normas coercitivas do modo de vida empreendedor, já que interferem “(...) ativamente na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’ (...)” ao constituírem “(...) categorias especializadas para o exercício da função intelectual (...) em conexão com todos os grupos sociais,

mas especialmente em conexão (...) com o grupo social dominante (Gramsci, 1982: 08-09).

Quanto à relação orgânica desses intelectuais com o capital, Gramsci (1982: 10) defende que ela ocorre no contexto social em que se inserem, ou seja, nas “superestruturas” das quais são “funcionários”. Podemos, portanto, encontrar uma gradação de tipos de intelectuais orgânicos se tivermos essa relação como referência. Além disso:

(...) Os intelectuais são os “comissários” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativamente nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo” (Gramsci, 1982: 11).

Nesse sentido, a posição de “funcionário” de um determinado aspecto da superestrutura converte os intelectuais orgânicos em “comissários” de uma posição de classe por objetivarem construir o consenso ou os princípios coercitivos orientados aos trabalhadores. Assim, a função organizativa dos intelectuais orgânicos se pauta por reproduzir a ordem social hegemônica, embora Gramsci considere que eles poderiam assumir o ponto de vista da “(...) transformação da ordem social” (Beired, 1998: 125).

No caso de nossos quatro entrevistados, eles assumem a função de divulgadores do modo de vida empreendedor nas universidades e colégios onde desenvolvem o seu trabalho. A posição que assumiam era, portanto, a de transmitir os valores que os trabalhadores deveriam ter para se inserirem no mercado de trabalho. Mas esses não são os únicos. Há outros tipos de intelectuais orgânicos que trabalham pela hegemonia classista empreendedora e de outras formas, os quais também observamos em nosso trabalho empírico.

Uma das presenças centrais no *workshop* foi a de Fernando Dolabela, autor de diversos livros sobre empreendedorismo e, principalmente, sobre pedagogia empreendedora. Fizemos algumas tentativas de entrevistá-lo, o que nos foi rechaçado no momento exato em que o informamos que nossa área de atuação e

pesquisa era a Sociologia. Dolabela concluiu que “deveríamos ser contra o empreendedorismo”. Essa afirmação nos indica sua percepção de que ele próprio está assumindo uma posição, uma visão de mundo que se contrapõe a uma outra.

Se sua negativa nos impossibilitou avançar na compreensão de sua perspectiva, sua presença no *workshop* explica o massivo comparecimento de um grupo de pedagogos e pedagogas, como a coordenadora pedagógica que entrevistamos, e que oferece o empreendedorismo aos seus professores e alunos.

Foi o que Gramsci destacou sobre os intelectuais orgânicos ao abordar a obra de Benedetto Croce. Este, segundo Gramsci, demonstra sua imensa influência cultural e política ao “fazer circular, de uma maneira não pedante, a sua concepção de mundo por meio de toda uma série de breves escritos (...) assimilados como bom senso e senso comum” (Gramsci, 2011: 338 – tradução nossa). Através desses textos, Croce pôde atuar sobre professores da escola primária e secundária, produzindo o que Gramsci chama de “suco gástrico da burguesia”, isto é, uma capacidade de digerir essas ideias e conformar uma poderosa máquina de acomodação das forças sociais aos interesses vitais do grupo dominante (Dias, 2000).

Os intelectuais orgânicos que encontramos no congresso podem ser identificados com esse tipo descrito por Gramsci, posto que, no que diz respeito ao modo de vida empreendedor, parece ser necessária não apenas a existência de intelectuais que desenvolvem o trabalho de elaborar um tipo de economia política que deu base às políticas neoliberais, como Mises e Hayek. Além desses, são necessários aqueles e aquelas que, como nossos entrevistados, “digerem” as teses que expressam a perspectiva do capital as *fazendo acontecer* nos contextos de trabalho em que se inserem, seja na construção do consenso, seja as impondo de forma coercitiva.

Trata-se aqui da análise dos que trabalham elaborando, nas palavras de Gramsci, o senso comum que apareceria como o “*bom senso*”, que reforça e fornece as características empreendedoras que se confundem com o futuro, com o que seria necessário para a inserção social dos trabalhadores, segundo os fundamentos do modo de vida burguês. Esse programa classista não está delimitado apenas ao trabalho dos intelectuais orgânicos, mas é (ou deveria ser, segundo nossos entrevistados), também um projeto de Estado, ao promover políticas educacionais e culturais voltadas para uma educação empreendedora, conforme resume um de nossos entrevistados:

(...) E no momento que você nutre... incentiva a inserção desses conteúdos, e coloca os profissionais, capacita os professores, coloca os profissionais para serem sensibilizados, não em torno de um currículo, mas em torno de um projeto de Estado, o que nós queremos para o nosso Estado daqui 10, 15, 20 anos? Nós queremos ter escolas, [com] a educação empreendedora permeando todo sistema, onde... [se] crie condições e ambientes com uma cultura favorável (Professor de Universidade Federal).

O empreendedorismo, assim, para estes entrevistados, que aqui identificamos como intelectuais ligados à implementação do empreendedorismo, configura-se por uma série de características que podem ser utilizadas na gestão de uma empresa, mas também, na gestão do trabalhador assalariado, de seu próprio “capital humano”. Nesse sentido, o empreendedorismo torna possível a imposição da gerência sobre os trabalhadores que devem: ser proativos, vestir a camisa, ter iniciativa e resolver problemas, caso pretendam se manter empregados e ser considerados trabalhadores produtivos, eficientes e eficazes (Abílio, 2019; Amorim e Grazia, 2021; Amorim; Moda e Mevis, 2021a). Para isso, devem trabalhar como se fossem eles mesmos os proprietários das empresas, o que, para nós, mistifica a relação entre as classes antagônicas, pois coloca, na aparência, trabalhadores e capitalistas em situação de igualdade dentro dos processos produtivos, ao mesmo tempo em que reafirma a dominação de classe, ao adaptar a força de trabalho aos objetivos capitalistas em um contexto histórico particular (Braverman, 1977).

Para os intelectuais orgânicos por nós entrevistados, essas características que atribuem aos trabalhadores os mesmos aspectos presentes na gestão de uma empresa deveriam ser fomentadas desde a educação básica, com a reformulação do currículo escolar. Mais além disso, os entrevistados incentivam e procuram viabilizar, como intelectuais orgânicos do capital, uma formação ampla, que passe por cursos de especialização e constante atualização. Adquirir essa formação, portanto, fundamenta-se como característica essencial para uma sociedade que pretende se atualizar para as condições de acumulação capitalista nos termos do neoliberalismo.

2. Mistificando as relações de classe

Em sua teoria econômica, Schumpeter (1997: 76) defende que produzir significa combinar materiais e forças que estão ao nosso alcance. O desenvolvimento econômico decorreria da realização de novas formas de combinações entre essas forças e matérias, sendo os empreendedores os responsáveis por

este processo. O aspecto fundamental para a produção dessas novas combinações seria o comando sobre os meios de produção, o que significa que “não se trata do privilégio da propriedade privada *per se*, mas apenas do privilégio da propriedade da qual se possa dispor” (Schumpeter, 1997: 79). Assim, já em suas formulações, os empreendedores, chamados de empresários pelo autor, possuiriam função diferente da dos capitalistas. Enquanto os empresários realizariam novas combinações que comporiam o empreendimento e o desenvolvimento da sociedade, os capitalistas seriam os que fornecem crédito, tornando o empreendimento possível. Dessa maneira, os empresários, ou empreendedores, não conformariam uma classe social, como o fazem os capitalistas, pois sua condição social não estaria relacionada à propriedade privada dos meios de produção, mas à maneira com que utilizam esses meios, sendo possível, assim, encontrarmos empresários nas mais diversas classes sociais, pois sua situação fundamental seria marcada exclusivamente pelo comando sobre o uso dos meios de produção.

Entretanto, como salientamos, a partir do advento das políticas neoliberais, a separação entre o empreendedor e os meios de produção foi radicalizada, conformando uma nova versão do empreendedorismo em que até mesmo a necessidade de controle dos meios de produção, sobretudo da força de trabalho, seria suprimida. Nesses termos, as características básicas do indivíduo empreendedor, valorizado nas últimas décadas, são marcadas, por um lado, pela garantia da reprodução social de maneira autônoma, o que faz com que o empreendedor passe a ser identificado sob diversas condições e em várias frentes do trabalho informal, seja como trabalhador autônomo, seja pelo contrato de trabalho via Pessoa Jurídica (P.J.), ou nas figuras dos vendedores ambulantes, dos trabalhadores plataformizados ou ainda como proprietários de nano, micro ou pequenas empresas (Amorim e Grohmann, 2021). E, por outro lado, são identificadas em um conjunto de atitudes, comportamentos e linguagens que os trabalhadores devem mobilizar durante os processos de trabalho.¹⁷

17 O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), principal difusor do empreendedorismo no Brasil, define o indivíduo empreendedor como aquele que possui uma atitude de inquietação, ousadia e proatividade que favorece a criatividade e que resultaria em ganhos econômicos e sociais (SEBRAE, 2001: 09). Colbari (2007: 85-91) demonstra como os preceitos do empreendedorismo não atuam apenas no mercado informal, mas são mobilizados também no trabalho com carteira de trabalho assinada, já que as empresas estariam modificando a sua forma de organizar a produção, buscando desenvolver práticas gerenciais que estimulam a criatividade e a proatividade dos trabalhadores, criando a aparência de centralidade subjetiva dos trabalhadores nos processos de trabalho, sem que tais estímulos rompam com a lógica do mercado e a necessidade do lucro.

Desse modo, o empreendedor deixa de ser o agente da mudança e do desenvolvimento econômico e social, tal como postulado por Schumpeter, para alicerçar novas relações sociais, as quais, na maioria das vezes, resultam em condições de trabalho precárias e que estabelecem um processo de retirada de garantias trabalhistas, tendo por consequência a desvalorização da força de trabalho.¹⁸

Ao comentar a formação educacional dos trabalhadores, um dos nossos entrevistados fornece algumas pistas sobre quais seriam os alicerces dessas novas relações sociais, ao afirmar, em relação aos trabalhadores, que seria necessário “prepará-los melhor” para um contexto de fim das relações de trabalho regulamentadas:

(...) Não para aquele raciocínio (...) de a gente preparar mão de obra para a empresa, para a carteira assinada, para a aposentadoria do INSS... a gente vem ouvindo há muito tempo que isso um dia ia acabar e, na verdade, acabar totalmente eu acho que nunca vai acontecer, mas **a gente está vivendo claramente uma mudança, muita gente hoje tem seu próprio negócio, trabalha em função disso, não tem nenhum vínculo empregatício**, tem contato direto com os seus fornecedores. Então, você tem muito esse aspecto hoje, que **é a eliminação daquele emprego tradicional que ouvíamos falar** (Professor e Coordenador Incubadora de Empresas – grifos nossos).

A temática da desassociação entre a propriedade privada e o comando dos meios de produção, aparece quando questionamos aos nossos entrevistados sobre se considerarem trabalhadores, empresários ou empreendedores. A maioria dos nossos entrevistados se declarou empreendedor, mesmo os que não detinham propriedade privada, empresa ou sequer a gerência de empresa. Vale ressaltar que quase todos os entrevistados, inclusive os proprietários de empresas, desvincularam o empreendedorismo da figura do empresário, tanto no sentido de os empresários não serem necessariamente empreendedores, quanto no sentido de que, para ser empreendedor, não seria necessária a propriedade privada dos meios de produção. Para eles, seria possível ser empreendedor em diversos aspectos da vida, no cotidiano, no trabalho, em casa ou “*na vida, na carreira e no próprio negócio*”, como nos disse uma entrevistada (Coordenadora de uma Incubadora de Empresas). Com isso, o empreendedor se caracterizaria por uma conduta proativa dentro e fora do ambiente de trabalho e que garantiria,

18 Vale frisar que a recusa de vínculos formais de contrato de trabalho é uma forma histórica de controle da força de trabalho (Filgueiras, 2016). No caso brasileiro, o desenvolvimento histórico de nosso mercado de trabalho se mantém estruturalmente baseado em vínculos informais de trabalho, que têm sido, nas últimas décadas, acentuados pelos diferentes processos de terceirização.

sobretudo, a sua reprodução social de maneira autônoma e individual. Assim, o empresário, compreendido em contraposição ao empreendedor, estaria associado a uma estrutura de empresa e trabalho rígida, repetitiva e hierarquizada. Por sua vez, o empreendedor passa a ser identificado a uma organização do trabalho na qual se trabalha em equipe e sem hierarquias, com plena autonomia, mesmo que isso seja apenas uma aparência necessária.

Nossos entrevistados, muitas vezes, verbalizaram essa oposição com base na distinção entre “chefe” e “líder”. O líder, identificado como empreendedor, seria aquele “(...) capaz de desenvolver sonhos (...) e uma visão de longo prazo nas pessoas, permitindo que essas pessoas acordem de um sono profundo. Essa é uma diferença muito grande de um empresário, porque normalmente [este utiliza] o conceito de chefia, o conceito de autoridade” (Professor de Universidade Federal). Seria de responsabilidade do líder garantir a mobilização da equipe de trabalho, que essa equipe “vista a camisa da empresa”, diferente do antigo chefe, que teria o papel de obter resultados dos trabalhadores por meio da simples coerção e autoridade. A partir dessa definição, o líder poderia ter diversas funções dentro do ambiente de trabalho e pertencer a diferentes classes sociais. Configura-se, portanto, uma nova roupagem do empreendedor schumpeteriano; porém, agora não mais promovendo inovações e desenvolvendo economicamente as empresas, mas mantendo a equipe motivada e ditando os ritmos e as cadências produtivas.

Para os proprietários de empresas que entrevistamos, a temática do “vestir a camisa” surgiu com centralidade. Em suas falas, essa atitude seria mais do que algo a ser garantido pela liderança: seria uma imposição a todos os assalariados que pretendem se manter em seus postos de trabalho. Isto significa concretamente que:

As pessoas precisam ter **iniciativa**, precisam vestir a camisa da empresa que trabalham, (...) **procurar olhar a empresa de uma maneira que você pense o que você pode fazer pela empresa**. Porque o que você fizer pela empresa, **vai fazer essa empresa crescer, vai dar motivo para essa empresa te manter lá e você vai crescer junto com ela** (Professor e Coordenador de uma Incubadora de Empresas – grifos nossos).

Aprofundando a resposta ao nosso questionamento sobre o empreendedorismo ser, também, uma característica demandada ao trabalhador no mercado de trabalho, esse mesmo entrevistado nos informou que os trabalhadores devem apresentar as características empreendedoras, pois, caso contrário, estariam fadados a não entrarem mais no mercado de trabalho, mantendo-se, com isso, desempregados.

Essa ideia foi também sublinhada pelo proprietário de uma fábrica da região ao afirmar que “(...) a gente acaba não ficando com as pessoas que não estão vestindo a camisa” (Proprietário de uma Fábrica de Móveis). Assim, as características empreendedoras que os trabalhadores deveriam mobilizar no trabalho apresentam sua dimensão coercitiva, a partir, por exemplo, da ameaça do desemprego para aqueles que não mobilizarem essas práticas no ambiente de trabalho. Ou seja, o modo de vida empreendedor não se configura como uma mera ideologia a qual os trabalhadores devem aderir, mas se caracteriza como um conjunto de normas e regras impostas para que estes trabalhadores sejam produtivos, atendendo aos interesses do capital.

Nesses termos, entendemos que o empreendedorismo se estrutura com base em dois aspectos: como um conjunto de ideias que visam a persuadir os trabalhadores a “colaborarem” com o capital, mas também, e sobretudo, como uma prática gerencial que atua coercitivamente sobre a força de trabalho, que busca mobilizar algumas características comportamentais nos trabalhadores, tendo em vista o aumento da produtividade do trabalho. Ou seja, ao contrário do veiculado pelos intelectuais orgânicos do empreendedorismo, a generalização deste modo de vida não representa uma conquista de autonomia e liberdade no trabalho (e na vida), mas uma radicalização da subordinação aos interesses de valorização e acumulação capitalistas, que são garantidos com base na imposição de um tipo humano formatado para o trabalho autogerenciado, ávido por “colaborar”, custeando sua própria qualificação profissional, sua aposentadoria, seu salário indireto e assumindo todos os riscos que podem surgir como consequência da execução de seu trabalho.

O empreendedorismo, dessa forma, torna-se, a partir do advento do neoliberalismo, um importante fator de gerência e autogerência ou autotaylorização do trabalho (Amorim e Grazia, 2021), pois normaliza nos trabalhadores pensamentos e ações para que tratem as empresas como se fossem de sua propriedade, atuando assim com maior participação, proatividade e iniciativa¹⁹, ainda que isso signifique, por exemplo, uma extrapolação da jornada de trabalho, das doenças ocupacionais e do sobretrabalho.

Entendemos, assim, que o modo de vida empreendedor atua para mistificar a dominação da força trabalho, encobrindo, com mais uma camada, o caráter classista do controle e direção dos processos de trabalho. Atualizando e

19 É importante ressaltarmos que essa participação proativa dos trabalhadores nos processos de trabalho tem como limite os interesses valorativos do capital, não significando, portanto, um aumento da participação dos trabalhadores em decisões relativas aos processos de trabalho (Amorim, 2018; Paulani, 2001).

radicalizando os princípios de Frederick Taylor (1990) sobre as práticas de gerenciamento do trabalho, a diminuição dos tempos e movimentos e de aumento do controle sobre o trabalho não devem mais ser apenas de responsabilidade da gerência ou da engenharia de produção, mas de todos os envolvidos nos processos de trabalho. Assim, aparentemente, ocorreria uma diminuição da hierarquia existente na produção, quando na prática se trata de uma radicalização do controle sobre o trabalhador individual e coletivo.

Trata-se, assim, de uma demanda constante para que os trabalhadores expressem essas características empreendedoras que descrevemos, isto é, que *vivam deste modo*. Mas quem demanda? Seria o sujeito que transfere aos “colaboradores” a responsabilidade pelo controle de seu trabalho e do desenvolvimento das habilidades demandadas por ele? Seria a satisfação do contratante que demanda dos empreendedores que estejam preocupados não com o fim do trabalho, mas por trabalharem até *entregarem tudo* ao cliente? E/ou ainda poderia ser o mercado de trabalho que seleciona os que melhor se encaixam no perfil de empreendedor? Ao apagar o sujeito que realiza tal demanda, todos passam a representar o patrão, o que colocaria fim não só à classe trabalhadora²⁰, mas a todas as classes sociais.

Tal movimento decorre do fato de o modo de produção capitalista engendrar um modo de representação próprio, realizando uma fetichização das posições de classe que deriva da inversão entre sujeito e objeto (Grespan, 2019). Ou seja, a maneira pela qual os agentes sociais do capitalismo se representam na superfície da sociedade seria muitas vezes a inversa daquela apresentada no interior do processo produtivo, mistificando assim as relações de classe. Como exemplo disso, temos o duplo papel dos trabalhadores na superfície das relações sociais, já que são, ao mesmo tempo, trabalhadores nas relações produtivas e proprietários, de si mesmos, nas relações de compra e venda da força de trabalho.

Portanto, a atual valorização dos “trabalhadores empresários-de-si”, muitas vezes realizado pelos próprios trabalhadores devido aos mecanismos de persuasão e coerção presentes na produção da hegemonia, e de uma estrutura produtiva

20 A tese do “Adeus ao proletariado” permeou os estudos sobre o trabalho em especial na década de 1980, a partir das formulações expressas por Gorz (1982) e Offe (1989). Segundo esses autores, o crescimento da automação sobre os processos de trabalho tornaria o trabalho vivo residual na produção de mercadorias materiais, enquanto, no setor de serviços, o qual tem como produto mercadorias imateriais, o trabalho se tornaria imensurável, o que colocaria fim à classe trabalhadora e à teoria do valor-trabalho de Marx. Parafraseamos estas teorias para indicarmos como a atual valorização do empreendedorismo também buscaria pôr fim à classe trabalhadora; porém, agora não mais a partir de transformações nos processos produtivos que diminuiriam a importância do trabalho vivo, mas pela própria negação da condição de classe dos trabalhadores. Para uma crítica às teses do fim do trabalho, ver: Amorim (2017; 2018).

em que, à primeira vista, todos podem ser patrões, está ancorada em uma contradição própria do atual modo de produção, na qual as formas de consciência criam representações distorcidas, fetichizadas, da maneira pela qual as relações de produção são organizadas. Essa representação distorcida tem como condição a aparente igualdade jurídica presente nas relações de consumo, que busca perpetuar a desigualdade presente na produção, visto que a única possibilidade existente para os trabalhadores é a venda da sua força de trabalho.

Tal processo de representação conta também com o já mencionado trabalho dos intelectuais orgânicos que assumem a perspectiva do capital, dando concretude às formas de representação e aos valores que os trabalhadores deveriam incorporar para se apresentarem em um mercado de trabalho regido pela hegemonia classista do modo de vida empreendedor.

A ilusória igualdade presente nos processos produtivos estruturados pelos princípios do empreendedorismo, em que todos seriam patrões, ou líderes, é, portanto, um recurso de controle, na medida em que mistifica as hierarquias presentes entre eles, sobretudo a do capital que centraliza tal poder. Na *aparência*, todos devem se responsabilizar pelos processos de trabalho e serem proativos para a realização de suas atividades, já que o aumento dos ritmos produtivos garantiria a reprodução social de todos. No entanto, essa organização produtiva confirma as relações capitalistas, posto que mantém a propriedade privada dos meios de produção e as formas de controle dos coletivos de trabalhadores sob o mando das empresas capitalistas, sendo, portanto, um mecanismo que reproduz o antagonismo entre as classes sociais.

Este movimento de representação do empreendedor é alicerçado por meio de uma tentativa de naturalização da existência desse modo de vida, isto é, de tornar a-histórica e natural a figura do empreendedor. Busca-se encontrar no passado, no presente ou mesmo no futuro uma forma de legitimar o caráter empreendedor pela construção de um imaginário que positiva situações de sofrimento, identificando o modo de ser empreendedor como uma validação do sucesso ou a possibilidade futura dele, mesmo que o presente seja de sacrifícios pessoais, familiares ou dos coletivos de trabalho²¹, como expresso por nossos entrevistados:

21 Em muitas de nossas entrevistas e, também, nas palestras que acompanhamos durante o *workshop*, chamou nossa atenção a importância da ideia de *disrupção*. O sucesso profissional dependeria de um momento chave no qual o empreendedor seria “disruptivo”, inovando ou criando algo inédito. A *disrupção* também pode ocorrer na vida pessoal. É o caso das narrativas das pessoas que resolveram “mudar tudo abruptamente em suas vidas” e acabaram chegando ao sucesso. A palestra de abertura do *workshop*, com Marcelo Tas, foi centrada em sua *disrupção* de ter “largado” a engenharia e rumado para a área de comunicação. Muito do empreendedorismo, assim, resulta da “espera” pela *disrupção*, que finalmente justificaria todo o sacrifício do empreendedor. No entanto, a possibilidade de aprender com “erros” é privilégio de poucos. Ao trabalhador sem recursos familiares ou pessoais, errar em alguma iniciativa no mercado, quando isso é possível, apresenta-se, contrariamente, como acúmulo de dívidas e empobrecimento.

(...) um dos maiores exemplos que temos, que é o Barão de Mauá. E quando esse cara fez tudo isso? A gente nem pensava em falar do termo empreendedorismo, não era nem um termo que já existia, e o cara era empreendedor. O que eu vejo é que sempre tivemos empreendedores. O Brasil foi descoberto por empreendedores, teve uma migração muito forte de empreendedores, e não é à toa que hoje somos acusados²² de ser um país com uma população muito empreendedora (Professor Universidade Privada).

(...) eu vim de uma família, na minha casa minha mãe é uma empreendedora nata. Então, ela sempre foi autônoma, já trabalhou em algumas empresas, mas de uns 10, 12 anos pra cá ela é autônoma. Então acho que vem de berço mesmo. (Estudante de Engenharia).

Com isso, as características empreendedoras se afirmam em exemplos e em personagens descontextualizados das atuais formas de vida, mesmo que o *tornar-se empreendedor* dependa, como já demonstramos pelos extratos de entrevistas expostos, de um aprendizado e do desenvolvimento de habilidades relativas a um modo de vida criado em determinado contexto histórico e com interesses de classes específicos.

Entretanto, por que essas experiências pessoais do passado são transformadas em mitos de uma individualidade empreendedora descolada no tempo e no espaço? Acreditamos que elas seriam uma forma de cristalizar a ideia de que empreender, quando feito corretamente, é ter sucesso, ou seja, de que empreender é uma condição necessária para vencer na vida, em especial em uma sociedade marcada por altas taxas de desemprego e baixos salários, valorizando assim o esforço próprio dos que buscam romper com essas adversidades. Porém, se tomamos dados sobre o mercado de trabalho brasileiro²³, os benefícios do ato de empreender não se sustentam, sendo necessário à cosmologia empreendedora recorrer a exemplos escassos do passado, ou de casos pontuais do presente, para balizar sua validade, visto que a condição da maioria dos trabalhadores,

22 A escolha pela palavra “acusados” chama a atenção.

23 O trabalho por conta-própria – que muitos autores consideram como uma forma de empreendedorismo – bateu seu recorde histórico em 2019, com mais de 24 milhões de ocupados em um contexto de falta de vagas com carteira assinada (Krein e Oliveira, 2019: 115). O *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM, ou Monitor Global do Empreendedorismo) para o Brasil, em 2019, ao questionar o motivo que levava os empreendedores a empreender, obteve em 88,4% das respostas a alternativa “Para ganhar a vida porque os empregos são escassos” (Greco *et al.*, 2020).

atualmente submetidos a vínculos precários de trabalho, é marcada por baixos salários e dificuldades em garantir a sua própria reprodução social²⁴.

Ao perguntarmos aos nossos entrevistados acerca dos desafios ou dificuldades do empreendedorismo, as respostas tendiam a apontar para as características que se assemelham justamente aos trabalhos informais, sem segurança jurídica/contratual ou estabilidade, os quais são estruturantes das relações de trabalho em nosso país. “*Saber correr risco* (Estudante de Engenharia); “*ser persistente, perspicaz e resiliente*” (Coordenador da uma Incubadora de Universidade Privada); ou, ainda, “*dono do próprio nariz, [ter] flexibilidade, autonomia, [mas] risco de incertezas, empreendimento físico e mental maior*” (Assalariado com Carteira Assinada). Todavia, é possível apontarmos para uma insatisfação da maioria da classe trabalhadora submetida a essas condições. Tal afirmação é corroborada pelos dados da pesquisa “Abrir mão do próprio negócio”, realizada pelo Sebrae em 2015, a qual afirma que a maioria dos empreendedores trocariam as suas ocupações por empregos com carteira de trabalho assinada (SEBRAE, 2016).

Foi marcante encontrarmos em nosso trabalho de campo diversos participantes do *Workshop* que se consideravam empreendedores ou que afirmaram já terem tentado empreender no passado, mas que, no momento das entrevistas, haviam abdicado da “flexibilidade” ao encontrar empregos com maior estabilidade. Um exemplo disso está no relato de um diretor financeiro: “*Eu fui [empreendedor] por 14 anos. E agora eu estou nessa estrutura nova (...) e não sou mais PJ, sou contratado*”. Descrevendo sua experiência quando teve uma micro-empresa, sintetiza: “*(...) a gente tinha muitos altos e baixos, daí veio essa oportunidade desse novo negócio como funcionário e eu achei interessante*” (Diretor Financeiro). Assim, apesar do discurso propagado por seus defensores de que o empreendedorismo seria acessível e positivo a todos, as limitações materiais para o sucesso da figura empreendedora são bastante significativas. As histórias dos diversos exemplos de sucesso que nos foram apresentadas pelos nossos entrevistados, como as de milionários estadunidenses proprietários das *Big Techs* ou de empresas ligadas ao setor financeiro, parecem guardar distância do histórico de vida da maioria dos presentes no *Workshop* e também da imensa maioria das experiências concretas de desemprego, informalidade e precariedade dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros.

24 Nesse processo de tornar o empreendedor neoliberal suprahistórico, tendo em vista a naturalização desse modo de vida, um dos nossos entrevistados citou Jesus Cristo como um exemplo de empreendedor. Busca-se um passado que fundamentaria a construção do empreendedor contemporâneo, identificando-o como uma forma de vida marcada pelo desprendimento e por sacrifícios para romper as adversidades. O contexto histórico é, assim, irrelevante. O que importa é o conjunto de características que tal figura sintetizaria.

Considerações finais

Embora Marx estivesse apresentando uma análise que tinha objeto concretamente distinto do nosso, na primeira parte de *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (2011), indica o papel que as ideias e seus elaboradores tiveram nas transformações da sociedade francesa e inglesa durante os Séculos XVII e XVIII, além do papel dessas e desses no processo contrarrevolucionário burguês na França do Século XIX. Aqui foi de nosso interesse indicar como a reestruturação de uma sociedade está atravessada pela atividade de determinados pensadores, chamados por Gramsci, no século posterior a Marx, de “intelectuais orgânicos”. Essa função não é, sublinhamos, determinada pelas próprias ideias desses “comissários”, mas pela sua posição de porta-vozes das classes dominantes. Indicamos, portanto, um dos desdobramentos da luta de classes, dando centralidade aos que trabalham como “mensageiros” do capital com a finalidade de “(...) de ajustar o trabalhador ao trabalho na sua forma capitalista” (Braverman, 1977: 124).

Mistificar as relações de classe, projetando-se uma harmonia social com base no empenho, perseverança e méritos individuais, não é, com isso, uma ferramenta ideológica presente apenas nesse novo tipo de empreendedorismo contemporâneo. Esse instrumento ideológico já foi utilizado por Adam Smith, Jeremy Bentham, Ludwig Von Mises, Friedrich Hayek e tantos outros intelectuais orgânicos do capital no sentido de propagar um ideário que crie um consenso social capaz de radicalizar a subalternidade da classe trabalhadora em diferentes formações sociais e contextos históricos.

Historicamente, no modo de produção capitalista e em diferentes momentos, instrumentos semelhantes mistificaram o caráter antagônico da relação entre as classes, ocultando a exploração e a desigualdade constituinte entre capital e trabalho, ou seja, entre os proprietários dos meios de produção e os que possuem unicamente a própria força de trabalho como mercadoria. Nesse sentido, o empreendedorismo, no contexto neoliberal, constitui, portanto, uma atualização desse mecanismo, promovendo uma forma atual e hegemônica dessa mistificação.

Para tanto, é central não apenas a elaboração do ideário empreendedor como também a sua divulgação e propagação. Em nossa pesquisa de campo, deparamo-nos com diversos intelectuais orgânicos e divulgadores do modo de vida empreendedor. Responsáveis por reformular currículos pedagógicos a partir de preceitos do empreendedorismo contemporâneo; responsáveis por disciplinas acerca do empreendedorismo em universidades; coordenadores de incubadoras de empresas *start-ups*, que configuram muitas vezes o modelo do

que deveria ser o empreendedorismo, e ainda os responsáveis por escrever e transmitir o empreendedorismo de maneira didática, em linguagem simples e popular. A propagação promovida com base nessas obras, manuais, entrevistas e currículos reforça a autoridade do mercado, submetendo a quase totalidade dos âmbitos da sociabilidade a seus mecanismos, afastando os trabalhadores de formas concretas de experiência de organização classista e do reconhecimento das relações de trabalho nas quais estão inseridos.

Se esperávamos, antes de ir a campo, encontrar majoritariamente proprietários de seus próprios negócios, na realidade, o que pudemos verificar foi a presença desses intelectuais orgânicos e a de trabalhadores, que comparecem a esse tipo de evento procurando se “qualificar” para o mercado de trabalho.

Identificamos, assim, três eixos na constituição e propagação do empreendedorismo: 1. a sua imposição por parte do capital; 2. a sua difusão por parte dos intelectuais orgânicos; e 3. o Estado, que viabiliza essa propagação, tendo como base políticas públicas, elaboração de diretrizes curriculares, financiamento de instituições formuladoras do empreendedorismo, mas também retirando ou desregulamentando direitos trabalhistas, previdenciários e dismantando organizações coletivas da classe trabalhadora, permitindo assim o desenvolvimento concreto do neoliberalismo e o aprofundamento das formas de exploração do trabalho.

Do ponto de vista do capital, a materialização do empreendedorismo fornece novas formas de controle e gerenciamento da força de trabalho assalariada, ditando como o trabalhador deve se posicionar no mercado de trabalho e atribuindo a esse trabalhador a responsabilidade por estar empregado ou desempregado, descolando as relações de trabalho das relações de exploração e das flutuações do mercado de trabalho. O trabalhador deve, para garantir sua própria reprodução, “vestir a camisa”, “ser proativo” e “tomar iniciativa”, tendo em vista o aumento da produtividade e a eficácia na consecução de suas tarefas.

Com base em uma ideia de igualdade social e de oportunidades, cria-se, na prática, um consenso social que justifica ideologicamente a desresponsabilização do Estado em relação a políticas públicas e sociais, abrindo, portanto, o caminho para o aprofundamento do neoliberalismo e da piora das condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora, tendo o Estado um papel ativo neste processo, como podemos observar nas iniciativas estatais de fomento ao empreendedorismo nas relações de trabalho e nos currículos escolares. O Estado, dessa forma, cumpre um papel de promotor da lógica mercantil nas mais diversas relações sociais.

A lógica mercantil capitalista se consolida, impositivamente, como horizonte único para as relações sociais dentro e fora do ambiente de trabalho, reforçando mais ainda uma sociedade marcada pela concorrência, ao mesmo tempo em que, no trabalho, essa competição exige a colaboração e o engajamento do trabalhador aos interesses da empresa. Responsáveis por sua própria sobrevivência e por sua própria situação de emprego ou desemprego, esses trabalhadores também se tornam responsáveis pelos “resultados” de sua empresa-de-si, devendo se portar de acordo com os princípios balizadores do empreendedorismo. Tal processo, como ilustrado em nosso texto, conta com a militância dos propagadores, dos divulgadores, dos intelectuais orgânicos desse modo de vida, que buscam, a partir de representações pontuais e distantes das condições de vida majoritariamente existentes em nossa sociedade, conformar a classe trabalhadora aos seus princípios.

Referências:

- ABILIO, Ludmila. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, v. 18, n. 3, 2019, pp. 01-11.
- AMORIM, Henrique. O trabalho em André Gorz: três reflexões, uma problemática. *Cadernos CRH (UFBA)*, v. 30, 2017, pp. 435-452.
- _____. *Trabalho Imaterial: Marx e o Debate Contemporâneo*. 2. ed. São Paulo, Annablume, 2018.
- _____; GRAZIA, Mauricio. The Precariousness of Immaterial Labor: Self-Taylorization in the Brazilian Software Industry. *Latin American Perspectives*, v. 1, 2021.
- _____; GROHMANN, R. *O futuro do trabalho: entre novidades e permanências*. Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, 2021.
- _____; MODA, Felipe; MEVIS, Camila. O empreendedorismo não é apenas uma ideologia: a subordinação no trabalho plataformizado. In: LEONE, E. T.; PRONI, M. W. *Facetas do trabalho no Brasil contemporâneo*. Curitiba, Editora CRV, 2021.
- _____; MODA, Felipe; MEVIS, Camila. Empreendedorismo: uma forma de americanismo contemporâneo? *Cadernos CRH (UFBA)*, v. 34, 2021a, pp. 1-16.
- AZZARÀ, Stefano. Restauração e revolução passiva pós-moderna no ciclo neoliberal: um transformismo intelectual de massa. *Crítica Marxista*, n.50, 2020, pp.31-47.
- BEIRED, J. L. B. A função social dos intelectuais. In: Aggio (Org.) *Gramsci – a vitalidade de um pensamento*. São Paulo, Unesp, 1998.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977.
- COLBARI, Antônia de Lourdes. A retórica do empreendedorismo e a formação para

- o trabalho na sociedade brasileira. *SINAIS*. CCH-UFES, Vitória, n. 1, v. 1, 2007, pp. 75-111.
- DANTAS, José Guilherme Leitão; SILVA, Lúcia Maria Grilo. Empreendedorismo e empreendedores: o papel da educação. *Sensos*, n. 8, v. IV, 2014, pp. 175-186.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DIAS, Edmundo Fernandes. *A liberdade (im)possível na ordem do capital – Reestruturação Produtiva e Passivização*, Unicamp, 1997.
- _____. *Gramsci em Turim – a construção do conceito de hegemonia*. Xamã, São Paulo, 2000.
- _____. *Revolução passiva e modo de vida – Ensaio sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia*. Sunderman, São Paulo, 2012.
- _____. Intelectuais: para que e para quem? In: *Gramsci no limiar do século XXI*. LOMBARDI, José Claudinei; MAGALHÃES, Lúcia Diana Rocha; SANTOS, Wilson da Silva. (Org.). Campinas, Librum, 2013.
- DURIGUETTO, Maria. *A questão dos intelectuais em Gramsci*. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 118, abr./jun. 2014, pp. 265-293.
- FILGUEIRAS, Vitor. Regulação da terceirização e estratégias empresariais: o aprofundamento da lógica desse instrumento de gestão da força de trabalho. *Cadernos do CEAS*, v. 239, pp. 742-770, 2016.
- FOUCAULT, Michael. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo, Martins Fontes, 2008.
- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2009.
- GORZ, André. *Adeus ao Proletariado – Para Além do Socialismo*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.
- GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.
- _____. Americanismo e Fordismo. In: *Cadernos do cárcere*. v. 4. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- _____. Carta de 25 de abril a Tatiana Schucht. In: GRAMSCI, Antonio. *Cartas do Cárcere (Antologia)*. Galícia, Editora Estaleiro, 2011, pp. 337-338.
- GRECO, Simara et al. *Global Entrepreneurship Monitor – Empreendedorismo no Brasil*. Curitiba, IBQP, 2020.
- GRESPLAN, Jorge. *Marx e a crítica do modo de representação capitalista*. São Paulo, Boitempo, 2019.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo, Editora Loyola, 2008.

- HAYEK, Friedrich. *O caminho da servidão*. São Paulo, Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- KEBIR, Sabine. “Revolução-restauração” e “revolução passiva”: conceitos de história universal. In: COUTINHO, Carlos Nelson. (Org.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2003.
- KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto. Para além dos discursos: impactos efetivos da Reforma nas formas de contratação. In: KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto Vêras de, FILGUEIRAS, Vitor Araújo. (Org.). *Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade*. Campinas, Curt Nimuendajú, 2019.
- MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo, Boitempo, 2011.
- _____. *O Capital*. Livro 1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012 (571).
- MISES, Ludwig Von. *Ação Humana: um tratado de economia*. São Paulo, Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- _____. *Uma crítica ao intervencionismo*. Rio de Janeiro, Nórdica; Instituto Liberal, 1987.
- MORDENTI, Raul. *Gramsci e la rivoluzione necessaria*. Roma, Riuniti, 2007.
- OFFE, Claus. Trabalho: a categoria-chave da sociologia? *RBCS: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 4, n. 10, 1989, pp. 06-20.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O Ornitórrinco*. São Paulo, Boitempo, 2013.
- PAULANI, Leda Maria. O papel da força viva de trabalho no processo capitalista de produção – uma análise dos dilemas contemporâneos. *Estudos Econômicos*, v. 31, n. 4, 2001.
- POCHMANN, Marcio. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo, Boitempo, 2012.
- PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.
- RAMOS, Lauro. *A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001*. Rio de Janeiro, IPEA, 2002.
- SCHULTZ, Theodore. *Capital humano: investimento em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- SCHUMPETER, Joseph. A. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo, Nova Cultura, 1997.
- SEBRAE. *Referenciais para uma Nova Práxis Educacional*. Série Documentos, Brasília, Edições Sebrae, 2. ed. 2001.
- SEBRAE. Relatório Especial Pesquisa “Abrir Mão do Próprio Negócio”. 2016. Disponível em: <[https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/0685e1b2efe4ed065a813cacb97c5d4c/\\$File/5982.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/0685e1b2efe4ed065a813cacb97c5d4c/$File/5982.pdf)>. Acesso em: 26 out. 2021.
- TAYLOR, Frederick. *Princípios de administração científica*. 8. ed. São Paulo, Atlas, 1990.

- THOMAS, Peter. La modernità come rivoluzione passiva. Gramsci e i concetti fondamentali del materialismo storico. In: BOOTHMAN, Derek; GIASI, Francesco; VACCA, Giuseppe (Org). *Studi gramsciani nel mondo*. Gramsci in Gran Bretagna. Bologna: Il Mulino, 2015. pp. 263-84.
- WEBER, Max. *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

Recebido em: 26/07/2021

Aprovado em: 06/09/2021

Como citar este artigo:

AMORIM, Henrique; GUILHERME, Guilherme Henrique; MODA, Felipe Bruner e PELEGRINI, João Gabriel Selles. O Empreendedorismo Contemporâneo ou uma Forma de Mistificação das Relações de Classe. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 3, set. - dez. 2021, pp. 845-873





A gestão do próprio trabalho e vida: uma discussão sobre “empreendedorismo” e gênero a partir de duas trajetórias socioprofissionais¹

Tarcísio Perdígão Araújo Filho²

Isabel Pauline Hildegard Georges³

Resumo: Este artigo propõe discutir os temas do “empreendedorismo” e gênero a partir das trajetórias de duas trabalhadoras, moradoras de periferias em São Paulo e Belo Horizonte. O traçado de suas inserções profissionais em setores clássicos da economia popular brasileira – comércio ambulante e costura – torna-se fio condutor para discutirmos sobre *agência social* e relações de gênero

- 1 Uma versão inicial deste texto foi apresentada no 44º Encontro Anual da ANPOCS, SPG18 – Economias populares, processos de regulação e desigualdades. Financiamento: Bolsa de doutorado FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), processo número: 2017/02638-3; Projeto de pesquisa CNPq-IRD “As novas configurações do trabalho e trajetórias de inserção de populações de baixa renda”, 2007-2011, coord. Márcia de Paula Leite (Unicamp) e Isabel Georges (IRD); Projeto de pesquisa CNPq-IRD “A nova gestão da questão social no Brasil: entre participação e mercantilização”, 2011-2015, coord. Jacob Carlos Lima (UFSCar) e Isabel Georges (IRD); Projeto de pesquisa Agence Nationale pour la Recherche Les Suds II (ANR Les Suds II – Latinassist), “Offre institutionnelle et logiques d’acteurs : femmes assistées dans six métropoles d’Amérique latine”, 2011-2014, coord. Bruno Lautier, Blandine Destremau, Isabel Georges
- 2 Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos – Brasil – tarcisioperdigao@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0003-2446-2296>
- 3 Institut de Recherche pour le Développement (IRD) – Développement et Sociétés (DEVSOC) – Nogent-sur-Marne – França – Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos – Brasil - isabel.georges@ird.fr - <https://orcid.org/0000-0002-8789-1912>

diante de uma normalização das instabilidades da vida. Observamos que as mulheres operam um deslocamento da noção corrente de “empreendedorismo”, ultrapassando a dimensão do trabalho nas suas diversas formas.

Palavras-chave: empreendedorismo; trabalho autónomo; relações de gênero; análise de trajetórias; economia popular

Work and life management: a discussion on “entrepreneurship” and gender from two socio-professional trajectories

Abstract: *This article aims to discuss “entrepreneurship” and gender based on the life trajectories of two female workers, residents of the peripheries of São Paulo and Belo Horizonte. The tracing of their professional insertions within classic sectors of the Brazilian popular economy – street commerce and sewing – becomes a thread to approach social agency and gender relations in the context of the normalization of instabilities of life. In analysing womens narratives on their own paths we observe a displacement of the current notion of “entrepreneurship” transcending the dimension of work in its various forms.*

Keywords: *entrepreneurship; work and self-employment; gender relations; analysis of socio-occupational trajectories; popular economy.*

Gestionar el propio trabajo y la propia vida: un debate sobre el “empreendedorismo” y el género desde dos trayectorias socioprofesionales

Resumen: Este artículo propone discutir “empreendedorismo” y género a partir de las trayectorias de dos trabajadoras, habitantes de las periferias de São Paulo y Belo Horizonte. El rastreo de sus inserciones profesionales en sectores clásicos de la economía popular brasileña – la venta ambulante y la costura – se convierte en un hilo conductor para discutir la agencia social y las relaciones de género frente a la normalización de las inestabilidades de la vida. Observamos que las mujeres operan un desplazamiento de la noción actual de “empreendedorismo”, más allá de la dimensión del trabajo en sus diversas formas.

Palabras clave: empreendedorismo; autoempleo; relaciones de género; análisis de trayectorias sociolaborales; economía popular.

Introdução

Este texto se propõe a discutir o cruzamento dos temas do trabalho por conta própria e gênero a partir da análise de trajetória de duas trabalhadoras oriundas dos meios populares, moradoras de periferias em Belo Horizonte e São Paulo, aqui nomeadas como Ruth e Carla. Em meio à reinvenção permanente de suas vidas, e das suas formas contínuas de reorganização nas suas diversas dimensões fundamentais (inclusive entre a vida e a morte), o percurso de suas inserções profissionais se torna o fio condutor para entender facetas pouco iluminadas da sociabilidade urbana, identificadas nas interseções entre o mundo do trabalho e a vida familiar. Assim, visamos ressaltar nuances importantes de diferentes entradas para o trabalho autônomo que, no contexto do capitalismo neoliberal extremado, vincula-se, não raro, à genérica noção de “empreendedorismo”.

Para isso, abordaremos a agência social diante da normalização da instabilidade na vida. Esta normalização surge frente a um estado das relações capital-trabalho – para retomar esta categorização marxiana fundamental – em que o questionamento e a negociação (coletiva) das condições desse “fato consumido” não parece (mais) fazer parte do horizonte de ação desta fração dos trabalhadores, ou da classe trabalhadora. Por essa perspectiva, observamos um deslocamento, por parte das mulheres, da percepção de suas ações decisivas, extrapolando a dimensão do trabalho em sua acepção convencional, vinculada à perspectiva masculina dominante. Exploraremos esse ponto de vista situado, tematizando a construção do gênero feminino através da mediação entre as diversas esferas da (re)produção da vida. Por esse viés, é interessante lembrar a diferenciação proposta entre as desigualdades frente à vida “biológica” (em termos da capacidade dos sujeitos de se manterem vivos) e à “experiência de vida”, ou seja, o “como vivemos”, proposta por Fassin (2018)⁴. Não se trata de nos limitarmos ao desvendamento das desigualdades frente às diferentes esferas sociais, mas, também, questionar os modos de vida; nessa direção, gostaríamos de propor algumas reflexões.

Dentre os variados materiais empíricos, as entrevistas em profundidade, voltadas à reconstituição das trajetórias de vida e origem familiar, são o recurso mais central para elaboração das análises em tela. Elas foram realizadas com interlocutoras que já haviam criado vínculo com os pesquisadores antes das

4 Argumento também apresentado na aula inaugural no *Collège de France*, em janeiro de 2020, em Paris, intitulado “*L'inégalité des vies*”. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=xOKTo44ZKLU&t=1162s&ab_channel=Coll%C3%A8ge%20de%20France>.

Acesso em: 26 out. 2020.

entrevistas, o que propiciou tanto maior densidade descritiva quanto analítica. Além disso, suas histórias apresentam, de forma emblemática, a articulação entre esferas, um fato geral que ultrapassa a singularidade desses dois casos, tornando-se meio para refletir sobre como as políticas sociais podem se tornar um constrangimento complementar às demais adversidades vividas.

As trajetórias de vida que constituem as tramas deste artigo fazem parte de dois corpos distintos de dados de pesquisa, compostos, além das entrevistas, por observação participante, análise documental, entre outras fontes de dados qualitativos. A primeira pesquisa, realizada entre 2014 e 2021, visa à compreensão do universo do comércio ambulante em Belo Horizonte, bem como suas formas contemporâneas de controle e regulação. Já a segunda tem como objeto de análise as políticas de saúde e de assistência na cidade de São Paulo, e foi realizada entre 2008 e 2014 (Georges e Santos, 2016). Considerando-se que partem de diferentes questões de pesquisa, o cruzamento de seus resultados tem se mostrado um mote profícuo para as reflexões em torno do tema do trabalho – em sua acepção ampliada – nos meios populares urbanos desde uma perspectiva multi-escalar⁵.

5 A perspectiva multi-escalar significa se interessar tanto pela construção das subjetividades dos atores (pertencentes a diferentes níveis hierárquicos e/ou atrelados a diferentes setores/instituições/grupos sociais, sejam elas centrais ou adjacentes ao interesse de pesquisa); assim como pelo sentido mais amplo de contribuição para as formas de operacionalização, seja de processos de trabalho, ações estatais, programas sociais, desde o âmbito local, mas compreendidas, por sua vez, como uma dimensão das conjunturas e dinâmicas diversas (políticas, sociais, mercantis, etc.), observáveis em níveis regionais, nacionais e global, que se cruzam mutuamente conforme relações de poder variáveis ao longo do tempo e do espaço, e dos atores em foco (Georges e Rizek, 2016). No campo das políticas de saúde e de assistência, mais concretamente, essa perspectiva articula a compreensão da construção das subjetividades dos trabalhadores de diversos níveis hierárquicos e estatutos frente à instituição, pelas diversas entes das cadeias de terceirização, pelas políticas entrecruzadas em diversos níveis administrativos e territoriais, pelos mecanismos da democracia representativa e participativa, assim como pelo sentido mais amplo de contribuição de suas formas de operacionalização em âmbito local, para com a conjuntura local e nacional, assim como por seu atravessamento por dinâmicas e tensões mundiais, como, por exemplo, a penetração do mercado de saúde por grandes conglomerados internacionais, mas também a circulação de certos modelos e formatos de políticas sociais (Georges e Santos, 2016). Já no campo de estudo sobre o comércio popular, a perspectiva multi-escalar permite a compreensão dos modos de organização e funcionamento das diferentes modalidades de comércio, seja na rua ou em espaços fechados; seja entre os vendedores clandestinos ou licenciados; assim como as interações estabelecidas junto a outros participantes da cena local, como os agentes que atuam diretamente no controle e regulação destas práticas. Leva-se em conta, portanto, desde o nível das interações e construção das subjetividades destes atores, passando pela conformação de circuitos mercantis (nas fronteiras do legal e do ilegal), possibilidades diversas de trabalho e outros fatores da sociabilidade popular que extrapolam as dinâmicas locais. Isto é, considera-se os circuitos transnacionais de importação de mercadorias; as redes empresariais que estabelecem parcerias com prefeituras por todo o Brasil em nome de uma “solução” ao comércio ambulante; a formação de mecanismos de regulação e políticas de revitalização urbana influenciadas, por sua vez, por correntes políticas de abrangência nacional e global, a circulação de tecnologias sociais de gestão urbana, etc. Resumidamente, o sentido político de nossos objetos empíricos circunscritos ultrapassa, e de longe, a escala local e/ou nacional, da mesma forma como está sendo captado por dinâmicas transversais. Essa abordagem teórico-metodológica, inspirada do antropólogo George Marcus (1995), supõe a ideia de seguir o objeto de pesquisa para identificar as suas relações e inserções nos seus níveis pertinentes para entendê-lo.

Ruth é uma das principais interlocutoras da pesquisa sobre o comércio ambulante em Belo Horizonte. Se somente a partir de 2017, aos 53 anos, passou a assumir o trabalho nas ruas como sua atividade principal, atuando como “caixeira”⁶, a prática do comércio ambulante parece permear toda sua trajetória, desde a infância. Adquiriu certa popularidade em 2018, quando apareceu em uma reportagem de um canal televisivo local que cobria ações de fiscalização. Aos prantos, enquanto via suas mercadorias serem apreendidas pelos funcionários da prefeitura, fez um desabafo sobre o sofrimento dos trabalhadores e trabalhadoras das ruas. Após a transmissão, o vídeo viralizou pelas redes sociais.

Carla, à época de sua primeira entrevista, em 2008, realizada em seu local de trabalho, atuava como Agente Comunitária de Saúde (ACS) no posto de saúde João Paulo II (Unidade Básica de Saúde – UBS), no bairro Cidade Tiradentes. Três anos depois, na ocasião da segunda entrevista ocorrida em seu domicílio, no mesmo bairro, já trabalhava como técnica em farmácia em uma unidade de Pronto Atendimento (PA). Essas entrevistas se integram em um estudo que buscou compreender os mecanismos de funcionamento dos serviços de saúde e assistência no contexto das assim chamadas “novas” políticas sociais⁷, a partir das experiências de suas trabalhadoras e beneficiárias. A novidade trazida por esses programas diz respeito ao suposto rompimento com a lógica assistencialista. Aproveitando-se das organizações territoriais e familiares das periferias, os assistidos são incentivados a participar do próprio desenvolvimento, tornando-se corresponsáveis por ele (Destremau e Georges, 2017). A exemplo do percurso de vida de Carla, há uma linha tênue entre a circunstância de “trabalhar nas pontas” dos programas e a condição de ser “beneficiária” (Georges e Santos, 2016)⁸.

A despeito de suas diferentes ocupações, Ruth e Carla são de gerações próximas. Tendo nascido, respectivamente, nas décadas de 1960 e 1950, suas trajetórias perpassam a Ditadura Militar, o processo de redemocratização e o período de governo federal petista. Além disso, trata-se de mulheres negras (mães e esposas), de origem popular, moradoras das periferias de metrópoles brasileiras que, portanto, conduziram suas vidas figuradas em “lugares sociais” similares,

6 Em Belo Horizonte, são chamados “caixeiros” os ambulantes que, fazendo uso de caixas de isopor sobre carrinhos de mão, vendem bebidas (refrigerantes, água, cerveja) em eventos festivos realizados nos espaços públicos.

7 Principalmente o Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

8 No sentido do que as trabalhadoras são as primeiras “beneficiárias” dos programas; trabalhadoras e beneficiárias moram nos mesmos territórios e as fronteiras da instituição são porosas, observam-se carreiras informais de beneficiárias, passando pelas “oficineiras” até trabalhadoras, no caso dos programas assistenciais (Georges e Santos, 2013).

tornando a comparação oportuna. Se o paralelo entre as histórias permite a identificação de pontos em comum, os pontos divergentes, de certa forma, complementam-se à compreensão das contingências e estratégias guiadas por mulheres “chefes de família” ao longo de suas vidas. Elas passam pelas inserções no trabalho (entre atividades autônomas ou assalariadas), pela relação com o Estado (em especial as políticas sociais) e sempre de modo imbricado à construção dos papéis de gênero.

Nesse sentido, partimos de duas hipóteses fundamentais: por um lado, (1) as mulheres desenvolvem estratégias de mediação entre diferentes esferas de necessidade de forma que se apropriam de seus significados; e, por outro lado, (2) as reconstruções dos variados tipos de adversidades – como a profissional, a busca por moradia ou o acesso à saúde pública – são balizados pela construção de gênero quando implicados nos papéis exercidos dentro de seus grupos familiares⁹.

Breves considerações sobre “trabalho por conta própria” e gênero

De modo precursor no Brasil, Prandi (1978) se debruçou no estudo dos “trabalhadores por conta própria”. Segundo ele, a categoria reuniria uma ampla gama de trabalhadores, situados em diversos tipos de atividades, e que escapariam ao modelo ideal de regime salarial. Incluiriam desde as ocupações típicas dos meios populares, como os prestadores de serviços, artesãos, pequenos comerciantes (como os ambulantes), até os “bem sucedidos economicamente”, como os profissionais liberais e os técnicos autônomos qualificados. Segundo sua definição, trata-se de trabalhadores para os quais:

o desempenho de tarefas, no âmbito da divisão social do trabalho, depende quase exclusivamente do dispêndio da força de trabalho própria – a que se alia, muitas vezes, o uso de força de trabalho de membros da família –, necessitando de baixa ou quase nula capitalização (: 25).

Ainda que não nos interessemos em apreender o “trabalho por conta própria” como uma categoria em si, principalmente enquanto contraste à forma salarial convencional, a definição proposta por Prandi (1978) é esclarecedora. Em primeiro lugar, porque não exclui a importância da família como uma espécie

9 Neste texto, privilegamos estas duas dimensões de análise. Todavia, elas estão atravessadas por outras, como a interpenetração de diferentes tipos de mercado (político, religioso, de trabalho, de “ilegalismos” etc.) e de “instâncias” (ou regimes) de governo (Feltran, 2011).

de extensão à atividade economicamente individual¹⁰. E, em segundo lugar, porque abarca uma variedade de atividades que se enquadrariam neste grupo amplo, inclusive podendo ser articuladas entre si, conformando combinações fundamentalmente heterogêneas de busca por renda.

Já o argumento de Oliveira (1987) em *Crítica da Razão Dualista* aponta para o caráter estrutural dessa heterogeneidade, necessária à forma como se desenvolveu o capitalismo no Brasil. O autor afirma que a unidade da exploração capitalista inclui toda a classe trabalhadora e não somente a parcela dos trabalhadores institucionalmente considerados ativos. Mesmo as formas de trabalho tidas como não-tipicamente capitalistas ou “arcaicas” – como os pequenos serviços, o comércio ambulante, ofícios populares – estão subordinadas à lógica do capital, na medida em que rebaixam o custo de reprodução da força de trabalho; e que os chamados setores “modernos” e “arcaicos” da economia estabelecem não uma linha de progressão entre passado e futuro, mas se articulam em relação de dependência. Portanto, não somente a manutenção, mas a ressignificação das subalternidades, são próprias ao desenvolvimento capitalista e encontraram, sob o advento do neoliberalismo, sua forma radicalizada (Oliveira, 2003).

A reprodução social no Brasil, em uma realidade muito distante do que as linhas divisórias buscam explicitar (formal e informal; tradicional/arcaico e moderno), seguiu, em grande medida, calcada na “viração”. A “mobilidade lateral” típica do trabalhador urbano deflagra um *continuum* entre ocupações e oportunidades de renda que se fazem ora próximas ora distantes da forma emprego. Incluem às trajetórias populares comuns um trânsito entre bicos, os pequenos negócios e mesmo atividades que carregam consigo uma indiscernibilidade entre trabalho e não-trabalho (Telles, 2006; Rizek, 2006; Freire da Silva, 2011; Abílio, 2018). Ou seja, um expediente de circulação que cobra dos trabalhadores e trabalhadoras a necessidade de constante autogerenciamento, tornando cada vez mais comum a condição de trabalhadores em condição *permanentemente provisória* (Druck e Oliveira, 2008). No âmbito do capitalismo globalizado, essa “nova” informalidade não mudou de conteúdo, mas ganhou em centralidade (Pérez-Sainz, 1995; Lima, 2013).

Emerge em paralelo a essas transformações a ressignificação da situação de desemprego e a normalização do risco e da insegurança prolongados (Machado da Silva, 2002), elementos esses que conformam uma nova cultura do trabalho, alcançando trabalhadores de diferentes setores e classes sociais (Lima, 2010;

10 De forma análoga ao que concluiu Lautier (1994) em sua caracterização da economia informal.

Rangel, 2015; Rosenfeld, 2015). Nesse sentido, se a noção de trabalho informal era, anteriormente, compreendida como sinônimo de atraso econômico, passa a ser reinterpretada através de seu “potencial criador vinculado à predisposição individual ao risco e à inovação” (Lima, 2010: 161).

Se confirmamos a constatação de que o mundo do trabalho está cada vez menos pautado nas regularidades dos disciplinamentos impostos pelas formas de emprego (Supiot, 2000), isso também significa que os tempos da vida privada e os tempos do trabalho tendem a se reordenar. Em especial para as mulheres, isso segue em disputa por exemplo nas delimitações sobre o trabalho reprodutivo e na naturalização da acumulação de jornadas duplas ou triplas. A invisibilidade do trabalho feminino tampouco se restringe ao domínio da reprodução (Abreu e Sorj, 1993), mas se estende às atividades produtivas tipicamente atribuídas às mulheres. Incluem-se atividades consideradas tradicionais, e ocupadas majoritariamente no Brasil por mulheres negras, como o emprego doméstico (Dieese, 2020), as confecções caseiras (Machado da Silva, 1979), o comércio ambulante (Itikawa, 2016); mas também a partir de ressignificações contemporâneas ao “trabalho por conta própria”, como a noção de “empreendedorismo feminino” que parece, justamente, ressignificar antigas precariedades típicas do trabalho historicamente atribuído às mulheres (Acquaro, 2018; Sabino e Abílio, 2019).

Por fim, conforme ressalta Abílio (2018: 57): “a flexibilização que hoje reconhecemos como processos e tendências em curso nas últimas décadas, que atravessam as relações de trabalho de cima para baixo, globalmente, são generalizações ampliadas das características que são constitutivas do trabalho feminino das mulheres periféricas no modo de produção capitalista”¹¹.

Trajetória de Ruth

Ruth, nascida em 1964, negra, casada e mãe de dois filhos. Ela é a primogênita de uma família de oito filhos: quatro homens e quatro mulheres. Apesar de nascida em Belo Horizonte, onde mora atualmente, sua origem familiar está no interior do estado. Pode-se dizer que seus pais traçaram uma trajetória “típica” dos migrantes da classe trabalhadora que povoaram a capital mineira nas décadas de 1950 e 1960.

11 Da mesma forma, as pesquisas sobre a instrumentalização das desigualdades pelo capitalismo “à brasileira” (Oliveira, 1987) deixaram por fora da análise formas históricas do trabalho feminino informal (Georges, 2015).

Seu pai é original de Conceição do Serro (MG). Migrou para Belo Horizonte logo aos 12 anos, após uma briga com os pais. Chegou à cidade sem ter moradia ou maneira de se sustentar, mas rapidamente foi incorporado como ajudante na construção civil, em uma época de forte urbanização de Belo Horizonte, a década de 1950. Como era comum aos jovens imigrantes na época, trocava seu trabalho por comida e abrigo nos próprios canteiros de obra. Tendo trilhado uma carreira de vida toda como pedreiro (via de regra como assalariado), nos períodos de hiato entre empregos, atuava como vendedor ambulante, vendendo principalmente quitutes doces e café. Ruth conta:

Essa coisa de trabalhar na rua sempre foi presente na minha vida. Desde pequena eu já via meu pai trabalhar. Já sofria as mesmas dificuldades, já eram os mesmos problemas... os problemas com a fiscalização... e ele trabalhou bastante tempo. Lembro d'ele chegar em casa chorando, chateado porque tinha perdido tudo. Então é uma coisa que eu não sonhei pra mim. Nunca quis. Nunca me imaginei trabalhando na rua. Mas devido as dificuldades que a gente sempre enfrentou...

Nascida em uma cidade da região Leste do estado, a mãe de Ruth chegou a Belo Horizonte aos 16 anos de idade. Foi acolhida por sua irmã mais velha que já atuava estavelmente como empregada doméstica e a indicou para trabalhar em outra casa da mesma família extensa. Este foi seu primeiro e único emprego: trabalhou para uma mesma família das classes altas por 40 anos. Desde tenra idade, Ruth acompanhava a mãe no trabalho e conviveu de perto, durante muitos anos, com a família dos patrões.

Por ser a filha mais velha, ainda criança, foi posta pelos pais a se responsabilizar por várias tarefas domésticas, inclusive atuando de forma direta na criação dos irmãos mais novos. Da mesma forma, Ruth também começou a trabalhar fora de casa logo aos 13 anos: junto a um irmão três anos mais novo, vendiam frutas em uma esquina do Centro de Belo Horizonte. A primeira experiência como ambulante foi decorrente de uma “crise familiar”, quando seu pai foi internado em um hospital psiquiátrico. A condição de saúde mental, agravada pelo alcoolismo, culminou no início de um longo tratamento manicomial que o descapacitou a seguir cumprindo o papel de provedor principal da família. A partir daquele momento, recaía principalmente sobre a mãe e os filhos mais velhos a responsabilidade pelas contas da casa, da mesma forma que também compartilhavam a tarefa do cuidado com o pai doente.

Sua primeira e precoce experiência de trabalho nas ruas não durou muito tempo. Aos 14 anos, Ruth se mudou para Brasília, levada por uma tia que também é sua madrinha de batizado, a mesma que havia recebido sua mãe em Belo Horizonte. Ela também ajudou seu sobrinho mais novo. Conseguiu a ele um emprego como *office-boy* na Fundação João Pinheiro, instituição em que seu patrão ocupava um cargo de direção. Em Brasília, Ruth voltou a estudar e se manteve trabalhando (com carteira assinada) em uma creche de alto padrão, voltada às famílias de políticos e homens de negócios. Empregada durante os quatro anos em que lá viveu, comprometeu-se a enviar regularmente ajuda financeira à família.

O seu regresso a Belo Horizonte, em 1982, aos 18 anos de idade, foi motivado por pressões familiares. Após um parto, sua mãe sofreu uma eclampsia e permaneceu internada no hospital, situação que demandou o retorno da filha mais velha ao posto de cuidadora. Além disso, de volta a sua cidade natal, passou a trabalhar como diarista em casas de família, serviço que foi relutante a aderir. A inserção foi propiciada e pressionada pela mediação direta de sua mãe, que conseguia transmitir as “boas referências” sobre a filha para famílias próximas às de seus patrões.

Casou-se em 1984, aos 20 anos de idade. Ruth chama a atenção para o caráter estratégico de seu casamento: poder sair da casa de seus pais se livrando do peso da responsabilização doméstica e da tarefa contínua de cuidado com os demais. Sair “com nome de casada”, carregaria um caráter mais honroso a sua decisão: “na época eu casei com ele para me livrar de problema de família.” Naquele período, também alterou sua atividade profissional. Deixou de trabalhar como doméstica para substituir um cozinheiro em um restaurante localizado em um bairro de classe média de Belo Horizonte, onde diz ter aprendido o seu ofício “real”, de cozinheira. Permaneceu nesse emprego por quatro anos e, a seguir, migrou para outros tipos de restaurantes e cozinhas.

Sobre a circulação entre variados empregos do ramo, ela diz:

Ruth – Emprego no Brasil nunca foi fácil, principalmente para negro. Então a gente teve sempre esta situação. A falta de oportunidade você sabe que é gritante, então eu nunca escolhi muito. Devido à necessidade, eu sempre pegava o que estava na frente, entendeu? Então eu trabalhei em casa de família, em restaurante, em hotel, em motel.

Em 1989, aos 25 anos de idade, enquanto estava empregada, engravidou pela primeira vez. No final da sua licença maternidade, decidiu pedir demissão para

cuidar da sua filha; e, no ano seguinte, teve seu segundo filho. Ao todo, permaneceu em casa durante quatro anos, dedicando-se à maternidade, enquanto o seu marido obtinha a renda como serralheiro autônomo.

No início da década de 1990, Ruth voltou a trabalhar fora de casa, quando apareciam boas ofertas de trabalho temporário em cozinhas, frequentemente substituindo algum funcionário fixo. Outra fonte de renda importante foi o comércio ambulante, em uma época de expansão acelerada dos mercados de rua no centro de Belo Horizonte (Jesus, 2011), impulsionada, entre outras razões, pela chegada de uma gama de produtos do Paraguai. Ruth passou a vender pequenas bugigangas importadas, como enfeites para casa e brinquedos, mas também frutas, panos de prato, doces ou o que parecesse uma oportunidade para “ganhar um dinheiro rápido”. Naquele momento, o comércio de rua começou a funcionar como uma importante válvula de emergência para os problemas financeiros da casa.

Ruth – Nas crises... sempre também tive essas coisas. Em época de carnaval, ou quando tinha evento no Centro, ou quando tinha época de crise, eu ia para a rua, trabalhar na rua [como ambulante]... até mesmo para aumentar a renda. Às vezes eu estava trabalhando só para aumentar a renda, outra hora eu estava desempregada mesmo e não tinha outro jeito.

Em meados da década de 1990, seu marido foi diagnosticado com depressão alcoólica. Descumprindo frequentemente seus compromissos como serralheiro, uma vez trabalhando por conta própria, colocava em risco a principal fonte de renda da família. Diante disso, Ruth é pressionada a se encarregar não somente do âmbito dos cuidados, tarefas domésticas, mas, a partir de então, também das contas da casa, dividindo seu tempo entre trabalhos em cozinhas e nas ruas, como ambulante.

Ruth – Acabei me tornando a chefe de família total. Além de cuidar da casa e dos filhos, ainda cuidava dele também. Eu não sei se foi comodismo meu, ou... tem aquela estrutura familiar que eu queria dar para os meus filhos. Eu tinha medo, não queria separar e ter que colocar um outro homem em casa, ter que relacionar com outro homem que não fosse o pai dos meus filhos, e quebrar a família. Eu tenho esse lado que é bem tradicional. Mas, enfim, eu não queria quebrar a família, eu não queria separar, sabe? Meio acomodada com a situação, comecei a carregar a família nas costas. Eu pensava assim: ‘deixa ele aí. O que vier dele é lucro. Eu vou viver como se ele não existisse. Vou cuidar dos meninos e da casa como se ele não existisse. Se ele fizer

alguma coisa, ótimo. Se ele não fizer, paciência.’ [...] No fundo, eu sempre sabia que eu ia dar um jeito, sabe.

Três anos após o nascimento do segundo filho, Ruth retornou à busca por empregos de carteira assinada. Não teve grandes dificuldades para conseguir outro emprego, entretanto, dado que agora tinha dois filhos para sustentar; ainda ocupando cargos subalternos, os salários não cobriam as despesas. Neste período, mesmo que “batesse ponto” em tempo integral, Ruth seguiu complementando a renda como vendedora ambulante.

Em 2001, Ruth criou um serviço de *buffet* em parceria com um amigo de infância que também era cozinheiro. No início, mantiveram-se em seus respectivos empregos e prestavam o serviço de *buffet* apenas nos finais de semana. Em curto período de tempo, a empresa deslanchou e seus serviços passaram a ser requisitados para grandes eventos, contando, nessas situações, com grandes efetivos de ajudantes contratados de forma temporária. O negócio correu bem por alguns meses; porém, ainda sem que estivesse formalizado, seu parceiro morre subitamente de pneumonia. Ele era portador do vírus da AIDS e mantinha isso como segredo. Sem tempo para o luto, Ruth então regressou ao mercado de trabalho novamente como empregada assalariada em cozinhas. Tendo enfrentado prejuízos financeiros importantes com o fim da pequena empresa, voltou também a complementar seu rendimento com o trabalho ocasional como vendedora ambulante. Ruth desabafou: “A gente teria ficado rico se não fosse essa maldita AIDS”.

Em 2006, Ruth, com 42 anos de idade, decidiu por uma segunda tentativa de empreendimento próprio: abre um restaurante *self-service*, utilizando o dinheiro que recebeu após a rescisão do seu último vínculo empregatício. O restaurante funcionava em instalações alugadas no bairro em que viviam. A experiência de dona de restaurante foi descrita como sua “realização” profissional: tinha funcionários e os clientes “chegavam a fazer fila”. Alega ter vivido “uma vida de classe média”, o que atribuiu ao relativo sucesso de seu empreendimento familiar, mas também ao momento político e econômico vivido no Brasil – no segundo mandato do governo Lula – em que, segundo ela, “foi bom para muita gente”.

Em 2007, seu marido foi diagnosticado com câncer no intestino, naquele momento já em estágio avançado. Os médicos do SUS afirmaram que o restaria três meses de vida e o ofereceram, como procedimento padrão da época, apenas um tratamento paliativo, que Ruth recusa. Ela aciona a justiça e consegue obter

uma ordem judicial para realizar o tratamento pelo SUS: o seu marido é submetido a quatro cirurgias, radiografias e quimioterapia; foi considerado curado sete anos mais tarde. No entanto, para realizar os tratamentos, e sobretudo para ter acesso a exames de acompanhamento, Ruth vai com o seu marido para São Paulo. Todo o seu tempo e ganhos financeiros do restaurante, que ela gere até ao seu encerramento dois anos mais tarde, foram dedicados ao tratamento da doença do seu marido. Nas palavras de Ruth:

Ruth – Quando eu penso que eu perdi esse restaurante para salvar a vida do meu marido... então assim, eu sinto uma gratidão muito grande por ter tido esse restaurante. Foi como se tivesse tido uma troca. Me dá esse restaurante que eu te devolvo seu marido. E a vida dele pra mim tem muito valor. A gratidão que eu tenho por ele é tão grande... eu sempre consegui as coisas com muita dificuldade... e aí tá, eu fui pra rua mas não fui me sentindo indigna, ‘ah, agora começar de baixo, não sei o quê...’ Eu acostumei ter as coisas com muita dificuldade, e aí... E outra, nessa época, eu consegui, eu comprei... eu tenho meio lote lá no bairro Floramar. É uma casa em cima e em baixo tem uma loja grande que, depois que eu tive o restaurante, eu consegui ter um bar.

Enquanto Ruth “corria atrás” da aposentadoria por invalidez para seu marido, em 2009, quando ela tinha 45 anos, o casal abriu um bar, a ser gerido pelo marido (ainda em recuperação de sua doença), localizado em um bairro da periferia norte da cidade. Essa foi uma solução encontrada para além do trabalho assalariado de Ruth como cozinheira e da sua atividade ocasional como “caixeira”. Contudo, a acumulação de vários tipos de atividade ao longo do tempo, incluindo o emprego assalariado em dois turnos – noturno e diurno – leva Ruth a desenvolver doenças nas articulações superiores, e também passa a fazer uso de antidepressivos. Por conta de suas lesões, em 2009, é tida como incapaz para o trabalho pelo INSS (Instituto Nacional de Segurança Social) e passa a receber um benefício como tal.

Durante um período, a família encontrou certa estabilidade financeira graças aos rendimentos fixos tanto o auxílio doença de Ruth, como a pensão por invalidez de seu marido. Enquanto isso, mesmo sofrendo com as dores nas articulações e tendo dificuldade para se movimentar pelas ruas com o carrinho de bebidas, Ruth se manteve atuando também como ambulante. Nos dias de semana, ajudava o marido no bar e, nos finais de semana e feriados, trabalhava como “caixeira”, seja em Belo Horizonte, seja viajando para cidades próximas. Tendo ocupado a função inicial de renda extra, o dinheiro vindo das ruas passou a

ganhar uma importância financeira cada vez maior na medida em que o bar passava a não render tão bem.

Em 2017, sem que esperasse por isso, Ruth perde o direito ao auxílio doença, supostamente porque não contribuiu para o fundo durante este período. A nova ruptura, agravada pelo fechamento do bar, provoca nova reconfiguração das estratégias familiares. Buscando se restabelecer no mercado, Ruth comparece em algumas entrevistas de trabalho para atuar como cozinheira; embora passasse pelos processos seletivos, foi por duas vezes considerada inapta na etapa do exame médico obrigatório às admissões.

Ruth se diz “mandada para a rua” pelo INSS. O termo escolhido por ela apresenta um sentido amplo. Refere-se, primeiro, a uma espécie de “demissão” de sua circunstância estável como beneficiária, situação espelhada à perda de um emprego protegido. Ao mesmo tempo, a “rua” representa também o comércio ambulante, atividade que, ao longo da vida, aprendeu a conceber como “saída de emergência” (Cabanes; Georges; Rizek e Telles, 2011) nos momentos de ruptura. A partir daquele momento, a despeito de suas lesões permanentes, o comércio de rua se torna assim a sua principal atividade. E, ainda, a perda do benefício também obrigou ao casal a sair de sua própria casa, já que não conseguiam mais suportar seus custos, completando um terceiro significado para o termo. Foram então acolhidos pela filha mais velha, já com 29 anos, que é solteira, com formação técnica em enfermagem, tem emprego estável e se dispôs a receber os pais em sua casa pelo tempo que precisassem.

Ajustes constantes entre trabalho, família e saúde

A reconstituição da trajetória de Ruth segue a mesma estrutura da narrativa que construiu sobre si durante a entrevista. As etapas de sua história são demarcadas por um ritmo de alternância de períodos de estabilidade ou de certa mobilidade socioeconômica. Os períodos de relativo sucesso, no entanto, são frágeis, comprometidos por eventos que parecem desfazer suas conquistas e a levarem à “estaca zero”. Se alguns desses eventos são significados, de início, como obras do acaso, tais como o câncer sofrido pelo marido, ou a morte súbita de seu sócio no *buffet*, outros são decorrências imediatas do modo de vida das classes trabalhadoras, como foi a doença mental e alcoolismo do pai, suas próprias doenças nas articulações, decorrentes do trabalho contínuo, pesado e repetitivo, bem como a eclampsia sofrida por sua mãe, se compreendida por seus efeitos imediatos. Como em outras situações posteriores, sem que houvesse outras fontes de amparo, o problema grave de saúde recaiu sobre Ruth (a

filha mais velha) para se dedicar às tarefas de cuidado. Isso ocasionou em uma reconfiguração drástica de seus percursos, logo no início da vida adulta, depois de já ter sido resgatada pela madrinha anos atrás.

Desde os problemas de saúde sofridos em seu próprio corpo ou pelos entes próximos, Ruth assume suas consequências diretas. Quando algum membro da família sofria com problemas de saúde, foi demandada a assumir a posição de cuidadora e, no limite, a posição de responsável por essas pessoas. Além disso, sistematicamente sacrificou seus planos individuais (carreira profissional, oportunidades de ascensão, empreendimentos) em nome da manutenção do corpo familiar.

A partir desta perspectiva, Ruth deu sentido à permeabilidade entre diferentes tipos de atividades econômicas, entre empregos (formais ou informais, mas via de regra precários) e atividades autônomas (seja impulsionado pela expectativa de ascender socialmente ou como recurso imediatista). A trajetória de Ruth demonstra como a elaboração das estratégias familiares sobrepujavam suas ambições profissionais, por mais que ela mesma fosse “economicamente ativa”, isto é, tenha traçado um percurso de trabalho também fora de casa.

Ruth elabora um senso de sucesso para a narração de sua trajetória com base em sua luta pela manutenção e sobrevivência da família, como ocorreu explicitamente quando se diz grata por ter trocado seu restaurante pela vida do marido. Embora pareça ser uma forma de dominação pura e simples, ela se apropria desta situação e converte o estigma para si própria, reforçando discursivamente o caráter de *decisão consciente* sobre suas ações. Pode-se ver nesta ressignificação a forma que encontrou para reivindicar a sua forma de “humanidade comum”, manifestando uma escolha deliberada pelos outros, quando ela poderia ter *agido de forma diferente*, privilegiando o seu empreendimento.

Ruth se apropriou dessas injunções contraditórias¹² que a fazem recomeçar, dissolve-as em uma inseparabilidade entre as esferas do trabalho e da família. Ela se assume como uma espécie de “guardiã dos corpos”, uma elaboração que a constrói enquanto sujeito e a confere recursos diante às adversidades que a fazem acumular atividades e recomeçar “de baixo” em várias ocasiões. Compreende assim a construção de plausibilidade de uma carreira na subalternidade do assalariamento, marcada, ao fim, por seu adoecimento (físico e mental); bem como nas eventuais falências de seus empreendimentos, não raro decorrente, como vimos, de causas aparentemente externas à sua capacidade individual de os conduzir. Igualmente, confere sentido a um modo de vida “no fio da navalha”

12 Entendemos por “injunções contraditórias” as contradições exercidas pelas pressões concorrentes para responder às necessidades diversas, como cuidar da saúde dos membros da família e produzir uma renda.

(para usar um termo de Lautier, 1994), típico do trabalho dos comerciantes ambulantes, especialmente agravado entre aqueles que, a exemplo de Ruth, trabalham sem permissão do poder público (ou “na tora”, como dizem em Belo Horizonte) (Araújo Filho, 2018; Rangel e Araújo Filho, 2021).

Trajetória de Carla

Carla, negra, nasceu em 1951 na cidade de São Paulo. Ficou órfã logo aos três anos de idade: sua mãe morreu de tuberculose; o pai tinha outra família e nunca participou de sua criação. A partir de então, foi morar com o avô materno em uma cidade do interior do estado. Ainda aos sete anos de idade, o avô morre; e Carla se muda de casa e de família de criação pela terceira vez. Dessa vez, retornou a São Paulo para ser criada por sua madrinha (confeiteira e artesã) e seu marido (motorista da Companhia Municipal de Transportes Coletivos – CMTCC), uma família branca. Na casa em que cresceu, convivia também com outros dois filhos do casal, além de uma filha de criação (“criada”¹³), na época responsável pelas tarefas domésticas. Todos os quatro tinham idades próximas.

Com dez anos de idade, em 1961, Carla começou a contribuir para a renda familiar, incentivada pela madrinha que a ensinou a costurar em casa. Em um ateliê, junto a outras crianças, era paga para confeccionar enfeites de pano para bonecas. Ficou neste trabalho até os 14 anos, ano de 1965, quando foi contratada em uma gráfica, seu primeiro emprego formal. Tendo sido criada para o trabalho, estudou até a quarta-série do ensino fundamental, fato que, segundo ela, condizia aos costumes da época: “eles achavam naquela época que mulher não precisava estudar né. Era aquela mente meio... né...”

Em 1973, com 22 anos, começou a namorar o seu atual marido. Antes do casamento, o relacionamento foi conturbado pela desaprovação de sua família e pela atitude controladora da madrinha que tinha atitudes racistas com seu companheiro, também negro. Em 1980, decidiram se casar, o que propiciou, finalmente, sua desvinculação da família de criação. Tanto ela quanto seu companheiro estavam empregados. Na época do casamento, ele era ajudante de funilaria em uma companhia de ônibus e ela seguia empregada na gráfica.

A primogênita do casal nasce em 1981. Em 1985, Carla se demitiu da empresa em que trabalhou por 17 anos, ao decidir se dedicar aos cuidados com a filha que, na época, completava quatro anos de idade. No momento da entrevista, em tom de arrependimento, Carla considerou que se demitiu de forma impulsiva:

13 Carla também era criada, mas não era responsável pelas tarefas domésticas e tem relações “de sangue” com a sua madrinha.

“Você vê como a gente faz burrice. Um emprego destes e eu pedi pra ser mandada embora”. Mesmo tendo alcançado cargo de gerência e um patamar salarial acima do esperado para trabalhadores sem qualificação (chegando a dez salários mínimos), alegou ter optado pela maternidade e especulou o que poderia ter acontecido em sua vida se tivesse seguido empregada: “Eu que saí de loucura, porque eu queria cuidar da minha filha [...] Olha a cabeça. Por isto que eu falo, a gente quando é jovem... Eu poderia ter me aposentado lá. Eu estava tranquila aposentada há muitos anos. E eu iria me aposentar com salário”.

Se a decisão de largar o emprego estável foi a princípio em nome da família, o recebimento dos benefícios do direito trabalhista de seus longos anos como assalariada poderia ter proporcionado à família o acesso à casa própria. Porém, os planos se frustraram quando foram surpreendidos pela demissão do marido na empresa de ônibus, pouco tempo depois.

Carla – Uma das maiores cabeçadas que eu dei foi assim. Eu recebi desta firma na época uns 20 mil. E eu queria comprar uma casa na Penha. Eu morava na Penha. E na Penha não dava pra gente comprar a casa. Eu vi pra comprar a casa em outro lugar. Então vou deixar o dinheiro pra aparecer e aí fomos gastando o dinheiro. Meu marido ficou desempregado, fomos gastando o dinheiro e não compramos nada.

A decisão de se afastar do emprego estável também estava associada a um plano de abrir um negócio próprio. Pouco tempo depois da demissão, aproveitou de sua reputação junto aos clientes que atendia e fundou uma microempresa de serviços gráficos, em parceria com uma amiga. Ainda que Carla tenha acumulado bastante experiência nesse ramo, ao longo de seus 17 anos como funcionária, sua primeira experiência como microempresária não foi bem sucedida: a empresa veio a falir apenas dois anos após sua abertura. Carla relata: “A gente não tinha experiência com empresa. Eu sempre fui empregada. E ela tinha, mas não tinha muito. Ela queria colocar [contratar] gerente para não ter que trabalhar. Ela achava que nós éramos patroas, donas (risos)”. Depois da primeira tentativa frustrada de gerir o próprio negócio, ficou desempregada durante três anos. Adaptaram o seu “padrão de vida” e o seu conjugue entrou em outro ramo de atividade: começou a trabalhar em uma marmoraria, ofício que realiza até os dias atuais na garagem de sua casa.

Em 1986, nasceu sua segunda filha e, em 1989, a terceira, ano em que decidiu se esterilizar, aos 38 anos de idade. Durante esse tempo, seu rendimento provinha de outro pequeno empreendimento. Articulada com uma colega, passou a

confeccionar sapatilhas customizadas à mão. Carla criava os modelos, comprava o material no centro de São Paulo e coordenava o serviço de bordadeiras contratadas por ela na zona leste; enquanto sua sócia se encarregava dos pedidos das clientes, em grande medida concentrados na Penha, bairro de classe média baixa da periferia Leste de São Paulo, onde moravam na época. Carla relata que, apesar do negócio ter andado bem por algum tempo, não conseguiu manter o equilíbrio das contas:

Eu vendia bastante, todo mundo pedia sapatilha pra mim e eu ganhava. Mas assim, eu não tinha organização e dei muita cabeçada. [...]. Comecei a des-cambar pra onde não devia. Eu tinha dinheiro, mas hoje eu tinha que comprar sapatilha, tinha que comprar... Quer dizer, eu tinha o dinheiro na mão, mas você não via lucro. Aí foi indo, foi indo e eu fui desanimando e fui deixando.

Foi apenas em 1991, com 40 anos de idade, que se reinseriu no mercado de trabalho assalariado, com “registro em carteira”, dessa vez como empregada de limpeza em um dos hospitais filantrópicos mais conhecidos de São Paulo. Conseguiu obter o trabalho graças a sua irmã, que ali trabalhava como recepcionista e a indicou. Durante o período em que esteve empregada no hospital, ela pôde se beneficiar da creche do hospital para a sua filha mais nova, o que tornava o emprego especialmente vantajoso para a rotina de Carla, embora julgasse que merecesse função mais adequada ao seu perfil do que a de limpeza. Passados três meses, ela conseguiu ser realocada de departamento após conquistar a confiança dos seus superiores que a transferiram para atuar como cuidadora na creche do hospital.

Em 1993, a família foi sorteada para receber uma casa pelo programa Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB), localizada na Cidade Tiradentes, para onde se mudam. Até então, moravam de favor em uma casa do irmão de criação de Carla, uma vez que a renda do casal já não era mais suficiente para manter um contrato de aluguel. Dois anos depois da concessão da propriedade, Carla, com 44 anos, pediu demissão do hospital por ser muito distante da sua nova moradia. A decisão, no entanto, não foi tranquila. Abdicou de um trabalho estável cujo salário considerava suficientemente bom. Em suas palavras:

Carla – Aí mudei pra cá, fui atrás do meu marido e pedi pra ser mandada embora. O diretor lá falou pra mim ‘você sabe que idade a Senhora tem?’ ‘Tô com 41 ou 43’, acho que era esta a idade. ‘A senhora não vai mais conseguir emprego, a senhora tem certeza que quer sair? Olha que você vai se arrepende’. Eu falei ‘não’.

Neste período entre empregos, Carla retomou o ofício da costura para obter renda. Ainda bem situada nos fluxos produtivos do setor têxtil, sob encomenda, confeccionava em seu próprio domicílio acabamentos de bordado em vestidos de noiva. Foi apenas em 1998, aos 47 anos de idade, que conseguiu outro emprego, novamente em uma firma de acabamento gráfico, também em um bairro da zona leste de São Paulo. Já experiente no ramo, inseriu-se logo na função de encarregada, responsável pela coordenação de cerca de 40 empregados. Em comparação com o posto que havia alcançado em sua primeira e longa experiência nesse tipo de empresa, recebia então um salário irrisório (cerca de três salários mínimos), e ainda trabalhava sem registro na carteira. Ela chegou a pedir demissão da empresa por conta do salário insuficiente, mas recomeçou ainda durante o mesmo ano, a pedido da dona da empresa que era considerada uma pessoa amiga; mas também estava pressionada, sem vislumbrar outras alternativas de renda fixa na época.

Em 2001, após três anos como funcionária sub-remunerada, decidiu inaugurar outro empreendimento de serviços gráficos, aproveitando-se de sua reinserção no segmento. Dessa vez, apostou em uma parceria com uma prima, que havia guardado um “dinheirinho”, o que serviu para os primeiros investimentos. Como na primeira tentativa, o negócio durou pouco: fechou as portas após um ano de funcionamento, por falta de capital. Carla retomou, então, a busca por emprego.

No ano seguinte, em 2002, inscreveu-se em um programa público de promoção do emprego: o programa “Operação Trabalho”, implementado durante a gestão municipal de Marta Suplicy (Partido dos Trabalhadores – PT). Foi a partir dessa primeira ponte que Carla se inseriu nos circuitos de trabalho subalterno no setor público. Com o intermédio do programa, empregou-se primeiro como ajudante dos agentes de fiscalização da Companhia de Engenharia e Trânsito (CET), atuando no bairro Glicério, localizado na região central. Mesmo empregada, Carla se manteve atenta às possibilidades de mobilidade, já que o contrato de trabalho previa duração de apenas seis meses. Após quatro meses, mantendo-se na mesma organização, conseguiu ser recolocada como assistente de cozinha na cantina dos agentes de trânsito, em que se ocupou da gestão de compras e contabilidade. Antes do fim do contrato, ela já tinha passado no processo seletivo para trabalhar como agente comunitária de saúde na Unidade Básica de Saúde (UBS) João Paulo II em Cidade Tiradentes, no âmbito do Programa Saúde da Família (PSF)/Estratégia Saúde da Família (ESF), a partir de instituições terceirizadas (Georges, 2011, Lima e Cockell, 2008).

Em 2004, aos 53 anos de idade, Carla retomou os estudos e, através do supletivo, concluiu o ensino médio. Para além do trabalho como agente comunitária de saúde,

realizou ainda algumas atividades informais que complementaram a renda principal, como a revenda de pijamas infantis para mulheres de seu bairro, comprados no distrito do Brás, o que a conferia comissão de 15% do valor das roupas vendidas.

Em 2008, aos 58 anos de idade, ela participou de um programa de formação contínua oferecido pela Organização Social (OS), entidade terceirizada contratante. Um ano depois, logo após completar o curso de qualificação na área de técnico de farmácia, Carla foi promovida, ao passo que também recebeu aumento salarial. Demitiu-se apenas em 2010, após oito anos atuando como agente comunitária de saúde. Em substituição, encontrou dois outros empregos como técnica em farmácias pelos quais, de forma combinada, passou a proporcionar à família uma renda mais elevada que antes. No ano seguinte, durante a segunda entrevista realizada em seu domicílio, ela trabalhava em um Pronto Atendimento (PA), encarregada da distribuição dos remédios para os internos.

Ajustes constantes entre trabalho, família e moradia

No universo das classes trabalhadoras brasileiras, no qual estas mulheres estão figuradas, a trajetória de Carla é a que apresenta a dinâmica com características da conquista de uma estabilidade, apesar do seu aspecto não linear. A dinâmica da sua mobilidade profissional é semelhante à de Ruth no que diz respeito às oscilações entre os diferentes tipos de emprego e atividade. As incessantes tentativas se sustentam por uma expectativa de mobilidade ascendente, embora, de forma ampla, inserem-se nas oscilações características da “mobilidade lateral” vividas por membros das classes populares urbanas contemporâneas (Telles, 2006).

Ao longo do tempo, Carla manteve a costura como uma atividade extra, a que volta sempre de tempos a tempos. O ofício, aprendido quando ainda era quase uma criança, foi ensinado por sua madrinha justamente pelo intuito de lhe capacitar ao trabalho e, de forma imediata, fazê-la contribuir com as contas da casa. Tal como a Ruth, que frequentemente tem se acionado como vendedora ambulante, não precisou anunciar seu comprometimento profissional relacionado ao ofício da costura ou ao setor têxtil (Dubar, 2012). Por outro lado, foi esse conhecimento prático que lhe permite manter-se ativa em momentos de ruptura: abarca, portanto, não somente as habilidades manuais do ofício, mas o conhecimento do funcionamento dos circuitos de produção e de distribuição, tendências da moda, precificações, relação com a clientela, compra de materiais, fluxo de mercadorias etc. (Georges e Freire da Silva, 2008).

Tal como Ruth, Carla iniciou a vida de trabalho precocemente, em razão da ausência de um pai e, no seu caso, de ambos os pais. As duas histórias

demonstram como, desde a infância, as relações familiares podem se converter em relações de subordinação, ligadas à sobrevivência do grupo, atrelando-as a obrigações tanto no campo produtivo quanto reprodutivo. Por isso, para Ruth e Carla, a busca por independência se deu, primeiramente, pela desvinculação de sua rede familiar primária, efetuada através do matrimônio, compreendida por elas como a saída moralmente mais aceita e, portanto, também mais plausível.

Se o emprego se constituiu em um meio para a autonomização (econômica) dessas mulheres quando saem de casa, as relações de subordinação salarial também foram vividas em vários momentos das trajetórias como algo a se liberar. Carla tenta várias vezes se tornar independente do vínculo empregatício, no seu caso, no setor da impressão onde adquiriu uma sólida experiência, processo semelhante à trajetória de Ruth no setor dos restaurantes. A desistência dos empregos muitas vezes decorria de circunstâncias de precariedade, a exemplo do segundo emprego de Carla como encarregada em uma gráfica; ou as várias cozinhas em que Ruth foi empregada e sub-remunerada; e/ou as atividades nas quais elas acabaram se inserindo sem que necessariamente tivessem algum tipo de aptidão ou identificação, como foi a inserção de Carla no setor de limpeza de um hospital, e também como responsável pela gestão da cantina dos trabalhadores da CET; ou, no caso de Ruth quando, ainda jovem, foi inserida por sua mãe em trabalhos como empregada doméstica.

Entretanto, ocorreu na história de Carla a abdicação do emprego na gráfica, em que já tinha vários anos de experiência, ocupava um cargo de gerência e recebia um salário relativamente elevado para o seu nível de qualificação. A demissão pode ser considerada a primeira¹⁴ bifurcação de sua biografia¹⁵ (Bidart, 2006; Grossetti et al., 2009)¹⁶. Conforme Bidart (2006: 53):

- 14 Pelo menos, foi considerada como tal por ela, e reivindicada durante a entrevista frente a uma pesquisadora branca, estrangeira, de classe média.
- 15 A bifurcação biográfica diz respeito a uma mudança significativa na orientação de uma trajetória, cujo momento e resultado eram imprevisíveis tanto para o ator como para o sociólogo. A análise de bifurcação acaba por ser de grande poder heurístico, uma vez que assim se revelam os diversos e dinâmicos “ingredientes da ação”, bem como as suas escalas e temporalidades implicadas (Bidart, 2006). Todavia, a autora não propõe uma reflexão sistemática acerca da natureza da esfera de origem dessas mudanças, contaminando as outras esferas da vida, conforme características sociais e origem de classe do sujeito.
- 16 O artigo de Bidart, assim como a coletânea organizada por Grossetti et al., fornecem um inventário interessante de várias abordagens e reflexões metodológicas francesas e norte-americanas acerca da análise da mudança das dinâmicas de trajetórias sócio-profissionais, tanto qualitativos como quantitativos (no caso de Bidart). Não obstante, o ponto de partida subentendido é a referência a carreiras profissionais estáveis e, a princípio ascendentes, oriundos de uma outra conjuntura mundial, assim como, impregnado, e pouco refletido, pela origem de classe média, de um país do centro, origem também dos próprios sociólogos. Nesse sentido, impõe-se uma reflexão complementar acerca da frequência e radicalidade das consequências de tais “bifurcações” num país “do Sul” periférico, entre os membros das classes populares.

As consequências de uma bifurcação vão para além do âmbito da decisão aí tomada, da ação aí empreendida. Ocorre em várias escalas e em domínios heterogêneos. Esta “contaminação” de esferas contribui certamente para produzir irreversibilidades: o ator não pode controlar todas as implicações e efeitos indiretos das suas escolhas. [tradução livre]

Ainda que Carla tenha expressado certo pesar pelo que “poderia ter sido” de si se tivesse feito diferente, atribuiu a decisão à necessidade de educar a filha pequena de perto. Diante do nascimento dos outros dois filhos em seguida, priorizou os cuidados com a família por quase dez anos, encontrando, nesse período, possibilidades de trabalho apenas em empreendimentos autônomos de baixo rendimento em um ramo em que já estava habituada e pelos quais conseguia manter-se mais tempo em casa (Machado da Silva, 1979). Ela valoriza ainda mais essa “escolha” porque ela própria cresceu sem os seus pais, e usa este episódio para reivindicar seu crédito pela educação das suas três filhas, referindo-se a elas, de maneira orgulhosa, como adultas moralmente corretas.

As rupturas e bifurcações biográficas se devem de forma importante, às injunções contraditórias criadas pelas políticas públicas, tais como a relativa ao acesso à habitação social, ou ao direito à saúde (no caso de Ruth). Uma segunda bifurcação biográfica é identificada quando a família de Carla foi finalmente beneficiada, através de um sorteio, com a casa própria pela COHAB. Se o programa de habitação social a tiraria da incômoda situação da moradia “de favor” na casa de um familiar, atendendo ao popular sonho da casa própria, por outro lado, levar-lhe-ia novamente a viver em um território segregado, na periferia da cidade, produzindo uma distância impraticável entre o emprego e seu novo lar. Põe-se sobre Carla um impasse fundamental entre a manutenção do emprego de “carteira assinada”, considerado então uma conquista por ela, e a garantia de moradia para toda a família. A indecibilidade entre as urgências de trabalho e moradia é a expressão em menor escala da reprodução da segregação sócio-espacial que se reproduz também através do próprio Estado (Lavos, 2009), uma dimensão importante da espoliação urbana (Kowarick, 2009).

O acesso à casa própria tem um significado que vai muito além do direito ou necessidade de habitação, mas inclui a dimensão mais ampla da segurança social (Kowarick, 2009), mais ampla, inclusive, que a proteção pelo trabalho formalizado poderia oferecer. No mundo popular onde o acesso aos benefícios sociais é raramente uma garantia ou decorrência direta do “direito”, o acesso à propriedade imobiliária pode assumir significados muito diferentes, dependendo da mudança das circunstâncias das pessoas ao longo das suas vidas. Neste

sentido, para além de fugir à dependência de um membro da família que a abrigava, a possibilidade de acesso à propriedade imobiliária constitui a obtenção de uma forma de garantia para enfrentar adversidades, tais como o desemprego e a retomada dos riscos financeiros do trabalho autônomo, o que pode explicar o gesto de Carla.

Um último ponto a ser destacado diz respeito ao papel central que as políticas sociais cumprem nas estratégias familiares dessas duas mulheres. Carla somente consegue se estabelecer no mercado de trabalho formal propiciado por um programa público de promoção de empregos no próprio setor público. Em seguida, foi no contexto das “novas” políticas sociais que o perfil de mulheres como Carla (mais velhas, com baixa escolaridade, moradoras de periferias) encontram maior empregabilidade, mesmo porque tais políticas sociais dependem do papel de mediação (mesmo moral) que as trabalhadoras “nas pontas” desempenham nestes territórios (Cabanes e Georges, 2009¹⁷; Georges, 2011; Georges e Santos, 2016).

De outro lado, para além de uma gramática dos direitos, Ruth encontra nos benefícios sociais (que vêm e vão) o contrapeso para a definição de suas estratégias de renda pelo trabalho, via de regra por fora dos parâmetros convencionais do assalariamento. Contando com um montante fixo (ainda que mínimo) dos benefícios, atenuaram-se os riscos de suas atividades por conta própria, seja em suas tentativas de empreendimentos ou, de modo contínuo, à prática do comércio ambulante. A disposição para trabalhar na rua, a qualquer momento que precise, ainda é seu “seguro de vida”. Dessa forma, analogamente ao que ocorre com Carla por outras vias, a incorporação das políticas sociais nas estratégias familiares parece também reforçar os papéis femininos na família a que lhe foram atribuídos desde a socialização primária. Inclui-se, de forma central, o papel de mediação entre os vários domínios da família, entre recursos e contingências, e que fazem articular a gama de políticas sociais como uma “constelação” (Rizek, 2018). No entanto, mesmo se a articulação de diversas políticas, programas e serviços pôde fazer uma diferença na vida das classes populares brasileiras durante o período em que o PT governava o Brasil (2003-2016), conforme Rizek (2018), a sua efetivação na vida, em particular das mulheres pobres, depende tanto do seu papel de mediação entre políticas e as diferentes esferas de suas vidas – como tentamos argumentar aqui –, bem como de sua interconexão com o universo das diversas relações privadas familiares e interpessoais (Georges e Santos, 2020).

17 Ver trajetória de Irllys, no fim do volume.

Considerações finais

As aproximações e recorrências provenientes da comparação entre estas duas trajetórias permitem o levantamento de novas questões de pesquisa, mais do que respostas definitivas.

(1) Uma primeira observação diz respeito aos tipos de atividades realizadas, cujas classificações dependem menos da natureza do trabalho, ou dos seus status legais, do que do sentido que tomam no conjunto da trajetória dessas mulheres. Assim, chama a atenção a mobilização de dois tipos de atividades “autônomas”. Um primeiro tipo diz respeito a ofícios que ambas aprenderam ainda na infância¹⁸ (ou ao sair dela): o comércio ambulante, no caso de Ruth; e a costura, no caso de Carla. Trata-se de atividades tipicamente associadas à noção de “trabalho informal” e que são economicamente centrais para a reprodução social de famílias dos meios populares urbanos. É o que permite “quebrar um galho”, ou “segurar a onda”, em cada momento que demanda readaptação (Stiegler, 2019) e/ou um novo recomeço. Chama a atenção o contraste entre a frequência com que acionam essas atividades intermitentes; e o pouco valor ou importância que elas lhes dão no sentido da elaboração de suas identidades profissionais (Dubar, 1998; 2012). Isso ocorre por mais que suas disposições para acioná-las tenham características perenes, paradoxalmente contrastantes à flexibilidade e à precariedade de tais atividades.

O segundo tipo de atividade autônomo abarca as tentativas de abertura de um “negócio próprio”: no ramo dos restaurantes, no caso de Ruth, ou no ramo das gráficas, no caso de Carla. Em ambas situações, a abertura de uma empresa (em sua forma mais convencional) surgia como decorrência de suas carreiras então descendentes no mercado de trabalho formal. Nessas trajetórias, o “desejo pela autonomia” (Bureau e Corsani, 2014) se conformou, gradualmente, como o caminho mais plausível de autorrealização nas áreas em que mais se identificavam profissionalmente. Interessante notar ainda, a partir da história de Carla, que o assalariamento somente se ajustou a sua trajetória quando ela se inseria no setor de saúde pública, já em uma idade mais avançada, em posições em que as disposições femininas ao cuidado são valorizadas – e assim instrumentalizadas (Georges e Santos, 2012; 2016).

(2) Uma segunda observação diz respeito às *bifurcações biográficas* observadas nas trajetórias. Diferentemente da abordagem de Bidart (2006), as *bifurcações* não foram foco de atenção primária em nossas pesquisas, mas saltaram aos

18 Delimitamos dessa forma ainda que as diferentes etapas da vida sejam uma construção social, para além da idade biológica.

nossos olhos não somente devido ao seu caráter heurístico, conforme aponta a autora, mas também em função de sua frequência e a intensidade em termos de impacto sobre a trajetória profissional em que despontam na elaboração da narrativa dessas mulheres. Isso é informado, primeiro, por fatores estruturais – notadamente classe, sexo e raça¹⁹ – que conformam trajetórias conturbadas, marcadas por uma naturalização da situação de “crise”. Retomando a perspectiva de Ruth: “Esse país nosso é assim né. Sempre teve crise né”.

Além disso, a análise das bifurcações biográficas aponta também para a maneira desigual com que as adversidades são experienciadas entre homens e mulheres (Fassin, 2018), funcionando como reveladores dos padrões de gênero incorporados. Constituem-se como situações limites, em que os sujeitos ficam obrigados a hierarquizar suas necessidades. Se a interação entre diferentes esferas da vida e o entrelaçamento de várias temporalidades não são especificidades desses momentos de inflexão nas trajetórias, são nestes cortes temporais que o papel feminino de mediação ganha relevo. As trajetórias analisadas demonstram como esse aspecto se agrava, no caso de mulheres moradoras das periferias, em meio a injunções contraditórias provocadas por políticas sociais, por vezes entre políticas públicas. Por exemplo, como, no caso de Carla, pela possibilidade de acesso à casa própria que, ao fim, provocou sua saída do trabalho “fichado”; no caso de Ruth, a dificuldade de acesso à política pública de saúde, conquistada finalmente por via judicial. Salvar a vida do marido – opção de Ruth – resultou no consumo de serviços privados pagos, assim como na perda do restaurante e de todas as suas economias.

Ora, questionar as relações entre “empreendedorismo” e gênero necessita tanto dar conta das temporalidades específicas das transformações do trabalho das mulheres para as quais formas de trabalho que se tornaram dominantes recentemente constituem uma permanência (Abílio, 2018; Georges, 2015; 2018). Da mesma maneira, podem interrogar o que pode ser entendido pela agência, ou o “protagonismo”, das mulheres pobres através das relações entre dominação e emancipação/autonomização. Em suma, trata-se de uma apropriação de seu destino (de classe) que lhes parece incontornável.

Desta forma, compreendendo o relato de vida como uma reelaboração situada sobre si diante de certo(s) espectador(es) – trata-se de uma (re)presença (Bourdieu, 1986; Bertaux, 1980), por vezes performáticas –, a descrição

19 No texto presente, não entramos na discussão das possíveis imbricações entre estas categorias e tampouco no seu funcionamento (ou não) como marcadores sociais conforme seus contextos (Santos e Georges, 2020).

destas *bifurcações* revela os “ingredientes” da ação (Bidart, 2006). Nesse sentido, conforme Bidart, é o momento pelo qual as ambivalências latentes se tornam visíveis pelo balanço que os sujeitos são levados a realizar. Elas revelam nesse momento tanto o seu “habitus” (Bourdieu, 2013), ou as suas “disposições” subjacentes à agência (Lahire, 2001), reproduzindo formas de dominação e de dependência encastradas, como no caso de Ruth e Carla. No contexto contemporâneo, a construção do suposto “empreendedorismo feminino” surge como modo de sustentação da família, isto é, através da imbricação da responsabilidade pela reprodução do grupo familiar, e da responsabilidade pelo trabalho produtivo, assim como para arcar com as injunções contraditórias produzidas por essas responsabilidades múltiplas.

Contrariamente ao que ocorre aos homens, parece socialmente aprovado, e legítimo para as mulheres, que aceitem uma inflexão em suas trajetórias laborais, proveniente de um evento externo à esfera profissional. Não obstante, pelo menos nas representações de suas vidas produzidas na interação com o/a pesquisador/a, elas invertem os estigmas sociais (Goffman, 1975) que carregam para reivindicarem seu “protagonismo” e darem um sentido às suas vidas, pista de pesquisa a ser aprofundada. Em particular, seria interessante prosseguir a reflexão acerca dos sentidos que homens e mulheres dos meios populares dão ao embaralhamento entre as diferentes esferas da vida, assim como de suas injunções contraditórias, o que compreendemos como uma dimensão central das formas de desapropriação do capitalismo contemporâneo.

Referências:

- ABILIO, Ludmila C. Uberização e viração: mulheres periféricas no centro da acumulação capitalista. *Margem Esquerda*, v. 31, 2018, pp. 54-61.
- ABREU, Alice de Paiva; SORJ, Bila (Org.). *O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadoras a domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1993.
- ACQUARO, Juliane. *Empreendedorismo feminino ou trabalho por conta própria? Um estudo sobre trabalhadoras na cidade de São Carlos/SP*. Dissertação de mestrado, Sociologia, São Carlos, UFSCar, 2018.
- ARAÚJO FILHO, Tarcísio P. Os toreros em Belo Horizonte: construindo caminhos na contramão das ruas da cidade. *Cadernos CERU (USP)*, v. 29, 2018, pp. 361-388.
- BERTAUX, Daniel. L'approche biographique : sa validité méthodologique, ses potentialités. *Cahiers internationaux de Sociologie*, n. 69, 1980, pp. 197-225.
- BIDART, Claire. Crises, décisions et temporalités: autour des bifurcations biographiques. *Cahiers internationaux de sociologie*, v. 1, n. 120, 2006, pp. 29-57.
- BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*.

- L'illusion biographique*, v. 62-63, 1986, pp. 69-72.
- _____. *O senso prático*. 3. ed. Petrópolis, Vozes, 2013
- BUREAU, Marie-Christine; CORSANI, Antonella. Du désir d'autonomie à l'indépendance, *La nouvelle revue du travail* [Online], v. 5, 2014.
- CABANES, Robert, GEORGES, Isabel, RIZEK, Cibele, TELLES, Vera da Silva. (Org.). *Saídas de emergência. Perder/ganhar a vida em São Paulo*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2011.
- CABANES, Robert, GEORGES, Isabel. (Org.). *São Paulo, la ville d'en bas*. Paris, Harmattan, 2009.
- DESTREMAU, Blandine; GEORGES, Isabel, Introduction. Gouverner les pauvres en Amérique latine. Gérer les femmes par l'assistance. In: DESTREMAU, Blandine; GEORGES, Isabel. (Org.). *Le care, face morale morale du capitalisme. Assistance et police des familles en Amérique latine*. 1. ed. Bruxellas, Peter Lang, v. 1, 2017, Pp. 15-56.
- DIEESE. Quem cuida das cuidadoras: trabalho doméstico remunerado em tempos de coronavírus. *Estudo e Pesquisas*, n. 96, 2020, pp. 01-30. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2020/estPesq96covidTrabalhoDomestico.html>>. Acesso em: 26 out. 2021.
- DRUCK, Graça, OLIVEIRA, Luiz Paulo. A condição “provisória permanente” dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores de rua da cidade de Salvador. *Revista VeraCidade*, v. 3, n. 3, 2008.
- DUBAR, Claude. Trajectoires sociales et formes identitaires: clarifications conceptuelles et méthodologiques. *Sociétés contemporaines*, n. 29, 1998, pp. 73-85.
- _____. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. *Cad. Pesqui*. São Paulo, v. 42, n. 146, 2012, pp. 351-367.
- FASSIN, Didier. *De l'inégalité des vies*. Paris, Fayard, Collège de France, coll. Leçons inaugurales, 2020.
- FASSIN, Didier. *La vie, Mode d'emploi critique*. Paris, Seuil, 2018.
- FELTRAN, Gabriel de S. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo, Editora da Unesp/CEM, 2011.
- FREIRE DA SILVA, Carlos. Viração: o comércio informal dos vendedores ambulantes. In: CABANES, Robert, GEORGES, Isabel, RIZEK, Cibele, TELLES, Vera da Silva. (Org.). *Saídas de emergência. Perder/ganhar a vida em São Paulo*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2011, pp. 57-73.
- GAGO, Veronica. *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. São Paulo, Editora Elefante, 2018.
- GEORGES, Isabel. Entre participação e controle: os(as) agentes comunitários de saúde da região metropolitana de São Paulo, *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 14, n. 1, 2011, pp. 73-85.

- _____. O outro lado da formalização do trabalho do *care* no Brasil, *Revista PerCursos*, Florianópolis, v. 16, n. 32, set./dez. 2015, pp. 169-187.
- _____. New public Policies and Care work at the crossroads of formalisation/informalisation (Brazil), *Journal of Latino/Latin-American Studies (JOLLAS)*, v. 9, n. 1, 2018, pp. 51-64.
- GEORGES, Isabel; FREIRE DA SILVA, Carlos. A naturalização da precariedade: trabalho informal, “autônomo” e cooperativado entre costureiras em São Paulo (Brasil). *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, n. 19, 2008, pp. 79-95.
- GEORGES, Isabel, RIZEK, Cibele S. Práticas e dispositivos: escalas, territórios e atores. *Contemporânea*, v. 6, n. 1, 2016, pp. 51-73.
- GEORGES, Isabel; SANTOS, Yumi Garcia dos. Care e políticas públicas: o caso das “agentes comunitárias de saúde” e das “agentes de proteção social”. In: HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araújo. (Org.). *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo, Atlas, 2012, pp. 166-182.
- _____. A produção da “demanda”: viés institucional e implicações políticas da terceirização do trabalho social na periferia de São Paulo. In: CUNHA, Neiva Vieira da; FELTRAN, Gabriel de Santis, *Sobre Periferias: Novos conflitos no espaço público*. Rio de Janeiro, Ed. Faperj/Lamparina, 2013, pp. 159-177.
- _____. Tessituras da mobilidade de mulheres: economias morais, mercados políticos e zonas de indistinção, In : GEORGES, Isabel, TIZZIANI, Ania. (Org.). *Dinâmicas do mundo do trabalho em Argentine et au Brésil: transições, mobilidades e deslocamentos/Dinámicas del mundo del trabajo en Argentina y Brasil: transiciones, movilidades, desplazamientos*, São Paulo, Alameda, Coll. SAGEMM, 2020, pp. 301-338.
- _____. *As “novas” políticas sociais brasileiras na saúde e na assistência. Produção local de serviço e relações de gênero*. Belo Horizonte, Fino Traço, 2016.
- GEORGES, Isabel, VIDAL, Dominique. La formalisation de l’emploi à l’épreuve du travail invisible. Deux cas de figure de travailleuses de service au Brésil. *Sociétés contemporaines*, n. 87, 2012, pp. 25-47.
- GOFFMAN, Erving. *Stigmat: les usages sociaux des handicaps*, Paris, 1975 (1^a ed. *Stigma: Notes on the management of Spoiled identity*, Upper saddle River, 1963).
- GROSSETTI, Michel ; BESSIN, Marc; BIDART, Claire. (Org.). *Bifurcations. Les sciences sociales face aux ruptures et à l’évènement*, Paris, Ed. La Découverte, 2009.
- LAHIRE, Bernard. *O homem plural*. Lisboa, Instituto Piaget, 2001.
- LAVOS, Ana Paula T. Sociabilidade em conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado: o caso da COHAB Cidade Tiradentes. São Paulo: Dissertação de Mestrado - Programa de pós graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, 2009.
- LAUTIER Bruno. *L’Economie informelle dans le tiers-monde*. Paris, Editions La

- Découverte - Repères, 1994.
- LIMA, Jacob C.; COCKELL, Fernanda F. As novas institucionalidades do trabalho no setor público: os agentes comunitários de saúde. *Trab. educ. saúde[online]*, v. 6, n.3, p. 481-502, 2008.
- LIMA, Jacob. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? *Sociologias (UFRGS. Impresso)*, v. 12, p. 158-198 2010.
- _____. A nova informalidade. In IVO, Anete, B. L. (coord.). *Dicionário temático Desenvolvimento e Questão Social: 81 problemáticas contemporâneas*. São Paulo: Annablume, 2013, p.330-336
- ITIKAWA, Luciana F. Mulheres na periferia do urbanismo: informalidade subordinada, autonomia desarticulada e resistência em Mumbai, São Paulo e Durban. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)*, v. 18, p. 57-76 2016.
- JESUS, Cláudio. R. de. *A geografia humana do camelô belo-horizontino*. Tese (Doutorado em Geografia), Belo Horizonte, IGC – Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.
- KOWARICK, Lúcio. *Escritos Urbanos*, São Paulo: Editora 34, 2009.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. A oposição entre trabalho doméstico e trabalho feminino remunerado. In: LEITE LOPES, José Sérgio (orgs.), *Mudança Social no Nordeste: estudos sobre trabalhadores urbanos*. Paz e Terra, 1979, p. 179-210.
- _____. Da informalidade à empregabilidade: reorganizando a denominação do mundo do trabalho. *Caderno CRH*, v. 15, n. 37, p. 81-109, 2002.
- MARCUS, George E., “Ethnography in/of the world system: The emergence of Multi-sited ethnography”, *Annual Review of Anthropology*, N° 24 (1995), pp. 95-117.
- OLIVEIRA, Francisco. *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003.
- PÉREZ SÁINZ, Juan Pablo. Globalización y neoinformalidad en América Latina. *Nueva sociedad*, n. 135, p. 36-41 1995.
- PRANDI, Reginaldo. *O trabalhador por conta própria sob o capital*. São Paulo: Edições Símbolo, 1978
- RANGEL, Felipe; ARAÚJO FILHO, Tarcísio P. A gestão neoliberal do comércio de rua: um estudo comparado de duas metrópoles brasileiras, In GEORGES, Isabel, RIZEK, Cibele S., BRENDA, Thalles (orgs.), *Produção e Reprodução das Formas de Sociabilidade: Dimensões Territoriais e Multi-Escalares*, São Paulo, Alameda, Coll. SAGEMM, 2021. (no prelo)
- RANGEL, Felipe. *O trabalho informal no comércio popular: ressignificando práticas na nova cultura do trabalho*. Dissertação de Mestrado (Sociologia), São Carlos, UFSCar,

- 2015.
- RIZEK, Cibele S. Viração e trabalho: algumas reflexões sobre dados de pesquisa. *Estudos de Sociologia*, v.11, n.21, p.49-58, 2006.
- _____. Prefácio. In: Cunha, Marcia, Georges, Isabel, Ota, Nilton. (Org.). *Tempos do Social e da Política*. 1ed.São Paulo: Alameda Editora, 2018, v. 1, p. 13-17.
- ROSENFELD, Cinara L. Autoempreendedorismo: forma emergente de inserção social pelo trabalho. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 30, n. 89, p.115-128, 2015.
- SABINO, André M.; ABILIO, Ludmila C. Uberização - O empreendedorismo como novo nome para a exploração. *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento humano*, v. 2, p. 109-135, 2019.
- SANTOS, Yumi Garcia dos, GEORGES, Isabel, A formação de um grupo profissional: entre permanências e mudanças das agentes de execução de programas sociais sob o pisma de gênero, classe e raça”, *Política & Trabalho, Revista de Ciências sociais*, Ano XXXVII, n. 53, p. 90, 2020.
- SUPIOT, Alain. Les nouveaux visages de la subordination, *Droit social*, n. 2, p. 131-145, 2000.
- STIEGLER, Barbara, *Il faut s'adapter. » Sur un nouvel impératif politique*. Paris: Gallimard, 2019.
- TELLES, Vera da Silva. Mutações do trabalho e experiência urbana, *Tempo Social*, v. 18, n. 1, p. 173-195, 2006.

Recebido em: 13/05/2021

Aprovado em: 06/09/2021

Como citar este artigo:

- FILHO, Tarcísio Perdigão Araújo e GEORGES, Isabel Pauline Hildegard. A gestão do próprio trabalho e vida: uma discussão sobre “empreendedorismo” e gênero a partir de duas trajetórias socioprofissionais. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 3, set. - dez. 2021, pp. 875-904.



O empreendedorismo como discurso justificador do trabalho informal e precário

Jacob Carlos Lima¹

Roberto Veras de Oliveira²

Resumo: Este artigo analisa a ressignificação da “informalidade” como “empreendedorismo”, num contexto de reformas neoliberais iniciadas a partir dos anos 1990. O artigo inicia com uma discussão conceitual sobre a ideia de “empreendedor”; em seguida, ele trata da expansão desse discurso no Brasil e da posituação da informalidade como sinônimo de trabalho flexível, inovativo e competitivo; tal situação foi então amplificada com o surgimento das chamadas indústrias criativas e do trabalho em plataformas. A reforma trabalhista de 2017 enfim legitimou esse processo através da ampla desregulação do trabalho.

Palavras chaves: discurso empreendedor; informalidade; trabalho precário; trabalho flexível.

Entrepreneurship as a discourse justifying informal and precarious work

Abstract: *This paper examines the re-signification of “informality” as “entrepreneurship” in the context of neoliberal reforms since the 1990s. The article begins with a conceptual discussion on the idea of “entrepreneur”; then, it deals with*

1 Universidade Federal de São Carlos – São Carlos – Brasil – jacobl@ufscar.br – <http://orcid.org/0000-0001-6475-9575>

2 Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – Brasil – roberto.veras.2002@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0001-7751-6863>

the expansion of this discourse in Brazil and the positivization of informality as synonymous with flexible, innovative, and competitive work; a situation amplified with the emergence of the so-called creative industries and platform work. The 2017 labor reform legitimized this process through the extensive deregulation of labor.

Keywords: *entrepreneurial discourse; informality; precarious labor; flexible work.*

El emprendedurismo como discurso que justifica el trabajo informal y precário

Resumen: Este artículo analiza la resignificación de la “informalidad” como “emprendedurismo” en el contexto de las reformas neoliberales desde los años 90. El artículo comienza con una discusión conceptual sobre la idea de “empreendedor”; luego aborda la expansión de este discurso en Brasil y la positivización de la informalidad como sinónimo de trabajo flexible, innovador y competitivo; una situación amplificada con el surgimiento de las llamadas industrias creativas y el trabajo de plataforma. La reforma laboral de 2017 legitimó este proceso mediante la amplia desregulación del trabajo.

Palabras clave: emprendedurismo; informalidad; trabajo precario; trabajo flexible.

Introdução

O discurso do “empreendedorismo” ganhou muita evidência prática e acadêmica nas últimas décadas no mundo inteiro. Nos meios acadêmicos, Joseph Alois Schumpeter é considerado seu grande teórico, ou pelo menos o primeiro a utilizar explicitamente o termo, tornando-se referência indispensável em qualquer discussão sobre o tema. Seu ponto de partida sociológico se situa em Weber, com quem estabelece um diálogo crítico sobre sua compreensão a respeito do que denomina de “empresário” e sua “ação racionalmente orientada”, referenciada na “motivação com relação a fins específicos”. Schumpeter (1982) diferencia o “empresário” do “empreendedor”. Enquanto esse último teria como traço distintivo a inovação, a ruptura com padrões estabelecidos, o primeiro deveria ser concebido sobretudo como gestor da empresa e, portanto, não necessariamente como um inovador. A noção de inovação teria motivações distintas da ação racionalmente orientada, uma vez que se vincularia ao papel de “liderança” do empreendedor, implicando na possibilidade efetiva de implementação de

algo novo na atividade. Concebe-se ainda uma terceira condição: a do “capitalista”, sendo esse tomado como dono do capital, e não necessariamente como gestor ou empreendedor (Schumpeter, 1982; Martes, 2010; Martinelli, 2009).

Para Schumpeter (1982), a ideia de “liderança” é entendida no sentido de “ação carismática do líder”, centrando sua atenção na capacidade de o “empreendedor” atuar e implementar inovações, assim como enfrentar resistências às mudanças, dada a tendência do capital a um certo conservadorismo. A “destruição criativa” é o que permite o avanço no capitalismo, expressando um potencial destruidor entre os próprios capitalistas e empresários que, em não acompanhando as inovações, tenderiam a desaparecer enquanto agentes. O conceito de “destruição criativa” se aproxima, numa perspectiva distinta, da formulação marxista do “permanente desenvolvimento das forças produtivas”, vinculando-se à necessidade de valorização do capital.

Na sua compreensão do que é ser “empreendedor”, inclui-se a percepção de que tal atributo não se limita ao ambiente empresarial, estendendo-se também aos trabalhadores. Segundo Schumpeter (1984), haveria inclusive certa superioridade do sistema socialista, que poderia racionalizar a empresa a partir do planejamento estatal, desde que o espírito empreendedor fosse mantido em todo o ambiente produtivo, não sendo sufocado pelas resistências burocráticas.

A reestruturação capitalista iniciada nos anos 1970, sob o paradigma da flexibilização da produção e do trabalho, suscita na esfera laboral a necessidade da afirmação da condição de liderança, com o envolvimento e a inovação se convertendo em fatores centrais de aumento da produtividade do trabalho. As novas estratégias empresariais tomam o contrato de trabalho e os direitos sociais a ele acoplados, conquistado pelos trabalhadores, como custos para o capital e, com isso, apontam para a necessidade da desregulamentação das relações de trabalho, responsabilizando o trabalhador pela sua própria empregabilidade.

Acirra-se a competição entre os trabalhadores pelo emprego. Contingentes cada vez mais restritos são mantidos como empregados, mas esses necessitam de se adaptar à nova dinâmica. Outros, em proporções crescentes, são demitidos e, em seguida, convertidos em empregados (formais ou informais) de empresas terceiras (não raras vezes, para exercer as mesmas funções de antes) ou em “pessoas jurídicas”³. Outros ainda são simplesmente excluídos de qualquer tipo

3 Com as relações salariais sendo substituídas por relações comerciais, estabelecidas não entre capital e trabalho, mas entre “empresas”, quando muitas vezes permanecem exercendo, agora como prestadores de serviços “autônomos”, as mesmas funções de antes, igualmente em posição subordinada.

de relação de emprego (formal ou informal, reconhecida como tal ou disfarçada de “autônomo”), passando a integrar a histórica massa dos “informais”.

Em estreita associação com tais processos, emerge, como um cimento comum diante de tamanha heterogeneidade de situações, o discurso do empreendedorismo, o que veio a ocorrer, no Brasil, principalmente a partir dos anos 1990. Impõe-se, sob formas diversas (por meio de contratos por projetos, zero hora, pessoa jurídica, como “autônomos exclusivos”, formalizados ou não como microempreendedores, entre outros tipos), uma tendência geral de individualização e heterogeneização das relações de trabalho, com os trabalhadores sendo convertidos em “empreendedores de si mesmos”.

O discurso acerca das “vantagens do empreendedorismo” se soma ao “discurso único” do neoliberalismo, fazendo-se presente não apenas no setor empresarial, mas também na esfera governamental e, em certa medida, entre os próprios sindicatos dos trabalhadores. Esses se veem sob os desafios de enfrentarem o desemprego estrutural decorrente do fechamento de postos de trabalho, o acirramento da competição pelos postos remanescentes, o crescimento do individualismo entre os trabalhadores e o esvaziamento das formas de ação e negociação coletivas. São desafios que surgem em meio a impactantes transformações na base técnica e nos padrões organizacionais das atividades produtivas, com suas novas exigências de qualificação e habilidades comportamentais no processo de trabalho.

Ao lado dos sindicatos, também governos posicionados no espectro político à esquerda se veem enredados nesse ambiente de fortes apelos dos discursos da empregabilidade e do empreendedorismo, quando deslocam o eixo das políticas de emprego para a promoção, entre desempregados e informais, seja de políticas de qualificação, seja de políticas de microcrédito ou outras voltadas igualmente a incutir nos trabalhadores a responsabilização individual pela busca de saídas próprias para a crise do emprego. Mesmo políticas tidas como “emancipatórias” não ficam isentas da influência desse discurso, como a proposição do “empreendedorismo social”, incorporado por alguns dos que atuam no campo da Economia Solidária (Colbari, 2007; Lima, 2010).

Neste artigo, discutimos como o discurso empreendedor se “normaliza” como parte da racionalidade neoliberal. Essa normalização ocorre em associação com a positividade das ideias de “empregabilidade”, “autonomia”, “flexibilização” e “modernização” das relações de trabalho, impregnando, mesmo que com ênfases diferenciadas, os segmentos empresarial, governamental e mesmo sindical. No Brasil, compõe também esse contexto o avanço, nos últimos anos, do conservadorismo político e cultural, representado, entre outros fatores, por

mudanças no comportamento religioso, especialmente com a disseminação da “teologia da prosperidade” (Souza, 2011).

Nosso propósito é o de refletir sobre o que se esconde por trás desse discurso, ou seja, a lógica neoliberal de individualização e segmentação dos trabalhadores, rebaixando custos para o capital a partir da precarização das relações de trabalho. Ao lado disso, acrescenta-se um processo de esvaziamento da ação coletiva e das possibilidades de resistência dos trabalhadores.

Para dar conta dessas questões, estruturamos o artigo em quatro partes principais, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, situamos o contexto e os caminhos da emergência do discurso empreendedor no Brasil, ressaltando seu caráter ideológico, que visa legitimar os processos de informalização e precarização das relações de trabalho. Na segunda, analisamos a operação que resulta da ressignificação da informalidade e de sua positivação na perspectiva do capitalismo flexível, não apenas quanto aos trabalhadores excluídos do trabalho formal por fatores como escolaridade e qualificação, mas também no que se refere aos trabalhadores escolarizados e qualificados que entram na informalidade através de processos de terceirização e da prestação de serviços mediados por plataformas digitais. Na terceira e na quarta partes, discutimos dois caminhos recentes de disseminação, no Brasil, da informalidade justificada como empreendedorismo. Destacamos, na terceira, a via da expansão de um novo padrão de relações de trabalho, trazido, por exemplo, com a “indústria criativa” e a “uberização”. E, na quarta, elenca-se a via da consolidação de um novo padrão de regulação das relações de trabalho, expressa sobretudo pela reforma trabalhista de 2017.

O neoliberalismo e a emergência, a partir dos anos 1990, do discurso empreendedor no Brasil

A intensificação do processo de reestruturação produtiva no país, iniciado nos anos 1980, e a adoção de políticas neoliberais, a partir do início da década seguinte, produziram um quadro marcado pelo desemprego e pela precarização das relações e condições de trabalho.

A uma agenda centrada na abertura do mercado brasileiro à competição internacional, na privatização de empresas estatais, na reforma gerencialista do Estado, na austeridade fiscal e na desregulamentação da economia, associou-se um discurso que passou a valorizar prioritariamente “o mercado”. De um lado, tudo que se encontrava associado ao estatal, ao público, ao social e ao coletivo passou a ser considerado responsável por todas as mazelas da sociedade

contemporânea, sendo estigmatizado como “ineficiente”, “incompetente”, gerador de “desperdício”, “corporativista”, a favor de “privilégios”, “intervencionista”. Do outro lado, foram valorizadas as virtudes dos comportamentos privatistas, individualistas, meritocráticos e empreendedores.

Desse ponto de vista, a socialização dos indivíduos se dá em situação de mercado, sob o primado do governo de si e do pressuposto de que “todo indivíduo tem algo de empreendedorístico dentro dele, e é característica da economia de mercado liberar e estimular esse ‘empreendedorismo humano’” (Dardot e Laval, 2016: 144). O potencial desse discurso se encontra na capacidade de se espalhar e ser traduzido para todos os planos da vida prática, em situações sociais as mais discrepantes. Segundo Dardot e Laval (2016: 145):

O empreendedor não é um capitalista ou um produtor nem mesmo o inovador schumpeteriano que muda incessantemente as condições da produção e constitui o motor do crescimento. É um ser dotado de espírito comercial, à procura de qualquer oportunidade de lucro que se apresente e ele possa aproveitar, graças às informações que ele tem e os outros não. Ele se define unicamente por sua intervenção específica na circulação dos bens.

Em um contexto de desemprego elevado e de perdas de direitos, como o que se verificou nos anos 1990 no Brasil, a implementação de uma agenda neoliberal (com desdobramentos sociais tão adversos) teve na disseminação da ideia-força do “empreendedorismo” (e conteúdos discursivos associados) um necessário e estratégico recurso de legitimação social:

Presença constante nos meios de comunicação, o discurso atual sobre o empreendedorismo abrange uma área grande de atuação e assume múltiplos significados. Pode ser identificado em várias situações: no trabalho por conta própria; na atividade empresarial bem-sucedida; na dimensão empreendedora do trabalhador assalariado; e na afirmação de uma liderança no local de trabalho, na comunidade (empreendedorismo comunitário) e na gestão pública. Em suma: trata-se de uma força social desencadeada por comportamentos, atitudes e valores que conduzem à inovação, à mudança, potencializando a geração de riqueza e a ação transformadora das condições sociais e políticas (Colbari, 2007: 76).

Direcionado àqueles que se encontravam disputando um posto de trabalho (cada vez em número mais limitado e em piores condições), o discurso da “empregabilidade” adquiriu grande projeção pública. Entre empresários e agentes

do governo, afirmou-se persistentemente que o tema do desemprego era uma questão da esfera do individual, e não do social, cabendo ao trabalhador superá-lo através da qualificação profissional e da sua capacidade de iniciativa, adequando-se às exigências do mercado e, com isso, tornando-se “empregável”.

Nos termos do Ministério do Trabalho e Emprego de então:

O emprego dos anos 90 tem um novo conceito: a empregabilidade, conjunto de conhecimentos, habilidades, comportamentos e relações que tornam o profissional necessário não apenas para uma, mas para toda e qualquer organização. Hoje mais importante do que apenas obter um emprego é tornar-se empregável, manter-se competitivo em um mercado em mutação. Preparar-se, inclusive para várias carreiras e diferentes trabalhos – às vezes, até simultâneos (MTE/Sefor, 1995, *apud* Affonso, 2001: 72)⁴.

Ser “empregável” é um modo de ser “empreendedor de si mesmo”. São ideias que se potencializam e se complementam. Para Colbari (2007: 84), a motivação empreendedora visa oferecer essa “saída” como alternativa legítima ao emprego formal, um novo horizonte ocupacional e projeto profissional, “tanto para os que foram excluídos do trabalho assalariado quanto para aqueles que não conseguiram ser incluídos”. A reestruturação produtiva gerou não só a retração do emprego formal, mas também fomentou, especialmente com a disseminação da terceirização, o crescimento do trabalho autônomo e do pequeno negócio, quase sempre sob condições muito adversas e de grande vulnerabilidade social, mas ao mesmo tempo favorecendo a disseminação da expectativa com as “novas oportunidades” abertas àqueles dispostos a empreender.

A disseminação desse discurso no país contou, desde os anos 1990, com a estratégica contribuição do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Criado como instituição pública em 1972 e convertido em privada em 1990, o SEBRAE colocou como objetivo promover “a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro e pequenas empresas – aqueles com faturamento bruto anual de até R\$ 4,8 milhões”. Sua atuação se concentrou no “empreendedorismo e na aceleração do processo de formalização da economia por meio de parcerias com os setores público e

4 No discurso empresário-governamental de então, usava-se também a expressão “cidadão produtivo”: “O cidadão produtivo é aquele capaz de apreender e gerir a realidade que tem como regra a transitoriedade permanente” (MTE/Sefor, 1998, *apud* Affonso, 2001: 70). Ao Estado caberia, nessa equação, tão somente oferecer oportunidades a cada um, através sobretudo de programas de qualificação profissional, a exemplo do Plano Nacional de Formação (PLANFOR), criado em 1995. Para uma crítica ao conceito de *empregabilidade*, ver Gentili (1999) e Frigotto (1999).

privado, programas de capacitação, acesso ao crédito e à inovação, estímulo ao associativismo, feiras e rodadas de negócios”⁵.

Segundo Melo (2008), o tema do empreendedorismo entrou definitivamente no campo de referência e de ação do SEBRAE a partir de sua inserção no Empretec⁶, programa mundial de treinamento nesse tema, criado em 1988 pela United Nations Conference on Trade and Development – UNCTAD (órgão da ONU), tendo como fim o estímulo e treinamento em comportamento empreendedor associado à identificação de novas oportunidades de negócios⁷. No Brasil, o referido programa foi assumido pelo SEBRAE a partir de 1993.

Por meio de *lobby* do SEBRAE e efeitos de sua atuação, assim como por influência de agências internacionais e outros aliados do projeto empreendedorista, várias medidas se seguiram no campo das políticas públicas com o propósito de promover e regulamentar o “empreendedorismo” no país. Com a Lei n. 9317, de 1996, no rastro da criação do programa de redução de tributos para micro e pequenas empresas, denominado *Simples* (“Sistema Integrado de Pagamento de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte”), e, em 1999, do estatuto das microempresas e empresas de pequeno porte, nesse mesmo ano, foi lançado o programa “Brasil Empreendedor” pelo governo Fernando Henrique Cardoso, cuja execução foi destinada ao SEBRAE (Melo, 2008).

Já no Governo Lula, com a edição da Lei Complementar n. 123/2006, foi implementado um regime tributário diferenciado para micro e pequenas empresas. Em 2008, com a Lei Complementar n. 128, que altera a LC n. 123, foi lançado o projeto *Empreendedor Individual*, criando a figura jurídica do Micro Empreendedor Individual (MEI), com o objetivo principal de converter o “trabalhador informal” em “empreendedor individual” legalizado, por meio do seu registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ). Com isso, buscou-se facilitar ao Empreendedor Individual (EI) a abertura de conta bancária, o pedido de empréstimos e a emissão de notas fiscais. Ao mesmo tempo, o EI foi enquadrado no *Super Simples* e isento dos impostos federais (IR, PIS, Cofins, IPI e CSLL), cabendo ao beneficiado o pagamento, apenas, de um valor fixo mensal

5 Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_quemso-mos>. Acesso em: 27 out. 2021.

6 Uma combinação dos termos empreendedorismo e tecnologia.

7 Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/empretec-fortaleca-suas-habilidades-como-empreendedor,db3c36627a963410VgnVCM1000003b74010aRCRD#:~:text=O%20Empretec%20%C3%A9%20uma%20metodologia,12.308%20turmas%20com%20285.769%20participantes>.

(atualizado anualmente de acordo com o salário mínimo). Por fim, a condição de EI permite ao beneficiário o acesso ao auxílio maternidade, auxílio doença, aposentadoria, entre outros benefícios (Pereira, 2019).

Em síntese, de um lado, a emergência do discurso empreendedor resultou da incorporação, pelos trabalhadores submetidos a processos de flexibilização e precarização, de uma justificativa ideológica para tal situação. Isso se deu na condição de trabalhadores ainda formais, que necessitavam manter-se “empregáveis”, ou na condição de trabalhadores total ou parcialmente informais, que necessitavam criar, por meios próprios, estratégias de ocupação e de geração de renda. Esse discurso induziu à responsabilização individual do trabalhador quanto às saídas para as adversidades estruturais que a vida lhes impõe. De outro lado, sua racionalidade (do discurso empreendedor) é reforçada pela lógica predominante nas ações de enfrentamento da informalidade e da precariedade das relações de trabalho. A ação do SEBRAE, colocando em primeiro plano o “espírito empreendedor”, foi amplamente potencializada por sua conversão em uma agência estratégica para a implementação de programas públicos como o MEI.

O sucesso desse processo de disseminação do discurso empreendedor (a partir das duas vias acima indicadas) esteve fortemente associado a uma operação de ressignificação da percepção social da informalidade. Grosso modo, operou-se a passagem de uma percepção negativa para uma percepção positiva de tal condição.

A ressignificação da informalidade como empreendedorismo

O trabalho autônomo, desde os anos 1960, já havia se convertido em objeto de preocupação de economistas e sociólogos latino-americanos⁸, assim como de outras regiões subdesenvolvidas do mundo, diante das dificuldades estruturais para a incorporação dos trabalhadores aos processos produtivos sob a forma de assalariados e contando com uma proteção mínima. Foi, contudo, sobretudo com a noção de “informalidade” (consagrada por meio da categoria de “setor informal” pela OIT, a partir do início dos anos 1970) que o tema se converteu, simultaneamente, em matéria de relevância acadêmica e conteúdo de políticas públicas.

As abordagens, contudo, incorporaram visões diversas e contraditórias, conforme evidenciou Tokman (2001). A perspectiva estruturalista do Programa

8 Sobre o fenômeno latinoamericano da mão de obra “sobrante”, ver, por exemplo, as abordagens sobre “massa marginal” (Nun, 1969) e de “polo marginal” (Quijano, 1971) – que distinguem o excedente estrutural de mão de obra e o exercício industrial de reserva, e a crítica de Kowarick (1973: 104).

Regional de Emprego para América Latina e Caribe (PREALC/OIT), por exemplo, analisou o setor informal segundo suas formas de subordinação ao setor formal e seus desdobramentos em termos da segmentação heterogênea do mercado de trabalho, em um contexto de desenvolvimento capitalista periférico. Para Oliveira (1972), a informalidade garantiria a mobilização permanente de um exército industrial de reserva para a acumulação capitalista, garantindo os baixos salários, além de transferir, permanentemente, para as atividades econômicas capitalistas, uma fração de seu valor. Além disso, a predominância de uma configuração heterogênea e segmentada do sistema produtivo e das relações de trabalho funcionaria como desestruturadora de uma identidade de classe, pela circulação permanente dos trabalhadores entre o formal e o informal (Oliveira, 1987).

Outra vertente teve como principal expressão o economista liberal peruano Hernando de Soto. A partir de pesquisa com trabalhadores informais em Lima, Soto (1987) concluiu que eles eram dotados de um empreendedorismo inato, algo presente em toda a América Latina. Para ele, a informalidade não resultava da ausência de Estado, mas da sua presença excessiva, que sufocava o espírito empreendedor existente. Ao analisar as estratégias de sobrevivência desses segmentos da população, ele conclui que o Estado não deveria atuar para regular a atividade econômica, mas deixar que esses empreendedores atuassem livremente. Passa-se, assim, a uma positivação da informalidade, não mais tida como resultado do baixo desenvolvimento econômico e social e da pobreza, mas como uma possibilidade efetiva de dinamização do desenvolvimento.

Uma terceira via, representada por uma abordagem influenciada pelo marxismo, ganhou maior projeção a partir do final dos anos 1980 com os estudos de Alexandro Portes e Manuel Castells. Estes propuseram a substituição da noção de “setor informal” por “economia informal”, em um contexto de reestruturação produtiva que atingia a economia em escala mundial, buscando identificar os nexos de subordinação e continuidade entre o informal e o informal, o que vinha sendo feito especialmente pela via da subcontratação, ensejando ao mesmo tempo formas de assalariamento disfarçado, havendo, por essa via, uma associação entre informalidade e ilegalidade (Portes e Castells, 1989). Essa perspectiva⁹ veio a ter grande projeção a partir dos anos 1990, sendo que a própria OIT, na sua 90ª Conferência realizada em 2002¹⁰, chancelou esse ponto de vista ao

9 Que, entre outros, contou com o importante suporte da WIEGO (Women in Informal Economy: Globalizing and Organizing).

10 Disponível em: <<https://www.ilo.org/public/english/standards/relm/ilc/ilc90/pdf/pr-25.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2021.

substituir a categoria de “setor informal” pela de “economia informal”, tornando-se, esta, a base da campanha do “trabalho decente”.

Na Resolução da Conferência de 2002 sobre trabalho decente, a categoria de economia informal foi definida pela OIT como conjunto de atividades econômicas desenvolvidas por trabalhadores e unidades econômicas que, tanto na Lei quanto na prática, são insuficientemente cobertas por sistemas formais. Sob tal visão, passaram a ser incorporados entre os trabalhadores informais os trabalhadores oriundos de empresas reestruturadas na década anterior, que perderam seus postos de trabalho e suas competências foram ultrapassadas pelas mudanças tecnológicas e organizacionais. O crescimento do chamado desemprego estrutural excluiu milhares de trabalhadores do mercado de trabalho, fazendo com que esses procurassem na informalidade uma alternativa de trabalho. Foram, assim, associados os processos de informalização e flexibilização do trabalho. Apesar de tamanha heterogeneidade, o que se caracterizaria como *informal* seria o fato de o trabalho, em conjunto, não contar com o reconhecimento ou proteção no âmbito das normas e leis vigentes, sendo submetido (como trabalhadores e empreendedores) a altos níveis de vulnerabilidade e a limitado acesso a infraestruturas e benefícios públicos, em total desvantagem frente à economia formal.

Esse contexto de mudanças nos padrões produtivos e de relações de trabalho em escala mundial, que é acompanhado de debate político e acadêmico e de tentativas de reelaborações conceituais e metodológicas, repercute na América Latina. Em uma vertente crítica, buscou-se compreender os processos que estão na base não apenas da persistência do fenômeno da informalidade na região, mas também aqueles que produzem novas formas de manifestação desse fenômeno. Estudos sobre a informalidade, no Brasil, indicaram que a experiência do trabalho informal muitas vezes implica a permanência intergeracional nessa condição, contrapondo-se à ideia de que haveria grande circularidade e à perspectiva de formalização por parte dos trabalhadores. Grande parte dos trabalhadores informais nunca foram assalariados e nem tiveram o salário como horizonte em sua trajetória de vida (Lima e Conserva, 2006).

Para Silva (2002), apesar das ambiguidades e imprecisões, o “quase conceito” de informalidade ficou a meio caminho (tendo cumprido um papel de elo de ligação) entre a reflexão acadêmica e a intervenção prática (com grande adesão de agências internacionais de fomento), o que o impediu de se reduzir “ao terreno da pura ideologia”. De outra parte, continua o autor, particularmente até os anos 1980, entre os aspectos convergentes que tornavam possível seu uso por visões tão discrepantes, encontrava-se o pressuposto do trabalho industrial

assalariado em sua tendência de se universalizar como base da produção de riqueza e da reprodução social (associando em um encadeamento lógico as ideias de urbanização, industrialização, assalariamento e pleno emprego), o que imprimia à informalidade um sentido de algo residual e transitório, grandemente associado à condição de economia periférica.

Contudo, a crise do modelo social democrata europeu, a partir dos anos 1980, com as transformações no sistema produtivo em escala global, abalou “os pressupostos que fundamentavam o entendimento da relação salarial como a típica forma organizada de produção de riqueza” (Silva, 2002: 92). O problema do desemprego foi, então, colocado no centro da agenda política, inclusive nos países desenvolvidos. Para o autor, nesse momento, a noção de informalidade perde força, ao se deslocar da abordagem dos processos econômicos para a esfera política (enfocando no tema da regulação estatal das relações de trabalho) e ao extrapolar a sua percepção como “setor”, passando ao invés a compreender como tal “processos” e “atividades”. Com isso, informalidade passou a se confundir com a noção de “flexibilização” / “desregulação” das relações de trabalho.

Na leitura de Silva (2002), o papel mediador de “quase conceito” desempenhado ao longo de décadas pela noção de informalidade gradativamente passou a ser ocupado pelas noções de “empregabilidade” e “empreendedorismo”, referidas a novos modos de exploração capitalistas, ancorados na individualização e subjetivação dos controles socio-produtivos. Ao contrário da abordagem da informalidade, que, na sua heterogeneidade de pontos de vista, conservava elementos de crítica social, as noções de “empregabilidade”/“empreendedorismo” se caracterizariam por se deter em um papel fundamentalmente ideológico – “que se encaminha no sentido de reconstruir uma cultura do trabalho adaptada ao desemprego, ao risco e à insegurança” (Silva, 2002: 101)¹¹. As novas dinâmicas socio-produtivas colocaram, assim, na ordem do dia

[...] uma urgente tarefa de criação de uma nova ideologia econômica, capaz de continuar justificando a exploração da força de trabalho, ou seja, de garantir a permanência da adesão e do consentimento ativo dos trabalhadores aos novos modos de organização do trabalho, cujas principais

11 Cabe neste ponto uma ponderação ao raciocínio do autor: se a dimensão analítica e crítica, que, mesmo que com importantes limitações e contradições aqui reportadas, sempre esteve presente na noção de “informalidade”, não foi substituída pela de “empregabilidade/empreendedorismo” (com o que concordamos), é de se supor que a primeira poderia continuar a ser utilizada com esse fim (analítico e crítico) e ou tal dimensão deveria, como uma prioridade da reflexão sobre o tema, ser buscada em outras noções.

características são a sua extrema (pelo menos quando comparada à situação anterior) individualização e subjetivação (Silva, 2002: 103).

Silva (2002: 105) traduz o núcleo do seu argumento nas seguintes palavras:

Resumindo e simplificando, projeta-se a imagem do “novo trabalhador como um ser que substitui a carreira em um emprego assalariado de longo prazo pelo desenvolvimento individual, através da venda de sua força de trabalho (ou da alocação de seu esforço como produtor direto) em uma série de atividades contingentes, obtidas através da demonstração pública da disposição e competências para práticas econômicas em constante mudança – isto é, sempre como empresário de si.

Entretanto, ao contrário do defendido por Silva (2002), a categoria de informalidade não se esvaziou. Manteve seu caráter heurístico na explicação da informalidade robustecida com a inclusão de novos trabalhadores tal como na resolução da OIT de 2002. Pérez-Sainz (1995, 1996 e 1998) já apontava para uma “nova informalidade”, a partir de processos de terceirização na América Central, anteriormente à resolução da OIT, captando sua ressignificação. Lima e Soares (2002) também recorreram ao conceito ao estudar Toritama no Polo de Confecções do Agreste Pernambucano, que passou a ser percebido, a partir dos anos 1990, em seu potencial de competitividade frente aos produtos importados principalmente da China, a partir da abertura econômica implementada naquele período no país e que impactou profundamente a indústria nacional têxtil e de confecções¹².

A nova informalidade, como sinônimo de trabalho e contratos flexíveis, constituiu-se em instrumental na análise nas políticas públicas de valorização de polos produtivos informais, vistos agora sob as lentes da terceira Itália e das possibilidades de desenvolvimento que poderiam acarretar (Piore e Sabel, 1984; Lima e Soares, 2002). No Brasil, o programa “Arranjos Produtivos Locais” do governo federal passou a focar em aglomerações produtivas especializadas que produziam sinergias com atores locais, sejam trabalhadores, instituições de ensino, de crédito, associações empresariais. Existem no país 839 APLS em 2.580 municípios, sendo que alguns deles são efetivamente polos e outros apenas

12 A partir de 2009, dezenas de estudos se voltaram para o estudo do Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco, buscando explorar as diversas dimensões da informalidade presentes nas suas dinâmicas históricas e atualizadas a partir das sucessivas transformações pelas quais passou ao longo de mais de seis décadas de trajetória (ver, a respeito, por exemplo, Veras de Oliveira, 2011 e 2013). Para uma discussão sobre a atualidade da categoria de informalidade, ver Veras de Oliveira, Gomes e Targino (2011).

apresentam potencialidades. Podemos nos referir ao Polo de Confeções do Agreste Pernambucano, de Maringá, de Catalão e outros apenas para ficarmos no setor têxtil e de confeções¹³.

Se, de um lado, a noção de informalidade continua passível de disputa por perspectivas tão díspares como as de orientação liberal e as que se pautam pela crítica social, o mesmo não ocorre com o discurso do empreendedorismo, que tem claramente desempenhado um papel de fornecer aos trabalhadores (nas suas diversas formas de inserção ocupacional precária) a justificação da precariedade, incluindo aí as atividades informais, ressignificando-as como positivas.

Formas recentes de expansão do empreendedorismo como justificação da informalidade e da precariedade no trabalho

Analisando o comércio popular na região do Brás na cidade de São Paulo, com seus milhares de camelôs, Rangel (2020) destacou mudanças significativas na informalidade “de rua”. A primeira delas foi a empresarização desse comércio com a organização de numerosos *shoppings* e galerias populares em todo o país. Tendo o Brás como referência, ele analisou a mobilidade dos camelôs para barracas em *shoppings* formalizados no bairro e as tentativas de organizar o espaço da Feira da Madrugada também como um grande mercado organizado. Isto não significou a eliminação das barracas de rua, mas uma hierarquização desse espaço. Os ex-camelôs galerizados se definem como empreendedores, contrapondo-se aos camelôs. Mesmo entre estes, o discurso do empreendedorismo está presente, sejam MEI ou não. O mesmo foi percebido por Fonseca (2021), ao estudar o *shopping* popular de Cuiabá, e por Rangel (2020), Braga (2014 e 2019), Corteletti (2020), entre outros, ao pesquisarem esses *shoppings* em Santa Cruz do Capibaribe e Toritama em Pernambuco. Com variações locais, esses *shoppings* foram construídos por prefeituras e administrados por associações de lojistas, ou mesmo por investimentos de grupos privados. Neles convivem, dentro e fora, os novos empreendedores que ficavam antes na rua. Em situações assim, que grassam pelo país afora, o discurso do retorno ao trabalho assalariado vem sendo substituído pelo discurso da autonomia empreendedora.

Mas o avanço da informalidade positivado pelo discurso justificador do empreendedorismo também se estabeleceu nos setores de conhecimento intensivo, em que ganhou decisivo reforço. São exemplos: o que vem sendo denominado

13 Disponível em: <<http://www.observatorioapl.gov.br/apls/#results>>. 27 out. 2021.

de “indústria criativa”, o segmento de tecnologia da informação e os serviços plataformizados.

O empreendedorismo high tech e o informal na indústria criativa

O termo “indústria criativa” foi utilizado originalmente na Austrália, no início dos anos 1990, mas se tornou conhecido por integrar políticas públicas no Reino Unido nessa mesma década. Num contexto de políticas neoliberais, a indústria criativa incorporou setores econômicos tradicionais da indústria cultural, como rádio, televisão, cinema, teatro, música, arquitetura e *design*; setores da tecnologia da informação e outros também foram redefinidos enquanto tais, incluindo esportes, atividades de criação no setor de confecções, alimentos etc. A referência ao termo “criativo” nessas atividades deriva de sua inserção na revolução tecnológica, de sua relação com novas tendências de consumo, assim como com a reestruturação produtiva, que, em algumas de suas variantes, resultou em certa valorização do caráter criativo do trabalho, dos contratos por projetos, da autonomia e do discurso do empreendedorismo entre os trabalhadores (Bendassolli, 2009).

As mudanças neoliberais do período, que incluíram a terceirização pelo Estado da gestão do social e da cultura para ONGs e outras entidades da sociedade civil, acentuaram a tendência à mercantilização da cultura, através de editais de financiamento de projetos e incentivos de investimentos privados no setor. A mesma coisa ocorreu a partir de projetos sociais de qualificação de jovens em atividades esportivas e culturais, entendidos agora também como formação para o trabalho e sua mercantilização. O trabalho criativo se torna referência nos chamados micro empreendimentos culturais, geralmente vinculados a jovens, incluindo moda, *design*, e também na indústria do entretenimento, como os *clubbings*, *promoters* e todas as atividades de produção de festas e eventos (Segnini, 2012; Pina, 2018).

Nos eventos de caráter sazonal, como feiras de moda, o carnaval, as micaretas e, no Nordeste, as festividades juninas, juntam-se trabalhadores que prestam serviços por tempo determinado, alguns circulando de evento em evento. A formalização das atividades termina ficando por conta do trabalhador, que pode ou não se registrar como autônomo ou mesmo em conselhos de sua categoria, como a ordem dos músicos e outros. Entre os traços característicos comuns a essa variedade de atividades, estão a forte sazonalidade e o trabalho por projetos. Em geral, aparecem associadas às ideias de “autonomia” e “criatividade”; contudo, na prática do dia a dia, o que prevalece é a dura luta pela sobrevivência.

Na tradicional indústria cultural, como rádio, televisão, cinema, imprensa escrita e virtual, incorpora-se agora a eliminação dos elencos fixos (que já não eram muitos) e se acentua a remuneração por projetos, o que a caracteriza como atividade flexível desde sua origem – tem sido assim nas atividades de teatro, orquestra, *ballet*, musicais, entre tantas outras.

Várias dessas atividades, somadas a outras mais recentemente reconfiguradas ou mesmo profissionalizadas como “profissões dos sonhos”, com apelo midiático, como chefes de cozinha, estilistas de moda, *designers*, modelos, jogadores de futebol (Ferreira, 2017), na verdade, encobrem o trabalho precário de numerosos profissionais e trabalhadores: costureiras domiciliares, auxiliares de cozinhas em bares e restaurantes, garçons, artistas itinerantes, jogadores de clubes pequenos, cabeleiros “étnicos” – que sempre se posicionaram no limite entre a existência de contratos formais e a inexistência de qualquer contrato, além de sempre serem visíveis em sua precariedade. O novo agora é a sua caracterização como “criativos”, naturalizando o caráter empreendedor dessas atividades e suas possibilidades de reconhecimento e mobilidade social.

Entre os setores que são incluídos na economia criativa, está a arquitetura – que sempre reuniu, em grande medida, profissionais autônomos – e os trabalhadores de *software* – que, em numerosos países, trabalham por projetos, prestando serviços a empresas, ou compartilhando serviços em redes sem nenhuma formalização do trabalho. No caso brasileiro, os trabalhadores de *software* ainda são majoritariamente formais, em função de um mercado de trabalho aquecido e da ausência de uma oferta abundante desses profissionais, e que se aprofundou durante a pandemia da Covid-19 (Lima e Oliveira, 2017, APinfo, 2021¹⁴). De qualquer forma, uma parcela expressiva, de cerca de 30%, já se encontra atuando como autônomos, PJs, bem como prestadores de serviços para empresas.

Segundo dados da FIRJAN (2016), no Brasil, a economia criativa já representaria 12% das atividades econômicas. Temos aqui uma zona cinzenta entre trabalho formal e informal, na qual os dados são difíceis de se obter e envolvem um trabalhador mais escolarizado e qualificado.

É interessante observar que, a partir dos anos 1990, diversas manifestações culturais da periferia das grandes cidades têm sido trabalhadas na chave do empreendedorismo cultural. A abertura de ONGs e de entidades culturais autogeridas – os coletivos –, nos quais o recorte étnico-racial e identitário estão presentes, tem sido levada adiante por “jovens empreendedores com esse perfil”.

14 Disponível em: <<https://www.apinfo2.com/apinfo/informacao/p21sumario.cfm>>. Acesso em: 27 out. 2021.

Nesses casos, há uma junção de movimentos sociais da periferia, que, a partir dos anos 2000, mudam de configuração, passando a disputar editais de apoio cultural. Seus trabalhadores vivem desses editais numa situação trabalhista na maioria das vezes indefinida, em grande parte se reconhecendo como empreendedores sociais ou culturais (Beraldo, 2020).

Isso sem contar a organização dos bailes *funk* nas favelas e comunidades periféricas, que funcionam dentro da lógica dos eventos, sendo que se constituem às vezes como empresas de promoção. Seus trabalhadores, contudo, atuam como prestadores de serviços autônomos em projetos ou eventos pontuais.

As plataformas como via de expansão da informalização empreendedora

As ocupações mediadas por plataforma levam ao limite a informalização e terceirização das relações de trabalho. Desaparece o padrão físico, que é substituído por um *app*, geralmente de empresa multinacional, que apenas mantém escritórios no país. No Brasil, a entrada da Uber deu início a uma multiplicidade de empresas por aplicativos que desorganizaram diversos setores econômicos, como já havia acontecido em outros países. A estratégia dessas empresas é simples: conectar o consumidor ao prestador de serviços através de uma ferramenta tecnológica, um *software*, no qual os algoritmos estabelecem o preço das corridas a partir dos quilômetros rodados, em que está embutida uma taxa definida unilateralmente, determinando assim a remuneração do prestador de serviço. Quanto maior a procura pelo serviço, maior seu preço; contudo, quanto maior a oferta de prestadores de serviço, menor sua remuneração.

O controle do trabalho se dá pelo cliente, através de uma nova variável presente na avaliação do serviço: a reputação. Prestador e cliente se avaliam mutuamente e a empresa pode cancelar o prestador a partir de um número determinado de avaliações negativas. O trabalhador/prestador de serviço simplesmente pode deixar de receber corridas. O prestador também não é obrigado a aceitar as corridas, mas, a partir de um determinado número de recusas, pode deixar de receber novos pedidos.

Em quase 10 anos no país, a Uber colocou em xeque os serviços de taxis regulares, praticando preços bem mais baixos. A partir daí, outros *apps* entraram, sendo os de maior destaque os de entregadores de comida e de mercadorias em geral, realizados por bicicletas ou motocicletas. Vale destacar, entretanto, que, no caso dos entregadores, a utilização dos motoboys se expandiu desde a década de 1990, nas grandes cidades, com milhares de trabalhadores envolvidos, alguns com contratos, mas a maioria sem nada. As plataformas eliminaram a

necessidade de qualquer vínculo desses trabalhadores com as empresas (Costa, 2019; Castro, 2010).

Uma variante dos motoboys foram as mototáxis, utilizadas em diversas cidades brasileiras, como transporte coletivo regular ou não, que se expandiu com a precariedade dos serviços oficiais e o alto custo dos taxis (Luna, 2010). Vale considerar também que algumas cidades regularizaram os serviços de mototáxis, sem, contudo, eliminar os informais que continuam operando ilegalmente fora dos pontos estabelecidos pelas prefeituras.

Com a pandemia, a partir de 2020, e com o aumento das entregas a domicílio e o trabalho em home office, cresceu exponencialmente a mediação de plataformas envolvendo milhares de trabalhadores que utilizam essas infra-estruturas digitais: entregadores, prestadores de serviços diversos, professores, profissionais que alimentam dados para Inteligência artificial – o *crowdsourcing* (Grohmann, 2021). Ao mesmo tempo em que se multiplicaram, com o aumento da oferta, esses trabalhadores viram seus ganhos diminuir e sua jornada de trabalho crescer. Vários movimentos de protesto e reivindicativos por melhores condições de trabalho e proteção sanitária foram realizados em grande parte das cidades do país. O mais famoso deles, o “breque dos apps”, ocorrido em junho de 2020, revelou suas reivindicações que, em certa medida, passaram ao largo da CLT e dos sindicatos tradicionais. Ora recusando serem empreendedores, ora se assumindo enquanto tal, eles enfatizaram o que consideram autonomia e flexibilidade em suas atividades, indicando novas formas de organização e busca de direitos (Abílio et al., 2020).

Segundo Abílio (2019), o fenômeno assim denominado de “uberização”¹⁵ implica a adoção de novos padrões de gestão, organização e controle do trabalho. Trata-se de uma tendência em expansão, sendo responsável pela desestruturação de serviços anteriormente regulados, muitos deles operando por meio de trabalho assalariado formal (a exemplo do serviço de motoboys em São Paulo). Em seu lugar, foram estruturados os serviços por aplicativos, que funcionam sem regulação e baseados no trabalho autônomo informal. Sob tais condições, o trabalhador se coloca disponível a tempo pleno (*just-in-time*), vê-se preso a jornadas extenuantes, sem quaisquer garantias e benefícios, sendo submetido a formas de controle automatizadas (gerenciamento algorítmico do trabalho). Ao mesmo tempo, contudo, é bombardeado pelo discurso do empreendedorismo e do trabalho autônomo, recurso esse usado pelas empresas-aplicativo visando

15 O termo ainda está em disputa, sendo utilizado como sinônimo de plataformação (Grohman, 2021).

“dispensar o tratamento jurídico de trabalhadores autônomos ou ‘parceiros’ àqueles que lhe prestam serviços” (Sabino e Abílio, 2019: 110).

A reforma trabalhista e a legalização de práticas “empreendedoras”

Nos últimos anos, o Brasil vive um contexto de fortes pressões pelo desmonte do sistema de proteção social. Por meio de várias medidas já tomadas, seja pelo Executivo, Legislativo ou Judiciário, ou por uma combinação dessas esferas de poder, caminha-se na direção da instituição de um novo padrão de relações de trabalho no país. Entre as mais importantes, destaca-se a aprovação da Lei da Terceirização¹⁶ e da Reforma Trabalhista, ambas em 2017. Novos impulsos de flexibilização e (des)(re)regulamentação das relações de trabalho têm sido sistematicamente defendidos nos discursos empresarial, midiático e governamental, sob o eufemismo de “modernização”. Contudo, essas mudanças apontam, indistintamente, para um retorno a um padrão de relações de trabalho similar em vários de seus aspectos ao que vigia em geral antes da introdução das formas modernas de regulação. Os alvos principais de tais medidas têm sido os direitos assegurados na CLT e na Constituição de 1988 e os benefícios trazidos com as políticas sociais dos governos anteriores.

Concebida sob forte influência empresarial, com destaque para a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI)¹⁷, a Reforma Trabalhista representa a maior mudança já realizada nos fundamentos do sistema trabalhista de origem varguista, tendo os seguintes pilares¹⁸:

- a) a primazia do negociado sobre o legislado – o que fragiliza e secundariza o papel do sistema legal, sobretudo nos seus aspectos de proteção social, priorizando as “livres negociações”, prevendo o poder de empregados e empregadores negociarem para menos vários direitos instituídos em lei;
- b) a desconfiguração da CLT – que, mesmo sob limites (dado seu caráter restritivo e contraditório), instituiu, a partir da presença de alguns princípios fundamentais, em um padrão de proteção das relações de trabalho no país;

16 Em março de 2017, a Câmara aprovou um projeto de lei que autoriza a terceirização em todos os setores da economia, seja referente a atividades meio ou mesmo com vistas a atividades fim, sendo aplicável também ao setor público.

17 Ver, por exemplo, a convergência de conteúdos entre a Reforma Trabalhista aprovada e o documento da CNI (2012).

18 Síntese elaborada com base em Cesit (2017) e Krein, Gimenez e Santos (2018).

- c) a fragilização do papel da Justiça do Trabalho – que historicamente funcionou, embora com muitos limites também, como instrumento de equilíbrio diante de uma relação que, por sua condição, é assimétrica, entre capital e trabalho, e que, em casos como o do Brasil, apresenta-se ainda mais desigual e assimétrica. A isso se soma a introdução de medidas restritivas quanto ao acesso dos trabalhadores à Justiça do Trabalho, em especial as que lhes geram insegurança sobre as implicações financeiras de interpelar juridicamente os empregadores;
- d) a legalização de diferentes tipos de contrato – ao invés da referência do padrão histórico de contrato de trabalho integral, por tempo indeterminado e dotado de garantias sociais, opera-se o reconhecimento (seja por meio da regulamentação legal, seja por meio das negociações coletivas, seja por ambos) dos chamados contratos “atípicos”, em variadas formas;
- e) a substituição da intervenção estatal na resolução dos conflitos trabalhistas pela autocomposição das partes – esvaziando os instrumentos públicos de resolução desses conflitos;
- f) a fragilização da organização sindical – eliminando a principal fonte de financiamento para a maioria dos sindicatos (o imposto sindical deixa de ser obrigatório e passa a ser descontado do salário apenas de quem autorizar), esvaziando seu poder de negociação coletiva e minando as formas de acionamento sindical da Justiça do Trabalho.

Conforme observou Filgueiras (2019):

O que está em questão, no presente debate, é como as alterações na legislação trabalhista brasileira determinam ou influenciam a decisão dos empresários de contratar trabalhadores. Não são leis sobre criação de empresas ou sobre “empreendedorismo”, mas de contratação e gestão de trabalhadores (mesmo que suspostamente autônomos e alcançados pela retórica dos “empreendedores”). Portanto, é uma política pública que visa, fundamentalmente, a demanda no mercado de trabalho, o comportamento empresarial.

Na verdade, medidas como a Reforma Trabalhista operam uma inversão: ao invés de primarem por uma clara delimitação da condição do trabalho assalariado associada ao estabelecimento de garantias fundamentais no sentido da proteção social, objetivam o contrário, promovendo a descaracterização de ambos, do vínculo de emprego e dos direitos a ele associados. A sombra do ideário do empreendedorismo percorre todo o texto da nova lei, mas se expressa de modo mais pronunciado em alguns de seus dispositivos.

A figura do “autônomo exclusivo” ilustra bem tal intencionalidade do legislador. Segundo a nova Lei, “A contratação do autônomo, cumpridas por este todas as formalidades legais, com ou sem exclusividade, de forma contínua ou não, afasta a qualidade de empregado prevista no art. 3º desta Consolidação”. Trata-se, na verdade, de uma garantia ao empregador para que o contrato de autônomo não venha a ser caracterizado, por apelo judicial, como vínculo de emprego. Ou seja, ao empregador, é dada a garantia jurídica de contratar o trabalhador, não mais como empregado, mas como pessoa jurídica, como autônomo, desresponsabilizando aquele de todos os encargos trabalhistas, em um claro prejuízo para o trabalhador. Ao mesmo tempo, são conservados todos os requisitos necessários e caracterizadores de uma relação típica de emprego. O expediente do “autônomo exclusivo” concorre, assim, para o incremento dos já expressivos fenômenos da “pejotização” e da “terceirização” das relações de trabalho, forçando os trabalhadores a se converterem em “empreendedores de si mesmos”.

O “trabalho intermitente”, embora em princípio seja considerado um vínculo de emprego, consiste em uma modalidade de trabalho por demanda, com o trabalhador permanecendo à disposição de um ou mais empregadores, mas sendo remunerado apenas pelas horas trabalhadas, se e quando for acionado por um daqueles. Recai sobre o trabalhador, com isso, toda a responsabilidade e o ônus de gerir, por conta própria, o tempo em que (sempre à espera de um chamado) não estiver sob convocação do(s) empregador(es). Isso ocorre ao mesmo tempo em que se restringe o poder dos trabalhadores planejarem sua vida pessoal e de sua família, ainda mais fortemente nos casos das ocupações com menor nível de qualificação e mais baixo padrão de remuneração.

A Lei de Terceirização e a Reforma Trabalhista de 2017 não inauguram propriamente formas totalmente novas de trabalho. Sobretudo, legalizaram práticas antes não regulamentadas (informais), mas já em plena vigência ou em franca implementação. A legalização de práticas antes informais consolidam regimes de trabalho baseados em uma extrema flexibilidade dos vínculos, da jornada e da remuneração do trabalho. Modalidades como o trabalho parcial, o trabalho intermitente, o teletrabalho, o autônomo exclusivo, a terceirização, entre outras passam a compor um leque de opções de contratação que concorrem para deteriorar as relações de trabalho, conforme demonstram os balanços produzidos em Krein, Veras de Oliveira e Filgueiras (2019). A regulamentação desse conjunto de práticas, avalizada amplamente pelas esferas parlamentar, governamental e judicial, assim como pela ampla ressonância dada pelas mídias corporativas ao discurso empresarial, remete parcelas crescentes de trabalhadores a

um estado no qual se encontram, como “empreendedores de si”, posicionados entre diversas possibilidades, formais e informais, marcadamente precárias.

Considerações finais

Buscamos recuperar alguns momentos fundamentais da construção social da ideologia do empreendedorismo no Brasil em suas várias dimensões, o que ocorre em ampla correlação com as transformações nos padrões técnico-organizacionais da produção e gestão do trabalho, com a penetração do ideário neoliberal nos diversos espaços de socialização operantes na sociedade e com a contínua pressão pela flexibilização das relações de trabalho e pelo desmonte dos direitos do trabalho no país. Esse processo, que tem início nos anos 1990, ainda não encontrou obstáculos no nível de suas implicações mais profundas. Ao contrário, em um contexto de intensificação da (des)(re)regulamentação das relações de trabalho no país, desencadeada a partir de 2016, o discurso empreendedor como justificativa à precarização do trabalho ganhou novas possibilidades de continuar se expandindo e de ampliar seu alcance.

Aqui, recorremos a Schumpeter para reconstituir os fundamentos conceituais da ideia de “empreendedor”, de modo a melhor situar os sentidos do novo discurso empreendedorista emergente em um ambiente que Boltanski e Chiapello (2009) denominaram de um “novo espírito do capitalismo”.

Percorremos os caminhos que, no Brasil, convergiram para favorecer a emergência, nos anos 1990, da (auto)percepção do trabalhador como “empreendedor de si mesmo”. À desresponsabilização governamental e empresarial em relação à proteção social dos trabalhadores e à crescente individualização das relações de trabalho, associa-se um discurso que remete ao trabalhador todo o peso de sua reprodução social (e de sua família), mas o faz ao mesmo tempo “promovendo-o” a “empreendedor”, um “empreendedor de si mesmo”, já que não resta outro bem que possa lhe servir de “capital”.

O sucesso na disseminação do discurso empreendedor como justificativa da precarização do trabalho contou com um relevante esforço de ressignificação social da informalidade, não obstante a polissemia que reina no debate histórico (político e acadêmico) sobre “setor informal”, “emprego informal”, “economia informal”, “informalidade”, associado a pobreza, baixa qualificação, ilegalidade, desproteção social, ausência, excesso ou não observância de regulação e obrigações estatais, entre outras formas negativas de tratar de uma ampla gama de tipos de organização produtiva e de gestão do trabalho, assim como de atuação do Estado frente ao problema. Contudo, inspirada em uma racionalidade

neoliberal, o termo “informalidade” passou a ser ressignificado como “empreendedorismo”. O camêlo de rua, nessa chave, não é mais um “trabalhador informal”, mas alguém capaz de “empreender” mesmo que sob condições adversas, um “empreendedor” (um “herói”, conforme propôs Soto, 1987). Entretanto, em uma perspectiva crítica, não só o caráter precarizante da condição informal seguiu sendo debatido, como novos processos de informalização do trabalho vêm sendo identificados e analisados.

Com foco em três processos recentes, buscamos mostrar como o trabalho informal e precarizado ganha novos impulsos no país, especialmente a partir de 2016, ao mesmo tempo em que a ativação do discurso empreendedor segue sendo um recurso decisivo de justificação social. Tratamos do fenômeno da “indústria criativa”, que, não obstante se referir a atividades do mundo das artes, das comunicações, da moda, do esporte, da realização de eventos, do turismo, entre outras atividades caracterizadas por uma aura de glamour, pela incorporação de novas tecnologias e pela associação a formas de trabalho criativo e intelectualizado, expande-se sob o manto de intensa mercantilização da cultura e flexibilização do trabalho. O trabalho por projetos (forma típica de trabalho nesses ambientes) não deixa de ter como uma de suas consequências a insegurança (mesmo para os segmentos mais valorizados economicamente).

Além da expansão, a “indústria criativa” e a “uberização”, embora essa envolva uma gama muito diversa de atividades (transporte de passageiros, entrega de mercadorias, atividades nas áreas de saúde e educação, entre muitas outras), têm em comum o trabalho por demanda associado à negação do vínculo de emprego aos trabalhadores e a um forte apelo ao discurso empreendedor.

Por fim, realçamos ainda a contribuição das recentes mudanças nos padrões de regulação do trabalho no país (com destaque para a reforma trabalhista de 2017) como fatores que concorrem para a desconstrução da referência da proteção social e, em seu lugar, para a conformidade com uma realidade com menos direitos e mais dependente da autorresponsabilização do trabalhador diante de seu trabalho, renda e bem-estar (seu e de sua família). O espírito geral dessas medidas não é mais o de propiciar garantias básicas aos trabalhadores diante dos empregadores, mas o contrário: é o de relegá-los a sua própria sorte. Em alguns dispositivos, em particular, o estímulo a uma postura empreendedora de si próprio é mais direto. Destacamos as figuras do “autônomo exclusivo” (que permite ao empregador substituir contratos salariais por comerciais, nos quais o trabalhador, mesmo seguindo subordinado àquele, agora atua como “prestador de serviço”, “pessoa jurídica”, “autônomo”) e do trabalho “intermitente” (que, embora sendo formalmente uma relação de “emprego”, consiste em um tipo de

trabalho por demanda, que repassa ao trabalhador toda a responsabilidade e ônus por gerir sua vida laboral).

O que aqui indicamos resulta do diálogo com estudos teóricos e empíricos e de evidências que se colocam sobretudo como hipóteses, visando incentivar e nortear uma ampla agenda de pesquisa que possibilite à pesquisa sociológica o tema da expansão da informalidade associada à sua justificação como empreendedorismo.

Referências:

- ABILIO, Ludmila Costhek. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas (Online): Individuo y Sociedad*, v. 18, 2019, pp. 01-11.
- ABÍLIO, Ludmila Costhek; ALMEIDA, Paula Freitas de; AMORIM, Henrique; CARDOSO, Ana Claudia Moreira; FONSECA, Vanessa Patriota da; KALIL, Renan Bernardi; MACHADO, Sidnei. Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a COVID-19. *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*, v. 3, 2020, pp. 01-21.
- AFFONSO, Cláudia Regina Amaral. A CUT Conselheira: tripartidarismo e formação profissional – concepções e práticas sindicais nos anos 90. Dissertação, Educação, Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Rio de Janeiro, 2001.
- BENDASSOLLI, Pedro F.; WOOD JR, Thomaz. KIRSCHBAUM, Charles; PINA E CUNHA, Miguel. Indústrias criativas: definição, limites e possibilidades. ©RAE, São Paulo, v. 49, n. 1, jan./mar. 2009, pp. 10-18.
- BERALDO, Ana. Negociando a vida e a morte: Estado, igreja e crime em uma favela de Belo Horizonte. Tese, Sociologia, São Carlos, PPGS-UFSCar, 2020.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. O novo espírito do capitalismo. São Paulo, Editora WMF Martins Fontes, 2009.
- BRAGA, Bruno Mota. A dinâmica formal-informal do trabalho no Parque das Feiras e entorno: constituição histórica e mudanças recentes. Dissertação, Sociologia Rural, Universidade Federal de Campina Grande, 2014.
- BRAGA, Bruno Mota. O informal como tecido social: os arranjos econômicos, sociais e laborais que constituem o Agreste das Confecções. Tese, Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, 2019.
- CASTRO, Matheus Fernandes de. Os motoboys de São Paulo e a produção de táticas e estratégias na realização das práticas cotidianas. Tese, Psicologia, USP, São Paulo, 2010.

- CENTRO DE ESTUDOS SINDICAIS/CESIT. Contribuição Crítica à Reforma Trabalhista. Campinas, Unicamp. 2017. Disponível em: <<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/Dossie14set2017.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2020.
- COLBARI, Antônia de L. A retórica do empreendedorismo e a formação para o trabalho na sociedade brasileira. SINAIS – Revista Eletrônica – Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição Especial de Lançamento, n. 1, v. 1, abril 2007, pp. 75-111.
- CORTELETTI, Roseli de Fátima. Informalidade, terceirização, subcontratação e trabalho domiciliar: As facções de costura no Polo confeccionista de Pernambuco. In: LIMA, Jacob Carlos. (Org.). O trabalho em territórios periféricos: estudos em três setores produtivos. São Paulo, Annablume Editora Comunicações, 2020, pp. 67-98.
- COSTA, Arland Tássio de Bruchard. Na correria: a adesão de motoboys de Florianópolis ao MEI. Dissertação, Sociologia, Florianópolis, UFSC, 2019.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian Laval. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo, Editora Boitempo, 2016 (402).
- FERREIRA, Vitor. A pedagogização de novas “profissões de sonho” nos horizontes juvenis. *Dirigir e formar – A Revista do IEEP*, 17, out./dez. 2017, pp. 34-36.
- FILGUEIRAS, Vitor. As promessas da Reforma Trabalhista: combate ao desemprego e redução da informalidade. In: KREIN, José Dari; VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; FILGUEIRAS, Vitor Araújo. (Org.). Reforma Trabalhista no Brasil: promessas e realidade. Campinas, Curt Nimuendajú, 2019.
- FIRJAN. Mapeamento da indústria criativa no Brasil. Sistema FIRJAN, Rio de Janeiro, 2016.
- FONSECA, Christiany Regina. De camelô a empreendedor: os “lojistas” do Shopping Popular de Cuiabá. Tese, Sociologia, São Carlos, UFSCar, 2021.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: (re) exame das relações entre educação e estrutura econômica-social e capitalista*. 5. ed. São Paulo, Cortez, 1999.
- GENTILI, Pablo. O conceito de “empregabilidade”. In: LODI, Lucia Helena. (Org.). Avaliação do PLANFOR: uma política pública de educação profissional em debate. *Cadernos Uni-trabalho*, São Paulo, n. 2, Unitrabalho, 1999.
- GROHMANN, Rafael. *Os laboratórios do trabalho digital – entrevistas*. São Paulo, Boitempo, 2021.
- KREIN, José Dari; GIMENEZ, Denis Maracci; SANTOS, Anselmo Luis dos. (Org.). *Dimensões críticas da reforma trabalhista*. Campinas, Ed. Curt Nimuendajú, pp. 95-122.
- KREIN, José Dari; VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; FILGUEIRAS, Vitor Araújo (Org.). Reforma Trabalhista no Brasil: promessas e realidade. Campinas, Curt Nimuendajú, 2019.

- KOWARICK, Lúcio. Capitalismo e marginalidade na América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, [1973] 1985.
- LIMA, Alexandre Santos. “Empreendendo” a sulanca: o Sebrae e o Pólo de Confeções do Agreste de Pernambuco. Dissertação, Ciências Sociais, UFCG, 2011.
- LIMA, Jacob Carlos; CONSERVA, Marinalva. Redes sociais e mercado de trabalho: entre o formal e o informal. *Política e Trabalho*, 24, 2006, pp. 73-98.
- LIMA, Jacob Carlos; OLIVEIRA, Daniela R. Trabalhadores digitais: as novas ocupações no trabalho informacional. *Sociedade e Estado*, v. 32, 2017, pp. 115-143.
- LIMA, Jacob Carlos. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? *Sociologias*, v. 12, n. 25, set./dez. 2010, pp. 158-198.
- LIMA, Jacob Carlos; SOARES, Maria Jose. Trabalho flexível e o novo informal. *Caderno CRH*, Salvador, v. 37, 2002, pp. 163-178.
- LUNA, Jucelino Pereira. O trabalho reconfigurado e a nova condição do trabalho informal e precário: a saga dos trabalhadores de mototáxi em Campina Grande. Tese de doutorado, Ciências Sociais, Campina Grande, UFCG, 2010.
- MARTES, Ana Cristina Braga. Weber e Schumpeter. A ação econômica do empreendedor. *Revista de Economia Política*, v. 30, n. 2 (118), abril-junho, 2010, pp. 254-270.
- MARTINELLI, Alberto. O contexto do empreendedorismo. In: MARTES, Ana Cristina Braga. (Org.). *Redes e sociología económica*. São Carlos, EdUFSCar, 2009.
- MELO, Natália Máximo. SEBRAE e empreendedorismo: origem e desenvolvimento. Dissertação de mestrado, Sociologia, São Carlos, UFSCAR, 2008.
- NUN, José. Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. *Revista Latino-americana de Sociología*. Buenos Aires, 1969, v. 5, n. 2.
- NUN, José. *Marginalidad y exclusión social*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2001.
- OLIVEIRA, Francisco de. A economia Brasileira: crítica a razão dualista. *Estudos Cebrap*, n. 2, 1972.
- OLIVEIRA, Francisco de. O elo perdido. Classe e identidade de classe na Bahia. São Paulo, Brasiliense, 1987 (134).
- PEREIRA, Juliana Nunes. “Empreendedoras” das Confeções: um estudo sobre a implementação do MEI e o trabalho faccionado no Agreste de Pernambuco. Tese, Sociología, UFCG, 2019.
- PÉREZ SAINZ, Juan P. ¿Es necesario aún el concepto de informalidad? Perfiles Latinoamericanos, n. 13, dec. 1998, pp. 55-71.
- PÉREZ SAINZ, Juan P. Neoinformalidad en Centroamérica. San José, Costa Rica: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), 1996.
- PÉREZ-SÁINZ, Juan P. Globalización y neoinformalidad en América Latina. *Nueva Sociedad*, n. 135, enero-febrero, 1995, pp. 36-41.

- PINA, Marcos Roberto Mariano. Work hard, party harder: o trabalho dos DJs no lazer noturno paulistano. Tese, Sociologia, São Carlos, PPGS-UFSCar, 2018.
- PORTES, Alejandro; CASTELLS, Manuel. World underneath: the origins, dynamics, and effects of the informal economy. In: PORTES, Alejandro; CASTELLS, Manuel; BENTON, Lauren. (Org.). The informal economy. Baltimore and London, The John Hopkins University Press, 1989.
- QUIJANO, Aníbal. La formación de un universo marginal en las ciudades de América Latina. *Espaces et Sociétés*, Paris, n. 3, julio, 1971.
- RANGEL, Felipe. A empresarização do comércio popular em São Paulo: trabalho, empreendedorismo e formalização excludente. Tese, Sociologia, São Carlos, UFSCar, 2019.
- RANGEL, Felipe. Das feiras aos shoppings: contrastes e aproximações entre o comércio popular de São Paulo e do Agreste Pernambucano. In: LIMA, Jacob Carlos. (Org.). O trabalho em territórios periféricos: estudos em três setores produtivos. 1. ed. São Paulo, Annablume, 2020, v. 1, pp. 47-66.
- SABEL, Charles; PIORE, Michael. The second industrial divide: possibilities for prosperity, New York, Basic Books, 1984.
- SABINO, André Monici; ABILIO, Ludmila Costhek. Uberização – o Empreendedorismo como novo nome para a exploração. *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*, v. 2, 2019, pp. 109-135.
- SCHUMPETER, Joseph A. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1984.
- SCHUMPETER, Joseph A. Teoria do desenvolvimento económico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo económico. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- SEGNINI, Liliana R. P. Música, dança e artes visuais: aspectos do trabalho artístico em discussão. *Revista Observatório Itaú Cultural*, v. 13, 2012, pp. 93-108.
- SILVA, Luis Antônio Machado da. Da informalidade à empregabilidade: reorganizando a dominação no mundo do trabalho. *Caderno CRH*, Salvador, n. 37, jul./dez., pp. 81-109, 2002.
- SOTO, Hernando de. Economia subterrânea: uma análise da realidade peruana. Rio de Janeiro, Globo, 1987.
- SOUZA, André Ricardo de. O empreendedorismo neopentecostal no Brasil. *Ciências Sociais y Religión/Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 13, n. 15, jul./dic. 2011, pp. 13-34.
- TOKMAN, Victor. Informalidad en América Latina: balance y perspectivas de políticas. *Realidad, Datos y Espacio – Revista Internacional de Estadística Y Geografía*, v. 2, n. 3, sep./dic. 2011.
- VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. O Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco:

- ensaando uma perspectiva de abordagem. In: ARAÚJO, Ângela; VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. (Org.). Formas de trabalho no capitalismo atual. 1. ed. São Paulo, Annablume Editora, v. 1, 2011, pp. 17-65.
- VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. O Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco: elementos para uma visão panorâmica. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; SANTANA, Marco Aurélio. (Org.). Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil. 1. ed. João Pessoa, Editora Universitária da UFPB, v. 1, 2013, pp. 233-278.
- VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan. (Org.). Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens. 1. ed. João Pessoa, Editora Universitária da UFPB, v. 1, 2011, pp. 191-227.

Recebido em: 29/05/2021

Aprovado em: 06/09/2021

Como citar este artigo:

- LIMA, Jacob Carlos e OLIVEIRA, Roberto Veras de. O empreendedorismo como discurso justificador do trabalho informal e precário. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 3, set. - dez. 2021, pp. 905-932.



Empreendedorismo, autogerenciamento subordinado ou viração? Uberização e o trabalhador just-in-time na periferia¹

Ludmila Costhek Abílio²

Resumo: A uberização nomeia uma nova forma de controle, gerenciamento e organização do trabalho, tendo como elementos centrais: o trabalho sob demanda e processos de informalização (Abílio, 2020a), aqui compreendidos por meio da perda de formas estáveis e fixáveis dos modos de controle dentre outros elementos que regem o processo de trabalho. A primeira parte do artigo aborda os elementos centrais da uberização. Na segunda parte, é feito um mergulho retrospectivo no trabalho dos motoboys e bike boys, sendo discutidas as transformações do mesmo na última década. Também são analisadas condições de trabalho e perspectivas de uma manicure que se uberizou. A definição de autogerenciamento subordinado (Abílio, 2019) tece a análise, provendo meios para a contraposição à noção de empreendedorismo, embasando também a tese de

- 1 A análise apresenta resultados das seguintes pesquisas por mim realizadas nos últimos dez anos: 1) Pesquisa de pós-doutorado (FEA-USP), intitulada “A nova classe média vai ao paraíso?”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), entre 2012 e 2015; 2) Pesquisa de pós-doutorado (CESIT/UNICAMP), intitulada “Da ‘nova classe média’ aos ‘novos pobres’: Trabalho, desenvolvimento e políticas de austeridade no Brasil contemporâneo, financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) entre 2017 e 2021; 3) Pesquisa em andamento de pós-doutorado (CESIT/UNICAMP), intitulada Uberização: Saúde e Condições de trabalho do trabalhador just-in-time”, financiada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT – 15ª região); 4) Pesquisa por mim coordenada junto à Fundação Perseu Abramo, intitulada Informalidade no Brasil Contemporâneo, realizada entre 2018 e 2019, financiada pela Fundação Perseu Abramo.
- 2 Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – Universidade Estadual de Campinas (CESIT/ UNICAMP) – Campinas – Brasil – l.c.abilio@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0002-2332-8493>

que elementos tipicamente periféricos estão se generalizando pelas relações de trabalho e sendo apropriados de novas formas.

Palavras-chave: Uberização; Empreendedorismo; modos de vida periféricos; motoboys; bike boys; manicures.

Entrepreneurship, subordinated self-management or ‘getting by’? Uberization and the just-in-time worker in the periphery

Abstract: *In this paper uberization is understood as a new form of labor control, management and organization. Its main elements refer to the consolidation of workers as just in time workers along and processes of informalization (Abílio, 2020a) – meaning the loss of stable, recognizable forms of the means of labor control and other central elements of labor process. In the first part of the paper, central elements of uberisation are presented. In the second part the transformations of the work of delivery couriers in the last ten years are discussed, It is also analyzed the work and perspectives of a manicure who has become a platform worker. The definition of subordinated self-management (Abílio, 2019) guides the discussion as a means to the critique of the definition of entrepreneurship. It also informs the argument that elements typically associated to the periphery are being generalized among labor relations, being subsumed in new ways.*

Keywords: *Uberization; Entrepreneurship; periphery’s ways of life; delivery couriers; manicures.*

Emprendimiento o self management subordinado? Uberización y el trabajador bajo demanda en la periferia

Resumen: La uberización nombra una nueva forma de control, gestión y organización del trabajo, que tiene como elementos centrales la consolidación de los trabajadores como trabajadores bajo demanda y los procesos de informalización (Abílio, 2020a), por la pérdida de formas estables y fijas de los medios de control y explotación del trabajo. En la primera parte del artículo se presentan los elementos centrales de la uberización. En la segunda parte se discuten las transformaciones del trabajo de los repartidores en los últimos diez años, también se analiza el trabajo y perspectivas de una manicura que se ha convertido en trabajadora de plataforma. La definición de autogestión subordinada (Abílio, 2019) nos traslada del espíritu empresarial a comprender cómo los elementos

típicamente periféricos se generalizam a través de las relaciones laborales y son apropiados de nuevas formas.

Palabras clave: Uberización; Emprendimiento; estilos de vida periféricos; reparadores; manicuras.

1 Dando a partida

Marília é médica. Atualmente, trabalha para alguns dos melhores hospitais privados da cidade de São Paulo e quiçá do país. Na linha de frente da pandemia, trabalha 7 dias por semana, 16 horas por dia. Há anos, as longas jornadas sem dia de descanso são o normal para ela. No último ano, lembra-se de ter tirado 5 dias de folga. Distante das plataformas digitais e dos trabalhadores da base da pirâmide social brasileira, ela pode ser definida como uma trabalhadora uberizada? A trabalhadora tem a condição de prestadora de serviços – podendo também ser tomada como um exemplo claro da chamada “Pjotização do trabalho”. O enfoque que nos possibilita reconhecer nessa relação a uberização mira nas formas de controle e gerenciamento, que ora concorrem ora se apropriam de outras formas de terceirização do trabalho. De saída, não se trata da superação de um modelo por outro, mas da eficaz combinação de diversos elementos que potencializam as formas contemporâneas de exploração do trabalho. Neste caso, o hospital é o provedor da infraestrutura; assim como um motorista da Uber, a trabalhadora pode até entrar com instrumentos de trabalho nessa relação, mas os meios que irão determinar a execução, a precificação e a distribuição do trabalho são da empresa. A força da marca confere confiabilidade ao trabalho da médica, assim como do motorista. A empresa-hospital recruta e subordina de forma centralizada o exército de profissionais “pejotizados” de alta qualificação que se tornam trabalhadores sob demanda. Estes vivem subordinados às determinações do hospital, ao mesmo tempo em que intensificam o próprio trabalho, engajam-se na extensão de sua própria jornada, estabelecem estratégias cotidianas para burlar seu próprio adoecimento e exaustão e outros obstáculos que coloquem em jogo um trabalho que já não tem a forma emprego. Esta perda de forma atinge diversos profissionais e ramos da saúde, e corre junto com os processos de oligopolização deste setor, financeirização do direito à saúde, privatizações e mudanças nas formas de organização do setor público. Aqui é apenas apresentada de forma incipiente a referência a estes processos com profissionais da saúde, mas eles nos ajudam a ampliar e aprofundar a definição de uberização. Está em jogo a centralização do controle – que conta com meios sociotécnicos

que possibilitam uma administração altamente eficaz do uso da força de trabalho no tempo e espaço –, uma centralização que tem de ser compreendida na sua relação com a perda de formas estáveis, reguladas, reconhecíveis, das determinações que operam sobre distribuição, tempo de trabalho e remuneração, entre outros elementos. Riscos e custos são transferidos aos trabalhadores, assim como parte do gerenciamento do trabalho, o qual segue subordinado. Assim, as regras que regem o processo de trabalho se informalizam, ao mesmo tempo em que são constantemente operantes e centralizadas.

Desta forma, a uberização nomeia a síntese de uma série de processos em curso há décadas. Aqui é compreendida como uma nova forma de controle, gerenciamento e organização do trabalho. Comumente associada ao trabalho subordinado por meio de plataformas digitais, refere-se, entretanto, a um sentido mais amplo e complexo. Trata-se de uma tendência que hoje permeia globalmente o mundo do trabalho, que envolve dois aspectos centrais: a consolidação dos trabalhadores como trabalhadores sob demanda (Abílio, 2017 e 2020a) e *processos de informalização* (Abílio, 2020a), que abarcam não apenas a informalidade, mas também a perda de formas estáveis e reconhecíveis dos meios de controle e gerenciamento do trabalho.

Estes processos de informalização não são simples de definir: envolvem novas regulações do trabalho que promovem a despadronização da jornada de trabalho (Gibb, 2017; Krein et al., 2021); os novos arranjos produtivos possibilitados pelas tecnologias da informação e mais recentemente pelo desenvolvimento da inteligência e artificial e o gerenciamento algorítmico; a mobilidade do capital e a financeirização; a eliminação e redefinição dos direitos do trabalho e dos direitos sociais. A perda de formas estáveis, fixáveis, refere-se a diversos aspectos: envolve centralmente a crescente dificuldade em mapear e discernir quais são os custos do trabalho – e quem arca com eles; o que é e não é tempo de trabalho; o que é e não é trabalho pago e não pago; o que são meios de produção e instrumentos de trabalho e, de forma ainda mais complexa, qual o papel e participação do trabalho nas formas contemporâneas da acumulação capitalista. Nestas indistinções e nebulosidades, podemos, entretanto, reconhecer meios bem sucedidos de transferência de riscos e custos para os trabalhadores, assim como um elemento central que dá mais um nó no reconhecimento da exploração e dominação do trabalho: a transferência de parte do gerenciamento do trabalho para o próprio trabalhador, aqui definido como *autogerenciamento subordinado* (Abílio, 2019).

O autogerenciamento subordinado está no cerne do que convencionamos chamar de flexibilização do trabalho. Sua face mais visível e hoje amplificada na

pandemia é o *home office*. Eliminam-se definições estáveis e reguladas sobre o local de trabalho, os custos do trabalho, o tempo de trabalho. Trabalhando por metas, prazos, produtos, trabalhadores arcam com custos – alguns incontabilizáveis –, tornam-se gerentes de sua própria jornada e execução do trabalho. Entretanto, gerentes subordinados. A definição de autogerenciamento se refere à internalização do controle pelo trabalhador, não como apropriação do mesmo, mas exercício de sua própria subordinação. Contraditoriamente, suas decisões cotidianas sobre o trabalho integram os meios de controle e gestão que operam sobre ele. A compreensão do Toyotismo em sentido amplo (Antunes, 2019), da flexibilização do trabalho por meio de novos modelos disciplinares que irão incorporar de forma produtiva e controlada as críticas aos elementos da dominação fordista (Boltanski e Chiapello, 2009), já trazem há algumas décadas a questão dos modos de subjetivação e controle que contam então com a internalização do gerenciamento – subordinado –, não como subversão, mas parte dos modos contemporâneos de dominação e exploração do trabalho.

É neste árido cenário que enfrentamos o enigma de como é possível empresas controlarem centralizadamente enormes contingentes de trabalhadores informais, garantindo o uso racionalizado e eficiente de uma força de trabalho que não é contratada, nem mesmo formalmente selecionada; não é formalmente estabelecida qualquer prescrição sobre a jornada de trabalho, o uso dos instrumentos de trabalho, nem mesmo sobre os seus modos de execução. Neste sentido, o trabalho subordinado por meio de plataformas digitais vem ganhando visibilidade mundial, talvez por dar materialidade a estes processos de informalização e por crescer em velocidade acelerada, ainda que tendo pequena participação nas economias dos países do Norte (Huws et al., 2017) e do Sul. Olhar para entregadores por aplicativo e motoristas da Uber possibilita de alguma forma ver esse enigma em ato e compreender que os elementos que regem a vida destes trabalhadores estão se generalizando pelas relações de trabalho.

A noção de *autogerenciamento subordinado* (Abílio, 2019) – foco central deste artigo – nos desafia em vários sentidos. Primeiramente, demandam-nos um enfrentamento crítico sobre o forjamento de uma subjetividade neoliberal (Laval e Dardot, 2016): não se trata de disputa conceitual, mas de um exercício que coloque menos fichas no empreendedorismo de si e mais nas formas contemporâneas de gerenciamento e controle do trabalho. Envolve, portanto, uma tentativa de escapar em alguma medida da produção discursiva – que envolve políticas públicas, regulações do trabalho, produções teóricas a esquerda e direita – em torno de um trabalhador que agora supostamente se reconhece e age como empresário de si próprio, movido por uma racionalidade concorrencial

em diversas esferas da vida. A noção do empreendedorismo de si hoje obscurece elementos que estruturam o mundo do trabalho, podendo deslizar para abordagens no mínimo complicadas feitas na relação da produção de conhecimento acadêmico com a experiência dos trabalhadores, que podem atribuir ao trabalhador de forma simplista uma falsa consciência sobre sua própria condição, deslocando perigosamente a compreensão do autogerenciamento para a do autoengano.

Isso nos leva a um segundo desafio, forjado em solos periféricos. O autogerenciamento subordinado, como se desenvolverá ao longo do texto, é elemento historicamente estruturante do mundo do trabalho na periferia e corre junto com a formação de um mercado de trabalho de nascença flexível, constituído por desigualdades abissais e pela não generalização da categoria emprego. O que parece estar em jogo são meios de monopolização e centralização dessa subordinação e da administração de modos de vida. Entretanto, as dualidades formal-informal, centro-margem, modernização-atraso, produtivo-improdutivo, proletariado-subproletariado – elementos guias persistentes no pensamento social brasileiro – contribuem para o obscurecimento da centralidade produtiva do autogerenciamento no tecido dos modos de vida periféricos e do mundo do trabalho brasileiro. Neste sentido, trata-se de considerar a gestão de si quando nada ou muito pouco está garantido não como característica da exceção ou margem, mas elemento central da reprodução social e da acumulação na periferia.

Desta forma, defende-se aqui um olhar construído a partir da periferia para a compreensão das transformações contemporâneas do trabalho, que envolvem a eliminação de redes de proteção social, deslocamentos dos parâmetros de justiça que atravessam a categoria emprego e correm junto com a transferência integral para o trabalhador da gestão de sua própria sobrevivência. O que se defende aqui então é que, a despeito de sua atualidade, esta transferência historicamente nunca foi exceção ou margem na tessitura do trabalho na periferia (Leeds, 1977; Oliveira, 2003). A uberização do trabalho evidencia a normalização – ou melhor seria banalização? – dessa gestão, como elemento que agora integra o gerenciamento do trabalho de forma racionalizada, mas pouco localizável. Trata-se, então, de um duplo movimento: por um lado, a apropriação racionalizada e centralizada da gestão de modos de vida periféricos; por outro, elementos tipicamente periféricos parecem se espriar pelas relações de trabalho.

Por essa perspectiva, estratégias cotidianas, saberes e competências – facilmente invisibilizados – que compõem o viver instável e sem garantias que envolvem um engajamento de si permanente residem no cerne de formas contemporâneas de gerenciamento do trabalho. Quando olhamos para as

plataformas digitais e o gerenciamento algorítmico, vemos que chegaram ao ponto de serem datificadas (Couldry e Mejias, 2019; Zuboff, 2018) e incorporadas como elementos racionalizados – e automatizáveis – da gestão.

1.1 Trabalhador just-in-time, processo de informalização e despotismo algorítmico

A redução do trabalhador a trabalhador sob demanda é elemento central da uberização. Pode ser compreendida por meio da reconfiguração da questão social (Castel, 1998), cada vez mais moldada pelo dueto empregabilidade-descartabilidade social, talvez sintetizado no “não há alternativa” de Margareth Thatcher (Harvey, 2008). A responsabilização pela reprodução social hoje parece passível de ser inteiramente transferida para o próprio trabalhador, então representado como um empreendedor de si próprio. Mantém-se então a subordinação e o uso do trabalhador como força de trabalho, mas Estado e Capital não comparecem quando se trata de garantir sua reprodução social. Esta reconfiguração tem de ser compreendida junto aos processos de centralização do capital e a financeirização, que correm junto com as desigualdades abissais que hoje nos organizam socialmente.

Ser um trabalhador sob demanda é ver final e perversamente resolvida a contradição – que move o conflito entre capital e trabalho – entre ser humano e força de trabalho. Trata-se do esfacelamento dos limites historicamente conquistados sobre o uso da força de trabalho, que, como bem sabemos, correm junto com a constituição de proteções e direitos do trabalho. A duração da jornada, a intensidade e a ergonomia do trabalho envolvem ao mesmo tempo as disputas sobre o uso eficiente e racionalizado da *força produtiva social do trabalho* (Marx, 1982) e também sobre os parâmetros mínimos em torno das definições de dignidade e humanidade. Estas determinações conflituosas se referem a definições socialmente estabelecidas, em constante movimento sobre o lazer, os direitos sociais, o envelhecimento, a família, habitação, alimentação, dentre outros elementos. A consolidação do trabalhador *just-in-time* significa que este é passível de ser socialmente reconhecido como pura força de trabalho, tornando-se inteira e solitariamente responsável pela gestão de sua própria sobrevivência. Estar disponível, mas não ter qualquer garantia sobre o valor de um dia de trabalho; ver banalizada uma jornada de 12 horas por dia, 6 a 7 dias por semana – sem que isto nem mesmo signifique uma remuneração correspondente a um salário mínimo (Aliança bike, 2019); arcar com os poros do trabalho, que agora são vividos como tempo de trabalho não pago. Todos esses são elementos cotidianos da vida do trabalhador sob demanda.

O trabalho sob demanda pressiona hoje o mundo do trabalho como presente ou como tendencialmente um futuro próximo para grande parte dos trabalhadores. Já corre por dentro do trabalho formal (Krein et al., 2018), como na instauração do trabalho intermitente, a qual subverte a definição do emprego, retirando do trabalhador qualquer garantia sobre sua reprodução social. Trata-se, portanto, de ser utilizado como um fator de produção, ao mesmo tempo em que as garantias e freios sobre esse uso vão se esfumando.

As fronteiras entre o que é ou não tempo de trabalho, entre o que é trabalho remunerado e o que não é, tornam-se fracamente operantes ou reconhecíveis. Estar disponível ao trabalho, mas só ser remunerado no *tempo efetivo de produção*³. A busca pela delimitação do *tempo efetivo de produção* opera em realidade a transferência dos poros do trabalho para o trabalhador. A reforma trabalhista já alcançou a façanha de realiza-la em diversas minúcias por dentro da categoria de trabalho formal. Vide a possibilidade de não considerar como tempo de trabalho o tempo de deslocamento da entrada do estabelecimento até o posto de trabalho, as horas *itinerare*, ou mesmo o tempo da troca de uniforme (Krein et al. 2021).

Este modo *just-in-time* envolve a informalização dos meios de gerenciamento do trabalho. Assim, deparamo-nos com a multidão de centenas de milhares de trabalhadores – como a dos chamados entregadores – subordinada a algumas poucas empresas. Eles estão disponíveis ao trabalho; entretanto, não possuem qualquer garantia sobre a distribuição, valor e remuneração. Arcam com riscos e custos, estabelecem metas cotidianas que garantem sua sobrevivência, entretanto, dependem inteiramente da determinação das empresas sobre a distribuição do trabalho, a qual é feita por meio de regras obscuras e cambiantes, que não têm formas estáveis ou fixáveis (Abílio, 2017; 2020b). A volatilidade e onipresença ferrenha das regras reside no cerne da vida do trabalhador uberizado, que estabelece assim estratégias cotidianas numa relação com determinações que não são passíveis de ser desvendadas, cuja única clareza é que nada está garantido.

Esta consolidação envolve meios técnico-políticos que possibilitam a informalização dos meios do controle e, ao mesmo tempo, o uso eficiente e racionalizado da força de trabalho. O gerenciamento algorítmico (Rosenblat, 2018; Rosenblat e Stark, 2016; Abílio, 2020b) hoje catalisa e materializa esta possibilidade de controlar de forma dispersa e centralizada centenas de milhares de trabalhadores como trabalhadores sob demanda, mapeados e administrados individual e coletivamente. Critérios humanamente definidos – mas dificilmente

3 Termo que emprestamos do PL 3748/2020, atualmente tramitando na câmara dos deputados, que dá nome aos bois – “*Institui e dispõe sobre o Regime de trabalho sob demanda*”.

reconhecíveis e localizáveis – vão tecendo as regras do jogo, por meios técnicos que hoje provêm a possibilidade de combinar uma enorme gama de variáveis, uma combinação inteiramente voltada ao uso mais racional e menos custoso da força de trabalho. Inserido numa relação que podemos considerar despótica, no caso um tipo de despotismo algorítmico (Abílio, 2020a e 2020b), autogerentes subordinados como os entregadores por aplicativo traçam suas estratégias cotidianas enfrentando critérios de ranqueamento e avaliação inacessíveis, bloqueios e desligamentos sumários, variações no valor da sua hora de trabalho, bonificações que nunca estão realmente garantidas. Já as empresas se apresentam como empresas de tecnologia, supostamente responsáveis por prover meios técnicos e neutros para o melhor encontro entre oferta e procura. Na realidade, subordinam de forma despótica não apenas trabalhadores, mas outras empresas, como vêm fazendo as empresas-aplicativo de entrega de comida com restaurantes e outros estabelecimentos (Madureira, 2020).

Mas a própria relação despótica se informaliza. Não é simples categorizá-la, na medida em que as regras são operantes, mas obscuras e em movimento. Em realidade, é a falta de formas que a sustenta enquanto uma relação despótica. O “bloqueio branco” (ver Bapitestella, 2021), por exemplo, define as regras do jogo, ao mesmo tempo em que não tem formas estáveis ou fixáveis. Entregadores decifram na sua experiência cotidiana – e não por meio de contratos ou acordos de qualquer tipo –, que, se recusarem corridas, são penalizados pela empresa, em uma espécie de bloqueio informal. Ficam sem receber novas corridas por um período que também não está claro, mas que incide diretamente nos seus ganhos e na extensão de sua jornada de trabalho.

A informalização também opera na aparente contradição de que o despotismo se exerce numa íntima relação com o que aparece como autonomia do trabalhador – comumente apresentado como “empreendedor de si”, “chefe de si”; como propaganda a Uber: “*seja seu próprio chefe*”. Na versão das empresas, o sonho da autonomia do trabalhador pareceria ter sido finalmente alcançado: trabalhe como quiser, quando quiser, do jeito que você quiser. Em realidade, quanto menos definições pré-estabelecidas/acordadas sobre jornada, valor, intensidade do trabalho, mais se firma o poder de utilizar o trabalhador como pura força de trabalho – sob demanda. Longe de ser um exercício de liberdade, a aparente autonomia de fato se realiza por meio de decisões do próprio trabalhador, que, no entanto, estão subordinadas às regras sobre as quais individualmente ele não tem qualquer poder de determinação. Trata-se da administração de si subordinada, inteiramente voltada para a garantia de sua própria reprodução social.

No caso dos entregadores por aplicativo, se as empresas definem como o trabalho é distribuído e com qual valor, resta ao trabalhador gerenciar a extensão do tempo de trabalho e criar estratégias para intensificar o próprio trabalho. Mas se trata de um gerenciamento subordinado, dado que a duração da jornada é definida pelo valor mínimo que garanta sua reprodução social – e depende inteiramente das determinações da empresa; já suas estratégias se desenvolvem em um terreno arenoso entre vigilância e controle, em que decisões são permanentemente mapeadas e incorporadas como elementos da gestão.

2 Trajeto: Informal, formal, terceirizado, uberizado, virador

A uberização vem suscitando diferentes perspectivas que refletem diferentes compreensões sobre a estruturação do mercado de trabalho brasileiro. Aqui enfrentamos algumas questões, a primeira já apresentada: 1) A uberização é facilmente tomada como sinônimo de plataformização do trabalho. Ainda que tomemos as plataformas digitais em um sentido forte, tal qual apresentado por Van Dijck e Poell (2018) – a plataforma não como simples meio técnico, mas como infraestrutura digital –, a perspectiva defendida aqui toma o trabalho subordinado por meio de plataformas digitais como uma das expressões mais visíveis da uberização. Entretanto, esta precede as plataformas e as ultrapassa. Tomamos como elementos centrais a condição generalizada do trabalhador *just-in-time* e *processos de informalização* (Abílio, 2020a) não só do trabalho, mas dos meios de controle e gerenciamento, como seus elementos centrais. 2) A uberização é também facilmente tomada como sinônimo de uma nova gestão do desemprego, ou da generalização do “viver de bicos” (como expressa a importação do termo *gig economy*). A uberização operaria assim a oferta de ocupação transitória e renda para uma multidão de trabalhadores que se tornaram descartáveis. Isso nos desliza facilmente para as categorias dualistas produtivos-improdutivos, integráveis-descartáveis e até mesmo formal-informal. A tese aqui apresentada vai no sentido contrário e busca romper com essas dualidades. Tomar a uberização como uma “*nova forma de gerenciamento, controle e organização do trabalho*” (Abílio, 2017) envolve a compreensão de que a informalidade nunca foi exceção, mas hoje se firma como regra e horizonte para as relações de trabalho; significa pensar em como a categoria emprego está se reconfigurando e que a uberização não corre em paralelo ao emprego formal, mas o perpassa e o modifica. Em um sentido mais amplo, significa pensar que a subsunção do trabalho na contemporaneidade opera novos tipos de controle centralizados que correm junto com a dispersão e perda de formas estáveis do trabalho, elementos

que potencializam a transferência de riscos e custos para os trabalhadores, além de serem bem sucedidos em usá-los como força de trabalho disponível e utilizável de acordo com as determinações de empresas. As mediações regulatórias e minimamente protetivas do trabalho vão se desfazendo. Neste sentido, olhar para motoristas e entregadores por aplicativo é enxergar os elementos centrais que tendencialmente desenham o horizonte do trabalho.

Podemos ainda dar um passo a mais e definir a uberização como “*subsunção real da viração*” (Abílio, 2017). Trata-se de escapar do par formal-informal para jogar luz nos modos de vida que tecem a periferia e sua estruturação do mercado de trabalho. A viração, necessário destacar, é aqui compreendida não como sinônimo de bicos, de trabalhos temporários. Trata-se do movimento permanentemente invisibilizado e pouco conhecido por relações de trabalho que, na vida dos trabalhadores, não têm fronteiras tão claras quanto as categorias de análise buscam expressar. A trajetória dos trabalhadores e trabalhadoras periféricos não conta com uma linearidade na formação de uma identidade profissional. Não conta com estabilidade, seja dentro ou fora do emprego formal. Os arranjos cotidianos podem ser compreendidos como estratégias de sobrevivência que são tipos informalizados de enfrentamento das injustiças, desigualdades, inseguranças e precariedade; o outro lado desse enfrentamento é a criação e aproveitamento de oportunidades efêmeras e passageiras, que envolvem diferentes sociabilidades e redes de relações sociais. A viração organiza o mundo do trabalho de forma dispersa e permanente. Francisco de Oliveira, nos anos 1970, trouxe esses modos de vida para o cerne da compreensão do subdesenvolvimento. O trabalho informal ganhava então um sentido diverso do das teorias da marginalidade, sendo tomado como veículo da transferência de custos para os próprios trabalhadores na formação e reprodução social da classe trabalhadora urbanizada e industrializada. O que o autor denomina de “*talento organizatório de milhares de pseudo-pequenos proprietários*” (Oliveira, 2003: 68) poderíamos também denominar *autogerenciamento subordinado*. Sua atual versão obscurecida é a do *empreendedorismo de si*. A noção de subsunção real da viração precisa ainda ser mais bem aprofundada, mas ela nomeia um novo tipo de apropriação deste autogerenciamento. De forma centralizada e racionalizada, as estratégias de sobrevivência se tornam elementos da gestão, administradas por meios difíceis de decifrar. Em outras palavras, agora são datificadas e gerenciadas, como mais um pontinho do desenho da distribuição controlada e rebaixada de trabalhadores no tempo e no espaço. A apropriação monopolizada de modos de vida periféricos pode ser vista em ato nas estratégias do jovem negro que, dentre outras atividades que compõem sua entrada no mercado de

trabalho, aluga uma bicicleta para ter um rendimento como bike boy; passa o dia traçando meios para não ter que enfrentar a brutalidade policial, a brutalidade do tráfego urbano, as violências raciais cotidianas; estabelece meios para intensificar seu próprio trabalho, dispõe-se a trabalhar 12 horas ininterruptas para ganhar uma bonificação (Machado, 2019) e integra a distribuição do setor de alimentos – por ora, sua atividade provavelmente será incorporada a outros setores, de acordo com as mudanças em disputa nas regulações do transporte de bens e mercadorias por bicicleta (ver Abílio, 2020a).

Olhar para os modos de vida também nos possibilita ver na viração um caminho para a compreensão de modos de subjetivação periféricos. Essa perspectiva nos ajuda a enfrentar dilemas em torno do trabalho formal, assim como nos arma contra a produção discursiva sobre o empreendedorismo de si. Um dos elementos talvez mais complicados da análise da uberização é a compreensão do engajamento e adesão dos trabalhadores. Questão que fica evidente, por exemplo, no #brequedosapps, quando o pedido pelo reconhecimento do vínculo de emprego passou longe de ser a tônica da pauta das mobilizações. A organização horizontalizada dos entregadores possibilita diferentes narrativas e disputas que envolvem a participação dos sindicatos, o surgimento de uma liderança pós-mobilização e de – ainda? – pequena base social, como a de Paulo Galo, além de dezenas de projetos de lei que são apresentados como se resultassem das questões suscitadas pelas mobilizações. Mas a pauta comum que organiza o movimento nacionalmente gira em torno de condições mais justas, formuladas dentro e não fora dos termos de uma relação de trabalho uberizada. Fim dos bloqueios indevidos, fim dos sistemas de pontuação e melhores taxas foram demandas que pautavam condições mais decentes de trabalho, fora do esquadro da formalização.

Este é um debate espinhoso, na medida em que, nos últimos anos, vemos uma intensificação e mudança qualitativa nos ataques bem sucedidos aos direitos e proteções do trabalho. Entretanto, deslizar para a simples defesa de um autoengano de trabalhadores que então acreditariam que são chefes de si torna a análise no mínimo infrutífera. Para além do não esquecimento de que a própria definição de emprego já foi profunda e perversamente alterada pela Reforma Trabalhista, a compreensão dos modos de subjetivação periféricos é fundamental para compreender o lugar que o emprego formal ocupa nas trajetórias dos trabalhadores. A alta rotatividade, as desigualdades brutais, injustiças cotidianas e a herança escravocrata se perpetuam por dentro da formalidade. Quando o trabalhador diz que “não quer ter patrão”, é necessário estar aberto aos sentidos múltiplos e contraditórios que esta afirmação encerra.

Se seguirmos com a tese da uberização como uma apropriação centralizada de modos de vida periféricos, podemos constatar que a busca por uma autonomia real e negação das formas de dominação e exploração constituídas por dentro do emprego formal no Brasil (Vinícius, 2020) também é incorporada como elemento da gestão. Algumas pesquisas qualitativas e quantitativas com diferentes categorias de trabalhadores mostram que não é pequena a participação de trabalhadores que abriram mão de seus empregos para aderirem ao trabalho por meio de plataformas digitais. Uma crítica radical à uberização precisa incorporar a contradição de uma busca dos trabalhadores pela autonomia que é incorporada nas formas contemporâneas de exploração e dominação. Mas esta discussão precisa ser construída à luz da realidade do mundo do trabalho brasileiro. Neste sentido, propomos um exercício de análise a partir da trajetória de motoboys, bike boys e uma manicure. Vemos então trajetórias formadas pelo trânsito e combinação entre o emprego formal e a informalidade, empreendimentos próprios, múltiplas profissões num mesmo trabalhador. Seguindo o fio dessas trajetórias, vai se desenhando o *autogerenciamento subordinado*, ou, em outras palavras, a apropriação centralizada da viração como modo de vida.

2.1 Mensageiro de entregas, motoboy terceirizado, entregador por aplicativo

A trajetória dos motoboys nos permite acompanhar de perto as mudanças dessa profissão, que também evidenciam transformações mais amplas do mundo do trabalho. A uberização do setor de entregas muda até mesmo o reconhecimento profissional destes trabalhadores, que passam a compor a indistinta categoria de “entregadores”, evidência do processo de amadorização desta ocupação.

A adesão ao trabalho ao invés de contratação, as formas de seleção que se informalizam por uma concorrência dispersa e com regras não fixáveis, o desenvolvimento dos GPS e instrumentos automatizados que substituem e controlam o conhecimento do trabalhador sobre a cidade formam este deslocamento de um trabalho profissional que agora – independentemente da experiência profissional, dos custos, saberes e competências necessários para permanecer na atividade, assim como do tempo dedicado ao trabalho – se apresenta como um trabalho amador⁴.

4 Este é mais um aspecto central do processo de informalização do trabalho. A comparação entre um taxista e um motorista da Uber, por exemplo, deixa evidente este processo de amadorização. Enquanto o primeiro aparece como um profissional, o segundo é reconhecido como um trabalhador amador, uma espécie de temporário-permanente (Abílio, 2014). Envolve também novas formas de certificação do trabalho, que passam ao largo do Estado. Também são informalizadas e garantidas pela atividade vigilante da multidão de consumidores. Para uma discussão aprofundada sobre o trabalho amador ver Abílio 2014, 2017 e 2019.

Mário⁵ tem 49 anos. Hoje, recorre aos amigos para conseguir ao menos pagar a conta de luz. Aos 20, tentou seguir os passos do pai. O objetivo era se tornar um metalúrgico, o que conseguiu alcançar durante alguns anos. Olhando para trás, reflete que o cotidiano dos diversos empregos pelos quais passou o levaram a tentar durante a vida toda ser um trabalhador autônomo. Diz que três pilares o formam como trabalhador: ser motoboy, sacoleiro e metalúrgico.

Mário é negro, morador de um bairro periférico de Campinas, com ensino médio completo e alguns cursos técnicos. Assim como grande parte dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros, tem uma diversidade inenarrável de conhecimentos e competências adquiridos por tantas profissões e ocupações que tecem sua trajetória, feita de empregos formais, microempreendimentos, trabalho informal, atividades que mal são reconhecidas como trabalho, bicos. Ele guarda em uma caixa registros, lembranças, arquivos dos empregos e ocupações que já teve. Na juventude, trabalhou em hipermercados como guardador de carrinho, fez curso no Senai de soldador e operador de empilhadeira. Durante 5 anos, teve um emprego de metalúrgico. Após pedir demissão, transitou por vários bicos e empregos. Foi promotor de vendas, fazia bicos de pintura e reparos em casas, foi atendente numa loja de uma empresa de celulares, repositor em mercado e novamente soldador, também trabalhou como técnico em telefonia. No início dos anos 2000, tornou-se motoboy. Longe de uma trajetória profissional linear, entre 2000 e 2010, transitava entre essa ocupação, empregos como soldador, entre outras atividades.

Uma espécie de fuga do emprego vai tecendo sua trajetória. As humilhações e injustiças cotidianas por vezes culminavam na sua revolta e pedido de demissão ou nos desligamentos feitos pelas empresas. Há mais de 10 anos se estabilizou como motoboy por conta própria, uma condição cada vez mais instável e insustentável. Nesta última década, combina o trabalho com o de sacoleiro; em geral, revende artigos réplica de marcas famosas. As entregas retroalimentam as vendas, traça estratégias para que a circulação como motoboy alimente a compra e comercialização dos produtos⁶.

Desde os anos 90, o processo intenso de terceirização das entregas promovia a expansão e reconfiguração dessa profissão. No início dos anos 80, antes da terceirização, os motoboys eram mais conhecidos como “mensageiros de entrega”. A moto, em geral, não era do trabalhador, sendo fornecida pela empresa que

5 Todos(as) entrevistados(as) tiveram seu nome trocado para preservação de sua identidade.

6 Essa ideia de retroalimentação e combinação de diferentes atividades como meio de sobrevivência é desenvolvida em profundidade na análise sobre revendedoras de cosméticos (Abílio, 2014).

contratava diretamente estes trabalhadores. Como narra Afrânio, entrevistado em 2014, então com 51 anos e 32 de profissão, o trabalhador tomava um ônibus para a empresa, passava o dia fazendo entregas e a noite voltava para casa. Naquela época, o trabalho envolvia uma logística outra, a qual hoje nos parece tão distante e que definia a intensidade e as formas de distribuição deste trabalho. Motoboys levavam consigo sacos de fichas; a distribuição das corridas pela cidade contava com a ligação feita nos telefones públicos.

A expansão das empresas de delivery amplia a oferta de trabalho, estabelecendo-se uma organização bem estruturada e, ao mesmo tempo, socialmente invisível. Hoje, esses trabalhadores ganham visibilidade na pandemia como entregadores de comida; entretanto, o trabalho dos motoboys é há décadas essencial para a circulação de documentos, de bens pessoais e, mais recentemente, da distribuição do e-commerce. Estes trabalhadores fazem serviços de cartório, transportam bens delicados como flores e amostras de sangue. Motoboys brasileiros em Londres, por exemplo, transportam até mesmo órgãos para transplante⁷. Podem desempenhar diferentes atividades sob o rótulo de motoboy, como ser o motociclista que trabalha para empresas de seguros, transportando e vendendo baterias, além de dar auxílio para motoristas com carro em pane.

Com as terceirizações, o número de vagas se expande significativamente, instauram-se novas formas de remuneração, assim como a transferência de custos para o trabalhador, sem falar nos riscos. Remunerados por entrega ou por dia de trabalho, estes trabalhadores passaram, especialmente no início dos anos 2000, por um processo de formalização e profissionalização da categoria. Em 2009, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva sanciona o projeto de lei que reconheceu a profissão dos motoboys. O contrato formal de trabalho envolvia duas categorias, denominadas pelos trabalhadores de *trabalho por contrato* ou *trabalho esporádico* – mais conhecido como “explorádico”. No primeiro, o trabalhador era contratado pela terceirizada e fornecido de forma fixa para outra empresa. Tinha um salário fixo mensal e jornada de trabalho pré-estabelecida. Nesta condição, o motoboy tinha uma remuneração menor, mas condições mais seguras de trabalho, na medida em que não era o número de entregas realizadas que definia a sua remuneração. Já como “explorádico”, o trabalhador recebia o correspondente ao piso salarial estabelecido pela categoria mais uma remuneração por entrega – baseada na distância percorrida.

A popularização do acesso aos celulares na primeira década dos anos 2000 reconfigura a distribuição e o ritmo desse trabalho. Em 2014, Fernando, então

7 Fato constatado em entrevistas por mim realizadas no Reino Unido, em 2018.

motoboy há mais de 20 anos, referia-se às empresas terceirizadas como as “Furasóio express”. Na época da entrevista, trabalhava como guardador de motos nas ruas do centro de São Paulo, além de fazer entregas por conta própria. Trabalhou na roça quando criança; veio do Nordeste para São Paulo na adolescência. Depois de anos trabalhando no comércio, tornou-se funcionário concursado do Banco do Brasil. Aderiu nos anos 90 à leva de demissões voluntárias. O termo irônico em referência às empresas sintetiza as duras condições de trabalho dos motoboys – que se deterioraram mais ainda com o processo de uberização. O emprego formal trazia algumas proteções e garantias no que se refere à saúde e segurança dos trabalhadores frente ao alto risco de acidentes. Os ganhos do motoboy esporádico, entretanto, eram calculados a partir das distâncias percorridas para cada entrega, sendo que, em geral, 40% do valor da entrega era retido pela empresa. Quando Mário se torna um motoboy no início do milênio, já está legalizado que os custos da moto são do entregador, assim como banalizadas as mortes e acidentes dos motociclistas – não só de entregadores, mas de trabalhadores de baixa qualificação e rendimento, que, como parte da viração, crescentemente arcam com riscos e custos de seu deslocamento para o trabalho e morrem pelas ruas da cidade (Biavati e Martins, 2009)⁸.

Como dito anteriormente, ao longo de sua trajetória como motoboy, Mário consegue realizar o projeto de muitos destes trabalhadores: romper com a exploração das empresas terceirizadas e estabelecer uma cartela própria de clientes, para os quais trabalha como autônomo. Durante oito anos, ele conseguiu se manter assim. Em 2015, em plena crise econômica e o estabelecimento vitorioso do processo de oligopolização de algumas poucas empresas que operam por plataformas digitais, Mário vê suas possibilidades se esvaírem frente ao rebaixamento brutal do valor do trabalho dos entregadores, a quebra das empresas terceirizadas e ainda a falência econômica de vários de seus clientes. Com a moto irregular, a carteira vencida e sem dinheiro nem para a luz, a opção ainda não alcançada que lhe resta, ao menos por enquanto, é criar meios que possibilitem se “regularizar” como um entregador por aplicativo uberizado.

8 Quem morre nos acidentes de trânsito envolvendo motocicletas na cidade de São Paulo? Esta era a pergunta do Relatório *Mortos e feridos sobre duas rodas: Estudo sobre a accidentalidade e o motociclista em São Paulo*. A conclusão era que se tratava de “Frentistas, garçons, manobristas, motoristas, porteiros, seguranças e vigilantes, ajudantes gerais, mecânicos, eletricitas e pedreiros. Em 2008, mais da metade das mortes a partir de 21 horas até 6:59 horas são de motociclistas dos grupos de Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados e Trabalhadores da produção de bens, manutenção e reparação” (Biavati e Martins, 2009: 13).

Passados alguns anos da consolidação das empresas de entrega por aplicativo, a profissão dos motoboys se reconfigura profundamente. O valor da hora de trabalho é reduzido significativamente (Abílio, 2020b); na pandemia, há uma redução ainda maior (Abílio et al., 2020). Já o número de acidentes envolvendo entregadores aumenta (Agora, 2020; G1, 2020; Resk e Carvalho, 2020). Condições mínimas de saúde e segurança são eliminadas: como parte do processo de informalização, entregadores não contam nem com uma base de apoio definida; se antes o trabalhador aguardava sua vez num sofá velho da empresa jogando dominó, hoje até mesmo o acesso à água e aos banheiros se torna parte das estratégias e negociações informais cotidianas. Quando empregado terceirizado de uma “furasóio express”, o motoboy tinha clareza sobre as regras que definiam a distribuição do trabalho, assim como o valor recebido por cada entrega. A exploração era evidente, assim como as injustiças cotidianas. Não podemos perder de vista que uma das principais estratégias para as empresas-aplicativo oligopolizarem esse setor foi a oferta de uma remuneração mais alta por entrega, que levou muitos trabalhadores a abrirem mão de seus empregos para se dedicarem exclusivamente à entrega por aplicativo. Entretanto, as empresas de entrega por aplicativo que conseguiram oligopolizar o setor de *deliveries* alcançaram a façanha de, por um lado, informalizar os motoboys, que contavam com a possibilidade da formalização; por outro, fomentar de forma centralizada uma ocupação que antes existia de modo disperso e pouco organizado: a dos bike boys.

As bicicletas têm sido associadas com o desenvolvimento sustentável, mas hoje se tornam o grande símbolo da uberização. Da figura da energia limpa, deslocamo-nos para a brutalidade do uso da energia física com meio de subsistência em pleno tráfego urbano. O jovem negro pedalando com a *bag* nas costas, segurando o guidão com uma mão enquanto vê o celular com a outra no meio de vias de tráfego intenso que não têm sequer ciclovias, hoje materializa essa forma contemporânea de exploração.

A grande maioria dos bike boys entregadores por aplicativo em São Paulo é negra, tem até 27 anos. Em média, esses trabalhadores recebem R\$ 936 por mês, trabalhando em sua maioria entre 9 e 12 horas diárias, de segunda a domingo (Aliança bike, 2019). Uma análise comparativa entre trabalhadores uberizados e terceirizados “clássicos” evidencia que a profissão do bike boy se torna mais negra e jovem quando se uberiza, ou seja, processos de precarização se traduzem no aumento da participação de jovens negros (Abílio, 2020a). Em poucos anos, a profissão dos bike boys se expande e banaliza; contingentes gigantescos de trabalhadores distribuídos pelas ruas da cidade numa precariedade explícita parecem compor a base da pirâmide da uberização

Carlos⁹ tem 19 anos. Diz que já fez “de tudo na vida”: revenda de cosméticos com a mãe, venda de coxinhas na porta do estádio Itaquerao, bicos na construção civil. Ele é branco, morador de um bairro periférico de São Paulo. Com ensino médio completo e muitos currículos enviados sem resposta, consertou uma bicicleta antiga do pai, teve o cadastro aceito e passou a trabalhar para o iFood. Trabalha em média 12 horas por dia, de seis a sete dias por semana. Em geral, dedica-se o tempo que for necessário para retirar R\$ 100 por dia durante a semana e R\$ 150 aos finais de semana. No dia da entrevista, em 2020, conversamos longamente, pois havia sido injustamente bloqueado pela empresa: a reclamação de um cliente se traduz na suspensão temporária sumária do entregador, que não conta nem com meios bem estabelecidos para se defender e regularizar. Em outro dia, cancelou a segunda entrevista, estava no hospital – seu irmão, também bike boy, havia sido atropelado enquanto trabalhava. Esse se recuperou bem, escapando das estatísticas que mostram um crescimento acelerado da morte de ciclistas na cidade de São Paulo, muito provavelmente associado à expansão do trabalho de bike boys entregadores por aplicativo (Resk e Carvalho, 2020). Ele e o irmão convivem pelas praças da cidade, enquanto esperam a próxima entrega.

Carlos quer cursar a faculdade de Educação Física; também já tentou se profissionalizar como jogador de futebol. Seu plano para o futuro próximo é arrumar um emprego com carteira assinada e jornada fixa, o que lhe possibilitaria trabalhar de dia e cursar a faculdade a noite. O trabalho como bike boy não tem deixado tempo para a combinação com os estudos. Além da longa jornada, gasta algumas horas do dia no deslocamento pelo transporte público da periferia para o centro de São Paulo, onde deixa sua bicicleta num bicicletário. Para ele, o entorno da Av. Paulista se mostrou o lugar mais propício para as entregas. Ele segue buscando um emprego. A questão é se ser bike boy se tornou não só uma degradada porta de entrada como também meio de permanência informalizada no mercado de trabalho. Nestes termos, vai se constituindo a carreira de entregador: passar de bike boy a motoboy se torna um horizonte possível; como ele diz, “*seria um cargo acima*”.

3 Chegada: Deslocamento — do autoengano para o autogerenciamento subordinado

A expansão do trabalho uberizado se dá em diversos setores, de diferentes formas. As atividades uberizadas controladas por empresas via plataformas digitais são mais facilmente reconhecíveis, dada a transformação profunda e

9 Carlos foi entrevistado em 2020, no âmbito do projeto xx.

acelerada que estas promovem. As manicures hoje passam a integrar o universo da entrada das plataformas digitais. Aplicativos como Singu hoje se firmam no mercado utilizando estratégias semelhantes às das empresas de delivery. O aplicativo oferece serviços de manicure, pedicure e depilação, além de massagem e drenagem linfática. Para Clara – manicure entrevistada pela socióloga Juliana Andrade Oliveira no âmbito da pesquisa da Informalidade no Brasil Contemporâneo –, o aplicativo hoje representa um meio para que otimize a utilização de seu tempo, ainda que isso signifique arcar com riscos e custos diferentes dos do salão. Com 48 anos, Clara é separada e tem dois filhos; mora no centro de São Paulo. Trabalhou sem registro durante dez anos para um mesmo salão. Ganhava por serviço realizado; o salão retinha 60% do valor e assumia os custos com manutenção e higienização dos aparelhos; todo o restante cabia às manicures. O estabelecimento tinha uma alta demanda, de forma que, mesmo arcando com alguns custos e não sendo formalizada, considera que obtinha um bom rendimento. O salão foi vendido e a nova proprietária decidiu registrar as manicures seguindo o piso salarial da profissão, o que para ela significaria uma queda de mais de 50% na sua remuneração.

As novas regulações sobre o trabalho das manicures abriram a porteira da legalização da uberização. A Lei “salão parceiro-profissional parceiro” foi implementada em 2016, pelo governo de Michel Temer. Passou um tanto despercebida, talvez por incidir no trabalho tipicamente feminino e de baixa remuneração; também se tornou um prenúncio do cardápio de alterações profundas promovidas pela Reforma Trabalhista. A lei dissolve o vínculo de emprego das manicures, possibilitando que estas sejam consideradas autônomas. O salão passa então a ser considerado um provedor de infraestrutura para que a “profissional-parceira” realize seu trabalho. Atualmente, as manicures lidam assim com a possibilidade de serem legalmente transformadas em autônomas, trabalhando diariamente em um salão, com relações de subordinação explícitas.

A experiência de Clara sintetiza como no mundo do trabalho brasileiro as fronteiras entre trabalho formal e informal nem sempre são tão claras: “*mesmo que você não seja de carteira assinada ou seja de carteira assinada, você tem que ficar ai bonitinho, cumprindo o horário bonitinho, eles te põe, a lei deles, que você tem que ficar. independentemente de como a relação é estabelecida, no salão*” (Oliveira, 2018: 07). A manicure vem tentando trabalhar exclusivamente por meio do aplicativo. Preza a possibilidade organizar o seu próprio tempo, o que não quer dizer que não esteja ciente das formas de controle e gerenciamento da empresa:

Digamos que essa [cliente] é oito da manhã, aí eu vou puxando, tem outra aqui na Santa Cecília, tipo umas onze e meia, vou e aceito, lá nas duas da tarde tem outra. Esta cliente que é pé e mão, Liberdade, eu vou e aceito, e assim vou enchendo a minha agenda. Eu já tenho noção do tempo, de uma cliente para outra, também de deslocamento de um lado para outro, então, a gente mesmo se programa, é tudo bonitinho e dá certo (...) Ah, eu não quero de saber de salão nunca mais. Sério. Você sabe por quê? Porque nessa empresa por aplicativo eu mesma sou a minha chefe, eu mesmo preencho a minha agenda, eu faço meus horários, atendo quantas clientes (...) que eu quero, e pelo aplicativo eu sei que se sair de manhã, não vou chegar [em casa] dez da noite, como já aconteceu (Oliveira, 2018).

Sua fala pode nos levar erroneamente a interpretação do autoengano, de uma trabalhadora que se vê como empreendedora. Entretanto, em diálogo aqui com o pesquisador Leo Vinícius (2020), o que parece de fato estar em jogo é a busca pelo gerenciamento do próprio tempo e a recusa das formas de opressão encarnadas na figura do patrão e das formas injustas e corriqueiras de extensão não paga do tempo de trabalho, de cerceamento de direitos e eliminação de garantias, de humilhações cotidianas, exercidas por dentro do emprego formal.

A busca pela possibilidade de ser um trabalhador por conta própria mobiliza os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros. Trata-se menos de uma subjetivação neoliberal e mais da fuga das opressões e injustiças que são tecidas por dentro e por fora do trabalho formal.

Para complexificar, hoje enfrentamos os desafios de uma categoria de trabalho formal que se reconfigurou e se aproxima de características do trabalho informal (Krein et al., 2018). Também enfrentamos processos de informalização que reconfiguram a própria informalidade. Vemos em ato a apropriação racionalizada de elementos que tecem estes modos de vida, e agora são gerenciados por novos meios, difíceis de mapear. Está em jogo a consolidação dos trabalhadores enquanto trabalhadores sob demanda que corre junto com processos de monopolização e o aprofundamento das desigualdades.

Trata-se de uma tendência que hoje atravessa e pressiona globalmente o mundo do trabalho. Neste sentido, trabalhadores são reduzidos a força de trabalho, sendo-lhes transferida toda responsabilização e custos de sua reprodução social. São recrutados de acordo com determinações das empresas e não têm qualquer garantia sobre sua remuneração. A ausência de jornada de trabalho regulada e contratualmente estabelecida, a ausência de definições estáveis sobre o valor e a remuneração do trabalho, a transferência dos instrumentos

do trabalho, custos e riscos para os trabalhadores e o uso racionalizado do trabalhador como mero fator de produção vão formando o caldo que conta também com a transferência de parte do gerenciamento do trabalho para os próprios trabalhadores. O autogerenciamento subordinado nos evidencia que as redes de proteção social formadas em torno da categoria emprego – desde sempre precárias, localizadas e instáveis na periferia – dão lugar a generalização da gestão individualizada da sobrevivência. Entretanto, não nos enganemos: essa gestão segue inteiramente subordinada. É uma subordinação que conta com meios de controle que cada vez mais perdem formas estáveis e socialmente reguladas e se apropria da busca pouco alcançável do trabalhador pela sua autonomia e liberdade.

Referências:

- ABÍLIO, Ludmila. Uberização e juventude periférica. Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. *Novos Estudos. CEBRAP*, v. 39, 2020a., pp. 579-597. [doi:10.25091/s01013300202000030008]
- _____. Breque no despotismo algorítmico: uberização, trabalho sob demanda e insubordinação. *Blog da Boitempo*. 30 jul. 2020b. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2020/07/30/breque-no-despotismo-algoritmico-uberizacao-trabalho-sob-demanda-e-insubordinacao/>>. Acesso em: 25 out. 2021.
- _____. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Revista Psicoperspectivas: Individuo y sociedad.*, v. 18, n. 3, 2019, pp. 01-11.
- _____. Uberizacao: subsunção real da viração. *Passapalavra/Blog da Boitempo*, 19 fev. 2017. Disponível em: <<https://passapalavra.info/2017/02/110685/>>. Acesso em: 25 out. 2021.
- _____. *Sem maquiagem: O trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos*. São Paulo, Boitempo Editorial, v. 1, 2014 (240).
- ABÍLIO, L., ALMEIDA, P. F. DE, AMORIM, H., CARDOSO, A. C. M., FONSECA, V. P. DA, KALIL, R. B., & MACHADO, S. Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a COVID-19” *Revista Jurídica Trabalho E Desenvolvimento Humano*, 3. 2020.
- AGORA. Morte de motociclistas cresce durante a quarentena em São Paulo. 22 maio 2020. Disponível em: <<https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2020/05/morte-de-motociclistas-cresce-durante-periodo-de-quarentena-em-sp.shtml>>. Acesso em: 25 out. 2021.
- ALINÇA BIKE. Pesquisa de perfil de entregadores ciclistas de aplicativo. São Paulo, Aliança Bike, 2019.

- ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão*. São Paulo, Boitempo, 2019.
- BABTISTELLA, Camila. Pra quem tem fome: vigilância e controle algorítmicos no processo de trabalho de um aplicativo de entrega em Curitiba. Curitiba, UTFPR, 2021.
- BIAVATI E. & MARTINS, H. *Mortos e feridos sobre duas rodas: Estudo sobre a acidentalidade e o motociclista em São Paulo*. São Paulo, CET, 2009.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo, WWF Martins Fontes, 2009.
- CASTEL, Robert. *As metaformoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- COULDRY, N. e MEJIAS, Ulises. *The costs of connection. How data is colonizing human life and appropriating it for capitalism*. Stanford University press, 2019.
- G1. Acidentes de trânsito em SP caem 40% na quarentena, mas mortes de ciclistas e motoqueiros crescem, 23 maio 2020 Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/05/23/acidentes-de-transito-em-sp-caem-40percent-na-quarentena-mas-mortes-de-ciclistas-e-motoqueiros-crescem.ghtml>>. Acesso em: 25 out. 2021.
- GIBB, Lygia Sabbag Fares. A despadroneização da jornada de trabalho. Tese de doutorado, Desenvolvimento Econômico, Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo, Loyola, 2008.
- HUWS, Ursula, SPENCER, Neil, SYRDAL, Dag Sverre, HOLTS, Kaire. Work in the European Gig Economy: Research Results from the UK, Sweden, Germany, Austria, The Netherlands, Switzerland and Italy, Nov, 2017, Foundation for European Progressive Studies
- LAVAL, Christian e DARDOT, Pierre. *A nova razão do mundo*. São Paulo, Boitempo, 2016.
- LEEDS, Anthony. e LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- KREIN, José Dari; SANTOS, Anselmo. e MARACCI, Denis. (Org.). *Dimensões críticas da Reforma trabalhista no Brasil*, Campinas, Curt Nimuendajú - MPT - CESIT, 2018, v. 01.
- KREIN, José Dari; ABILIO, Ludmila; BORSARI, Pietro. A despadroneização do tempo de trabalho. In: KREIN, José Dari; TEIXEIRA, Marilane; MANZANO, Marcelo; LEMOS, Patrícia. + *O Trabalho pós reforma trabalhista (2017)*, v. 1. São Paulo, CESIT, 2021, pp. 252-282.
- MACHADO, Leandro. Dormir na rua e pedalar 12 horas por dia: A rotina dos entregadores por aplicativo. *BBC News Brasil*, 22 maio 2019.
- MADUREIRA, Daniele. Como apps de entrega estão levando pequenos restaurantes à

- falência. *BBC News Brasil*, 08 fev. 2020.
- MARX, Karl. *O capital: Crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital, tomo I. São Paulo, Nova cultural, 1982.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, Juliana. Pré-análises entrevistas manicures. Projeto Informalidade e Periferia no Brasil Contemporâneo, Projeto Reconexão Periferias, Mimeo, 2018.
- RESK, Felipe e CARVALHO, Marco Antônio. Mortes de ciclistas sobem 64% em SP. *Estadão conteúdo*, 22 jan. 2020.
- ROSENBLAT, Alex. *Uberland: How Algorithms are Rewriting the Rules of Work*. Oakland, University of California Press, 2018.
- ROSENBLAT, Alex; STARK, Luke. Algorithmic Labor and Information Asymmetries: A Case Study of Uber's Drivers. *International Journal of Communication*, v. 10, pp. 3.758-84, 2016.
- VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; DE WAAL, Martijn. *The Platform Society*. New York, Oxford, 2018.
- VINÍCIUS, Leo. A greve dos apps e a composição de classe. *Passapalavra*, 18 ago. 2020. Disponível em: <<https://passapalavra.info/2020/08/133801/>>. Acesso em: 21 out. 2021.
- ZUBOFF, Shoshana. *Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação*. In: BRUNO, Fernanda *et al.* (Org.). *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*. São Paulo, Boitempo, 2018.

Recebido em: 22/07/2021

Aprovado em: 06/09/2021

Como citar este artigo:

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Empreendedorismo, autogerenciamento subordinado ou viração? Uberização e o trabalhador just-in-time na periferia. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 3, set. - dez. 2021, pp. 933-955





Neoliberalismo y después: empresarialidad, autogestión y luchas por la reproducción social

Verónica Gago¹

Resumen: Discutir el neoliberalismo desde los feminismos en alianza con las economías populares permite tejer un programa contra la precarización de la vida y hacer la crítica de cómo en América Latina la conversión «emprendedora», en términos neoliberales, opera sobre dinámicas comunitarias, cooperativas y de autogestión del hacer. Son ellas las que permanentemente lidian con la conversión de esas fuerzas (de lo *común*) en modalidades de auto explotación, en un contexto caracterizado por *despojos* sistemáticos que ponen en riesgo la reproducción social de las mayorías.

Palabras clave: Neoliberalismo; Autogestión; Emprendedurismo; Explotación; Reproducción Social.

Neoliberalism and after: entrepreneurship, self-management and struggles for social reproduction

Abstract: *Discussing neoliberalism from the different feminist perspectives in alliance with popular economies allows us to weave a program against the precariousness of life and to criticize how the “entrepreneurial” conversion, in*

¹ Universidade de Buenos Aires (UBA) e da Universidade de San Martín (Unsam) e pesquisadora do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) – Argentina – verogago76@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0002-7009-1468>

neoliberal terms, operates on community, cooperative and self-management dynamics in Latin America. Those dynamics permanently deal with the conversion of these forces (the common practices) into forms of self-exploitation, in a context characterized by systematic dispossession that puts the social reproduction of the majorities at risk.

Keywords: *Neoliberalism; Self-management; Entrepreneurship; Exploitation; Social Reproduction.*

Neoliberalismo e mais além: empreendedorismo, autogestão e lutas pela reprodução social

Resumo: Discutir o neoliberalismo a partir dos feminismos em aliança com as economias populares, permite traçar um programa contra a precariedade da vida e criticar como na América Latina a conversão «empreendedora», em termos neoliberais, opera na dinâmica comunitária, cooperativa e social da auto-gestão. São eles que tratam permanentemente da conversão dessas forças (do comum) em modalidades de autoexploração, num contexto caracterizado pela desposseção sistemática que põe em perigo a reprodução social das maiorias.

Palavras-chaves: Neoliberalismo; Autogestão; Empreendedorismo; Exploração; Reprodução Social.

Introducción

En nuestro continente, la batalla contra el neoliberalismo parece no tener fin. Sin embargo, es más preciso debatir cómo el neoliberalismo se renueva y cómo cada crisis exige leer en tiempo real la disputa de hacia dónde intenta relanzarse y renovarse y cuáles son las fuerzas que lo han llevado a la crisis. En este sentido, intento discutir la noción de neoliberalismo, el modo de historizarlo en nuestra región, de profundizar debates teóricos *desde* América Latina y trazar genealogías desde las luchas y conflictos, a fin de:

1. confrontar la idea de que neoliberalismo es sinónimo de mercado y que lo opuesto es la intervención del Estado, por lo tanto obligando a actualizar nuestras formas de comprensión de las capacidades del Estado;
2. ir más allá de la definición del neoliberalismo como un conjunto de políticas emanadas solo desde arriba (e investigar cómo el neoliberalismo se ha inmiscuido en las prácticas provenientes “desde abajo”, lo cual permite ver

- su articulación con formas comunitarias, con tácticas populares de resolución de la vida, con emprendimientos que alimentan las redes informales y con modalidades de negociación de derechos que se valen de esa vitalidad social);
3. y finalmente: desafiar las lecturas totalizantes del neoliberalismo que lo comprenden en términos exclusivos de una derrota definitiva de las subjetividades subalternas.

Para esto me parece importante, como método, partir de reconocer los intentos populares de resistir y reformular la desposesión neoliberal a la vez que lidiar con las condiciones que el neoliberalismo logra imponer. Esta perspectiva enmarca una lectura de la violencia del neoliberalismo que da cuenta de las medidas de ajuste estructural y de privatización pero también del modo en que la explotación se enraíza en la producción de subjetividades compelidas a la precariedad y al mismo tiempo batallando por prosperar en condiciones estructurales de despojo.

Es en esa encrucijada donde me interesa ubicar la discusión: cómo en América Latina la conversión «empresadora», en términos neoliberales, opera sobre dinámicas comunitarias, cooperativas y de autogestión del hacer. Son ellas las que permanentemente lidian con la conversión de esas fuerzas (de lo *común*) en modalidades de auto explotación. Lo hacen en un contexto particular, caracterizado por *despojos* sistemáticos. La desinversión del estado ha generado el espacio para interpelar a lxs actorxs sociales más empobrecidxs bajo la ideología del microempresariado y del emprendedorismo, a la vez que son las políticas autogestivas las que *ya* subsanan las infraestructuras de reproducción con arreglos que hacen posible de la educación a la salud, del cuidado a la seguridad y el transporte, para las grandes mayorías. Por esto, la conexión entre las dinámicas de reproducción y del trabajo en estas condiciones son un espacio clave para situar, pensar y debatir las mutaciones neoliberales.

Con ese objetivo, situó mi análisis en las “economías populares” (que también llamé “economías barrocas”) para comprender dónde y cómo la ‘razón neoliberal’ (una norma supuesta como de puro cálculo mercantil) es apropiada, arruinada, transformada y relanzada por aquellxs que supuestamente son sólo sus víctimas. Intento también enmarcarlas como “microeconomías proletarias” con el propósito de ir contra la idea más general de una desproletarización de los sectores populares que no hace más que invisibilizar el trabajo realmente existente para la reproducción colectiva de los sectores más precarios. Esta noción, a su vez, pretende disputar con la narrativa emprendedorista en clave neoliberal

porque resiste a adoptar de modo pleno en lenguaje empresarial como sustituto del trabajo a la vez que da cuenta de las formas de autoempresariedad popular que no se ajustan a las lógicas puramente individuales.

Se trata, finalmente, de confrontar el modo reaccionario que la precarización generalizada del mundo del trabajo impone: por un lado, el diagrama de amenaza de unxs contra otrxs y, en simultáneo, el emprendedurismo como fórmula lisa para “superar” la crisis del trabajo formal y asalariado. Frente al creciente “estado de inseguridad”, como lo llama Isabel Llorey (2018), la capacidad emprendedora de cada quien busca individualizar el riesgo y entrenar la vida propia como empresa. Sin embargo, supone una matriz de una racionalidad individualista ordenada por el beneficio que no logra comprender un “oportunismo de masas” (Virno, 2003) que es un dinamismo social mucho más mixturado e imperfecto.

La pregunta que surge entonces es: ¿qué sucede con lxs trabajadorxs, con las vidas proletarias entendidas desde su existencia heterogénea y más allá de la contabilización fallida – de la informalidad, a lo sobrante, de lo excluído a lo subdesarrollado – de las poblaciones laboriosas hoy mayoritarias en nuestros países? ¿Cómo estas realidades heterogéneas del trabajo intentan ser codificadas bajo la narrativa del emprendedurismo neoliberal, capturando los modos autogestivos? ¿Cómo intervienen las luchas feministas en este debate?

Trabajo, economías populares e informalidad

Para el caso de Argentina, hay un corte que es fundamental y es la crisis sucedida en el año 2001. Es una crisis de enorme magnitud, de fuerza en las calles y de visibilización de movimientos sociales, especialmente de desocupadxs, que impulsaron prácticamente una problematización radical sobre el trabajo y abrieron la pregunta por una vida digna desacoplada del régimen salarial (produciendo una distinción popular entre empleo y trabajo).

Esta fue una de las innovaciones fundamentales de la crisis. Y lo que aquellos movimientos inventaron como formas de autogestión de una multiplicidad de trabajos sin patrón se ha sostenido durante la llamada «recuperación económica» de la década siguiente de modo tal que ha estabilizado y sistematizado un nuevo paisaje proletario. Esa trama es la que nombramos ahora como «economías populares» e implica también un modo de gestión de los subsidios provenientes del Estado que tiene su origen en las conquistas del estallido social (y en particular del movimiento “piquetero” que logró llevar el piquete de la fábrica a las rutas, haciendo un desplazamiento geográfico y conceptual).

Quisiera así subrayar que la dimensión *política* de las economías populares, que son una realidad latinoamericana de magnitud, tiene que ver con la politización del debate sobre el desempleo, sobre la pregunta colectiva por la reproducción, con el rechazo a la gestión miserabilista de sus actividades y con una capacidad de negociación de recursos con el Estado, todo lo cual converge en la crisis de 2001 como momento-fuerza que destituyó la legitimidad política del neoliberalismo en este país a la vez que fue parte de una secuencia regional y de un ciclo de protestas.

Esto visibiliza algo que cada vez es más estructural en términos de la dinámica misma del capitalismo neoliberal: que es cada vez mayor la cantidad de personas que deben procurarse ingresos y prosperidad sin tener el “privilegio” del salario estable, llevando adelante “vidas sin salario”, para usar la fórmula de Michael Denning (2011). Se juega allí una forma de la reproducción social bajo estrategias populares que mixturán saberes comunitarios autogestivos e intimidad con el saber-hacer en la crisis como tecnología de una autoempresarialidad de masas.

Quisiera también señalar que debemos discutir aquí el argumento de la exclusión de trabajadorxs que parece explicarse evolutivamente por aumento de la tecnologización: es clave lo que dice Silvia Federici (2021) al calificar este argumento como patriarcal, ya que encubre las formas intensivas de trabajo precarizado y feminizado que sostienen los violentos procesos de acumulación hoy. Por eso, en el ejercicio de una genealogía para situar las economías populares como los territorios donde se confronta y a la vez se despliega la racionalidad neoliberal hay algunos elementos que quisiera destacar.

Para empezar, es necesario ubicarlas en la pregunta general por las formas que toma el trabajo de una creciente mayoría de la población que no se encuadra en las modalidades del trabajo asalariado estable y formalizado. Se puede decir que es una realidad histórica de lo que se ha llamado por mucho tiempo el “Tercer Mundo” (desde su “invención”, como argumenta Arturo Escobar), que no necesariamente estamos ante una novedad. Sin embargo, la especificidad de las economías populares de las que nos ocupamos se ubican en un marco temporal de cuatro décadas de neoliberalismo en nuestra región. Por tanto, de manera general, las economías populares confrontan las formas de exclusión de medios y recursos para que una gran parte de la población pueda lograr asegurar su reproducción.

Esto implica la conexión de las economías populares con diversos momentos de crisis en los cuales se acelera la generalización del empobrecimiento. Ubicar a esta modalidad variada de labores que se inscriben en las economías

populares logra visibilizar las formas concretas en que se ensamblan las prácticas de autogestión, del emprendedurismo popular con las modalidades precarias (en el límite con economías ilegales) de conseguir ingresos y formas intermitentes de inscripción asalariada, así como el impacto de las ayudas y subsidios sociales. Así, las economías populares logran mixturar una serie de saberes y formas de hacer que permiten la reproducción social en territorios fuertemente marcados por el despojo neoliberal a la vez que reinventan y conectan formas de conflictividad que se movilizan para ganarse la vida, para producir infraestructura popular, reformulando en cierta medida la cuestión obrera, las dinámicas del trabajo y también los territorios y labores considerados históricamente no productivos.

Por eso, el análisis de las economías populares desde este punto de vista conecta, desde la propia secuencia de la crisis, las rebeldías y exigencias de los movimientos sociales con la cuestión obrera, desarmando la división de los repertorios de acción y de demandas con que se solía clasificar desde los años 80 de manera diferente esas trayectorias (movimientos sociales – incluso, campesinos e indígenas – por un lado, movimiento de trabajadorxs y sindical por otro).

Inventar formas de producir y circular, que implican gestionar subsidios del estado, recrear emprendimientos productivos, ensamblar dinámicas autogestivas con formas de empresariado popular, intersectar trayectorias migrantes con modos de comercio feriante y adecuar una inserción laboral discontinua en rubros preexistentes pero bajo procesos de fuerte transnacionalización e informalización (el textil por ejemplo y de agricultura familiar) organiza formas heterogéneas de disputa, negociación, explotación, cooperación y lucha.

Este énfasis en la clave de la conflictividad no siempre es explícito a lo largo del tiempo, no adopta necesariamente gramáticas reconocibles. Como siguiente elemento, subrayo que las economías populares producen un mapa variado, heterogéneo, que se afirma *contra* la idea de que estas dinámicas económicas responden exclusivamente a un momento pasajero de crisis y emergencia. Su temporalidad es más compleja y, sin dudas, prolongada. Se sostienen en el tiempo e incluso son parte fundamental de momentos denominados de “crecimiento económico” (lo hemos visto en Argentina, pero es algo que se repite en la región). Esto da cuenta de una versatilidad de las economías populares para fases y momentos diferentes pero sobre todo exhibe su capacidad de duración, lo que obliga a pensarlas más allá del horizonte de la excepcionalidad (e incluso de su rápida “superación”).

De este modo, las economías populares *sistematizan* el paisaje de ese trabajo ya por fuera de las espacialidades laborales reconocidas como tales (la fábrica y el taller por nombrar los prototipos), a la vez que constituyen un escenario de evidente persistencia y consolidación, cartografiando nuevas lógicas de producción de valor y disputa por su apropiación, a la vez que compiten con el lenguaje de la pobreza para referenciar a las poblaciones más precarizadas.

Quisiera agregar que otro punto importante es revisar la caracterización de que se trata de economías marginales. Tanto por su extensión territorial creciente como por su capacidad de ensamblaje a múltiples escalas. Tanto por su dinamismo político como por su capacidad de intervención en el imaginario público. Tanto por los números que cada vez más intentan censar y medir el impacto de las tareas y la composición laborioso de quienes las desarrollan, se evidencia que se trata de un fenómeno de *mayorías*. Pero también por su persistencia en el tiempo como por su manera de crear infraestructura popular en contextos difíciles, donde la pandemia ha sido un catalizador enorme de su capacidad de respuesta, vemos afirmarse su *centralidad*.

Esta realidad de las economías populares, además, nos permite cuestionar el binarismo entre *formalidad e informalidad*. Si ya esa distinción tiene problemas de base, al aglutinar bajo esa categorías a las regiones periféricas, o del Sur global, en un esquema de no-desarrollo, no-progreso, no-trabajo, ubicando la división de la falta y de lo fallido en una clave eurocéntrica, luego de décadas de transformación de las dinámicas laborales, la noción de informalidad queda aún más estrecha. Y esto porque muchas de las características de los procesos de informalización son parte de la precarización que envuelve hoy a todas las formas del trabajo pero sobre todo porque revelan el desfasaje entre un esquema normativo y un imaginario del trabajo que sigue siendo asalariado mientras su realidad empírica está cada vez más lejos.

Sin embargo, la noción de informalidad sigue siendo operativa en el lenguaje de los organismos internacionales, de las caracterizaciones periodísticas y del uso político para designar de modo exclusivo a poblaciones empobrecidas (la hemos visto florecer otra vez frente a la pandemia). Por momentos aparece como disyunción: como si la precariedad fuese un término para la población trabajadora e informalidad para lxs no-trabajadorxs y lxs pobres. Pero esto también se desliza y no es rígido. Funcionando en espejo con la formalidad, la informalidad no deja de referirse a un cada vez más amplio sector social, que ya acumulan generaciones de no formalidad, donde la formalidad no aparece como posibilidad futura y lo que más bien sutura la categoría es la condición de

trabajadorxs pobres o bajo procesos de permanente pauperización pero a quienes no se termina de reconocer bajo la órbita estrictamente obrera.

La noción de economías populares busca abrir otro espacio epistémico, económico y político que desborda y a la vez problematiza el corset de la informalidad y sus derivas emprendedoristas. Primero por la definición por la afirmativa de lo que efectivamente son, lo que nos sitúa en otro lugar para incluso debatir en trabajo formal e informal, sus marcos regulatorios y sus horizontes temporales.

No se trata, como muchas veces se insinúa, de romantizar lo que efectivamente hacen las economías populares. Sino de desplazar la enunciación de una informalidad asentada en una serie de coordenadas que limitan los modos de pensar los ingresos, las formas organizativas, la conquista de derechos y la productividad de enormes contingentes de trabajadorxs.

El impacto de las luchas feministas

En el último tiempo gracias al movimiento feminista de masas, han emergido redefiniciones sustanciales. Las espacialidades laborales de la reproducción social, del trabajo de asistencia, cuidado, educativo, ambiental y de gestión de las violencias en las casas y en los territorios comunitarios y vecinales se han visibilizado políticamente como formas de trabajo incluso subalternizadas en las representaciones políticas de las economías populares.

Desde allí, un segundo binarismo que es fuertemente puesto en jaque por las economías populares en su ampliación desde la lente y la lucha feminista es la distinción entre *producción-reproducción*. El trabajo reproductivo es visibilizado por la economía feminista como directamente *productivo* porque son sus labores cotidianas las que hacen posible la reproducción de la fuerza de trabajo y la reproducción de las tramas vitales de modo más amplio. La locación que se suele dar a ese trabajo reproductivo son los hogares. Sin embargo, las economías populares se hacen cargo de una enorme cantidad de tareas reproductivas por fuera del hogar, constituyendo tareas esenciales en los barrios, las comunidades y las calles.

De nuevo, las economías populares, en intersección con las prácticas feministas y su mapeo de las jerarquías políticas de qué es reconocido como trabajo y qué no, nos permite evidenciar el torniquete de la división sexual del trabajo especializada entre el hogar y el mercado de trabajo. No porque en ellas no exista una efectiva división sexual del trabajo, sino porque permite visualizar otra relación entre trabajo productivo y reproductivo frente al momento del capitalismo neoliberal.

Las formas de afinidad y tensión que los feminismos han introducido en las dinámicas de las economías populares desde dentro, cuestionando los mandatos de género asociados al trabajo de la reproducción, es una cuestión clave que merece un despliegue en sí mismo porque es un punto cero y no subsidiario de lo que entendemos como economías populares.

A nivel latinoamericano, tras la pandemia, podemos cartografiar cómo son las economías populares las que están funcionando como las principales superficies de inscripción de la crisis y, a la vez, como los espacios de respuesta a sus efectos más devastadores de la pandemia. Son a la vez actores y actrices de primer orden en la interlocución con las políticas gubernamentales y, al mismo tiempo, construyen infraestructuras autogestivas. Protagonizan los espacios urbanos y rurales que se hacen cargo de la alimentación y, a la vez, son las más afectadas por el bloqueo de la movilidad y la militarización. Son las primeras que han visto reducirse sus ingresos y, en simultáneo, las más dinámicas en la provisión de soluciones comunitarias.

De la intermitencia laboral al desempleo, del trabajo autónomo de calle a las trabajadoras de hogar, de lxs campesinxs a pequeños comerciantes y de quienes se desempeñan como trabajadorxs a destajo en mercados laborales flexibilizados a feriantes y repartidorxs de plataformas, se compone una clase trabajadora que es crecientemente mayoritaria y que sigue no cuadrando con los imaginarios del trabajo en nuestra región, continúa siendo considerado como “lo otro” del mundo del trabajo. Pero tampoco encaja en la grilla del emprendedorismo neoliberal a secas porque expresa, más bien, un plano abierto de disputa sobre cómo se organiza la reproducción social de sectores sobre los que se anudan dinámicas violentas de explotación y extracción de valor.

Identificamos en la economía popular en intersección con las luchas feministas las capacidades políticas de las diversas prácticas y colectivos para reivindicar la productividad de sus labores, el reclamo de su inscripción en derechos y las formas de auto-organización que históricamente las han nutrido: desde las iniciativas comunitarias a las gremiales, desde las prácticas de autogestión a las invenciones cooperativas, y también la reivindicación de impulsar el debate sobre formas de ingreso y la provisión de servicios públicos, así como iniciativas que las vinculan al rechazo del extractivismo y el despojo de las riquezas colectivas, especialmente referidas a la cuestión de la tierra.

Considero que la radicalización más reciente del movimiento feminista en nuestra región aporta en un sentido concreto para esta discusión porque produce figuras de subjetivación (trayectorias, formas de cooperación, modos de vida) que escapan del binarismo neoliberal que opone víctimas y «empresarias

de sí» (incluso en el pseudolenguaje de género del «empoderamiento» emprendedor). Este corrimiento que denuncia y escapa a la pinza del emprendedorismo o la victimización, abre un espacio de intersticio que permite investigar, experimentar y cultivar otras modalidades que, teniendo en cuenta las condiciones de crisis y despojo, sostiene infraestructuras y tramas que posibilitan otras formas de hacer.

La lente del trabajo esencial

Durante la pandemia, de hecho, los trabajos que se evidenciaron de manera más veloz y dramática como *esenciales* fueron las formas laborales que históricamente no son visibilizadas ni contabilizadas como tales. Es este mundo del trabajo en general asociado a las imágenes de lo “sumergido”, en la frontera entre lo legal y lo criminalizado, que va de las ferias a las redes de autogestión, pero también de los trabajos que a veces se reconocen con el eufemismo de “voluntariado” porque tienen un componente de cuidado intensivo o que se los percibe sólo como solidaridad comunitaria, intermitente y espontánea, de composición feminizada y, muchas veces, migrante.

La noción de rabajo esencial condensa una fuerte paradoja: pone nombre a una re-naturalización de esas tareas y de ciertos cuerpos dedicados a ellas, ahora aplaudidas pero no lo suficientemente remuneradas; valoradas pero reinstaladas en imaginarios cuasi filantrópicos. Esto produce una pirueta particular: se habla de trabajo pero al calificarlo de *esencial* parece dejar de ser trabajo. Se le reconoce valor pero pareciera ser fundamentalmente simbólico y emergencial.

Vemos a gran escala practicarse sobre estas tareas y sobre muchísimos empleos vinculados a la reproducción social – que incluyen desde la educación a la sanidad, pasando por todo tipo de labores de cuidados, de producción agroecológica y atención telefónica – la maniobra histórica de la naturalización del trabajo de reproducción, sólo que a cielo abierto y ya no sólo como encierro en el ámbito de las casas. Mientras, *al mismo tiempo*, hay una “vuelta” a la casa bajo la modalidad de teletrabajo y cuidados en expansión.

En ese sentido, una acepción de trabajo esencial busca legitimar una nueva ola de superexplotación de ciertas tareas realizadas en la espacialidad de los territorios domésticos. Superexplotación para María Mies (1986) está definida por el hecho de que el capital no sólo se apropia del tiempo y trabajo exdente respecto al tiempo de trabajo “necesario” (es decir, plusvalor), sino que avanza sobre la apropiación del tiempo y el trabajo *necesarios* para la producción de subsistencia. A la vez podemos leer una inscripción de las luchas acumuladas:

¿hubiese sido posible que la esencialidad se vincule explícitamente a las tareas reproductivas sin la previa politización de los cuidados que los feminismos han puesto en agenda de manera masiva en los últimos años?

El trabajo esencial entonces se inscribe en una espacialidad laboral particular: en esas zonas que han construido una *afinidad histórica entre economía feminista y economía popular para visibilizar dinámicas laborales no remuneradas, ligadas con la politización de la reproducción social desde la práctica política en las sucesivas crisis*. En este sentido, la politización implica que la reproducción social de la vida subsana y repone y, al mismo tiempo, critica el despojo de infraestructura pública. Las economías populares construyen hoy infraestructura común para la prestación y el acceso a servicios llamados básicos pero que no son tales: desde la salud hasta la urbanización, desde la electricidad hasta la educación, desde la seguridad hasta los alimentos. En su clave feminista, esta politización visibiliza los trabajos reproductivos directamente como producción de *infraestructura* común que debe ser producida, que requiere trabajo continuo.

Pero con la crisis a partir de la pandemia, incluso los bordes de esas economías populares feminizadas se han hecho más difusos. En Argentina, el índice lo marcó la “aparición” de más de once millones de personas que solicitaron la ayuda que el gobierno ofreció con el nombre de Ingreso Familiar de Emergencia. Desde el estado se calculaba que recibirían un pedido de tres millones de subsidios. La demanda provino de un cuarto de la población total del país. Se trata de un subsidio que es “aparte” de los ya existentes, por lo que revela formas de precariedad que en general no son contadas como “pobreza” por los índices standard y que, sin embargo, marcan una re-estructuración profunda en la capacidad cotidiana de conseguir ingresos así como una dificultad para visibilizar las formas de precarización.

En este escenario, hoy nos toca preguntarnos cómo el capital busca aprovechar la situación de crisis para reconfigurar las formas de trabajo, los modos de consumo, los parámetros de ingreso y las relaciones sexo-genéricas. A partir de los usos de la categoría de trabajo esencial, podemos mapear una reclasificación paradójica de la crisis del trabajo asalariado y una tendencia a la superexplotación de los trabajos menos reconocidos como tales.

Entendemos que estamos en un momento en que la disputa sobre las formas de trabajo es fundamental. Por un lado, porque se pretende forzar la constitución de una nueva *clase servil* que provea trabajo de cuidados y servicios (a través de plataformas) hiper baratos y *naturalizados*, disciplinando a sectores subalternos que vienen luchando por el reconocimiento y remuneración

justamente de esas tareas históricamente devaluadas y mal pagas. Aquí la clave feminista para leer este conflicto deviene estratégica. Por otro, porque se hace necesario repensar la espacialidad y la conflictividad del trabajo (y sus modos de comprenderla, medirla, visibilizarla) para comprender también sus dinámicas de lucha, resistencia y disputa de la riqueza común.

Explotación financiera

Quisiera agregar una última cuestión que podemos leer desde las economías populares en su debate abierto con la narrativa *emprendedorista* neoliberal: el papel del endeudamiento doméstico.

Las finanzas, a través del dispositivo del endeudamiento, leen e intentan capturar es la dinámica de sujetos ligados a la estructuración de nuevas formas laborales, emprendedoras, autogestivas que surgen en los sectores populares y empobrecidos en paralelo a su condena como poblaciones sobrantes o excedentes. Junto a Silvia Federici y Luci Cavallero, hablamos de una “colonización financiera de la reproducción social”, para nombrar cómo la deuda ha tomado como territorio de conquista a las poblaciones más empobrecidas y precarizadas y las hace dependientes de la deuda para su economía cotidiana. Esto sucede cuando la deuda pública impone políticas de austeridad, ajuste y recorte de presupuestos públicos. Esto hace que la llamada “deuda soberana” se derrame hacia abajo y se difunden los efectos a modo de cascada: los despojos y privatizaciones a los que obliga el endeudamiento estatal se traducen como endeudamiento compulsivo hacia los sectores subalternos, que pasan a acceder a bienes y servicios a través de la mediación de la deuda. Esto tiene el efecto, tanto de modificar la relación entre ingreso y deuda, como también entre deuda y acceso a derechos. Las finanzas capturan hoy, a través del endeudamiento masivo, los ingresos salariales y no salariales de las poblaciones populares, clásicamente excluidas del imaginario financiero.

Los procesos de bancarización compulsiva de los sectores más precarizados en nuestros países ha dinamizado y capilarizado el sistema financiero por abajo (Cavallero y Gago, 2019). La deuda funciona así estructurando una compulsión a la aceptación de trabajos de cualquier tipo para pagar la obligación a futuro. Esta captura de la obligación de trabajo a futuro pone en marcha la explotación de la creatividad a cualquier precio: no importa de qué se trabaje, lo que importa es el pago de la deuda. La dinámica precaria, informal e incluso ilegal de los empleos (o formas de ingreso) se revela cada vez más intermitente mientras la deuda funciona como *continuum* estable. En ese desfase temporal hay también

un aprovechamiento: la deuda deviene mecanismo de coacción para aceptar cualquier condición de empleo, debido a que la obligación financiera termina «comandando» la obligación a trabajar en tiempo presente.

La deuda, entonces, vehiculiza una difusión molecular de esta dinámica de tipo extractiva (Gago, 2021) que, aunque es a futuro, condiciona el aquí y ahora, sobre el que imprime mayor velocidad y violencia. La deuda es una suerte de patrón-comando de explotación de la fuerza de trabajo que no tiene mediación salarial para acceder a las finanzas. Hablamos así de un tipo de explotación financiera que se abalanza sobre las economías populares y que, efectivamente, va por delante en el reconocimiento de esa fuerza de trabajo no asalariada, precarizada.

Este *modus operandi* del dispositivo de la deuda en general adquiere una particularidad cuando toma como base los subsidios del Estado a poblaciones llamadas «vulnerables». Y que hoy está nuevamente en disputa en el relanzamiento de formas de inclusión financiera.

Conclusiones

Discutir el neoliberalismo desde los feminismos en alianza con las economías populares permite tejer un programa contra la precarización de la vida donde se señalizan las fronteras en las que se combate cuerpo a cuerpo con el avance del capital: contra la privatización de las jubilaciones, contra el endeudamiento doméstico, contra los recortes de servicios públicos, contra la baja de salarios, contra la concentración de tierras y la dolarización de los alimentos, etc. en relación a la forma que coproducen la violencia contra ciertos cuerpos marcados por su género y raza. Esto no solo pone un contenido concreto al antineoliberalismo en las dinámicas feministas y populares, sino que además disputa la propia vulgata neoliberal de que la competencia ha devenido mutación antropológica y, por tanto, no hay afuera de su gubernamentalidad omnipresente.

Frente a la pandemia, los diagnósticos feministas de la pauperización de las condiciones del trabajo asalariado, doméstico, migrante, bajo procesos acelerados de precarización, se han mostrado como los más certeros, tanto porque actualizan la noción de trabajo como porque piensan estrategias para intervenir en esas zonas “esenciales”.

Varias autoras han destacado el aprovechamiento moralizador – es decir, de reafirmación de mandatos familiaristas – que se enjambra con esta misma crisis reproductiva que hoy vemos acelerarse, y cómo se desprenden de allí las bases de convergencia entre neoliberalismo y conservadurismo. Por eso es necesario

animar hoy la crítica al neoliberalismo desde tramas vitales que confrontan y desarmar el cerrojo que sólo nos deja optar entre ser víctimas y emprendedores neoliberales porque en ese dualismo radica la maquinaria neoliberal de la culpabilización, sostenida por la moral heteropatriarcal y por la explotación de nuestras fuerzas vitales.

Referencias:

- CAVALLERO, Luci y GAGO, Verónica. *Una lectura feminista de la deuda*. Buenos Aires, F. Rosa Luxemburgo, 2019.
- DENNING, Michael. "La vida sin salario". *New Left Review*, ISSN 1575-9776, n. 66, 2011, pp. 77-94.
- FEDERICI, Silvia. *Revolución en punto cero. Trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas*. Madrid, Traficantes de Sueños, 2013.
- FEDERICI, Silvia; GAGO, Verónica y Cavallero, Luci. (eds.). *¿Quién le debe a quién? Ensayos transnacionales de desobediencia financiera*. Buenos Aires, Tinta Limón y F. Rosa Luxemburgo, 2021.
- FOUCAULT, Michel. *Seguridad, territorio, población*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2006.
- GAGO, Verónica. *La razón neoliberal. Economías barrocas y pragmática popular*. Buenos Aires, Tinta Limón, 2014.
- GAGO, Verónica. "Extractivism" en, *Handbook of Marxism*, Sara R. Farris, Beverley Skeggs, Alberto Toscano, & Svenja Bromberg (eds.). Sage, London, 2021.
- LOREY, Isabell. *Estado de inseguridad. Gobernar la precariedad*. Madrid, Traficantes de Sueños, 2018.
- MIES, María. *Patriarchy and Accumulation on a World Scale*. New York, Zed Press, 1986.
- VIRNO, Paolo. *Gramática de la multitud. Para un análisis de las formas de vida contemporáneas*. Buenos Aires, Colihue, 2003.

Recibido em: 04/07/2021

Aprovado em: 06/09/2021

Como citar este artículo:

GAGO, Verónica. Neoliberalismo y después: empresariedad, autogestión y luchas por la reproducción social. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 3, set. - dez. 2021, pp. 957-970



A ressignificação do trabalho autônomo e a retórica empreendedora na França e no Marrocos: Entrevista com Christian Azaïs e Quentin Chapus¹

Henrique Costa²

Márcia de Paula Leite³

Raquel Oliveira Lindoso⁴

The Resignification of Self-Employment and Entrepreneurial Rhetoric in France and Morocco: Interview with Christian Azaïs and Quentin Chapus.

La ressignificación del autoempleo y la retórica empresarial en Francia y Marruecos: entrevista con Christian Azaïs y Quentin Chapus.

Introdução

Apesar de aparecer com força nos últimos anos, o discurso do “empreendedorismo” tem sua própria genealogia. A onda de desregulações e de novas

- 1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.
- 2 Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (Ifch- Unicamp) – Campinas – Brasil – hen.costa@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0003-1966-8388>
- 3 Faculdade de Educação (FE) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – Campinas – Brasil – mpleite48@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0001-9366-7071>
- 4 Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (Ifch- Unicamp) – Campinas – Brasil – raquel.lindoso@yahoo.com.br – <https://orcid.org/0000-0002-8657-3955>

legislações que visa substituir a categoria desemprego pela de empreendedorismo para fins de políticas públicas, com especificidades locais, surgiu ainda nos anos 1970 na Europa e Estados Unidos, aportou no Chile de Pinochet e alcançou o mundo todo. Ressaltando a precarização do trabalho em nível global, tais saídas de emergência empurraram para o indivíduo a responsabilidade por suas próprias dificuldades em se “recolocar” no mercado de trabalho e, portanto, por sua autogestão. Essas iniciativas foram conduzidas por Estados tanto ao Norte quanto ao Sul global, aprofundando as zonas em que trabalho formal e informal se indiferenciam, criando *instabilidade*, *indeterminação* e *insegurança*. Nesta entrevista, conversamos sobre esses temas com Christian Azaïs, pesquisador do Laboratoire Interdisciplinaire pour la Sociologie Économique (LISE), Cnam-CNRS, Hesam (França), e Quentin Chapus, doutor em sociologia do trabalho pelo mesmo instituto, que apontaram a resignificação do trabalho autônomo, o elogio à empresa e a disseminação do modelo *startup* na França e no Marrocos no quadro atual de fortalecimento da ideia de empreendedorismo e no contexto do neoliberalismo extremado. Pretende-se assim explorar a noção de zonas cinzentas (*zogris*) como chave de leitura para o repertório empreendedor. A entrevista com o pesquisador *Christian Azaïs* foi realizada via videoconferência, através da plataforma Zoom Meetings. Já a entrevista com *Quentin Chapus* se fez por e-mail. Por fim, gostaríamos de agradecer aos dois pesquisadores *Christian Azaïs* e *Quentin Chapus* pelas trocas acadêmicas e de pesquisa.

Bloco 1: O trabalho autônomo e a sua resignificação.

Entrevistadora 1: *Christian, nós gostaríamos de conversar sobre o trabalho autônomo que sempre existiu tanto na França quanto no Brasil. Atualmente, esses trabalhos por conta própria têm sido glamourizados/ressignificados, como ocorre agora com a noção de empreendedorismo. A que você atribui isso?*

Para começar, vou fazer uma breve retrospectiva do que aconteceu na França a partir da década de 1970. Essa retrospectiva visa a enfrentar os usos frequentes do termo “novo” na história mais recente da França, a partir da verificação da celebração da empresa e, conseqüentemente, do empreendedorismo. A análise em retrospecto deixa muito claro que não há nada de novo, como sugere a celebração e o elogio à empresa. E essa compreensão que se faz no recuo, para capturar o processo, é muito importante do ponto de vista social, político e econômico. No período entre as duas guerras mundiais, a França contava com uma rede de pequenas e médias empresas que foram sendo desmanteladas logo

após a Segunda Guerra Mundial. Esse desmantelamento da rede na França é comparável ao que foi enaltecido anos depois na Itália, com a “descoberta” dos distritos industriais⁵.

O presidente Valéry Giscard d’Estaing (VGE), eleito em 1974, lançou um programa de industrialização de grande envergadura, com plantas gigantescas instaladas em regiões francesas, principalmente no oeste da França, e que até então não tinham um passado industrial. Já a região mais industrializada, mais ao Norte da França, como, por exemplo, a cidade de Lyon, foi impactada e assistiu ao definimento do tecido industrial pré-existente, tendo como desdobramento várias mudanças drásticas para as populações que viviam naquela região. O fim das Pequenas e Médias Empresas (PMEs) é uma questão concreta muito relevante.

De um ponto de vista ideológico, a partir da metade da década de 1970, nota-se a predominância do pensamento liberal, que se espalhou na França com a chegada ao poder de VGE e do primeiro-ministro, Raymond Barre, em 1976. Barre, na época, era considerado o melhor economista liberal da França. Durante o governo do presidente VGE, ele foi, ao mesmo tempo, primeiro-ministro e ministro da Economia e Finança. Com isso, a partir de 1974-75, no período conhecido como o “choque petrolífero”, desenvolve-se uma visão liberal da crise e do desemprego.

Na década seguinte, esse movimento se acirrou com a subida dos socialistas ao poder, com a eleição de François Maurice Adrien Marie Mitterrand, em 1981. Nos dois primeiros anos, a política foi mais “socialista”. No entanto, em 1983, houve a mudança do primeiro-ministro. O presidente Mitterrand escolhe o jovem Laurent Fabius, de posição mais liberal.

Esse período inaugura o movimento de “*tournant de la rigueur*” (guinada para o rigor, ou seja, virada à austeridade). E isso correspondeu ao início do enfoque na empresa. Por causa disso, a década de 1980 foi e é considerada na França como a década da empresa, ou seja, a década de redescoberta da empresa. No caso dos países latino-americanos ou da África, esse movimento de guinada para a austeridade corresponde ao período conhecido como o do “Consenso de Washington” e dos planos de ajuste estrutural, realizados no final daquela década.

Nesse período, do ponto de vista do mercado de trabalho, o que se notou é a chegada da flexibilidade. Entre 1986 e 1991, uma série de textos foram publicados na França e na Itália visando a discutir a temática e os tipos de flexibilidade, seja a análise da flexibilização considerada defensiva, seja a flexibilização considerada agressiva. Sendo assim, trata-se de um momento em que se busca tornar

5 Toma-se como referência o estudo de Piore e Sabel (1984).

evidente a expansão e a vigência do mercado, frente ao enfraquecimento do Estado. E isso se dá por meio da agência do Estado, no processo de seu próprio enfraquecimento, ou seja, o Estado facilita o seu definhamento.

Isso acontece em vários países, como, por exemplo, o caso do Reino Unido com Margaret Thatcher, em 1979, nos Estados Unidos com Ronald Reagan, em 1980, e no Chile com Augusto Pinochet, em 1974. O caso do Chile é muito importante porque serviu de laboratório da política econômica de orientação liberal. Essas medidas liberais foram elaboradas por 25 jovens economistas chilenos financiados pelo governo americano. Daí o nome sugestivo de “Chicago Boys”.

Faço esse retrospecto para dizer que o trabalho por contra própria sempre existiu na França, e continuou existindo apesar do ocultamento provocado pelo enfoque nas grandes empresas e desinteresse pelas pequenas empresas. A sociologia do trabalho também contribuiu para esse ocultamento do trabalho autônomo, por meio do olhar mais concentrado nas grandes empresas produtoras de emprego fordista.

Entrevistador 2: *Em 2009, o governo francês tentou favorecer o empreendedorismo, criando o estatuto do trabalhador autônomo. A figura do autônomo permitiu que trabalhadores pudessem atuar como “autoempreendedores” sem direito à seguridade social, ao seguro desemprego e à aposentadoria. Como evoluiu essa figura do trabalhador autônomo?*

De acordo com o que falei acima, no caso da França, em meados da década de 1970, a ideia era “fazer da França um país de empresários”. Nesse sentido, o que estava na mira de Raymond Barre? O alvo eram os executivos desempregados devido ao primeiro choque petrolífero, em 1973, e ao segundo choque, em 1978. A ideia era criar meios para que esses executivos desempregados contribuíssem para o crescimento nacional e para o emprego.

A partir disso, foi criado, por exemplo, o auxílio para os desempregados criadores de empresa, *Aide aux Chômeurs Créateurs et Repreneurs d’Entreprise* (ACCRE). O ACCRE é um estímulo à criação ou à retomada de empresa existente, que trazia implícita uma visão liberal do desemprego, visto como resultado de uma falta de oferta no mercado e não de uma falta da demanda. E, posteriormente, isso contribuiu para o rebaixamento dos salários a partir da segunda metade dos anos 1980.

As políticas de emprego, portanto, evoluíram de uma lógica de integração para uma lógica de apoio ao emprego e à criação de empresas. A lógica da integração foi abandonada a favor dos serviços de apoio, com o objetivo de

transformar as pessoas sem emprego em candidatos a empregos ativos que possam se adaptar às condições do mercado de trabalho⁶. Nesse sentido, elas estão promovendo a restauração do “capital humano” de cada um no mundo do trabalho precário. Essa politização da subjetividade culmina na promoção da figura do empresário, num projeto global de transformação de cada indivíduo num empresário de si mesmo.

Se, já no final da década de 1970, Raymond Barre propôs para os desempregados a criação dos seus próprios empregos, ocorreu depois uma verdadeira guinada, com a multiplicação de incentivos à criação de empresas. A criação do estatuto de autoempreendedor é a resultado desse processo. Com a lei de modernização da economia implementada em 2008-09 pelo presidente Nicolas Sarkozy, o regime de autoempresário se torna uma versão simplificada e menos onerosa da empresa individual, destinada às pequenas atividades. Em termos de faturamento, isso significa 32 mil euros anuais para as atividades de serviço e de 82 mil euros anuais para as atividades comerciais. Além disso, esse dispositivo promove a isenção de algumas contribuições limitadas a uma porcentagem do faturamento e a isenção da *taxe Sur la Valeur Ajoutée* (TVA) e de certas obrigações administrativas. A proposta era de tornar mais fluida a criação de novas empresas comparada à criação de Sociedades Anônimas (SA). A ideia geral por trás disso tudo é, mais uma vez, a de que os executivos criam os seus próprios empregos.

Ou seja, a ideia foi tornar viável empreendimentos que, sem esse apoio, não existiriam e se baseou numa propaganda que transmitia uma visão favorável do empreendedorismo: os estudantes, os assalariados, os funcionários públicos e os jovens podem de agora em diante se lançar na aventura empresarial graças a uma simples declaração de atividade. Veja que os desempregados não são mais mencionados e isso mirava dar uma visão positiva da lei. E a renda obtida por essas pessoas poderia ser acumulada com prestações sociais, como, por exemplo, a aposentadoria ou renda mínima – *Revenu de Solidarité Active* (RSA), antigamente *Revenu Minimum d’Insertion* (RMI), seguro-desemprego. Nos bastidores de tudo isso, existe uma política social ativa.

Esse programa foi considerado um remédio à crise, baseado na ideia do *self-help*, ou seja, “salve-se quem puder”. Tudo isso significou a passagem de um referencial do assalariamento valorizado para todos e todas a um modelo de promoção da independência para todos e todas. Essa passagem significou a institucionalização das políticas de encorajamento à criação de empresas, baseada num amplo consenso político sobre a necessidade de realizar reformas na França.

6 Sugere-se como referência o texto de Divay (2012).

Entrevistador 2: *Como foi o impacto da pandemia sobre esses trabalhadores? Eles receberam algum tipo de auxílio governamental suficiente para lhes permitir manter o rendimento durante a crise sanitária?*

No final de 2019, havia 1,71 milhão de autoempresários na França, o nível mais alto desde a criação do dispositivo em 2009, no governo Sarkozy. Porém, desse total, apenas 50% é “economicamente ativo” e com faturamento positivo. É um fenômeno muito parecido com o que acontece no Brasil, em relação à criação de empresas com pouquíssimo tempo de vida útil (mais ou menos seis meses). Ou seja, essa atividade de autoempresário é tão somente um complemento a uma renda oriunda do setor formal ou da renda familiar.

Com a pandemia, a situação se tornou mais grave: a abertura de empresas aumentou 4% em 2020 em relação a 2019, atingindo um novo patamar, segundo dados do *Institut National de la Statistique et des Études Économiques (INSEE)*⁷, publicados no dia 3 de fevereiro de 2021⁸. Em 2020, foram criadas 848.200 empresas. Esse aumento se deve principalmente às empresas individuais matriculadas sob o regime de microempresário: 547.900 novas empresas em 2020, ou seja, 9% a mais do que em 2019. O setor que apresentou o maior incremento foi o dos “transportes e armazenamento”, que cresceu 22% em um ano.

Com o fechamento dos restaurantes e dos comércios, o setor de entrega a domicílio explodiu. Com o surgimento de 101.100 novas empresas em 2020, esse setor responde por 12% do conjunto das empresas abertas. Segundo o Insee, ocorreram 22.400 criações de empresas nessa atividade sob o regime de microempresário, o que corresponde ao estatuto dos trabalhadores das plataformas (*Deliveroo* e o *Uber Eats*, especialmente). São 37% a mais do que 2019.

O setor imobiliário é o segundo setor que mais contribuiu com a alta global das novas aberturas em 2020, com um crescimento de 10% das matrículas. Outro setor que apresentou aumento na criação de empresas é o comércio, com o crescimento de 9%. E esse aumento tem muito a ver com as atividades de venda à distância.

Em compensação, as criações de empresas clássicas caíram 13% no ano 2020. Ou seja, há esse duplo movimento de aumento que, por um lado, é o crescimento de empresas nesta atividade sob o regime de microempresário e, por outro lado, a queda da criação de empresas clássicas. Mais globalmente, segundo o

7 O Insee na França tem um papel semelhante ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

8 O documento “*Un nouveau record de créations d’entreprises en 2020 malgré la crise sanitaire*”. Disponível em: <<https://www.insee.fr/fr/statistiques/5016913>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

Insee, o crescimento na criação de empresas concerne à maioria das regiões da França, exceto nas ilhas de Córsega e Martinica.

Sobre a relação entre empreendedorismo e imigração, eu penso que o exemplo mais gritante é o do aluguel de licenças, como, por exemplo, o *Deliveroo* e o *Uber*, por indivíduos recém-chegados à França. Essas pessoas passam a trabalhar por conta de outrem, através do repasse de licenças com cobranças de percentual que variam entre 30 e 50% do preço da licença. Essa relação aparece, por exemplo, no filme *La nuit venue*⁹, que relata a chegada de imigrantes em condições de extrema vulnerabilidade, e que expressa a dificuldade para pagar a dívida adquirida no traslado de migração. Também vale lembrar das cuidadoras, visto que existem plataformas que pedem para que elas se registrem como autoempresárias. E essas cuidadoras são migrantes, sobretudo, vindas do Leste Europeu ou da África. De modo geral, trata-se basicamente de pessoas sem documento, entre as quais se encontram muitas mulheres. De fato, são exemplos de um tipo de vínculo entre imigração e empreendedorismo, com lógicas relacionadas à base de valores de individualização, auto responsabilização, *self-help*, ou seja, “salve-se quem puder”, e empoderamento (*empowerment*).

Entrevistadora 3: *Quentin, gostaríamos que você explicasse qual é o significado de espírito de startup no Marrocos, bem como quais são as características das associações, incubadoras e outras redes institucionalizadas que fomentam o espírito de startup. Também gostaríamos de saber se você considera que há uma relação entre empreendedorismo e individualização.*

O que eu considero como o *espírito de startup*, e que algumas pessoas chamam de ideologia californiana, não nasceu no Marrocos, mas sim no Vale do Silício, e tende a se espalhar por todo o mundo. Ele é, de fato, a apologia da livre iniciativa, que é associada às crenças ocidentais de modernidade e do progresso.

Há, de fato, por detrás da *startup*, a dimensão da “inovação”, e isso significa responder a uma nova necessidade, ou responder a uma necessidade existente de uma nova forma, participando, assim, da dinâmica do sistema capitalista na versão positivada/ressignificada/glamourizada. Nesse sentido, os valores que compõem o espírito de *startup* são: liberdade, criatividade, mobilidade, responsabilidade ou, ainda, sucesso. No Marrocos, esse espírito é difundido por muitos atores, sobretudo associações e incubadoras.

9 Disponível em: <<https://www.hebdovinchine.com/la-nuit-venue-film-mafia-chinoise-france/>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

Há cerca de dez anos, associações como o *Enactus* ou *Startup Maroc* se estabeleceram em universidades marroquinas com a missão de “sensibilizar” os estudantes para o espírito de empreendedor/empresarial. E, nesse caso, o objetivo era, de certa forma, mostrar o caminho “certo” à *juventude diplomada*: mostrar que é possível ser empresário – em vez de escolher o caminho tradicional da função pública –, mas ser empresário de uma forma particular: criando empresas e “inovando”. As incubadoras e as associações surgiram então para ajudar no desenvolvimento de *startups* ou *startups* sociais.

Essas associações e incubadoras são largamente financiadas por agências de cooperação internacional (USAID, British Council etc.), empresas multinacionais (Samsung, Microsoft etc.) ou fundações filantrópicas (Drosos, por exemplo), mas também pelas autoridades públicas marroquinas, que encorajam e apoiam esse movimento. De fato, o governo central é particularmente atraído pela retórica em torno das *startups*, especialmente no que diz respeito ao seu suposto papel no crescimento e na criação de empregos. Desse ponto de vista, existe uma verdadeira proximidade entre o empreendedorismo e a individualização. Ao promover a criação de empresas, o Estado marroquino pretende enviar uma mensagem clara aos jovens, especialmente aos mais instruídos: o seu destino está em suas mãos. Ou seja, “inovem” e não esperem que o Estado crie um emprego para você ou que lide com problemas sociais. Esta é uma estratégia para sair de cena e envolver individualidades, que é uma característica central do neoliberalismo tal como definido por Michel Foucault.

Entrevistadora 1: *Quentin, queremos conhecer quem são os empreendedores no Marrocos. Na sua tese de doutorado, você trabalhou com a metodologia de trajetórias. Você pode nos falar qual é a trajetória social e familiar dos empreendedores? E quais os principais anseios e motivações? E, por fim, por que eles empreendem?*

Entre os meus informantes da pesquisa, os criadores de *startups* no Marrocos são bastante jovens, com idade média de 28 anos, de classe média ou meios abastados, que cresceram em áreas urbanas e que são, especialmente, muito bem-educados.

Embora a mensagem em torno das *startups* seja muito inclusiva, já que “todos podem ser empresários”, a realidade é que as *startups* no Marrocos são um fenômeno muito elitista e muito limitado aos territórios marroquinos de Rabat e Casablanca, que são as capitais política e econômica do país. E essas características não são aleatórias, obviamente. Em primeiro lugar, porque o

empreendedorismo, especialmente com a ambição de inovar, é uma atividade arriscada – voltarei a este assunto mais tarde – e que requer competências, mas também, e acima de tudo, capital econômico e social. Em segundo lugar, porque o papel das incubadoras e das outras associações que mencionei anteriormente é central: ao optar por se instalar em grandes centros urbanos, as associações e incubadoras ajudam a criar dinâmicas diferenciadas nos territórios. Há muito tempo que sabemos que as pessoas que criam uma empresa, qualquer que seja o país, geralmente o fazem perto do seu local de residência. É o caso do Marrocos, onde quase todos os meus informantes de pesquisa instalaram os seus negócios a menos de 80 quilômetros da sua casa, em locais onde existem incubadoras e outras estruturas que podem ajudá-los nos seus esforços.

No que diz respeito às suas motivações e lógicas de ação, interessei-me particularmente em desconstruir a imagem de atores obcecados com o enriquecimento. Os empresários marroquinos não estão especialmente interessados em maximizar o lucro e em acumular capital econômico. Por exemplo, o termo “lucro” aparece em apenas uma das entrevistas. É muito mais frequente a procura por uma forma de independência e liberdade. Isto também se refere à questão anterior sobre individualização: o empreendedorismo, na forma valorizada de *startup*, é uma maneira de ser reconhecido socialmente na sua individualidade.

É preciso inserir isso no contexto marroquino, no qual a família é uma entidade social muito marcante e que exerce um impacto relevante nas trajetórias individuais. Para muitos dos pesquisados, a criação de uma *startup* é uma forma de se afirmarem perante a sua família, na medida em que, muitas vezes, os informantes vão contra o que foi planejado pelos seus pais, visto que geralmente a família projeta para os seus filhos um cargo como funcionário público, engenheiro ou médico. Criam, então, a sua empresa como uma forma de fortaleza, ou um “reino privado”, para citar Schumpeter: é o “seu” espaço social, dentro do qual podem decidir e já não se encontram numa posição de dominados como ocorre na família.

Bloco 2: A noção de Zona Cinzenta como chave de leitura para o empreendedorismo.

Entrevistadora 3: *Christian, você tem se dedicado à elaboração da noção de zonas cinzentas a partir de pesquisas comparativas no Brasil e na França. Você poderia nos falar sobre essa noção?*

A elaboração do conceito de zonas cinzentas é realizada por um conjunto de pesquisadores e pesquisadoras engajados no programa de pesquisa *Zogris*. Esse programa conta com a participação de sociólogas e sociólogos do trabalho, como Cinara Rosenfield (UFRGS), de economistas, como Liana Carleial (UFPR), e juristas, como Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva e Rodrigo Carelli (UFRJ).

O conceito parte da constatação de que o trabalho é uma variável de ajuste das políticas neoliberais, tanto na França quanto no Brasil, através, por exemplo, dos rebaixamentos dos salários em detrimento da taxação dos mais ricos.

Inicialmente, tratava-se de dar conta de uma insatisfação em relação a categorias analíticas para descrever as transformações do trabalho e realidades socioeconômicas em diversos países, tanto do Sul quanto do Norte do globo. O ponto de partida foi o desenvolvimento do estudo das relações de emprego e relações de trabalho na França, Brasil e Estados Unidos. E essa pesquisa durou quase cinco anos. Hoje, o programa da zona cinzenta tem quase dez anos de existência e há vários desdobramentos em curso.

Essa noção entende, portanto, que as categorias herdadas do “compromisso fordista”, no período dos “Trinta Anos Gloriosos” (entre os anos de 1945-75), não se revelavam mais pertinentes, já que estavam baseadas nas dicotomias assalariado vs. independente, formal vs. informal, autônomo vs. subordinado, rígido vs. flexível etc. Para nós, havia, e continua existindo, uma série de situações em que essas dicotomias não davam e não dão conta. Em resumo: a realidade é mais complexa!

A intuição da zona cinzenta (*zogris*) e da hibridização, discutida por mim e Liana Carleial em artigo publicado pela revista *Cadernos CRH*¹⁰, está inspirada pelos trabalhos que eu havia feito no Brasil na ocasião da minha tese de doutorado, defendida em 1984, sobre as atividades informais na região Nordeste, mais precisamente nas cidades de Santa Cruz do Capibaribe, no estado de Pernambuco, e São Bento, município do estado da Paraíba. Naquela ocasião do doutoramento, eu incluí aspas ao termo informalidade, já para demarcar que não havia a existência de fronteiras fixas entre o formal e o informal.

A zona cinzenta é uma noção que questiona o emprego e as relações laborais e sublinha a incerteza que lhes é hoje inerente. É um fenômeno visível tanto no Norte como no Sul. O Sul, por sua vez, tem sido considerado como um laboratório para o que aconteceria no Norte¹¹, ou como um precursor de

10 O artigo citado compõe o dossiê “Globalização e Trabalho”, do periódico *Cadernos CRH*.

11 Toma-se como referência os textos de Beck (1999) e de Guimarães (2007).

mudanças nas formas de trabalho, quando não tem sido utilizado como co-baia para experiências, como, por exemplo, no Chile de Pinochet e dos *Chicago boys*. Assim, não só a organização do trabalho herdada do período fordista, mas também a forma como foi imaginada têm sido minadas por ataques sucessivos aos fundamentos do Estado Providência e dos sistemas de proteção social, uma constante desde os anos 1980, mesmo que os processos não sejam uniformes entre países e períodos¹².

Independentemente da abordagem científica adotada, é mencionada na literatura a presença de uma zona cinzenta, o que corrobora a ideia de que, quando se trata de integração no mercado de trabalho, fica difícil distinguir entre situações. Isso diz respeito a todos os países, em proporções variáveis, o que exige análises comparativas. A Itália tem sido frequentemente apontada como uma precursora, tanto em termos de situações concretas, quanto da sua análise, daquilo que outros países europeus viriam a conhecer. Esse foi novamente em parte o caso da reforma do mercado de trabalho levada a cabo pelo governo Renzi (*Job Act*, 2014), que antecipou a adoção altamente controversa da Lei do Trabalho pelo primeiro-ministro Manuel Valls na França (em agosto de 2016) e, posteriormente, das “Emendas Macron”, em setembro de 2017.

Uma das críticas à reforma de Macron diz respeito à crescente individualização a que as pessoas ficaram sujeitas. Isso se manifesta em várias ocasiões no texto da lei e encontra a sua principal expressão no *Compte Personnel d'Activité* (CPA), que foi introduzido em 1º de janeiro de 2017. Esse sistema, “destinado a ajudar os trabalhadores a construir o seu percurso profissional [...] porque surgiram novas formas de emprego, na fronteira entre o emprego assalariado e o trabalho independente”¹³, tem em conta os percursos profissionais cada vez mais fragmentados, constituídos por períodos de emprego, desemprego, formação, inatividade, mas também por novas formas de trabalho e novas ocupações. A intenção pode ser boa, mas não considera o fato de que será difícil para o trabalhador e trabalhadora fazer valer os seus direitos.

A noção de zona cinzenta dá particular importância aos processos micro-políticos ou de microinstitucionalização, que, em todos os níveis e escalas, contribuem para o desenvolvimento de novas regulamentações laborais e de emprego¹⁴. É, portanto, um dos elos na compreensão da mudança institucional que as várias formas de emprego e trabalho, sejam elas emergentes ou

12 Sugere-se consultar Azais (2016).

13 Disponível em: <<http://travail-emploi.gouv.fr/grands-dossiers/cpa/article/le-cpa-en-bref>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

14 Toma-se de referência o texto de Bureau e Dieuaide (2018).

não, estão sofrendo. Há uma diversidade de trajetórias, emaranhamento, sobreposição de atividades formais e informais... estamos longe de uma visão uniforme do universo do emprego e das relações laborais. No caso, a noção de “incoerência entre instituições e práticas”¹⁵ é muito provocadora, pois deixa claro que não se trata de coerência *vs.* incoerência. A incoerência tem a ver com um certo afinamento, desmantelamento que acontece aos poucos, e que nos obriga a deslocar o nosso foco de análise. Para mim, os fenômenos ligados à uberização nos convidam à reflexão a partir desse deslocamento do olhar, por exemplo.

Tudo isso nos levou a descrever como cinzentas as áreas em que trabalhadores, empregados ou empregadores investem e que se encontram dentro dos interstícios da lei. São a expressão de processos de ajustamento, de recomposição, em que todos os protagonistas, institucionais, não institucionais, coletivos, individuais, reconhecidos ou não, participam no desenvolvimento de novas regras que afetam o emprego e as normas laborais. Nesse sentido, a zona cinzenta se assemelha a um espaço instituinte, em que “contestação, revolta, imaginação, inovação” são expressas¹⁶.

Considerar a zona cinzenta como um espaço instituinte é insistir na indeterminação radical, irredutível à relação dos trabalhadores uns com os outros e às condições gerais da organização e implementação da sua própria atividade. E, sendo assim, tem a ver com o empreendedorismo. Significa também pensar que os lugares estão em movimento, que a dinâmica das interações entre os componentes da atividade laboral se expressa aí, dando origem a desconstruções, recomposições, flexibilidade, novas formas etc. Tudo isso são mecanismos que participam na tentativa de transcender as dicotomias que mencionei acima: empregador *vs.* empregado, empregado *vs.* auto-empregado, público *vs.* privado, formal *vs.* informal etc.

Assim, a instituição do espaço parece ser o resultado de uma dinâmica específica da globalização – marcada por processos de uniformização, mas sobretudo de diferenciação – que sublinha a variedade de configurações que estão a se romper ou a seguir os quadros nacionais tradicionais de regulamentação da relação de trabalho. Isso se reflete na ação de múltiplos atores – empresas, membros da sociedade civil, territórios – e, portanto, numa tendência para se concentrar em processos micropolíticos. Em suma, a zona cinzenta indica a dinâmica de institucionalização das práticas face à incerteza resultante da

15 Visão salientada por Azais e Dieuaide (2020).

16 Cita-se Lourau (1975).

interação dos atores. Três palavras resumem o conceito de zona cinzenta: *instabilidade, indeterminação e insegurança*.

A partir disso, essa noção ajuda a entender o empreendedorismo por meio do papel do direito e do Estado nessa relação. Como diz a jurista Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva, “o Estado é cúmplice da desregulação, ao legislar e ao reinterpretar as regras, corrobora paradoxalmente a individualização e a contratualização das relações de trabalho”. Ou seja, é a ideia de que o Estado é produtor de zonas cinzentas, nas quais estaria presente a expansão do empreendedorismo.

Entrevistadora 3: *Quentin, a partir da sua pesquisa, como você analisa a existência ou não da instabilidade, indeterminação e a insegurança na vida laboral dos empreendedores no Marrocos?*

A instabilidade é de fato muito elevada, porque as empresas inovadoras estão particularmente expostas à concorrência e vão à falência rapidamente após sua criação. Esta instabilidade no emprego cria uma forma de insegurança, em primeiro lugar, de ordem financeira, visto que existe um elevado risco de perda de todo o capital investido. Este tipo de insegurança é, no entanto, provavelmente o menos problemático, porque, como disse anteriormente, os *startupper*s vêm de origens bastante abastadas, e os riscos financeiros não são centrais para eles, que podem se dar ao luxo de ir à falência, ao menos uma vez.

No entanto, essa instabilidade cria uma segunda forma de insegurança, que eu chamaria de “social”. Eu disse acima que o empreendedorismo era uma forma de criar o seu próprio espaço social e de se afirmar perante os seus pais. No entanto, quando a empresa vai à falência, o empresário pode se encontrar numa situação social complexa, pois é colocado na posição de quem “cometeu um erro” ao escolher ser um empresário/*startupper*. Sendo assim, há três cenários possíveis: (I) o empresário é convocado para retornar à família da qual queria se emancipar, porque a falência é o mesmo que admitir o seu “fracasso”. Neste caso, o empreendedorismo é um caminho temporário, mas provavelmente ou permanentemente abandonado em favor do caminho planejado pelos pais. Em resumo, a emancipação da família é abortada, por não ter sido capaz de manter vivo o próprio negócio que era a condição da sua emancipação; (II) o empresário que falhou é rejeitado pela família, uma vez que, no momento da criação de uma empresa, correu o risco de se distanciar demasiado dos seus pais que decidiram não o apoiar na situação de falência. A individualização se torna, então, o isolamento, e isso pode levar ao exílio,

como, por exemplo, a emigração para países estrangeiros, ou à bifurcação total de um ponto de vista profissional; e (III) o empresário foi capaz de obter da sua família a aceitação do seu caminho e pode conseguir, apesar de um primeiro fracasso, continuar a sua trajetória empreendedora criando uma segunda empresa. Assim, existe uma forte indeterminação nas trajetórias dos *startupper*s que podem conduzir a muitas direções diferentes de um ponto de vista profissional.

No final, são poucos aqueles que permanecem empresários na forma de *startupper*s.

Entrevistador 2: *Christian, de que maneira a noção de zonas cinzentas trata os ilegalismos?*

Sim, os ilegalismos¹⁷ são relevantes no sentido dos embaralhamentos das fronteiras entre o legal e o ilegal, o formal e o informal e agenciamentos híbridos que colocam desafios teóricos, empíricos e metodológicos para o entendimento das realidades sócio-urbanas e sócio-políticas atuais e do mundo do trabalho. E são importantes porque apontam para a porosidade das fronteiras e deslocamentos constantes de suas delimitações. Gostaria de trazer um exemplo que considero muito esclarecedor dessa porosidade de fronteiras. É o caso da produção de novas drogas sintéticas. Nessa produção, é necessário trocar apenas uma molécula para se ter um novo produto que escapa à Lei. Esse novo produto fica situado numa zona cinzenta em que não há Lei, e, assim, sublinha as fronteiras da Lei como campo de disputa entre interesses divergentes, que podem às vezes se combinar ou não.

Em resumo, a zona cinzenta tem especial interesse por aquilo que está em movimento, ou seja, presta atenção ao processo e à dinâmica. Do ponto de vista metodológico, isso é um enorme desafio, porque é difícil captar o movimento. Daí a ideia de dinâmica e zona cinzenta. E é a partir disso que se defende a noção de espaço instituinte ao invés de espaço público, como já mencionei acima.

Entrevistadora 3: *Christian, para finalizar, nós gostaríamos de retomar o tema da hibridização nas relações de emprego e trabalho no Brasil e na França. Você pode explicar melhor a importância da hibridização para a noção de zonas cinzentas?*

17 Retoma-se o livro organizado por Azais, Kessler e Vera Telles (2012).

A hibridização¹⁸ sublinha a mudança na relação de emprego e de trabalho nas sociedades contemporâneas, já que a distinção entre “trabalho assalariado” e “trabalho não-assalariado” não é mais operacional. O primeiro (trabalho assalariado) se revestiria de todas as prerrogativas ligadas ao Estado-providência; o segundo (trabalho não-assalariado), não. Com isso, a noção de hibridização questiona a subordinação inerente à relação de emprego. E, de um ponto de vista teórico, questiona a segmentação do mercado de trabalho.

A hibridização visa a dar conta das diferenciações nas situações de “*mise au travail*”, ou seja, de inserção no mercado laboral. Essas diferenciações que se processam em um *continuum* que invalida toda a leitura dicotômica das relações de trabalho e de emprego. *É o caso, novamente, do enfrentamento às velhas oposições entre empregador vs. empregado, empregado vs. auto-empregado, público vs. privado, formal vs. informal etc.* E, por causa disso, a hibridização tem uma ligação intrínseca com a noção de zonas cinzentas. E a ligação é, também, com as noções de poliatividades e de pluriatividades.

No caso do Brasil e da França, e em se tratando de processos, fica difícil saber quais são as principais diferenças e semelhanças. Parece-me que os caminhos são semelhantes, mas partindo de posições diferentes. Digo isso porque, notadamente, o Estado de Bem-Estar é mais completo na França comparado ao Brasil. Há também o peso do colonialismo e das relações de dominação no caso brasileiro. Porém, embora as posições sejam diferentes, *a noção* de hibridismo, que é intrínseca às zonas cinzentas, permite estabelecer comparações.

Entrevistadora 1: *Quentin, para fecharmos, nós gostaríamos de saber qual ou quais as conclusões da sua tese sobre startups e empreendedorismo no Marrocos.*

As *startups* não têm existência legal no Marrocos. São empresas com uma forma jurídica identificada como as empresas “tradicionais”. Por outro lado, é uma categoria ativamente construída e legitimada por um conjunto de atores. Em primeiro lugar, é o Estado que reutiliza o termo *startup* em vários sistemas públicos. Essa é uma forma de distinguir as chamadas empresas “inovadoras” das outras, porque as *startups* supostamente criam mais crescimento, mais empregos e permitem soluções tecnológicas mais eficientes.

Se resumíssemos, poderíamos dizer que *startup* é sinônimo de desempenho, do ponto de vista do Estado. Essa categoria, que gradualmente ganha

18 Sugere-se o acesso ao Dicionário de Sociologia “*Les zones grises des relations de travail et d’emploi*”. Disponível em: <<https://www.teseopress.com/dictionnaire/>>. Acesso em: 26 out. 2021.

reconhecimento por parte do Estado, é amplamente recuperada por estruturas de apoio como as incubadoras, que também reivindicam o espírito de *startup*, e que distinguem as *startups* de outras empresas baseadas em critério próprio e através da organização de concursos ou prêmios. Existe, portanto, a construção de uma definição institucional de *startup* através do papel do Estado e dessas estruturas de apoio. Essa definição tende a se impor no terreno e nas representações, uma vez que muitos empresários se definem agora como *startupper*s.

Alguns dos entrevistados passaram muito tempo para definir o que os tornaria um *startupper*, diferente de um empresário mais tradicional: o gosto pelo risco, pela inovação etc. Assim, sentimos que existem também questões de distinção em nível individual. Isso pode ser explicado pelo fato de que, durante muito tempo, a criação de um negócio foi bastante desvalorizada socialmente no Marrocos. No topo da pirâmide social, a criação de um negócio esteve, de fato, associada às ligações políticas ou mesmo ao clientelismo. No extremo dessa pirâmide social, os empresários eram vistos mais como “sobreviventes”, pequenos empresários sem muitas qualificações que empreendem negócios por necessidade. Afirmar-se como *startupper* é uma forma de se distanciar de todas essas representações de conotação negativa, visando a promover outra identidade, dessa vez muito mais valorizada e ancorada num capitalismo globalizado e desterritorializado.

Referências:

- AZAÏS, Christian. “Dé-segmentation du marché du travail et autonomie”. In: BOUTILLIER, Sophie; UZUNIDIS, Dimitri. (dir.). *Travailler au 21ème siècle, nouveaux modes d’organisation industrielle et spatiale du travail*. Paris, De Boeck Université, 2006, pp. 113-127 (Collection économie, société, région).
- _____. KESSLER, Gabriel; TELLES, Vera da Silva. (Org.). *Ilegalismos, cidade e política*. Belo Horizonte, Fino Traço, 2012.
- BECK, Ulrich. *O que é Globalização? Equívocos do globalismo, respostas à globalização*. Tradução de André Carone. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- BUREAU, Marie-Christine; DIEUAIDE, Patrick. “Institutional change and transformations in labour and employment standards: analysis of ‘grey’ zones”. *Transfer*, v. 24, n. 3, 2018, pp. 261-277.
- CARLEIAL, Liana; AZAÏS, Christian. Mercados de Trabalho e Hibridização: uniformidade e diferenças entre França e Brasil. In: *Caderno CRH*, Salvador, UFBA, vol. 20, n. 51, pp 401-417, 2007.
- DIEUAIDE, Patrick; AZAÏS, Christian. Platforms of work, labour, and employment

- relationship: the grey zones of a digital governance. *Frontiers in Sociology*, v. 5, fev. 2020, pp. 01-14.
- DIVAY, Sophie. Les réalités multiples et évolutives de l'accompagnement vers l'emploi. In: *Informations*, n. 169, 2012/1, pp. 45-54.
- GUIMARÃES, Nadya Araújo. La "brésilianisation" de l'occident. *Revue Tiers Monde*. Argentine, Brésil: sorties de crise? Paris, n. 189, 2007, pp. 155-174.
- LOURAU, René. *A análise institucional*. Petrópolis, Vozes, 1975.
- PIORE, Michael J.; SABEL, Charles F. *The second industrial divide: possibilities for prosperity*. [S.L.], Basic Books, 1984.

Recebido em: 08/07/2021

Aprovado em: 06/09/2021

Como citar esta entrevista:

- COSTA, Henrique; LEITE, Márcia de Paula e LINDÔSO, Raquel Oliveira. A resignificação do trabalho autônomo e a retórica empreendedora na França e no Marrocos: Entrevista com Christian Azaïs e Quentin Chapus. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 3, set. - dez. 2021, pp. 971-987



Artigos



Simmel, Durkheim e Mauss: nascimento frustrado da sociologia europeia¹

Christian Papilloud²

Tradução: Tiago Magaldi Granato Silva³

Resumo: A abordagem socio-filosófica de Georg Simmel se inscreveu e foi concebida no interior de uma relação com a França e, em particular, com Émile Durkheim. Em que medida Mauss esteve a par dos trabalhos de Simmel, e como os interpretou? Para melhor entender essas questões, propomo-nos a esboçar uma reconstrução das relações entre os três pensadores. Nossa leitura interliga a vida dos autores e suas concepções de sociologia a um momento crucial do nascimento da disciplina: o de sua entrada na universidade, na qual ela procura se afirmar enquanto ciência do homem. Utilizaremos, para tanto, elementos biográficos, correspondências e documentos relacionados aos grupos de pesquisadores com os quais Simmel, Durkheim e Mauss estiveram em contato.

1 [A presente tradução foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Agradeço igualmente a Felipe Rangel e Ramon Chaves, cujos comentários à primeira versão desta tradução certamente beneficiarão os leitores. A propósito, estes notarão que o autor do artigo mobiliza enorme massa bibliográfica. No texto original, as obras estão, em sua maioria, referenciadas em notas de rodapé e não ao final do texto. Deixei intactas apenas as notas que traziam comentários adicionais; todas as outras foram transpostas para as referências bibliográficas ao final do artigo. O texto do qual se origina esta tradução foi publicado em Papilloud, Christian. Simmel, Durkheim et Mauss. Naissance ratée de la sociologie européenne. *Revue du MAUSS*, n. 20, 2002/2, pp. 300-327].

2 Titular da Cátedra de Sociologia Geral - Martin-Luther –Universität Halle-Wittenberg – christian.papilloud@soziologie.uni-halle.de

3 PPGS-UFSCar / Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Profissões e Mobilidades da UFSCar (LESTM-UFSCar) São Carlos – Brasil – tmgranato@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0001-7498-0492>

Palavras-chave: Georg Simmel; Émile Durkheim; Marcel Mauss; sociologia científica; história da sociologia; relação humana.

Simmel, Durkheim and Mauss: poor beginning of European sociology

Abstract: *Georg Simmel's socio-philosophical approach was inscribed and conceived within a relationship with France, and, in particular, with Émile Durkheim. To what extent was Mauss aware of Simmel's works, and how did he interpret them? To better understand these questions, we propose to outline a reconstruction of the relations between the three thinkers. Our approach links the lives of the authors and their conceptions of sociology to a crucial moment in the birth of the discipline: the time of its entry into the university, where it seeks to assert itself as a science of man. For this purpose, we will use biographical elements, correspondence and documents related to the groups of researchers with whom Simmel, Durkheim and Mauss were in contact.*

Keywords: *Georg Simmel; Émile Durkheim; Marcel Mauss; scientific sociology; history of sociology; human relation.*

Simmel, Durkheim y Mauss: el nacimiento frustrado de la sociología europea

Resumen: El enfoque socio-filosófico de Georg Simmel se inscribe y concibe en una relación con Francia, y en particular con Émile Durkheim. ¿Hasta qué punto conocía Mauss las obras de Simmel y cómo las interpretó? Para comprender mejor estas cuestiones, nos proponemos esbozar una reconstrucción de las relaciones entre los tres pensadores. Nuestra lectura vincula la vida de los autores y sus concepciones de la sociología con un momento crucial del nacimiento de la disciplina: su entrada en la universidad, en la que pretende afirmarse como ciencia del hombre. Para ello, utilizaremos elementos biográficos, correspondencia y documentos relacionados con los grupos de investigadores con los que Simmel, Durkheim y Mauss estuvieron en contacto.

Palabras clave: Georg Simmel; Emile Durkheim; Marcel Mauss; sociología científica; historia de la sociología; relación humana

A abordagem socio-filosófica de Georg Simmel⁴ se inscreveu e foi concebida no interior de uma relação com a França e, em particular, com Émile Durkheim⁵. Em que medida Mauss esteve a par dos trabalhos de Simmel, e como os interpretou? Para melhor entender essas questões, propomo-nos a esboçar uma reconstrução das relações entre os três pensadores.

Nossa leitura interliga a vida dos autores e suas concepções de sociologia a um momento crucial do nascimento da disciplina: o de sua entrada na universidade, na qual ela procura se afirmar enquanto ciência do homem. Utilizaremos, para tanto, elementos biográficos, correspondências e documentos relacionados aos grupos de pesquisadores com os quais Simmel, Durkheim e Mauss estiveram em contato⁶.

Durkheim e Simmel: o nascimento da sociologia científica em torno de uma colaboração fracassada

Durkheim e Simmel são contemporâneos. Ambos nascem em 1858 e morrem quase ao mesmo tempo (Durkheim em 5 de novembro de 1917, Simmel em

- 4 Agradecemos ao *Collège de France*, detentor do Fundo Mauss-Hubert, que cordialmente autorizou a publicação deste texto. Nossos agradecimentos particulares ao sr. Gilbert Dagron, administrador do *Collège de France*, ao sr. Pierre Bourdieu, à Sra. E. Maury, arquivista do *Collège de France*, à sra. M.-R. Cazaban, diretora da Biblioteca Geral e dos Arquivos do *Collège de France*, e à sra. F. Terrasse Riou, responsável pelo Setor Cultural e de Relações Exteriores do *Collège de France*. Agradecemos a Otthein Rammstedt por nos autorizar a publicação deste artigo, inicialmente publicado em sua revista, a *Simmel Newsletter*, sob o título “*Simmel, Durkheim, Mauss. La sociologie entre l’Allemagne et la France. Fragments d’une co-nnaissance*” (Papilloud, 1999). No presente artigo, modificamos ligeiramente o texto, de modo a melhor corresponder às necessidades desta publicação. A bibliografia da literatura secundária é dada nas notas de rodapé. A bibliografia das obras de Simmel atualmente disponíveis (notadas por GSG: *Georg Simmel Gesamtausgabe*), as traduções francesas de Simmel e as obras de Mauss são indicadas no final do artigo.
- 5 Notemos aqui as duas obras de W. Lepenies que tratam do nascimento da sociologia, e marcadamente sobre as relações entre intelectuais franceses e alemães: “*Gefährliche Wahlverwandschaften. Essays zur Wissenschaftsgeschichte*”. Stuttgart: Reclam, 1989 (ver em particular pp. 80-110); e “*Die drei Kulturen. Soziologie zwischen Literatur und Wissenschaft*”. Hambourg, Rowohlt, 1988.
- 6 Para Durkheim e Mauss, faremos referência aos trabalhos de Ph. Besnard (1976), M. Fournier (1994), Ph. Besnard e M. Fournier (1998); bem como a elementos e correspondências encontrados no Fundo Hubert-Mauss do *Collège de France*. Quanto a Simmel, utilizaremos as memórias de H. Simmel (1941-1943), a obra de L. Coser (1977), K.-Ch. Köhnke (1996), M. Junge (1997), K. Lichtblau (1997), G. Fitz (1999), bem como a correspondência de Simmel e os documentos dos arquivos da *Georg Simmel Gesellschaft* da Universidade de Bielefeld. Servir-nos-emos igualmente de elementos de correspondência recolhidos em Bielefeld que fazem parte do Fundo Bouglé da Biblioteca Nacional de Paris e do Fundo Xavier Léon da Biblioteca Victor Cousin, da Sorbonne, em Paris. Para informações detalhadas sobre as relações entre Simmel e os sociólogos franceses, voltar-nos-emos para a introdução ao tomo 19 das obras completas de Georg Simmel, que nós editamos juntamente com Angela Rammstedt e Patrick Watier, e que acabou de ser publicada pela Suhrkamp (GSG 19, 2002, pp. 379-421).

26 de setembro de 1918). Os contatos entre os dois, iniciados em 1894⁷, ocorreram a princípio por intermédio de Célestin Bouglé.

Bouglé exerce um papel importante nas relações entre Simmel e Durkheim por, pelo menos, duas razões: primeiramente, Bouglé conheceu Simmel antes de Durkheim, em fevereiro de 1894⁸. Essa aproximação ocorre pouco tempo após Simmel ter tido contato com o *Institut international de sociologie*, de René Worms, do qual ele se tornará membro⁹. Em segundo lugar, Bouglé publica, em 1894, a primeira resenha sobre Simmel na França, sob o título “*Les sciences sociales en Allemagne: G. Simmel*”¹⁰. Nela, o autor comentará as obras *Über sociale Differenzierung* (GSG 2, 1989 [1890]), *Die probleme der Geschichtsphilosophie* (GSG 2, 1989 [1892]) e *Einleitung in die Moralwissenschaft* (GSG 3, 1989 [1892/1904]; GSG 4, 1989 [1893]).

Estas duas razões são suficientes para considerar Bouglé como uma espécie de ponte a intermediar as trocas entre Simmel, Durkheim e os durkheimianos em geral. Mas em que condições ocorreram tais trocas? Começemos por descrever os laços então existentes entre Simmel e o grupo de pesquisadores representado por René Worms.

-
- 7 Até onde sabemos, Durkheim cita Simmel pela primeira vez em 1887, em seu artigo “*La Philosophie dans les universités allemandes*” (Durkheim, 1887). Ele conhecia *Über sociale Differenzierung* [N.T.: Da diferenciação social, em tradução livre], tendo-o citado em sua tese de doutorado (*De la division du travail social* [1893] [p. 9, note 1, 1996 para a edição francesa PUF/Quadrige]).
- 8 Bouglé, que acabara de chegar da França e desejava assistir aos cursos de Simmel, recebeu deste uma carta em 4 de março de 1894 lhe indicando as datas das aulas e agradecendo a cordial mensagem do primeiro. Em abril e maio, Bouglé encontrará o alemão em Berlim. Em maio, Bouglé pergunta a Halévy se ele teria um espaço para um artigo de Simmel, “*Das Problem der Soziologie*”, na *Revue de métaphysique et de morale*: “O que você me diz? Haveria um espaço (que seja bom) no número de setembro? Não se trata de metafísica propriamente dita, sem dúvida, mas a nova definição não é tão boba assim. E além disso é bastante atual” (Carta a Halévy, maio de 1894, arquivos Simmel). Halévy lhe responde com entusiasmo em 9 de maio de 1894. Bouglé então traduz o artigo de Simmel para a revista. O artigo será publicado finalmente em setembro, n. 2 da revista (1894, pp. 497-504) sob o título: “*Le problème de la sociologie*”.
- 9 Simmel foi traduzido e publicado em francês por Worms (“*La différenciation sociale*”, publicado no n. 2 da *Revue internationale de sociologie*, 1894, pp. 198-213). Ele é mencionado na “Lista de membros do Instituto”, no n. 1 dos *Annales de l’Institut international de sociologie* (1893-1895: XIV). No momento da publicação do primeiro número da revista o instituto é composto das seguintes personalidades: A. Schaeffle é o presidente, é próximo de Simmel e um de seus inspiradores; D Galton, L. Gumplowicz, M. Kovalewsky e C. Letourneau são os vice-presidentes; R. Worms é o secretário geral.
- 10 Esta resenha foi publicada no n. 2 da *Revue de métaphysique et de morale* (pp. 329-355). Ao mesmo tempo, Bouglé prepara a publicação de suas “*Notes d’un étudiant français en Allemagne*” (1895). Elas serão publicadas sob o pseudônimo de Jean Breton pela editora Calmann-Lévy de Paris, em volume único. Mas os artigos tirados destas notas aparecerão a partir de junho de 1894, na *Revue de Paris* (1894: 49-79). Sobre todos estes pontos, ver a tese já citada de Fitzi (1999: 12).

Simmel e o *Institut international de sociologie*

Não foram boas as relações de Simmel com o *Institut international de sociologie*. O pensador alemão se decepcionou com a tradução de seu primeiro artigo publicado em francês, “*La différenciation sociale*”¹¹, que Worms publica na *Revue Internationale de sociologie*. Acreditando Simmel que a tradução de Worms deformava o seu pensamento, ele pede a Bouglé que revise a versão francesa do segundo artigo que está preparando (“*Influence du nombre des unités sociales sur les caracteres des sociétés*”, 1893-1895), destinado à revista do próprio Worms, a *Annales de l’Institut international de sociologie*. Mais tarde, ele comunicará a Bouglé sua decepção quanto à demora na publicação do primeiro número dos *Annales*: “Meu artigo sobre a *détermination numérique* [escrito em francês na carta] (...) está em mãos do senhor Worms, como ele me anunciou. Desde então, não soube mais dele. Não posso esconder que o adiamento da publicação (que deveria ter acontecido em janeiro!) me incomodou bastante, e as razões que o Instituto me deu pareceram pouco sólidas. Peço-lhe que não faça uso desta minha opinião” (Carta de Simmel a Bouglé de 22 de junho de 1895, arquivos Simmel).

Após seguidas decepções, Simmel se afasta do Instituto e aprofunda os laços com a *Revue de métaphysique et de morale*¹². Uma vez mais, é Bouglé quem intermedia a relação. Em abril e maio de 1894, ele escreve a Halévy: “Lembremos dos truques com os quais Worms jogou com Simmel, para nos precavermos de não fazer o mesmo” (Halévy, 1894: 142). Esta passagem pela *Revue de métaphysique et de morale* está na origem do encontro com Durkheim.

O encontro com Durkheim e a *Année sociologique*

A posição de Bouglé acumulava vantagens estratégicas para as relações que Simmel mantinha com os intelectuais franceses. Bouglé era filósofo e durkheimiano; um pouco à imagem de Simmel, ele se equilibrava entre a filosofia e a sociologia. Isso favorecerá os contatos que o alemão terá com Xavier León e, em seguida, com o próprio Durkheim.

Bouglé mantinha com Durkheim relações marcadas por um triplo distanciamento: em primeiro lugar, o existente entre aluno e professor; em seguida,

11 Cf. G. Simmel, 1894, “*La différenciation sociale*”, *Revue internationale de sociologie*, n. 2, pp. 198-213. O artigo foi tirado do livro de Simmel *Über soziale Differenzierung. Sociologische und psychologische Untersuchungen* (GSG 2, 1989 [1890]).

12 Simmel escreve duas vezes a Xavier León no espaço de dez dias, de 5 a 15 de outubro de 1894 (arquivos Simmel).

aquele entre colegas; por fim, o distanciamento entre o filósofo e o sociólogo. Como Simmel, Bouglé recusa a separação entre os diferentes domínios da ciência, notadamente entre a sociologia, a psicologia e a filosofia. Durkheim, ao contrário, é favorável a ela. É provável que, em um primeiro momento, a posição de Bouglé possa ter deixado no ar certa dúvida entre Simmel e Durkheim quanto às suas respectivas abordagens teóricas e suas concepções da sociologia. Se acrescentarmos a isso o evidente desejo de colaborar – bem mais intenso da parte de Simmel –, e a vontade comum de “fazer ciência”, podemos então compreender o porquê de ambos terem rapidamente colocado de lado suas diferenças teóricas e somado esforços na construção de uma sociologia universitária internacional.

Em Simmel, essa atitude se manifesta com bastante clareza em 1894, com a publicação de seu artigo “*Das Problem der Soziologie*” em três línguas: em alemão, no *Schmollers Jahrbuch* (1894a); em francês, na *Revue de métaphysique et de morale* (1894c); e em inglês, nos *Annals of the American Academy of Political and Social Science* (1895). O texto será republicado em seguida na primeira edição do *American Journal of Sociology*, em 1896, editada por Albion Small. Durkheim pretendia igualmente publicar o artigo no primeiro número de *L'Année sociologique*¹³, mas isto terminará por não acontecer.

O incidente incomoda. Ele aborda a questão em uma carta enviada a Bouglé em 27 de novembro de 1895: “Se a minha leitura estiver correta, vocês não preveem a publicação suplementar do meu ‘*Problème de la sociologie*’; isto me entristece, porque para mim este pequeno artigo é o que de mais fecundo já produzi” (carta de Simmel a Bouglé, 27/11/1895, arquivos Simmel). Simmel acreditava ter calibrado ali o programa de uma sociologia científica; mas os franceses pareciam ter dificuldades para reconhecer nele um verdadeiro trabalho de sociólogo. Reinava uma ambiguidade a respeito de Simmel que pode ser notada já na correspondência entre Bouglé e Xavier León. Este último escreve a Bouglé em 9 de maio de 1894, dizendo que toma Simmel não somente por sociólogo, mas também enquanto um verdadeiro filósofo. Simmel era, então, percebido pelos franceses como representando dois domínios do saber simultaneamente.

13 A *L'Année sociologique* é o grande projeto de Durkheim. Fournier descreve seu nascimento assim: “Inspirando-se no modelo da revista *L'Année psychologique* dirigida por Binet e publicada pela primeira vez em 1895 pela editora Alcan, Durkheim pretende publicar os trabalhos (“memoriais originais”) de seus colaboradores e comentar anualmente a literatura sociológica internacional. O título da revista é tomado de uma das seções anuais da *Revue de métaphysique et de morale*, que havia sido fundada em 1893 por Xavier León, o ‘filósofo sociável por excelência, como o chamava Célestin Bouglé’” (Fournier, 1994: 134-135).

Durkheim também terá dificuldades em ver em Simmel um sociólogo, mas suas razões são diferentes. O ponto de discórdia entre os dois autores se encontra na dupla relação indivíduo-sociedade/psicologia-sociologia. Tal ponto é debatido na França pouco depois da publicação do artigo de Simmel (“*Das problem der Soziologie*”). Nesse momento, Durkheim pretendia apagar todos os traços da psicologia individual na sociologia, para afirmar que não haveria psicologia que não fosse coletiva. Em seu artigo, Simmel escreverá que o problema não deve ser colocado nesses termos. O que importa para ele, antes de tudo, é a distinção entre o social, o psicológico, o filosófico etc. Ponto nodal na relação Simmel-Durkheim, esse artigo põe em evidência duas maneiras diferentes de definir o objeto da sociologia, e, conseqüentemente, o método e a legitimidade científica da disciplina. O objeto de estudo do sociólogo é, para Durkheim, o fato social *em si*, enquanto, para Simmel, a dimensão social do fato seria *um* de seus aspectos, dentre outros possíveis. Essa nuance vai progressivamente ganhar a amplitude de uma divergência fundamental, que desaguará no desacordo final entre os dois. Mas Durkheim não chega a essa conclusão imediatamente, como o atesta sua correspondência.

Durkheim escreve a Bouglé em 14 de dezembro de 1895: “Li com vivo interesse, ou antes reli, porque tenho seguido os seus artigos da *Revue de métaphysique*. Além disso, pude constatar como ele é apreciado por todo o mundo, como bem o merece. É um trabalho que não deixa de nos honrar bastante no outro lado do Reno; e, ao mostrar aos alemães com que cuidado e simpatia nós os estudamos, ele poderá, talvez, levá-los a se desinteressar menos pelo que fazemos” (Besnard, 1976: 166). Durkheim faz referência ao livro de Bouglé “*Les sciences sociales en Allemagne. Les méthodes actuelles*”¹⁴, que continha um capítulo intitulado “*G. Simmel: la Science de la morale*”. Após o haver lido, Durkheim explica a Bouglé que sua posição teórica é diferente daquela de Simmel. Mas isso não parece representar maiores obstáculos à colaboração pretendida. Ele diz a Bouglé em dezembro de 1896: “Escrevi a Simmel, que me respondeu e aceitou. Ele me enviará um artigo de 40 a 50 páginas intitulado ‘*Die Selbsterhaltung der*

14 Há aqui uma divergência nas fontes a ser sublinhada. O livro de Bouglé foi publicado em 1896, mas Durkheim já o havia lido em 1895. Teria existido um exemplar prévio à publicação? Nós tendemos para esta hipótese, pois é bastante provável que Bouglé tenha enviado seu livro a Durkheim antes da edição. A hipótese é reforçada pelo fato de que sabemos que Simmel também recebeu a obra antecipadamente, como parece atestar a carta seguinte de 22 de junho de 1895 a Bouglé: “Espero que o senhor tenha recebido a tempo os agradecimentos de minha mulher pelo amistoso envio de vosso livro. Eu fiz exatamente a mesma coisa com vários de meus conhecidos, Paulsen por exemplo, e ele [o livro de Bouglé] foi reconhecido de modo geral como agradável e espiritualmente rico” (Carta a Bouglé, arquivos Simmel)

Gesellschaft. Para os anos seguintes, veremos” (1975: 394). Para bem avaliar a importância desta carta, precisamos antes entender seu contexto.

Simmel manteve relação estreita com Élie Halévy e Xavier Léon durante os anos de 1894-1896. Em 23 de fevereiro de 1896, ele agradece Halévy pela tradução de um de seus artigos, cujo título em francês é “*Sur quelques relations de la pensée théorique avec les intérêts pratiques*”¹⁵. O artigo é publicado na *Revue de métaphysique et de morale* em março de 1896 (Simmel, 1896). Ele deve ter chamado a atenção do público francês, pois Simmel escreve a Xavier Léon no mesmo ano: “É uma grande alegria para mim saber que meu artigo foi notado na França” (Carta a Xavier Léon de 12 de abril de 1896, arquivos Simmel). Não há dúvida de que não passou despercebido a Durkheim o crescimento do prestígio do colega do além-Reno, ainda mais levando-se em conta a importância, nesta época, do pensamento alemão para o francês. A partir de então, Simmel passa a poder servir ao projeto de estabelecer uma revista especificamente sociológica, *L'Année sociologique*, e assim assegurar a legitimidade científica e institucional da sociologia. Durkheim apresenta este horizonte a Simmel e lhe pede para que colabore no periódico.

A carta em que encontraríamos estes elementos está hoje perdida. Resta-nos aquela citada acima, de Durkheim a Bouglé, em que ele menciona que Simmel respondeu afirmativamente ao seu pedido. O artigo de Simmel é publicado no primeiro número de *L'Année sociologique* – e ele o abre – sob o título “*Comment les formes sociales se maintiennent*”¹⁶ (Simmel, 1898). O ardor com que Simmel se atira ao trabalho intelectual neste momento testemunha seu entusiasmo e seu desejo de ser parceiro de Durkheim¹⁷. Mas seu ímpeto será bruscamente interrompido, mais uma vez em razão de problemas ligados à tradução. Este será um dos principais elementos que desencadearão o conflito entre os dois autores. Para compreendê-lo, devemos retomar o caminho que leva à produção do artigo e à sua publicação.

15 [N.T.: embora afirme, nesta passagem, que o tradutor do referido artigo de Simmel foi Elie Halévy, o autor indica nas referências bibliográficas o tradutor como Celestin Bouglé].

16 Para o texto original, cf. Simmel, 1898b.

17 Nós seguimos aqui o proposto por Rammstedt: “Simmel considerava ‘*Selbsterhaltung der Gesellschaft*’ como programático para a *L'Année sociologique*, na medida em que o artigo se propunha a ‘estudar (metodologicamente) o conjunto do domínio da História conforme as regularidades e os desenvolvimentos da sociedade enquanto tal’. Imaginando-se enquanto uma espécie de ‘companheiro de luta’ de Durkheim, ele se põe a escrever, logo após a redação deste estudo – a saber, a partir de agosto de 1897 – sua ‘*Soziologie der Religion*’, que foi publicada em fevereiro de 1898 na revista *Neue Deutsche Rundschau*” (Rammstedt, 1998: 142).

Da diferença à divergência

Antes mesmo que o artigo de Simmel chegasse, Durkheim procurava classificá-lo em uma das seções de *L'Année sociologique*. No entanto, ele vai se deparar com uma sociologia que se furta àquela classificação e, conseqüentemente, à maneira por meio da qual o próprio Durkheim categoriza o domínio do saber sociológico. Ele o diz explicitamente a Bouglé, a quem recorre para encontrar uma solução: “Será que chama-lo de ‘Sociologia psicológica’ abarca bem as ideias de Simmel? Ele tem, me parece, um vislumbre da especificidade dos fatos sociais, mas não vai até as últimas conseqüências de suas ideias, o que o leva a se demorar em generalidades. Talvez possamos adotar como título da seção ‘Sociologia psicológica e específica’. Mas você é o único competente para decidir sobre este ponto” (Bernard, 1976: 399).

Na verdade, o problema de classificação mascara o problema teórico que separa Durkheim e Simmel, surgido em meados de 1897. Durkheim o expõe desta maneira ao fim de sua carta a Bouglé: “Você já deve ter bem compreendido que todo este debate é para saber não se há uma sociologia extra-psicológica, mas se a psicologia coletiva apresenta leis próprias. A própria palavra ‘psicologia’ possui uma ambigüidade que impede os autores de chegarem a um acordo, mesmo estando próximos. Assim, embora Simmel, creio eu, perceba a especificidade dos fatos sociais, ele não leva isto até as últimas conseqüências, porque o psíquico lhe parece ser a forma última do real, e assim ele não vê que existem dois tipos de realidades psíquicas. É por isso que ele qualifica a sua sociologia de psicologia. Mas esta sociologia psicológica é bem diferente daquela de Tarde, que dissocia o social do individual generalizado. Esta confusão certamente deveria acabar. Você está bem posicionado para tanto, e a este respeito o termo de ‘psicologia específica’ que você explicaria no correr de sua análise seria útil. Acredito que este seria um grande serviço de sua parte. Não somente você facilitaria um eventual entendimento, mas também ajudaria, talvez, certos pensadores a reconhecê-lo no interior de seu pensamento” (Durkheim, 1975: 402). Esta questão geral do estatuto da sociologia de Simmel se tornará ainda mais aguda com a chegada de seu artigo às mãos de Durkheim.

O artigo destinado à *L'Année* chega em 13 de setembro de 1897. Durkheim escreve a Bouglé no mesmo dia: “Recebi esta manhã o manuscrito de Simmel. Já li uma boa metade do manuscrito. Devo dizer que está bem legível. Não foi escrito pela mão de Simmel e, além disso, está em caracteres latinos. Embora se possa julgar diferentemente, creio que não será difícil de traduzir. Em si mesmo, o trabalho é interessante. Ele tem, como todos os trabalhos muito generalistas

do tipo, o problema de ser toda uma sociologia em cinquenta páginas, com o tanto de coisas pelas quais ele passa. Mas ele é vívido, de leitura agradável e se insere muito bem na tendência geral da *L'Année*” (Besnard, 1976: 167). A primeira reação de Durkheim é, portanto, positiva. Mas não durará muito.

O artigo lhe parece longo demais. Sua estrutura não se adapta bem ao estilo da *L'Année sociologique*. Durkheim pede a Bouglé para encontrar uma solução: “Eu lhe envio o manuscrito de Simmel. [...] Creio que o artigo ganhará se for condensado na medida do possível, e tudo o que puder ser feito na tradução para caminhar para este resultado, sem alterar de qualquer maneira o texto, aumentará, creio, o interesse. O título me parece, como está, intraduzível para o francês. Eu havia pensado em ‘*Principaux types d'organisation par lesquels se maintient l'unité des groupes sociaux*’. Se encontrar algo melhor, diga-me, e quando encontrarmos a tradução definitiva eu a submeterei ao autor. As divisões em capítulos – com ou sem subtítulos – me parecem indispensáveis. Elas serão fáceis de encontrar. Se isto não o entediar demais, peço que as introduza; senão, eu mesmo o farei. A fim de economizar tempo, seria bom que você me enviasse a tradução por partes, mesmo antes de a ter terminado completamente. Assim será mais fácil tanto acordarmos sobre a divisão dos capítulos quanto enfrentarmos a tradução das partes mais difíceis” (carta a Bouglé de 18 de setembro de 1897 [Durkheim, 1975: 407-408]). É forçoso constatar, em razão desta carta, que o desafio para Durkheim não consistia apenas em inserir o artigo de Simmel na *L'Année*: era necessário também que o proposto se adaptasse bem.

Bouglé envia as correções a Simmel, que lhe responde imediatamente, transmitindo sua decepção face ao fato de ter de reduzir o texto: “A correspondência chegou bem. Muito obrigado. A redução do artigo me entristece, uma vez que sua proposta não se encontrava nas particularidades, mas, pelo contrário, no todo, e é isso que se trata de mostrar, a saber, a variedade de manifestações históricas que se agrupam em torno de um pensamento sociológico central. Eu não poderei ler agora a vossa tradução, mas o sr. Durkheim me garantiu a possibilidade de fazer uma correção da impressão, à qual eu poderei então acrescentar eventuais sugestões de modificação” (carta a Bouglé de 11 de outubro de 1897, arquivos Simmel). Simmel não está contente com a situação, mas executa o solicitado e realiza os cortes necessários no artigo – mais uma maneira de demonstrar sua vontade de colaborar com Durkheim.

Tudo isso não surpreende em nada Durkheim, que não vê mais que o desenvolvimento lógico tanto do processo de publicação, quanto, poderíamos dizer, da filiação progressiva de Simmel ao seu próprio programa científico. Assim, escreve ele a Bouglé: “Não comentarei aqui das pequenas dificuldades que tive

com Simmel sobre o artigo. Creio que elas já foram aplainadas” (Besnard, 1976: 168). Durkheim retoma então a tradução do artigo revisto e corrigido por Simmel. Em 25 de outubro de 1897, ele escreve a Bouglé: “Já traduzi metade do Simmel; acredito que não vá levar mais de 40 ou 45 páginas de impressão no total. A passagem sobre a honra desapareceu. Faço o possível para introduzir um pouco de ar em tudo aquilo, ainda mais porque a complexidade das frases não está de acordo com a complexidade da ideia mesma, que é, ao contrário, bastante simples” (Besnard, 1976: 413). Durkheim não se contenta apenas com a correção do texto de Simmel; ele o traduz livremente, não hesitando em suprimir certas passagens¹⁸. Para o francês, o primeiro número de *L'Année* deveria não apenas demarcar claramente os fundamentos científicos da sociologia, mas também demonstrar explicitamente a unidade e o consenso dos pesquisadores sobre o programa nela apresentado.

Para Durkheim, a sociologia é e deve ser uma disciplina inteiramente específica. Ele o reafirma frequentemente aos seus colaboradores próximos durante os primeiros passos da *L'Année*. Em 30 de março de 1898, ele escreve a Hubert: “Mas aqui vai a razão maior que nos impõe uma certa seleção formal [ilegível] ao mesmo tempo que o princípio desta seleção, até onde consigo enxergar. Nós somos uma revista de sociologia, não uma revista [de amadores?]. Portanto, devemos destacar apenas os trabalhos que nos parecem suscetíveis de serem utilizados por sociólogos. A linha de demarcação é necessariamente fluida; mas ela se fixará sem maiores dificuldades com a experiência” (Fundo Hubert-Mauss, *Collège de France*). A sociologia deveria reunir a competência dos pesquisadores capazes de se filiar a um projeto único. Compreendemos assim que, para Durkheim, não poderia haver duas sociologias. Não deve existir nada que não a sociologia como disciplina científica, caracterizada por um objeto, um método e um trabalho de equipe calcado sobre um consenso quanto aos critérios científicos legítimos da disciplina, mesmo que este consenso seja, na prática, relativo. A sociologia de Simmel não corresponde a essas condições, porque ela não defende a mesma definição do objeto e do método sociológicos que Durkheim – sem falar no trabalho de equipe, inexistente no alemão.

A relação entre Simmel e Durkheim se complicará ainda com as incompreensões suplementares que decorrem do caso Dreyfus. O célebre caso, que vai

18 Durkheim suprimirá, particularmente, o parágrafo sobre a honra, que se estendia por mais duas páginas e meia. Essa prática de “amputar” passagens inteiras é corrente em Durkheim. Ela é, por isso, conhecida de seus colaboradores, alguns dos quais se mantêm céticos (Hubert, por exemplo) quanto à sua necessidade imperiosa. Durkheim evoca sempre os mesmos argumentos para se justificar: sua experiência e o bem da *L'Année sociologique*.

mobilizar a opinião pública francesa, começa em 1894 com a prisão do oficial judeu Alfred Dreyfus, condenado pelo Conselho de Guerra francês por supostamente ter entregado documentos secretos à Alemanha. Deportado para uma fortaleza prisional, Dreyfus afirma sua inocência, mas em vão. Nos anos de 1897-1898, o caso volta à tona e ganha força entre os socialistas franceses, dentre os quais Durkheim tem pessoas próximas – notadamente seu sobrinho, Marcel Mauss. Mas, diferentemente de um Zola, por exemplo, Durkheim não se envolve com a questão. De um lado, ele mantém a discrição por motivos de estratégia político-científica; de outro, por convicção: se não é possível à sociologia existir sem ligações com a política, ela é antes de tudo uma ciência, e uma ciência em pleno desabrochar. Essa distância do caso Dreyfus por parte de Durkheim, relativa, mas consciente, terá repercussões em sua relação com Simmel.

No texto que Simmel preparava para a *L'Année*, havia um parágrafo sobre o sionismo. Durkheim pede ao autor que o suprima, uma vez que julgava que a passagem poderia ter más consequências tanto para o autor quanto para a revista. Simmel o faz, mas não sente a necessidade de dizer a Durkheim que é judeu¹⁹. Durkheim fica sabendo disto por Bouglé algum tempo depois e exprime sua surpresa: “Lembro-me de você me haver dito que Simmel é judeu. Fico um pouco impressionado de o próprio não me ter dito quando eu lhe pedi para suprimir uma passagem de seu artigo sobre o sionismo, dizendo-lhe que eu era de origem judaica e que me tomariam por sionista” (carta a Bouglé de 3 de abril de 1898, [Besnard, 1976: 169]).

O mal-entendido pode ter reforçado o sentimento de distância experimentado por Durkheim em relação a Simmel. Preocupado, Bouglé tentará recentrar o debate sobre a base científica comum entre ambos e mostrar que os dois autores são, apesar de tudo, próximos. Mas será em vão.

Da divergência à ruptura

Em 1900, Durkheim coloca publicamente um fim a sua relação com Simmel, com um artigo dirigido “contra a ‘sociologia formal’”, como ele dirá a Bouglé, em carta de 14 de maio de 1900: “O artigo sobre o qual lhe falei, sobre – ou antes, contra – a ‘sociologia formal’ foi publicado no número deste mês da *Rivista*

19 Não se deve esquecer que o próprio Simmel estava longe de cultivar este traço cultural. De um ponto de vista religioso, ele e sua família se converteram ao protestantismo. Além disso, Simmel não era tão sensível à política quanto Durkheim. Para ele [(Simmel)], o que importava mais neste momento era que seu artigo servisse ao projeto de uma sociologia científica internacional. Todo o resto parecia relegado ao segundo plano.

italiana di sociologia. Eles fizeram uma espécie de pesquisa sobre as concepções sociológicas que povoam os espíritos atualmente; e foi deste ponto de vista que escrevi²⁰. Se você quiser debatê-lo, ao invés de vos enviar um número da revista eu poderia lhe enviar o manuscrito; ele vale mais que uma tradução que eu não pude revisar [minuciosamente?]” (Besnard, 1976: 170). O desprendimento com que Durkheim trata Simmel aqui é chocante: ele sequer menciona o seu nome. Simmel é o alvo de seu texto.

O artigo de Durkheim, intitulado “*La sociologie et son domaine scientifique*”²¹ (1975[1900]), refere-se a Simmel e à sua maneira de fazer sociologia: “Pode parecer que, desta maneira, delimitamos para a sociologia um objeto claramente definido. Na realidade, cremos que uma tal concepção serve apenas para mantê-la no seio da ideologia metafísica, da qual ela possui a necessidade irresistível de se emancipar. Não negamos à sociologia o direito de constituir-se lançando mão de abstrações, uma vez que não há ciência que possa ser feita de outra maneira. Apenas dizemos que é necessário que as abstrações sejam metodicamente dominadas, e que elas organizem os fatos segundo suas distinções naturais, sem o que elas degeneram largamente em construções imaginárias, em uma vã mitologia” (1975: 16). O texto sobe o tom em seguida, como nesta passagem: “(...) todo problema sociológico supõe o conhecimento aprofundado de todas estas ciências especiais que gostaríamos de retirar da sociologia, mas sem as quais ela não pode ficar. E como esta competência universal é impossível, precisamos nos contentar com o conhecimento limitado, adquirido de maneira apressada e que não está submetido a nenhum controle: é bem isto que caracteriza, na verdade, os estudos de Simmel. É de se apreciar sua sutileza e engenhosidade, mas não acreditamos ser possível definir com objetividade as principais subdivisões de nossa ciência interpretando-as como ele. (...) Para que a sociologia mereça o nome de ciência, é necessário que ela seja outra coisa que não simples variações filosóficas sobre certos aspectos da vida social, escolhidas mais ou menos por acaso, em função de propensões individuais. É preciso colocar o problema de modo a podermos encontrar para ele uma solução lógica” (1975: 19).

Consequentemente, Simmel é excluído de fato da equipe de *L'Année sociologique*. A partir de então, Durkheim não procura mais desenvolver seu programa

20 A decisão de fazer sociologia estritamente francesa, e não mais internacional, já havia sido tomada por Durkheim em 1898, quando ele escreveu a Hubert: “De qualquer maneira, eu já não procuro colaboradores mais. Nossa obra comum supõe uma fé comum e uma grande confiança mútua” (carta a Hubert, sem datação precisa, 1898, Fundo Hubert-Mauss).

21 Publicado originalmente com o título “*La sociologie e il suo dominio scientifico*” na *Rivista italiana di sociologia*, n. 4, 1900, pp. 127-148. O artigo foi republicado em Durkheim, 1975.

sociológico em parceria com o alemão. Ele o diz indiretamente a Bouglé: “Do que se segue que nós não ficaremos satisfeitos com as submissões a não ser quando formos nós mesmos os autores. É a isto que devemos nos ater” (carta a Bouglé de 13 de junho de 1900 [Besnard, 1976: 173]). Ele redefine a cooperação entre os colaboradores da *L'Année*²² e coloca definitivamente em marcha a “máquina de guerra” de sua sociologia. Durkheim e Simmel seguem cada um para o seu lado; a página parece virada.

No entanto, podemos imaginar – a despeito do material insuficiente para fundamentar a hipótese – que essas relações tenham continuado para além de 1902. O indício mais importante nesse sentido nos é fornecido pelas resenhas consagradas a Simmel que surgem na *L'Année sociologique*, assinadas por colaboradores de Durkheim e pelo próprio. A primeira revisão geral é de Bouglé, em 1901: “Simmel – *Il problema della sociologia. Riforma sociale*, ano VI, fascículo 7” (Bouglé, 1901: 117). Em seguida, são publicadas três resenhas de Durkheim: uma em 1902 e as duas outras em 1904. A primeira se dedica à *Philosophie des Geldes* (GSG 6, 1996 [1900]); as outras, a dois artigos de Simmel, que farão mais tarde parte de sua *Soziologie* (GSG 11, 1992[1908]).

O exame feito por Durkheim sobre a *Philosophie des Geldes* [N.T.: “A filosofia do dinheiro”, em tradução livre] se mantém no veio crítico do tema da “sociologia e seu domínio científico”: “É verdade que debatendo assim as ideias do autor, lhes exigindo seus títulos lógicos, nós aplicamos nelas um método crítico que o sr. Simmel, sem dúvida, recusaria por princípio. Com efeito, ele avalia que a filosofia não é, como as ciências propriamente ditas, subordinada às obrigações ordinárias de comprovação; o indemonstrável seria o seu domínio (v. prefácio: 1). Portanto, a imaginação e as sensações pessoais teriam o direito de dar-se rédea solta, enquanto as demonstrações rigorosas não seriam exigidas. Confessamos que não damos muito valor a tal gênero de especulação bastarda, na qual o real se exprime em termos necessariamente subjetivos, como na arte, mas abstratos, como na ciência; pois, por essa mesma razão, ela não saberia nos oferecer as coisas nem as sensações vivas e frescas como as que produz o artista, nem as noções distintas que busca o sábio” (Durkheim, 1902: 145). Um detalhe surpreende de imediato: Simmel não é mais considerado como um sociólogo, mas como um filósofo. Ele é colocado do lado dos “inimigos” estratégicos da sociologia durkheimiana. Além disso, Durkheim julga Simmel segundo os cânones

22 A coordenação da *L'Année sociologique* exigiu de Durkheim um trabalho extenuante que ele frequentemente quis interromper, como quando da preparação do primeiro número, entre 1896-1897.

de sua própria escola, e não procura mais a sociologia em seu trabalho²³. Simmel se torna apenas uma curiosidade, como o poderia ser um filósofo social original. A desvalorização relativa de Simmel parece ter tido uma trégua²⁴ em resenha de 1904 sobre o artigo intitulado “*Über räumliche projectionen socialer Formen*” (1903). Mas ela é retomada de vez na resenha seguinte, no mesmo ano, que trata da tradução pelo *American Journal of Sociology* do artigo de Simmel intitulado “*The number of members as determining the sociological form of the group*” (1902/1903): “o sr. Simmel se limita a enumerar rapidamente, ao acaso da memória, uma multitude de fatos de toda sorte, emprestados a todos os momentos da história e a todas as formas da vida coletiva, e onde mais lhe parece que o número dos membros que compõem o grupo social teve alguma influência particular” (Durkheim, 1904: 648).

A crítica a Simmel feita por Hertz em 1905, a propósito de um conjunto de artigos intitulado “*The sociology of conflict*” (1903-1904), traduzidos pelo *American Journal of Sociology*, vai no mesmo sentido. Desde o início o tom é irônico: “Fiel à sua concepção de sociologia, o sr. Simmel se propõe a estudar o conflito enquanto ‘forma’ ao abstrair do ‘conteúdo’ dos diversos conflitos específicos (nacional, religioso, político, sentimental etc.); ele não se demora muito na definição do objeto de sua pesquisa: todo mundo possui alguma vaga noção de conflito, antagonismo ou hostilidade, e isso é suficiente para o autor” (Hertz, 1905: 181). E segue: “O principal interesse desses artigos, nos parece, é que eles explicitam nitidamente as falhas inerentes ao método do sr. Simmel. Sua concepção do objeto da sociologia o condena a se ater apenas às formas vazias e indeterminadas que nada oferecem à investigação. (...) Até aqui, as tentativas ambiciosas como essa do sr. Simmel não acrescentaram nada ao nosso conhecimento” (p. 182). Apenas Bouglé procurará relativizar a virulência dos ataques, lembrando

23 Poderíamos quase chegar ao ponto de dizer que Durkheim não procurava mais a sociologia na Alemanha, se tomarmos por referência o que ele escreveu no *Mercure de France*, no mesmo ano: “No presente momento, tenho a impressão bastante clara que, desde algum tempo já, a Alemanha não soube renovar suas fórmulas. (...) Os estudos de sociologia, que gozam atualmente entre nós de uma fama quase excessiva, lá quase não contam com representantes. O fato me parece ainda mais notável na medida em que, quando eu comecei, há dezenove ou vinte anos, nos estudos que hoje persigo, era pela Alemanha que eu esperava ser iluminado. (...) Eu me pergunto, portanto, se isso não é também um sinal de uma certa falta de curiosidade, de uma sorte de ensimesmamento, de uma abundância intelectual que se opõe aos novos progressos” (Morland, 1969 [1902]).

24 A crítica de Durkheim se tornará então mais nuançada: “A ligeireza de espírito a qual o sr. Simmel se move em meio às questões que trata, passando de um assunto a outro, de uma ideia à seguinte, enriquece os seus escritos. Mas dessa maneira os conceitos utilizados pelo autor terminam por não apresentar acepção precisa. Eles apresentam uma elasticidade excessiva conforme o argumento é desenvolvido. (...) Nós devemos, ao contrário, sublinhar que toda a parte que concerne às fronteiras foi tratado exaustiva e profundamente pelo sr. Ratzel em sua *Politische Geographie*, que o sr. Simmel não cita” (Durkheim, 1904)

aos demais que as ideias de Simmel foram e continuavam a ser partilhadas em parte pela equipe da *L'Année sociologique*²⁵; para Durkheim e a maioria dos durkheimianos, no entanto, Simmel não era mais que um pensador obscuro, embora original.

A ruptura entre Durkheim e Simmel se produziu, portanto, sobre uma base ambígua: Simmel é ao mesmo tempo rejeitado e comentado. Se rejeitado, por que então lhe dar qualquer atenção? Por que não lhe ser, simplesmente, indiferente? Karady (1979) nos oferece duas razões de ordem geral que podem esclarecer a questão.

Primeiramente, as resenhas publicadas na *L'Année* seguem a lógica do processo de legitimação que Durkheim e os durkheimianos promovem para a sua sociologia. Tal legitimidade da sociologia francesa se construía tendo a sociologia alemã por referência: “O que importava para a Escola sociológica [N.T.: de Durkheim] era que a ‘crise alemã do pensamento francês’ justificava qualquer empreendimento intelectual que pudesse apresentar modelos testados existentes na Alemanha. Ora, estes não eram poucos, pois havia abundante literatura naquele país que confirmava a autoridade de autores como Tönnies, Wundt, Schmoller, Schäffle, Simmel ou Gumplowicz, que constituíam os principais autores que povoavam o universo intelectual durkheimiano. A existência desta ‘dominância germânica’ na equipe da *L'Année* se torna ainda mais flagrante na medida em que não encontramos nenhum vestígio dela nos grupos disciplinarmente contíguos, mas exteriores à Universidade, como no de Tarde, nos ‘sociólogos internacionais’, ou ainda nos seguidores de Le Play de diversos quadrantes” (Karady, 1979: 71). Assim, a frequência das resenhas dedicadas a obras de autores alemães na *L'Année* não cessará de crescer entre 1896 e 1909 (Karady, 1979: 72). Tal fato pode explicar o porquê de Simmel ser regularmente comentado, mas ele não nos indica nada sobre o motivo do autor ser também severamente criticado. Aqui surge o segundo argumento desenvolvido por Karady.

Após 1896, começam a ocorrer trocas de artigos entre a equipe do *American Journal of Sociology* e a da *L'Année sociologique*, e Durkheim desejava estreitar laços com os americanos, como ele já havia feito com os ingleses. A referência à língua inglesa na *L'Année* é obrigatória. Com isso, a necessidade estratégica dos alemães se reduz ao papel de garantidores da legitimidade dos trabalhos apresentados na *L'Année*. Com o tempo, Durkheim chegará a revisar a importância

25 Ver aqui sobretudo a resenha feita por Bouglé (1910) da *Soziologie* de Simmel (GSG 11, 1992[1908]). Mencionemos também a resenha de Hubert e Gelly do artigo de Simmel “Der Begriff und die Tragödie der Kultur” (GSG 14, 1996[1911]) publicado em 1909 na revista *Logos*, para o volume 12 da *L'Année sociologique* (1909-1912/1913, pp. 17-20).

da influência dos alemães sobre os seus trabalhos e os de sua escola: ele dirá até que a ciência das religiões é essencialmente inglesa, não havendo nela nada de alemão (Karady, 1979: 73). Como mostra Karady, aparentemente “o caráter vital e estratégico do aporte alemão diminui com o tempo, à medida que a Escola sociológica consolida seus fundamentos acadêmicos e universitários”. A sociologia não é elaborada mais com os alemães, e ainda menos com Simmel, mas sim com os americanos e os ingleses.

Mencionar Simmel é, portanto, necessário para justificar o empreendimento durkheimiano. A crítica realizada na *L'Année* assegura esta legitimação e permite à sociologia francesa afirmar sua autonomia em relação ao pensamento alemão. Resta compreender o significado dessa autonomia. Quanto às relações Simmel-Durkheim, faltam-nos materiais para ir mais longe, pois a correspondência direta entre os autores é hoje considerada perdida. De qualquer maneira, duas soluções se apresentam para completar a investigação: comparar os textos de ambos, buscando ali os traços de sua relação, ou recorrer à história das relações entre Simmel e outros colaboradores da *L'Année*. Escolhemos essa última, uma vez que nos permite vislumbrar as relações entre Simmel e Marcel Mauss.

Mauss viveu em primeira mão os embates entre Simmel e Durkheim. Ele é o principal e o primeiro colaborador deste último desde o nascimento da *L'Année sociologique*, tendo auxiliado o tio na edição de *O suicídio* (1897); ele defenderá o “durkheimismo” contra os partidários de outras disciplinas e das revistas concorrentes da *L'Année*.

MAUSS E SIMMEL: DISTÂNCIAS E PROXIMIDADES

Para descrevermos a relação entre Mauss e Simmel, é preciso, antes de tudo, lembrar que esses autores fazem parte de duas gerações diferentes. Catorze anos separam Simmel e Mauss – toda uma era, em suma, do ponto de vista do universo sociológico em formação. O olhar sociológico, por mais rústico que fosse, já existia para Mauss, enquanto para Simmel ou Durkheim ele ainda estava por ser definido. Mauss se beneficia diretamente dos conselhos de Durkheim, e eles rapidamente se tornam próximos: o laço familiar, com suas alegrias e angústias, reforça a ligação profissional, à qual Mauss restará fiel até o fim da vida²⁶. O tio, esse “profeta inspirado”²⁷, é um líder no qual Mauss reconhece a autoridade, fazendo-o abraçar o seu projeto. Nada poderia separar mais Mauss e Simmel.

26 Ele inclusive o reafirma em sua nota biográfica. V. Mauss, 1979, pp. 209-220.

27 Cf. G. Davy, 1973.

Contrastes...

Não obstante, havia proximidades biográficas entre Mauss e Simmel: como esse, Mauss era filho de um comerciante judeu; o jovem Simmel queria tornar-se advogado, enquanto Mauss estudara Direito; Simmel é filósofo de formação e Mauss é bacharel [*agrégé*] em filosofia; além disso, ambos se diziam “relativistas”²⁸. Mas tais semelhanças não devem iludir: muitos intelectuais do fim do século apresentavam igualmente várias dessas características. Se passamos do plano biográfico para o das carreiras intelectuais, as diferenças entre Simmel e Mauss saltam aos olhos.

A formação de cada um dos autores, por exemplo. No outono de 1895, Mauss se inscreve nas sessões de ciências religiosas e de ciências históricas e filológicas da *École pratique des hautes études*. De um lado, ele estudará línguas com Antoine Meillet, Louis Finot e Israël Lévi; de outro, as religiões com Sylvain Lévi, Alfred Foucher e Léon Marillier. De sua parte, a partir de 1876, Simmel assistirá aulas de História com Droysen, Mommsen, von Sybel, von Treitschke; de Filosofia com Zeller, Tobler, Herman Grimm (de quem Simmel se tornará próximo), Harms, Marx Jordan; de etnologia com Adolf Bastian e de “psicologia dos povos” [*Völkerpsychologie*] com Moritz Lazarus²⁹.

É verdade que, no decorrer desses percursos, certas conexões apareceram. Ao fazer sua especialização, Mauss terá contato com professores de Simmel. Podemos assim notar a influência sobre Mauss da etnologia de Bastian, que Simmel havia tido contato entre 1877 e 1878. Podemos igualmente sublinhar a referência recorrente de Mauss à psicologia popular, em particular à de Wundt³⁰. Simmel, igualmente influenciado pela disciplina, mantém uma atitude crítica

28 “O candidato ao bacharelado [*agrégation*] se diz ‘relativista’, e já manifesta interesse pelas questões linguísticas e etnológicas” (Fournier, 1994: 69).

29 Sobre este ponto, ver: H.-J. Dahme, Ch. Gülich, O. Rammstedt (1989).

30 É isto que Mauss escreve à Milhaud em 7 de janeiro de 1897: “Quanto a Wundt, vou ouvi-lo em breve, talvez eu vá ao Laboratório. (...) Falta Spinoza. Quanto mais leio as críticas, mais eu o acho sólido. Eu renunciei, ao menos por enquanto, aos estudos históricos. (...) Como para você, o povo alemão me pareceu sensato (...)” (carta a Milhaud, 7 de janeiro de 1897, Fundo Hubert-Mauss).

perante Wundt, escolhendo se filiar à linha de Moritz Lazarus³¹. Sendo assim, Mauss não fará uso de Bastian e da psicologia popular como o fez Simmel (basta nos referirmos aos primeiros escritos sobre religião dos dois autores para notar como eles não estão de acordo).

Portanto, Mauss se engaja de fato em uma formação especializada, exegética. Simmel passa por todas as disciplinas com o objetivo de desenvolver um conhecimento sintético do homem. Vemos bem aqui uma ruptura entre dois momentos da sociologia, mas também entre dois tipos de sociologia: de um lado, a sociologia científica, na qual a divisão do trabalho já está bem adiantada; de outro, a sociologia então chamada de “geral”, que busca seu caminho dentre a biologia, a filosofia, a economia e a psicologia, para tornar-se, segundo o desejo de Simmel, “especial”.

Outra diferença importante entre Mauss e Simmel é quanto ao engajamento político. “Ao contrário de seu tio, Marcel Mauss é um militante e um ‘homem de partido’: desde seus estudos universitários em Bordeaux ele frequentará o grupo dos Estudantes Revolucionários, colaborando com Marcel Cachin, alguns anos mais velho que ele, tendo sido sempre próximo da militância estudantil e socialista, e, em 1895 – com seus novos amigos, Edgar e Albert Milhaud –, ele participará da *Ligue démocratique des écoles*, de congressos do movimento socialista e cooperativista, e publicará suas primeiras resenhas em uma revista internacional de economia, de história e de filosofia, *Le Devenir social*” (Besnard e Fournier, 1998: 17).

Em Simmel, vemos também certo engajamento político, mas sua expressão toma um rumo singular. Ele não se engaja, ou se engaja pouco, nos grupos políticos de seu tempo. Talvez tenha feito parte, em sua juventude, de alguns círculos estudantis de tendência socialista. Nesta época, ele escreve igualmente

31 Aqui é necessário apresentar a distinção entre três grandes momentos da *Völkerpsychologie*, que corresponde a três escolas diferentes. A primeira época (entre 1860-1890) foi marcada pela escola de M. Lazarus e H. Steinthal. Ela se ocupou do estudo da linguagem e da cultura dos povos, dando-se por projeto o estabelecimento de uma teoria do espírito dos povos, sendo uma forma de antropologia geral das diferentes culturas e sociedades humanas. Essa escola foi combatida alguns anos mais tarde pela de W. Wundt (entre 1890-1920). Wundt quis dotar a psicologia dos povos de um caráter mais “científico”, partindo para tanto das leis do indivíduo tomado enquanto complexo psicofisiológico. A intenção era chegar às leis sociais e culturais. Sobre esta periodização, ver principalmente H. Hiebsch (1980: 489); sobre o conflito entre a primeira e a segunda escola, ver, entre outros: H. Steinthal, 1887, pp. 233-264; A. Arnold, W. Meischner, 1980, pp. 496-504. É, enfim, Thurnwald quem se torna, no início dos anos 1900, o líder de uma terceira escola da *Völkerpsychologie* (entre 1910-1935), que compete com a de Wundt. Thurnwald se encaminha resolutamente para a antropologia anglo-saxã (cf. notadamente seus artigos de feição programática: R. Thurnwald, 1925, pp. 01-20; R. Thurnwald, 1927, pp. 252-253), e deixa um pouco de lado o aspecto psicofisiológico, caro para Wundt. Ele renova, por outro lado, certas intuições de Lazarus e Steinthal, mas partindo dos estudos empíricos de culturas e sociedades.

artigos para uma revista de contestação, *Vorwärts*, e para uma revista literária, *Jugend*, de 1897 a 1906 (Rammstedt, 1988). Neles, as questões políticas não são abordadas de frente, como nos escritos de Mauss; elas se misturam às questões da vida cotidiana, desenvolvidas por meio de uma escrita pungente, de apelo estético. Mauss fala da tribuna; Simmel protesta à maneira de um Aristófanes que tomou para si a pena de Dante. Ao abordar os pequenos fatos cotidianos, ele se junta a Schopenhauer, Nietzsche, Kant – entre o céu e o inferno, em um movimento pendular entre um e outro que para ele descreveria a própria dinâmica da vida. No fundo, a ideia mais politicamente engajada que Simmel terá é aquela que descreve seu filho: “Ele escolhia ser um ‘liberal’, isto é, ser do partido popular dos livres pensadores, e se nenhum de seus candidatos parecesse ter alguma chance, ele então votava na social-democracia. No geral ele era cético em relação a todos os partidos de direita. E tinha enorme desconfiança pela política de Guilherme II”³² (Simmel, 1941-1943: 53). Portanto, a maneira de se engajar de ambos os autores era bem diferente, mesmo que as simpatias partidárias pareçam próximas.

Assim, ainda que eles se assemelhem em certos pontos, Mauss e Simmel não tiveram nem uma existência nem uma carreira intelectual parecidas. Contudo, Mauss tomará conhecimento dos trabalhos de Simmel e, surpreendentemente, lembrará deles ao longo de toda a sua vida. Por que isto aconteceu, e como?

“Reconciliação” negativa

Se é incontornável falar de uma “reaproximação” entre Mauss e Simmel, devemos antes deixar claro duas coisas: primeiro, que tal reaproximação parte de Mauss, e que ela será “negativa”, no sentido em que Mauss, em função de suas relações com Durkheim, forjará para si uma opinião desfavorável sobre Simmel que pouco mudará. No entanto, surpreende que Mauss, em sua obra, tenha se lembrado frequentemente de Simmel. Qual é o peso desta lembrança? Para podermos avaliá-la, voltemos um instante aos anos 1895-1896.

Em 1895, Durkheim confia uma dupla missão a Mauss: concentrar seus estudos no tema da religião e recrutar colaboradores para a *L'Année sociologique*. Durkheim está convencido de que a religião é “uma das grandes funções

32 É difícil tratar os escritos do período da Primeira Guerra Mundial (cf. G. Simmel, GSG 16, 1998) enquanto expressão de uma disposição particular de Simmel a “falar de política”. Isso seria um exagero que não tomaria verdadeiramente em conta a complexidade da questão acerca de seu posicionamento face à guerra. É de se notar a este respeito que Lukács chegou a equiparar Simmel a um pensador “fascista” e “racista” (cf. G. Lukács, 1962: 188), acusando-o de obscurantismo e de defender a “mística niilista” da “decadência imperial” (*ibid.*, pp. 353, 359 e 364).

reguladoras da sociedade, juntamente com o direito e a moral” (Fournier, 1994: 81). Mauss então entra em contato com Winternitz e Frazer³³ e se lança na aventura da revista, da qual será protagonista entre 1895 e 1902, período de lançamento das bases do projeto editorial³⁴. Lévy-Bruhl dirá mais tarde que Mauss deu à *L'Année* o melhor de si, pois publicou ali boa parte de sua obra: cerca de 2500 páginas, em um total de 10 a 11 mil (Besnard e Fournier, 1998: 14).

O primeiro contato com Simmel ocorreu neste período. Foi em 1896, na época em que Bouglé publicou seu livro, “*Les sciences sociales en Allemagne: les méthodes actuelles*”. É bastante provável que Mauss, enquanto membro ativo da *L'Année* e por sua proximidade com Durkheim, tenha tido contato com o livro de Bouglé antes de sua publicação. Sua reação, como a relata Fournier, será a seguinte: “Sua principal reserva [de Mauss quanto ao livro de Bouglé] era concernente à seleção dos autores alemães: por que Simmel e não Wundt? O primeiro ‘ainda está na introdução [de sua obra]’, enquanto o segundo já possui uma grande influência sobre toda a sociologia” (Fournier, 1994: 77). Mauss afirma logo de partida seu ceticismo quanto a Simmel, e nisto difere de Durkheim, que havia se apressado em lhe pedir para participar da *L'Année sociologique*. Além disso, Mauss não parece ter dúvidas quanto à qualidade das relações entre Bouglé e Simmel, bem como parecia ignorar a crítica simmeliana da “psicologia popular” de Wundt. Tudo isso indica claramente um desacordo de origem e de fundo entre os dois.

Tendo-se tornado responsável pela seção de sociologia da religião da revista, a mais volumosa e importante aos olhos de Durkheim, Mauss deveria por sua vez encorajar os autores colaboradores a produzir trabalhos doutrinários para a revista e escrever ele mesmo suas próprias resenhas. Mas a *L'Année* tarda a ser publicada; será então que a equipe durkheimiana conhecerá suas primeiras crises. Neste momento, Mauss e Durkheim serão duplamente surpreendidos no âmbito pessoal: no mesmo ano (1896), ambos perderão o pai. Mas tudo se passa rapidamente e o profissionalismo retoma as rédeas da vida privada do sobrinho e do tio. Durkheim é nomeado professor de “ciências sociais” em Bordeaux.

33 Em 3 de julho de 1898, Mauss foi convidado por J. G. Frazer a jantar (carta a Mauss de 03 de julho de 1898, Fundo Hubert-Mauss). Os dois, juntamente com a esposa de Frazer, Lili Frazer, mantiveram uma correspondência regular (contamos ao menos 24 cartas de Frazer a Mauss, de 1898 até janeiro de 1931).

34 Durkheim o lembrará de sua importância diversas vezes, como na passagem seguinte: “Ora, você é um dos pilares de nossa equipe, verdadeiramente essencial, e não apenas porque está em Paris, mas sobretudo porque, eu o prevejo e espero, da *L'Année sociologique* sairá uma teoria que, de maneira exatamente oposta ao materialismo histórico mais grosseiro e simplista – a despeito de suas pretensões objetivistas –, fará da religião, e não mais da economia, a matriz dos fatos sociais” (carta a Mauss de junho de 1897, in Durkheim, 1998: 71).

Paralelamente, o trabalho árduo que representou a escrita e organização d'*O suicídio* (1897) chega ao fim. Mauss, que depois do outono de 1895 segue os cursos de ciências religiosas na seção de ciências históricas e filológicas da *École pratique des hautes études*, analisa as estatísticas do *Service de la statistique judiciaire* dirigido por Tarde e termina suas pesquisas bibliográficas para Durkheim.

Até o início de 1897, Durkheim e Mauss estarão, portanto, – e a palavra não é exagerada – submersos em trabalho. Ao mesmo tempo, eles experimentam certa euforia. Dia após dia, tornam-se cada vez mais convencidos da viabilidade da *L'Année*, e os contatos internacionais se multiplicam. É nesse contexto que Mauss fica sabendo, por meio de Durkheim, da existência de Simmel: “Depois de nosso retorno me dediquei inteiramente à *L'Année*. Lapie e Bouglé estão cheios de ardor, e me escreveram cartas muito dedicadas e zelosas. Eu escrevi a É. Lévy; Richard já está trabalhando. Quanto a mim, li completamente a *Literatur Zentralblatt* de 1896, e encontrei algumas poucas coisas que poderiam me interessar. Mas devo admitir que estou ocupado sobretudo com aquilo que concerne a meus outros colaboradores. Quanto a você, abandono-te à sua própria sorte. Hoje escrevi a Simmel, veremos o que ele vai responder” (carta a Mauss de 10 de abril de 1897, [Besnard; Fournier, 1998: 54]). Portanto, Mauss está ciente da relação entre seu tio e Simmel, e conhecerá todas as suas reviravoltas – do ponto de vista de Durkheim.

Nos meses de junho e julho de 1897, Durkheim, como vimos acima, pena para classificar a sociologia de Simmel no interior das seções de *L'Année*. Ele confessa a Mauss seu ceticismo: “Quanto a Simmel, você sabe que estou longe de ser um entusiasta. Mas não desejo que pareça que me coloco em um isolamento orgulhoso, ou que tenciono publicar apenas cópias de mim mesmo. De qualquer maneira, ele é a quem eu melhor posso me dirigir neste momento” (carta a Mauss de junho de 1897 [Besnard e Fournier, 1998: 59]). A escolha por Simmel é certamente estratégica, pois Durkheim – e Mauss, provavelmente – não concorda com o alemão, ou antes a sociologia de Simmel não corresponde bem à sociologia que Durkheim deseja apresentar. Esta avaliação se radicaliza no início de 1898, quando ele termina a correção do artigo de Simmel e se prepara para publicá-lo: “Você nada comentou sobre o meu projeto de publicar ao mesmo tempo minhas duas aulas (revisadas) sobre a definição de religião. Isto teria a grande vantagem de, juntamente com seu artigo, dar o tom da questão. Me parece que teria excelente efeito. Então veriam que tal maneira de considerar a religião possui fundamento sólido; o seu trabalho seria a prova disto. E também ficaria claro que este trabalho se atém a uma concepção geral que é passível de aplicações mais amplas. A *L'Année* teria menos variedade, mas que importa?

E, de qualquer maneira, para ter variedade eu teria que, de novo, arranjar um Simmel qualquer” (carta a Mauss do início de janeiro de 1898 [Besnard, Fournier, 1998: 100]). Antes mesmo do caso do parágrafo sobre o sionismo, e bem antes de 1900, Durkheim possui uma opinião bem consolidada sobre Simmel, e Mauss seguirá fundamentalmente marcado por esse julgamento em suas atitudes relacionadas a ele.

Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), Mauss invocará Simmel em alguns textos. Em “*Divisions et proportions des divisions de la sociologie*”, texto de 1927, podemos ler o nome de Simmel em uma referência à sociologia geral que Mauss defende. Essa sociologia geral deveria descobrir as relações “que existem entre as diversas ordens de fatos sociais considerados em seu conjunto e cada um separadamente: morfológicos e fisiológicos de uma parte e, ao mesmo tempo, religiosos, econômicos, jurídicos, linguísticos, etc.” (Mauss, t. III, 1969[1927]: 227). Mas a sociologia geral não é “o puro domínio de generalidades puras, e ainda menos de generalidades apressadas. Ela é, antes de tudo, o estudo dos fenômenos gerais. (...) Tais fenômenos são estes: tradição, educação, autoridade, imitação, relações sociais em geral, entre classes, o Estado, a guerra, a mentalidade coletiva, a razão etc. Nós negligenciamos estes grandes fatos e os negligenciaremos provavelmente por bastante tempo ainda. Mas outros não os esquecem. Sobre a autoridade, podemos citar o livro de M. Laski. Durkheim e os adeptos da *social pedagogics* tratam da educação. Outros autores inclusive reduzem a sociologia inteira a considerações de fatos gerais: é o caso de Simmel e seus alunos, de M. von Wiese e de sua *Beziehungslehre*. Nós não estamos de acordo com eles; mas eles têm razão em não considerar o estudo das grandes construções sociais como relevante apenas para a sociologia jurídica” (Mauss, t. III, 1969[1927]: 227). Sete anos depois, é novamente por meio de um artigo sobre o estatuto e a maneira de se fazer sociologia (Mauss, t. III, 1969[1934]: 303-358) que o autor cita Simmel novamente: “de outro lado, uma massa considerável de trabalhos, frequentemente de grande qualidade, traz à sociologia geral propriamente dita grandes quantidades de fatos e de ideias. As escolas de sociologia alemãs, inclusive a que fundou Max Weber, como a de Simmel, e ainda mais a de Cologne, com Scheler e Von Wiese, mesmo sendo tão preocupadas com a realidade, mesmo plenas de observações engenhosas, limitaram seus esforços quase sempre aos problemas da vida social em geral. Os sociólogos alemães, salvo quando são também etnólogos, renunciam a quase todas as sociologias especiais. As séries de fatos bem delimitados que estes últimos delineiam são por eles abandonados às ciências especiais ou à história. Trata-se, neste artigo, de mostrar qual é o lugar dessas especulações sobre os fatos gerais,

e também de mostrar como é possível complementá-los com novas observações mais metódicas” (Mauss, *Fragments d’un plan de sociologie Générale descriptive*, 1969[1934], t. III: 304). Encontramos, ainda, dentre os rascunhos do Fundo Hubert-Mauss, o nome de Simmel escrito à mão. É o caso do rascunho de “*La nation*” (Mauss, t. III, 1969: 573-625), no qual Mauss trata Simmel por “pedagogo”, uma maneira depreciativa de distingui-lo dos sociólogos.

Não resta nenhuma dúvida: Mauss e Simmel não compartilham da mesma concepção da sociologia. E, no entanto, Mauss certamente se aproxima da sociologia de Simmel, e isto desde a publicação do primeiro número de *L’Année*. Mas é também a partir daquele momento que Mauss conquista certa autonomia em relação a Durkheim. Vejamos este último ponto.

Mauss: entre Durkheim e Simmel

Como cientista, Mauss cedo tomará um caminho diferente do adotado por Durkheim ao trazer a sociologia para o centro do engajamento político. Em 1899, no momento em que seu primeiro texto importante é publicado na *L’Année*, ele escreve “*L’action socialiste*” (Mauss, EP, 1899). Para ele, “a ação socialista é, antes de tudo, e este é o meu primeiro ponto, uma ação de transformação da sociedade, uma ação social. O nome o indica. Os fatos o corroboram” (p. 72). Mauss pode ser descrito como um socialista no sentido em que Saint-Simon dava ao termo por volta de 1827. Mas seu socialismo era também um cooperativismo, e se distinguia, portanto, do socialismo de Saint-Simon e do comunismo de Marx. O movimento da ação socialista se preocupava com a sorte dos operários. Convencido desta causa, Mauss adere à SFIO [N.T.: Sigla para “*Section Française de l’Internationale ouvrière*”], criada em abril de 1905 durante o Congresso de Paris. Ele se tornará membro do conselho de administração da entidade.

Mauss investirá antes na educação do povo que na propaganda partidária, conservando sempre uma vontade de educar que o fará por muito tempo hesitar entre a carreira acadêmica, na qual não se sentia inteiramente confortável, e o magistério. Ele se mantém, como o disse Fournier (1997: 105-107), “primeiramente, um sábio”. Mas o sábio tinha necessidade de política para viver. Isto não fará mais que aumentar a admiração que tinham por ele os seus camaradas de partido – ou mesmo os anônimos, como aquele que o escreveria em 1900: “Senhor, receba todas as minhas felicitações pelo artigo ‘A ação socialista’ – admiravelmente compreensível e [ilegível] – em uma palavra: o socialismo é a religião (nova) ou a ciência – ciência total (as ciências – letras – sociologia – moral – política) – religião e ciência são termos idênticos – a ciência deve ser a

condutora do socialismo. Receba a garantia de minha alta estima. Vosso artigo deve ser semeado” (carta anônima e não datada a Mauss, Fundo Hubert-Mauss).

Mauss liga, portanto, engajamento político e ciência, e é talvez por isso que ele comece, também nesse aspecto, a distanciar-se de Durkheim. E será então que suas propostas teóricas se aproximarão bastante das de Simmel – a partir de 1900.

Este ano será também aquele no qual Mauss começará a escrever com Paul Fauconnet o verbete “*Sociologie*” (Mauss, t. III, 1969[1901]) para a Grande Enciclopédia. Na aparência, o artigo se reivindica fortemente durkheimiano: “Tudo o que postula a sociologia é simplesmente que os fatos que chamamos de sociais estão na natureza, isto é, estão submissos ao princípio da ordem e do determinismo universais, logo são inteligíveis” (p. 140). Mas, se o observamos mais de perto, Mauss e Fauconnet mostram que os objetos da sociologia são assim na medida em que apresentam uma dimensão social. Em outros termos, e é esta a nuance inserida na teoria durkheimiana, os objetos não são imediatamente considerados como sociais. Uma formulação correspondente se encontra em Simmel: no “*Das Problem der Soziologie*” (GSG 5, 1992[1894]), o autor já afirmava que o social deveria ser extraído dos fatos, que não seriam simplesmente sociais³⁵. Mauss está, portanto, se colocando a mesma questão que Simmel fez a si mesmo alguns anos antes: o que quer dizer “social”?

A resposta de Mauss e de Fauconnet é a seguinte: aquilo que é social, isto é, as sociedades, os grupos humanos, é reconhecido “pela presença de ações e reações, de interações” (Mauss, t. III, 1969[1901]: 142). Essa formulação é quase idêntica à que encontramos em Simmel: para este, o social deve ser compreendido a partir das interações entre as pessoas, cuja soma representa o que nós chamamos de “sociedade”³⁶.

Nós não saberíamos como ir além destas aproximações autorizadas pelos textos. No conjunto, a proposta de Mauss e Fauconnet mantém-se fiel à doutrina durkheimiana: “Essa interdependência dos fenômenos seria inexplicável se estes fossem o produto de vontades particulares mais ou menos caprichosas; mas ela se explica se os fenômenos forem produto de forças impessoais que dominam

35 O trecho seguinte o ilustra bem: “Na aparência histórica, existe efetivamente uma fusão livre do conteúdo e da forma societal, não existe nenhum estado preciso, ou desenvolvimento que seria simplesmente social e que não seria, ao mesmo tempo, o estado ou o desenvolvimento de um conteúdo” (Simmel, GSG 5, 1992 [1894]: 56). É este equilíbrio entre a forma e o conteúdo que leva Simmel a dizer que não há fatos diretamente sociais, mas um acontecimento que traz consigo algo de social. O social é uma das propriedades dos objetos de nossas trocas, uma dentre outras.

36 Ainda em seu texto “*Das Problem der Sociologie*” (GSG 5, 1992[1894]), Simmel diz: “A sociedade em seu sentido mais amplo está presente no momento em que vários indivíduos entram em ‘efeito de reciprocidade’” (p. 54).

os indivíduos” (*ibid.*: 147). Aqui reencontramos a imagem disciplinar e restritiva da sociedade, aquela que Durkheim cultiva e que não é a de Simmel. O acento durkheimiano do artigo de Mauss e Fauconnet não escapa a Bouglé, que o sublinhará na ocasião de uma resenha para a *L'Année* que toma por objeto a *Soziologie* de Simmel (GSG 11, 1992[1908]): “e, com efeito, os estudos heterogêneos justapostos neste livro permitirão ao leitor fazer uma ideia mais nítida daquilo que o sr. Simmel entende por ciência das formas sociais. Elas estão longe de se reduzirem, em sua visão, às determinações espaciais, à estrutura material dos grupos, àquilo que nos propomos aqui [N.T.: na *L'Année sociologique*] a estudar sob a rubrica de Morfologia Social. De certa maneira, elas transbordam o quadro das instituições propriamente ditas. O sr. Simmel não aceitaria a definição proposta anteriormente pelos srs. Mauss e Fauconnet” (Bouglé, 1910: 17-18). Essa definição será aquela pela qual Mauss e Fauconnet regressarão de seu relativismo para o objeto durkheimiano da sociologia – em seus termos, aos “hábitos coletivos”: “Estes hábitos coletivos e as transformações pelas quais eles passam incessantemente, é isto o próprio objeto da sociologia” (Mauss, t. III, 1969[1901]: 146). O comentário de Bouglé segue, no entanto, misterioso: por que ter aproximado a *Soziologie* de Simmel do texto de Mauss e Fauconnet? Teria Simmel sido debatido por Mauss? Se sim, em quais termos? Não possuímos nenhuma resposta precisa a essas questões. O material biográfico, muito pobre, não permite uma tomada de posição; resta apenas o material intelectual e sua linguagem, que esconde tanto quanto revela. Não restando outra opção, abordemos a questão indiretamente: voltemos à relação entre Mauss e Durkheim para tentar vislumbrar o lugar que Simmel irá ocupar.

Certa distância teórica começa a despontar entre tio e sobrinho. Ela só faz aumentar a partir da publicação do primeiro número de *L'Année*. No correr da troca de cartas, Mauss toma posições quase paradoxais, virando o “durkheimismo” contra Durkheim, como na carta a seguir, destinada a Hubert: “(...) o importante é precisamente que nós sejamos os únicos a fazer o que fazemos na *L'Année*, e, sendo os únicos, que não façamos em outra parte, a não ser na *L'Année*. Pelo mesmo motivo, para mim Fauconnet, Durkheim e Lévy não devem colaborar muito com o *Litteratur Bericht*, que foi fundada na Alemanha, e de maneira nenhuma devem ali introduzir nossos tópicos. É preferível se inserir em organizações já prontas, fortes e respeitáveis, já influentes, onde poderemos falar com a certeza de que seremos compreendidos. Não vale à pena colaborar com revistas efêmeras, para as quais não desejamos a morte, mas que tampouco desejamos a vida” (carta não datada de Mauss a Hubert, provavelmente de 1899, Fundo Hubert-Mauss). Mauss é ambíguo aqui, e o ficará cada vez mais.

Em 1901, morre Marillier, professor de “religiões dos povos não civilizados” na seção de ciências religiosas da *École pratique des hautes études*. Em 6 de dezembro do mesmo ano, Mauss recebe de A. Réville a seguinte carta: “O sr. Mauss, bacharel [agregé] em filosofia, será nomeado professor de religiões dos povos não civilizados junto à seção de ciências religiosas da *École pratique des hautes études*, substituindo o sr. Marillier, recém falecido³⁷” (carta de Réville a Mauss, de 6 de dezembro de 1901, Fundo Hubert-Mauss). Apesar da falta de títulos universitários, Mauss sobe na hierarquia acadêmica e se afasta um pouco mais da *L'Année*. Suas resenhas chegam sempre com atraso, e tampouco para a escrita de sua tese de doutorado ele consegue encontrar tempo. Para coroar, ele investe com prejuízo em uma sociedade cooperativa, chamada de “Padaria”.

Esse processo de afastamento conheceu uma breve pausa quando Durkheim pede a Mauss para escrever com ele um artigo sobre as formas de classificação das sociedades ditas “primitivas”. O artigo se tornará o texto fundamental que conhecemos hoje sob o título “*De quelques formes primitives de classification. Contribution à l'étude des représentations collectives*” (t. II, 1974[1903]). Neste momento, Mauss se mantém ao lado de seu tio.

Porém, em 1906-1907, novas crises surgirão entre Mauss e Durkheim e quase provocarão a demissão do primeiro, emocionalmente exaurido com as constantes reclamações de seu tio e completamente desmotivado com o trabalho na *L'Année*. Além disso, naquele momento, morre um dos inspiradores de Mauss: O. Hamelin. A crise pela qual Mauss passa entre 1906-1907 o incita a viajar. Ele desaparece de tal maneira que Bouglé chega a se preocupar: “Onde estará nosso grande homem?” (telegrama de Bouglé a Mauss, 24.08.1906, Fundo Hubert-Mauss). Ele está em Berlim: “Enfim consegui lhe escrever para dizer [ilegível] que sinto muito por não ter conseguido lhe encontrar durante sua estadia em Berlim” (carta de Gretingren a Mauss, 1906, Fundo Hubert-Mauss). Simmel leciona em Berlim, onde se tornou quase uma atração turística. Teria Mauss o encontrado? Será que participou de um de seus cursos? Teriam estes lhe interessado de uma maneira ou outra? Impossível saber.

O comportamento ambivalente de Mauss quanto à Durkheim produz o seguinte efeito peculiar: quando nos debruçamos sobre os escritos principais de Simmel e Mauss no mesmo período (1898/1907-1909), o que constatamos? Os temas de pesquisa de Mauss se concentram essencialmente sobre a religião, a magia e a mitologia das tribos australianas, dos indianos e dos esquimós, em

37 Mauss homenageará Marillier em seu artigo “*La théorie de la religion selon Marillier*” (Mauss, t. I, 1968 [1902]).

constante diálogo com as teorias europeias³⁸. No mesmo momento, os escritos de Simmel sobre a religião tomam grande amplitude³⁹. Mauss realiza este trabalho em parte para o livro de Durkheim “As formas elementares da vida religiosa” (1912). Tal proximidade de interesses é quase única neste momento histórico da sociologia, como se Simmel e os durkheimianos dialogassem por intermédio de suas obras. Poderíamos transpor esta situação à relação Simmel-Mauss? Será que Mauss manteve, seja por causa de Durkheim e dos durkheimianos, seja inconscientemente, um diálogo subterrâneo com Simmel?

A ausência de elementos materiais atestando as relações diretas entre Simmel e Mauss não nos autoriza a ir mais longe do que a mera colocação dessas questões, atualmente ainda pouco debatidas. Mas é interessante constatar que Mauss não somente renova, mas leva ao paroxismo uma ambivalência análoga àquela que havíamos constatado entre Durkheim e Simmel. Aparentemente, Mauss conhece Simmel apenas pelo que dele havia dito Durkheim e, provavelmente, pelas traduções francesas de seus artigos mais conhecidos. Desde o início, e durante o resto de sua vida, ele se posicionará contra a abordagem do alemão. Mas as linhas gerais de seu pensamento mostram que Mauss terminou por desenvolver um relativismo próximo ao de Simmel, sendo sua definição do objeto da sociologia a mesma que a defendida por Simmel – tudo isso se intensifica a partir do momento no qual Mauss se distancia teórica e pessoalmente de Durkheim. O processo culmina nos anos 1906-1907.

Mauss e Simmel: o enigma de uma proximidade teórica

Os paralelos biográficos que notamos entre Mauss e Simmel se mantêm enquanto tais: de fato existem, mas não convergem entre si. De outro lado, talvez seja possível recuperar afinidades no nível de suas concepções teóricas gerais. Resta saber se, ao pesquisar os textos de ambos, encontraremos afinidades e se será possível avaliar a profundidade de sua ligação.

38 Mencionemos, quanto a isso: “*Le Rameau d’Or’ de Frazer*” (t. I, 1968 [1902]), “*La notion d’âme en Chine*” (t. II, 1974 [1903]), “*Mythologie et symbolisme indiens*” (t. III, 1969 [1903]), “*Les Eskimo*” (t. III, 1969 [1904]), “*L’origine des pouvoirs magiques dans les sociétés australiennes. Étude analytique et critique de documents ethnographiques*” (t. II, 1974 [1904]), “*Introduction à l’analyse de quelques phénomènes religieux*” (t. I, 1968 [1906]) em colaboração com Hubert, “*L’art et le mythe d’après M. Wundt*” (t. II, 1974 [1908]), e, por fim, “*La prière*” (t. I, 1968 [1909]).

39 Cf., principalmente: “*Zur Soziologie der Religion*” (GSG 5, 1992[1898]), “*Vom Heil der Seele*” (GSG 7, 1995[1902/1903]), “*De la religion du point de vue de la théorie de la connaissance*” (1903), “*Die Gegensätze des Lebens und die Religion*” (GSG 8, 1993[1904/1905]), “*Ein Problem der Religionsphilosophie*” (GSG 8, 1993[1905]), “*Die Religion*” (GSG 10, 1998[1906]), “*Das Christentum und die Kunst*” (GSG 8, 1993[1907]), “*Religiöse Grundgedanken und moderne Wissenschaft. Eine Umfrage*” (1909).

Poderíamos, por exemplo, levar em consideração aquilo que nos parece ser o coração do pensamento de Mauss e de Simmel: respectivamente, o dom e a interação⁴⁰ [*Wechselwirkung*]. Mauss qualifica o dom enquanto fato social total, a saber, o conjunto “completo” de relações sociais por meio das quais circulam as coisas, os homens e as mensagens de maneira particular, posto serem dadas, recebidas e retribuídas. Esta estrutura do dar-receber-retribuir se articula sobre a base de um movimento recíproco, o dom/contradom. A interação, para Simmel, apresenta quase as mesmas propriedades. Trata-se de um movimento de atração e repulsão que constitui a dinâmica de cada relação humana. Tal dinâmica instaura uma circulação generalizada de formas (linguagens, signos etc.), por meio das quais comunicamos o conteúdo daquilo que experimentamos. Formas enquadram coisas, homens ou mensagens e é a sua circulação que produz sociedade. Como podemos observar, as semelhanças são evidentes e valeria a pena aprofundar a reflexão sobre elas⁴¹.

O objetivo deste tipo de estudo não é, evidentemente, conjugar esforços sobre uma “curiosidade”, uma dentre tantas, acerca de duas tradições que desde o início do século decidiram não mais se comunicar diretamente. O exame proposto visa, ao contrário, atualizar as investigações que deram à sociologia europeia seus primeiros delineamentos e suas grandes problemáticas. Com Simmel e Mauss, nós chegamos àquilo que concerne ao estabelecimento da relação humana no interior da interrogação sociológica. O que desenvolvemos até aqui sugere que a questão foi colocada por dois sociólogos marginais, e que ela se tornará, conseqüentemente, uma questão marginal na sociologia; marginalidade que atesta o fracasso europeu em dar à disciplina uma base programática estável, fundamental nos primórdios de uma ciência.

Os críticos da perspectiva apenas esboçada neste artigo poderiam argumentar que a problemática desenhada por Simmel e Mauss teria nutrido enormemente a sociologia interacionista americana; seu caráter marginal, portanto, não poderia ser considerado excessivo. Ao contrário, nossas pesquisas atuais indicam que também no interior da tradição sociológica americana a problemática da relação humana encontrou dificuldades semelhantes. Ela foi, sem dúvida, bastante utilizada nos primeiros anos do Século XX, notadamente em razão da

40 Um dos primeiros ensaios decisivos nesse sentido foi escrito por T. Keller (1999), a propósito de uma conferência em Strasbourg, na ocasião da publicação da tradução francesa, feita por L. Deroche-Gurcel, da *Soziologie de Simmel*: “*La pensée du don de Simmel et Mauss: médiations franco-allemandes*”. Os anais deste colóquio foram publicados pela PUF (*Presses Universitaires Françaises*).

41 Foi o que nos propomos em nossa tese de doutorado: “*Georg Simmel, Marcel Mauss. Éléments pour une approche sociologique de la relation humaine*” (Université de Lausanne/Université de Paris-X, 2001).

forte dependência institucional dos intelectuais americanos relativamente aos seus pares alemães. De fato, ela será objeto de numerosos debates. Mas estes definirão aos poucos, e a relação humana deixará de ser posta em questão e ganhará o estatuto de evidência inquestionável – segundo a expressão de Alfred Schütz –, um *a priori* sociológico absoluto, justificado em si mesmo. Como na Europa, essa problemática, inicialmente destinada a ocupar o primeiro plano da cena sociológica, será muito rapidamente marginalizada. Por uma espécie de ironia histórica, será pela redescoberta recente dos pais fundadores ditos “originais” da sociologia europeia e americana, isto é, pela reconstrução *a posteriori* de seus *insights* teóricos, estimulada pelo rápido declínio das teorias sociais contemporâneas, que retomamos hoje o fio de um debate subjacente a toda a sociologia que tem por eixo essa problemática – cuja formulação resta inacabada. Justamente porque, para o bem ou para o mal, a relação humana é para onde apontam o conjunto das questões sociológicas fundamentais e também de onde partem muitos estudos empíricos em nossa área, parece-nos evidente que essa problemática representa o desafio atual da sociologia, da qual depende, muito provavelmente, a longevidade da disciplina enquanto domínio da reflexão crítica. A genialidade de Simmel e Mauss reside nesta intuição, que eles nos transmitiram.

Referências:

- ARNOLD, A.; MEISCHNER, W. Wilhelm Wundt. Psychologie und Philosophie im Widerstreit, *Deutsche Zeitschrift für Philosophie*. Berlin, Veb Deutscher Verlag der Wissenschaften, v. 4, 1980, pp. 496-504.
- BESNARD, Ph. Textes inédits ou inconnus d'Émile Durkheim. *Revue française de sociologie*, n. 17, 1976, pp. 165-180.
- _____.; FOURNIER, Marcel. (Org.). *Lettres à Marcel Mauss*. Paris, PUF, 1998.
- BOUGLÉ, Célestin. Les sciences sociales en Allemagne: G. Simmel. *Revue de métaphysique et de morale*, Paris, n. 2, 1895, pp. 329-355.
- _____. *Notes d'un étudiant français en Allemagne*. Paris, Calmann-Lévy, 1895.
- _____. SIMMEL, Georg. Il problema della sociologia. *Riforma sociale*, VI^e année, fascicule 7. *L'Année sociologique*, 1901, p. 117.
- _____. SIMMEL, Georg. Soziologie. Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung (Sociologie. Recherches sur les formes de l'association), Leipzig, Dunker et Humblot, 1908, p. 782 in-8e. *L'Année sociologique*, v. XI, 1910, pp. 17-20.
- COSER, Lewis A. *Masters of sociological thought: ideas in historical and social context*. Nova Iorque, Harcourt Brace Jovanovich, 1977.
- DAVY, Georges. *L'Homme, le fait social et le fait politique*. Paris/La Haye, Mouton, 1973.

- DAHME, Heinz-Jürgen; GÜLICH, Ch.; RAMMSTEDT, Otthein. (Projektleitung). *Georg Simmel "Sociale Differenzierung". Theoriebildung im Schnittpunkt von Darwinismus, Kathedersozialismus, Kulturgeschichte, Kantianismus und Völkerpsychologie*. Bielefeld, DFGAbschlussbericht, 1989.
- DURKHEIM, Émile. La Philosophie dans les universités allemandes. *Revue internationale de l'enseignement*, n. 13, 1887, p. 315, note 6.
- _____. La sociologia e il suo dominio scientifico. *Rivista italiana di sociologia*, n. 4, 1900, pp. 127-148.
- _____. SIMMEL, Georg. Philosophie des Geldes (Philosophie de l'argent). Leipzig, Dunker et Humblot, 1900, pp. XVI-554 in - 8°. *L'Année sociologique*, Paris, Alcan, n. 5, 1902, pp. 140-145.
- _____. SIMMEL, Georg. 'Ueber räumliche projectionen sozialer Formen' (Les projections spatiales des formes sociales), *Zeitschrift für Socialwissenschaft*, 1903, H 5, pp. 287-302. *L'Année sociologique*, n. 7, 1904, p. 647.
- _____. SIMMEL, Georg. The number of members as determining the sociological form of the Group (Le nombre des membres d'une société comme facteur déterminant de la forme du groupe). *The American Journal of sociology*, VIII, n. 1, pp. 01-46, et n. 2, pp. 158-196. *L'Année sociologique*, n. 7, 1904, pp. 647-649.
- _____. La sociologie et son domaine scientifique. In: _____. *Textes I*. Paris, Minuit, 1975.
- _____. *Textes I*. Paris, Minuit, 1975.
- _____. *De la division du travail social*. Paris, PUF/Quadrige, 1996.
- FOURNIER, Marcel. *Marcel Mauss*. Paris, Fayard, 1994.
- _____. Comme si... *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 116-117, 1997, pp. 105-107.
- FITZI, Gregor. *Henri Bergson und Georg Simmel: ein Dialog zwischen Leben und Krieg. Die persönliche Beziehung und der wissenschaftliche Austausch zweier Intellektuellen im deutsch-französischen Kontext vor dem Ersten Weltkrieg*. Tese de Doutorado, Faculdade de Sociologia, Universidade de Bielefeld, 1999.
- HERTZ, R. The sociology of conflict (La sociologie du conflit). *The American Journal of Sociology*, 1904, IX, n. 4, p. 490, n. 5, p. 672, et n. 6, p. 798. *L'Année sociologique*, n. 8, 1905, pp. 181-182.
- HIEBSCH, Hans. Wilhelm Wundt und die Anfänge der experimentellen Psychologie. Bemerkungen zum Zentenarium der modernen Psychologie. *Deutsche Zeitschrift für Philosophie*. Berlin, Veb Deutscher Verlag der Wissenschaften, v. 4, 1980, p. 489.
- JUNGE, Matthias. Zur Rekonstruktion von Simmels soziologischen Aprioris als Interpretationskonstrukten – ein Versuch. *Simmel Newsletter*, v. 7, n. 1, 1997, pp. 42-48.
- KARADY, Victor. Stratégies de réussite et modes de faire-valoir de la sociologie chez les durkheimiens. *Revue française de sociologie*, n. 20, 1979, pp. 49-82.

- KELLER, Thomas. *La pensée du don de Simmel et Mauss: médiations francoallemandes*. Paris, PUF, 1999.
- LICHTBLAU, Klaus. *George Simmel*. Frankfurt, Nova Iorque, Reihe Campus, 1997.
- LUKÁCS, György. *Die Zerstörung der Vernunft*, Neuwied. Luchterhand, 1962.
- MORLAND, Enquête sur l'influence allemande (suite) : II. Sociologie et économie politique; III. Sciences; IV. Art militaire; V. Beaux-Arts. *Mercur de France*, Paris, Blais et Roy, n. 156, 1969 [1902], p. 647.
- KÖHNKE, Klaus Christian. *Der junge Simmel in Theoriebeziehungen und sozialen Bewegungen*. Frankfurt, Suhrkamp, 1996.
- MAUSS, Marcel. *L'action socialiste*. Paris, EP, 1899.
- _____. A. Vierkanndt. – Wechselwirkungen beim Ursprung von Zauberbräuchen. *Archiv für die Gesamte Psychologie*, 1903, II, pp. 81-93. *L'Année sociologique*, n. 8, 1905, pp. 318-319.
- _____. *Manuel d'ethnographie*. Paris, Payot, [1947] 1967.
- _____. *Sociologie et Anthropologie*. Paris, Quadrige, [1959] 1999.
- _____. *Oeuvres. 1. Les fonctions sociales du sacré*. Paris, Minuit, 1968.
- _____. *Oeuvres. 3. Cohésion sociale et divisions de la sociologie*. Paris, Minuit, 1969.
- _____. *Oeuvres. 2. Représentations collectives et diversité des civilisations*. Paris, Minuit, 1974.
- _____. L'oeuvre de Mauss par lui-même. *Revue européenne des sciences sociales*. t. XXXIV, n. 105, 1996, pp. 225-236; inicialmente publicado na *Revue française de sociologie*, 1979, n. 20, pp. 209-220.
- _____. *Écrits politiques*. Fournier M. (Org.). Paris, Fayard, 1997.
- _____. Théorie de la liberté ou de l'action. Commentaire du Ve livre de l'Éthique de Spinoza. *Revue du MAUSS semestrielle*, n. 16, 2000, pp. 419-428.
- LEPENIES, Wolf. *Die drei Kulturen. Soziologie zwischen Literatur und Wissenschaft*. Hambourg, Rowohlt, 1988.
- _____. *Gefährliche Wahlverwandschaften. Essays zur Wissenschaftsgeschichte*. Stuttgart, Reclam, 1989.
- PAPILLOUD, Christian. Simmel, Durkheim, Mauss. La sociologie entre l'Allemagne et la France. Fragments d'une co-naissance. *Simmel Newsletter*, v. 9, n. 2, 1999, pp. 111-131.
- _____. *Georg Simmel, Marcel Mauss. Éléments pour une approche sociologique de la relation humaine*. Tese de Doutorado. Université de Lausanne/université de Paris-X, 2001.
- RAMMSTEDT, Otthein. Les relations entre Durkheim et Simmel dans le contexte de l'affaire Dreyfus. *L'Année sociologique*, Paris, PUF, v. 48, n. 1, 1998, p. 142.
- _____. *Zur Ästhetik Simmels. Die Argumentation in der "Jugend" 1897-1906*. Tese de

- Doutorado. Faculté de sociologie, Université de Bielefeld, 1988.
- SIMMEL, G. Das Problem der Sociologie. *Jahrbuch für Gesetzgebung, Verwaltung und Volkswirtschaft im Deutschen Reich*, XVIII, 4, 1894a, pp. 271-277.
- _____. Karl Grünberg: Die Bauernbefreiung in Böhmen, Mähren und Schlesien. Leipzig 1894, 2 vol. In – 8. *Revue internationale de sociologie*. Paris, n. 7-8, jul./ago. 1894b, pp. 583-584.
- _____. La différenciation sociale. *Revue internationale de sociologie*. Traduzido do alemão por René Worms. Paris: Giard et Brière, t. II, n° 2, 1894c, pp. 198-213.
- _____. Le problème de la sociologie. *Revue de métaphysique et de morale*. Traduzido do alemão por C. Bouglé. Paris, t. II, n. 5, 1894d, pp. 497-504.
- _____. Influence du nombre des unités sociales sur les caractères des sociétés. *Annales de l'Institut international de sociologie*. Traduzido do alemão por C. Bouglé. Paris, t. I, 1894/95, pp. 373-385.
- _____. The problem of sociology. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, t. VI, 1895, pp. 52-63.
- _____. Sur quelques relations de la pensée théorique avec les intérêts pratiques. *Revue de métaphysique et de morale*. Traduzido do alemão por C. Bouglé. Paris, t. IV, n. 2, 1896, pp. 160-178.
- _____. Comment les formes sociales se maintiennent. *L'Année sociologique*. Traduzido do alemão por É. Durkheim et C. Bouglé. Paris, 1898a, pp. 71-107.
- _____. Selbsterhaltung der sozialen Gruppe. Soziologische Studie. *Jahrbuch für Gesetzgebung, Verwaltung und Volkswirtschaft im Deutschen Reich*. n. 22, 1898b, pp. 589-640.
- _____. De la religion au point de vue de la théorie de la connaissance. *Premier Congrès international de philosophie*. T. II. Morale générale. Paris, Armand Colin, 1903, pp. 319-337.
- _____. Enquête sur la sociologie. *Les Documents du Progrès. Revue internationale*. Paris, Alcan, 1908, pp. 135-136.
- _____. Quelques considérations sur la philosophie de l'histoire. "Scientia", *Rivista di Scienza*. Traduzido do alemão por G. H., Milan. Londres, Bologne, Paris, Leipzig. Vol. VI, 3e année, n. XII-4, 1909, pp. 212-218.
- _____. *Mélanges de philosophie relativiste. Contribution à la culture philosophique*. Traduzido do alemão por A. Guillaïn. Paris, Alcan, 1912.
- _____. *Sociologie et Épistémologie*. Introduzido e traduzido do alemão por J. Freund. Paris, PUF, 1981.
- _____. *Problème de la philosophie de l'histoire*. Introduzido e traduzido do alemão por R. Boudon. Paris, PUF, 1984.
- _____. *Kant. Die Probleme der Geschichtsphilosophie (Zweite Fassung 1905/1907)*, GSG 9.

- Oakes G., Röttgers K. (Org.), Frankfurt, Suhrkamp, 1987a.
- _____. *Philosophie de l'argent*. Traduzido do alemão por S. Cornille et P. Ivernel. Paris, PUF, 1987b.
- _____. *Philosophie et Société*. Traduzido do alemão e apresentado por J.-L. Veillard-Baron. Paris, Vrin, 1987c.
- _____. *La Tragédie de la culture et autres essais*. Traduzido do alemão por S. Cornille et P. Ivernel. Paris, Petite Bibliothèque Rivages, 1988a.
- _____. *Philosophie de la modernité : la femme, la ville, l'individualisme*. Introduzido e traduzido do alemão por J.-L. Veillard-Baron. Paris, Payot, 1988b.
- _____. *Aufsätze 1887-1890. Über soziale Differenzierung (1890). Die Probleme der Geschichtsphilosophie (1892)*, GSG 2. Dahme H.-J., Rammstedt, O. (Org.), Frankfurt, Suhrkamp, 1989a.
- _____. *Einleitung in die Moralwissenschaft, I (1892/1904)*, GSG 3. Köhnke K. Ch., RAMMSTEDT O. (Org.), Frankfurt, Suhrkamp, 1989b.
- _____. *Einleitung in die Moralwissenschaft, II (1893)*, GSG 4. In: Köhnke K. Ch., Rammstedt O. (Org.), Frankfurt, Suhrkamp, 1989c.
- _____. *Philosophie de la modernité. 2. Esthétique et modernité, conflit et modernité, testament philosophique*. Introduzido e traduzido do alemão por J.-L. Veillard-Baron. Paris, Payot, 1990.
- _____. *Secret et sociétés secrètes*. Traduzido do alemão por S. Muller. Strasbourg, Circé, 1991.
- _____. *Aufsätze und Abhandlungen 1894-1900*, GSG 5. Dahme H.-J., Frisby D. P., Rammstedt O. (Org.), Frankfurt, Suhrkamp, 1992a.
- _____. *Soziologie (1908)*, GSG 11. Köhnke K. Ch., Rammstedt O. (Org.), Frankfurt, Suhrkamp, 1992b.
- _____. *Aufsätze und Abhandlungen 1901-1908, II*, GSG 8. Cavalli A., Krech V., Rammstedt O. (Org.), Frankfurt, Suhrkamp, 1993.
- _____. *Rembrandt*. Traduzido do alemão por S. Muller. Strasbourg, Circé, 1994.
- _____. *Aufsätze und Abhandlungen 1901-1908, I*, GSG 7. Kramme R., Rammstedt A., Rammstedt O. (Org.), Frankfurt, Suhrkamp, 1995a.
- _____. *Le Conflit*. Traduzido do alemão por S. Muller. Strasbourg, Circé, 1995b.
- _____. *Philosophie des Geldes (1900/1907)*, GSG 6. Frisby D. P., Köhnke K. Ch., RAMMSTEDT O. (Org.). Frankfurt, Suhrkamp, 1996a.
- _____. *Hauptprobleme der Philosophie. Philosophische Kultur*, GSG 14. Kramme R., Rammstedt O. (Org.), Frankfurt, Suhrkamp, 1996b.
- _____. *Grundfragen der Soziologie (1917). Der Krieg und die geistigen Entscheidungen (1917). Der Konflikt der modernen Kultur (1918). Vom Wesen des historischen Verstehens (1918). Lebensanschauung (1918)*, GSG 16. Fitzi G., Rammstedt O. (Orgs.),

- Frankfurt, Suhrkamp, 1998a.
- _____. *La Religion*. Traduzido do alemão por P. Ivernel. Strasbourg, Circé, 1998b.
- _____. *Les Pauvres*. Traduzido do alemão por B. Chokran. Paris, Quadrige/PUF, 1998c.
- _____. *Philosophie der Mode (1905). Die Religion (1906/1912). Kant und Goethe (1906/1916). Schopenhauer und Nietzsche (1907)*, GSG 10. Behr M., Krech V.; Schmidt G., Rammstedt O. (Org.). Frankfurt, Suhrkamp, 1998d.
- _____. *Sociologie: Étude sur les formes de la socialisation*. Traduzido do alemão por L. Deroche-Gurcel et S. Muller. Paris, PUF, 1999.
- _____. *Das Wesen der Materie (1881). Abhandlungen 1882-1884. Rezensionen 1883-1901*, GSG 1. Köhnke K. Ch., Rammstedt O. (Org.). Frankfurt, Suhrkamp, 2000.
- _____. *Aufsätze und Abhandlungen 1909-1918, I*, GSG 12. Kramme R.; Rammstedt A.; Rammstedt O. (Orgs.). Frankfurt, Suhrkamp, 2001a.
- _____. *Aufsätze und Abhandlungen 1909-1918, II*, GSG 13. Kramme R.; Rammstedt A.; Rammstedt O. (Orgs.). Frankfurt: Suhrkamp, 2001b.
- _____. *La Philosophie du comédien, précédé de Denis Guénoun, Du paradoxe au PROBLÈME*. Traduzido do alemão por S. Muller. Belfort, Circé, 2001c.
- _____. *Französisch- und italienischsprachige Veröffentlichungen. Aufsätze und ABHANDLUNGEN. Mélanges de philosophie relativiste*, GSG 19. Papilloud C., Rammstedt A., Rammstedt O., Watier P. (Orgs.). Frankfurt, Suhrkamp, 2002.
- SIMMEL, H. *Erinnerungen (1941-1943)*. Manuscrito. Faculdade de Sociologia da Universidade de Bielefeld.
- STEINTHAL, Heymann. *Begriff der Völkerpsychologie. Zeitschrift für Völkerpsychologie und Sprachwissenschaft*. Leipzig, Wilhelm Friedrich, M. Lazarus et H. Steinthal (Org.), 1887, pp. 233-264.
- THURNWALD, Richard. *Probleme der Völkerpsychologie und Soziologie. Zeitschrift für Völkerpsychologie und Soziologie*. Leipzig, C. L. Hirschfeld, R. Thurnwald, 1925, pp. 01-20.
- _____. *Die Probleme einer empirischen Soziologie. Zeitschrift für Völkerpsychologie und Soziologie*. Leipzig, C. L. Hirschfeld, R. Thurnwald, 1927, pp. 252-253.

Recebido em: 29/07/2021

Aprovado em: 06/09/2021

Como citar este artigo:

PAPILLOUD, Christian. Simmel, Durkheim e Mauss: nascimento frustrado da sociologia europeia. . *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 3, set. - dez. 2021, pp. 989-1023





Da sociedade do agronegócio à cosmologia Agro: subjetivação e conquista de novos territórios

Cleyton Gerhardt¹

Resumo: 2010 marca uma inflexão nas estratégias da elite que habita a chamada “sociedade do agronegócio”, dando início a um investimento midiático de valorização de sua imagem. Agora, junto à expansão geográfica, política e econômica que a caracteriza, soma-se a tentativa de fixar a categoria *Agro* como sinônimo de brasilidade. O artigo tem por objetivo descrever e analisar o caráter ilimitado do apelo inclusivo contido no respectivo emblema tomando como objeto de análise quatro campanhas publicitárias destinadas a promovê-lo. Como se verá ao longo do texto, a fabricação de sentidos posta em ação por uma agressiva máquina de propaganda e *marketing* traz consigo uma orientação colonizadora, com a sociedade do agronegócio avançando sobre a sociedade mais ampla ao incorporar signos e espaços de produção de subjetividades.

Palavras-Chave: Agronegócio; Agro; Agro é Tudo; Eu Sou Agro; Sociedade do Agronegócio.

From agribusiness society to Agro cosmology: subjectivation and conquest of new territories

1 Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Instituto de Relações Internacionais e Defesa (IRID) – cleytonge@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0001-7493-2458>

Abstract: 2010 marks an inflection in the strategies of the elite that inhabit the so-called “agribusiness society”, initiating a media investment to enhance its image. Now, along with the geographical, economic and political expansions that characterize it, is added an attempt to fix the Agro category as a synonym for Brazilianness. The article aims to describe and analyze the unlimited character of the inclusive appeal contained in this emblem taking as the object of analysis four advertising campaigns designed to promote it. As will be seen throughout the text, the making of meanings put into action by an aggressive advertising and marketing machine brings with it a colonizing orientation, in which the agribusiness society advances over the broader society by incorporating signs and spaces that produce subjectivities.

Key Words: Agribusiness; Agro; I Am Agro; Agro Is Everything; Agribusiness Society.

De la sociedad del agronegócio a la agrocosmología: subjetivación y conquista de nuevos territorios

Resumen: El 2010 marca una inflexión en las estrategias de las élites que habitan la llamada “sociedad del agronegocio”, iniciando una inversión mediática para potenciar su imagen. Ahora, junto con la expansión geográfica, política y económica que la caracteriza, se intenta establecer la categoría Agro como sinónimo de la brasilinidad. El artículo tiene como objetivo describir y analizar el carácter ilimitado de la interpelación inclusiva contenida en el emblema respectivo tomando como objeto de análisis cuatro campañas publicitarias diseñadas para promocionarlo. Como se verá a lo largo del texto, al poner en marcha una agresiva máquina publicitaria y de marketing, la fabricación de significados que este proceso presupone trae consigo una orientación colonizadora, con la sociedad del agronegócio avanzando sobre la sociedad en general incorporando signos y espacios de producción de subjetividades.

Palavras-Chave: Agronegocio; Agro; Agro Es Todo; Yo Soy Agro; Sociedad Del Agronegocio.

Introdução

Nos anos 1980, tem início um esforço articulado de ressignificação de esteótipos imputados às figuras do latifundiário e do fazendeiro (e, em um sentido mais geral, à elite rural e burguesia agrária), então estigmatizados como

caudilhos, mandões, caciques, oligarcas, verdadeiros ícones do arcaísmo condensados na figura imagética do coronel, espécie de descendente direto do senhor de engenho (hoje objeto de vergonha nacional) a carregar consigo toda uma simbologia do atraso, subdesenvolvimento e tudo o que deveria ser superado e deixado para trás (Bruno, 1997; Mendonça, 2010). De fato, se, nos anos 1960, a alcunha representava não só um marcador de poder e prestígio, mas fonte de orgulho por parte de quem a possuía², nos últimos 20 anos, outro tipo de “posto” ou patente tem sido imputado aos grandes proprietários e donos de terra, agora mais alinhado à ideia de modernidade, com o coronel saindo de cena para dar lugar, nas pequenas cidades do interior, à figura do “doutor”. Mesmo a imagem do pecuarista com seu chapéu característico, apelidado mal-dosamente em faculdades de agronomia do país como “gigolô de vacas”, dado o caráter extrativista que por vezes caracteriza a criação de gado em certas áreas do Brasil, foi repaginada, sendo hoje comuns as reportagens enaltecendo seu profissionalismo e mesmo preocupação ambiental³.

Tal movimento de negação do icônico coronel tem como marco emblemático o nascimento, em 1985, da chamada União Democrática Ruralista (UDR), ano que também demarca o início do protagonismo de outra entidade patronal: a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Sua atuação levaria à criação, em 1993, do que seria a primeira entidade representativa do agronegócio: a Associação Brasileira de Agribusiness – ABAG (Mendonça, 2010; Bruno, 1997). Embora estivessem em polos opostos no que se refere às disputas pela representação patronal, enquanto porta-vozes legítimos, UDR, OCB e depois ABAG, junto com outras entidades setoriais e de classe, vão se empenhar em afastar a imagem do velho latifúndio (improdutivo e associado ao uso de técnicas rudimentares) da eficiente e competitiva “empresa rural”. Essa ressignificação, desde então, tem sido efetiva em retirar o retrato do retrógrado coronel da sala de visitas da fazenda para, no seu lugar, colocar na internet o *self* do “produtor rural”, construído como empresário inovador, arrojado, empreendedor, herói da economia nacional e protagonista do desenvolvimento do país.

2 Sentimento partilhado pela família, compadres, apadrinhados, agregados, jagunços, enfim, pela “gente do coronel”.

3 A referência à sustentabilidade do agronegócio como forma de capturar a crítica feita a ambos é regra entre a elite agrária, com menções sistemáticas a práticas ditas “sustentáveis”. Na pecuária em particular, ver por exemplo: “Carne bovina sustentável: mudando a cadeia de fornecimento” (<<https://www.beefpoint.com.br/infografico-carne-bovina-sustentavel-mudando-a-cadeia-de-fornecimento/>>). “Pecuária sustentável é mais lucrativa e presta serviços ambientais”. Disponível em: <<https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,pecuaria-sustentavel-e-mais-lucrativa-e-presta-servicos-ambientais,70002009609>>. Acesso em: 30 set. 2021.

Como demonstrou Bruno (1997: XII-16), já no período de redemocratização do país, além de “afirmar que a agroindústria ‘nada fica a dever’ ao padrão tecnológico mais avançado das indústrias atuais”, orientando-se segundo “modernos padrões de rentabilidade e criatividade empresarial”, começa a ser elaborada uma “nova retórica de legitimação que procura projetar a imagem de um patronato rural e agroindustrial liberal, progressista e preocupado com as questões sociais”⁴. Por outro lado, ainda que os anos 1990 tenham sido marcados (por conta da hegemonia neoliberal do período) pela “fragilização do setor, derivada da redução drástica dos instrumentos públicos de apoio à agropecuária” (Lerrer, 2019: 133), pela relativa fragmentação das representações patronais (Ribeiro Neto, 2018) e por um desgaste na imagem da chamada “grande agricultura”, então associada à violência no campo e massacres como os de Corumbiara (Peres, 2015) e Eldorado dos Carajás (Nepomuceno, 2007), finda a década, o que se tem é a consolidação do agronegócio como expressão aglutinadora de um conjunto de forças e interesses bastante diversos, tendo como coroamento o anúncio, via Fórum Nacional da Agricultura, das chamadas “Dez bandeiras do Agronegócio”⁵.

Inicia-se aí um longo período marcado, por um lado, pela mobilização da categoria agronegócio, visando captar recursos públicos, e, por outro, pela crescente sinergia de setores e forças que passaram a integrá-la. Essa aglutinação, com o tempo, levaria à consolidação, no final dos anos 2000, de uma “concertação política [...] entre representações da agricultura e segmentos conectados a ela que, alicerçada na categoria agribusiness/agronegócio, atua de forma multilateral, coordenada, institucionalizada e sistemática”, tendo como finalidade principal “convencer a opinião pública a valorizá-la e pressionar o Estado a inseri-la como elemento estratégico no planejamento governamental” (Ribeiro Neto, 2018: 308).

Embora presente na “nova retórica” de que falava Bruno em 1997, talvez o auge do conteúdo ufanista que, desde então, perpassa a categoria agronegócio tenha sido o lançamento, em 2011, da campanha publicitária “Movimento Sou Agro” (NOVA/SB, 2011), da qual se seguiriam duas versões posteriores:

4 Lembrando que se trata sim de uma mudança no perfil do fazendeiro que, agora dono de empresa (e por vezes multinacionais sem rosto), terá seu “gerente”, despersonalizando a relação que havia com moradores e sítiantes nas fazendas. O mesmo se dá com técnicas agrícolas, que se modernizam. Porém, como mostrara Caio Prado Jr. (1966), tais alterações gerenciais e tecnológicas, se pensadas como historicamente articuladas à divisão social do trabalho no mundo capitalista, não eliminaram seu caráter conservador, com tradicional e moderno se amalgamando e virando “funcionais” à acumulação de capital.

5 Ver Ribeiro Neto (2018: 177-178).

“Time Agro Brasil” (CNA/SEBRAE, 2012) e “Agro, a Indústria-Riqueza do Brasil” (Acervo G1, 2016-2018). Além da supervalorização do agronegócio por meio de imagens de colheitadeiras avançando em formação militar, tentava-se fixar a ideia-chave de que, no fundo, todo brasileiro é parte de um “agromundo”, com “agrocidadãos” vivendo numa “agronação”. Somos todos “agrobrasileiros”, dizia o ator Lima Duarte, um dos protagonistas das peças publicitárias veiculadas em 2011 em rede nacional. Além disso, em todas elas, duas características, apontadas respectivamente por Bruno (2013: 08) e Ribeiro Neto (2018: 272), destacam-se: a “natureza inclusiva’ do movimento [Sou Agro], voltado para o esclarecimento e a sensibilidade para com o pequeno produtor rural”; e o fato de que, “para valorizar o ‘Agro’, sobressaia uma proposta totalizante [...] de que ‘Tudo é Agro’ ou, invertendo-a, de que ‘Agro é Tudo’”.

De fato, embora venha se delineando nos anos 2000, a virada de década demarca uma inflexão incisiva nas estratégias daqueles que, ocupando posição dominante, habitam o que Heredia, Palmeira e Leite (2010) chamaram de “sociedade do agronegócio”⁶. Por um lado, junto com suas duas outras variantes publicitárias, a campanha Sou Agro – que tem como idealizadores o Departamento de Agronegócio da Fiesp (DEAGRO) e nada menos do que Roberto Rodrigues, ex-presidente da OCB, um dos fundadores da ABAG, criador da Agrishow e ministro da agricultura entre 2003 e 2006 – materializa e explicita a tentativa de afastar de vez a imagem do agronegócio do caráter conflituoso, agressivo e de enfrentamento que marca parte expressiva do patronato rural desde o surgimento da UDR nos anos 1980.

Mas há um componente a mais ao qual irei me deter ao longo do presente trabalho: a ampliação da intensidade e do sentido em que se darão as diferentes “expansões” (ver adiante) do agronegócio a partir daí e que hoje levam à captura e colonização da sociedade brasileira através da sua permanente exaltação sintetizada e incorporada na expressão *Agro*⁷. Como tentarei mostrar ao longo do presente texto, o elemento central que esta última contém e explicita não diz respeito só a uma hegemonização das esferas pública, econômica e política, como bem descreveu Ribeiro Neto (2018), e sim à dimensão e abrangência ilimitadas que este apelo inclusivo (percebido por Bruno) e sua orientação totalizante (descrita por Ribeiro Neto) alcançaram nos últimos 10 anos.

6 Os autores buscam descrever elementos que “permitam visualizar que tipo de sociedade (no sentido mais amplo do termo) existe ou se está produzindo dentro e em torno do agronegócio”, o que inclui identificar “o(s) conjunto(s) de posições e oposições sociais que permitem ao chamado agronegócio existir como tal” (Heredia et. al., 2010: 161).

7 Visando destacar sua força simbólica, daqui pra frente, o termo será grafado em itálico.

Em síntese, para além de ser só um recurso midiático ou resultado de uma concertação, o que o Movimento Sou Agro inaugura é um esforço articulado de transformar o significativo *Agro* em símbolo nacional, fixando-o no imaginário como sinônimo de brasilidade. Mais do que isso, o que parece estar em curso é um adiantado processo de fabricação de toda uma cosmologia *Agro*, tendo essa inclusive, como se verá, traços totêmicos e religiosos. E aqui se trata de fato da invenção de um agromundo (para usar o termo nativo), hoje em franca expansão e cuja ação e orientação colonizadoras tem um sentido preciso, com a sociedade do agronegócio avançando sobre a sociedade mais ampla ao incorporar signos e integrar/fundir espaços de produção de subjetividades identificadoras do que Anderson (2008) chamaria de uma “comunidade imaginada”.

Se tal expansão se dá internamente, disso resultando uma “comunidade imaginada do agronegócio”, fabricante de imagens sintéticas e aglutinadoras condensadas na categoria *Agro*, essa, ao se tornar nacionalmente reconhecível e operacionalizável, passa a agenciar ações e sentidos também no seu exterior. E aqui é fundamental ter claro que a expansão da sociedade do agronegócio não é apenas geográfica, econômica e política. Neste caso, quando se fala em conquista de territórios, é preciso ter em mente que ela transcende à transformação de terras em extensos desertos verdes e monocultivos destinados à exportação de commodities, à acelerada concentração de capital e fundos públicos e à ampliação da influência político-ideológica sobre os poderes legislativo e executivo. Sua invasão e territorialização também se dá na esfera simbólica e por territórios cognitivos, epistêmicos e afetivos (Guattari e Rolnik, 1986).

Como propusemos em Meyer e Gerhardt (2021: 03), desenvolvo em Gerhardt (2021) e tentarei avançar aqui, está em processo a gestação de uma cosmologia *Agro* que, ao se confundir com a sociedade do agronegócio, constrói formas específicas de ver, explicar e agir no mundo (cada vez mais *Agro*), entender e interferir nas relações entre quem nele vive e, claro, projetar o que virá pela frente⁸. Ao dar coerência e totalidade aos vínculos que se formam no interior e ao redor deste agromundo, tal cosmovisão permite elaborar pontos de vista, convicções e até mesmo conceitos entrelaçados entre si sobre inúmeros aspectos

8 De fato, o que ora apresento nasce conjuntamente com o trabalho citado (Gerhardt, 2021), em fase de finalização e a ser em breve submetido à publicação: “Título”. Embora este se dedique a etnografar como se dá a entrada no mundo *Agro*, ambos constituíam um só texto que, devido à dimensão que as análises alcançaram, foram desmembrados e reorganizados em dois artigos. Igualmente, seu conteúdo se conecta com o esforço, realizado em parceria com outro colega (Meyer e Gerhardt, 2020), de descrever, a partir da imersão em um universo social específico, como se dá construção da sociabilidade entre a elite do agronegócio.

da realidade vivida, trazendo para dentro aqueles que dele parecem estar fora, mas que precisam ser, ao menos cosmologicamente, incluídos (ver adiante o exemplo da fazenda geladeira). O mesmo ocorre com o contínuo processo de subjetivação (Guattari e Rolnik, 1986) que se constitui em torno do emblema *Agro*, tendo como resultado, como descrevo em Gerhardt (2021), a produção tanto de objetos e ações concretas como desejos, crenças e valores que, compartilhados, exigem seu necessário consumo e reprodução, aprisionando moral, mental e afetivamente quem dele participa.

Portanto, se a concertação de que fala Ribeiro Neto (2018: 38) tem produzido uma “indistinção” entre as “dimensões conceituais, econômicas e políticas”, é preciso acrescentar outra, ligada à invenção da cultura e produção de “atributos sociais” que, como identificaram Heredia et. al. (2010: 271), “não são fixos”. Tais atributos, por sua vez, subentendem a fabricação e naturalização de traços, marcas, protocolos, comportamentos e padrões culturais que, ao se retroalimentarem, passam cada vez mais a ser imediatamente reconhecidos e agenciados criativamente por quem vive a sociedade do agronegócio, ou melhor, o agromundo tal como apresentado nas campanhas publicitárias citadas. Traços e padrões que, como mostramos em Meyer e Gerhardt (2021) através da caracterização de um personagem arquetípico, a que chamamos “os homens de camisa azul” (cujo perfil condensa um conjunto de representações largamente associadas ao que se entende por agronegócio), refletem-se nos hábitos mais banais, como a maneira de se vestir. Por outro lado, como descrevo em Gerhardt (2021) para o caso de dois grupos sociais específicos (nos termos nativos: “mulheres do Agro” e “agrojuventude”), que tendem a ocupar lugar periférico na sociedade do agronegócio, há também o investimento na produção de modos e espaços de engajamento e “agroconversão” (outro termo nativo). Esse processo, com o tempo, é autonomizado, não estando mais dependente da intenção original e do controle de seus proponentes ao pôr em marcha toda uma engrenagem subjetivante característica do que Guattari e Rolnik (1986) descreveram como “agenciamentos coletivos de enunciação”.

Dito isso, o presente texto tem por objetivo aprofundar a discussão sobre como se dá essa múltipla expansão e territorialização da sociedade do agronegócio, tomando como base de análise o investimento midiático que, a partir da 2010, passa a ser feito na categoria *Agro* com vistas a torná-la reconhecível e agenciável. Em termos metodológicos, recorre-se à imersão no principal meio por onde ela circula, a internet, privilegiando, sobretudo, sites, blogs, vlogs e demais mídias digitais que investem em propaganda e marketing da marca/signo/totem *Agro*.

Construindo o agromundo e seu “espírito”

Ribeiro Neto (2020: 196), analisando a atualização mais recente do ufanismo de Sou Agro em 2011, a campanha publicitária “Agro, a Indústria-Riqueza do Brasil”, mais conhecida pelo slogan “Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é Tudo” (de agora em diante, Agro é Tudo) e levada ao ar entre 2016 e 2018 pela Rede Globo (que, diga-se, é associada à ABAG), notou tratar-se da produção de “operações para que se confundam partes com totalidades”. Tal artifício, de tomar o todo pela parte e vice-versa, definido pelo autor como “sinédoque política”, já havia sido identificado por Bruno (2013: 05) em Sou Agro, ao se referir ao que chamou “metáfora de Aristóteles”, isto é, o ato de “atribuir a uma coisa o nome que pertence à outra” - por exemplo, com o que seria a parte ou o novo nome (*Agro*), virando e se confundindo com o todo ou nome original (país, alimento, indústria, campo, negócio, tecnologia etc.).

De todo modo, nas três campanhas (de 2011, 2012 e 2016/18), a mensagem é: você pode não saber, pode não aprovar, pode até querer ignorar, mas o *Agro* está em tudo e no meio de todos, está por toda parte, na rua, no trabalho, no campo de futebol, em casa e, acima de tudo, está dentro de você cada vez que ingerir algum alimento, dizendo em síntese: você é *Agro*. Se Lima Duarte lembra, numa das peças de Sou Agro, que “a gente nem se dá conta, mas o *Agro* está na nossa vida”, Giovanna Antonelli completa em outra: “da hora em que você acorda até dormir de novo, tudo a sua volta é *Agro*”. Tal onipresença foi igualmente sentenciada por Adalgiso Telles, à época do lançamento de Agro é Tudo, diretor corporativo da Bunge (outra filiada à ABAG): “tudo é *Agro*. Não existe nenhum cidadão que não tenha ligação com o agronegócio, que começa com o lençol da cama em que se dorme, os alimentos, o combustível que faz o veículo se movimentar”⁹.

Artifício colonialista já antigo, adotado ao menos desde 1500 por europeus em relação a povos ameríndios e africanos, assim como a mensagem totalizante, levada através da cruz, de um Deus inescapável (que também estaria, como disseram Duarte e Antonelli, “na nossa vida” e em “tudo a sua volta”) ao qual todos precisariam crer caso quisessem a salvação eterna, a categoria *Agro* funciona como um “conceito englobante” que tem como efeito “simular uma representatividade ampliada” (Ribeiro Neto, 2020: 197). Como lembra Todorov (2010: 152), se “uma especificidade da religião cristã [...] é pretender ser universal e, em função disso, intolerante”, o mesmo se dá com a universalidade que carrega

9 Disponível em: <<http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,ERT250023-18071,00.html>>. Acesso em: 30 set. 2021.

o termo *Agro*, o qual atinge a todos. Ou seja, assim como, se “Deus convém a todos, todos convêm a Deus” (Todorov, 2010: 152), o mesmo pode ser dito (em relação aos brasileiros) sobre como é apresentado o *Agro* nas três campanhas publicitárias. E talvez por isso não seja acaso que, assim como Deus, Igreja e em países onde o nacionalismo ganha centralidade, Estado, as expressões *Agro é Tudo e Sou Agro* e várias outras contendo *Agro* sempre virem grafadas com inicial maiúscula.

Novamente Bruno (2013: 02) já havia apontado bem essa característica universal e englobante, que Ribeiro Neto também designa como simulacro, através do paralelo entre a assertiva “é o Brasil pra frente” (dita por Antonelli em *Sou Agro*) e o bordão de outra campanha publicitária aglutinadora criada em 1970 em cima de outro símbolo nacional, o futebol, quando a música “Pra frente Brasil” sintetizava o sentimento de que, em torno da seleção brasileira, a nação sentia “uma mesma emoção”, era “um só coração”. Ora, fora uma pequeníssima minoria, visto que, na copa de 1970, estávamos (mesmo que presos, torturados ou na luta de guerrilha) “todos juntos” dando “salvas” à seleção, não se pode subestimar a força inclusiva deste tipo de artifício. Não à toa, portanto, um ano depois de *Sou Agro*, aproveitando a copa do mundo no Brasil em 2014, Pelé é “escalado” (o conteúdo é repleto de analogias entre futebol e agricultura) para apresentar a campanha seguinte, *Time Agro*, a qual igualava, por inferência, um símbolo ainda em construção (*Agro*) a algo bem maior: o “Time Brasil”, representando o povo brasileiro. Veja-se que, numa única peça publicitária, articulam-se, associados ao *Agro*, três símbolos fortíssimos de brasilidade e do que é ser brasileiro (Pelé, Futebol e o próprio país).

Ocorre que, caso seja levado a sério o que dizem Duarte, Antonelli, Pelé e Telles, de que estamos todos ligados ao/pelo *Agro*, esse, ao representar a sociedade do agronegócio, passa a funcionar como uma espécie de totem que a ela nos une. Se, parodiando uma frase famosa de Durkheim (1989), “o totem é a bandeira de um clã”, o *Agro*, enquanto significante, é a bandeira, o emblema e a cruz desse clã específico chamado agronegócio. Ademais, tanto em *Sou Agro*, *Time Agro* como em *Agro é Tudo* é o *Agro* que estabelece um “parentesco místico” (Durkheim, 1989) entre quem vive no Brasil (ou seja, pertence à “agronegação”) e elementos da natureza que, nas campanhas, aparece como soja, cana, gado de corte, algodão, eucalipto etc. Aliás, se eucalipto e algodão estão no meio de nós, soja e gado estão dentro de quase todos nós.

De fato, a proximidade com ritos cristãos não é mera coincidência. Caso se parta, com Radcliffe-Brown (1973), de uma perspectiva funcionalista sobre a interconexão entre religião e sociedade, é possível identificar o caráter sagrado

por trás da construção da cosmologia *Agro* quando, nas três campanhas (e sobretudo em *Sou Agro* e *Time Agro*), enfatiza-se, reiteradamente, mensagens de solidariedade e harmonia, uniformidade e regularidade, coesão e equilíbrio, confiança e bem-estar. Ainda que qualquer sociedade subentenda diferenças e conflitos internos, como indica Radcliffe-Brown (1973: 187), “lo que dá estabilidad a la estructura social es la solidaridad y continuidad del linaje y del grupo más amplio (el clan)” (Radcliffe-Brown, 1973: 187). Solidariedade e continuidade que, no caso, são repetidamente reafirmadas em três dimensões diferentes, mas sempre atravessadas e interconectadas pelo *Agro*: entre as diferentes “linhagens” (forças, setores, instituições, representações, associações etc.) do agronegócio e que conformam a concertação descrita por Ribeiro Neto (2018); entre elas (linhagens) e o clã mais amplo, isto é, a sociedade do agronegócio; e entre esta última e seus potenciais “parentes” (ou inimigos) que ainda não a habitam.

Ao mesmo tempo, se religiosidade implica “expresión de un sentido de dependencia de un poder” (Radcliffe-Brown, 1973: 188), não só nas três campanhas, mas na fala praticamente uníssona de quem habita a sociedade do agronegócio, além deste aparecer como pujante, grandioso, imponente (vide as imagens de *Sou Agro* e *Agro é Tudo*), reitera-se a exaustão que dele todos dependem, afinal, dizem: “o que seria do país sem o agronegócio?”. Entre as incontáveis declarações do tipo, para o Murílio Biagi Filho, “empresário de Ribeirão Preto (SP) conhecido por sua carreira no agronegócio [...] e presidente de honra da Agrishow”, o “agronegócio sustenta o Brasil no ‘caos’ da economia”¹⁰. Já para Antonio Alvarenga, ex-presidente (2014) da Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), seria “difícil imaginar o que seria da economia brasileira sem o agronegócio”¹¹. De fato, se há uma unanimidade, mesmo entre seus críticos mais ferrenhos¹², é a de que o agronegócio é algo poderoso, até mesmo “indestrutível” (Bruno, 2010), sentimento traduzido numa das peças de *Agro é Tudo* quando a voz, *in off*, diz no momento em que um bebê é alimentado: “agro é

10 Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2016/12/agronegocio-sustenta-o-brasil-no-caos-da-economia-diz-biagi-filho.html>>. Acesso em: 30 set. 2021.

11 Disponível em: <<https://www.sna.agr.br/sna-117-anos-e-dificil-imaginar-o-que-seria-da-economia-brasileira-sem-o-agronegocio-diz-presidente/>>. Acesso em: 30 set. 2021.

12 Em 2012, ano de lançamento de *Time Brasil*, o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal repercutia a fala de uma grande liderança do MST: “Stédile avalia que aqueles que lutam pela Reforma Agrária [...] enfrentam adversários bem mais poderosos do que os ‘coronéis’ de antigamente [...], um novo tipo de organização da produção agrícola que é o chamado agronegócio”. Disponível em: <<https://sindjufe-mt.jusbrasil.com.br/noticias/2923403/economista-do-mst-critica-o-agronegocio>>. Acesso em: 30 set. 2021.

essencial”. Essência que, segundo os próprios idealizadores e publicitários que pensaram a campanha, intenta preencher a mentalidade, a consciência, o caráter e o espírito de ser brasileiro.

Por outro lado, se partilhar do agromundo implica acreditar em “certas ideias e crencias” (Radcliffe-Brown, 1973: 117), o culto à tecnologia e à propriedade privada da terra são, sem dúvida, duas delas, se não as principais. No caso da tecnologia, sua reverência se encontra ligada a todo um “sistema de sentimentos” que lhe confere uma “expresión solemne y coletiva”, renovando e consolidando “sentimientos de los que depende la solidariedad social” (Radcliffe-Brown, 1973: 188). “Agro é Tech porque tudo o que vem do campo é feito com tecnologia e não para de avançar”, diz a voz neutra em *Agro é Tudo*, com a tecnologia interconectando os habitantes do mundo *Agro*, visto que, quando alguém come a laranja da Cutrale (ver em seguida) ou a maminha maturada da Friboi, simbolicamente está comendo (e se alimentando com) a tecnologia que nelas foi colocada.

Sem querer fazer aqui uma sociologia da técnica ou da relação entre essa e religião, no agromundo, a tecnologia adquire um sentido ao mesmo tempo político e cosmológico, cujo sinal é invariavelmente positivo e transformador. Agindo como se fosse uma força vital (isto é, com vida própria, para não usar o termo sobrenatural), sempre para o bem e o melhor, suas qualidades acabam encarnadas na palavrinha mágica “produtividade”. Adiante, ver-se-á, através de uma campanha patrocinada pela Bayer, cujo slogan é “Ser Agro é Bom”, como a publicidade e propaganda são elementos fundantes na construção do agromundo. Porém, para explorar mais tal adoração da técnica, vale aqui adiantar um trecho do primeiro episódio da quarta temporada da websérie, lançada no começo de 2020¹³ e cujo título traz a pergunta: “existe tecnologia no campo?”. Quem apresenta é um ator conhecido no mundo dos “games” por ter sido muito tempo apresentador de programas direcionados ao tema. Ao final, após apresentar a agrônoma responsável pela fazenda e acompanhar sua descrição das “tecnologias de ponta” usadas desde a plantação até a colheita da soja, o ator declara: “já percebi que se a gente fizer um paralelo com games, a gente chegou aqui na fase final, naquele chefão, mas que tem uma recompensa maior”. A engenheira então responde, apontando para a imensa lavoura de soja a sua frente pronta para ser colhida:

13 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=omzozrU4JUo&list=PLPs86m9Wmo8EuFERVdv8WtflHaxlwk1ma&index=3&t=os>>. Acesso em: 30 set. 2021.

sim, até aqui a gente só foi somando pontos, somando responsabilidades, somando eficiência, somando sempre a preocupação com o meio ambiente, procurando sempre fazer com que cada um destes indivíduos que estão aqui nesse jogo [indicando com a mão as plantas de soja] tenha a sua expressão em produtividade [...]. É o resultado final desse maravilhoso jogo.

O apresentador então completa: “e no final do jogo, depois que você venceu aquele chefão, tem a recompensa que é ver aquele grão, aquela semente sendo despejada no caminhão”, sendo que, enquanto este dizia a palavra “recompensa”, a engenheira acrescentava entusiasmada “muita, muita”.

Como se vê, após a intervenção/mediação das tecnologias de ponta descritas pela agrônoma, os “indivíduos [soja] que estão” na plantação podem “se expressar”, ganhando materialidade na forma de “produtividade”. Mas, tal como pensaria um franciscano – para quem, segundo o próprio Papa Francisco, para ser um bom cristão “não basta não fazer o mal; é necessário fazer o bem”¹⁴ –, para alcançar “uma recompensa maior”, é preciso “somar pontos”. De fato, se, no catolicismo, somar pontos equivale a fazer boas ações, ajudar o próximo, fazer caridade, perdoar a quem se sente rancor, orar pela salvação de quem faz o mal, também aqui é indispensável esse empenho positivo, o qual, no vídeo, enquanto os personagens vão conversando, vai sendo sintetizado na forma de palavras-chave lançadas na tela. Assim, para finalmente vencer “aquele chefão” (que, em games, encarna geralmente algum demônio ou entidade do mal) e obter a dádiva do grão que, no vídeo, expressa-se sendo despejado num caminhão, é preciso “somar pontos”, isto é, buscar “eficiência”, “precisão”, “controle”, “assertividade”, “otimização”, “sustentabilidade”, “aceleração”, “responsabilidade” (sendo elas algumas das virtudes valorizadas no agromundo).

De fato, o que na sociedade do agronegócio se entende por tecnologia nada mais é do que uma espécie de autômato, um robô sacralizado programado para fabricar produtividade. Nesse sentido, incorporada na expressão “Agro é Tech”, está a promessa de que o “avanço” tecnológico na agricultura trará um prêmio, uma graça. Essa, inclusive, não deve ser usufruída apenas por quem a obteve (o que constituiria, caso estivéssemos diante de um franciscano, o pecado da ganância), mas repartida com a coletividade, seja ela representada pela nação ou toda a humanidade. É o que promete a “especialista em Marketing Digital e E-commerce” Sandra Turchi, segundo sua própria apresentação biográfica, “um dos 20 professores de marketing mais influentes do mundo na área de mídias

14 Disponível em: <<https://franciscanos.org.br/quemsomos/>>. Acesso em: 30 set. 2021.

sociais”: “a Agricultura Digital, que está transformando as lavouras com tecnologias sofisticadas e de última geração, em última instância tem o poder de modificar para melhor toda a cadeia alimentar e econômica do Planeta”¹⁵. Vê-se aqui como este tipo de tecnologia, isto é, “Agricultura Digital” (aliás, com letras iniciais em caixa alta), aparece tendo um “poder” positivo, “melhor” e cujo resultado é lido como um benefício ao “Planeta”.

Mas, mesmo nesse mundo “sofisticado”, não deixa de comparecer toda uma variedade de santinhos, rosários, crucifixos, búzios, patuás e outros agentes intermediários aos quais se recorre para alcançar a esperada produtividade. Assim, estabelecendo uma mediação entre quem os usa e a obtenção da graça, isto é, o lucro e a riqueza, entram em cena uma diversidade de objetos de adoração que vão de satélites, drones, robôs, colheitadeiras climatizadas, pulverizadores teleguiados, pilotos automáticos orientados por GPS, *weedseekers* (para aplicação computadorizada de insumos) e outras “tecnologias de precisão”, plataformas *fieldview* (que processam automaticamente dados da plantação), sementes *terminators* (ou “suicidas”, diriam agroecólogos) e suas variações transgênicas, “linhagens superpoderosas”¹⁶ e outras inovações biotecnológicas, aparelhos georeferenciadores (que rastreiam desde animais no pasto a nematóides – isto é, vermes – no solo), sensores de variados tipos, cores e gostos (para avaliar umidade, compactação e fertilidade do solo ou infestação de pragas e doenças), enfim, inúmeros equipamentos “de última geração”, cujo poder, promete Turchi, irá “alimentar o Planeta”.

Claro que símbolos santificados dificilmente ficam obsoletos (embora certos objetos de adoração sim), como ocorre no caso de tecnologias que acabam sendo ultrapassadas e deixadas de lado. Mas, ainda assim, da mesma forma que no mundo das religiões o mercado de santidades não para de crescer, com novos candidatos à beatificação sempre aparecendo, também programas inovadores, inéditas biotecnologias e dispositivos sofisticados continuarão sendo ofertados a potenciais devotos e adoradores. E, como em qualquer religião, se também em relação à tecnologia haverá os mais aficionados e os nem tão católicos assim, ambos permanecem a elas ligados, seja como usuário de fato (vide a engenheira de Ser Agro é Bom), vendedor (caso do apresentador do programa), publicitário (como a influente especialista em mídias sociais) ou, no caso dos

15 Disponível em: <<http://sandraturchi.com.br/biografia/>>. Acesso em: 30 set. 2021.

16 Expressão usada por um especialista da Bayer no programa Ser Agro é Bom, sobre o qual falarei adiante. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zhmFTRhxAHk>>. Acesso em: 30 set. 2021.

mais humildes, como parte do público a quem fala Antonelli, comendo o resultado de sua aplicação¹⁷.

Enfim, só a relação entre habitantes e tecnologias do agromundo mereceria uma reflexão específica, o que não é o caso. Resta dizer que muito desta veneração da técnica vem justamente do esforço de se afastar da imagem do atraso representado pelo latifúndio e a figura do coronel (se contar estereótipos pejorativos ligados à alegada ignorância do caipira jeca tatu, fanatismo sertanejo e teimosia cabocla). Funcionando como meio de diferenciação, o fato do “moderno produtor/empresário rural” ter sido construído como negação do arcaísmo simbolizado pelo passado rural brasileiro faz com que a exaltação da tecnologia ganhe dimensão e importância maiores do que em outras áreas. Daí a necessidade (presente em *Sou Agro*, mas ainda mais na campanha de 2018 através da expressão *Agro é Tech*) de sempre apontar e destacar, quando possível, o quanto o que se faz no agromundo é avançado, sofisticado, de ponta e última geração, o que o faz novamente Turchi em seu blog:

análises com big data, tecnologias de precisão, biotecnologia, sensores, robôs, drones, imagens de satélite. Percebo que uma grande parcela das pessoas associa todas essas tecnologias disruptivas de ponta a empresas urbanas modernas, em oposição a um ambiente rural retrógrado, composto por produtores rudimentares que vivem ainda no século passado. Mas nada está mais longe do que tem acontecido no campo: a chamada Revolução 4.0 ou Agricultura Digital¹⁸.

Quanto à propriedade privada da terra, outra crença no mundo *Agro*, em torno de seu significante máximo, a fazenda, há uma clara correspondência com o que Radcliffe-Brown (1973: 190), valendo-se do exemplo de tribos aborígenes australianas, identificou como “centros totem”. Sendo esses “lugares especialmente relacionados com certas espécies de objetos, mas comumente com uma espécie particular de animal ou planta”, a fazenda é, de fato, o centro de origem do agromundo e inspiração para a sociedade do agronegócio, de onde tudo veio e cresceu, fonte primária e cosmogônica de sua força e fortaleza e para onde, uma hora, invariavelmente, todos retornam (ainda que seja só para lembrar dela ao abrir a geladeira). Igualmente, a fazenda guarda em si o embrião

17 Lembrando que, sendo commodities agrícolas destinadas à exportação, a imensa produção vinda do agronegócio ou simplesmente não é alimento ou não se destina à alimentação direta, sendo usada como ração animal.

18 Disponível em: <<http://sandraturchi.com.br/o-agro-e-tech-a-revolucao-tecnologica-que-vive-o-campo-brasileiro/>>. Acesso: 30 set. 2021.

do que Ribeiro Neto (2018) chamou de “espírito do agronegócio”, com os ritos ligados à produção de commodities e suas diferentes fases (preparação da terra, sementeira, irrigação, pulverizações e tratamentos culturais até chegar à colheita), “renovando la vitalidad de este espíritu” (Radcliffe-Brown, 1973: 191). Mesmo a alegação (sempre repetida) de que a fazenda virou uma fábrica/indústria nada mais é do que a atualização de um símbolo, ou melhor, de uma tradição e seus valores às necessidades do mundo moderno, reposicionando a narrativa de modo a continuar dando sentido ao próprio símbolo. Afinal, como diria outra vez Todorov (2010: 84), “a conquista religiosa muitas vezes consiste em tirar de um lugar certas imagens e colocar outras no seu lugar – preservando, e isso é essencial, os locais de culto” (que, no caso, vem ser a fazenda).

Assim, se “el centro totem se considera como la ‘casa’ o ‘moradia’ de la especie” a ser venerada, em que “un centro totem de la lluvia trae la lluvia en la estación adecuada, el de un centro totem canguro asegura la provisión de canguros” (Radcliffe-Brown, 1973: 191), a fazenda, enquanto centro totem, guarda e provê, no momento adequado, a “recompensa” de que falavam entusiasmados o apresentador e a agrônoma em Ser Agro é Bom e que talvez seja o objeto de desejo mais venerado no agromundo: a riqueza realizada como lucro. Em vez de trazer a chuva no momento adequado ou de assegurar a provisão de cangurus, a fazenda traz e assegura a provisão de dinheiro. Seja obtido com a venda direta da commodity ou processada pela agroindústria, seja através da venda de insumos por empresas de sementes, agrotóxicos, fertilizantes e maquinário agrícola ou então via renda paga a gerentes, funcionários, prestadores de serviços, consultores de marketing e o proprietário de uma churrascaria em Cristalina (GO) onde costumam almoçar donos de fazendas, sua obtenção move o desejo de todos. E, assim como a água da chuva precisa ser coletada e tomada e a carne do canguru caçada, assada e comida, a soja (ou outra commodity qualquer) deve ser semeada, colhida e vendida, sendo as três sedes ou fomes (de água, carne e dinheiro) finalmente saciadas.

É compreensível, portanto, que este outro objeto de admiração, a riqueza, esteja no título de uma das três campanhas publicitárias citadas: “Agro, a Indústria-Riqueza do Brasil”. Igualmente, talvez venha daí, dessa centralidade originária e mítica da fazenda, que a compulsão por garantir sua preservação (na forma de propriedade privada) alcance status próximo ao sagrado, aspecto que, embora não com a mesma nomenclatura, havia sido intuído por Bruno (1997: 13) a mais de duas décadas:

é a concepção de propriedade [...] que circunscribe um espaço político, ideológico e social comum a todos os grupos dominantes no campo [...], mesma lógica de defesa do monopólio que agrega numa identidade única o pecuarista, o industrial, o produtor de grãos, o empresário à montante e à jusante da porteira da fazenda, o banqueiro-proprietário de terras e o latifundiário ‘chapéu de palha’.

E é justamente por “agregar” tal “identidade” que, assim como os centros totem da chuva e dos cangurus para os aborígenes australianos deviam ser protegidos, sendo a fazenda um centro totem, ela precisa – através de um conjunto de interdições que vão da cerca de arame (eletrificada ou não), seguranças armadas, controle via câmeras online, monitoramento automatizado de portões, até a fabricação de leis abstratas – estar o mais protegida possível das mãos daqueles que a querem tomar. Esses personagens geralmente corporificados na figura dos “sem terra”, sejam eles indígenas, quilombolas ou camponeses, espécie de hereges nominados no mundo *Agro* como vândalos, invasores, criminosos, vagabundos, ladrões¹⁹. Além de fonte de lucro, prestígio e poder, é preciso cuidar e proteger, como precioso objeto de adoração, a propriedade da terra destes e de outros inimigos, como, por exemplo, os chamados “ambientalistas”²⁰.

E, assim como em certas regiões do interior do Brasil se evita falar o nome do demônio (pois isso atrai o tnhoso), se há entre a elite que habita a sociedade do agronegócio uma palavra tabu, não devendo ser proferida ou ao menos evitada, é “reforma agrária”. Verdadeira assombração a rondar, sobretudo, donos de terra, que precisam recalca-la como ideia e possibilidade o mais que puderem, em torno do termo, gira um desconforto tácito (como se fosse uma palavra grosseira e mesmo imoral) daquilo que Josué de Castro já havia definido como “tabu linguístico impróprio” e que desempenha um “papel de estímulo condicionado a outro estímulo reflexo, provocador de um reflexo de medo”. De fato, como destaca Bruno (1997: 10), ser dono de terras tem, historicamente, não só “significação simbólica”, mas um “valor cultural”. Além da noção de propriedade fundiária costurar “uma unidade interna”, ela articula e “enuncia um modo de existência, uma causa e um propósito de ação. Ela designa poder e prestígio e se remete ao agir – defender-se, impedir, não tolerar, nem negociar. Neste processo exige ou referenda a violência” (Bruno, 1997: XIII).

19 Como qualquer universo social, também o agromundo subentende seus outros, que eventualmente podem virar inimigo, mas também “parente” próximo (caso dos “pequenos produtores”) a ser assimilado ou tornado aliado de ocasião, tema que por si só merece uma análise específica.

20 Para um relato que explicita a aversão a este grupo específico, ver Eloy et al. (2018: 11-12).

E, de fato, na defesa da fazenda, ocorre um oportuno (e produtivo) casamento entre estes dois objetos de obsessão: tecnologia (de ponta) e terra (privada). Segundo a revista *Globo Rural*²¹, entre os “quinze usos de drones na agricultura”, está a vigilância: “pequenos e ágeis, foram criados para vigilância em guerras pelos governos, e também para a proteção de áreas vulneráveis como fronteiras. O mesmo uso pode ser adotado na fazenda para vigiar as divisas da propriedade”. Assim como a água da chuva e os cangurus na Austrália, a fazenda, além de algo precioso, não pode ficar “vulnerável”. A associação com a guerra também não é fortuita, pois sua “invasão” pode levar a intervenção de vigias armados ou da polícia militar, podendo (como ocorreu e ocorre inúmeras vezes) ter como resultado mortos e feridos.

Daí a importância, dada em *Sou Agro*, à tentativa de reconectar (ou religar, caso se vá na etimologia da palavra religião) quem está distante deste centro totem chamado fazenda, trazendo-os figurativamente para perto dele através da associação com um objeto banal em qualquer casa: a geladeira. “Você sabia que todo mundo tem uma fazenda? É, uma fazenda! A minha fica aqui, na cidade, bem no meio da minha cozinha, é só abrir a geladeira”, diz Antonelli. Em seguida, a centralidade do caráter privado da fazenda-geladeira é reforçada através dos pronomes “minha” e “meu”. E, tal como donos de fazenda se orgulham de ser “seus” donos, também “eu”, diz a atriz, que mora na cidade, “tenho meu pomar, tenho meu gado de corte, minha soja, aqui eu tenho minha floresta plantada, até a roupa que eu visto vem da minha fazenda, da minha plantação de algodão, na minha fazenda tem até canavial”. Neste caso, outra vez mais surge operando a sinédoque/metáfora citada por Ribeiro Neto (2018) e Bruno (2013), com a fazenda aparecendo, ao mesmo tempo, como Brasil (sinédoque) e geladeira (metáfora) e cujo objetivo é produzir identificação e proximidade entre personagens muito diferentes e distantes. Uma “fazenda chamada Brasil”, reitera Antonelli ao final, que é preciso “amar” e que, novamente como uma divindade onipresente, está dentro da “minha” casa, sendo por fim restabelecida (através do totem *Agro*) a ligação entre o mundo próximo e concreto (simbolizado pelo objeto geladeira) e outra comunidade imaginada (a nação, ou melhor, agronação).

Por outro lado, aqui se vê a capacidade de, no sistema capitalista, simetrizar diferenças entre classes sociais a partir da suposta igualdade por trás do direito à posse e do ato de consumir, como se fossem equivalentes à fazenda-geladeira de Antonelli (ou de um morador da Cidade de Deus/RJ) e à fazenda Tanguro, do

21 Disponível em: <<https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Pesquisa-e-Tecnologia/noticia/2015/05/15-usos-de-drones-na-agricultura-e-na-pecuaria.html>>. Acesso em: 30 set. 2021.

Grupo André Maggi, com seus 80 mil hectares²²; o “pomar” de duas laranjas da atriz e os gigantes laranjais que produzem as 50 milhões de caixas da fruta para o “rei da laranja”, José Luís Cutrale²³; ou então seu bife de 500 gramas e o rebanho de “105 mil cabeças de Nelores” criados nos 135 mil hectares da Fazenda Nova Piratininga (GO)²⁴. De fato, não se pode negar que tanto Antonelli e o morador da Cidade de Deus como Cutrale e Maggi são todos “proprietários” e nessa condição estão unidos, com a diferença de que alguns são donos de garfos e facas comprados em “lojas 1,99” e outras picapes hilux e mansões em Miami.

Mas é preciso ter em mente que a carga cosmológica incorporada no totem *Agro*, bem como sua eficácia em produzir pertencimento (a um agromundo que, confessa Antonelli, precisa ser “amado”) e identidade (entre personagens como donos de fazenda e moradores de periferias urbanas), não se limita a uma feliz “composição [...] entre representações da agricultura e segmentos conectados a ela” (Ribeiro Neto, 2018: 308). Assim como não diz respeito apenas ao processo de assimilação do ethos empresarial (alicerçado em ideias como “competência”, “práticas inovadoras”, “gestão eficaz”) aliado à matematização (Ribeiro Neto, 2020) de material estatístico que demonstrem a elevada “produtividade”, “eficiência”, “modernidade”, “competitividade” do agronegócio (revelada na sua participação do PIB, balança comercial etc.). Sem dúvida, são dois elementos fundamentais, fundantes mesmo de todo processo e não podem ser negligenciados. Porém, como dito no início, mais do que produção agropecuária e agroindustrial ou expansão econômica e política de determinado “setor”, tal fenômeno vai além de uma concertação entre a elite do agronegócio, tratando-se da produção de um sentido de união muito mais amplo, potente e cuja eficácia leva à própria resignificação do que é ser brasileiro e do que se entende por Brasil.

É nesse momento que metáfora e sinédoque entram como artifício importante ao ajudar a colonizar valores e representações em diferentes esferas da vida, reconfigurando um sentido de brasilidade informado pela cosmologia que estrutura a sociedade do agronegócio. Daí também o investimento massivo, por parte de sua elite, em fazer conhecer nacionalmente o *Agro* e do qual decorre talvez o principal efeito de todo processo de subjetivação mencionado no início

22 Ver “Top 10 maiores fazendas do Brasil”. Disponível em: <<https://blog.rodeowest.com.br/curiosidades-rodeio/top-10-maiores-fazendas-brasil/>>. Acesso em: 30 set. 2021.

23 Ver Isto é Dinheiro: “Cutrale avança sobre a América”. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20000802/cutrale-avanca-sobre-america/23303>>. Acesso em: 30 set. 2021. E no site da BBC-Brasil: “Rei da laranja brasileiro quer virar rei das bananas”. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140812_cutrale_perfil_lab>. Acesso em: 30 set. 2021.

24 “Top 10 maiores fazendas do Brasil”. Disponível em: <<https://blog.rodeowest.com.br/curiosidades-rodeio/top-10-maiores-fazendas-brasil/>>. Acesso em: 30 set. 2021.

ao desencadear um movimento ainda mais capturador, ou melhor, autocapturador. Para se ter uma ideia da abundância criativa que caracteriza hoje a fabricação de “agrosentidos” no agromundo, um tipo de fenômeno que Guattari e Rolnik (1986) descreveram como “agenciamentos coletivos de enunciação”, entre inúmeros outros termos sinodoquizados ou metaforizados através do totem *Agro* encontram-se: *Agro é Top*, *Agrolink*, *Agro é Paz*, *Mulheres do Agro*, *Ser Agro é Bom*, *AgriPoint*, *TV Agro*, *Agro Orgulho*, *Agritendências*, *Agroconversão*, *Agroprofissionais*, *soluções Agro Sociais*, *Agropop*, *Agroempreendedores*, *Agronow*, *Agroeconomia*, *Agro é Chic*, *Agro é Show*, *Agropropaganda*, *Agrotalks*, *Agromídia*, *Sapé Agro*, *Agro 4.0*, *Geração Agro*, *Avantagro*, *AgroTalentos*, *Agrojuventude*, *Agrocanais*, *Agropáginas*, *Agrosmart*, *Donas do Agro*, *Agro é Delas*; sem contar, obviamente, expressões com conotação negativa ou de denúncia, como *Agro é Tóxico*, *Agro é Lixo*, *Agro é Morte*, *Agro é Sujo*.

Todas as expressões acima e inúmeras outras mais existem e são hoje cotidianamente manipuladas e operacionalizadas no mundo *Agro*, mas não me ateei a elas, visto que, em Gerhardt (2021), descrevo-as em detalhes mostrando sua origem e como se dá sua difusão. De todo modo, vê-se que, se, no princípio, havia um centro irradiador de “agropertencimentos”, como propõe o próprio Roberto Rodrigues²⁵, com o tempo, sua produção se autonomizou, saindo do controle de seus proponentes originais e sendo hoje repercutida por um variado número de atores em diversos estratos sociais. De fato, a própria ideia, contida em *Agro é Tudo*, de que o “*Agro é Pop*”, valoriza exatamente esse esforço de assimilação e captura. De, harmonicamente e sem conflito, integrar e trazer para dentro do agromundo quem dele está distante. Tal como o efeito encantatório gerado em torno de uma celebridade do mundo artístico ou esportivo, ou então por uma forma de expressão popular massificada (seja samba ou sertanejo universitário²⁶), o vocábulo *Agro*, ao se converter numa “marca” e se popularizar no imaginário coletivo, pode agora ser consumido como qualquer outro produto cultural. Ao mesmo tempo, tal como Pelé, samba e música sertaneja, pode também se juntar a outros símbolos que lembram ou remetem ao que se imagina ser o Brasil.

25 Repercutido pela SNA na matéria “Brasil precisa criar ‘sensação de pertencimento’ com agro”, Rodrigues teria dito no I Congresso Nacional de Direito Agrário ser “preciso criar uma sensação de pertencimento nacional [...] entre o *Agro* e o urbano”. Disponível em: <<https://www.sna.agr.br/roberto-rodrigues-brasil-precisa-criar-sensacao-de-pertencimento-com-agro/>>. Acesso em: 30 set. 2021.

26 Por sinal, há já uma canção neste estilo chamada “*Agro é top*”, da dupla Léo e Raphael, cujo refrão é “*agro é top, agro é chic, agro é show*”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aFk363XM-N8>>. Acesso em: 30 set. 2021.

Agropedagogia: entre a cruz do *Agro* e o negócio da espada

Embora separadas por cinco anos, a campanha *Agro é Tudo* se assemelha e se soma às antecessoras *Sou Agro* e *Time Agro* ao recortar a diversidade que compõe o rural brasileiro ao mesmo tempo que retrata o mundo *Agro* (apresentado como dinâmico, moderno, admirável, atraente, organizado e interligado) como se formasse uma totalidade equilibrada e pacífica, em que todas as partes (sejam pessoas, setores, cultivos, máquinas, ração, gelatina, cartilagem, roupas²⁷ etc.) se encaixam e se complementam. Mas há diferença entre elas.

Nos comerciais das duas primeiras edições, de 2011 e 2012, o clima é de celebração litúrgica, o que se reflete inclusive na ambientação sonora: em certos momentos (como nos planos abertos mostrando máquinas cruzando plantações), é grandiloquente, marcial e solene; em outros, (quando Duarte, Antonelli e Pelé fazem sua pregação) acolhedora e serena. Já em *Agro é Tudo*, o tom, incluindo a música e o locutor (que, diferente das antecessoras, não é nenhuma celebridade e permanece oculto), é bem mais formal, informativo e preenchido por números, estatísticas, valores, toneladas, hectares, milhões. Contudo, cada uma delas se volta para funções que se acrescentam: cativar e trazer para perto (daí o conteúdo mais emotivo de *Sou Agro*, com imagens idílicas, vivas e deslumbrantes combinadas com falas poéticas e relatos pessoais de personalidades conhecidas e próximas do público) e esclarecer e convencer (ao se fazer uso, em *Agro é Tudo*, de um texto mais racional, cadenciado e objetivo que tenta mostrar a interdependência, no agromundo, entre um “nós” genérico e “tudo” que nele existe de específico).

Aliás, o próprio elenco das peças é complementar, pois, assim como numa missa se tem o celebrante (padre, bispo, sacerdote), o orador (proclamador ou salmista que, ao ler trechos bíblicos do “lecionário”, “comunica de forma clara a palavra do senhor”²⁸) e a assembleia (fieis que assistem a celebração), também aqui se tem as celebridades em *Sou Agro* e *Time Agro*, o proclamador em *Agro é Tudo* e o público urbano a quem se destina a mensagem (palavra) publicitária. E, se *Agro é Tudo* está mais próximo da “liturgia da palavra”, parte da missa centrada na “proclamação, escuta e meditação da Palavra de Deus”²⁹, *Sou Agro* e *Time Agro* se assemelham a “liturgia eucarística”, quando “o pão e vinho se tornam o Corpo e Sangue de Jesus Cristo”³⁰.

27 Todos os termos são citados nas peças de *Agro é Tudo*.

28 Disponível em: <<https://catholicus.org.br/orientacoes-liturgicas-para-proclamadores-da-palavra/>>. Acesso em: 30 set. 2021.

29 Disponível em: <<http://www.clerus.org/clerus/dati/2007-11/23-13/MISSA.html>>. Acesso em: 30 set. 2021.

30 Disponível em: <<http://www.clerus.org/clerus/dati/2007-11/23-13/MISSA.html>>. Acesso em: 30 set. 2021.

Daí a didática em Agro é Tudo ser mais mecânica, linear, com um professor despersonalizado (emissor) explicando e os alunos (receptores), nas suas casas e apartamentos, escutando o locutor dizer: “quanto mais você conhece, mais vê que tem muito a aprender sobre o Agro”. Já Sou Agro e Time Agro seguem noutra direção. Ambas, com seus respectivos personagens carismáticos, apelam para signos inclusivos e metáforas emotivas que buscam estabelecer uma conexão afetiva entre mundo *Agro* e o dia a dia de quem dele está distante. O que se vê quando Duarte diz: “quem vive nas grandes cidades tem uma sementinha de agricultor dentro de si”, sendo preciso “acordar esse agricultor, esse pecuarista que está adormecido”. Ora, nada mais parecido com o apelo de evangelizadores a fiéis e infiéis de que é preciso “acordar o cristo que está adormecido em seu coração”, com a diferença de que aqui cristo não é um pastor, mas um pecuarista³¹.

Em sintonia com este caráter pedagógico (mais racional ou emotivo), sempre que possível, ele é reverberado por quem ocupa posição privilegiada na sociedade do agronegócio. Como disse Adalgiso Telles, “o movimento [Sou Agro] não tem caráter de confronto, e sim de esclarecimento” (apud Bruno, 2013: 08). Falta de compreensão que, como notou a autora, por vezes adquire tom de reclamação ao se dizer que “o *Agro* é discriminado porque desconhecido” (2013: 04). Mas a intenção e o resultado de iniciativas como as campanhas citadas vai bem além de só pretender “esclarecer” as pessoas, conectar o *Agro* a quem vive nos grandes centros e produzir uma identificação com este. Como mostra Todorov (2010), assim como espanhóis precisaram, por vezes, disfarçar seu desejo pela conquista de terras, gentes, corpos e almas através de subterfúgios (de fundo religioso, moral, político, burocrático, comercial, tecnológico, retórico) que mostrassem a cruz ao mesmo tempo em que escondiam a espada e seus efeitos, no presente caso, fez-se necessário dissimular a intenção de expandir a sociedade do agronegócio sobre novos territórios suprimindo outro símbolo de poder, o “negócio”.

Após a exposição negativa gerada com o debate sobre o novo Código Florestal³², idealizadores do “Movimento Sou Agro partia[m] do diagnóstico de que a ideia de agronegócio, e a concertação nela fundamentada, passavam por sério risco de descrédito”, levando-os a “tirar ‘negócio’ da categoria,

31 Se bem que um pastor não deixa de ser um tipo de pecuarista; no caso, não de gado, mas de ovelhas.

32 Ver Vicente (2014).

deixando somente ‘agro’³³ (Ribeiro Neto, 2018: 271 e 273). Expediente presente em *Sou Agro* e repetido em 2012 e 2016/18, aqui o desafio segue novamente duas direções opostas, mas complementares: exibir e realçar a cruz (“agro”) e, ao mesmo tempo, escamotear a espada (“negócio”) para, em seguida, executar o movimento contrário, produzindo, através do conteúdo e imagens apresentados, uma associação direta entre “agro” e “negócio” sem que este último apareça explicitamente. Disso, tem-se, camuflada num sofisma, a seguinte sequência lógica: “como agro é tudo” e “agro = negócio”, logo, “negócio também é tudo”.

Assim como a cruz representa e apresenta uma entidade intangível (Deus) que se mostra concretamente apenas quando se manifesta no mundo vivido (muitas vezes como espada), tenta-se produzir efeito semelhante entre *Agro* e negócio. A começar por este último simbolizar outra entidade sagrada e cuja expressão, no mundo capitalista, também se dá de forma etérea através das ações de seus “agentes”: o Mercado. Além disso, se, na época da conquista da América, a cruz simbolizava uma superioridade religiosa e a espada uma supremacia tecnológica ligada à força e armamento bélico usado, enquanto a expressão *Agro* se volta para o universo da representação (do que se imagina ser o melhor, o caminho, a harmonia, o dinâmico, o desenvolvimento), o termo “negócio” remete ao mundo mundano, prático e objetivo da eficácia, das oportunidades, do interesse, enfim, da obsessão pela “recompensa”, isto é, por “fazer dinheiro”.

Se, no caso da expansão espanhola, como diz Todorov (2010: 154), “teoricamente [...] o objetivo da conquista é expandir a religião cristã, mas, na prática, o discurso religioso é um dos meios que garantem o sucesso da conquista”, com “fim e meios trocando de lugar”, o mesmo se dá em relação à alegação de que é preciso levar o *Agro* ao conhecimento de todos quando, de fato, deseja-se garantir a expansão do negócio que há por trás dele. Intenção cujo disfarce logo se desfaz quando é preciso realizá-la, como quando a Rede Agroservices (espécie de shopping virtual voltado à venda de produtos agropecuários), ao anunciar a troca de seu nome fantasia, prometia: “o nome é novo, mas o nosso sonho de tornar o *agro* cada vez mais negócio e gerar valor para o dia a dia do produtor,

33 O esforço de desviar a conotação pejorativa associada ao agronegócio se dá também em cima do termo “ruralistas”, fazendo com que lideranças do patronato rural substituíssem “bloco” e “bancada ruralista” por “Frente da Agropecuária Brasileira” e “Frente Parlamentar da Agricultura”, ambas neutras e que dão a entender (outra sinédoque) que representam a diversidade da agropecuária.

não. A (r)evolução do agronegócio está aqui”³⁴. Qualquer semelhança com a canção gospel “A salvação está aqui”³⁵ não parece ser só coincidência.

Agropublicitário e suas agrofeitiçarias

Em princípio, a constatação sobre o relativo “descrédito” da expressão agronegócio e consequente subtração do “negócio” dessa não teriam maiores repercussões não fosse sua combinação com certos mecanismos persuasivos da área de marketing, potencializados hoje por uma ampla gama de recursos digitais como portais, blogs, vlogs, mídias digitais, startups, landing pages, e-commerces, automação de e-mails, robôs ADS e SEO marketing³⁶. Como resultado de tal investimento, montou-se em torno da marca *Agro* uma sólida estrutura, altamente produtiva, de consultores, analistas e especialistas em mídia. Hoje reunidos em torno da Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio (ABMRA), do Núcleo de Estudos do Agronegócio da ESPM e da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (ABERJE), esses profissionais tem colocado em movimento uma poderosa, agressiva e bem montada máquina de publicidade e propaganda, ou melhor, de “agropropaganda”³⁷ e “agropublicidade”³⁸.

Além disso, em paralelo ao trabalho de fazer circular o *Agro* como marca-referência (e o negócio como destino), ABMRA, ABERJE, o núcleo da ESPM e “plataformas especializadas em conteúdo voltado aos líderes do Agronegócio”³⁹, como a Plant Project⁴⁰, têm investido em sondagens periódicas sobre a imagem do agronegócio. Como exemplos, tem-se o levantamento do núcleo da ESPM (2013), patrocinado pela ABAG, sobre a “Percepção da População dos Grandes Centros sobre o Agronegócio”; a pesquisa da Plant Project (2017) em parceria com a ABERJE com o título “Como a cidade enxerga o agronegócio”; e o estudo mais

34 Lançada pela Bayer, a plataforma recentemente mudou seu nome para Orbia. Disponível em: <<https://institucional.orbia.ag/>>. Acesso em: 30 set. 2021

35 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=g4rqAsO9Bnw>>. Acesso em: 30 set. 2021.

36 Ambos usados para colocar uma marca nas primeiras posições de buscadores e redes sociais.

37 A expressão existe, sendo até recentemente nome fantasia de uma agência de marketing em agronegócio, hoje chamada “Agrotalks”. Disponível em: <<https://agropropaganda.com.br/tag/agropropaganda/>> e <https://agrotalks.com.br/?page_id=1090>. Acesso em: 30 set. 2021.

38 O termo é comum na área de marketing, estando já presente no lançamento de Sou Agro, como se vê na manchete à época da Revista Agropecuária: “Agora é a vez da agropublicidade”. Disponível em: <<http://www.revistaagropecuaria.com.br/2011/07/27/agora-e-a-vez-da-agropublicidade/>>. Acesso em: 30 set. 2021.

39 Disponível em: <<http://www.startagro.agr.br/pesquisa-inedita-mostra-como-cidade-ve-o-agro/>>. Acesso em: 30 set. 2021.

40 Segundo seu site, “um canal [...] de análise dos protagonistas da mais relevante atividade econômica, responsável por alimentar o mundo”. Disponível em: <<http://plantproject.com.br/novo/sobre/>>. Acesso em: 30 set. 2021.

recente, da própria ABERJE (2019), “A comunicação do agronegócio no Brasil”. Por eles vê-se que, se, em 2013, 44,3% das pessoas disseram não ter “nenhum interesse pelo Agronegócio” e 40% nunca ouviram dele falar (ESPM, 2013: 69-51), em 2017, “a resposta ‘orgulho’ foi apontada por 96% dos 1022 entrevistados quando questionados sobre qual seria seu sentimento caso o Brasil assumisse sua vocação de País do Agronegócio” (Plant Project, 2017: 02). Ainda sobre essa última, apresentada no painel “Agronegócio, a Marca do Brasil” da HSM Expo 2017⁴¹ e amplamente repercutida na agromídia⁴² através da chamada “A Cidade tem orgulho do Agro”⁴³, 89% dos entrevistados (restritos a “moradores das principais capitais”) “concordam que o Brasil é o país do agronegócio” e afirmam ser esta sua “vocação natural”.

De fato, para quem vem da área da comunicação, o que Bruno e Ribeiro Neto descreveram como metáfora e sinédoque nada mais é do que o antigo artifício, conhecido como “publicidade genérica”, de fixar “marcas sinônimos”, isto é, fazer o aparelho de barbear virar gillette, o curativo band-aid, a rede social facebook, enfim, atribuir a uma marca específica toda categoria a qual o produto pertence. No caso, constrói-se um agromundo (geral) que, colado à categoria agronegócio, passa a ser mimetizado (como sinônimo, metáfora, sinédoque) no emblema *Agro*. Se considerarmos, com Rick Wise, CEO da Lippincott, que “marcas são ativos poderosos para criar desejos, moldar experiências e deslocar demandas” (Wheeler, 2019: 12), vê-se o poder a ser transferido à marca *Agro* caso cumpra o desafio de outro CEO, David Haigh, da Brand Finance (Wheeler, 2019: 02), de virar “moeda global de sucesso”, “produto insubstituível” pelo qual “as pessoas se apaixonam” e “acreditam na sua superioridade” ao “dar segurança” de se “estar tomando a decisão certa” ao consumi-la. Afinal, agro é tudo, eu sou agro e ser agro é bom.

Os dois trechos citados foram tirados de um badalado livro⁴⁴ usado por consultores de marketing: “Design de identidade de marca: guia essencial para toda equipe de gestão de marcas” (Wheeler, 2019). Mas, e se, como diz a autora, uma

41 Disponível em: <<http://www.startagro.agr.br/pesquisa-inedita-mostra-como-cidade-ve-o-agro/>>. Acesso em: 30 set. 2021.

42 Banal entre publicitários, uso o termo no sentido genérico, havendo já uma empresa com mesmo nome cujo slogan é: “mídia *agro*, conectando você com o Mundo *Agro*”. Disponível em: <<http://tomwebdesign.net/midiaagro/>>. Acesso em: 30 set. 2021 e <<https://www.revistamidiabrasil.com.br/feminissim>> e <<http://agromidiapublicidade.com>>. Acesso em: 30 set. 2021.

43 Disponível em: <<https://www.beefpoint.com.br/pesquisa-inedita-cidade-tem-orgulho-do-agro/>>. e <<http://www.startagro.agr.br/pesquisa-exclusiva-como-a-cidade-ve-o-agro-brasileiro/>>. Acesso em: 30 set. 2021.

44 Na 5ª edição e traduzida em sete idiomas, lançada em 2013 no Brasil.

boa “estratégia de marca” deve produzir uma “ideia central unificadora em torno da qual se alinham todos os comportamentos”, o que resultaria caso se aplicasse à marca *Agro* as lições deste “livro-texto de marketing”, bem como suas “técnicas e ferramentas”⁴⁵? De fato, sendo o livro de Wheeler (2019: 70) uma espécie de almanaque do feiticheiro publicitário (e sua feitiçaria), talvez adotá-lo como “guia” possa clarear alguns “mistérios da gestão” dessa marca tão peculiar.

Partindo-se das recomendações da autora (2019: 07) sobre “gestão de design”, a conversão de agronegócio em *Agro* se encaixa perfeitamente no que aconselharia um “gestor de marcas”: mudar seu nome quando ela “tem conotações negativas nos novos mercados” ou quando “confunde os clientes”, artifício que o respectivo livro-texto define como “revitalização da marca”. E aqui é interessante notar que conversão parecida já havia sido tentada nos anos 1980, só que por outra razão apontada pela autora: quando “nossa aparência é antiquada”, com os grandes proprietários de terra, ao se confundir com a figura do coronel, “ficando constrangidos quando apresentam seu cartão de visitas” (Wheeler, 2019: 07). Embora à época não tenha havido uma assessoria de marketing tão poderosa como a de 2011, foi o que se fez ao fixar os termos “produtor” e “empresário rural” no lugar do latifundiário e do velho ruralista (como dito no início, ligados ao privilégio e exclusividade de uma casta de oligarcas encastelados em suas fazendas, assobradados urbanos e, nos dias de hoje, condomínios de luxo). O mesmo se deu nos anos 1990, quando se tentou revitalizar a imagem do patronato rural, aproximando-o da agroindústria ao associar ambos à categoria agribusiness (mais tarde agronegócio) como definidora de uma “identidade”, diria Wheeler, “de marca”.

De fato, o trabalho da autora ajuda a entender o porquê de uma multinacional como a Bayer decidir realizar uma websérie de vídeos (hoje na quarta temporada) disponibilizados no seu canal “Agro Bayer” do youtube cujo título é “Ser Agro é Bom”⁴⁶. Nome provavelmente pensado como reforço ao seu conhecido slogan, “Se é Bayer, é Bom”, há aqui um objetivo empresarial bem demarcado de desvincular a imagem da empresa e desviar a atenção pública para o fato dela produzir/vender agrotóxicos, isto é, veneno, intenção que se reflete na constatação de que, em todos os programas que assisti, usa-se em seu lugar (várias vezes por programa) o termo “defensivo agrícola”.

45 Os termos “livro-texto” e “técnicas e ferramentas” são da prefaciadora de Wheeler (2019: X), Debbi Millan, “diretora do programa de mestrado em gestão de marcas da School of Visual Arts, onde prepara uma nova geração de líderes de marca”.

46 Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UCc1fyFWYvP3XzMI6W4PWsjw>>. Acesso em: 30 set. 2021.

Sobre os vídeos da websérie, além do formato, duração e local de reprodução, a diferença básica entre eles e as três campanhas publicitárias já vistas se refere ao público para o qual foram pensados. Se Sou Agro, Time Agro e Agro é Tudo se dirige a quem não sabe nada ou muito pouco sobre o mundo *Agro*, agora a ideia é atingir quem já compartilha o ethos, os gostos, interesses e valores da sociedade do agronegócio. Em suma, Ser Agro é Bom fala para dentro, com seu conteúdo direcionado aos já convertidos ou, mais importante, para potenciais catequizadores que ajudem a propagar as múltiplas expansões do *Agro*. E, de fato, se uma das definições mais aceitas de propaganda é que ela designa “um modo de persuadir e difundir uma crença, uma doutrina, uma ideia, uma ideologia, um princípio e/ou uma religião” (Santos e Candido, 2017: 02), com vistas a “manipular e influenciar atitudes, opiniões, sentimentos”, nada mais efetivo do que estender e terceirizar esse trabalho para quem vive já intensamente o agromundo.

Nesse sentido, a websérie segue outra estratégia sugerida por Wheeler, o “inbound marketing”, isto é, ao invés da “marca ir até o público com propagandas invasivas e generalizadas [...], são criados conteúdos relevantes para que um tipo de público específico vá até a marca”. Afinal, não será qualquer um que irá acessar um canal no youtube ou terá interesse em buscar vídeos produzidos pela Bayer, ainda mais quando o foco dos programas se centra na “narrativa do produtor sobre sua trajetória”⁴⁷, como informa Daniela Barros, Diretora de Comunicação Corporativa da Divisão Agrícola da Bayer. De fato, os três primeiros anos de Ser Agro é Bom se centram em relatos pessoais de quem, junto com sua família ou sócios e amigos, saíram “de baixo” e, com “esforço”, “competência” e “dedicação”, fizeram de seu negócio exemplos de “superação”⁴⁸, ou melhor, de “agrosuperação”⁴⁹.

Tal narrativa épica surge, por exemplo, no segundo episódio, quando o personagem central, sentado numa cadeira em meio a centenas de hectares de melão em algum lugar do Rio Grande do Norte, conta como ele e seu sócio começaram humildes e enfrentaram dificuldades até chegar a “maior produtor de melão do mundo”. Já em outros episódios, parte-se da história de vida do patriarca da fazenda (que depois virará um negócio de muitas fazendas). É o

47 Disponível em: <<http://www.aberje.com.br/bayer-lanca-quarta-temporada-da-webserie-ser-agro-e-bom-e-busca-novas-conexoes-com-consumidor-final/>>. Acesso em: 30 set. 2021.

48 Termos retirados das falas dos participantes dos vídeos.

49 Ver matéria “Agro superação: a motivação real da nação”. Disponível em: <<https://destaquerural.com.br/noticias/ver/3487/Agro-supera%C3%A7%C3%A3o:-a-motiva%C3%A7%C3%A3o-real-da-na%C3%A7%C3%A3o-por-Jos%C3%A9-Luiz-Tejon>>. Acesso em: 30 set. 2021.

caso do terceiro episódio da série, quando o protagonista gaúcho, depois de confessar que “a agricultura pra mim é minha vida”, conta como foi dando “os primeiros passos, trabalhando [...] e forçando um pouquinho meu pai na época a me dar espaço na pecuária que ele tinha pra eu fazer agricultura”. Esse pai, segundo ele, “era colono, trabalhava com a enxada” e, apesar de “começar com 50 hectares”, com a ajuda do filho, foi “crescendo”, passando “pra 100, 150” hectares, até que “hoje nós estamos aí com quase 8 mil hectares de cultivo”.

Outra característica são depoimentos, entremeados nos vídeos, de filhos e netos exaltando a perseverança do pai ou avô e o apreço que tem por seu trabalho e dedicação ao mesmo tempo em que exprimem satisfação em participar do empreendimento familiar. Aliás, a série abre com um episódio contando a trajetória de um holandês que migrou ainda criança para o interior do Paraná com seus pais e hoje tem seu filho e seu neto orgulhosos trabalhando com ele. O mesmo ocorre no quarto capítulo, que traz a história de uma família de seis irmãos do interior de São Paulo, cujo pai, conforme um dos filhos (já com seus 60 e tantos anos), “era um homem simples também” (ou seja, como ele). Donos de quatro mil hectares de laranja e uma fábrica que “processa três a quatro milhões de caixas de frutas” exportadas “pro mundo inteiro”, enquanto outro filho do patriarca diz se ver como alguém que “veio da roça, da enxada, porque já peguei na enxada”, um dos dois netos que aparecem na peça confessa sentir “orgulho de trabalhar no setor que é tradição na nossa família”; sentimento partilhado por seu tio (ou pai, não se fica sabendo) ao dar “graças a Deus [que] tá entrando dois na sucessão” e admitir ser “gratificante ter eles seguindo os passos da gente”.

Como diz Baudrillard (1989: 182), “por meio da publicidade, como por meio das festas de outrora, a sociedade oferece à vista e ao consumo sua própria imagem”. Imagem aqui apresentada a partir de uma narrativa (da sociedade do agronegócio) construída em cima de um passado penoso, difícil e de muito trabalho que, hoje, transformou-se em história de “sucesso” ou, como se diz no mundo *Agro*, “*case* de sucesso”⁵⁰. Mas não aprofundarei a análise sobre o conteúdo dos programas, o que faço em outro momento (Gerhardt, 2021), pois o foco aqui é pensar sobre as estratégias (feitiçarias) do agropublicitário (outra expressão comum entre quem habita o agromundo⁵¹).

Como dito, através de personagens visionários, ousados, pioneiros, *Ser Agro é Bom* fala para eles próprios e quem deles está próximo, mas sobretudo para

50 Para uma análise do papel de “cases e sucesso” na criação de engajamento no agromundo, ver Gerhardt (2020).

51 Disponível em: <<http://www.revistaagropecuaria.com.br/2011/07/27/agora-e-a-vez-da-agropublicidade/>>. Acesso em: 30 set. 2021.

quem já tem relativa afinidade com o agromundo, público que Wheeler (2019: 14) designa como “stakeholders”. Também chamados “clientes internos”, trata-se de cativar e mobilizar quem já está comprometido com o *Agro*. Aqui entra em cena outro feitiço: a “governança de marca”, destinada a educar “seu público interno com workshops, vídeos [como os da websérie], treinamento, fóruns”, visando criar “um programa de embaixadores de marca que inclua indivíduos-chave” (Wheeler, 2019: 09). Empreendimento bastante promissor ao se pensar que “insights sobre características, comportamentos, necessidades e percepções dos stakeholders produzem retornos excelentes”, ao mesmo tempo em que “alimenta uma ampla série de soluções [sobre] a tendência das mensagens de marca” (Wheeler, 2019: 15). Insights e soluções que poderão ser obtidas com pesquisas patrocinadas pela ESPM, ABERJE, ABMRA e Plant Project.

Seguindo o livro-guia da autora, vê-se que a websérie trabalha com a produção de uma “cultura de marca” (Wheeler, 2019: 16), cujo “sucesso duradouro é influenciado diretamente pela forma como os colaboradores compartilham da cultura da empresa: seus valores, suas histórias, seus símbolos e heróis”, sendo para tanto preciso inspirá-los “a adotar o propósito da organização”. Ora, caso se tome “cultura da empresa” por “cultura do *Agro*”, “propósito da organização” por “propósito da elite do agronegócio” (concertação) e se dê status amplo à categoria “colaboradores”, nota-se que é justamente a “agricultura” que deverá ser compartilhada pelo público (colaborador) a que se destina Ser Agro é Bom. Afinal, tanto quem assiste como seus protagonistas, enquanto “representação mais autêntica” da sociedade do agronegócio, são potencialmente colaboradores “apaixonados e altamente envolvidos” com o agromundo, podendo se converter rapidamente em “embaixadores” a promover “a consciência sobre a marca” (Wheeler, 2019: 17) *Agro*.

Obviamente que, por trás do trabalho de “conscientização” e manipulação de representações, novos processos de subjetivação são criados (Gerhardt, 2020). Por ora, vê-se que, ao focar nos colaboradores do *Agro*, os episódios fortalecem a autopercepção de que eles “têm os mesmos valores e são parte de uma história maior”, tornando-os mais “engajados”, “felizes” e, sobretudo, “produtivos” (Wheeler, 2019: 17) na disseminação da mensagem de que, sim, “ser agro é muito bom”. Isso, por sua vez, qualifica-os não só para dar “valor a marca” (Wheeler, 2019: 17) *Agro*, mas a defendê-la de possíveis ataques, agindo como uma espécie de escudo protetor de possíveis críticas a ela dirigida e a tudo (incluindo o negócio) que ela representa.

Mas o enredo de Ser Agro é Bom mudaria em 2020 ao incorporar a precupação das demais campanhas de atingir um público mais amplo. Como

esclarece Barros: “nesta temporada queríamos algo realmente diferente das anteriores, cujo foco estava na narrativa do produtor sobre sua trajetória”, passando a ter, como “estratégia”, “nos aproximarmos da população, desmistificando o mundo *agro* [para] o consumidor final”⁵². Alteração que me faz retornar a Lima Duarte e Giovanna Antonelli em *Sou Agro*, fazendo uma dupla que se completa. Enquanto o primeiro tem sua imagem e empatia associadas a personagens rurais (Zeca Diabo, Sinhozinho Malta, Sassá Mutema, respectivamente, jagunço, coronel e jeca tatu) e a segunda ao mundo urbano (jovem, bonita e moderna), *Ser Agro é Bom* insere, como apresentadores, “influenciadores digitais de ambientes bem diferentes do *Agro*”⁵³, interagindo com quem nele ou dele vive. É o caso do episódio já comentado em que um famoso “influenciador” do mundo dos games faz dobradinha com uma agrônoma, conectando um espaço dominado pela tecnologia ao centro totem de origem: a fazenda.

Não tenho como avançar mais aqui, pois a quarta temporada recém inicia com apenas um capítulo veiculado, restando aguardar quais feitiçarias e outros feitiços virão. Mas, se é verdade que, como dizem gestores de marca de agências de marketing que habitam a sociedade do agronegócio, o que desejam é aproximá-la das pessoas (se estivéssemos em 1500 o termo seria almas), junto com informações e conhecimentos, difundem-se valores e ideologias, manipulam-se emoções e sonhos, criam-se desejos e sentidos, produz-se reconhecimento, aceitação e, se tudo der certo, engajamento, desejo, empatia e compromisso.

Breve comentário final: Ele está no meio de nós

Antes de tudo, é preciso reconhecer que a gênese da invenção cultural e cosmológica por trás da fixação do emblema *Agro*, alicerçada na múltipla expansão territorial da sociedade do agronegócio, já estava presente nos anos 1990, quando a reconversão do discurso do recém-nascido agronegócio começava a “instituir novos códigos e condutas” e um “estilo de mando que renova a dominação e exploração” (Bruno, 1997: 17). Escrevendo no mesmo ano de criação da ABAG (1993), a autora identificava à época (e não em 2011), entre as forças que hoje integram a concertação descrita por Ribeiro Neto (2018), “uma identidade social básica” e uma “racionalidade uniformizadora que cimenta o conjunto de interesses dos donos de terra e empresários rurais” (Bruno, 1997: 17). Estava aí,

52 Disponível em: <<http://www.aberje.com.br/bayer-lanca-quarta-temporada-da-webserie-ser-agro-e-bom-e-busca-novas-conexoes-com-consumidor-final/>>. Acesso em: 30 set. 2021.

53 Disponível em: <<http://www.aberje.com.br/bayer-lanca-quarta-temporada-da-webserie-ser-agro-e-bom-e-busca-novas-conexoes-com-consumidor-final/>>. Acesso em: 30 set. 2021.

em franca edificação, o que Ribeiro Neto (2018) perceberia 20 anos depois como “espírito do agronegócio”.

Contudo, se ainda soa atual o que dizia Bruno (1997: XII) nos anos 1990 sobre a “nova retórica [do agrobusiness] incorporar e se apropriar, a seu modo, dos temas do debate mais geral sobre a sociedade brasileira, como desenvolvimento sustentável, ecologia e segurança alimentar”, o mesmo não se pode dizer da frase seguinte: “apesar disso, não consegue expressar um projeto de sociedade e de nação”. Se isso não era possível naquele momento, em 2020, a “nova retórica” *Agro* tem todos os requisitos não só para expressar um projeto de sociedade, mas para colonizá-la “a seu modo”, transformando-a numa sociedade do agronegócio.

Mas, reforçando, isso só foi possível após anos de experiências acumuladas e que, como mostram Bruno (1997), Mendonça (2010) e Ribeiro Neto (2020), incluem disputas, reaproximações e novos conflitos entre a elite do agromundo. Essas experiências se somam às, agora sim, novas formas de amplificar mecanismos de legitimação discursiva, retorcer o contraditório e justificar ações possibilitadas pela aceleração exponencial da circulação de informação via veículos de comunicação digitais. Esses, ao se voltarem para a positivação do agronegócio (e sua espada disfarçada como *Agro*), permitiram a formação de uma rede que, interconectada, retroalimenta-se de si mesma ao compartilhar sentidos, valores, condutas e práticas, algumas das quais descrevo em Gerhardt (2021). Por ora, resta dizer, como ilustram *Sou Agro*, *Time Agro*, *Agro é Tudo* e *Ser Agro é Bom*, que o caráter quase ilimitado que hoje alcança a expansão da sociedade do agronegócio parece não se restringir mais à conquista de terras, criação de dependência econômica, invasão da esfera pública e monopolização de políticas agrícolas, afetando diretamente nosso modo de pensar e reconfigurando sentidos de brasilidade de quem nunca imaginou que viveria num mundo *Agro*. Mas, ainda assim, se é inegável que ele já está no meio de nós, certamente não está dentro de todos nós.

Referências:

- ABERJE. *A Comunicação do Agronegócio no Brasil*. São Paulo, ABERJE, 2019. Disponível em: <<https://agronerd.com.br/a-comunicacao-do-agronegocio-no-brasil/>>. Acesso em:
- ACERVO G1. *Agro: A indústria-riqueza do Brasil*. Rio de Janeiro, Globo, (2016-18), Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/playlist/videos-agro-a-industria-riqueza-do-brasil.ghtml>>. Acesso em: 30 set. 2021.

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo, Cia. das Letras, 2008.
- BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. São Paulo, Perspectiva, 1989.
- BRUNO, Regina. Movimento Sou Agro: marketing, habitus e estratégias de poder do agronegócio. *36º Encontro Anual da Anpocs*. Caxambú, 2013.
- _____. Agronegócio, palavra política. 8º Congresso Latinoamericano De Sociologia Rural. *Anais*. Porto de Galinhas, UFRPE, 2010, pp. 142-160.
- _____. *Senhores da terra, senhores da guerra*. Rio de Janeiro, Forense, 1997.
- PRADO JR. Caio. *A revolução burguesa brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1966.
- CAMPOS, Rui. *Breve histórico do pensamento geográfico brasileiro nos séculos XIX e XX*. Jundiaí, Paco Editorial, 2011.
- CNA/SEBRAE. *Time Agro Brasil*. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=J1GkJuDak8c>>. Acesso em: 30 set. 2021.
- DURKHEIM, Émile. *Formas elementares de vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo, Paulinas, 1989.
- ELOY, Ludivine; SILVA, Andrea; GOMES, Caio; SENRA, Estevão. *Diagnóstico sobre a Cadeia Produtiva da Soja em Roraima*. Brasília, ISA, 2018.
- ESPM/ABAG. *Percepção da População dos Grandes Centros sobre o Agronegócio*. Rio de Janeiro, IPESO, 2013.
- GERHARDT. Título. No prelo, 2021.
- GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Petrópolis, Vozes, 1986.
- HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e Economia do 'Agronegócio' no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 74, 2010, pp. 159-176.
- LERRER, Débora. O discurso de Roberto Rodrigues na agroanalysis e o paradoxo do governo Lula. In: LEITE, Sergio Pereira; BRUNO, Regina. (eds.). *O rural brasileiro na perspectiva do século XXI*. Rio de Janeiro, Garamond, 2019.
- MENDONÇA, Sonia. *Patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2010.
- MEYER, Gustavo; GERHARDT. Título. No prelo, 2021.
- NEPOMUCENO, Eric. *O massacre: Eldorado do Carajás, uma história de impunidade*. São Paulo, Planeta, 2007.
- NOVA/SB. *Movimento Sou Agro*. 2011. Disponível: <<http://www.novasb.com.br/trabalho/sou-agro/>>. Acesso em: 30 set. 2021.
- PERES, João. *Corumbiara, caso enterrado*. São Paulo, Elefante, 2015.
- PLANT PROJECT; ABERJE. *Como a cidade enxerga o agronegócio*. São Paulo, ABERJE, 2017.

- RIBEIRO NETO, Caio Pompeia. "Agro é tudo": simulações no aparato de legitimação do agronegócio. *Horizontes Antropológicos*, ano 26, n. 56, 2020, pp. 195-224.
- _____. *Formação Política do Agronegócio*. Tese de doutorado, Antropologia Social, Unicamp, Campinas, 2018.
- RADCLIFFE BROWN, Alfred. *Estructura y función en la sociedad primitiva*. Barcelona, Planeta Agostini, 1973.
- SANTOS, Anderson; CÂNDIDO, Danielle. Por um conceito de Propaganda e Publicidade. *40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom)*. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Curitiba, 2017.
- VICENTE, Iara. O mito do Brasil real, discurso patronal e ideologia: a atuação da bancada ruralista na votação do Novo Código Florestal. Monografia, Instituto de Ciências Sociais, UnB, Brasília, 2014.
- WHEELER, Alina. *Design de identidade de marca: guia essencial para toda a equipe de gestão de marcas*. Porto Alegre, Bookman, 2019.
- TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América*. São Paulo, Martins Fontes, 2010.

Recebido em: 23/05/2020

Aprovado em: 06/03/2021

Como citar este artigo:

- GERHARDT, Cleyton. Da sociedade do agronegócio à cosmologia Agro: subjetivação e conquista de novos territórios. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 3, set. - dez. 2021, pp. 1025-1056



Descolonizar a teoria crítica: a questão da totalidade

Enrico Bueno¹

Resumo: O artigo investiga possibilidades de interlocução entre a Teoria Crítica e os estudos pós-coloniais. Especificamente, é colocada em questão a concepção de “totalidade do social”, herdada da dialética marxiana e constante nos trabalhos de autores como Georg Lukács, Max Horkheimer e Theodor Adorno. A tese subjacente é que a Teoria Crítica pode ampliar seu potencial de explicação social e pretensão emancipatória, principalmente no que se refere aos sujeitos e povos da periferia mundial, caso se beneficie da interlocução com o pensamento pós-colonial. Esse movimento requer a identificação dos recursos próprios da Teoria Crítica já afinados às categorias centrais daquelas teorizações, bem como a busca revisões conceituais que propiciem tal diálogo. Para tal, o trabalho se inicia com uma recuperação da concepção dialética de “totalidade do social” na Teoria Crítica e, na sequência, discute caminhos para sua renovação conceitual com o apoio das abordagens de Gayatri Spivak, Aníbal Quijano e outros expoentes de seu campo.

Palavras-chave: Teoria Crítica; Pós-colonialismo; Marxismo; Totalidade.

Decolonizing the Critical Theory: the problem of totality

Abstract: *The article investigates interlocution possibilities between Critical Theory and postcolonial studies. Specifically, the conception of “social totality”, inherited*

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) – enricobuenodasilva@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0002-3822-8209>

from the Marxian dialectic and constant in the works of authors like Lukács, Horkheimer and Adorno, is rethought. The underlying thesis is that Critical Theory can expand its potential for social explanation and emancipatory pretension, especially with regard to the subjects and peoples of the world periphery, if it benefits from interlocution with post-colonial thought. This movement requires the identification of the Critical Theory's own resources already aligned with the central categories of those theorizations, as well as the search for conceptual revisions that provide such a dialogue. In order to achieve that goal, the work begins with a recovery of the dialectical conception of "social totality" in Critical Theory, and, subsequently, discusses ways for its conceptual renewal with the support of the approaches of Gayatri Spivak, Aníbal Quijano and other important authors in the field.

Keywords: *Critical Theory; Postcolonialism; Marxism; Totality.*

Descolonizando la Teoría Crítica: el problema de la totalidad

Resumen: El artículo investiga las posibilidades de interlocución entre la Teoría Crítica y los estudios poscoloniales. En concreto, se cuestiona el concepto de "la totalidad de lo social", heredado de la dialéctica marxiana y presente en las obras de autores como Georg Lukács, Max Horkheimer y Theodor Adorno. La tesis subyacente es que la Teoría Crítica puede expandir su potencial de explicación social y pretensión emancipadora, especialmente con respecto a los sujetos y pueblos de la periferia mundial, si se beneficia de la interlocución con el pensamiento poscolonial. Este movimiento requiere la identificación de los recursos propios de la Teoría Crítica ya en sintonía con las categorías centrales de esas teorizaciones, así como la búsqueda de revisiones conceptuales que promuevan dicho diálogo. Para ello, el trabajo parte de una recuperación de la concepción dialéctica de la "totalidad de lo social" en la Teoría Crítica, y, posteriormente, discute vías para su renovación conceptual con el apoyo de los planteamientos de Gayatri Spivak, Aníbal Quijano y otros exponentes de su campo.

Palabras clave: Teoría Crítica; Poscolonialismo; Marxismo; Totalidad.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, muitos trabalhos têm reivindicado decisivas revisões sobre a epistemologia das Ciências Sociais. Notadamente, os emergentes estudos pós-coloniais vêm dirigindo indagações às tradições de pensamento crítico

e refutando certas premissas de inspiração histórico-materialista.² O campo da chamada Teoria Crítica, ancorada sobre o programa de Horkheimer (1991) para o Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt, aparece como alvo recorrente de objeções que apontam traços eurocêntricos subjacentes a seus modelos. Essas objeções advêm tanto de perspectivas externas ao campo (Santos, 2006; Dussel, 1993) quanto de estudos que buscam revisá-lo de modo autocrítico (Young, 1990; Fraser, 2015; Allen, 2016). Em ambos os casos, estão em jogo limites teóricos, temáticos e epistemológicos de teorias derivadas do marxismo ocidental e a disputa sobre o melhor caminho para sua superação.

O trabalho recente de Amy Allen, *The End of Progress*, destaca-se nesse empreendimento. Sua proposta de descolonização da Teoria Crítica tem como problema central a fundamentação da normatividade: analisando autores contemporâneos que reivindicam a herança frankfurtiana, a autora demonstra como seus trabalhos se ancoram em uma concepção moderna-ocidentalista de progresso histórico para justificar o horizonte normativo da crítica. Ela entende, contudo, que a superação desse problema pode prescindir de uma ruptura com a Teoria Crítica. Seu argumento propõe que, nos trabalhos de Adorno e Foucault, há uma crítica do progresso que pode fomentar outra maneira de lidar com a herança do ideário iluminista, de modo que não resulte nem em sua reivindicação acrítica, nem em sua recusa intransigente. O resultado seria uma forma de *genealogia problematizante*, que assume provisoriamente o inevitável comprometimento da Crítica com os princípios normativos da modernidade (posto que desses princípios dependem “nossa” forma de vida, “nosso” senso de justiça e “nossa” constituição enquanto agentes morais), mas concomitantemente reconhece a contingência histórica desse ponto de vista e sua concatenação às relações de poder (inclusive de poder colonial). Logra-se, assim, uma crítica da violência inerente aos contraditórios processos pelos quais se tem buscado institucionalizar e universalizar esses valores, deslegitimando e oprimindo outras formas de vida social, organização política e normas culturais.

Este artigo almeja se inserir no escopo do mesmo projeto apontado por Allen. Nosso recorte, entretanto, encontra-se menos no momento da fundamentação da normatividade do que na construção do diagnóstico de época. Decerto, o pensamento crítico concebe os momentos do “diagnóstico de época” e da

2 Doravante, a expressão “pós-colonial” é utilizada para designar o vasto campo de teorias críticas ao colonialismo ou à “colonialidade do poder” (Quijano, 2010) desenvolvidos com referência às estruturas, processos e relações sociais subjacentes à periferação geopolítica do “Sul Global” (Meneses, 2004; Connell, 2011). O termo “decolonial” se refere, especificamente, à perspectiva teórica desenvolvida na América Latina pelo Grupo Modernidade/Colonialidade (cf. Ballestrin, 2013).

“normatividade” em concatenação dialética, de modo que nem sempre eles se encontram discernidos na organização textual dos trabalhos identificados com esse campo. Contudo, enquanto Allen toma como ponto de partida o problema da justificação, aqui se propõe discutir caminhos para repensar uma das premissas centrais da matriz epistemológica herdada de Hegel e Marx, a partir da interlocução pós-colonial: a categoria dialética de totalidade social.

Ao assumir tal fio condutor, o trabalho não deixa de articular conceitos correlatos, na medida em que possam contribuir à resolução de seu problema fundamental: como repensar o conceito dialético de totalidade social, a fim de ensejar um movimento teórico que permita à Teoria Crítica expandir sua crítica social e epistemológica para além da referência à “moderna civilização ocidental”. Não se trata, portanto, de rejeitar de pronto seu programa teórico revolucionário e seu ímpeto emancipador, visto que é possível identificar recursos no próprio campo que carregam afinidades importantes para com as teorizações pós-coloniais.

A fim de alcançar esse propósito, o argumento parte de considerações a respeito do conceito dialético de “totalidade do social”, tendo em vista inicialmente a abordagem lukácsiana (influyente sobre a Escola de Frankfurt) e sua recepção pela Teoria Crítica. Nesse momento do argumento, é também trazido à tona o problema da relação sujeito-objeto tal como foi trabalhado nessa tradição teórica, a partir da herança de Hegel e Marx. Na sequência, e sem deixar de considerar a amplitude e diversidade do que aqui chamamos de campo pós-colonial, são discutidos caminhos para a revisão daquela categoria, a partir do apoio do conceito de “totalidade heterogênea” de Aníbal Quijano, da abordagem de Gayatri Spivak sobre a subalternização e suas implicações em termos de opressão (sob uma dada divisão internacional do trabalho) e dominação (que impõe um silenciamento político e epistêmico sobre determinados grupos). Por fim, são sintetizados os indicativos teóricos e epistemológicos da almejada revisão, tendo em vista que tal empreendimento não se encerra sob este artigo.

A Teoria Crítica e a totalidade do social

Concepções de totalidade são longevas na história do pensamento filosófico. Elas podem ser identificadas desde os chamados pré-socráticos até a Filosofia Moderna e para além dela. Na aurora da modernidade, o conceito recebeu em Spinoza (2013) uma formulação ambiciosa, em que o todo é identificado com Deus, única substância – a um só tempo produtor do mundo e inerentemente constituinte desse mundo produzido, através de suas modificações.

Hegel, considerando que o modelo spinozano recai em uma “substancialidade imóvel e indiferenciada” (Hegel, 2014: 32), propôs uma concepção de totalidade em que essa se desdobra à consciência conforme se desenrola a contraditória trama histórica do espírito. Em sua dimensão objetiva – o espírito posto nas instituições sociais –, Hegel enxerga o Estado como instituição sintetizadora do Universal, alcançando, segundo Honneth (2007: 144), uma espécie de “liberalismo autoritário que concede aos indivíduos todos os direitos fundamentais tradicionais, porém não lhes dando chance alguma de configuração política”. De todo modo, ainda que se contestem as implicações autoritárias da concepção hegeliana de Estado, aqui se encontra o ponto de partida para uma teoria crítica acerca da totalidade do *social*, em que as concatenações contraditórias entre subjetividade, conflito social, instituições, direito e a cultura são compreendidas em referência à dinâmica macro-histórica do espírito.³

Com a obra de Marx, essa totalidade dialética passa a receber um tratamento materialista, o qual, a um só tempo, rejeita uma leitura espiritual da História e problematiza a centralidade do Estado de direito como instituição fundamental da vida social moderna. Ao longo de seus trabalhos de maturidade, Marx mobiliza esse olhar dialético-materialista da totalidade em argumentações diversas: na crítica de um atomismo liberal que atribui à natureza humana os caracteres da individuação burguesa; na rejeição de uma análise do Direito moderno desvinculada do desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista e suas necessárias condições jurídicas de reprodução; e na superação de um pensamento econômico que dissocia os momentos da produção, distribuição, troca e consumo de mercadorias enquanto instâncias regidas por leis distintas. Quanto a este último aspecto, a posição do autor não deixa dúvidas:

“O resultado a que chegamos não é que produção, distribuição, troca e consumo são idênticos, mas que todos eles são *membros de uma totalidade*, diferenças dentro de uma mesma unidade. A produção estende-se tanto para além de si mesma na determinação antitética da produção, como *sobre põe-se sobre os outros momentos*. É *a partir dela* que o processo sempre recomeça. (...) Uma produção determinada, portanto, determina um consumo, uma troca e uma distribuição determinados, bem como *relações*

3 Segundo Marcos Nobre, a crítica operada pela *Fenomenologia do Espírito* às representações filosóficas dominantes em seu tempo faz dela “um ponto de partida talvez incontornável para uma Teoria Crítica da sociedade que tenha por objetivo não apenas investigar a cunhagem da subjetividade pelas estruturas de dominação, mas igualmente os processos de subjetivação em que surgem os potenciais não só de resistência, mas também de superação da própria dominação” (Nobre, 2018: 238).

determinadas desses diferentes momentos entre si. A produção, por sua vez, certamente é também determinada, em sua forma unilateral, pelos outros momentos” (Marx, 2011: 53; grifos meus).

Neste fragmento, além da reafirmação de que se trata aqui de uma análise que considera cada etapa particular em concatenação com outros momentos de uma totalidade processual, é notória a centralidade conceitual do momento produtivo. Tomando-se a obra de Marx de maneira mais abrangente, nota-se que tal centralidade não é metodologicamente mobilizada apenas para o ciclo econômico, mas para toda sua crítica mais ampla da sociedade moderna: desenvolvendo formulações que alcançara anteriormente – como a tese presente na *Ideologia Alemã* (Marx e Engels, 2007) quanto à determinidade da consciência pela vida material –, o velho Marx concebe o modo de produção capitalista enquanto *totalidade histórica*, elevando essa concatenação dialética a conceitos mais abrangentes da explicação social (o Estado, o Direito, a família etc.).

No século XX, sob o vasto conjunto de trabalhos do campo marxista, Georg Lukács destacou-se por discutir à exaustão a *totalidade* como categoria central do método dialético. Embora não tenha desenvolvido sua teorização no seio da chamada Escola de Frankfurt, exerceu importante influência sobre os pensadores do Instituto de Pesquisa Social – particularmente no que se refere à crítica estética, o conceito de reificação e a crítica epistemológica da “ciência burguesa” (ou, nos dizeres frankfurtianos, a “teoria tradicional”). Considerando tal influência, e o escopo mais amplo da interlocução teórica empreendida neste artigo, propomos localizar Lukács em campo próximo à chamada Teoria Crítica, sem deixar de pontuar algumas de suas diferenças.

Com efeito, em *História e Consciência de Classe*, o marxismo aparece como “ciência revolucionária” que supera a “ciência burguesa” ao recusar a tendência ideológica desta em conceber – mediante determinações próprias do fetichismo da forma econômica – os fenômenos da sociedade enquanto “conjuntos de fatos isolados, setores particulares com leis próprias (teoria econômica, direito, etc.) que, em sua aparência imediata, mostram-se largamente elaborados para esse estudo científico” (Lukács, 2012: 72). Em oposição, o olhar da totalidade seria capaz de encarar os diferentes fenômenos aparentemente parciais enquanto elementos de um processo dinâmico, um todo concreto materialmente sintetizado na História.

Décadas depois, em *Existencialismo ou Marxismo?*, a abordagem do filósofo húngaro sofre nuances decisivas, sobretudo com um olhar menos enfático ao proletariado como único sujeito capaz de articular a perspectiva da totalidade.

Ainda assim, recorre a Lênin para alcançar uma formulação concisa na qual preserva os traços gerais do conceito alcançado anteriormente: por um lado, a categoria de totalidade significa “que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento”; por outro, indica também “que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligadas entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas” (Lukács, 1967: 240).

Há certamente diferenças conceituais entre os autores da primeira geração de Frankfurt, e destes em relação a Lukács, sobretudo quanto ao papel histórico central do proletariado ou a um tratamento mais genérico das “lutas sociais” como encarnação da crítica. Especificamente no caso de Adorno, o problema da totalidade alcança tonalidades mais sofisticadas na *Dialética Negativa*, sendo dificilmente equalizável às perspectivas de Lukács, Horkheimer, Marx e mesmo Hegel. Ainda que a questão possa ser objeto de vasta discussão, aderimos aqui ao argumento de Luiz Repa, segundo o qual “em Adorno, a totalidade é apenas recusada em seu sentido normativo e aceita em seu sentido explicativo” (Repa, 2011: 278). Ao menos nesse plano socio-analítico, portanto, podemos recorrer às palavras de Honneth para afirmar que subjaz a esses autores a concepção, herdada de Marx, de que a formação social capitalista representava “um conjunto de relações sociais do qual não era possível isolar segmentos específicos de forma arbitrária, segundo critérios baseados em convicções morais” (Honneth, 2017: 81).

É importante ressaltar que esse entendimento não coincide com a “ontologia da totalidade” eurocêntrica recusada por autores do “giro decolonial”, como Dussel (2000) e Castro-Gomez (2008), embora existam pontos de interseção entre os dois registros. O que estes rejeitam é uma ideologia que reduz a “história universal” aos caminhos constitutivos da civilização europeia – autorreferencialmente narrados – e, como consequência, um centramento no “homem europeu civilizado” enquanto quintessência da humanidade. Se, como defende Dussel, a obra de Hegel incorre nesse problema, isso não se deve necessariamente ao método dialético, mas a traços predominantes da ideologia da sua época e lugar, dos quais a maioria de seus contemporâneos também não escapou. Pelo contrário: nem Hegel, nem Marx, nem Lukács, nem a Teoria Crítica corroboram a cisão objetificante entre o Eu e o Outro (sujeito e objeto) que, na explicação de Dussel (2010), marca a passagem do *ego conquiro* ao *ego cogito* – da subjetividade conquistadora, dominadora, colonial, ao sujeito epistêmico cartesiano da ciência moderna. Em suma, o que Dussel e Castro-Gomez

criticam como eurocêntrica não é necessariamente a categoria *dialética* de totalidade – Dussel inclusive a mobiliza, elevando-a ao plano geopolítico para demonstrar a imprescindibilidade da contradição colonial como meio de compreensão histórica da Europa moderna –, mas uma concepção que podemos denominar *tradicional*, organicista, funcionalista, que sustenta a totalização da modernidade europeia sobre o globo, para a qual uma ontologia social racIALIZANTE é pressuposto.

A categoria dialética de totalidade, por sua vez, carrega rupturas em relação a cisões apriorísticas operadas pela teoria tradicional, sendo aquela derivada do dualismo cartesiano a mais definitiva. Um dos entendimentos comuns cruciais entre esses autores – que Hegel já havia sido alcançado com a *Fenomenologia do Espírito* – é que sujeito e objeto só existem relacionalmente: o ideário moderno de autonomia do conhecimento, sustentado sobre uma pretensa objetividade trazida pela separação metódica, consistiria em ideologia necessária para a reprodução da teoria tradicional e sua função na sociedade burguesa. Em seu texto programático, diz Horkheimer:

“A própria teoria [tradicional] do cientista especializado não toca de forma alguma o assunto com o qual tem a ver, o sujeito e o objeto são rigorosamente separados, mesmo que se mostre que o acontecimento objetivo venha a ser influenciado posteriormente pela ação humana direta, o que é considerado também na ciência como um fato. O acontecimento objetivo é transcendente à teoria, e a necessidade do conhecimento consiste na independência deste face à teoria: o observador como tal não pode modificar nada no acontecimento. [Em contraste, o] comportamento crítico consciente faz parte do desenvolvimento da sociedade. À construção do desenrolar histórico, como produto necessário de um mecanismo econômico, contém o protesto contra esta ordem inerente ao próprio mecanismo e, ao mesmo tempo, a ideia de autodeterminação do gênero humano, isto é, a ideia de um estado onde as ações dos homens não partem mais de um mecanismo, mas de suas próprias decisões. (...) O fato de se aceitar um objeto separado da teoria significa falsificar a imagem, e conduz ao quietismo e ao conformismo” (Horkheimer, 1991: 45).

Esse importante passo sintetiza muito da teorização dialética conduzida pelos frankfurtianos. Primeiramente, endossa a compreensão da ciência enquanto parte do todo social ao qual se dirige a crítica, não instância exterior à sociedade que a observa como que imune às suas contradições. Segundo, reforça

que a superação da cisão ideológica entre sujeito e objeto está concatenada à recusa da posição positivista segundo a qual o rigor metódico aparece como garantia do acesso a uma verdade atemporal. No lugar, a Teoria Crítica entende o método como inseparável do objeto cognoscível; e, conforme Hegel já havia defendido, este concatenado ao sujeito cognoscente. Assim, enquanto para o positivismo o sujeito da pesquisa não importa – dado o rigor do método, a invariabilidade da experiência e as leis gerais que a regerão –, o pensamento dialético concebe a primazia do objeto sobre o método. Finalmente, a pretensão de neutralidade axiológica é substituída por um “comportamento crítico” consciente, que se sabe “parte do desenvolvimento da sociedade”; comportamento que, nascido de contradições sociais imanentes, visa a “autodeterminação do gênero humano”, a emancipação em relação aos mecanismos que engendram formas de dominação e opressão.

Embora os textos programáticos de Horkheimer (1991) e Marcuse (2006) indiquem o conflito como espaço de realização da crítica e possibilidade de transformação emancipatória, nenhum deles é tão incisivo quanto Lukács na colocação do proletariado como sujeito histórico – sendo esta uma diferença importante entre este e a Escola de Frankfurt. Em seu estudo sobre “A Reificação e a Consciência do Proletariado”, o autor dedica um longo trecho à tese de que “o autoconhecimento do proletariado é, ao mesmo tempo, o conhecimento objetivo da essência da sociedade” (Lukács, 2012: 309). O conhecimento de si mesmo da classe proletária, o alcance de sua autocompreensão como mercadoria mediante sua colocação como sujeito e objeto do próprio conhecimento, é o que pode prover a perspectiva da totalidade necessária ao materialismo dialético: a ciência burguesa só se mostraria capaz de considerar os fenômenos sociais do ponto de vista do *indivíduo* – o qual, colocando-se como sujeito cognoscente, defronta-se com um objeto aparentemente exterior e isolado do todo. Mas, insiste Lukács, “[a] totalidade só pode ser determinada se o sujeito que a determina é ele mesmo uma totalidade; e se o sujeito deseja compreender a si mesmo, ele tem de pensar o objeto como totalidade. Somente as *classes* representam esse ponto de vista da totalidade como sujeito na sociedade moderna” (Lukács, 2012: 107). Em outras palavras: o exercício da crítica – que é a crítica, a um só tempo, da reificação das relações cotidianas fundada no trabalho abstrato, e da “ciência burguesa” que monopoliza, distorce e limita ideologicamente as explicações da natureza e da sociedade, bem como as formas legítimas de intervenção sobre elas – só se aproxima da verdade na medida em que é realizado através da perspectiva proletária.

Esse aspecto merece algumas considerações. Primeiramente, há duas formas de interpretar essa proposição e trazê-la para a almejada revisão da Teoria Crítica: uma, mais fiel ao conjunto da obra do autor, indica uma posição essencialista segundo a qual apenas o sujeito histórico do proletariado tem acesso à verdade; outra, mais afeita a um marxismo heterodoxo, aponta que o “ponto de vista do proletariado” pode ser entendido como *ponto de partida epistemológico* e referencial analítico para um estudo dialético da sociedade. Tomando-se a segunda alternativa, a ciência revolucionária se distinguiria da ciência burguesa por alcançar o olhar da totalidade através do centramento nas condições objetivas da dominação e opressão exercida sobre a classe operária. Caberia aqui a distinção operada por Ramón Grosfoguel entre “lugar epistêmico” e “lugar social”: “O facto de alguém se situar socialmente no lado oprimido das relações de poder não significa automaticamente que pense epistemicamente a partir de um lugar epistêmico subalterno” (Grosfoguel, 2010: 459). Pode-se inferir dessa diferenciação que a referência do teórico crítico ao lugar epistêmico do “oprimido” (“proletariado”, em Lukács) não significa necessariamente sua própria colocação neste lugar social. Mas, antes, que o lugar social do oprimido, em suas determinações postas pelo padrão de poder vigente (o “capitalismo”), é o referencial tanto analítico quanto normativo da crítica.

Em segundo lugar, para Lukács, o proletariado aparece tanto como sujeito-objeto da crítica quanto seu destinatário; é à sua luta que ela se concatena e é sobre ela que se deposita a expectativa fulcral de superação do modo de produção capitalista. Vale considerar, também, que essa formulação traz em si uma concepção central da categoria trabalho não só para a explicação do jugo moderno, mas também para toda a vida social; com efeito, em sua obra tardia (Lukács, 2013), o trabalho é teorizado como forma paradigmática de toda práxis.

Em terceiro lugar, a centralidade da classe e do trabalho perdem muito de sua unilateralidade já desde a primeira geração da Escola de Frankfurt, impactando em relevantes diferenças teórico-metodológicas e diagnósticas desses autores em relação a Lukács. No que se refere ao primeiro aspecto, o elemento mais notável é a crescente relativização do proletariado como sujeito histórico por excelência, que se acentua nos escritos de Adorno e Marcuse a partir dos anos 40. Isso se deve em parte à heterodoxia teórica adotada pela Escola, influenciada pela teoria weberiana da modernidade e, principalmente, a Psicanálise: nem as tendências sistêmicas à reificação são estudadas apenas com referência imediata ao materialismo histórico (cf. Feenberg, 2013: 113), nem a ação sociopolítica (ou sua ausência) é imediatamente derivada do movimento econômico. Isso não implica em abdicar da totalidade como referencial, nem

da crítica do capitalismo como eixo da teorização; consiste, antes em qualificar os estudos das mediações identificadas entre os movimentos da totalidade e das subjetividades. Quanto às diferenças diagnósticas, chama atenção o problema da revolução proletária: enquanto Lukács segue apostando na capacidade revolucionária do proletariado (mesmo com nuances em sua trajetória), a *Dialética do Esclarecimento* coloca em xeque essa capacidade sob o capitalismo tardio, e *O Homem Unidimensional* endereça seu apelo transformador também a outros sujeitos sociais.

Finalmente, não se pode deixar de mencionar que aquela maneira estritamente materialista de teorizar a dominação e a opressão foi ainda mais confrontada no interior da Teoria Crítica a partir de Habermas (2012): Axel Honneth, Iris Young, Nancy Fraser, Seyla Benhabib destacam-se entre os autores que reclamam a herança frankfurtiana e formulam respostas que não operam com os conceitos de classe e trabalho no mesmo estatuto categórico de um materialismo tão estrito; nem por isso se pode afirmar que esses autores deixam de recair em suposições eurocêntricas tácitas.

Antes de avançar, cabe uma elucidação. Até aqui, foram tratadas como autoevidentes as noções de *dominação* e *opressão*, que designam os processos mirados por uma crítica social de pretensão emancipatória. Dentre os nomes da chamada “terceira geração” da Teoria Crítica, pós-habermasiana, entendemos que Iris Young é a autora que melhor propõe uma conceituação sintética para esses termos. Contrapondo-se às teorias da justiça de teor liberal, Young constrói uma concepção de justiça social vinculada aos valores constitutivos daquilo que certa filosofia política costuma entender como “boa vida”, sobretudo: o *desenvolvimento* e exercício das próprias capacidades, possibilitando ao indivíduo a expressão de suas próprias experiências; e a participação na *determinação* das próprias ações e no estabelecimento de suas condições.

Com tal referencial normativo, Young define negativamente seus dois conceitos centrais: a *opressão* estaria ligada à negação institucional do autodesenvolvimento; alude a processos sistemáticos que “impedem algumas pessoas de aprender e utilizar habilidades satisfatórias e expansivas em ambientes socialmente reconhecidos” (Young, 1990: 38), inibindo possibilidades de comunicação e expressão de sentimentos e perspectivas na interação com outrem. A *dominação*, por sua vez, consistiria na negação institucional da autodeterminação, isto é, um conjunto condições objetivas que “inibem ou impedem pessoas de participar na determinação das suas ações ou das condições de suas ações” (Young, 1990: 38). Segue-se que os processos sociais a que remetem os dois conceitos são encontrados sobrepostos na realidade empírica; não obstante, a distinção

teórica lhe parece útil para uma crítica sofisticada, uma vez que nem toda sujeição à dominação implica necessariamente em opressão. Sinteticamente, é dessa maneira que também aqui se compreende os termos conceituados.

Repensando a totalidade

Considerando o campo de debate “pós-colonial” em sentido lato – ou seja, não apenas os Estudos Subalternos, mas também o “giro decolonial” e perspectivas como a das teorias do sul (Connell, 2007) ou das epistemologias do sul (Santos e Meneses, 2010) –, pode-se verificar uma grande diversidade de abordagens para o problema da totalidade, muitas das quais não se encontram explicitamente teorizadas. Boaventura de Sousa Santos, por exemplo, dirige uma crítica à categoria ao desenvolver um projeto de pluralismo epistemológico, em uma abordagem próxima à de autores como Walter Dignolo (2008). Por outro lado, autores como Dipesh Chakrabarty (2000) e Enrique Dussel (2010) não parecem simplesmente dispostos a renunciar a alguma perspectiva da totalidade em nome de um projeto relativista, mas sim despi-la de uma narrativa europeísta e autocentrada da modernidade. Ao mesmo tempo, o campo de debates também é atravessado por orientações mais próximas ao pós-estruturalismo (Hall, 2013; Bhabha, 1998), com o qual aquela concepção dialética de totalidade não se vincula tão facilmente. Nesse sentido, Leela Gandhi (1998: 167) apresenta que a teoria pós-colonial se encontra situada em algum lugar entre uma política marxista que visa a estrutura e a totalidade e uma abordagem pós-modernista e pós-estruturalista voltada à fragmentação e a localização do saber.

É sob esta última vertente que pode ser lida a objeção de Donna Haraway ao conceito – influente sobre o pensamento feminista pós-estruturalista. Defendendo uma forma de “saber localizado” que recuse a um só tempo o relativismo e a totalização, Haraway afirma que

“a alternativa ao relativismo não é a totalização e a visão única que, finalmente, é sempre a categoria não marcada cujo poder depende de um sistemático estreitamento e obscurecimento. A alternativa ao relativismo são saberes parciais, localizáveis, críticos, apoiados na possibilidade de redes de conexão, chamadas de solidariedade em política e de conversas compartilhadas em epistemologia. O relativismo é uma maneira de não estar em lugar nenhum, mas alegando-se que se está igualmente em toda parte. A ‘igualdade’ de posicionamento é uma negação de responsabilidade e de avaliação crítica. Nas ideologias de objetividade, o relativismo é o perfeito gêmeo invertido da

totalização; ambos negam interesse na posição, na corporificação e na perspectiva parcial; ambos tornam impossível ver bem” (Haraway, 1995: 23-24).

Assim como no caso de Dussel e Castro-Gomez, não parece pertinente atribuir imediatamente a noção de totalidade rejeitada por Haraway à perspectiva dialética. Primeiramente porque esta não significa uma teorização capaz de explicar “tudo” a um só tempo; depois, porque ela não necessariamente abdica da “corporificação”, tampouco do olhar às relações de poder atuantes e seu efeito sobre atores que se colocam como sujeitos do conhecimento. Todavia, a proposta da autora distingue-se nitidamente do “ponto de vista do proletariado” advogado por Lukács: se para este a autocompreensão desse sujeito “corporificado”, objetificado no trabalho abstrato, é caminho necessário à apreensão de determinações sociais que extrapolam sua condição particular de opressão, para Haraway a noção de “ponto de vista” aparece como expressão da tese de que o único saber objetivo é localizado e parcial, recusando assim explicações sociais de nível macro ou conceituações de caráter universal.

Boaventura de Sousa Santos também desenvolve uma crítica ao conceito de totalidade – referindo-se abertamente à sua aceção dialética –, ao qual opõe sua proposta de “teoria crítica pós-moderna e pós-colonial de oposição”. Afirma que “teorias críticas modernas” (como a de Horkheimer) ao conceberem a sociedade como totalidade, propuseram uma alternativa total à sociedade existente. Os pressupostos dessa concepção seriam “uma forma de conhecimento ele próprio total como condição de abarcar credivelmente a totalidade social; um princípio único de transformação social, e um agente social, igualmente único, capaz de a levar a cabo” (Santos, 2013: 26). Segue dessa descrição uma proposta de revisão que visa refutar a totalização do pensamento moderno enquanto único saber legítimo, acatar uma multiplicidade de princípios transformativos e superar a ideia do proletariado como sujeito histórico por excelência.

É possível responder a tal oposição de duas maneiras: problematizando a objeção ao modelo de Horkheimer ou demonstrando como essas questões já têm sido retrabalhadas no seio da própria “teoria crítica moderna”. Pela primeira via, poder-se-ia argumentar que, desde os primórdios da Escola de Frankfurt, não se encontra uma celebração acrítica da modernidade; pelo contrário, o pensamento dito esclarecido é destrinchado em suas contradições imanentes, de modo que a possibilidade da crítica encontrada é a autocrítica, a razão que submete sua própria condição de existência efetiva à crítica. Que se critique certo otimismo quanto à modernidade em Habermas e Honneth, não é algo que só parece plausível como bastante comum, sendo o trabalho de Allen uma

das manifestações nesse sentido; entretanto, etiquetar a crítica de Horkheimer como “moderna” sem ponderar que o tratamento este dá à modernidade soa precipitado. O que se poderia apontar em Horkheimer, no máximo, é a corroboração de uma narrativa histórica da europeidade como autoconstitutiva e autopoiética, que ignora as dinâmicas mundiais fundantes do *ego* moderno e seus princípios sociopolíticos e epistemológicos fundamentais (cf. Dussel, 1993). Pela segunda via, pode-se demonstrar como, já desde a primeira geração de Frankfurt, a centralidade do trabalho, da classe e da economia foram reavaliadas – movimento que se acentuou mais tarde com a *Teoria do Agir Comunicativo* (Habermas, 2012), exemplo mais conhecido de tentativa de superação da unicidade dos atores sociais e princípios transformativos.

Pode-se dizer, portanto, que Santos mira na categoria dialética de totalidade e na Teoria Crítica que a mobiliza, mas desenvolve uma objeção que talvez se aplique mais a outras acepções para o termo e a outras linhagens do pensamento marxista. Josué Pereira da Silva, buscando as potenciais contribuições do sociólogo português à expansão da Teoria Crítica para superação de suas ausências, pondera esse ponto de seu argumento:

“Sua recusa do conceito de totalidade (...) tem pertinência a meu ver no que diz respeito ao desperdício de experiências, sobretudo quando toca na relação entre colonialismo e eurocentrismo. Mas isto só vale se o conceito de totalidade for concebido apenas em termos de abrangência, isto é, no sentido da pretensão de abarcar todo o sistema social em suas diversas manifestações; não vale, porém, quando se concebe totalidade como mediação, como aparece nas formulações de autores como Theodor Adorno e Georg Lukács” (Silva, 2016: 17).

As críticas de Dussel, Castro-Gomez, Haraway e Santos ao conceito de totalidade exigem de um projeto de descolonização da Teoria Crítica uma resposta adequada. Ainda que essas objeções decorram, em certa medida, de disparidades teórico-conceituais irredutíveis, algumas das críticas levantadas atingem a perspectiva dialética supradescrita, tornando necessária uma superação melhor qualificada dos problemas encontrados.

Possivelmente, o passo mais consistente para a tarefa tenha sido dado por Aníbal Quijano. O autor propõe uma concepção renovada, a qual denomina *totalidade heterogênea* para se diferenciar tanto de uma acepção positivista quanto do estrutural-funcionalismo: estes, ao aderirem à metáfora do organismo ou conceberem a sociedade como sistema estático, suprimiriam ou minimizariam

a agência e o conflito social concreto, além de homogeneizarem a análise social a partir de experiências localizadas. O autor almeja superar, ainda, “a sombra metafísica do macrossujeito hegeliano” (Quijano, 2001b: 07), que teria influído de modo decisivo sobre a centralidade conceitual do proletariado. Sua alternativa busca, assim, se esquivar de alguns traços que considera anacrônicos e eurocêntricos identificáveis ora em concepções “tradicionais” para a categoria, ora em concepções “críticas”, ora em ambas.

O primeiro desses traços, mais evidente nas teorias funcionalistas, é o *organicismismo*, a concepção de sociedade como “estrutura de relações funcionais entre todas e cada uma das partes, e, conseqüentemente, vinculadas à ação de uma e única lógica” (Quijano, 1992: 17). Um segundo seria o *dualismo*: não apenas o já discutido dualismo ontológico cartesiano, mas a codificação de toda diversidade de realidades sociais e formas de vida em termos binários, tais quais: capital/pré-Capital; europeu/não-europeu; primitivo/civilizado, etc. Vinculando este elemento a uma compreensão da História como evolução unidirecional e à naturalização das desigualdades pela ideia de raça, têm-se como implicação ainda outro traço: o *evolucionismo*, a “distorcida realocação temporal das diferenças, de modo que todo não-europeu é percebido como passado” (Quijano, 2005: 63). Finalmente, Quijano também se esquivava do *economicismo*, entendido como a centralização explicativa dos fundamentos da opressão e dominação sobre determinações de cunho econômico-material. Propositivamente, sintetiza seu entendimento nos seguintes termos:

“Uma totalidade histórico-social é um campo de relações sociais estruturado pela articulação heterogênea e descontínua de diversos meios de existência social, cada um deles por sua vez estruturado com elementos historicamente heterogêneos, descontínuos no tempo, conflituosos. Isso quer dizer que as partes num campo de relações de poder societal não são só partes. São-no em relação ao conjunto do campo, da totalidade que este constitui. Conseqüentemente, movem-se geralmente dentro da orientação geral do conjunto. Mas não o são na sua relação separada com cada uma das outras. E sobretudo cada uma delas é uma unidade total na sua própria configuração porque tem igualmente uma constituição historicamente heterogênea. Cada elemento de uma totalidade histórica é uma particularidade e, ao mesmo tempo, uma especificidade e, eventualmente, uma singularidade. Todos eles se movem dentro da tendência geral do conjunto, mas têm ou podem ter uma autonomia relativa e que pode ser, ou chegar a ser, eventualmente,

conflituosa com a do conjunto. Nisso reside também a noção da mudança histórico-social” (Quijano, 2010a: 98).

As sentenças finais desse passo revelam que a heterogeneidade proposta por Quijano não se resume à superação da unilateralidade econômica. O autor almeja prover especial atenção às contradições entre o todo e as partes, ignoradas por visões sistêmicas e funcionalistas que emergiram, inclusive, no seio do materialismo histórico. Embora as partes estejam necessariamente articuladas no todo, e determinem-se mutuamente entre si, não constituem relações funcionais nas quais “o todo tem primazia determinante sobre todas e cada uma das partes” – entendimento do qual deriva a ideia de que há “uma e só uma lógica que governa o comportamento do todo e de todas e de cada uma das partes” (Quijano, 2010a: 94-95). Em oposição, a mudança social só poderia ser pensada se admitida a multiplicidade de determinações e a heterogeneidade de articulações entre as partes. Embora possa ser identificado um “movimento maior do conjunto”, no qual as partes estão necessariamente articuladas, as determinações desse conjunto sobre as partes não são peremptórias e unilaterais, mas contraditórias, processuais e multilaterais.

Grosfoguel, costumaz interlocutor de Quijano, entende que a adoção dessa perspectiva ajuda a colocar a ideia de raça como um dos princípios fundantes das hierarquias no sistema-mundo moderno; argumenta por sua pertinência analítica para o tratamento até mesmo de questões tidas por especificamente “econômicas” ou “domésticas”, como a divisão internacional do trabalho e o sistema patriarcal global. Corroborando, então, a suplantação da metáfora marxiana do edifício em favor da concepção de “estrutura histórica heterogênea”, a saber, “uma enredada articulação de múltiplas hierarquias, na qual a subjetividade e o imaginário social não decorrem das estruturas do sistema-mundo, mas são, isso sim, constituintes desse sistema” (Grosfoguel, 2010: 465); destarte, “raça” e racismo não são tidos como questões próprias da superestrutura ou meros instrumentos da ampliação da acumulação capitalista, mas geneticamente constitutivos dela.

O termo “hierarquia” não é casual: ele denota a assimetria de poder como objeto fundamental da crítica que Quijano propõe, substituindo a opressão de classe. Na verdade, esta última seria *uma das modalidades* pelas quais se manifesta e se impõe o *padrão de poder vigente* – que tem se mundializado crescentemente desde 1492, segundo essa perspectiva inspirada pela análise do sistema-mundo de Wallerstein (2004). A crítica decolonial proposta por ambos

é uma *crítica do poder* para a qual Capital e capitalismo aparecem como questões primordiais, mas não síntese unilateral da totalidade vigente.

Poder-se-ia objetar que não há nada de novo com a formulação: Habermas e Foucault, por exemplo, já teriam realizado críticas do poder sobre fundamentos libertos do economicismo. Contudo, uma das especificidades do modelo de Quijano está em como o poder é qualificado e descrito. Primeiramente, é entendido enquanto *padrão*: constitui-se de práticas rotinizadas e historicamente cristalizadas; há modalidades e objetos do exercício desse poder que se estabilizam, se reproduzem e – mesmo diante de mudanças conjunturais, algumas até de certa profundidade – criam, recriam e aperfeiçoam mecanismos para inibir possibilidades de sua subversão ou suplantação. É, ainda, um poder de *extensão mundial*, ou pelo menos permeado por um movimento mundializante que o caracteriza desde o encontro colonial e o nascimento do sistema mundial moderno. Daí, também, seu traço *colonial* e *eurocêntrico*, posto que: se assenta sobre a ideologia da raça como categoria universal; sustenta formas de controle sobre a vida material, a intersubjetividade e as subjetividades sob determinações geopolíticas; e canaliza a produção de conhecimento social visando reproduzir a si próprio, mistificando o seu centro e naturalizando o caráter periférico da periferia. O padrão mundial de poder é, finalmente e destacadamente, *capitalista*: tem no modo de produção capitalista a forma central, mas não exclusiva, de controle do trabalho, seus recursos e seus produtos.

Quijano entende que um dos principais problemas de muitas teorias críticas é se agarrarem a uma concepção homogênea de capitalismo, ou seja, a ideia de que a mundialização do padrão de poder capitalista implica na mundialização e homogeneização das relações de produção sob os moldes Capital-salário. Contrariando essa compreensão, um dos traços característicos de sua alternativa é precisamente a *heterogeneidade*, mobilizada para a teorização tanto do controle do trabalho quanto da classificação racial. Neste último caso, trata-se de recusar o olhar eurocêntrico que reitera o processo redutivo de agrupamento ideológico de diversas comunidades, povos e histórias heterogêneas sob títulos raciais homogeneizantes (índio e negro, por exemplo).⁴

Antes de passar à questão sobre como essa proposta pode encaminhar concretamente tal crítica do poder – suas mediações conceituais – é preciso dizer algo sobre o objeto último de incidência desse poder a ser criticado, isto é, sobre

4 No que tange à questão do controle capitalista do trabalho, é notória a influência das teorias marxistas da dependência sobre o argumento de Quijano, com destaque para Ruy Mauro Marini (2005), bem como da correlata tese trotskista do “desenvolvimento desigual e combinado” (cf. Löwy, 1998; Coggiola, 2004).

qual é “lugar epistêmico” que oferece o ponto de partida analítico e o referencial normativo de uma Crítica descolonizada. Para lidar com essa questão, é necessário considerar que Lukács não foi único autor a enraizar sua normatividade sobre um ponto de referência de tal tipo. Horkheimer (1991), por exemplo, não deixa de buscar algum tipo de enraizamento epistêmico nos grupos afligidos pelas relações de dominação às quais dirige sua crítica; em seu texto programático, oscila entre um termo abrangente de “humanidade oprimida”, um mais estrito de “classe dominada” e a expressão mais específica de “proletariado”. Exprime, assim, que é à condição objetiva nas estruturas de dominação e opressão de tais grupos (com ênfase no proletariado) que a Teoria Crítica ancora sua negatividade analítica e propositividade normativa. O Adorno da *Dialética Negativa*, por sua vez, desvincula esse referencial de algum tipo específico de sujeito; dirige-se às implicações psíquicas das determinações repressoras postas tanto pela concretude dos mecanismos de opressão e dominação quanto pelo “poder ideológico do existente” sobre o pensamento. A tais implicações denomina *sofrimento*, conforme expressa na conhecida formulação: “A necessidade de dar voz ao sofrimento é condição de toda verdade. Pois sofrimento é objetividade que pesa sobre o sujeito; aquilo que ele experimenta como seu elemento mais subjetivo, sua expressão, é objetivamente mediado” (Adorno, 2009: 24). Habermas (2012), enfim, recorre aos atores da sociedade civil – dentre os quais destaca os “novos movimentos sociais” – como ponto de expectativa para uma racionalização do mundo da vida que submetta crescentemente o âmbito sistêmico a imperativos comunicativamente alcançados na base da sociedade; concebe-os como contraponto possível à colonização interna (do sistema sobre o “mundo da vida”), fundamento da reificação.

Em face das revisões epistemológicas propostas pela crítica decolonial – que tocam sobretudo na categoria dialética da totalidade – e da pretensão explicitada neste artigo, permanece em aberto a questão sobre o “lugar epistêmico” que pode ancorar essa Teoria Crítica revisada. Enrique Dussel, cuja análise histórica e diagnóstico de época miram as implicações de um padrão de poder capitalista e colonial, propõe o conceito de *vítima* para dar conta da tarefa, tomando as determinações negativas que incidem sobre elas como referencial de sua *Ética*; mais precisamente, e parecendo recorrer a Adorno, postula que “[o] ponto de partida forte e decisivo de toda a crítica, como já vimos, é a relação que se produz entre a negação da *corporalidade* (Leiblichkeit), expressa no *sofrimento* das vítimas, dos dominados (...), e a tomada de consciência desta negatividade” (Dussel, 2000: 313; grifos meus).

Embora a problemática da tomada de consciência seja central na *Ética* de Dussel, o abrangente significante escolhido para designar as classes e grupos submetidos à opressão e dominação expressa certa passividade que não condiz com o pensamento dialético e a tradição da Teoria Crítica. O termo “vítima”, a despeito do mérito de ressaltar que há determinações estruturais e supraindividuais sobre as condições de liberdade interior e exterior dos indivíduos, denota uma subvalorização da agência, minimizando o papel do conflito e da autoconsciência para os potenciais de emancipação social.

No espírito da mesma discussão – que, no limite, é um prolongamento da questão sobre sujeito e objeto da Crítica –, a filósofa Gayatri Spivak publicou em 1985 seu conhecido e polêmico ensaio *Pode o Subalterno Falar?*, no qual articula marxismo e pós-estruturalismo para problematizar os limites eurocêntricos de certas teorizações de Foucault, Deleuze e Guattari. Distinguindo-se de Quijano nos pressupostos teóricos e nas ênfases normativas, Spivak se aproxima dele ao discutir as imbricações entre, de um lado, as condições objetivas de exploração e opressão do “subalterno” (exigindo um olhar mais enfático à divisão internacional do trabalho ao mesmo tempo que a relaciona com a racialização e a generificação) e, de outro, a negação sistemática das possibilidades de que ele se expresse, seja tido por interlocutor legítimo e se coloque de fato como *sujeito* de sua própria história. Seu objeto não é, genericamente, a oligopolização pelos grupos dominantes (metropolitanos) dos espaços decisivos de formação da opinião pública; mira, mais especificamente a produção hegemônica do conhecimento: traça objeções teóricas a universalismos que ajudam a legitimar a sujeição do Outro da Europa, desvela a redução do “Sujeito do conhecimento” ao sujeito metropolitano, denuncia a homogeneização operada nas formas de subjetivação do subalterno colonizado, em suma, aponta a *violência epistêmica* do conhecimento eurocêntrico hegemônico enquanto *projeto*.

Para nossas pretensões, convém assinalar o modo como Spivak concebe o *subalterno* e o coloca como referencial da crítica. Indica noutro texto que essa abrangente noção se refere às “camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (Spivak *apud* Almeida, 2014: 13-14). Trata-se de uma condição a um só tempo de *opressão*, derivada da divisão internacional do trabalho e da racialização e generificação que, com ela, imbricam-se e de *dominação*, implicada na impossibilidade de falar e ser ouvido, de se constituir como sujeito, participar plenamente do processo político (institucional e informal) e da produção e circulação do conhecimento.

Nesse sentido, o conceito proposto por Spivak pode aprofundar a crítica do *padrão mundial de poder* ao ancorar tanto o diagnóstico de época quanto as exigências normativas sobre um lugar epistêmico devidamente formulado. Dessa perspectiva, caberia a uma Teoria Crítica da sociedade discutir os processos constitutivos da subalternização, cuja análise não pode prescindir do olhar aos nexos dinâmicos entre as partes constitutivas de uma totalidade complexa e heterogênea. Ademais, o recurso ao conceito de subalterno ajudaria a colocar o problema da agência, caro à autora, auxiliando tanto a desvelar as determinações opressoras e dominadoras do padrão mundial de poder sobre o autodesenvolvimento e autodeterminação desses sujeitos, quanto a ouvir o que eles falam e tematizar suas ações de resistência, de modo a compreendê-las mais em relação ao processo histórico imanente e às concepções de mundo que as guiam do que às expectativas normativas eurocentradas. Isso exige reconhecer que o “discurso” desses indivíduos e grupos – suas formas de luta e resistência, bem como seu conteúdo programático – não precisam rezar uma cartilha “universal” para serem considerados razoáveis e coerentes: cabe admitir que há muitas maneiras de sê-lo, inclusive maneiras contraditórias a suposições derivadas das experiências observáveis nas sociedades centrais.

Para expressar o dinamismo processual e a historicidade que se pretende dialeticamente destacar, o termo *subalternizado* (ou *sujeitos subalternizados*) pode ser mais interessante do que o significante utilizado por Spivak, sobretudo se considerado o caráter pejorativo ou apassivador que a expressão pode denotar em certos contextos linguísticos. É nesse mesmo sentido que, por exemplo, Kwame Nimako (2015) reivindica o uso do termo “*enslaved*” ao invés de “*slave*” em seus estudos sobre escravismo colonial.

Além disso, outra ressalva é necessária. Embora Spivak realize uma aproximação cuidadosa do marxismo, sua formulação marca uma oscilação decisiva em relação a outras propostas para o ancoramento normativo da crítica. Compreendendo que “o intelectual, inserido no contexto do capital socializado e alardeando a experiência concreta, pode ajudar a consolidar a divisão internacional do trabalho” (Spivak, 2014: 38), a autora postula o imperativo de transcender a autocolocação do teórico crítico no “lugar epistêmico” do subalterno para a realização da crítica da opressão e da dominação; entende que o papel dos intelectuais progressistas envolve também a tematização da negação sistemática de dialogicidade aos grupos subalternizados (em suas causas, origens, fundamentos, modos de reprodução etc.) e, sobretudo, o ensejamento de espaços para que suas vozes sejam ouvidas. O trabalho intelectual junto ao

subalterno, em sua acepção, deve consistir não em representá-lo (no sentido de “falar por” ele), mas em contribuir para sua possibilidade autônoma de fala.

Parece claro, assim, que a superação do eurocentrismo passa pela atribuição de agência aos sujeitos cuja subjetividade é negada pelo discurso ideológico dominante, inclusive por uma produção eurocêntrica do conhecimento que universaliza expectativas normativas contingenciais e locais, reificando a experiência social das entidades geopolíticas dominantes (Cf. Connell, 2011). Entretanto, uma decorrência radical de certa leitura do texto de Spivak seria abolir ou refutar *a priori* toda produção do conhecimento e todo discurso sobre a subalternização que não sejam articulados por sujeitos subalternizados. Essa leitura, que põe a experiência subjetiva imediata como único critério válido para a crítica, sustenta uma posição epistemológica antidialética que se prende ao momento aparente dos fenômenos e se faz refém das ideologias, podendo culminar num anti-intelectualismo problemático em seus princípios e perigosos em suas consequências: se o critério supremo da verdade se encontra na coincidência entre lugar epistêmico e lugar social, e se a reação do subalternizado à sua experiência sensível no mundo encerra toda a crítica social, então não há parâmetro analítico ou normativo possível para contestar quando um sujeito subalternizado (individual ou coletivo) reproduz um discurso ideológico que endossa as estruturas e processos fomentadores da opressão e dominação.

Uma alternativa a essa posição não é, evidentemente, silenciar o subalternizado ou negar sua agência, mas, sem infantilizá-lo, submetê-lo também à crítica imanente. Quanto a isso, cabe a categórica proposição de Marcuse: “a teoria crítica é crítica contra si mesma e contra seus próprios defensores sociais” (Marcuse, 2006: 157). Similarmente, há destacados estudos de Fraser (2007; 2009), para mencionar um exemplo da Teoria Crítica contemporânea, que a um só tempo se alinham à crítica do androcentrismo e colocam o movimento feminista como objeto de problematização, sobretudo no que tange a tendências recentes de corroboração de certa agenda neoliberal.

Em suma, assim parece encaminhado o problema do ponto de partida analítico e referencial normativo sob a revisão epistemológica da categoria da totalidade: o “ponto de vista” do subalternizado é o que provê o cerne diagnóstico da totalidade heterogênea, assim como o “ponto de vista do proletariado” provê o da totalidade histórico-materialista. Ao mesmo tempo, e diferindo-se de certa leitura de Lukács ou Spivak, a proposta aqui esboçada não equaliza lugar epistêmico a lugar social, conforme as razões argumentadas. Diante disso, restaria apenas entender como esse modelo pode sustentar a análise das imposições do

padrão de poder “moderno/capitalista/eurocentrado” e das lutas que insurgem contra ele; ou seja, é preciso dizer algo sobre as mediações analíticas.

Quijano (2010a: 88) entende que, na escala societal, “o poder é o espaço e uma malha de relações sociais de exploração/dominação/conflito articuladas, em torno da disputa pelo controle dos (...) meios de existência social”. O padrão mundial de poder, assim, pode ser estudado e criticado em função dos processos dinâmicos, conflitivos e heterogêneos que implicam na negação do autodesenvolvimento e da autodeterminação, para usar a terminologia de Young, bem como na resistência a ela. Além disso, as determinações da dominação e da opressão não estão sempre enraizadas exclusivamente em estruturas, processos e relações de âmbito mundial ou global: a investigação crítica realizada sob tais fundamentos deve precisamente buscar os nexos dinâmicos nas interseções entre diversas escalas de abrangência (local, nacional, regional, mundial), osciláveis em cada caso. A heterogeneidade defendida, diga-se, tem nesse dinamismo processual das interseções de escalas espaciais um dos seus pontos centrais.

Desenvolvendo as mediações analíticas de sua proposta, Quijano elenca quatro “meios de existência social”: o *trabalho*, o *sexo*, a *autoridade coletiva* e a *subjetividade*, considerando seus respectivos *recursos* e *produtos*. Em diversos trabalhos, Quijano discute manifestações dessas disputas em algumas espaço-temporalidades, enfatizando o modo como o padrão mundial de poder desenvolvido a partir de 1492 logrou impor: o Capital como articulador das formas de controle do trabalho e exploração da natureza; a família burguesa (patriarcal, heteronormativa e monogâmica) como controle das relações sexuais e reprodução da espécie; o Estado moderno, órgão monopolizador de uma violência legítima que se exerce no interior de um território delimitado e sobre uma comunidade nacional mais ou menos homogênea, como modelo melhor acabado (e moralmente superior) de autoridade coletiva; e a hegemonia do eurocentrismo e da racialização sobre a produção do conhecimento, formação do imaginário social, definição dos horizontes de expectativas, significação de experiências e produção de sentido.

A heterogeneidade requerida pelo autor para a análise de casos particulares ou singulares sob uma perspectiva revisada de totalidade exigiria, portanto: a) a superação da determinação unilateral de um dos âmbitos sobre os demais, dando lugar às articulações complexas entre determinações múltiplas postas por cada uma das dimensões; b) o olhar à diferenciação interna das diversas tendências conflitivas e/ou dialeticamente integrativas no interior de cada um dos meios (por exemplo, a articulação contraditória do Capital com outras formas “pré-modernas” de controle do trabalho e seus recursos, ou do “Estado

democrático de direito” com outras instâncias e modalidades de autoridade etc.); c) a historicidade e o caráter dinâmico e contraditório da realidade estudada, considerando a natureza contingencial das imposições do padrão de poder vigente, o fato de que tais imposições podem se articular diferentemente em função de elementos circunstanciais de cada formação social (inclusive, mas não apenas, de sua posição no sistema-mundo) e as características formais e substanciais da resistência levantada por sujeitos subalternizados.

Apresentados enquanto conceitos universais para a explicação social, podemos atribuir a esses quatro âmbitos o caráter de *categorias de mediação*, dado que sua universalidade oferece referenciais *a priori* para a explicação social e auxilia à concatenação dialética entre o todo social e suas partes. Quijano (2001a: 03) entende que a contínua disputa pelo controle dessas áreas da existência atravessam “toda experiência social de todos os povos, em todas as partes e em todos os tempos”. Concomitantemente, foge da armadilha eurocêntrica ao não dotar nenhuma delas de conteúdo forte: assume que, em cada padrão de poder historicamente constituído, “as formas de controle em cada uma das ditas áreas operam por meio da hegemonia de certas relações sociais específicas, certas instituições e certos produtos específicos” (Quijano, 2001a: 04).

Em suma, a concepção de totalidade heterogênea, alcançada em consonância com o marxismo anti-imperialista, as teorias da dependência e do sistema-mundo, lega relevantes contribuições para uma expansão descolonizante da crítica epistemológica dirigida à Teoria Tradicional. Elas se tornam especialmente notáveis quando realizadas em interlocução com os referenciais da dialética histórico-materialista, a Teoria Crítica contemporânea e outros expoentes pós-coloniais, cujos trabalhos fundados sobre contextos africanos e asiáticos expandem o debate para além da América Latina.

Conclusões

À primeira vista, a interlocução que se almejou alcançar aqui aparece para problematizar um entendimento, ainda muito recorrente, de que os processos de subalternização – no centro e na periferia do capitalismo mundial – possam ser analisados prescindindo de um olhar ao papel necessário do encontro colonial, à colonialidade do poder por ele ensejada e hoje perpetuada e à supressão violenta da intersubjetividade para além dos limites geográficos e humanos do “ocidente esclarecido”. Isso ocorre, por exemplo, pela concessão ao “nacionalismo metodológico”, pela reificação da experiência social da “civilização ocidental”

na construção de categorias analíticas e por certa narrativa que reduz seu desenvolvimento histórico-filosófico a determinações internas.

É verdade que outros expoentes teóricos do pensamento social latino-americano e do marxismo anti-imperialista já haviam contestado esses problemas em alguma medida. Certos aspectos dessa crítica já se encontravam presentes, por exemplo, em José Carlos Mariátegui, Caio Prado Júnior, Orlando Fals Borda e nas teorias da dependência de diversas matizes. Mas as indagações pós-coloniais recentes lançam objeções também aos fundamentos epistemológicos da crítica social, discutindo alternativas para melhor contemplar a experiência (de opressão e dominação, mas também de agência e luta social) de sujeitos por muito tempo ignorados ou lateralizados na explicação social hegemônica. No mesmo sentido, discutem os limites de compreensões europeizadas e ocidentalizadas quanto à “razão moderna” e sua encarnação institucional naqueles quatro “meios da existência social”; compreensões que, não raro, carregam teor prescritivo quanto à vida social periférica e podem servir à legitimação de intervenções violentas.

Ao mesmo tempo, não deixam de ser notáveis determinados momentos de intersecção entre a crítica pós-colonial e a Teoria Crítica frankfurtiana: aquela também se insurge prioritariamente contra a “teoria tradicional”, considerando seus fundamentos epistemológicos, sua vinculação aos mecanismos institucionais de produção e circulação do conhecimento legítimo e sua contribuição às formas contemporâneas de dominação e opressão. Ao mesmo tempo, conforme apresentado, há elementos teórico-conceituais subjacentes aos dois projetos que dificultam – mas não impossibilitam – um intercâmbio profícuo entre os campos.

A interlocução aqui desenhada, em resposta, propôs enraizar o diagnóstico de época e referenciar a normatividade da Teoria Crítica no sujeito conceituado enquanto *subalternizado*, sob inspiração de Spivak e Young. Com ele, busca-se superar, a um só tempo, o reducionismo anacrônico posto pelo “sujeito histórico” do proletariado, a despolitização ideológica decorrente de uma ideia abstrata de “humanidade” e a insuficiência de ancorar a crítica sobre o “cidadão” numa conjuntura global em que a própria negação desse estatuto aparece como mecanismo de subalternização. Ademais, e em consonância com trabalhos que visam superar a justificação da crítica sobre um sujeito histórico homogêneo, o conceito de *subalternizado* não expressa uma “identidade”, mas uma posição de sujeitos heterogêneos nas relações de poder social em escala mundial.

É nítido ainda que um diagnóstico de época realizado sobre tais bases epistemológicas e teóricas não abre mão de algumas noções universais; no caso, as

quatro categorias de mediação, necessárias à abordagem das articulações contraditórias entre as determinações do padrão mundial de poder e as práticas sociais e formas de vida das comunidades e formações sociais sobre os quais ele incide. Essas categorias, porém, não implicam numa imposição de padrões ideais arbitrários na medida em que permanecem restritas a uma definição formal e genérica. Não são tomados por universais necessários o Estado-nação, a família nuclear, o modo de produção capitalista ou a ideia moderna de sujeito individual. Estes são entendidos como manifestações próprias de uma espaço-temporalidade, a qual, mesmo atuando para se impor mundialmente, não elimina a heterogeneidade possível e o conflito decorrente das contradições que faz nascer. O eurocentrismo, afinal, consiste nessa violenta tentativa de impor essas manifestações como universais, naturalizando-as como único padrão razoável de pensamento, vida institucional, organização social, “produção dos meios de vida” etc.

Quanto à normatividade, também se entendem como universais os imperativos centrais de *autodeterminação* e *autodesenvolvimento*. São critérios não exclusivos da “Europa ocidental”, com manifestações em outros espaços-temporalidades, mas que se tornam eixo legitimador da dita modernidade na medida em que nela receberam um tratamento teórico profícuo, a partir da noção cartesiana de sujeito e da ascensão do ideário de liberdade individual. Não ignoramos que o pensamento moderno foi de suma importância para a difusão sócio-histórica e qualificação filosófica desses conceitos normativos centrais. Nisso consiste a *dimensão emancipadora* da modernidade que Dussel (1993) e Quijano (2005) entendem como de subsunção necessária. Contudo, e convergindo com ambos, não é o caso de se compreender a modernidade como “propriedade” europeia. Pode-se, ademais, identificar horizontes alternativos de autodesenvolvimento e autodeterminação erigidos sobre filosofias e cosmologias não-ocidentais. É o caso, para ficar em dois exemplos, do *bien vivir* nos povos ameríndios (Quijano, 2010b) e da noção budista de autodeterminação (Woortman, 2014). Perspectivas como essas e outras, além de sustentarem lutas sociais e ações de resistência às determinações do padrão mundial de poder, podem se apresentar como plausivelmente articuláveis, filosófica e politicamente, a imperativos tidos por especificamente modernos.⁵

5 Essa articulação passa pelo que Santos (2006) denomina “tradução intercultural”. O autor ilustra a proposta com convergências plausíveis e contradições irreduzíveis entre a concepção secular de *dignidade humana* e seus correlatos abrigados sob o *dharma* da cosmologia hindu e a *umma* na cultura islâmica.

Ficam postos, assim, alguns indicativos teóricos e epistemológicos da almejada revisão que busca fomentar o diálogo entre a Teoria Crítica e os estudos pós-coloniais para o tratamento dos processos de dominação e opressão em sociedades periféricas e semiperiféricas. Buscou-se, resumidamente, argumentar que, no lugar de uma recusa imediata da categoria dialética de totalidade, é possível diferenciá-la de uma aceção organicista e articulá-la aos sujeitos subalternizados. Por esse caminho, acreditamos ser possível erigir novas interlocuções teóricas, necessárias para a construção de diagnósticos de época e propostas transformadoras capazes de abranger atores e experiências sociais comumente ignorados ou invisibilizados pelos modelos hegemônicos.

Referências:

- ADORNO, Theodor. *Dialética Negativa*. Rio de Janeiro, Zahar, 2009 (1966).
- ALLEN, Amy. *The End of Progress*. New York, Columbia University Press, 2016.
- ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. Prefácio – Apresentando Spivak. In: SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, pp. 07-22.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11, 2013.
- BHABHA, Homi K. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1998.
- CASTRO-GOMEZ, Santiago. (Post)Coloniality for Dummies. In: MORAÑA, Mabel; DUSSEL, Enrique; JÁUREGUI, Carlos A. (Org.). *Coloniality at Large*. Durham, Duke University Press, 2008.
- CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princeton, Princeton University Press, 2000.
- COGGIOLA, Osvaldo. Trotski e a lei do desenvolvimento desigual e combinado. *Novos Rumos*, n. 42, 2004.
- CONNELL, Raewyn. *Southern Theory: the global dynamics of knowledge in Social Science*. Cambridge, Polity Press, 2007.
- _____. A iminente revolução na teoria social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 80, 2011.
- DUSSEL, Enrique. *1492, O Encobrimento do Outro*. Petrópolis, Vozes, 1993.
- _____. *Ética da Libertação na Idade da Globalização e da Exclusão*. Vozes, Petrópolis, 2000.
- _____. Meditações Anticartesianas sobre a Origem do Antidiscorso Filosófico da Modernidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. São Paulo, Cortez, 2010.

- FEENBERG, Andrew. A realização da filosofia: Marx, Lukács e a Escola de Frankfurt. *Verinotio – revista on-line de filosofia e ciências humanas*, n. 18, ano IX, out. 2013.
- FRASER, Nancy. Mapeando a Imaginação Feminista. *Estudos Feministas*, n. 15, 2007.
- _____. O Feminismo, o Capitalismo e a Astúcia da História. *Mediações*, v. 14, n. 2, 2009.
- _____. Por trás do Laboratório Secreto de Marx: por uma concepção expandida do Capitalismo. *Direito & Práxis*, v. 6, n. 10, 2015.
- GANDHI, Leela. *Postcolonial Theory: a critical introduction*. Sidney, Allen & Unwin, 1998.
- GROSFUGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. São Paulo, Cortez, 2010.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoria do Agir Comunicativo*. São Paulo, Martins Fontes, 2012 (1981).
- HALL, Stuart. Occidente y el Resto: discurso y poder. In: *Discurso y poder en Stuart Hall*. Huancayo, Melgraphic, 2013.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, 1995.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Princípios da Filosofia do Direito*. São Paulo, Martins Fontes, 1997 (1830).
- _____. *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis, Vozes, 2014 (1807).
- HONNETH, Axel. *Sufrimento de Indeterminação: uma reatualização da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo, Esfera Pública, 2007 (2001).
- _____. *A Ideia de Socialismo*. Lisboa, Edições 70, 2017 (2015).
- HORKHEIMER, Max. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: *Horkheimer & Adorno*, coleção “Os pensadores”. São Paulo, Nova Cultural, 1991.
- LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. *Outubro*, n. 1, 1998.
- LUKÁCS, Georg. *Existencialismo ou Marxismo?* São Paulo, Editora Senzala, 1967 (1948).
- _____. *História e Consciência de Classe*. São Paulo, Martins Fontes, 2012 (1923).
- _____. *Para uma Ontologia do Ser Social*, vol. 2. São Paulo, Boitempo, 2013 (1978).
- MARCUSE, Herbert. Filosofia e Teoria Crítica. In: *Cultura e Sociedade*, volume 1. São Paulo, Paz e Terra, 2006.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: Roberta TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. (Org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo, Expressão Popular, 2005 (1973).
- MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo, Boitempo, 2011 (1858).
- MARX, Karl; ENGELZ, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Boitempo, 2007 (1846).
- MENESES, Maria Paula. Diálogos de saberes, debates de poderes: possibilidades metodológicas para ampliar diálogos no Sul global. *Em Aberto*, v. 27, n. 91, 2004.

- MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade *em* política. *Cadernos de Letras da UFF*, n. 34, 2008.
- NIMAKO, Kwame. Conceptual Clarity, Please!. In: ARAÚJO, Marta; MAESO, Silvia Rodríguez. *'Race', Racism and Knowledge Production*. London, Palgrave Macmillan, 2015.
- NOBRE, Marcos. *Como Nasce o Novo*. São Paulo, Todavia, 2018.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. *Perú Indígena*, v. 13, n. 29, 1992.
- _____. Poder y Derechos Humanos. In: SEVILLANA, Carmen Pimentel. (Org.). *Poder, Salud Mental y Derechos Humanos*. Lima, Perú: CECOSAM, 2001a. Disponível em: <<http://anibalquijano.blogspot.com>>. Acesso em: 10 nov. 2017.
- _____. *La Colonialidad y la Cuestión del Poder*. Texto inédito, Lima, 2001b. Disponível em: <<http://www.ceapedi.com.ar/imagenes/biblioteca/libros/58.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2017.
- _____. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana. (Org.). *Pensamento Crítico e Movimentos Sociais*. São Paulo, Cortez, 2005.
- _____. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. São Paulo, Cortez, 2010a.
- _____. 'Bien Vivir' para Redistribuir el Poder. *Informe 2009-2010 Oxfam. Pobreza, desigualdad y desarrollo en el Perú*. Lima, Oxfam, 2010b.
- REPA, Luiz. Totalidade e Negatividade: a crítica de Adorno à dialética hegeliana. *Caderno CRH*, v. 24, n. 62, 2011.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Gramática do Tempo*. São Paulo, Cortez, 2006.
- _____. *A Crítica da Razão Indolente*. São Paulo, Cortez, 2013.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo, Cortez, 2010.
- SILVA, Josué Pereira da. "Epistemologia do Sul como Teoria Crítica?". In: ANPOCS. *Anais do 40º Encontro Anual da Anpocs*. Caxambu, 2016. Disponível em: <<http://anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st33-3>>. Acesso em: 22 nov. 2017.
- SPINOZA, Benedictus de. *Ética*, Edição bilingue: latim/português. Trad. Tomaz Tadeu. Belo Horizonte, Autêntica, 2013.
- SPIVAK, Gayatri. *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte, Editora UFGM, 2014 (1983).
- WALLERSTEIN, Immanuel. *World-Systems Analysis: an introduction*. London, Duke University Press, 2004.
- WOORTMAN, Marcos Fensterseifer. *Por uma Construção Intercultural de Direitos Humanos*. Dissertação de mestrado, Direitos Humanos e Cidadania, UnB, Brasília, 2014.



YOUNG, Iris Marion. *Justice and the Politics of Difference*. New Jersey, Princeton University Press, 1990.

Recebido em: 20/03/2020

Aprovado em: 20/03/2021

Como citar este artigo:

BUENO, Enrico. Descolonizar a teoria crítica: a questão da totalidade. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 3, set. - dez. 2021, pp. 1057-1085





Comunicação no processo de democratização da sociedade: estudo sobre as rádios comunitárias na Guiné-Bissau

Mamadú Indjai¹

Igor Monteiro Silva²

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a atuação das rádios comunitárias no processo de democratização da sociedade guineense, e acerca de suas ações no desenvolvimento do país e na participação dos cidadãos nos espaços de contestação pública. Procurou-se mobilizar o entendimento de como a comunicação comunitária pode estimular a construção da cidadania, tendo como horizonte a emancipação social. A pesquisa se estrutura por uma metodologia qualitativa, mobilizada a partir da revisão bibliográfica e, sobretudo, da análise dos conteúdos, músicas e programas apresentados nas referidas rádios comunitárias guineenses.

Palavras-chave: Guiné-Bissau; Rádios comunitárias; Democratização.

Communication in the social democratization process: study on community radios in Guinea-Bissau

Abstract: *This paper aims to reflect on the role of community radio stations in the process of democratization of Guinean society, and on their actions in the*

1 Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – mamaduindjai@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0002-1561-051X>

2 Instituto de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) – igor.monteiro@unilab.edu.br – <https://orcid.org/0000-0003-3763-2442>

development of the country and in the participation of citizens in spaces of public contestation. It was sought to mobilize an understanding of how community communication can stimulate the construction of citizenship, with social emancipation as its the horizon. The research is structured by a qualitative methodology, mobilized from the bibliographic review and, above all, from the analysis of the contents, songs and programs presented in the referred Guinean community radio stations.

Keywords: *Guinea-Bissau; Community radio; Democratization*

La comunicación en el proceso de democratización de la sociedad: estudio sobre las radios comunitarias en Guinea-Bissau

Resumen: El presente trabajo tiene como objetivo reflexionar sobre el papel de las radios comunitarias en el proceso de democratización de la sociedad guineana, y sobre su accionar en el desarrollo del país y en la participación de la ciudadanía en los espacios de contestación pública. Se intentó movilizar la comprensión de cómo la comunicación comunitaria puede estimular la construcción de ciudadanía, con miras a la emancipación social. La investigación está estructurada por una metodología cualitativa, movilizada a partir de la revisión bibliográfica y, sobre todo, del análisis de los contenidos, músicas y programas presentados en las referidas radios comunitarias guineanas.

Palabras clave: Guinea-Bissau; radios comunitarias; Democratización.

1 - Estado e Democracia na Guiné-Bissau: Aspectos Históricos

A Guiné-Bissau fica situada na costa ocidental da África, fazendo fronteira com Senegal ao norte, Guiné-Conakry ao Leste e ao Sul e Oceano Atlântico a Oeste. O país tem uma superfície de 36.125km, dividida em oito regiões administrativas, sendo que, dentro delas, encontram-se subdivididas em trinta e oito setores administrativos e cento e três seções, e cerca de quatro mil e quinhentos tabancas (aldeias), conforme os dados do último censo realizado em 2009. O país se tornou independente em 24 de setembro de 1973. Sua independência foi proclamada de forma unilateral e reconhecida anos depois por Portugal no dia 10 de setembro de 1974, sendo o primeiro país da colônia portuguesa a se tornar uma república independente no PALOP³ (Teixeira, 2008).

3 PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa).

De acordo com Carlos Cardoso (1996: 13-14), as crises do final de década de 80 abalaram profundamente as estruturas políticas do país em termos econômicos, motivo pelo qual a Guiné-Bissau, como outros países, pediu ajuda junto às organizações financeiras internacionais, principalmente o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o BM (Banco Mundial). Para esse autor, a crise do sistema socialista no ocidente nesse período levou os países ocidentais a criarem condições para que eles pudessem propagar a ideologia liberal, não só como “a única digna de crédito, como também o único modelo a seguir [...]”.

A partir desse período, Cardoso (1996: 14) explica que algumas figuras dos governos africanos concluíram que a falta de democracia e o sistema de partido único poderiam estar na base do insucesso nos sistemas econômicos até então existentes. Nesse contexto, a Guiné-Bissau, que também estava mergulhada nessa desastrosa política econômica, através de seus dirigentes, entendeu que estavam reunidas as condições para aderir aos princípios do liberalismo econômico e político. O país entrou no sistema multipartidário e instituiu o sistema democrático (democracia liberal).

Podemos dizer que, com a aderência dos programas de ajustamento estrutural, estavam postos os primeiros momentos de transição para a democracia. A nossa proposta de pesquisa é justamente compreender a transição democrática, ou democratização, como aquilo que Leonardo Avritzer (1995: 02) compreende como momento que constitui “o resultado de um *tradeoff* (ato de escolha), que permite aos atores sociais compensar a perda do controle sobre sua vida cotidiana através de mecanismos de limitação da operação do Estado e do Mercado”. Essa concepção nos permite realmente identificar espaços e autores que contribuíram/contribuem nesse processo.

Nesse sentido, a presente pesquisa se justifica no contexto sociocultural da Guiné-Bissau, considerando que o país tem um déficit de órgãos de comunicação social pública, sendo que os poucos meios de comunicação existentes não têm cobertura nacional. Portanto, as rádios comunitárias têm um papel importante nas comunidades onde se inserem, na distribuição das informações do centro para a periferia, além de se apresentarem como importante veículo não só de informação, mas, sobretudo, de comunicação dentro da comunidade.

As rádios comunitárias do país não são somente espaços de informação. Porém, são, sobretudo, de comunicação, entretenimento, educação, consolidação de ideias e de conscientização. Desta forma, a nosso ver, o estudo sobre as rádios comunitárias como forma de entender o processo de democratização da Guiné-Bissau se torna pertinente na medida em que, independentemente de ser uma nova forma de inclusão de novas perspectivas, e participante na análise do

processo de democratização, também pode resultar na melhor forma de compreender e pensar a democracia a partir da realidade do país.

2 - Rádios Comunitárias no Contexto da Guiné-Bissau

As rádios comunitárias representam hoje, na África, um dos meios mais eficazes na difusão da informação e comunicação nas comunidades urbanas e rurais, onde o rural não se apresenta só como alvo, mas sim como protagonista desse fluxo informativo e comunicacional dentro da comunidade. Nessa perspectiva, de acordo com os dados expostos no Plano Estratégico para as Rádios Comunitárias na Guiné-Bissau (Bussotti, 2014), através do Programa de Apoio aos Atores Não-Estatais, financiado pela União Europeia, as rádios comunitárias representam hoje os maiores e melhores meios para difundir a democratização, preservar a identidade cultural e a autoestima, servindo de plataforma de debate e de troca de ideias no seio da comunidade, com particular destaque para a África ocidental.

No entender de Tudesq (2002, apud Barros e Camará, 2015: 34), falar da comunicação na África é falar das rádios, principalmente comunitárias, pelo mecanismo que utilizam e as línguas que utilizam para que as mensagens atinjam aquela diversidade de populações existentes nessas comunidades.

No contexto dos países do PALOP, a Guiné-Bissau foi o primeiro país a dar início à experiência da rádio comunitária, em 7 de fevereiro de 1994, com a Rádio Voz de Quelele (RVQ). Segundo dados, até 2015, já existiam 35 rádios comunitárias (Lopes, 2015) nos diferentes cantos do país, oferecendo uma cobertura nacional. Independentemente da questão geográfica, uma das grandes novidades trazidas pelas rádios comunitárias foi a questão etnolinguística. As questões de localização, proximidade, uso do Crioulo e da maioria das restantes línguas nacionais em função de cada localidade faz das rádios comunitárias na Guiné-Bissau um instrumento de referência na mobilização da ação da sociedade civil.

De acordo com Barros e Camará (2015: 37-38), pelo fato dos meios de comunicação pública na Guiné-Bissau não terem sido capazes de responder às demandas das populações, devido às questões principalmente das línguas utilizadas na difusão das informações e à carência de meios modernos de comunicação, foram surgindo outros órgãos de comunicação, sendo um deles a rádio de comunicação comunitária, que veio a colmatar esse vazio deixado por meios de comunicação pública.

Para estes autores:

[...] “rádios privadas e comunitárias que atualmente têm uma cobertura de 89% a nível nacional, enquanto o acesso à internet é de 0,79%, e a rede móvel atinge

70,1% da população a nível nacional (Autoridade Reguladora Nacional da Tecnologia de Informação e Comunicação, 2012)” (Barros e Camará, 2015: 38).

Segundo os autores citados acima, antes de pensar no papel desempenhado pelas rádios comunitárias na Guiné-Bissau, é fundamental falar dos aspectos que definem seu perfil. Neste sentido:

Por ser o meio mais massificado, devido às questões não só da referida oralidade, mas também: ao analfabetismo; à falta de infraestrutura (em particular a energia elétrica); a ser um meio de baixo custo; à sua sustentabilidade, dado não exigir muito de uma população desprovida de poder de compra; a oferecer a possibilidade de uma escuta coletiva através de um único aparelho receptor; a alcançar todos membros da comunidade na sua própria língua e a ser simples de manejar” (Barros e Camará, 2015: 38-39).

Nessa mesma perspectiva, Paula (2010), em sua pesquisa sobre evolução do papel das rádios comunitárias enquanto instrumento de participação cívica na Guiné-Bissau, afirma que, na maior parte do país, sobretudo na zona sul, a rádio é o único meio de comunicação acessível para a população majoritariamente analfabeta.

O interesse por essa pesquisa surgiu justamente por essas questões, por entendermos que é um dos meios de comunicação, se não o único, desse caráter na Guiné-Bissau que proporciona um diálogo da maioria da população do país, e que permite efetivamente que exista o reconhecimento de práticas, experiências e saberes periféricos e subalternos, ou seja, superando essa não existência. Para nós, essa é uma forma de pensarmos novas possibilidades democráticas, uma perspectiva problematizadora da realidade, e as rádios comunitárias nos possibilitam esse entendimento, por ampliar as vivências e variedades de experiências, saberes e práticas sociais. Quando falamos de diálogo, estamos falando de um tipo de comunicação em que todos podem ser protagonistas.

3 - Comunicação Comunitária e as Possibilidades Democráticas a Partir do Cotidiano das Comunidades

O primeiro passo na busca e na compreensão dessa temática passa necessariamente pela discussão teórica sobre comunicação comunitária em geral, em específico as rádios comunitárias. A análise passa pela abordagem da comunicação comunitária e da democratização como forma de entendermos como as rádios comunitárias na Guiné-Bissau contribuíram, e contribuem, na democratização da sociedade e na consolidação da democracia no país. Não é o objetivo

enredar-nos sobre a discussão das diferentes percepções teóricas que diferenciam as definições de termos como comunicação popular, alternativo, participativo e comunitário. O objetivo é discutir a comunicação que é constituída pelas iniciativas populares e orgânicas aos movimentos sociais, que, de acordo com Peruzzo (2013a), são comunicações que vêm de experiências de comunicação participativa, dialógica, educativa, horizontal, comunitária ou radical.

Para a autora, a comunicação comunitária é

[...] uma forma de exercer o direito de comunicar na prática. Ajuda a construir processos – de comunicação grupal; interpessoal na coordenação de ação; de educação informal e não-formal de adolescentes e jovens; de autopromoção de mulheres; de organizações de trabalhadores rurais etc. e a de criar meios (canais) de comunicação, como jornalzinho, website, a rádio comunitária, o vídeo popular, o canal comunitário na TV a cabo [...] (Peruzzo, 2013: 168)

Apesar da percepção de que existem várias formas de comunicação (Peruzzo, 2013b) nos movimentos sociais no processo de mobilização, nosso foco é nas rádios comunitárias como mecanismo facilitador das lutas pela conquista dos direitos e na democratização e ação.

Peruzzo (1993) entende que as rádios, principalmente as comunitárias, extrapolam o cenário dos movimentos populares e se relacionam com públicos mais alargados. É nesse sentido que se propôs a estudar esse objeto, por ser uma ferramenta de comunicação de suma importância na Guiné-Bissau, mas com poucas pesquisas sobre ela⁴. Percebe-se que o espaço da comunicação comunitária é um espaço no qual ocorre práxis de atores sociais coletivos na busca de articulação e provocação, de forma a mobilizar as ações concretas que visam a melhoria da consciência política, e sobre suas condições de existência, tanto a nível local como nacional. Nessa perspectiva, ela entende que a comunicação comunitária se desenvolve de forma democrática por grupos populares, seja em um bairro, em espaços online ou cidades, de acordo com seus interesses,

4 Não encontramos nenhum trabalho que relacionou a comunicação comunitárias (as rádios comunitárias especificamente) com o processo de democratização, ou seja, pesquisa que veem as rádios comunitárias como espaço privilegiado para compreensão do processo de democratização. Os únicos que encontramos durante a pesquisa foram trabalhos de Miguel de Barros e Fatima Tchumá Camará “Rádios comunitárias e processo de recriação da cidadania ativa na Guiné-Bissau: sentido de pertença, direito a voz e apropriação do espaço”; Fatima Tchumá Camará “Papel da comunicação na construção da cidadania: caso da Rádio Voz de Quelele na Guiné-Bissau”; e o da Patrícia Paula “Rádio Comunitária “Voz di Povo”. A experiência africana da Guiné-Bissau e Moçambique. Todas essas pesquisas buscaram a relação das rádios comunitárias com a construção da cidadania.

necessidades e capacidade, e, mais importante, é feita pela própria comunidade, de forma a contribuir na solução dos problemas que afetam o seu dia-a-dia.

Porém, a democracia que buscamos discutir e articular com essa temática é a da perspectiva trabalhada por Boaventura de Sousa Santos (2002 e 2018), aquela que ultrapassa os limites da democracia eleitoral parlamentar compreendida através de participação popular no seu local de produção de vida, a partir das ações desenvolvidas pelas populações locais. Para esse autor, essa compreensão da democracia não é de invalidar ou eliminar a democracia representativa, mas sim de colocá-la em perspectiva, ou seja, articular a democracia representativa com a democracia participativa e mostrar que há uma necessidade de ampliação do seu marco de compreensão, e pensá-las através das ações advindas dos movimentos sociais da sociedade civil dentro do sistema democrático.

De acordo com Santos e Avritzer (2002, apud Florian, 2014: 113-114), a democracia deve ser entendida como um valor e não como um instrumento; portanto, se é um valor, não pode ser universalizada. Eles entendem que, na análise da democracia, o multiculturalismo deve ser levado em conta através do diálogo inter-relacional existente. Nesse sentido, essa relação deve ser feita entre “democracia como ideal e democracia como prática”.

É nessas duas perspectivas analíticas que se funda este trabalho, compreendendo-se que as rádios comunitárias têm um potencial democratizante através das suas ações dentro das comunidades, em que se encontra o entendimento da democracia a partir das ações dos atores sociais ligados às suas lutas através dessa ferramenta de comunicação. Então, a partir da dinâmica e do mecanismo de funcionamento das rádios comunitárias, podemos discutir e apresentar as possibilidades alternativas na democracia liberal.

4 - Rádio Comunitária enquanto Espaço de Contestação

É possível estudar a democratização a partir da comunicação comunitária através dos exemplos concretos com relação às formas de organização e às formas de canalização das demandas, principalmente a nível rural. Uma das formas de canalização de demandas das populações foi a criação da Rede Nacional das Rádios Comunitárias da Guiné-Bissau (RENARC), criada em 2005. A RENARC é uma associação que favorece a coordenação, cooperação e o intercâmbio e a promoção de emissores da rádio comunitária no país. Segundo os artigos 1^a e 2^a do seu estatuto, é possível verificar que esta é uma organização não governamental, não lucrativa, apartidária e não religiosa, constituída pelas rádios comunitárias da Guiné-Bissau sem fins lucrativos, e que promove um

modelo alternativo de comunicação para contribuir na democratização, que vai ao encontro de um equilíbrio do mundo novo de informação.

As rádios comunitárias, a partir da canalização de demandas, conforme colocado acima, possibilitam as articulações das dinâmicas sociopolíticas de democratização. Conforme afirma Rudebeck (2001), enquanto os cidadãos não forem capazes, de certa forma, de perceber que há razões concretas para assumir que ações públicas e coletivas podem contribuir na sua sobrevivência e também melhorar as suas vidas, existirá grande probabilidade de não haver alternativas aos problemas sociais. Nesse sentido, os contextos práticos das rádios comunitárias são importantes para as populações das comunidades, ou seja, no sentido de perceberem quais são os lugares de (re)produção de demandas sociais da comunidade.

As questões sobre saneamento básico, desporto, dedicatórias, educação cívica, pesca, agricultura, saúde, histórias e anedotas são os assuntos mais tocados/falados nas rádios, mas também há assuntos, como direito das mulheres e crianças, meio ambiente, educação cidadã e opinião pública, que estão na maioria das programações.

Segundo as programações que podemos verificar no site da RENARC, podem-se destacar alguns programas radiofônicas da maioria das rádios comunitárias da Guiné-Bissau, como: Rádio Balafom – “gestão de conflito”; Rádio Comunitária de Bafata – “espaço jovem” e “espaço cultural”; Colinas de Boé – podem-se de destacar assuntos sobre pesca responsável, a cultura, a tradição e o meio ambiente”; Rádio Cuntun Madina – sobre a “educação familiar” e “discos pedidos”; Rádio Comunitária de Djalicunda – alfabetização das mulheres; Rádio Djan-Djan – “Opinião: *Ke Ki Tem* (opinião: o que há)”; Rádio Escolar Eva – “educação: *No Cunsi Eva*” (educação – conheçamos a Eva); Forreá – “Ambiente: *No Popa No Mato*” e “*Nobas de Forreá* (Ambiente – vamos poupar o nosso mato; notícias de Forreá)”; Kassumai – Agricultura: “*Fala de Labrabur*” (Agricultura – fala de lavrador) e “*Infantis: Ami I Criança N’tene Nha Diritu*” (Infantis – eu sou criança tenho meus direitos); kosena – “direitos humanos”; Rádio Lamparam voz de cantanhez – “Ambiente: *No Matus Aos, No Matus Amanhan*” (Ambiente – nosso matos hoje, nosso matos amanhã) e “*Diritu de Minjer Ku Minino*” (direitos de mulher e de criança); Lua Nova de Quinhamel – “Bom dia Quinhamel” e “Voz de Comunidade Local”; Rádio Papagaio – “Direitos de Mulheres” e Pesca Responsável”; Rádio Jovem – “Direito de Criança e Mulher” “Associativismo Juvenil e Educação para Cidadania”; Sintchã Occo – “Jovens do Século XXI”; Rádio Comunitária Uler Abandi – “Opinião, Voz de Algodão de Gabú – “Alfabetização das Mulheres”; Voz de Quelele – “Saúde Reprodutiva e

HIV-SIDA”, “Bom dia Quelele”, “Ponto de Vista”, “Mulher e Criança” e “Escola na Rádio”.

Na maior parte de seus funcionamentos, as rádios apresentam programas interativos e de animação livre, mas que servem também de espaço de reconhecimento, de expressão e visibilidade, da vivência e da convivência dos grupos sociais. Porém, apesar de apresentarem blocos noticiosos de outras rádios, também difundem notícias preparadas a nível interno da rádio. Talvez uma das principais novidades das rádios comunitárias seja a difusão das notícias em crioulo e nas outras línguas predominantes no país, principalmente nas regiões onde as rádios estão inseridas. De acordo com Barros e Camará (2015), as línguas⁵ como Balanta, Fula, Mandinga, Manjaco e Papel são faladas para abordar assuntos e temas de interesse da comunidade e do país, que os permitem participar da comunidade e das decisões locais. A nosso ver, essa facilidade que as populações têm de ouvir e falar a sua língua através das rádios cria espaços de inteligibilidade que permitem interlocuções de diversas camadas sociais da comunidade, e também de agentes possíveis e disponíveis.

Em uma pesquisa feita nas rádios comunitárias de Quelele e Fala Di Urok, Barros e Camará (2005) descreveram, por exemplo, o programa Cunsi no Diritu (conheçamos os nossos direitos), entendendo esse programa como um consultório jurídico participativo, com objetivo de dar apoio jurídico à comunidade de Quelele para a resolução dos conflitos por via da lei, e também criar consenso na comunidade. O programa conta com a participação dos convidados, na maioria das vezes juristas acompanhados de facilitadores e animadores do programa.

Na rádio Fala Di Urok, conta-se com o programa Teatro Popular, “escolhido como elemento do processo mobilizador da sociedade na área marinha protegida na comunidade de Urok”. É um programa, segundo esses autores, que possibilita a participação dos atores na sua produção, edição e apresentação. O programa passa no período noturno como estratégia que possibilita alcançar maior audiência da comunidade. Levando em consideração que, nesse horário, todos estão de volta dos seus afazeres e reunidos nos grupos de amigos, o rádio passa, assim, a ser um elo de ligação e de encontro para outras partilhas (Barros e Camará, 2005: 40). Independentemente da participação da comunidade na produção, edição e apresentação de programas, também é um espaço que entendemos como de potencial protagonismo juvenil, ou seja, um espaço de

5 As línguas citadas são, na realidade, dialetos, mas que neste artigo optei por chamar de línguas.

contestação política e liberdade de expressão, elementos importantíssimos para pensar a democracia e seus processos num determinado país.

No seu trabalho sobre participação política juvenil em contextos de suspensão da democracia, Miguel de Barros, sociólogo Guineense, afirma que a comunicação social em geral, e particularmente as rádios comunitárias, desempenhou papel importante na ampliação dos espaços de contestação política.

Miguel de Barros (2012: 172-173) estudou a articulação da música *rap* e a utilização das rádios comunitárias na cidade de Bissau como forma de visibilizar as denúncias e a reivindicação social e política por parte dos jovens. Para esse autor, as ações de alguns setores da sociedade civil, no caso sindicatos, igreja, organização não governamental, comunicação social e associações comunitárias, “contribuíram de forma decisiva quer para o ensaio à democracia, quer na promoção do desenvolvimento, no combate às desigualdades sociais e na melhoria das condições de vida das populações” (Koudawo, 2000, apud Barros, 2012: 172-173).

Neste sentido, as rádios tiveram papel indispensável nesse processo. Uma novidade que Miguel de Barros aborda é com relação aos programas radiofônicos dedicados ao *rap*⁶, a utilização de linguagem Calão nas músicas dos jovens e também suas participações nos programas radiofônicos.

Para Barros,

[...] estes aproveitavam as entrevistas no programa para fazer as suas gravações com mimica, batendo palmas e batucando na mesa. Tal fato fez com que o mercado de venda de beats abrisse as suas portas no país, fato que teve como corolário o desencorajamento de playback como meio de produção de música rap, em particular da música juvenil no capital (Barros, 2012: 174).

Um programa de mesmo caráter da promoção dos jovens foi iniciado na Rádio Jovem, de iniciativa de Rede Nacional de Associações Juvenis (RENAJ). Trata-se de uma iniciativa que, segundo Barros (2012: 176), é de dar corpo às dinâmicas de participação dos jovens para a conscientização perante os problemas e necessidades sociais. Para ele, “o propósito da rádio foi dar eco às vozes dos jovens e estimular a criatividade juvenil, bem como a promoção da mobilização dos jovens através do associativismo” (Barros, 2012: 176).

6 Um exemplo é o programa Rap Rapperus, o primeiro programa radiofônico dedicado à música *rap*, que começou a ser emitido em junho de 1996 nas antenas da rádio Pindjiguiti, na cidade de Bissau.

Destaca-se um dos programas da grelha de programação da Rádio Jovem, a “Ondas Culturais”, emitido de segunda-feira à sexta-feira, das 14h às 16h, em crioulo.

De acordo com Barros,

O programa trouxe novos talentos e valores da música jovem feita pelos guineenses, apresentou os seus currículos, deu-lhes espaço para entrevistas em direto, abriu linha telefônica para que estes dialoguem com os ouvintes, criou um top semanal/mensal/anual das músicas mais rodadas e ainda mobilizou-se para premiar os melhores músicos jovens da nova geração guineense, tudo isso aconteceu numa perspectiva voluntária, feita por jovens animadores que nunca antes tinham passado pelas escolas de jornalismo ou comunicação social (Barros, 2012: 176).

O que podemos perceber a partir dessa citação é que a “Ondas Culturais” contribuiu em encorajar a produção de músicas, como também para que a opinião pública e política começasse a observar e produzir um discurso público por parte, principalmente, dos jovens, mas não só daqueles que vão para as rádios, mas também do público ouvinte, por permitir que dialoguem via telefone celular. Esse aspecto é muito importante no sentido de que a rádio pode proporcionar esse diálogo na produção de opinião pública de pessoas que tem poucos meios e espaços para se expor sobre problemas do seu cotidiano.

Estabelecer esse diálogo conceitual e empírico a partir da canalização de ações, tanto das comunidades no sentido geral como da juventude de forma específica, para com as rádios comunitárias na análise da democratização, para nós, é de grande importância no contexto em que a Guiné-Bissau se encontra, contexto esse de instabilidades políticas, corrupção, tráfico de drogas e outros problemas sociais. Para tanto, é necessário compreender a democracia a partir do cotidiano das comunidades e das formas de participação nos assuntos dos seus interesses, o que se possibilita através das rádios comunitárias.

Na pesquisa realizada na Tabanca (aldeia) de Kandjadja⁷, sobre democratização, o pesquisador Lars Rudebeck (2001: 94) discutiu com a população local o que era para eles a democracia.

Em suas palavras, Rudebeck afirma:

[...] uma reunião em Kandjadja, em março de 1996, onde se discutiu comigo o significado para as populações locais da democracia recém-instituída. A

7 Kandjadja é uma aldeia na seção administrativa de Mansaba, na região Oio, Norte da Guiné-Bissau.

reunião tinha sido organizada pela RADI. Todos participaram vivamente nos debates, velhos e jovens, homens e mulheres. Um homem idoso referiu que o conceito de democracia era difícil de traduzir para mandinga. Ele é o interprete que traduzia de mandinga, chegaram a acordo de que a expressão mais próxima a que se podia chegar em português ou em crioulo era: “buscar a felicidade” (Rudebeck, 2001: 94).

Na sua interpretação, essa definição estava apontando para a “dignidade humana, justiça, e esforços comuns no sentido de obtenção de objetivos comuns”. Essa definição é importante na distinção da democracia como forma de governo com outras formas de democracia existentes. Neste sentido, esse entendimento sobre a democracia nos parece muito pertinente para aquilo que é a proposta da nossa pesquisa, que vai além da forma hegemônica de concessão da democracia, além das rádios comunitárias como ferramentas de comunicação que dão visibilidade a essa diversidade de entendimentos e ações das populações na divulgação de notícias, em que o receptor pode emitir e transmitir as informações.

5 - Considerações finais

Neste trabalho, propusemos-nos a estudar o processo de democratização da sociedade guineense. Encontramos nas rádios comunitárias, ou seja, na comunicação comunitária um espaço de praxe de movimentos sociais muito importantes para aquilo que é o objetivo da pesquisa, por ser um espaço de canalização e articulação das demandas das populações.

Percebemos, a partir desta pesquisa, que, nas rádios comunitárias, há a possibilidade de visualizar as pequenas ações de diferentes comunidades e de diferentes movimentos sociais dentro das comunidades, que lutam diariamente pela busca da melhoria das condições de vida, e trabalham para que realmente existam alternativas na forma de resolução de problemas sociais. Essas questões nos colocam perante um grande desafio enquanto pesquisadores: o de poder identificar essas pequenas ações de movimentos sociais e outros que estão empenhados nessa luta, e pensar na forma de canalizá-las e lhes dar maior visibilidade.

O interesse por essa temática surgiu na vontade de aprofundar o conhecimento interdisciplinar (comunicação social e sociologia), no sentido de entender qual o papel desta ferramenta de comunicação para a participação dos cidadãos nos espaços de contestação pública. Entende-se que as experiências das rádios comunitárias envolvem situações concretas e oferecem o campo fértil da observação das dimensões da diversidade étnica e cultural, que justificam

um olhar da coesão social nessas comunidades e, sobretudo, o estado da democracia e sua consolidação.

Com a grande diversidade étnica e cultural que a Guiné-Bissau apresenta, percebe-se que ela é sujeita a desafios da democratização da sociedade; a rádio comunitária nos parece um espaço muito importante para superar este desafio, além de que permite a compreensão sobre a participação cívica das populações, o estado da democracia e a defesa da identidade e da coesão social.

Referenciais:

- AUGEL, Johannes; CARDOSO, Carlos. *Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios: transição na Guiné-Bissau*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1996.
- AVRITZER, Leonardo. Cultura política, atores sociais e democratização: uma crítica às teorias da transição para a democracia. *Revista Brasileira de Ciências*, São Paulo, v. 10, edição 28, 1995.
- BARROS, Miguel de; CAMARÁ, Fátima Tchumá. Rádios comunitárias e processos de recriação da cidadania ativa na Guiné-Bissau: sentidos de pertença, direito à voz e apropriação do espaço. E-Book'IS, Media Freedom and Right to Information in Africa, p. 31-44, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.iscte-iul.pt/bits-tream/10071/9403/1/n1a03.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2021.
- BARROS, Miguel de. Participação política juvenil em contexto de suspensão democrática: a música rap na Guiné-Bissau. 2012, pp. 169-200. Disponível em: <<file:///C:/Users/galvi/Downloads/900-Texto%20do%20artigo-2272-2-10-20201215.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2021.
- BUSSOTTI, Luca. Plano Estratégico para as Rádios Comunitárias de Guiné-Bissau. Programa de Reforço de Capacidades dos Media Rádios Comunitárias. PAANE – Programa de Apoio aos Actores Não Estatais “*Nó Pintcha Pa Dizinvovimentu*”, Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação Internacional e das Comunidades, 2014.
- CARDOSO, Carlos. A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil. AUGEL, Johannes; CARDOSO, Carlos. *Transição Democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios*. Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa – INEP, Coleção Kacu Martel, v. 10, 1996.
- FLORIAN, Diogo Pablos; SANTOS, Boaventura de Souza; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 2002. (Resenha). *Conexão Política – Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPI*, v. 3, n. 1, 2014, pp. 109-115.

- Disponível em: <<https://ojs.ufpi.br/index.php/conexaopolitica/article/download/3557/2041>>. Acesso em: 30 set. 2021.
- LOPES, António Soares; SOARES, T. T. Os Media na Guiné-Bissau. Bissau, Edições Corubal, 2015.
- PAULA, Patrícia. Rádios Comunitárias: “Voz di Povo”. A experiência africana: os casos da Guiné-Bissau e Moçambique. Lisboa: Modernidades y Media, 2010. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2246/3/CIEA7_26_PAULA_R%C3%A1dios%20Comunit%C3%A1rias.pdf>. Acesso em: 30 set. 2021.
- PERUZZO, Cíclia M. Krohling. Comunicação nos Movimentos Sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos. Contemporânea Comunicação e Cultura, vol. 11, nº 1, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneapcom/article/view/6980/6087>> Acesso em: 30 set. 2021.
- PERUZZO, Cíclia M. Krohling. *Relações públicas, movimentos populares e transformação social*. São Paulo: INTERCOM – Revista Brasileira de Comunicação, v. XVI, n. 2, julho/dezembro 1993. Disponível em: <<http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/828>>. Acesso em: 30 set. 2021.
- PERUZZO, Cíclia M. Krohling. Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou”. *Matrizes*, São Paulo, v. 7, n. 2, 2013, pp. 73-93. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/69407/71976>> Acesso em: 30 set. 2021.
- RUDEBECK, Lars. *Democratização na aldeia = “mudança”*. In: Colapso e reconstrução política na Guiné-Bissau 1998-2000. Uppsala, The Nordic Institute, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENDES, José Manuel. (Org.). *Demodiversidade: Imaginar Novas Possibilidades Democráticas*. 1. ed. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2018. (Epistemologias do Sul).
- SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. pp. 39-82. In: SANTOS, Boaventura de Souza. (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.
- TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. *Sociedade Civil e Democratização na Guiné-Bissau, 1994-2006*. Dissertação de mestrado, Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

FONTES consultados

A RENARC: endereço eletrônico http://renarc.adbissau.org/?page_id=4

Recebido em: 20/06/2020

Aprovado em: 06/03/2021



Como citar este artigo:

INDJAI, Mamadú e SILVA, Igor Monteiro. Comunicação no processo de democratização da sociedade: estudo sobre as rádios comunitárias na Guiné-Bissau. *Contemporânea* – *Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 3, set. - dez. 2021, pp. 1087-1101





O significado de bem-estar para a Comunidade de Terreiro do Ylê de Oxalá

Adriangela Cabral Silva¹

Everson Jaques Vargas²

Luiz Felipe Barboza Lacerda³

Sueli Angelita Silva⁴

Adevanir Aparecida Pinheiro⁵

Inácio José Spohr⁶

Resumo: O artigo analisa como se produz bem-estar, através da experiência de aplicação dos Indicadores de Bem-estar para Povos Tradicionais (IBPT) no Centro de Umbanda *Ylê de Oxalá*. Os IBPT são uma metodologia socioambiental que se contrapõe aos macroindicadores, buscando avaliar de maneira

- 1 Liderança religiosa do Terreiro tradicional Ylê de Oxalá – Graduada em Direito – FEEVALE – Novo Hamburgo – Brasil – adriangela.cabral@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0002-5733-5368>
- 2 UNISINOS – São Leopoldo – Brasil – everson.jaques@hotmail.com – <https://orcid.org/0000-0001-7117-8445>
- 3 UNICAP – Recife/OLMA – Brasil – olma@jesuitasbrasil.org.br – <https://orcid.org/0000-0002-3571-5474>
- 4 NEABI – UNISINOS – São Leopoldo – Brasil – sangelita@unisinos.br – <https://orcid.org/0000-0002-1340-4528>
- 5 NEABI – UNISINOS – São Leopoldo – Brasil – adevanir@unisinos.br – <https://orcid.org/0000-0001-9940-4029>
- 6 UNISINOS – São Leopoldo – Brasil – inaciospohr-sj@hotmail.com – <https://orcid.org/0000-0001-5222-0126>

profunda a qualidade de vida de povos a partir de suas características específicas e autodeclaradas. O estudo nos guia por um breve relato da história da Umbanda e das religiões de matrizes africanas no Brasil, no Rio Grande do Sul e em São Leopoldo, desvelando seus desafios e suas conquistas a partir do levantamento dos elementos basilares do que significa bem-estar em uma comunidade de Terreiro.

Palavras-Chave: Indicadores; Bem-estar; Povos Tradicionais.

The Meaning of Well-Being for the Community of Terreiro do Ylê de Oxalá

Abstract: *The article analyzes how welfare is produced through the experience of applying the Welfare Indicators for Traditional Peoples (IBPT) in the Umbanda Center “Ylê de Oxalá. The IBPT is a socio-environmental methodology that contrasts with macro indicators, which tries to evaluate more deeply the life quality of specific people. The study guides us through a brief account of the history of Umbanda and the African-born religions in Brazil, Rio Grande do Sul and São Leopoldo, revealing its challenges and achievements by surveying the basics of what well-being means in a Terreiro community.*

Keywords: *Metrics; Well-being; Traditional People.*

El significado del bienestar para la Comunidad Terreiro do Ylê de Oxalá

Resumen: El artículo analiza cómo se produce el bienestar, a través de la experiencia de aplicar los Indicadores de Bienestar de los Pueblos Tradicionales (IBPT) en el Centro Umbanda Ylê de Oxalá. El IBPT es una metodología socioambiental que se opone a los macro indicadores, que busca evaluar en profundidad la calidad de vida de las personas en función de sus características específicas y auto declaradas. El estudio nos guía a través de un breve relato de la historia de Umbanda y las religiones de origen africana en Brasil, Rio Grande do Sul y São Leopoldo, desvelando sus desafíos y sus logros a partir del relevamiento de los elementos básicos de lo que significa el bienestar en una comunidad de Terreiro.

Palabras clave: Indicadores; Bienestar; Pueblos tradicionales.

INTRODUÇÃO

O histórico do contato dos povos tradicionais com a cultura europeia colonial registra diversas formas de violências, dominações, mortificações culturais, étnicas e espirituais, no passado e nos dias atuais. Ao longo do tempo, enquanto estratégia de resiliência e resistência, esses povos produziram estratégias de enfrentamento destas injustiças, consolidando dispositivos que subsidiam, pela via da construção coletiva, possíveis indicadores de qualidade de vida. Observados adequadamente, tais indicadores podem subsidiar políticas públicas afirmativas que auxiliem na proteção destes povos, suas culturas, suas cosmovisões e seus direitos fundamentais (Lacerda, 2016).

Contudo, ao revisarmos metodologicamente os indicadores produzidos e utilizados pelos mais variados órgãos de apoio, controle ou investimentos nacionais⁷ e internacionais⁸ junto a estas populações, percebemos que se mostram ineficazes para a compreensão fidedigna e justa da realidade específica dos povos tradicionais na América Latina (Ibidem). Os Indicadores de Desenvolvimento Humano (IDH), para citar um exemplo, estruturam-se sob sub-indicadores sociais e econômicos alheios as especificidades regionais, esquadrinhando diferentes culturas, arbitrariamente, em uma percepção pré-concebida de desenvolvimento, qualidade de vida e bem-estar.

Sob essa percepção, desencadearam-se significativas pressões por parte das organizações representativas dos povos tradicionais junto a estes organismos globais, fomentando, por exemplo, a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas (ONU, 2009)⁹, o Pacto de Pedregal¹⁰ e o Decreto n. 4887/03¹¹ sobre a

7 Sobre os macroindicadores nacionais, citamos como exemplo os estudos do IBGE, IPEA, FGV. Todas essas bases cartográficas da população brasileira não contemplam as singularidades dos povos tradicionais, pois são construídas para obter um levantamento de dados médios de grupos e subgrupos homogeneizantes, necessitando de ajustes fundamentais nas suas coletas e procedimentos. Para mais informações referentes aos determinantes sociais e suas implicações em saúde, em contraponto aos grandes indicadores, temos o importante estudo de: BUSS, Paulo Marchiori e PELLEGRINI FILHO, Alberto. A saúde e seus determinantes sociais. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, abril 2007, pp. 77-93.

8 Temos como campo de análise os indicadores internacionais elaborados pelo Banco Mundial e OCDE, ambos balizados por macroindicadores que não dão conta sozinhos da cartografia territorial, econômica, sociocultural e espiritual dos povos tradicionais brasileiros. Mais informações em: KRONEMBERGER, Denise Maria Penna. Os desafios da construção dos indicadores ODS globais. *Cienc. Culto.*, São Paulo, v. 71, n. 1, janeiro 2019, pp. 40-45.

9 Mais informações em: Declaração das Nações Unidas sobre os Povos Indígenas: perguntas e respostas. 2. ed. Rio de Janeiro, UNIC, Brasília, UNESCO, 2009 (80).

10 O Pacto de Pedregal foi firmado após a reunião de consolidação de algumas providências sobre os direitos dos povos indígenas. Em 1993 foi consolidado o ano Internacional dos Povos Indígenas. Disponível em: <<http://www.nacionmulticultural.unam.mx/pactopedregal/>>. Acesso em: 9 set. 2021.

11 Para um aprofundamento da questão. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/458204.pdf>>. Acesso em: 9 set. 2021.

demarcação destes territórios, etno educação, entre outras perspectivas culturalmente centradas (Vargas et al., 2018; 2019).

No bolo dessas conquistas, iluminadas pelo direito universal das populações tradicionais constituírem seus próprios marcadores de qualidade de vida, muitas iniciativas se estruturam por todo o globo, e os Indicadores de Bem-Estar para Povos Tradicionais (IBPT) é uma delas. Os IBPT estão alicerçados na soberania dos povos tradicionais em seus próprios territórios, admitindo que qualquer intervenção política, acadêmica ou social deva obrigatoriamente considerar de maneira basilar suas cosmovisões, valores e culturas como parte primordial desde os planejamentos iniciais até às avaliações finais (Lacerda, 2016).

Em meio à ótica dos povos tradicionais aqui analisados, o bem-estar se encontra na homeostase entre a intervenção do povo e o meio onde intervém. “Portanto, um conceito de condições espirituais e materiais de harmonia com a natureza que acaba por gerar uma série de acordos comunitários, comportamentos e percepções voltadas a certo estilo de vida” (Vargas et al., 2019).

Este dispositivo socioambiental se apoia em cinco capacidades escolhidas a partir das narrativas dos próprios povos tradicionais. Essas cinco capacidades se subdividem em dezenove indicadores sociais, econômicos, culturais, ambientais e espirituais, os quais, distribuídos em perguntas metodológicas, possibilitam-nos a construção conceitual do significado de bem-estar para aquela comunidade, naquele dado momento, a saber:

1. *Capacidade de Controle Coletivo do Território*: expressa-se como indicador o potencial de governabilidade sobre o território; avalia existência de assembleias, lideranças, associações, reuniões e processos decisórios.
2. *Capacidade de Agenciamento Cultural Autônomo*: possui como indicadores o potencial de áreas com recursos naturais, os processos de conflitos e sobreposições de terras, potencial de áreas cultiváveis, densidade e fluxo populacional, processos de autorreconhecimento étnico, realização e participação em atividades culturais como: festas e rituais, manifestações concretas e explícitas de línguas maternas e o envolvimento com o grau de escolaridade vinculada ao ensino formal.
3. *Capacidade de Garantir Segurança Alimentar e Saúde*: avalia-se o grau de diversidade dos alimentos produzidos e consumidos, a existência e incidência de tabus culturais frente à diversidade alimentar existente, meios de aquisição dos alimentos, grãos e sementes, transformação e armazenamento de alimentos, além de indicadores referentes à desnutrição.

4. *Capacidade de Construir um Ambiente Tranquilo*: mensura sobre o exercício da territorialidade através de normas e regras comuns, o detalhamento dos processos decisórios e as estratégias de enfrentamentos de possíveis conflitos internos e externos, assim como os desdobramentos referentes aos contratempos ocasionados pelas diferenças culturais.
5. *Capacidade de Autocuidado e Reprodução*: analisado a partir de indicadores referentes ao acesso à água potável, ao saneamento básico, ao destino adequado de resíduos, à cobertura de saúde ofertada pela medicina formal e à medicina tradicionais, número de pessoas nestas duas perspectivas medicinais que podem auxiliar no combate a doenças, assim como à amplitude do apoio e assistência à gestão e ao parto (Acosta e Lacerda, 2017).

Esta ferramenta metodológica vem sendo aplicada e aperfeiçoada no Brasil em conjunto com diversos povos tradicionais – povos indígenas e ribeirinhos –, principalmente através do Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida (OLMA) e seus múltiplos parceiros que compõem a Rede de Promoção da Justiça Socioambiental. Na Colômbia, por sua vez, quem tem se dedicado à aplicação e aperfeiçoamento dos IBPT é o SINCHI – Instituto de Investigações Amazônicas. Enquanto que, no Peru, tais ações estão a cargo do Instituto de Investigação da Amazônia Peruana (IIAP).

Cada vez mais, o trabalho coordenado entre pesquisadores destes três países, em conjunto com uma significativa diversidade de povos tradicionais, mostra o potencial destes indicadores tanto no campo dos estudos comparativos – maior eficiência e aderência dos sujeitos frente a outros sistemas e métricas – assim como no maior nível de assertividade de políticas e projetos que, com isto, embasam-se em elementos mais fidedignos da realidade específica.

A iniciativa da aplicação dos IBPT que expressamos nesse trabalho faz referência a uma destas parcerias em território brasileiro entre OLMA e o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (NEABI – UNISINOS), aliados aos líderes religiosos de Terreiro¹² de Umbanda e de matrizes africanas da cidade de São Leopoldo (RS). Neste estudo, trazemos, portanto, uma investigação aprofundada da história da Umbanda no Brasil, no Rio Grande do Sul, em São Leopoldo, e mais precisamente nas práticas religiosas realizadas no Terreiro Ylê de Oxalá.

12 Ao longo da pesquisa, utilizaremos as nomenclaturas: Terreiro, Ylê, Templo religioso, Casa de religião, Casa e Centro religioso. Todas elas são verbalizadas e utilizadas pela liderança religiosa ao se referir ao território sagrado.

PERCURSO METODOLÓGICO

A proposta já explicitada deste artigo apresenta as construções teórico-metodológicas do estudo sobre a aplicação dos IBPT em comunidades de religiões de matriz africana no sul do Brasil. Para sua aplicabilidade, nosso percurso foi constituído pelas seguintes etapas: *formulação de acordos de cooperação entre instituições, incursões de campo por parte da equipe técnica com reuniões de apresentações e construções da proposta de pesquisa com as lideranças tradicionais, assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, instrumentalização de pesquisadores com a proposta metodológica socioambiental, ajuste e adaptação do questionário de perguntas metodológicas com as lideranças do povo específico, agendamento das reuniões para entrevistas e tabulações, transcrição das entrevistas, sistematização, classificação e análise dos resultados, diálogos prévios e definitivos com as lideranças sobre estes resultados, construção do artigo da experiência compartilhada com o povo, programa de formação com as lideranças tradicionais para a aplicação periódica dos IBPT com o seu próprio povo em seu próprio território.*¹³

Para que leitores e leitoras possam observar a ficha metodológica empregada na pesquisa, trazemos a tabela a seguir com um destes exemplos: cada uma das cinco capacidades é composta por uma série de indicadores. Esses indicadores, por sua vez, são investigados através de uma série de perguntas metodológicas adaptadas e construídas com as próprias lideranças locais, a respeito de sua cultura e seu território. Veja este caso, já adaptado para nosso estudo em foco:

CAPACIDADE	INDICADORES	Perguntas Metodológicas
1.Capacidade de Controle Coletivo do Território	Potencial de Governabilidade no Terreiro	Você reconhece quem e quantas são as autoridades em seu Terreiro?
		Em ordem de importância, poderia descrevê-las?
		Que relação existe entre cada uma delas?
		Como são elegidas estas autoridades e por quanto tempo?
		Quais são os principais desafios para um bom controle do Terreiro?

13 Estes processos são demonstrados de maneira mais profunda na cartilha de instrumentação realizada por: Vargas, Everson Jaques. *Indicadores de Bem-Estar para Povos Tradicionais (IBPT)*. / Everson Jaques Vargas, Luiz Felipe Lacerda. São Leopoldo, Casa Leiria, 2019.

Quadro 1: Exemplo de parte do questionário utilizado na aplicação da metodologia, contendo capacidades, indicadores e perguntas metodológicas (Vargas et al., 2018, 2019).

Após a aplicação do questionário, as respostas são transcritas e analisadas dentro do dispositivo nomeado de Indicador de Bem-Estar para Povos de Terreiro (IBPT). Cada indicador traz consigo, definições, valências e pertinências trabalhadas conjuntamente com as lideranças. A seguir, o exemplo no quadro 2:

CAPACIDADE COLETIVA SOBRE O TERRITÓRIO

Indicador	Potencial de governabilidade nos territórios tradicionais (Terreiro)
Definição	Refere-se aos modos de governabilidade que existem para o controle social e político dos territórios tradicionais e correspondem às categorias fundamentais de autoridades que circulam dentro do Terreiro.
Pertinência	As hierarquias elementares de governo próprio e intercultural nas comunidades tradicionais remontam um dispositivo fundamental de desenvolvimento humano autônomo nos territórios; conforme um modelo de governo e governabilidade que garantem o controle social, político e ambiental nos Terreiros.
Unidade de medida	Número (N°)

Fórmula Matemática:	<p>$TATR_{ijk} = CCl_{ijk} + GCl_{ijk} + AT_{ijk} + AAT_{ijk}$, com:</p> <p>$i = 1, 2, \dots, A$ (autoridades)</p> <p>$J = 1, 2, \dots, R$ (comunidade/comunidade)</p> <p>$k = 1, 2, \dots, A$ (anos, quinquênio).</p> <p>Onde:</p> <p>$TATR_{ijk}$ = Total de Autoridades Tradicionais próprias e Interculturais (i), na comunidade (j), no ano (k).</p> <p>CCl_{ijk} = Total de sacerdotes ou líderes (i), em uma comunidade (j), no ano (k).</p> <p>GCl_{ijk} = Total de governadores tradicionais (i), em uma comunidade (j), em um ano (k).</p> <p>AT_{ijk} = Total de Associações ou organizações comunitárias tradicionais (i), dentro de uma comunidade (j), em um ano (k).</p> <p>AAT_{ijk} = Total Assembleias de Autoridades Tradicionais (i), em uma comunidade (j), no ano (k).</p>
Valor do Indicador	Total de autoridades*
Linha Base de aplicação do Indicador	Descrição da resposta da liderança ao indicador*
Interpretação	A Interpretação é retirada da resposta das lideranças e dos dados levantados*

Quadro 2: Dispositivo utilizado na análise dos dados e informações obtidas pelas perguntas metodológicas.

Ao finalizarmos a análise e interpretações dos dados imprimindo sobre eles essas formulações, ingressamos para a última etapa, que é a construção do artigo científico; essa produção é mais uma vez realizada em conjunto com os povos tradicionais, compartilhando a escrita com as lideranças.

No caso do Terreiro Ylê de Oxalá (São Leopoldo – RS), o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi assinado pela sacerdotisa no ano de 2017 e nos estendemos com a pesquisa neste Terreiro até o ano de 2019.

Como plano metodológico, obtenção de informações e coleta de dados, utilizamos de técnicas etnográficas mencionadas por Bairrão (2005: 05), como

observação-participante, gravações com celular e câmeras digitais, incursão de campo, diário e fotos, além de trabalharmos em conjunto com a liderança religiosa na construção dos acordos de pesquisa e entrevistas, realizações de assembleias de divulgação do trabalho com sua comunidade, participação de cerimônias religiosas e festas do Terreiro, eventos de reivindicações sociais, caminhadas, formação dos líderes religiosos para aplicação do questionário metodológico.

INDICADORES DE BEM – ESTAR PARA POVOS TRADICIONAIS: O CASO DO YLÊ DE OXALÁ

O Ylê de Oxalá é um Terreiro de Linha Cruzada situado no município de São Leopoldo, no bairro Santa Teresa, Rio Grande do Sul, inaugurado em 2002 por Adriângela Cabral da Silva, sua sacerdotisa. A liderança religiosa pertence a uma conhecida família de umbandistas da região, tendo um vasto conhecimento das práticas religiosas oriundas das suas aprendizagens espirituais e ancestrais.

Ela nos ensina que, dentro do Terreiro, existe a liderança da Casa como a autoridade espiritual, política e administrativa, orientada pelo auxílio das entidades religiosas. Na linha sucessória de hierarquias internas, seguem os tamboreiros¹⁴ e depois os filhos da Casa. A ascensão dos membros a funções de maior responsabilidade é concedida pelo mérito, dedicação e principalmente pelo tempo de doação à religião.

Segundo a liderança espiritual, o “Tempo é posto, aqui na Casa de religião, não adianta o filho chegar hoje na Casa e querer ser Sacerdote, Pai de Santo; os membros devem aprender os princípios da caridade, do companheirismo e da fraternidade, antes de tudo”.

Apesar de princípios bem definidos, quando avaliamos elementos estruturais do Terreiro, evidenciam-se algumas fragilidades estruturais, por exemplo, a região onde se encontra a Casa é considerada pelo poder público como uma ocupação popular irregular. Assim, o município justifica a sua ausência e nega assistência às pessoas que estão residindo no local, que sofrem com a falta de acesso à água potável, energia elétrica, asfalto e saneamento básico.

Nos arredores do Terreiro, há algumas áreas verdes, sítios e fazendas, todas contendo moradias e seus respectivos proprietários. Existe um córrego que se encontra próximo do Templo religioso, mas sem condições para o consumo e impróprio para banho. Percebe-se que a área do Ylê é bastante ampla,

14 Músico e catalisador dos rituais de Umbanda. Dispõe de uma atribuição crucial em uma sessão religiosa; potencializa através dos seus toques, cantos, entre outros a firmeza da vinda das entidades ao mundo.

possibilitando aos religiosos, no futuro, expandir o seu território construído, criando outras estratégias de conservação e investimentos no espaço. Mesmo com uma área total de aproximadamente 70m², o Terreiro não possui lavras de alimentos, ervas e plantas, nem criação de animais; sendo assim, o comércio local se responsabiliza por distribuir e abastecer essa demanda alimentícia dos integrantes da Casa.

Esse cenário deflagra a sujeição do Templo religioso com o comércio local, gerando uma dependência financeira entre o fazer religião e o modo mercantil de compra (Prandi, 2004). Entretanto, a Casa de religião não tem como perspectiva a obtenção de alimentos a partir do plantio e cultivo, apesar de dispor de espaço para pequenas plantações e criações de pequenos animais.

O indicador referente à *Capacidade Coletiva sobre o Território*, item primordial para a análise dos IBPT, divide-se sobre dois eixos: o primeiro se atém a compreender a dimensão da organização coletiva do centro religioso e outro se preocupa com a estrutura local onde o Terreiro está situado. Se, por um lado, a vulnerabilidade sobre a Capacidade de Controle Coletivo do Território está na ausência do Estado e nos problemas de infraestrutura básica que geram consequências negativas, por outro, o processo organizativo do Terreiro se consolida através de uma liderança forte, que detém extenso conhecimento ancestral, legitimado por uma autoridade reconhecida e conquistada.

Por sua vez, mesmo com o imóvel considerado irregular pelo poder público, o indicador referente aos conflitos territoriais aponta que existem poucas obstruções e restrições, assim como nenhum tipo de sobreposição física sobre o Terreiro. No entanto, as sobreposições existentes transitam pela ótica discursiva, exercendo uma forte pressão às práticas religiosas do Terreiro.

Os conflitos territoriais não se manifestam por disputas pelo espaço físico, mas pela intolerância religiosa¹⁵. Notadamente, os maiores entraves estão situados nas práticas espirituais do Terreiro e nas discriminações exercidas por uma parcela de moradores locais ligados às igrejas neopentecostais. Segundo a autoridade do Templo religioso, “as cerimônias serão seguras quando os órgãos responsáveis pela segurança pública da cidade exercer um policiamento ostensivo na região, não obstante, os conflitos com a comunidade local continuarão acontecendo”.

Para além dos conflitos existentes, outro indicador importante se refere à densidade populacional da comunidade tradicional. Quando avaliamos o crescimento e a manutenção dos membros da Casa de religião durante os últimos

15 NOGUEIRA, Sidnei. *Intolerância religiosa* [livro eletrônico]. São Paulo, Sueli Carneiro, Pólen, 2020.

anos, tomamos consciência de que, no ano de 2017, havia 22 membros. Esse número, segundo a sacerdotisa, mantém-se há três anos. Como afirma a líder religiosa, “apesar dos desafios estruturais que temos aqui e desses conflitos com parte da população, as pessoas não deixam a Casa porque gostam do modo como fazemos as coisas aqui dentro”.

Percebe-se que o Terreiro dispõe de estabilidade nos vínculos religiosos entre seus integrantes, mantendo uma variação simétrica de público ao longo dos três últimos anos. Esse dado nos permite compreender a importância da condução desempenhada pela sacerdotisa da Casa e de suas divindades, consolidando amplamente os laços afetivos.

A diversidade religiosa também está presente dentro do Ylê e transita entre diferentes saberes africanos, indígenas, espíritas e católicos – linha cruzada. Por um lado, trabalha-se com a Nação de Oyó, regida pelo Pai Oxalá; por outro, pela Umbanda, regida pela Mãe Iansã; e ainda, a Quimbanda orientada pela entidade Maria Padilha das Almas. Diante dessas diferentes práticas, cabe à liderança espiritual responsável pela gestão do Templo se utilizar de sua sabedoria ancestral aprendida e da orientação disponibilizada pelas entidades espirituais em prol da gestão equilibrada e harmoniosa entre tais forças. Cada linha ou corrente é trabalhada em um dia específico, com hábitos alimentares próprios, práticas corpóreas singulares, guias de proteção, roupas e afirmações linguísticas peculiares em cada uma destas manifestações.

Chama a atenção entre os frequentadores do Ylê que grande parte assume os hábitos umbandistas de maneira cotidiana, nas formas de se vestir e falar. Todo esse aparato distingue criteriosamente os religiosos da população local, acentuando, por vezes, as problemáticas interpessoais dentro da sociedade leopoldense. Diante de tantas situações difamatórias, os religiosos buscam o reconhecimento da sua prática cultural via Estado e sociedade, lutando para enfrentar as tensões estabelecidas historicamente sobre a Umbanda¹⁶, Nação e a Quimbanda.

As festas são oportunidades estratégicas de propagar a cultura, os costumes e dar visibilidade à religião que não pretende mais se esconder. O Templo religioso dispõe de um vasto calendário de atividades, contendo festividades nas três linhas da religião. No dia 02 de fevereiro, é realizada a festa de mãe Iemanjá; no dia 26 de setembro, é tocado o batuque do pai Oxalá; no dia 02 de novembro,

16 Para um aprofundamento da questão, vide: ROCHA, Matheus Barbosa da e SEVERO, Ana Kalliny de Sousa e FELIX-SILVA, Antônio Vladimir. “BATUCA LÁ, QUE EU BATUCO CÁ”: Os terreiros de umbanda e suas conjunturas sociais. *Psicol. Soc.* [online], 2019.

é realizada a festa da Maria Padilha das Almas; e no 15 de outubro, realiza-se a festa da mãe Iansã. Ademais, respeitando o calendário religioso, são comemorados os dias dos orixás, batendo tambor para saudá-los e fazendo as homenagens em caráter de pequenas festas. Além disso, o Templo religioso comemora datas celebrativas nacionais, religiosas e culturais.

Nas festas, o Ylê recebe em média quatro vezes mais pessoas do que em dias habituais. O grande exemplo é a festividade de mãe Iemanjá ou Nossa Senhora dos Navegantes¹⁷, na praia, onde a comemoração é realizada com outros Terreiros do estado e região metropolitana.

Ao analisar outro importante indicador, que se refere à utilização das oralidades ancestrais nas práticas religiosas da Casa de religião, não se pode confirmar que as variações linguísticas utilizadas pelos médiuns em transe são dialetos ancestrais herdados pelas entidades na sua performance na corrente mediúcnica. Todavia, entende-se que a manutenção dos rituais ancestrais é um fator simbólico que reafirma uma luta histórica dos povos tradicionais brasileiros em relação à sobreposição dos signos formais hierarquicamente postos pela cultura dominante, que se afirmar proporcionando uma necropolítica sistematizada (Mbembe, 2016). Manter as expressões corporais demarcam um território fundamental para a permanência da Umbanda e das religiões de matrizes africanas no seu fortalecimento do tecido social e entre seus seguidores.

Ao averiguarmos as lutas que os religiosos do Ylê travam diariamente, deparamo-nos com os entraves educacionais, que atualmente são um dos maiores impedimentos sociais e culturais para a subjetivação das religiões de matrizes africanas no Brasil, de acordo com a líder religiosa. No bairro onde se encontra o Terreiro, estão presentes duas escolas (uma de Ensino Médio e outra de Ensino Fundamental); segundo a liderança, não se percebe a inserção das culturas afro-indígenas em seus processos pedagógicos e conteúdos curriculares, apesar da ampla cobertura do sistema de ensino formal na localidade, que abrange significativa diversidade religiosa e cultural entre as crianças e jovens assistidos. A integração da educação formal e tradicional é muito complexa para os religiosos; ela afirma a representante do Ylê, seguidamente no processo de ensino-aprendizagem do sistema formal as pessoas são condicionadas a esquecerem, ou nem aprenderem, sobre os seus conhecimentos ancestrais, sua cultura e origem, em prol de conhecimentos padronizados e eurocentrados.

17 Divindade reconhecida mundialmente por acompanhar e proteger os navegadores nas longas viagens marítimas.

As narrativas constituídas nos IBPT sobre a sistema educacional afirmam que o desamparo e a falta de produtividade cultural por parte das escolas são extensos. Neste sentido, mostra-se um quadro alarmante de desrespeito à história e às contribuições da Umbanda, da cultura africana e indígena de modo geral na sociedade leopoldense. Em nenhuma das grades curriculares das escolas da região se encontra a menção as leis n. 10.639/03, 11.635/07 e 11.645/08¹⁸, segundo a líder religiosa. Contudo, quando observamos o grau de formação educacional de cada membro da Casa, encontramos um bom nível de instrução no ensino médio e nos cursos profissionalizantes; referente à formação no ensino superior, nota-se que apenas uma pessoa possui graduação completa, reflexo da dificuldade existente no Brasil e enfrentada pelos povos tradicionais em acessar o ensino superior – grande parcela se constituiu como um espaço elitista embasado em “verdades” científicas unilaterais –, não compreendendo e excluindo todo derivativo de conhecimentos ancestrais e populares.

O conjunto de elementos anteriormente analisados nos permite refletir sobre a *Capacidade de Agenciamento Cultural Autônomo* do Terreiro. O Ylê, portanto, tem o seu processo ritualístico vivo no cotidiano dos participantes, sendo manifestado por roupas, comidas e práticas específicas para cada linha e entidade. As festividades são momentos vivos e intensos em que a espiritualidade se manifesta publicamente em plenitude, representando uma estratégia contra os embates culturais protagonizados por parcela intolerante da população local e por um sistema educacional totalmente negligente às raízes do Brasil. Ademais, mostra-se potente, articulada e pulsante a sua capacidade de autonomia cultural, mesmo frente às significativas adversidades.

A terceira capacidade relevante no conjunto dos IBPT se refere à *Capacidade de Garantir Segurança Alimentar e Saúde*. Nela, analisar-se-ão, sobretudo, os pressupostos básicos que promovem a saúde e a segurança alimentar nos territórios tradicionais, especificamente o Terreiro. No Templo religioso, são utilizadas algumas estratégias de cuidado na doutrinação e na alimentação dos médiuns e divindades¹⁹. Apesar dos diversos cuidados que se referem aos rituais e aos orixás, o Templo enfrenta desafios em relação à saúde dos seus membros,

18 Conjunto de leis que se complementam, sendo a primeira responsável pela obrigatoriedade em se trabalhar sobre a contribuição dos negros africanos na sociedade brasileira, a segunda versa sobre o amplo arsenal para se trabalhar a Intolerância Religiosa no tecido social e a terceira tematiza sobre a obrigatoriedade em se trabalhar com a produção de saber afro-indígena nas instituições públicas e privadas do Brasil.

19 Sobre a doutrinação de entidades e as estratégias de cuidado em relação a elas, vide: BERGO, Renata Silva. QUANDO O SANTO CHAMA: O terreiro de umbanda como contexto de aprendizagem na prática. Faculdade de Educação. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

pois, como já referido, está situado em uma ocupação popular entendida pelo poder público como irregular, não possuindo saneamento básico, nem ações efetivas de saúde propostas pelo estado e/ou município.

Entre os membros do Ylê, encontramos dois religiosos que possuem hipertensão e três religiosos que expressam o hábito de fumar tabaco. Frente ao número geral de participantes, é de fato pequena a parcela que relata algum problema ou desafio no campo da saúde. Contudo, há uma preocupação significativa com as práticas das pessoas em transe durante os rituais, principalmente no que se refere ao uso de tabaco e comidas específicas. Adriângela afirma que, quando um médium começa seu processo de incorporação, ou mesmo quando a presença daquela entidade espiritual é nova no plano terrestre, é necessário doutrinar os espíritos, caboclos, preto-velhos e ibejis para que eles respeitem a saúde do médium e utilizem os alimentos que lhes são ofertados de maneira adequada.

Sobre as restrições alimentícias, existem alguns pratos que não devem ser consumidos pelo povo de Terreiro. Esses são: arroz com galinha, merengue e moranga. Tais alimentos não podem compor a alimentação dos religiosos por restrições da doutrina. Entre os alimentos disponíveis e utilizados com frequência na cultura local, esses impeditivos religiosos atingem aproximadamente 17,6% da variedade total. Isto significa que, do total de alimentos consumidos pelo povo de Terreiro, os religiosos podem consumir 82,4% deles. A canjica branca, pipoca, arroz de leite, batata doce assada e frita, acarajé e o pinhão são os alimentos mais utilizados e mais consumidos em suas práticas religiosas.

Ao analisar a *Capacidade de Garantir Segurança Alimentar e Saúde*, percebemos que a dependência do mercado alimentar acarreta em algumas vulnerabilidades relacionadas à necessidade de recursos financeiros e à substituição de subsídios naturais pela inserção dos bens industrializados em larga escala. Isso se torna problemático e complexo quando o comerciante da região, que realiza a venda dos insumos necessários para os rituais, faz parte do grupo de pessoas que propagam a intolerância e o racismo religioso em suas localidades (Hoshino e Chueiri, 2019). Compreende-se que a estabilidade de oferta do mercado de alimentos traz consigo a estabilização no acesso a suprimentos, ausentando os consumidores das intempéries pelas quais passam os produtores que cultivam os seus próprios alimentos, por exemplo, correndo riscos de perda da plantação e da alimentação com as mudanças climáticas, infestação de pragas e entre outros fenômenos naturais.

A terceira capacidade observada ao longo da aplicação dos IBPT se refere à *Capacidade de Construir um Ambiente Tranquilo para se viver*, recorremos uma vez mais, mas de maneira detalhada aos conflitos existentes no território, mais

precisamente nas imediações do Terreiro. No caso do Ylê em questão, quando ocorrem os conflitos, esses são mediados pela liderança religiosa através de um processo de discernimento e decisão embasado na espiritualidade, ancestralidade e oralidade.

Como já salientamos em outra parte deste texto, o primeiro conflito está relacionado à intolerância religiosa por parte da vizinhança que, ao longo dos cerimoniais, desfere atos violentos contra o Templo religioso e seus adeptos, como atear fogo ao lado do Centro religioso, com o intuito de atrapalhar o culto, e atirar pedras em cima do telhado. Outro conflito está relacionado ao abandono do poder público da sociedade local; por não possuir perspectiva de regulamentação do local onde o Terreiro está situado, os religiosos se sentem constantemente desamparados pelo Estado naquilo que se relaciona com seus direitos fundamentais como cidadãos.

O próximo fator conflitivo demonstra a dificuldade que os religiosos encontram ao deixarem o seu local de culto com as vestimentas e adereços religiosos. Segundo a líder religiosa, todos possuem muito medo de serem hostilizados por uma parcela da população local no contexto de São Leopoldo. Mesmo encontrando pouco espaço de escuta e acolhimento de suas demandas, os representantes do Templo seguem recorrendo às autoridades públicas quando enfrentam tais desafios externos.

Por sua vez, os conflitos internos, são resolvidos pela sacerdotisa, que procura enfatizar os princípios de fraternidade e acolhimento pregados pela Umbanda. Mãe Adriângela – como é conhecida em seu povo –, relata que, nas poucas vezes em que ocorreram desafios neste sentido, referiam-se a membros da Casa que ainda não haviam assimilado esses princípios doutrinários, estabelecendo relações de competição embasadas no ego e na inveja. Todavia, a liderança religiosa compreende que isso faz parte do desenvolvimento espiritual de cada pessoa; portanto, devem ser acolhidos e trabalhados dentro da humildade e da irmandade que prega a doutrina religiosa.

Desta forma, ao analisarmos a Capacidade de Construir um Ambiente Tranquilo, compreendemos que os alicerces resolutivos das demandas internas e externas se conectam diretamente com a líder religiosa e, quando as situações ultrapassam suas capacidades decisórias, demanda-se auxílio de recursos externos. Igualmente, observamos a existência de um ambiente tranquilo dentro do Terreiro, o qual, quando perde sua harmonia, é prontamente restituída pela prática decisória da autoridade reconhecida pelos religiosos e espíritos, embasada em preceitos comuns e espirituais.

Por fim, a *Capacidade de Autocuidado e Reprodução* nos proporciona explorar os modos pelos quais são desempenhados os cuidados do povo de Terreiro frente à medicina tradicional e a medicina formal. Percebe-se que o Terreiro possui um preparo físico/espiritual para lidar com as mais complexas problemáticas humanas (Silva, 2007). No que se relaciona ao modo de enfrentar as doenças com a medicina tradicional (espiritual), quem se apresenta para o tratamento de possíveis patologias é a sacerdotisa da Casa de religião e as divindades que *vem ao mundo*²⁰ através dela.

Existe uma concepção interdependente entre a saúde física, espiritual e emocional na compreensão da medicina tradicional protagonizada pela Umbanda. Assim, as estratégias e ferramentas de cura são inúmeras e variam de acordo com as próprias possibilidades de intervenção das entidades recebidas para o trabalho nestas três dimensões. Por sua vez, existem determinados tipos de doenças ou situações em que o Ylê não acolhe a responsabilidade de tratar e/ou curar as pessoas que ali buscam auxílio. Nesses casos, o serviço da medicina formal é realizado pela Unidade Básica de Saúde (UBS), que fica distante do Terreiro e da comunidade local.

Os religiosos reconhecem a importância da terapêutica formal e orientam as pessoas que busquem auxílio e que continuem efetuando o tratamento adequado no serviço de saúde público ou privado; contudo, sinalizam as pessoas que não percam a sua fé no tratamento tradicional. A hipertensão, depressão, ansiedade e infecções sexualmente transmissíveis estão entre as principais problemáticas das pessoas nesta região.

Constata-se, de fato, que existe uma grande conciliação entre as práticas de cuidado utilizadas pela medicina tradicional e pela medicina formal. Muitos tratamentos são compartilhados entre os dois saberes. A medicina tradicional se utiliza de conhecimentos amplos das ervas e plantas, benzimentos, passes espirituais e os tratamentos com alopáticos; já a medicina formal recorre aos atendimentos baseados em evidências e especializados com a rede intersetorial, atenção primária e secundária em saúde.

Percebemos, através dos relatos daqueles que recorrem às diferentes terapêuticas e são religiosos na Casa, que as pessoas possuem na sua cognição a classificação das doenças ou cuidados que são referentes à busca de tratamento no posto de saúde ou aqueles em que podem recorrer ao Terreiro. Relatam ainda que, no caminho inverso à complementaridade da medicina tradicional – espiritual –, em relação à medicina formal, o respeito também acontece, pois,

20 Expressão utilizada pela liderança para definir o plano carnal em que vivemos.

quando os religiosos comentam nos postos de saúde que se dirigirão ao Terreiro para receber um banho de ervas, realizar um passe ou receber algum procedimento espiritual relacionado à saúde, na maioria dos casos, são bem acolhidos, ou pelo menos respeitados pelos profissionais que os atendem.

Por fim, especificamente sobre a assistência ao parto – um dos indicadores de referência que compõem a Capacidade de Cuidado e Reprodução –, não existem parteiras no Terreiro. Apesar das parteiras serem figuras históricas dentro das Casas de religião, informam os participantes da pesquisa que, com a universalização do pré-natal ofertado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), desde a morte da bisavó da liderança religiosa, os cuidados com o parto, vacinas e registros são realizados no sistema formal de saúde. No entanto, o Ylê oferece cuidados complementares que são realizadas antes e depois do trabalho de parto, como o benzimento das roupas da gestante, a segurança em volta da barriga²¹, os banhos de ervas, entre outras atividades importantes para as práticas de cuidado na religião (Mello e Oliveira, 2013).

Todos estes elementos específicos do Ylê de Oxalá, seus desafios, lutas e conquistas não são alienados de uma profunda história colonial de escravidão ou branqueamento das populações negras no Brasil que, hoje percebemos cada vez mais, alicerçam um racismo estrutural arraigado em toda nossa sociedade (Pinheiro, 2013; Almeida, 2018; Ribeiro, 2017).

Nesse sentido, para uma efetiva compreensão do caso estudado, mostra-se imprescindível, no mínimo, uma síntese histórica das religiões de matriz africana no Brasil, em especial para nosso caso, da Umbanda.

VESTÍGIOS DA HISTÓRIA UMBANDISTA NO BRASIL, NO RIO GRANDE DO SUL E EM SÃO LEOPOLDO

A Umbanda se constituiu enquanto matriz religiosa a partir do ano de 1908 no Rio de Janeiro, expressando-se em uma Casa Espírita do município de São Gonçalo. “Assim, o Caboclo das Sete Encruzilhadas veio ao mundo pelo médium Zélio Fernandino de Moraes, na época com 17 anos. A partir de então, a Umbanda se consolidou como religião em muitas Casas do estado do Rio de Janeiro” (Haag, 2011: 02). A partir da década de 1920 e 1930, com o apoio de parte da classe média intelectual, a Umbanda se cristalizou no discurso e no imaginário social daquela sociedade, mantendo aspirações de ser uma representação legítima da

21 Conjunto de rituais envolvendo orações, benzimentos e aclamações às entidades, que tem a finalidade de auxiliar a gestante, no plano espiritual, durante a gestação e na hora do parto.

mestiçagem brasileira, fator que se aglutinou com a proposta de país trazida pelo expoente intelectual Gilberto Freyre²² e a consolidação do Estado Novo²³.

Condensada com a proposta de um Brasil democrático e inclusivo entre as raças, superando o estigma e o problema do negro e dos indígenas na sociedade urbana, a Umbanda se apresenta como religião que representaria a harmonia identitária brasileira. Para esse aparato social-religioso funcionar, faz-se necessária a análise do tecido social que estava sendo costurado pelo Estado Novo, estabelecendo a proposta de uma identidade nacional mestiça, em que negros, brancos e indígenas conviveriam harmoniosamente em prol do desenvolvimento industrial como modelo produtivo do país em resposta à ordem econômica mundial (Oliveira, 2007: 92).

Ao adentrarmos no ano de 1941, ocorreu o primeiro Congresso Nacional de Umbanda com participação de um grande número de religiosos, principalmente advindos de São Paulo e do Rio Grande do Sul (Brown, 1985). O congresso teve como objetivo socializar as crenças umbandistas e afastar os estigmas que tomavam força na sociedade brasileira, aliando a Umbanda à Macumba carioca e o Candomblé baiano (Haag, 2011; Vargas et al., 2019).

“Limpar” a religião nascente de seus elementos mais comprometidos com a tradição iniciática secreta e sacrificial é tomar por modelo o kardecismo, capaz de expressar ideais e valores da nova sociedade republicana, ali na sua capital. Os passos decisivos foram a adoção da língua vernácula, a simplificação da iniciação, com a eliminação quase total do sacrifício de sangue, iniciação que ganha, ao estilo kardecista, características de aprendizado mediúnico público, o desenvolvimento do médium. Mantém-se o rito cantado e dançado dos candomblés, bem como um panteão simplificado de orixás, já porém, havia muitos anos sincretizados com santos católicos, reproduzindo-se, por tanto, um calendário litúrgico que segue o da igreja católica, publicizando-se as festas ao compasso deste calendário (Prandi, 1990: 07-08).

22 Professor, sociólogo e antropólogo nascido em 1900 e falecido em 1987. Responsável pela propagação literária e social do conceito de democracia racial estabelecido dentro do berço subjetivo da sociedade brasileira na década de 30.

23 Período político em que o Brasil foi governado pelo presidente Getúlio Vargas em um Golpe de Estado com a participação de parcela da população e os militares. Mais informações em: CODATO, Adriano. Estado Novo no Brasil: Um Estudo da Dinâmica das Elites Políticas Regionais em Contexto Autoritário. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 2, 2015.

Em suma, visto que as cosmovisões das religiões africanas e indígenas eram comumente associadas à feitiçaria, desejava-se o desaparecimento de alguns rituais que alarmavam as concepções sobre religiosidade de parte da população brasileira, constituída predominantemente por setores católicos e conservadores (Rodrigues, 1935; Bastide citado em Negrão, 1993).

Nos meados dos anos 50, no Rio de Janeiro, constitui-se institucionalmente as conhecidas federações de Umbanda que operavam em âmbitos locais, estaduais e federais, buscando a centralização das práticas religiosas permeadas pelo espiritismo; no entanto, o crescimento destes órgãos impôs a criação de federações que lutavam para aglutinar as práticas africanas e ameríndias à Umbanda. Em meio à construção das federações, muitas investidas de silenciamento advindas da igreja católica representada pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foram realizadas, algo que tornou a Umbanda sua inimiga estratégica, junto com outras religiões que, segundo a CNBB, estavam deslocando os seus fiéis. Neste contexto, também dentro da instituição umbandista, as relações conflituosas estavam latentes, algo que mostrava o antagonismo que habitava os religiosos da época; a política institucional partidária se mostrava um instrumento de luta pelo direito a ter voz nas tribunas locais e regionais, integrando a política à religião de maneira aberta (Brown, 1985: 26-27).

Ao avançarmos no contexto da década de 60, conseguia-se vislumbrar a disseminação da religião em todos os estados da nação. Apesar das suas disputas internas, a Umbanda passava a ganhar um corpo macropolítico consistente, enraizando-se no seio da cultura brasileira. A matriz religiosa ganhava cada vez mais adeptos, principalmente nas periferias das metrópoles, onde muitas vezes os sermões confessionais não construíam sentidos vivenciais nem acolhiam as demandas daquele segmento social. Nos anos de 1970 a 1980, já se evidenciava um crescimento nas estatísticas nacionais referentes aos seguidores da religião. O Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) deflagrava uma população total de 20 milhões de umbandistas no início de 1980.

Ao ingressarmos na década de 80, como contra fluxo à popularidade umbandista, acentuam-se dentro das igrejas católicas os movimentos carismáticos e surgem com destaque no cenário nacional as religiões pentecostais e neopentecostais. Rapidamente, o cenário religioso brasileiro entrou em polarização, pois eram incompatíveis às concepções religiosas vinculadas à ideia da salvação e de conversão a um único Deus, face às concepções vinculadas à reencarnação, possessões e transe, orquestradas por dezenas de entidades espirituais trazidas pela Umbanda, espiritismo, religiões de matrizes africanas e indígenas (Santos, 2012). Neste cenário polarizado, fecundou-se as gêneses da intolerância

religiosa que conhecemos no tecido do Brasil atual, que criminaliza os adeptos da Umbanda e a estigmatiza enquanto expressão religiosa de uma parcela da sociedade brasileira, representada em grande parte por negros, mestiços e brancos empobrecidos.

A história da Umbanda no Brasil, a qual aqui apenas se delineou por alguns cenários, nasce, portanto, como contraponto às concepções religiosas dominantes na sociedade brasileira do Século XIX e XX, ganhando capilaridade entre as populações em parte excluídas ou incompreendidas pela racionalidade hegemônica eclesial, sendo rapidamente criminalizada e estereotipada, atribuindo às manifestações específicas de determinadas raças e classes sociais. Apesar disso, segue crescendo o número de pessoas que se autodeclaram umbandistas. De acordo com o IBGE, estima-se que a população brasileira em 2017 ultrapassou os 207,7 milhões de habitantes e que 588,797 mil pessoas são adeptas às religiões de matrizes africanas e Umbanda, dado que resulta em 0,37% da população brasileira (0,05% acima do censo anterior), sendo a sétima religião mais citada entre as pesquisas.

Passemos então para a compreensão deste fenômeno em território gaúcho. O estado do Rio Grande do Sul (RS), situado no extremo sul do Brasil, possui aproximadamente 11.322.895 habitantes; dentre estes, identificam-se enquanto umbandistas, candomblecistas e/ou batuqueiros 157.599 pessoas, isto é, 1,3% da população gaúcha. A instigante percepção de que a porcentagem nesse estado se encontra praticamente quatro vezes acima da média nacional, segundo o Censo Demográfico de 2010, coloca o Rio Grande do Sul como importante caso a ser estudado, quando tratamos da religiosidade umbandistas e africanistas.

Seria de fato um ambiente propício e seguro para expressões de diferentes crenças religiosas? Mesmo sendo um estado reconhecido como o berço da colonização italiana e alemã no Brasil? A influência das religiões e culturas de matrizes africanas possui uma vertente mais significativa do que aquelas atribuídas nos livros de história dominante da cultura sulista em nosso país (Pinheiro et al., 2015). As referências teóricas apresentam uma hipótese importante para esse fato, conforme Bastide citado em Negrão (1993: 12). Neste território, o sincretismo com as práticas religiosas católicas teria ocorrido de maneira mais harmônica, criando um canal mais fluido para disseminação da Umbanda e do Batuque no estado.

Em solo gaúcho, a prática do Batuque se tornou um dispositivo social, criado pelos negros escravizados em busca do fortalecimento dos seus orixás²⁴, seus laços ancestrais, orais e espirituais com a própria África. Ao discorrer sobre os principais nomes que proporcionaram a construção do que é atualmente conhecido como Batuque gaúcho, logo se destaca a figura do Príncipe Custódio de Xapanã²⁵ e sua família, que foram responsáveis, segundo alguns religiosos participantes desta pesquisa, pela inserção de algumas práticas ritualísticas²⁶ da religião no estado do extremo sul do país.

Ao seguir o pensamento de Côrrea (2006), o Batuque gaúcho teve fortes contribuições da Macumba carioca e do Candomblé baiano. Assim, criou-se um campo de reformulações das práticas religiosas e aproximações ritualísticas com outras vertentes das religiões afro-brasileiras, transformando-se na religião que conhecemos atualmente (Bastide, 1971). Ao analisarmos a construção da Umbanda no estado, utilizou-se como estratégia de adesão social um lugar conciliatório do catolicismo, espiritismo e o Batuque, equilibrando as relações através da suavização e/ou negação de alguns rituais de matriz africana que geravam repulsa social pelo estigma da intolerância religiosa no estado (Côrrea, 2006).

Em 1926, constituiu-se publicamente a primeira tenda de Umbanda no Rio Grande do Sul, fundada pelo senhor Otacílio Charão²⁷ na cidade de Rio Grande, no extremo sul do estado; chamava-se Centro Espírita Reino de São Jorge (CER-SJ) e adotava os eixos fundantes da Umbanda no Brasil, sendo eles: caridade, fraternidade, união e a disciplina dos seus adeptos (Birman, 1983: 09-20).

Outro importante local na história da Umbanda no estado foi a Congregação dos Franciscanos Espíritas de Umbanda, fundada pelo senhor Laudelino de Souza Gomes em Porto Alegre no ano de 1932. Este local é reconhecido como o 2º Centro mais antigo do estado e honrado por aprontar muitos sacerdotes, sacerdotisas da capital e região metropolitana (Vargas et al., 2019: 14).

24 Divindades que alicerçam a crença dos religiosos, cada orixá possui os seus atributos e seu modo de atuar no mundo. São eles: Exu ou Bará, Ogun, Oya, Xangô, Odé e Otim, Ossanha, Obá, Xapanã, Oxum, Yemanjá e Oxalá.

25 Oriundo de uma família imperial de Daomé (atual Benin) do final do Século XIX, mais precisamente em 1897, que veio ao Brasil por um acordo político feito com a coroa inglesa.

26 Entende-se que a organização do ritual religioso, o toque do tambor, o uso de ervas, a conjuração da memória coletiva aos africanos empobrecidos e a utilização da Casa de religião para a caridade estão entre as principais contribuições do príncipe Custódio em solo gaúcho.

27 Otacílio Charão é um personagem histórico natural de Santa Maria (RS). Fundou o Centro Espírita Reino de São Jorge, que foi registrado em cartório em 1932. Para mais informações. Disponível em: <<https://registrosdeumbanda.wordpress.com/2010/09/02/a-provavel-tenda-de-umbanda-mais-antiga-do-rs/>>. Acesso em: 9 set. 2021.

A Umbanda, ao longo da sua formação no estado, formulou-se enquanto instituição religiosa que visava à diferenciação em alguns elementos das demais religiões de matrizes africanas e indígenas; no entanto, esse afastamento gerou um importante conflito entre os Centros religiosos vinculados às práticas kardecistas “brancas” e os Centros que se mesclavam com as práticas ameríndias e africanas. Como produção destes conflitos internos, emergem os Centros que utilizam as práticas religiosas mescladas, com a chamada Linha Cruzada, que significa a coexistência no mesmo Terreiro das práticas do Batuque/Nação, da Umbanda e da Quimbanda em dias específicos e distintos de acordo o calendário religioso. Essa correlação religiosa transforma os Terreiros adeptos à Linha Cruzada em territórios que mantêm a cultura ancestral e tradicional africana – Nação –, em consonância com outras práticas religiosas.

A Linha Cruzada contempla, no mínimo, três *linhas* (ou *lados*): o *Batuque* e/ou a *Nação* (Orixás), a *Umbanda* (Caboclos/as, Pretos-Velhos, Crianças, *Ibejis*) e a *Gira* e/ou *Quimbanda* (Exus, Pomba giras, Povo do Oriente, *Povo Cigano*). Cada uma delas possui seus rituais diferentes que se conectam (ou não) com as outras diferenças de cada *lado*. Existem, portanto, Orixás do Batuque, Santos Católicos, Caboclos, Pretos-Velhos, elementos ameríndios, africanos e do Kardecismo, entidades do *Povo da Rua* e do *Povo do Oriente*, entre vários outros (Andrade; Mello; Holanda, 2015: 23).

Ao construir esse breve histórico da Umbanda no estado do Rio Grande do Sul, objetivamos demonstrar como essa religião se fundou e se capilarizou com a religião dos orixás – Batuque –, da mesma maneira que, historicamente, foi gestada dos saberes indígenas, da religião cristã e do espiritismo em tempos póstumos à escravidão. Assim, conquistou tamanha notoriedade e se transversalizou em muitos Terreiros do estado.

Por fim, neste universo sulista e colonial, a cidade de São Leopoldo está situada a 32 km de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, e faz fronteira com os municípios de Estância Velha, Novo Hamburgo, Sapucaia do Sul, Portão e Gravataí (Vargas et al., 2018). São Leopoldo possui 214 mil habitantes, segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2010. O município é conhecido como o berço da colonização alemã no estado, onde desembarcaram 39 pessoas oriundas da Alemanha no dia 25 de julho de 1824²⁸. Atualmente, essa data é fes-

28 Disponível em: <http://www.jornalvs.com.br/_conteudo/2014/07/noticias/regiao/66746-o-desembarque-dos-primeiros-imigrantes-alemaes-no-brasil.html>. Acesso em: 9 set. 2021.

tejada com o São Leopoldo Fest²⁹, evento expoente da forte influência alemã na comunidade leopoldense.

Desta parcela de pessoas oriundas da Alemanha que desembarcaram na Feitoria do Linho-Cânhamo³⁰, 33 delas se autodeclaravam evangélicas e 6 pessoas expressavam a fé católica. Através do incentivo estatal para a chegada dos imigrantes, o contexto sociocultural mudou completamente, tornando a cidade conhecida como referência da cultura eurocêntrica ainda nos dias de hoje (Follmann e Pinheiro, 2011: 07).

Seguindo o pensamento de Follmann (Ibidem), São Leopoldo dispõe de um modo multifacetado de experimentações religiosas, imbricações adquiridas ao longo das relações religiosas experimentadas no meio urbano. Os números obtidos no Censo do IBGE de 2010 ressaltam que a grande parcela da população leopoldense se autodeclara católica (66%), enquanto 12% da população se autodeclara luterana e/ou anglicana, 12% considerados pentecostais e neopentecostais, 4,5% da população se autodeclara sem religião, seguidos por 2,6% que se nomeiam espíritas e 1,2% umbandistas (Vargas et al., 2018, 2019).

A partir de dados reunidos pela Associação Afro-Umbandista de São Leopoldo e pela Associação Leopoldense de Candomblé, Umbanda e Cultos Afro-brasileiros (ALCUCAB), estariam em funcionamento no município aproximadamente 468 Casas de Religião Africana (Follmann, 2015).

Em referência aos dados trazidos por Follmann (2015), o professor Inácio José Spohr (UNISINOS) apresenta um apontamento necessário: “Se cada Casa de religião mantiver 10 a 20 adeptos já se ultrapassaria, substancialmente, o número de pessoas que se autodeclararam umbandistas no Censo do IBGE de 2010 em São Leopoldo” (Vargas et al., op. cit.). A análise realizada pelo professor Inácio José Spohr abre caminho para a avaliação das contradições enfrentadas pela sociedade leopoldense ao se autodeclarar umbandista, ou a dificuldade que as estatísticas nacionais evidenciam quando visam esboçar o acesso a tais populações, gerando assim uma invisibilidade social ampla e difusa.

É sobejamente conhecido o fato de que o grupo das Religiões Afro-Brasileiras que, devido à sua herança histórica – aqui considero tão somente as existentes em São Leopoldo –, são numericamente sub-representadas, principalmente quando se trata de dados emanados dos Censos. Isso porque

29 Festa tradicional da cidade em que os hábitos vivenciais alemães são exaltados.

30 Atualmente, esse estabelecimento é nomeado como Casa do Imigrante, local onde foram abrigados anteriormente negros escravizados, indígenas e açorianos.

nem sempre os adeptos desses credos encontram condições suficientes que permitam deixar inequivocamente clara sua pertença religiosa. Com frequência marcam a opção “católica” (religião dominante e socialmente mais palatável), quando efetivamente fazem parte da Umbanda, do Batuque ou mesmo do Espiritismo³¹ (Follmann et al., 2017: 118).

Através de um apontamento crítico, Follmann et al (2017) versa que se faz necessário que os mecanismos de controle e estatísticas macro estruturantes do Estado criem dispositivos precisos que não acentuem as desigualdades já impostas socialmente. Neste universo de distorções ou incapacidades dos grandes indicadores sociais e econômicos em apreender as realidades específicas dos povos de Terreiro, encontra-se relevância fundamental em produzir iniciativas metodológicas que ofereçam outras matrizes de análise das realidades, como são os Indicadores de Bem-estar para Povos Tradicionais.

Pretos e pardos somam, portanto, 28,51% nestas casas, enquanto que os “brancos africanistas” (permita-nos que os designemos assim) perfazem 71,49%. Por conseguinte, os dados do Censo confirmam, por um lado, que a grande maioria dos que frequentam religiões afro-brasileiras é formada de brancos e que, nestas mesmas casas, pretos e pardos participam em número que supera sua representatividade real na região. E, por outro, confirmam que as religiões afro-brasileiras não são religiões só de negros, mas também não confirmam a ideia de que sejam (absolutamente) brancas³².

Essa avaliação formaliza o alcance de uma análise criteriosa sobre a Umbanda no município de São Leopoldo, onde se localiza o Ylê de Oxalá, pois perpassa pelo processo de branqueamento da racionalidade religiosa da população da cidade e as omissões de significativa parcela euro descendente da população que é adepta a esta crença.

Deste modo, visualizam-se as segregações e exclusões discursivas que visam rotular tal religião a classes sociais e raças específicas – pobres e negros –, diminuindo sua relevância no contexto cultural e espiritual de São Leopoldo, cidade que reforça, assim como o estado do Rio Grande do Sul, a referência dominante da cultura europeia.

Sob essa ótica histórica, cultural e territorial, podemos compreender em detalhe de profundidade os desafios, lutas e fragilidades relatadas pelas lideranças

31 Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/observasinos/vale/populacao/opcoes-religiosas-em-sao-leopoldo>>. Acesso em: 9 set. 2021.

32 Ibidem.

do Terreiro que apresentamos neste estudo, através da aplicabilidade dos Indicadores de Bem-Estar para Povos Tradicionais (IBPT).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo construído a partir do projeto de aplicação dos Indicadores de Bem-Estar para Povos Tradicionais (IBPT) no Ylê de Oxalá nos possibilita visualizar, através de uma lente denominada por Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (2010) como *Epistemologias do Sul*³³, os desafios enfrentados pelos povos de Terreiro de Umbanda e Linha Cruzada em todo Brasil. Esses desafios se evidenciam na polarização dos preconceitos e conclamam as Casas de religião como protagonistas das suas lutas e resistências, gerindo a manutenção das culturas ancestrais da sociedade brasileira.

Ao trabalhar especificamente com o Terreiro Ylê de Oxalá, assimilamos que as capacidades avaliadas ao longo da aplicação dos IBPT são em grande maioria positivas, demonstrando excepcionalmente algumas vulnerabilidades nos elementos referentes à estrutura física, ao reconhecimento público e à capacidade de soberania alimentar.

Ao analisar a capacidade de Construir um Ambiente Tranquilo para se viver, por exemplo, despontam potencialidades que demonstram que os religiosos possuem um vínculo forte e afetivo com a sua líder religiosa e as suas divindades, consolidando um tecido social capaz de enfrentar as adversidades supracitadas, mesmo quando se referem aos preconceitos sociais formalizadas por comportamentos de intolerância e desrespeito ao povo de Terreiro.

Por sua vez, a Capacidade de Agenciamento Cultural Autônomo se mostra como um dos pilares deste Terreiro, explicitada pela capacidade de mobilização e união cultural para as festividades e cerimoniais, construindo no meio social a oportunidade para o enfrentamento do preconceito e da intolerância por via das manifestações religiosas abertas.

Mostra-se também positiva sua Capacidade de Autocuidado e Reprodução, conciliando os saberes ancestrais da medicina tradicional e o conhecimento científico da medicina formal, ambas unindo forças em prol dos seres humanos e seu bem-estar.

33 Essa lente nos permite construir vozes múltiplas e balizadas pelas construções de saberes horizontais com os povos tradicionais, fazendo fugir das metodologias eurocentradas que separam e distinguem o sujeito e o objeto, em busca da estimada neutralidade. Por vezes, transformam-se os atores que constroem a pesquisa junto com os pesquisadores em coisas; desta forma, não se valoriza a interação e a produção de conhecimento compartilhada.

Por todos esses elementos, somos levados a apontar que bem-estar para a comunidade do Ylê de Oxalá está profundamente vinculado aos princípios da Umbanda, compartilhados entre os seus religiosos e articulados em torno da sua liderança que garante a autonomia e influência através de um processo legitimado espiritualmente frente aos demais. Através desse processo, garantem-se os laços afetivos que dão coesão a esse povo e potencializam as suas capacidades de resistir aos desafios impostos socialmente em favor da manutenção do seu modo de vida e da sua cosmovisão.

A Síntese das capacidades de bem-estar do Ylê de Oxalá pode ser analisada na Figura 1:



Figura 1: Síntese sistemática de cada capacidade avaliada após a aplicação dos Indicadores de Bem-estar para Povos Tradicionais.

Por fim, compreende-se que a consolidação e aplicação de indicadores voltados para a realidade dos povos tradicionais e substancialmente construídos a partir dos relatos e demandas das próprias comunidades atingem resultados mais satisfatórios e profundos, comparados aos resultados dos indicadores dominantes, com objetivo de captar, singularmente, as necessidades e características das comunidades tradicionais. Esse preciso exemplo expresso na síntese desta pesquisa evidencia a quantidade de peculiaridades que os macro indicadores globais, nacionais, estaduais ou municipais deixam de fora de suas análises, ao buscarem descrever os modos de vida e as demandas destas populações.

Sendo assim, seguir investindo em indicadores economicistas ou que apresentem categorizações gerais para uma população tão diversa quanto a brasileira significa reproduzir as exclusões e ausências históricas, retroalimentando as ineficiências das políticas públicas, principalmente no tocante aos povos tradicionais do Brasil. Legitima-se, neste processo, a utilização dos IBPT como estratégia de afirmação socioambiental em contraponto à manutenção do próprio racismo estrutural, da cultura colonial e da política de branqueamento trazida pela sociedade brasileira e suas instituições.

Referências:

- ACOSTA, Luis Eduardo e LACERDA, Luiz Felipe. Indicadores de Bem-estar Humano para Povos Tradicionais: o caso de uma comunidade ribeirinha na fronteira da Amazônia brasileira. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, v. 53, 2017.
- ACOSTA, Luis Eduardo e MENDOZA, Delio Hernández e DE LA CRUZ, Pablo Emilio e MURCIA, Uriel Gonzalo. *Indicadores de Bienestar Humano Indígena (IBHI). Primer reporte sobre el estado de los modos de vida y territorios de los pueblos indígenas del departamento de Amazonas. Colombia*. Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas SINCHI. 2020.
- ALMEIDA, Silvio Luiz. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte, Letramento, 2018.
- ANDRADE, João Tadeu de e MELLO, Márcio Luiz e HOLANDA, Violeta Maria de Siqueira. (Org.). *Saúde e cultura: diversidades terapêuticas e religiosas*. Fortaleza, EdUECE, 2015.
- BASTIDE, Roger. *As Religiões Africanas no Brasil*. São Paulo, EDUSP, v. 2, 1971 (371).
- BENISTE, José. *O run-Àiyé: o encontro de dois mundos: o sistema de relacionamento nagô-yorubá entre o céu e a terra*. 6. ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2008.
- BIRMAN, Patrícia. *O que é Umbanda*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- BRASIL. IBGE. *Censo Demográfico*, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 8 set. 2021.
- _____. IBGE. *Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência*. Rio de Janeiro, pp. 01-215, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 9 set. 2021.
- _____. *Lei n. 9.394*, de 20 de dezembro de 1996.
- _____. *Lei n. 10.639*, 09 de janeiro de 2003.
- _____. *Lei n. 11.635*, de 27 de dezembro de 2007.
- _____. *Lei n. 11.645*, de 10 de março de 2008.
- BAIRRÃO, José Francisco Miguel Henriques. *A escuta participante como procedimento de pesquisa do sagrado enunciante*. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 10, n. 3, 2005, pp. 441- 446.

- BERGO, Renata Silva. QUANDO O SANTO CHAMA: O terreiro de umbanda como contexto de aprendizagem na prática. Faculdade de Educação. Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- BROWN, Diana, et al. Umbanda & Política. *Cadernos do ISER* n. 18. Editora Marco Zero. Rio de Janeiro, 1985.
- BUSS, Paulo Marchiori e PELLEGRINI FILHO, Alberto. A saúde e seus determinantes sociais. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, abril 2007, pp. 77-93.
- CODATO, Adriano. Estado Novo no Brasil: Um Estudo da Dinâmica das Elites Políticas Regionais em Contexto Autoritário. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 2, 2015.
- CORRÊA, Norton Figueiredo. O Batuque Do Rio Grande Do Sul. *Antropologia De Uma Religião Afro-rio-grandense*. (2º ed.). Editora: Cultura e Arte, 2006.
- FOLLMANN, José Ivo e PINHEIRO, Adevanir Aparecida. *Afrodscendentes em São Leopoldo: memória coletiva e processos de identidade*. Ciências Sociais Unisinos 47(2):141-152, maio/agosto 2011.
- FOLLMANN, José Ivo (et al.). *Processos de identidade, relações étnico-raciais e relações religiosas*. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais; Centro de Cidadania e Ação Social; Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas; Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, Casa Leiria, 2017 (Coleção NEABI; v. 4. Refazendo laços e desatando nós).
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano. 4. ed. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1968.
- GUIMARÃES, Renato. A provável tenda de Umbanda mais antiga do RS. Disponível em: <https://registrosdeumbanda.wordpress.com/2010/09/02/a-provavel-tenda-de-umbanda-mais-antiga-do-rs/>. Acesso em: 28.12.2017.
- HAAG, Carlos. *A Força Social da Umbanda*. Pesquisa FAPESP. Outubro de 2011.
- HOSHINO, Thiago de Azevedo Pinheiro e CHUEIRI, Vera Karam de. As cores das/os cortes: uma leitura do RE 494601 a partir do racismo religioso. *Rev. Direito Práx.* [online]. 2019.
- INSTITUTO Sinchi & UEA. *Implementação de um sistema de indicadores de bem-estar humano para compreender estilos de vida e territórios dos povos tradicionais. Experiência: Amazônia colombiana e brasileira*. Instituto Amazônico de Investigaciones Científicas, Sinchi. Grupo de pesquisa Educação e Diversidade Amazônica (GPEDA)/Universidade do Estado do Amazonas (UEA) Leticia/Tabatinga. 2016.
- KRONEMBERGER, Denise Maria Penna. Os desafios da construção dos indicadores ODS globais. *Cienc. Culto.*, São Paulo, v. 71, n. 1, janeiro 2019, pp. 40-45.

- LACERDA, Luiz Felipe. Por uma Sociologia das emergências: Perspectivas de emancipatórias nos territórios de ausências amazônicas. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Unisinos, 2016.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios. Revista do ppgav/eba/ufrj*, n. 32, dezembro 2016.
- MELLO, Márcio Luiz e OLIVEIRA, Simone Santos. Saúde, religião e cultura: um diálogo a partir das práticas afro-brasileiras. *Saude soc.*, São Paulo, v. 22, n. 4, Dec. 2013, pp. 1024-1035.
- NEGRÃO, Lísias Nogueira. Umbanda: entre a cruz e a encruzilhada. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, São Paulo, v. 5, n. 1-2, 1993, pp. 113-122 (editado em nov. 1994).
- NOGUEIRA, Sidnei. Intolerância religiosa [livro eletrônico]. São Paulo, Sueli Carneiro, Pólen, 2020.
- OLIVEIRA, José Henrique Motta de. *Entre a Macumba e o Espiritismo: uma análise comparativa das estratégias de legitimação da Umbanda durante o Estado Novo* / José Henrique Motta de Oliveira, 2007.
- OMOLUBÁ. *Doutrina e práticas umbandistas: cadernos de Umbanda / Omolubá*; coordenação Diamantino Fernandes Trindade. São Paulo, Ícone, 2014.
- ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas (ONU). *Década Internacional dos Afrodescendentes*. Disponível em: <<http://decada-afro-onu.org/>>. Acesso em: 24.01.2018.
- ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas (ONU). Declaração das Nações Unidas sobre os Povos Indígenas: perguntas e respostas. 2. ed. Rio de Janeiro, UNIC, Brasília, UNESCO, 2009 (80).
- PINHEIRO, Adevanir Aparecida. A Categoria Raça nas Ciências Sociais: revisitando alguns processos políticos, sociais e culturais da história do Brasil. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 1, 2013, pp. 26-29.
- PINHEIRO, Adevanir Aparecida et al. *África e afrodescendentes no sul do Brasil: história, religião e educação*. São Leopoldo, Casa Leiria, 2015.
- PINHEIRO, Adevanir Aparecida e FOLLMANN, José Ivo et al. *Memórias reversas e a educação das relações étnico-raciais*. São Leopoldo, Casa Leiria, 2016.
- PINHEIRO, Adevanir Aparecida. *O espelho quebrado da branquidade: aspectos de um debate intelectual, acadêmico e militante*. / Adevanir Aparecida Pinheiro. São Leopoldo, Casa Leiria, 2014. v. 1. (Coleção NEABI digital: refazendo laços e desatando nós).
- PRANDI, Reginaldo. Modernidade com Feitiçaria: Candomblé e Umbanda no Brasil do Século XX. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, São Paulo, v. 2, n. 1, 1. sem. 1990, pp. 49-74.
- PRANDI, Reginaldo. *O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso*. São Paulo, 2004.

- RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte, Grupo Editorial Letramento, Justificando, 2017.
- ROCHA, Matheus Barbosa da e SEVERO, Ana Kalliny de Sousa et al. “BATUCA LÁ, QUE EU BATUCO CÁ”: Os terreiros de umbanda e suas conjunturas sociais. *Psicol. Soc. [online]*, 2019.
- RODRIGUES, Nina. *O animismo fetichista dos negros bahianos*. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1935.
- _____. *Os Africanos no Brasil*. 2. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1935.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Crítica da Razão Indolente: Contra a lógica do desperdício da experiência*. São Paulo, Cortez, 2007.
- SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria. Paula. *Epistemologias do Sul*. Porto Alegre, Cortez, 2010.
- SANTOS, Milena Cristina. *O Proselitismo religioso entre a Liberdade de expressão e o Discurso de ódio: a “Guerra santa” do Neopentecostalismo contra as Religiões afro-brasileiras*. Brasília, 2012.
- SAWAIA, Bader. *As Artimanhas de Exclusão*. Petrópolis, Vozes, 2005.
- SILVA, José Marmo da. *Religiões e Saúde: a experiência da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde*. *Saúde Soc.* São Paulo, v. 16, n. 2, 2007, pp. 171-177.
- VARGAS, Everson Jaques et al. Indicadores de Bem-estar para Povos Tradicionais (IBPT): Centro de Umbanda Xangô da Mata Virgem. *Caderno do CEAS*, v. 243, 2018, pp. 162.
- VARGAS, Everson Jaques. *Indicadores de Bem-Estar para Povos Tradicionais (IBPT)*. / Everson Jaques Vargas, Luiz Felipe Lacerda. São Leopoldo, Casa Leiria, 2019.
- VARGAS, Everson Jaques e LACERDA, Luiz Felipe Barboza et al. Indicadores de Bem-estar para Povos Tradicionais (IBPT) e o Caso das Religiões de Matriz Africana e Umbanda no Brasil. *Revista del Cisen Tramas/Maepova*, v. 7, n. 2, 2019, pp. 121-143.
- VEIGA, Cláudio Kieffer. *Comunidades africanas no Brasil: a exclusão social e a diversidade cultural do povo de terreiro e sua proteção pela OIT*. / Cláudio Kieffer Veiga. / Curitiba, Juruá, 2016. 212p.
- Recebido em: 01/06/2020
Aprovado em: 26/03/2021

Como citar este artigo:

- SILVA, Adriângela Cabral; VARGAS, Everson Jaques; LACERDA, Luiz Felipe Barboza; SILVA, Sueli Angelita; PINHEIRO, Adevanir Aparecida e SPOHR, Inácio José. O significado de bem-estar para a Comunidade de Terreiro do Ylê de Oxalá. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 3, set. - dez. 2021, pp. 1103-1132



A dádiva da salvação: analisando a passagem do tráfico para a igreja no Bairro da Penha, em Vitória – ES

Gustavo Moulin Gouvêa¹

Igor Suzano Machado²

Resumo: O presente artigo parte da teoria da dádiva, trazida às ciências sociais por Marcel Mauss e contemporaneamente reavivada pelo movimento anti-utilitarista em ciências sociais (M.A.U.S.S.), para compreender as redes de sociabilidade existentes no tráfico e nas igrejas evangélicas. Para tanto, utiliza como substrato empírico para suas conclusões as narrativas de vida pregressa como traficantes de drogas e de vida atual como sacerdotes, de pastores da Igreja Operando Deus, no Bairro da Penha, um dos bairros mais violentos de Vitória, capital do Espírito Santo.

Palavras chave: Dádiva; Tráfico; Igreja; Conversão religiosa; evangélicos.

The gift of salvation: analyzing the passage from the traffic to the church in Bairro da Penha, Vitória – ES

Abstract: *This article departs from the theory of gift, brought to the social sciences by Marcel Mauss and contemporary revived by the anti-utilitarian movement in*

1 Mestre em Ciências Sociais – UFES – googadc@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0001-6127-1873>

2 Departamento de Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFES – igorsuzano@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0003-4843-9664>

social sciences (M.A.U.S.S.), to understand the networks of sociability existing in drug traffic and evangelical churches. To do so, it uses as an empirical substrate for its conclusions the narratives of their past life as drug dealers and their current life as priests, of pastors of the Church Operando Deus, in Bairro da Penha, one of the most violent neighborhoods in Vitória, capital of Espírito Santo.

Keywords: *Gift; Traffic; Religious conversion; evangelicals.*

El don de la salvación: analizando el paso del tráfico a la iglesia en Bairro da Penha, Vitória-ES

Resumen: Este artículo parte de la teoría del don, llevada a las ciencias sociales por Marcel Mauss y revivida contemporáneamente por el movimiento anti-utilitarista en ciencias sociales (M.A.U.S.S.), para comprender las redes de sociabilidad existentes en el tráfico y en las iglesias evangélicas. Para eso, utiliza como sustrato empírico para sus conclusiones las narrativas de vidas pasadas como narcotraficantes y de la vida actual como sacerdotes, de pastores de la Iglesia Operando Deus, en Bairro da Penha, uno de los barrios más violentos de Vitória, capital de Espírito. Santo.

Palabras clave: Don; Tráfico; Conversión religiosa; Evangélicos.

Introdução

O presente artigo tem como foco a relação entre criminalidade e religião, mais especificamente em como, não obstante a importância de relações sincrônicas entre a igreja e o tráfico de drogas, a vida religiosa se apresenta como alternativa à vida no crime, tal como caracterizada pelos próprios sujeitos que vivenciam essa transformação.³ Tendo isso em vista, a intenção deste trabalho é propor uma explicação sociológica para a mudança de comportamento de ex-traficantes a partir da fé evangélica, tendo como base a interação com os símbolos de fé. A intenção é trazer a Teoria da Dádiva (ou Dom) para explicar

3 Em seus trabalhos, Vital da Cunha (2008; 2009; 2014) ilustra bem as diversas trocas e compartilhamentos que ocorrem entre “o tráfico” e “a igreja”. Não há aqui a intenção de retornar a uma perspectiva que ignora os intercâmbios entre esses dois mundos, mas apenas focar, do ponto de vista analítico, em como a ruptura entre tais mundos é construída na autopercepção dos sujeitos pesquisados. Essa dicotomia é bem relatada no trabalho de Teixeira: na sua pesquisa, ao mesmo tempo em que “bandido evangélico” aparece como uma “categoria nativa”, ele salienta que “da perspectiva do “ex-bandido” convertido ou do crente, “bandido evangélico” é algo completamente inválido” (Teixeira, 2009: 128).

como a dádiva da *salvação* é determinante para o início de uma nova história de vida por parte do ex-criminoso e como ela o empodera nessa mudança, quanto mais ele faz esta dádiva circular. A teoria será associada a um caso concreto específico: a atuação de pastores ex-trafficantes na Igreja Operando Deus, igreja evangélica localizada no Bairro da Penha, um dos bairros mais violentos da cidade de Vitória (ES).

Por meio das narrativas de vida (Bertaux, 2010) de três pastores da igreja, além do suporte de uma pesquisa sobre a circulação de dádivas no tráfico de drogas no Rio de Janeiro – cujos resultados, a nosso ver, são replicáveis à realidade capixaba estudada – iremos nos contrapor a uma análise puramente utilitarista da conversão religiosa, tratando em conjunto tanto a progressão na hierarquia da igreja quanto a prosperidade financeira e a dedicação à evangelização de outros traficantes como formas de circulação de dons e contradons que não se reduzem à escolha racional pela maximização de lucros e minimização de prejuízos, em que se baseia o utilitarismo e o paradigma da Escolha Racional da Religião.⁴

Corrêa e Vale (2017), ao analisarem a abordagem da Escolha Racional da Religião, a partir do estudo das igrejas evangélicas como empreendimentos religiosos, avaliam que esta abordagem introduz o pressuposto do comportamento maximizador do indivíduo, associado à proposição da religião como fenômeno no qual as pessoas fazem escolhas racionais. De acordo com os autores, pastores almejam conseguir recursos e mais fiéis, e seu sucesso depende de sua capacidade de atrair e gerar renda. Para obter recursos, empregam estratégias de *marketing*, convencem os fiéis de que o dinheiro vai voltar acrescido e que a prosperidade está aberta a todos. Nessa direção, moldam “produtos e serviços” às necessidades dos fiéis, lidando com especificidades do mercado e adequando mensagens, práticas e ritos às demandas e interesses do público alvo.

Ainda que não exatamente vinculado à chamada teoria da escolha racional da religião, o trabalho de Côrtes também destaca que:

as igrejas, associações, organizações [e] eventos neopentecostais parecem sugerir um deslocamento das *religiões de negação do mundo* para as *religiões de acomodação do mundo*, transmutando, através desse deslocamento, os conteúdos historicamente associados à conversão. Cada vez mais, a conversão religiosa deixa de representar um *vir-a-ser* em direção a um processo de produção de transcendência de si mesmo para induzir a um *tornar-se o que*

4 Sobre o paradigma de análise da religião que tem como base a teoria da escolha racional e a construção analítica de uma espécie de “mercado da fé”, ver as revisões bibliográficas sobre o tema produzidas por Frigerio (2000) e Mariano (2008).

se é, ou seja, um processo de produção de imanência de si mesmo através do qual a tensão diferencial entre o *ser* e o *dever ser*, o *ser empírico* e o *ser realizado* esvazia-se em grande parte de sentido. Isso se dá na medida em que emerge no campo religioso um novo modelo organizacional das igrejas evangélicas, no qual a dispersão, a diversificação, a segmentação e a flexibilização se tornam os novos veículos de arregimentação de fiéis e de expansão da ofensiva missionária (Côrtes, 2012: 189)

A perspectiva em que se baseiam os trabalhos citados não é incompatível com a que adotaremos no presente estudo e mesmo pode lhe ser complementar. Não é incompatível, pois, nessa espécie de “mercado da fé” descrito nas citações, também circulam, conforme veremos, diversos tipos de dádivas. E pode lhe ser complementar pois, enquanto, no presente trabalho, focamos a experiência de ex-traficantes que se tornaram pastores, o trabalho de Correa e Vale se baseou em dados estatísticos mais amplos e o trabalho desenvolvido por Côrtes focou sujeitos que transitaram por posições mais periféricas do chamado campo religioso (Bourdieu, 2001) – ou mesmo do campo da criminalidade urbana –, já que permitiu enxergar com mais clareza a situação não de pastores, mas de “pregadores itinerantes” e mesmo de “pregadores mendicantes” que comercializam seus testemunhos de salvação (Côrtes, 2012).

Ainda assim, entendemos que o paradigma da dádiva traz ao centro do debate algumas dimensões da conversão religiosa que perspectivas como essas não nos permitem compreender inteiramente, como é o caso da própria dimensão transcendental da religião, que não se anula com a circulação mundana de bens religiosos. Mesmo o dinheiro e a prosperidade financeira, fortemente relacionados aos empreendimentos religiosos evangélicos investigados pelos autores citados anteriormente, ganham novo significado sob a lógica da dádiva, como deixa claro o trabalho de Da Silva (2008). Segundo a autora:

O dom, como veremos, repercute-se para além do útil. Sua existência, mesmo ancorada em representação divina, é formulada pelo humano a partir de sua relação com o outro. No círculo em que ele se inscreve, funda alianças sociais que tornam característica uma experiência de comunidade. O princípio de solidariedade subjacente às ações que, a seguir, refletiremos, revela que, coletivamente, todos se dispõem a colaborar com a derrota de satanás, de espíritos malignos a impedir o sucesso, a prosperidade. A dádiva, como princípio restaurador, tanto se quer quanto se imola. Deus, representação positiva, potência superior ao demônio e sempre destinada a vencer, entra

em cena como o Outro a restituir aos fiéis a possibilidade de se adequarem ao projeto maior: viver para a oferta de um precioso dom (Da Silva, 2008: 169).

Consequentemente,

O dinheiro ofertado é dinheiro transformado. Quando aludimos à representação do dinheiro como “ferramenta de Deus”, visamos demarcar que tal representação carrega um sentido fortalecido, também, pela representação do divino como referência no imaginário coletivo da expressão religiosa da Graça. O dinheiro é uma invenção humana, mas, transformado em ferramenta de Deus, parece estar, agora, especializado numa função que transcende para a direção de objeto sagrado. Assim, pode influir, segundo a instituição que lhe confere tal ordem de valor, no jogo de interesses cotidianos de todos aqueles que expressam sua fé com profundo inconformismo material. Por conseguinte, almejam bênçãos, algo necessário à sua estabilidade social (*Ibidem*: 186).

Seguindo trilha semelhante, prosseguiremos nas próximas páginas fazendo, primeiramente, uma breve explanação teórica sobre o paradigma da dádiva (1). Em seguida, iremos nos apoiar no trabalho de Grillo (2013) para compreendermos como a circulação de dádivas opera no mundo no tráfico de drogas e violência urbana (2). Posteriormente, adentraremos nos dados recolhidos pelas entrevistas feitas com os pastores Daniel, Washington e Wadlei, da igreja evangélica Operando Deus, para melhor conhecermos suas vidas pregressas no tráfico e o caminho que os levou à conversão religiosa (3). Neste ponto, faremos uma incursão sobre o tema específico da dádiva da prosperidade financeira na vida dos pastores ex-trafficantes entrevistados (4), para, em seguida, dedicarmos-nos ao tema da salvação dos “ex-bandidos” e sua consequente obrigação de evangelização de outros criminosos, em sua nova carreira de “crente”⁵ (5). Por fim, prosseguiremos às considerações finais do artigo, ressaltando, uma vez mais, a pertinência da escolha teórica adotada, tendo em vista os esclarecimentos que ela pode trazer à nossa compreensão das dinâmicas de interação entre criminalidade e religiosidade nas periferias dos grandes centros urbanos brasileiros, de que o Bairro da Penha, onde se localiza a Igreja Operando Deus, é exemplo.

5 Apesar das designações de “bandido” e “crente” serem atravessadas por diversos tipos de preconceitos, optamos por utilizá-las, já que, conforme será visto, são usadas como categorias nativas pelos próprios entrevistados. Sobre a construção social das designações do “bandido” e do “ex-bandido”, especialmente nos meios evangélicos, ver o trabalho de Teixeira (2009).

1. Uma questão de dádiva

Segundo definição do dicionário Michaelis, “dádiva” é o “ato ou efeito de dar algo, de modo espontâneo e desinteressado; dom (...) donativo, oferta, presente (...) graça natural”. O *Ensaio sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas* (1986), de Marcel Mauss, é o estudo de caráter etnográfico, antropológico e sociológico mais antigo e importante sobre a reciprocidade, o intercâmbio e a origem antropológica do contrato. A obra discorre acerca do modo como a troca e circulação de objetos entre os grupos constrói relacionamentos entre eles, como as doações recíprocas estabelecem relações de fortes alianças, hospitalidade, proteção e assistência mútua.

Mauss definia a vida social como “um mundo de relações simbólicas”, defendendo que é da natureza da sociedade que essa se exprima simbolicamente em seus costumes e suas instituições e que as condutas individuais “normais” são elementos a partir dos quais um sistema simbólico, que só pode ser coletivo, constrói-se. Na Teoria da Dádiva de Mauss, simbolismo e solidariedade são decisivos na construção de vínculos sociais. Como explana Tarot (2002: 161), “tendo empreendido a procura das origens do contrato e da obrigação, Marcel Mauss (...) encontrou a dádiva e seu surpreendente *double-bind*, ‘você deve dar’, tão contraditório quanto a injunção: ‘seja espontâneo’”. O dom é apresentado como um fato social dotado de características fundamentais, como a obrigação. A partir da leitura etnográfica da doutrina polinésia do *mana*, do *kula* e do *potlatch*, Mauss esclarece o sistema da dádiva que os move e cuja reconstrução é permitida por eles.

(...) a dádiva já não aparece como uma sequência descontínua de atos individuais, aleatórios ou espontâneos, reservados aos sentimentos do bom coração ou ao peso das circunstâncias, mas compreende-se como momento em um sistema em que qualquer gesto de dádiva fica preso na lei inexorável da tripla obrigação: dar, aceitar e retribuir. A dádiva impõe-se aos homens, fixa soberanamente os papéis de doador e donatário, além de criar, ao metamorfoseá-los em agentes de troca, o vínculo social. A dádiva não é uma escolha, mas uma obrigação; não é apenas um fato, mas um dever; não é apenas um gesto, mas uma estrutura que contém e organiza seus elementos. Não se trata de uma parte, mas de um todo que inclui tanto os homens, quanto coisas (Tarot, 2012: 161-162).

Na dádiva, Mauss leva em conta tanto a existência de interesse, de relações econômicas, quanto a ação por desprendimento e altruísmo, concluindo que a

construção dos vínculos sociais tem como motor uma obrigação de três vias: dar, receber e retribuir. Para o autor, *a dimensão simbólica da dádiva é central na construção do vínculo, excedendo, inclusive, a dimensão utilitária e funcional do bem*, criando verdadeiras alianças entre doador e receptor. Ele, inclusive, critica o utilitarismo, considerando-o secundário na constituição da sociedade. Na compreensão de Mauss, a dinâmica da sociedade é simbólica e ambivalente, e ela é formatada como um círculo de doações, recebimentos e devoluções de bens/signos/símbolos (gestos, risos, palavras, presentes, sacrifícios, dinheiro...) entre os homens – articulação de atores e instituições sociais em uma mesma rede – e entre estes e a natureza.

Para Martins (2005: 10), a Teoria da Dádiva conecta duas perspectivas aparentemente inconciliáveis: (1) a existência de crenças coletivas que aparecem como uma obrigação moral supra-individual, valorizando o todo mais do que as partes (já que considera a sociedade como um fato social total e a dádiva como regra moral imposta à coletividade); e (2) “a experiência direta e inter-individual [que] reorganiza o sentido e a direção do bem circulante, refazendo as estruturas e funções estabelecidas”, admitindo que os membros da sociedade possuem características peculiares que escapam à obrigação moral coletiva.

Mauss se situa, também, entre os autores que contribuíram decisivamente, no século XX, para valorizar a leitura sociológica da associação, ao avançar a perspectiva de um espaço de interação baseado no risco e na liberdade dos indivíduos se relacionarem, mesmo sabendo-se que essas relações não acontecem em total liberdade, mas dentro de certos parâmetros morais definidos coletivamente. Esta valorização sociológica do princípio da associação é um requisito central para se pensar as bases de um novo paradigma nas ciências sociais que supere o que Godbout e Caillé definem como os dois paradigmas que foram centrais na modernidade ocidental: o do interesse que funda a lógica utilitarista mercantil e o da obrigação que inspirou a lógica burocrático-autoritária no século XX (*ibidem*: 12).

Martins (*Ibidem*: 29) registra que, embora o sistema da dádiva seja mais nítido nas relações interpessoais – família, amigos, vizinhos –, também se faz presente em todos os planos da vida social, mesmo nas sociabilidades secundárias, ou seja, nas relações funcionais (aparelhos políticos, econômicos e científicos) mediante uma expectativa de reciprocidade, de “confiança implícita a respeito da continuidade da relação que é alimentada subjetivamente pelas pessoas envolvidas”. É fundamental observar como o sistema da dádiva influi na

construção das práticas que suportam o funcionamento das instituições sociais, já que a confiança é um dos primeiros bens a validar a relação social. Sem a confiança, mercado, Estado, política, religião, ciência etc. não funcionariam. Na Teoria da Dádiva, portanto, os vínculos sociais consideram a coexistência de diferentes lógicas na organização social (interesse, espontaneidade, obrigação, bens...), mas são baseados na tríplice obrigação de dar, receber e retribuir. De acordo com Costa (2005: 37):

Basta considerar a obrigação “moral” da retribuição de favores, convites, elogios, presentes e gentilezas que são recebidas, bem como, no sentido negativo, o ciclo empreendido pela vingança e acertos de contas entre grupos rivais para ser constatada primariamente, a presença das dádivas em circulação; (...) A Teoria da Dádiva não fantasia a realidade social ao supor que o interesse, o cálculo e o egoísmo não existem. A Dádiva não só reconhece a existência desses aspectos, mas admite-os como integrantes de uma única realidade social. A sociedade é um fato social total e qualquer tentativa de exclusão de suas lógicas de funcionamento, resulta na mutilação dessa mesma realidade”.

Com base no exposto, a Teoria da Dádiva será usada para explicar os mecanismos que compõem o processo de conversão de um criminoso – como o eram os membros da Igreja Operando Deus, elencados para o presente trabalho – para a religião evangélica pentecostal, levando em conta as peculiaridades de suas trajetórias de vida. A nossa proposta é analisar tanto as dádivas circulantes no mundo da criminalidade em que viviam antes da conversão quanto as dádivas que começaram a circular a partir do momento da conversão, que os consolida na vida religiosa e que, inclusive, são condição de existência da Igreja Operando Deus, de suas funções e estrutura.

2. A circulação de dádivas no tráfico carioca

Em sua tese “Coisas da Vida no Crime: Tráfico e roubo em favelas cariocas”, Grillo (2013) destaca a forma social pela qual o tráfico de drogas é conhecido no Rio de Janeiro, a *facção*, e como bandidos, que sequer se conheciam anteriormente, são colocados em relação para juntos arriscarem suas vidas em uma missão, na qual nenhum deles é sequer pago para realizar. Isso se daria pela *consideração*.

O pote de ouro que lhes aguardava ao final do arco-íris não seria uma farta recompensa em dinheiro e nem mesmo a felicidade da libertação de um amigo. Ganhariam com isso apenas *consideração*. Trata-se de uma espécie

de prestígio, calculado pela estima alheia e, principalmente, a estima por parte dos traficantes mais poderosos e influentes, como os donos de morro e os seus principais gerentes (Grillo, 2013: 59).

Segundo a autora, ser escalado para participar de missões consiste no reconhecimento das habilidades guerreiras e de bravura dos criminosos e uma boa oportunidade para que eles publicamente demonstrem sua disposição (conjunção entre valentia e impiedade, considerada parte da essência do criminoso), ganhando fama e reputação nos morros comandados pela *facção*.

O “bandido” não é tão famoso pela sua disposição tanto quanto o é pela sua periculosidade ao se tornar um inimigo público, alguém que deva ser morto a qualquer custo. A *consideração* de um bandido aumenta quanto mais procurado e odiado (pela polícia, por membros de facções rivais, por membros da “sociedade civil”) ele é, quanto maior é seu valor como troféu de caça, e não como pessoa.

As dinâmicas do tráfico são geridas localmente e a organização dessas atividades comerciais é chamada de *firma* em alusão ao seu aspecto empresarial. A *firma* simula o modelo organizacional de uma empresa capitalista tomando de empréstimo a coordenação burocrática da hierarquia patrão/funcionários (usam-se termos como patrão, gerente, funcionário, plantão, equipe, carga, responsabilidade, anotações, contas e pagamento). Mas há muito mais em jogo do que drogas sendo comercializadas. Há circulação de armas, corpos, vidas, territórios e outros.

É por meio da distribuição de dádivas que os chefes do tráfico se fortalecem como *patrões*. Pelo acúmulo de riquezas e poder através das armas, eles atuam no velho estilo da patronagem brasileira tornando empregados e vizinhos dependentes das benesses por eles distribuídas segundo seus caprichos e interesses (Zaluar *apud* Grillo, 2013). A produção, reprodução e replicação das relações sociais se dá também pela composição de alianças políticas seladas pela troca de dádivas de naturezas diversas, a fim de se estabelecer a paz mínima necessária ao desenvolvimento do comércio de drogas.

Diante da constatação de que o dom é capaz de estabelecer alianças que permitem a passagem da guerra à paz ou da desconfiança à confiança, Grillo analisou como as três obrigações da dádiva – dar, receber e retribuir – fundam relações de reciprocidade e poder fundamentais para a configuração das dinâmicas do tráfico. Apesar de voluntário e aparentemente livre e gratuito, o dom é coercitivo e interessado e quem receber deve retribuí-lo. “Ao se doar, cria-se uma dupla relação de solidariedade e superioridade, instituindo-se a desigualdade entre doador e receptor, até que a dívida seja quitada por um contradom”

(*Ibidem*: 69). Existe o interesse em construir relações de poder por trás do formalismo, criando-se um campo de manobras e estratégias possíveis servindo uma gama de interesses opostos, podendo ser ao mesmo tempo ou sucessivamente um ato de generosidade ou de violência, mas de uma violência disfarçada em um gesto desinteressado, “pois ela se exerce pelo meio e sob a forma de uma partilha” (Goldelier *apud* Grillo, 2013: 70).

No interior da *firma*, portanto, as trocas promovem contratos políticos que viabilizam a produção e reprodução da formação hierárquica gerando alianças e dominação. Segundo Grillo, os *donos do morro*, os legítimos *patrões* ou *chefes do tráfico* – que normalmente estão presos ou fora de suas favelas – nomeiam um responsável para controlar o funcionamento das *bocas de fumo* em determinada área e assumir o poder sobre a resolução das disputas locais. O responsável, também chamado *frente do morro* ou *gerente geral* presta contas ao *patrão*, enviando a parte combinada do lucro da venda de drogas. Abaixo das lideranças, há a seguinte hierarquia:

A estrutura dos grupos locais do varejo de drogas foi sempre baseada no sistema de consignação de vendas, a partir do “dono” ou “gerente geral”. A mercadoria é adiantada para os subgerentes e o processo continua até os vendedores diretos, os “vapores”. O movimento de retorno do pagamento é baseado na noção de “dívida” e deve ser feito, impreterivelmente, dentro de um prazo mínimo. O não-pagamento é interpretado como “banho” (logro, furto ou falha) e o devedor, na primeira reincidência, é morto num ritual público de crueldade. O sistema de consignação articula-se, assim, a uma hierarquia mortal de “credor/devedor” (Misse *apud* Grillo, 2013: 71).

Apesar da centralidade da violência como garantia dos pagamentos, sendo o sistema de circulação de drogas subordinado a uma “economia da força” dentro da hierarquia, o emprego da violência está na maioria do tempo latente e não manifesto, constituindo a exceção. A regra é a condição das rotinas normais do tráfico, sobre as práticas que a viabilizam positivamente. Grillo pensa a *firma* como um sistema de distribuição de propriedades e responsabilidades. A favela, as *bocas*, os *preços*, as *cargas* de cada droga, tudo isso pertence a um dono e são administradas pelo *responsável* ou *gerente*. O *dono* distribui diferentes responsabilidades entre bandidos *considerados*, que passam a compartilhar dos lucros das *bocas* e *preços* que eles forem designados a *olhar*, ou seja, a gerir.

O ato de dar a um bandido uma *responsta* – como são chamadas essas responsabilidades – consiste em uma dádiva: uma concessão voluntária e

aparentemente gratuita dos direitos de exploração comercial de áreas, pontos comerciais ou cargas de drogas vendidas a um determinado preço. Esta concessão é interpretada como a atitude de *deixar forte* ou *dar uma condição*, ou seja, de oferecer a alguém uma possibilidade de enriquecimento e ascensão hierárquica. Este dom expressa o apreço e *consideração* que o *patrão* nutre com relação aos seus funcionários, elevando-os a uma posição mais próxima à de sócio. Uma mesma pessoa pode ser presenteada com mais de uma *responsa*, ganhando, por exemplo, a gerência de um morro inteiro e de uma *boca* em outra favela, ou de mais de um *preço* em uma mesma *boca* (Grillo, 2013: 72).

Grillo (2013: 74) ressalta que, ao deixar alguém *forte* por meio da concessão de uma *responsa*, o *dono* abre mão de uma parte considerável do lucro que lhe é de direito, mas ganha a fidelidade incondicional do seu funcionário/apadrinhado. Ele fortalece os laços de reciprocidade com bandidos influentes na comunidade onde quer manter a legitimidade do seu poder, mas, ao mesmo tempo demarca sua distância e superioridade com relação aos mesmos. Uma *condição* (privilégio/opportunidade de enriquecimento) desse tipo é o sonho de todo jovem bandido que entra para a *boca*, esperando pelo dia em que serão reconhecidos pelo seu empenho na *firma*, sendo presenteados com um *cargo*, podendo “ficar de *patrão*”. Segundo a autora, “os bandidos contemplados por este dom encontram-se permanentemente endividados com relação ao seu *chefe*, prestando-lhe, em contrapartida, seus corpos e sua *disposição* para qualquer tarefa ou missão que lhes for solicitada”.

Sempre que escalados para empreitadas perigosas, eles obrigatoriamente aceitam porque devem retribuir a *condição* que seu *patrão* já lhes ofereceu ou porque almejam ser retribuídos futuramente com uma *condição* que ainda não têm. Quando os donos de morro estão presos ou residem fora do morro, sobra para o *frente* a incumbência de distribuir as responsabilidades entre os demais bandidos. Ele “deixa *forte*” os bandidos que somam “várias lutas pelo crime”, avaliando o capital simbólico⁶ dos funcionários da *boca* (seu grau de *consideração*), conferindo-lhes um *cargo*, o que lhes remete a uma *responsa*.

6 Fazemos uso aqui do conceito de Bourdieu, que designa uma espécie de prestígio social que indivíduos acumulam e investem para galgar posições dentro de um campo social específico que valoriza aquelas características convertidas nesse capital. Por exemplo, no microcosmo social do campo religioso, um acúmulo desse capital simbólico por meio de conhecimento religioso, serviços prestados à igreja etc. permite ao religioso acesso a posições melhores no campo, passando de diácono a pastor, de padre a bispo etc. O mesmo pode ser dito para a “consideração” como capital simbólico dentro do campo criminoso analisado.

Os critérios que medem a *consideração* de um bandido costumam ser: a antiguidade de seu pertencimento à *boca*; o acúmulo de experiências emblemáticas da *vida no Crime* (aprisionamento, tiroteios, participação em missões, etc.); a adequação de sua *caminhada* à moralidade do *Crime*; sua popularidade entre bandidos e moradores; e a *disposição* que possui para matar ou colocar a própria vida em risco. Todas essas diferentes qualidades e estoques de experiência, a que voltarei mais adiante, convergem para compor o que se entende por *consideração* e determinam quem merece ser presenteado com uma *responso* (*Ibidem*: 75).

Por isso, a *consideração* é o capital simbólico mais importante que se pode acumular no crime. Além de ser possível conquistar a *consideração* mediante as lutas pelo crime, anos de encarceramento, trajetória criminal sem *mancadas*, estando sempre “do lado certo da vida errada”, esse capital também é adquirido conquistando o apreço de lideranças do tráfico no trato pessoal. Apesar da *consideração* ser, teoricamente, fruto da equação entre disposição e o proceder de um bandido ao longo dos anos, a hierarquia empresarial do tráfico incide sobre a distribuição desigual do prestígio, redirecionando os seus fluxos. “Bandidos que “param do lado” de seus patrões e lhes “rendem homenagem” podem ganhar cargos de gerência no tráfico e tornar-se “considerados”, a despeito de sua pouca luta” (*Ibidem*: 129).

3. Vida pregressa no tráfico e nova carreira na Igreja Operando Deus

Dinâmica semelhante à descrita no tópico anterior se observa no tráfico do Bairro da Penha, em Vitória, e as entrevistas feitas ressaltam esse caráter, de forma que o que foi apresentado anteriormente com o trabalho de Grillo se aplica ao objeto deste estudo. O pastor Daniel descreve que começou na carreira do tráfico como *escolta*, função responsável por vigiar e avisar sobre a possível chegada da polícia, através de rádio-comunicadores, fogos ou outro tipo de sinal.⁷ Por essa função também passou o pastor Wadlei, quando iniciou um comprometimento com a vida do crime. Já o pastor Washington começou em uma função que ele denomina como *mandado* – cujo papel é levar e trazer recados ao traficante responsável pelo morro. Antes de traficar, alguns deles tiveram envolvimento com roubos e furtos.

Fiquei uns oito meses ali na *escolta*. *Escolta* é aquele camarada que vigia, que fica vigiando. E quando a polícia vem, tem que avisar antes. Então fiquei

7 Esta função sofre variação de nome e também pode ser chamada de *fogueteiro*.

ali mais ou menos uns oito meses. Fui indo, fiquei... Só que trabalhava de uma maneira diferenciada, porque eu trabalhava pelo dinheiro, não trabalhava pela droga. (...) Eu ganhava o equivalente a um dia de pedreiro, eu ganhava 50 reais na época. Isso era muito dinheiro (pastor Daniel, 2018). Eu comecei a cometer pequenos furtos, a roubar, a assaltar a entrar na vida do crime. Com 16 anos eu já estava portando uma arma, assaltando, entrando dentro de supermercado, botando todo mundo no chão, entrando (...) dentro das empresas e botando todo mundo dentro do banheiro e cometendo meu primeiro delito. E ali me deram uma oferta. O diabo me ofertou o tráfico de drogas. E eu comecei a fazer favor. Porque quando você entra na vida do crime a primeira coisa que você tem que fazer é *mandado* dos outros. É como se fosse o *aviãozinho*⁸, você vai lá e dá o recado, você vai lá e leva, você vai lá e vai levar o recado ao traficante. (...) Eu comecei a esconder drogas, a guardar as armas. Ali eu estava apenas começando (pastor Washington, 2017).

Para crescer na carreira do tráfico, é preciso ganhar o que na linguagem do Bairro da Penha é chamado de *conceito*, popularmente o que chamamos de *moral*. De acordo com a tese de Grillo, os traficantes cariocas chamam de *consideração*. Essa estima é o que credenciou o pastor Washington, então conhecido como “Brown” no mundo do crime, a crescer na hierarquia e chegar a ser *gerente geral* do morro. Um fato interessante é que todos os entrevistados reconheciam o *conceito* que o pastor Washington tinha no morro, e essa fama se dava não só pelo alto cargo que chegou a ocupar na hierarquia do tráfico, mas pela sua “periculosidade”: o quanto era desejado pela polícia e a disposição que tinha para realizar roubos e outros delitos, como homicídio.

E quando você ganha moral no crime, você ganha *conceito*. Eles começam a te olhar de uma forma diferente, o menino tem *conceito*, o menino é gente boa, vamos promover ele. Você sabia que lá no tráfico as pessoas também é promovida? (...) Comecei então a traficar, comecei a ir para a boca de fumo e a traficar. Comecei a vender a cocaína, a vender a maconha, a pedra, a traficar e a cada dia que eu traficava, mais eu gostava porque o dinheiro vinha fácil. (...) E agora já não traficava mais, já gerenciava o tráfico. Aquele menino já gerenciava. Eu não ficava mais sentado no “beco” vendendo drogas,

8 O “aviãozinho” é a função na qual a pessoa leva a droga a um comprador e volta com o dinheiro para o traficante responsável pela droga. A diferença entre o “aviãozinho” e o “mandado”, citado pelo pastor Washington, é que este último, ao invés de levar drogas, leva somente a informação e realiza determinados favores para o traficante.

agora eu tinha muitas vezes que andar pelo menos uma vez no morro para saber como estava as vendas. Era o gerente da droga. Comecei a comandar, a dar ordens, a impor (pastor Washington, 2017).

Nas narrativas de vida dos pastores entrevistados, nota-se o empenho e a lealdade deles às causas da Igreja, que os permitiu estar nas posições de evangelistas, presbíteros e pastores. Ao perceber que uma pessoa que veio do mesmo meio criminal consegue mudar de vida trilhando o caminho religioso e que ainda é possível se utilizar de diversas qualidades que usava como traficante para alavancar essa nova vida – como é a questão da disposição, da sagacidade, da persuasão, da gerência e outras – esse ex-criminoso sente-se capaz e estimulado a se empenhar pelo bem da comunidade eclesial, ressignificando suas qualidades para o novo grupo social.

Os ex-traficantes gastaram muito tempo e energia em disciplinas como jejum, oração, estudo e leitura da *Palavra*, além de terem participado de diversos cursos, seminários e encontros promovidos pela Igreja Operando Deus até que chegassem no patamar no qual se encontram. E continuam participando intensamente das atividades, já que essa é a proposta da Igreja para todos os membros; aqueles de posição hierárquica maior, que detêm responsabilidades maiores, ainda têm o fardo de terem de ser exemplo para os outros. Afinal, na teoria, o *salvo* será crente até a sua morte e o seu caráter, sua identidade, nunca estará acabada aqui neste plano. As *orações*, os *jejuns*, o estudo e a leitura da *Palavra* jamais cessarão nesta vida; as *provas* continuarão a acontecer – afinal, elas são provas de que a pessoa é de fato *crente* e os *sacrifícios* vão continuar. Na Igreja Operando Deus, objeto de estudo deste artigo, esse desenvolvimento da identidade do fiel pode significar cargos de liderança – que exigem determinadas habilidades específicas, dependendo do cargo – ou mesmo uma grande influência entre os *irmãos*, ainda que em um cargo não tão notório.

Neste ponto, não há como não notar, em meio a disparidades radicais, também semelhanças nas trajetórias que compõem a “carreira” do traficante e do crente “ex-bandido”. Utilizamos o termo “carreira” (Darmon, 2008) para definir essas duas vidas, já que se trata de dois “tempos sociais” distintos, que envolveram compromisso/comprometimento, trabalho/serviço, ocupações/posições hierárquicas, processos de maturidade para o crescimento nos “empreendimentos”, tutoria, restrições sucessivas impostas pelos cargos/posições, militância para o aumento/consolidação da área de influência dos “empreendimentos” etc. nos moldes de trabalho em empresas, no caso, a empresa do tráfico e a da fé. Há ainda uma peculiaridade nos símbolos, interpretações, discursos, categorias e

significados em cada uma das carreiras que definem a identidade do “bandido” e a do “crente”.⁹ Ainda assim, da mesma forma que, na vida criminosa, o “conceito” permitia a ascensão do novo traficante nas hierarquias do tráfico, a dedicação à causa religiosa permite a ascensão do novo convertido na igreja. O depoimento do próprio pastor Daniel, da Igreja Operando Deus, deixa isso claro:

E tráfico de droga é aquilo, quanto mais coisas erradas você vai fazendo, desde que se atue na lei do tráfico (igual existe a lei de Deus, você quer crescer, você obedece a Palavra, a lei do tráfico, você quer crescer, obedece as leis do tráfico). Ali foi indo, o trabalho crescendo, desenvolvendo ali dentro, ganhando respeito, moral, fazendo tudo certinho, executando o que tinha que executar. E ali a gente foi desenvolvendo, criando um nome na favela. (...) Eu já cheguei a gerenciar uma droga, num prazo bem curto de tempo. Aquilo é exercer um papel de *gerente* do tráfico de droga, num prazo muito curto de tempo. Já fiz isso (pastor Daniel, 2018).

Nos tópicos seguintes, mergulharemos mais fundo na explicação de como essas duas trajetórias, no crime e na igreja, respondem a uma lógica comum, traduzida pela ideia da dádiva e sua lei da tripla obrigação: dar, receber e retribuir (Mauss, 1986). O que muitas vezes é explicado por uma espécie de escolha racional de tipo utilitarista passa, assim, a ser traduzida na linguagem da circulação de dons e contradons que explicam não apenas a dimensão de ganhos materiais, que poderia facilmente induzir ao erro de compreender a entrada, tanto no tráfico, quanto na igreja, como reduzidas à prosperidade financeira, mas também a “disposição” em expandir tanto a firma do tráfico, quanto o empreendimento religioso, mesmo em condições que poderiam parecer irracionais. Para tanto, mergulharemos mais fundo na atuação de pastores ex-traficantes na Igreja Operando Deus. Se, no presente tópico e no anterior, o foco se deu sobre a circulação de dádivas e ganhos materiais no tráfico, os próximos tópicos irão se debruçar sobre como isso ocorre na igreja, primeiramente quanto aos ganhos materiais, mas, depois, trazendo à tona também as obrigações de evangelização não tão facilmente explicáveis pela lógica utilitarista contra a qual a teoria da dádiva se levanta.

9 Mais uma vez, ainda que o foco do estudo repouse sobre a ruptura entre as duas carreiras, entendemos que não se pode ignorar a dimensão de continuidade que se revela no uso da carreira progressiva durante a carreira do convertido, em que tem destaque a figura do “ex-alguma coisa”, que continua a acompanhar o sujeito em sua nova carreira, como no caso de um “pastor ex-traficante”. O uso das carreiras anteriores ao mesmo tempo desprezadas, mas mobilizadas como parte integrante e central da nova carreira religiosa é bem explicitado nos trabalhos de Côrtes (2012) e Corrêa (2015).

4. A dádiva da salvação e a prosperidade na Igreja

Para os entrevistados, o tema da prosperidade, tão comumente associado a igrejas evangélicas, também é uma questão atrelada ao que aqui consideraremos a dádiva da *salvação*. A *salvação* se encaixa em todos os requisitos do que seria a dádiva de Mauss. Ela é um bem simbólico circulante que leva em conta tanto a existência do interesse quanto as ações por desprendimento e altruísmo, construindo vínculos sociais com a tripla obrigação de dar, receber e retribuir, vínculos esses que são verdadeiras alianças entre doador e receptor, formatando um círculo de doações, recebimentos e devoluções. É uma espécie de “dádiva vertical”, porque é considerada como um “dom que vem de Deus” (Efésios 2.8), um bem abstrato/simbólico que não poderia ser produzido pelo próprio ser humano, ainda que, como veremos, o ser humano a faça de alguma forma circular.

Essa dádiva explica que existe uma lógica espiritual ligada à prosperidade do *salvo*. Segundo o pastor Daniel, tudo começa com o fato de que o dinheiro, que era o “senhor” do então traficante, passa agora a ser um “servo” do crente convertido para a realização da *obra* e da *vontade de Deus*. Logo, o desprendimento, ou a “libertação” de “Mamom” (considerado o “deus do dinheiro”), que antes era senhor das vidas, é o caminho para começar a obedecer aos propósitos que Deus tem relacionados ao dinheiro e à área financeira da vida do crente da Igreja Operando Deus. Essa *libertação financeira* é um sinal de submissão e obediência a Deus e mesmo de conversão.

Entrevistador: O cara que se converteu, fez tudo certinho... Se ele não der o dízimo, isso é um sinal de não conversão?

Pastor Daniel: A Bíblia diz que não tem como você adorar a dois senhores, não tem como você adorar a Deus e a Mamom. Quem é Mamom? O deus do dinheiro. Então o camarada tava no tráfico. Então ele tinha que pagar as leis do tráfico, que era a parte do *dono* [do morro], da *responsa*. E ficar com o lucro dele, não podia ganhar nada mais. (...) O camarada se converteu. Ele foi pro tráfico por causa de que? Ele gosta de tomar tiro de polícia, ele gosta de ir preso? Ele foi pro tráfico por causa de dinheiro. (...) Dízimo não se dá, dízimo se devolve. Na Palavra de Deus se aprende isso. Se o camarada não consegue devolver o dízimo, ele tá preso em alguma coisa, ele tá preso no dinheiro. Se ele tá preso no dinheiro ele tá preso em qual senhor? Mamom, que é o deus do dinheiro. (...) Quando a pessoa vem dizimar, ela está dizendo o que: esse não é o meu deus, então eu entrego ele no altar. (...) Os homens consideram Mamom um deus, dão a própria vida por ele. (...) “Eu entrego a minha vida, mas meu carro e minha casa, não”. As pessoas

elas são apegadas nisso. (...) A gente tá aqui [na sede da Igreja Operando Deus], tem uma internet ligada aqui de 50 mega. Eu tenho que pagar. Tem uma luz ligada aqui, então eu tenho que pagar. Uma água geladinha, tenho que pagar. (...) existe um Reino do céu na Terra. Esse reino para ele andar na terra, que se move por coisas físicas, tem que ser movido com dinheiro físico. Então esse camarada ele tem que reconhecer que ele não manda mais nele, que ele é um servo de Deus, que “servo” no grego significa “escravo voluntário”... ele tem que reconhecer e se submeter àquilo. (...) Então uma das demonstrações de conversão é ele reconhecendo não que 10% é de Deus, mas tudo o que ele tem é de Deus, e ele devolve 10% porque o Senhor pediu pra ele devolver os 10%. Não só os 10%, mas como também oferta, primícias... Então tem tudo isso. Mas o dízimo é a décima parte. Quando ele tá pegando aquela décima parte e está ofertando, é um dos sinais, de que ele está obedecendo a Palavra.

A partir da *obediência financeira* na devolução dos *dízimos*, das *ofertas* e das *primícias*, abre-se caminho para a dádiva da prosperidade: o fiel *dá* o dinheiro, a igreja *recebe* e Deus *retribui*. É recorrente nos cultos ouvir de um fiel um testemunho de *bênção financeira* a partir da obediência nessa área. Igualmente, é normal o pastor desafiar a congregação a investir em determinada empreitada da Igreja Operando Deus e também fazer *revelações* na área financeira. Alguns exemplos que aconteceram nos cultos observados foram: o pastor Daniel desafiando os membros a pagarem quatro boletos de conta de luz da “Casa do Oleiro” (a casa de recuperação para dependentes químicos da Igreja) que estavam vencidos e a luz estava prestes a ser cortada, assegurando que essa atitude traria retornos espirituais e financeiros; o pastor Daniel profetizando um carro na vida do então presbítero Wadlei; os pastores encorajando a congregação a investir em uma nova filial da igreja para 300 membros na periferia de Cariacica,¹⁰ e que isso traria retornos espirituais e financeiros. O que não é *dízimo* e nem *primícias*, cujo entendimento da Igreja Operando Deus é de que são mandamentos, ou seja, que são apenas devolvidos, é tratado como oferta. E a oferta entra na lógica da *lei da sementeira*: semear para colher. Mais uma vez, o fiel *dá* o dinheiro, a igreja *recebe* e Deus *retribui*. Vale salientar que o conceito de *prosperidade financeira*, segundo o pastor Wadlei, é “ter para poder ajudar os outros”. O pastor conta casos em que a sua *fidelidade financeira*, ou mesmo um gesto de generosidade, foi retribuído.

10 Município vizinho da capital Vitória, que faz parte da região metropolitana da Grande Vitória.

Entrevistador: Existe uma lógica espiritual da prosperidade financeira?

Pastor Wadlei: Sim. Fidelidade para com Deus. Temos que ser fiel a Deus. A Bíblia diz que devemos honrar o Senhor com nossos dízimos e nossas ofertas. Então quando nós honramos ao Senhor as janelas do céu se abrem. Quem abre as janelas do céu? Deus. Mas janela você consegue abrir pelo lado de fora? Quem abre a janela é quem tá por dentro. Quem tá por dentro é Deus. Ele é o dono do ouro e da prata. Somente Ele. Só Ele. Igual... hoje na presença de Deus você não tem o que você tinha no mundo, você sabe disso. Então isso é realidade. Eu vejo pessoas que hoje poderiam estar muito bem estruturadas, mas pela infidelidade dele para com Deus, eles não conseguem adquirir. E o primeiro de tudo é a *primícia*. *Primícia* é o primeiro. Antes de você tirar o *dízimo* você tem que tirar sua *primícias*. (...) É um dia de trabalho seu, aí você vai lá e *primícia*, você honra. Honra o sacerdote com suas *primícias*. E vai pro sacerdote (pastor principal). Porque o sacerdote é um homem que tá cuidando de você, tá orando por você, tá pagando um preço por você, tá jejuando... Então o sacerdote precisa de locomover pra vir pra sua casa, pra fazer uma oração... (...) Rapaz, quer ver uma coisa que dá certo? Vou te contar uma coisa que eu fiz prova, Deus ele me mostrou. (...) Eu tava um dia no supermercado e falei assim: “eu vou comprar um sorvete pro pastor”. Aí o *Espírito Santo de Deus* falou assim: “não, você vai comprar esse sorvete para o filho do pastor”. Aí eu falei: “eu vou dar pra pastora”. E Ele falou assim: “não, você vai comprar é para o filho do pastor”. Eu falei: “amém”. (...) Aí eu peguei e comprei o sorvete, cheguei lá e dei pra os filhos do pastor. Rapaz... eles adoraram, eles amaram aquilo. Amaram aquilo. E fiquei com aquilo aí pensei “que bênção”. Aí precisava mexer no quarto da minha filha, né, comprar o porcelanato pro quarto da minha filha aqui embaixo. E pra comprar o porcelanato ia ficar mais ou menos uns R\$ 400. Fora o porcelanato, só a mão de obra. Aí veio um irmão lá de Flexal¹¹ e foi e colocou porcelanato. E aí não me falou preço e nem nada. Aí eu pensei naquilo: “gente, como eu vou fazer?”. Aí pensa que não, rapaz, quando terminou o serviço, eu falei: “quanto que é?”, ele falou: “nada não”. “Eu tô presenteando a sua filha”. Ganhei muito mais do que um sorvete *varão*, muito mais do que um sorvete. É uma lógica espiritual.

Ele ainda contou mais casos, como no dia em que não tinha dinheiro para *primiciar* o pastor e realizou serviços para ele, e no dia em que nem precisou pagar por um serviço em sua moto.

11 Bairro de Cariacica, na região metropolitana da Grande Vitória.

Meu pastor, ele tava muito atarefado e eu sem vender nada. Já tinha dois dias sem vender nada, com umas contas pra pagar, eu precisava pagar R\$ 2.300 de dívida. Os boletos vindo já, vencendo, porque eu compro parcelado as minhas compras, no cheque ou no boleto. (...) Um belo dia eu falei “pastor, eu vou te *primiciar* um dia”. “O que o senhor quer que eu faça?”. Ele falou assim: “eu quero que você faça um varal lá em cima pra mim”. Eu fui lá e fiz um varal. Depois ele virou e falou assim: “tem como você levar a minha esposa lá no Shopping”, esqueci o nome... Moxuara. Fui lá, peguei e levei ela, ela trocou o sapatinho do filho dela e tal, demorou mais ou menos umas três horas pra fazer isso tudo. Quando eu encostei na porta da casa dela, quando ela saiu, meu telefone tocou desembolado. Eu fiz R\$ 1.250 naquele dia. R\$ 1.250! O dia todo sem uma ligação, rapaz. Ali foi o agir de Deus naquela hora, rapaz. Eu fui e paguei o boleto. Deus nunca deixou faltar. (...) Outro fato que aconteceu, de eu ser uma pessoa abençoadora, foi a moto, que minha moto estragou, eu precisava consertar ela. E eu falei assim: “rapaz, esse mês foi fraco pra mim, só deu pra mim pagar as contas de energia, conta de água, deu pra mim pagar cartão de crédito, então eu tenho o dinheiro só pra pagar o boleto bancário e pra fazer compra pra dentro de casa. E como eu vou fazer pra pagar essa moto? Eu vou lá pra pegar essa moto. Eu vou dar o cheque, vou dividir no cheque”. Quando eu cheguei lá pra pegar a moto eu perguntei ao dono do estabelecimento “quanto é o valor?”. Ela falou assim: “toma a chave, pode ir embora, que Deus te acompanhe”. R\$ 750 o valor. E eu não paguei nem um real (pastor Wadlei, 2019).

Percebe-se que a distribuição de dádivas, sejam elas em forma de dinheiro, serviço, profecia ou oração entre os membros da Igreja Operando Deus, é praxe, somente possível pela dádiva superior da *salvação*, que propicia a *libertação financeira*, o *amor ao próximo* (também em forma de serviço), o *semear para colher* e também o uso dos dons, como o de profecia. Isso mostra também a dimensão das alianças criadas entre os correligionários, que são, antes de tudo, aliança e compromisso *vertical*, com Deus, que são materializados horizontalmente, na vida de seus irmãos na fé, na sua família da fé, que é a Igreja Operando Deus.

5. A *salvação* dos traficantes e a sua reprodução na obrigação de evangelização

E eu fui pra esse assalto, fiz uma promessa com o Diabo. Eu falei assim pro Diabo: “Se eu não voltar com o que eu quero, eu quero que da minha boca

e do meu nariz jorre sangue”. E quando desci pro assalto, o cerco se fechou. Houve uma troca de tiros, eu tentei correr e o Diabo na minha mente falando assim: “você vai morrer mesmo? Mata, leva um também”. E a pessoa numa distância de cinco metros me atirando e ao invés de correr, eu ia pra frente dando tiro, o tiro pegando em mim e o Diabo falando: “é hoje que eu te levo, a sua alma”. Eu todo furado e quando vi que só tinha uma bala no tambor e comecei a correr, correr muito. Era o final da minha vida. (...) eu botava o dedo embaixo tinha um buraco, mas quando tampava aqui saia aqui. Eu estava todo furado. (...) E quando fui ver a minha boca começou a sangrar, o meu nariz começou a jorrar. Eu lembrei do que eu falei com o Diabo, eu amaldiçoei a minha própria vida. (...) Eu implorava assim: “Deus não deixa eu morrer”. (...) Quando eu estava lá peguei a minha arma, olhei pra ela, coloquei de lado, e falei assim: “Deus me dá uma última chance, a última oportunidade pra viver”. Eu via que eu estava morrendo, ali caído, mas dentro de mim falou algo mais forte: “Jesus”. Eu comecei a falar assim: “Deus, se o Senhor me der a última oportunidade hoje, e não me deixar morrer, a partir de hoje eu vou aceitar ao Senhor, e vou pregar a Tua *Palavra*, aonde eu botar a planta do pé eu vou falar do Teu Nome”. (...) Aquele cara que outra hora era um traficante, que pra sociedade não valia mais nada, quando eu falei aquilo mudou tudo. Eu troquei a arma pela *Palavra*, troquei a metralhadora, a doze, o fuzil, o 38, pela *Palavra de Deus*, que ela vai e não erra o alvo, é certa, é pra dar vida! (...) Os policiais me acharam. Olhou pra mim e disse: “há quantos anos eu tô atrás dele. Vamos matar ele logo, vamo acabar com ele aqui”. Mas eles não sabiam que eu tinha aceitado a Jesus. Quando eles pegaram a minha cabeça e começaram a bater na escada falando ‘morre desgraçado, morre’. Eu falei “Senhor, a minha vida está nas tuas mãos”. Formou uma rodinha de policiais, pisando na minha cabeça, dizendo: ‘morre’. Depois chegou aquele monte de pessoas curiosas falando: ‘morreu’. A notícia chegou lá na minha família: “ele morreu”. Minha mãe começou a chorar, meu pai começou a chorar. Minha família entrou em pranto, pensando que eu tinha morrido. A minha família estava sem esperança. (...) Quando os policia estavam olhando chegou uma viatura, naquela época era o Santana. Olhou pra mim rapidamente, “abre o caminho, pega ele”, pegou eu, botou dentro do carro. Eu vi os anjos chegando ali já e falei assim: “Deus...”. (...) Me levaram dali para o hospital São Lucas. “Eu falava: Deus eu vou morrer”. Mas algo dentro de mim falava: “você não vai morrer mais, porque você me aceitou. Eu vou mudar a sua vida!”. (...) Cheguei na porta do hospital tinha uma enfermeira que era crente. Enquanto os policiais me

pegavam, me jogaram de qualquer maneira, ela gritou bem alto e disse: Ei! Não toca nele, porque ele também é ser humano! Ela me abraçou e me levou para dentro. Deus colocou seus servos ao meu lado para me ajudar. (...) O batimento cardíaco só ia descendo. 90, 80, 70... O médico olhou em volta assim: “acabou”. (...) Eu lembro que o médico botou a máscara em mim... eu apaguei. (...) No outro dia acordei e estava todo costurado: 30 pontos na barriga. (...) Comecei a me recuperar. Quando estava no corredor do hospital, eu vi um médico, olhou pra mim e disse “Washington” (ele falou outro nome porque eu tinha até nome falso...). “Eu fiz três cirurgias”. O médico me disse: “eu peguei o seu coração na mão Washington, abri o seu peito, rasguei o seu peito, e enfiei a minha mão dentro de você, tirei o seu coração pra limpar ele, porque ele tava todo preto. Você tomou um tiro à queima roupa. Eu tive que limpar o seu coração e botar ele de volta”. Ele tirou o meu coração de dentro de mim, sabe o que é isso?! Limpou meu coração e botou de volta. Ele falou assim: “Eu fiz três cirurgias, e dos três você foi o único que sobreviveu”. (...) Aí você fica pensando o tanto de livramento que Deus te dá. Fiquei pensando: “Deus tem uma obra em minha vida” (pastor Washington, 2019).

Este testemunho do pastor Washington dá uma dimensão do que significa a dádiva *salvação* na vida de um ex-criminoso. O testemunho dele foi escolhido por se tratar do ex-criminoso mais emblemático convertido na Igreja Operando Deus, considerado o “mais pesado” dentre os demais que viveram a vida no tráfico. A *salvação*, como explicado anteriormente, dá-se no processo de “aceitar Jesus como Senhor e Salvador”, mas é comprovada mediante a *conversão*, o “arrepentimento dos *pecados*” e a *metanoia*.¹² Neste caso, ele entrega (*dá*) a sua vida ao Senhor, *recebe* uma nova vida e, a partir daí, reparte a sua nova vida santa com os outros, *retribuindo* a Deus o “favor imerecido” (*salvação*) a partir do *serviço ao Senhor*: “a partir de hoje eu vou *aceitar ao Senhor*, e vou pregar a *Tua Palavra*, aonde eu botar a planta do pé eu vou falar do Teu Nome”.

12 Segundo Bourdieu (*apud* Darmon, 2011), a socialização familiar primária, explicada na sua teoria do *habitus*, gera produtos que são particularmente estáveis e resistentes à mudança, evocando a inércia das disposições adquiridas, o que explica o árduo empreendimento que é a conversão religiosa de um traficante. Esta seria uma “conversão radical”, segundo os termos de Bourdieu, que se caracteriza pela substituição completa de um *habitus* pelo outro, o que é designado pelo termo grego *metanoia*, termo este que também aparece em várias passagens bíblicas significando a mudança na forma de pensar e de agir, propondo um novo estilo de vida baseado na obediência às Escrituras judaico-cristãs (Garcia, 2016). Mais uma vez, não se ignoram os aspectos de contiguidade entre igreja e tráfico. Ainda assim, é importante ter em destaque a autodescrição de ruptura radical que povoa as narrativas de vida dos entrevistados, quando da descrição de sua própria conversão.

Washington admite: “Deveria estar morto. Deveria estar no inferno agora. Tanta coisa errada que fiz, quanta gente que fiz sofrer... Mas fui alcançado pela *graça*, favor imerecido do Senhor. Ele morreu pra me *salvar*... As coisas velhas já passaram, eis que tudo se fez novo”. Quantas pessoas não desejavam a morte de Washington? Os próprios policiais, em sua narrativa, queriam-no morto. Mas ele viveu. Como se explica isso? Para alguns, sorte, acaso, destino. Para ele, só a sua fé em Jesus consegue explicar. Só o Deus que se fez homem para “dar vida em abundância” e se entregar na cruz pela *salvação* dos pecadores que “mereciam o inferno” explica sua sobrevivência. Para ele, só Jesus, por sua *salvação*, que vem pela *fé* a partir da *graça* e, conseqüentemente, a sua família da fé, a Igreja Operando Deus, lugar que frequentam outras pessoas que passaram por trajetórias de vida semelhantes à dele e, portanto, podem acolhê-lo com a empatia necessária. Esse fato explica o seu apego à *salvação* e à *agência da salvação* para reconstruir sua vida, numa nova carreira, com uma nova identidade, com um Deus que “só tem planos de bem” e “quer o melhor” para ele.

Para o pastor Daniel, pastor-presidente da Igreja Operando Deus, já acostumado com o “pastoreio de ovelhas com vidas pregressas criminosas”, a diferença de se pastorear alguém que venha do mundo do crime ou da dependência química é a resiliência do pastor e da Igreja para com essa pessoa no início no processo de conversão e o não julgamento, em caso de transgressões.

Não [pode] desistir dele, independente se ele matar, se ele roubar, se ele destruir. Não desistir dele. É tratar ele... o cara comete um homicídio, ele assaltou alguma coisa ou fez alguma coisa errada. Eu não vou crucificar o cara. Mesmo a gente que tem uma dificuldade de uma coisa pequena, que é pecado, ele tem a dificuldade em outras áreas, às vezes vencer a droga, o vício... então a gente vai tentar ajudar o camarada. Tem o discipulado. Dentro de 24 horas a 48 horas, esse camarada tem que receber uma ligação. O que a gente fazia? Pelo menos na pessoa que aceitava aqui. O cara aceitou Jesus, acabou de aceitar Jesus, se ele quisesse a gente já mandava ele pra nossa casa de recuperação. Na hora. E lá dava toda a assistência que ele precisasse. Então o que acontece. A gente tem que tentar ajudar a arrumar um emprego pra ele. A gente tem que ver se esse camarada tem que se entregar pra polícia ou não. A gente vai nos aconselhamentos, porque alguns deles estão foragidos. Às vezes está indo no fórum, a gente aconselha a fazer tudo certinho e se acertar com a Justiça. Se ele for um camarada que é um gerente do tráfico de drogas. “Então entrega tudo, entrega a gerência. Entrega tudo o que você tem, se livra de tudo de errado que você tem e vem ficar limpo”.

Porque tem uma orientação pra ele. Tem um discipulador que discipula o cara. Não só pro traficante, mas pro outro também. Porque esse trabalho que a gente faz, o trabalho do discipulado, da célula, da visita, é um trabalho espiritual que funciona tanto com médico, quanto com o traficante. O que vai fazer o efeito é o tanto que a pessoa quer, que vai fazer efeito. Porque o jejum e a oração que funciona com o traficante é o mesmo que funciona pra um juiz. A diferença vai ser o nível do que eles querem (pastor Daniel, 2018).

O pastor Daniel explica que o processo de entregar o cargo no tráfico não é complicado, já que “tem muitos” querendo entrar no lugar da pessoa que está saindo, seja para ficar responsável pela venda de determinada *carga*, seja para ocupar um cargo de gerência. A parte mais complicada da situação podem ser os inimigos que essa pessoa cultivou (a partir dos homicídios que cometeu, espancamentos...) e, principalmente, os débitos com a Justiça. O pastor Washington que, nesta área, era o que “mais devia”, passou mais de 10 anos na prisão. Logo depois do episódio em que quase morreu, durante o processo de recuperação da cirurgia pela qual passara, ele fugiu do hospital e voltou para casa. Segundo ele, a sua prisão foi uma *intervenção divina* na sua vida, quando a Igreja dentro do presídio o acolheu.

Passou sete dias depois, fugi do hospital e voltei pra casa, falei: “meu Deus, eu sou um crente. Agora o que eu tenho que fazer? O diabo quer me levar pro tráfico de novo, mas eu não posso”. (...) Antes de eu pensar isso, sabe o que Deus fez? Me levou lá pra atrás das grades. Eu fui debaixo de pancada, todo costurado, apanhando, falsificação ideológica, quadrilha, tráfico de drogas, assalto, sendo acusado pela morte de um polícia, me batendo, me espancando... E Deus me colocou atrás das grades, que era para eu fazer missão atrás das grades. Comecei a buscar a Deus e a falar com Deus: “Deus, eu quero ser um mensageiro, eu quero ser um pregador da sua *Palavra*, eu quero fazer o seu *ide*”. Comecei a ler Bíblia, comecei a consagrar. (...) Teve um dia que cheguei na Igreja, quando cheguei na cadeia e o mundo dizia: “vem pra cá”. Mas a Igreja dizia: “não, vem pra cá; o mundo quer te abraçar de novo”. O Senhor veio me abraçar. Sabe o que é uma Igreja, uma Igreja em comunhão? Quando viu minha humilhação, quando viu minha humilhação, todo sangrando, o pastor falou assim: “o irmão Washington não vai fazer nada, enquanto ele não sarar. Nós vamos lavar as roupas dele, vamos cuidar dele, vamos ensinar ele. Ele não vai ter esforço nenhum aqui dentro da

Igreja. A única coisa que ele tem que fazer é jejuar, orar e ler Bíblia” (pastor Washington, 2017).

Algum tempo após ser *salvo*, Washington já começou a passar a dádiva da *salvação* adiante.

Lá no presídio, o vaso é no chão. Quando eu abaixava lá pra fazer necessidades, o sangue descia. Eu não podia nem fazer esforço, o sangue descia. Minha carne sendo maltratada. O irmão falou assim: “você sabe o que é jejum?”. Ele falou “você vai ficar sem pão e sem café”: Eu falei “misericórdia...”. Eu falei “não posso ficar sem café”. Ele falou: “se você quer ter uma vida santa, comece a jejuar”. Eu comecei a jejuar. Eles falaram “você vai ler 11 capítulos por dia”. Eu falei “Jesus”. Eu começava a ler um capítulo me dava sono, eu começava a ler um capítulo, ficava inquieto, a minha mente não encaixava. “Mas você vai ler 11 capítulos por dia”. (...) Quando eu fui ver, estava lendo livros, estava jejuando, orando, *pagando o preço*. Porque uma Igreja precisa *pagar preço*... (...) Aí Deus falou comigo: (...) o seu chamado é a *Palavra*. Eu comecei a me dedicar. Comecei a *consagrar*, orar, a ler Bíblia. Tinha dias que lia um livro por dia. Livro de Gênesis, que é 50 capítulos. E Deus começou a me preparar. (...) Deus muda a vida de um traficante? Muda! Deus muda a vida de um assaltante? Muda! (...) Com dois meses já estava pregando a *Palavra*... Eu comecei a pregar a *Palavra*, eu comecei a *evangelizar*. Aquele desejo de pregar estava no meu sangue. Comecei a ir para o corredor, a ir para a quadra e comecei a dizer o que Deus tinha feito na minha vida (pastor Washington, 2017).

Sendo traficante ou não, o mandamento do *salvo* é: “ide por todo o mundo, pregai o Evangelho a toda a criatura e fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; ensinando-os a guardar todas as coisas que eu vos tenho mandado” (Marcos 16:15; Mateus 28:19-20). A dádiva da *salvação* recebida não deve ser retida. *Salvo*, agora o desafio é passar a *salvação* adiante, um mandamento cujo cumprimento *retribui* tanto a Deus quanto à Igreja – *agência de salvação* – a dádiva recebida. A Igreja Operando Deus, por estar inserida no contexto da periferia, no Bairro da Penha, onde o problema da criminalidade atinge a muitos, tem estratégias tanto para alcançar pessoas comuns quanto para evangelizar os ditos “bandidos”. É comum subir às *bocas* para a realização de evangelismos e o respeito aos evangélicos por parte dos bandidos é notório, seja por possuírem parentes evangélicos ou por

conhecerem a história da pessoa que o está evangelizando, no caso de um “ex-bandido” do bairro.

Pastor Daniel: Ontem mesmo eu tava no tráfico evangelizando. Subi para orar ali em cima, no topo do morro, do monte que tem lá em cima e aproveitei e desci passando nos tráficos de droga, orando pela rapaziada. Eles param o tráfico, baixa a cabeça e curva arma. A gente para a boca. Viciado comprando droga a gente para. Ele vai comprar e descer a gente para e “pera um pouquinho, vem cá”, a gente ora, libera uma palavra. Para tudo irmão. (...) Já fizemos evangelismo aqui em mais de 50 pessoas. (...) Fica na praça ali, onde a gente monta às vezes os instrumentos ali e faz um louvor e vai evangelizando e consagra a praça inteira (...) o trabalho do tráfico você tem que ter muita sabedoria para trabalhar dentro dele. Mas já fizemos cultos no tráfico, onde eles param o tráfico e a gente bota os equipamentos, som e para, e a gente faz um culto pra eles também, se precisar, se eles quiserem. Mas é um trabalho que gosto de fazer.

Entrevistador: Como é a aceitação de vocês lá no meio?

Pastor Daniel: Eu era de lá né, querido. Eu tenho furo de bala que larguei desse morro. Eu tenho história aqui. A gente é respeitado aqui no bairro. A gente é referência aqui, eu era traficante aqui irmão. Os mais antigos aí, vê o que Deus fez na minha vida. Tenho traficante que traficava comigo, que hoje é membro da igreja, ovelha minha. Os moradores respeitam. As pessoas falam “meu Deus do céu, o que Deus fez na sua vida”. Então uma coisa é você sair de um lugar e ir morar em outro lugar onde ninguém conheceu a sua história. Outra coisa é quando eles viam você igual Satanás aí no morro e vendo hoje como um homem de Deus, uma família abençoada, uma pessoa de referência. Então é totalmente diferente irmão. Quando eu me converti muitas pessoas foram na igreja para ver se era verdade. O pastor falava do altar, “olha esse irmão que tá aí tá cumprimentando vocês na entrada, quando nós íamos lá no tráfico de drogas tava lá com duas .40 na mão assim, um camarada terrível, hoje tá aí assim, ó: olha só como Deus faz”. Pastor tinha orgulho de falar, então é uma referência dentro da comunidade. Você vai entrando dentro dos becos, das casas, dentro dos lugares, as pessoas param “pastor” e pedem oração. Então é uma referência no bairro. Não só eu como vários outros aqui, vários. Que foram muito mais terríveis do que eu fui.

Além de orar e liberar porções da *Palavra de Deus* sobre a vida dos traficantes, uma das armas mais estratégicas dos fiéis da Igreja Operando Deus para

salvar a vida dos criminosos é o *testemunho*. A igreja possui projetos evangélicos e programas que alcançam o público do tráfico, como o “Jesus na Boca” – ideia de duplo sentido – idealizado pelo próprio pastor Daniel, que é direcionado diretamente para a *evangelização* nos pontos de tráfico (na época da entrevista, maio de 2018, o projeto se encontrava parado); o “Vitória/Flexal aos pés de Cristo” – que abrange vários pontos dos bairros, inclusive os pontos de tráfico, uma vez por semana, orando e convidando-os aos cultos, e dentro da própria programação do culto, uma série chamada “Das Cinzas para a Glória”, focado somente em testemunhos, muitos deles envolvendo fiéis com vidas pregressas na criminalidade ou na dependência química. Na narrativa do pastor Wadlei, é possível perceber a importância de testemunhar sobre quem ele agora é, já que a sua história *antiga* com o Bairro da Penha é conhecida por muitos da comunidade, inclusive os que estão no tráfico.

Mas nós vamos estar subindo o Bairro da Penha pra dar o nosso *testemunho* de lá de onde nós éramos. Lá na *boca*. Nós vamos na *boca*. Levo a *Palavra*. Essa semana eu fui atrás de um traficante que na época queria me ver morto. Fui lá atrás dele pra levar um sonho que Deus me deu aqui. E o mesmo sonho que Deus me deu, Deus deu à minha esposa, no mesmo dia. Eu deitado na cama, minha esposa deitada ali no chão, ela não é de dormir de tarde. Ela teve um sonho com ele e eu tive um sonho. Quer dizer, Deus dando um despertar pra ele. Nós vamos, nós subimos, nós vamos nos locais, nas famílias. (...) Então nós trabalhamos em cima disso, de pessoas. E o *poder de Deus* é manifestado nessas pessoas também. Porque eu creio, *varão*. Eu creio no que Deus fez comigo. Olhando aos olhos nu, aos nossos olhos assim, não era pra eu ter o que eu tenho hoje, não era nem pra eu estar onde estou hoje. (...) Então eu acredito nas pessoas, eu acredito na mudança. E a gente trabalha da mesma forma que eu queria que tivesse trabalhado em mim. Dessa forma que o Ministério Operando Deus trabalhou na minha vida. Tratando, cuidando, estando do lado. (...) Tinha *boca de fumo* que eu não podia subir porque as pessoas falavam assim: “se você subir aqui nós vamos arrancar sua cabeça”. Hoje em dia eu subo lá, prego pra eles, oro pela vida deles. Eles têm reverência. Eles estão fumando a maconha e eles abaixam, ou mesmo apaga. Tão com a pistola, eles guardam as armas e ali eles têm o temor. Eles nos tratam assim... (...) Teve uma *revelação* que foi passada. Do banho de sangue, você ficou sabendo da revelação? (...) A boca de fumo ficou parada uma semana, você já viu alguma boca de fumo ficar uma semana parada? (...) Eles ouviram o que o profeta disse. Eles têm reverência, eles têm o temor,

eles sabem quem é Deus. Ele é o Soberano, não existe outro. O que dá vida é Ele. Ele que tira você do lago do pecado, porque sem Ele não conseguimos alcançar nada. (...) Respeitam muito. A maioria deles têm parentes que são evangélicos, mães e pais... (pastor Wadlei, 2019).

Salvar a vida de um traficante, portanto, trata-se de um processo complexo. Primeiro, é preciso que a pessoa se interesse, de alguma forma, naquela vida que a grande maioria da sociedade quer morta ou, se a quer transformada, não tem a vontade, o incentivo, a coragem, o conhecimento e/ou nem a disponibilidade para tal. Depois é preciso que a pessoa tenha um conhecimento de causa ou uma vivência para saber com quem está lidando e *onde* está pisando, além de fatores anteriormente citados, como a coragem em adentrar um local no qual pode ser morto e o incentivo para fazê-lo. E, finalmente, deve-se ter a certeza de que o método do qual vai se utilizar funciona de fato e, preferencialmente, levar uma amostra. Só um traficante daquela mesma localidade que recebeu a dádiva da *salvação* consegue atender a todos esses quesitos, sendo a pessoa mais capacitada para *salvar* outro traficante do Bairro da Penha do destino da cadeia ou da morte. Ele já foi um traficante, sabe como funciona a dinâmica do tráfico local, onde ficam os principais pontos, conhece os traficantes, tem toda uma história com o bairro e o tráfico que o munem do quesito “conhecimento e vivências” para adentrar este terreno. O método é o mesmo que funcionou nele – a pregação da *Palavra da salvação* – e a amostra da eficácia do método é ele mesmo, sua vida transformada e o seu *testemunho*.¹³

Considerações finais

Entrevistador: Dos seus amigos do tráfico, do crime, onde eles estão hoje?

Pastor Wadlei: Na presença de Deus e alguns mortos. A maioria tá morto.

Entrevistador: Não tem nenhum que saiu e tá (em outra situação)...

Pastor Wadlei: Não. O último foi morto agora há pouco tempo. A maioria tá morto.

Entrevistador: A minoria tá na presença de Deus...

Pastor Wadlei: A minoria tá na presença de Deus. E outros estão presos. Porque fora isso é prisão. (...) Mas quando sair já tem a sentença dele decretada de morte, se não for pra presença de Deus.

13 Por uma questão de foco e espaço não é possível nos dedicarmos mais pormenorizadamente à circulação de testemunhos como uma das principais dádivas de ligação entre os mundos do tráfico e da igreja. Quanto ao tema, ver os trabalhos de Côrtes (2012), Machado (2014) e Teixeira (2014).

A fala dos pastores é unânime: o fim da carreira no tráfico se dá com a morte – na maioria das vezes, sequer usufruindo de uma posição de destaque na hierarquia – ou com a conversão. A prisão é um caminho praticamente inevitável, independente do destino. Os pastores Wadlei e Washington tiveram várias passagens pela cadeia e lá tiveram contato com a fé evangélica pentecostal. Grupos externos de evangelismo *plantaram* Igrejas – evangelizaram presos que passaram a se reunir em culto a Jesus Cristo – dentro do presídio e, a partir do processo do discipulado com os presos, ordenaram obreiros que foram subindo as hierarquias até alguns se tornarem diáconos, presbíteros e pastores, tendo uma Igreja autônoma dentro da prisão.

Se, de acordo com a colocação dos pastores – que um dia foram somente membros comuns da Igreja –, há somente uma saída com vida do mundo da criminalidade em que estavam inseridos, fica claro que esta é, também, uma escolha racional. Primeiro, para permanecerem vivos; depois, segundo Correa e Vale (2017), porque os indivíduos pesam custos e benefícios que maximizarão seus benefícios líquidos e virão a produzir resultado social vantajoso, a partir dessa escolha. Segundo os entrevistados, os resultados são vantajosos em todas as áreas da vida, da sentimental à financeira.

Ainda assim, a ideia utilitarista de uma escolha racional como explicação central da conversão religiosa de traficantes nos parece, no mínimo, insuficiente. Daí a opção teórica anti-utilitarista (Martins, 2005) pela teoria da dádiva como foco de explicação da carreira de pastores ex-traficantes. Sem negar a dimensão interessada das trocas que tanto traficantes quanto líderes religiosos realizam entre si e com seus públicos, a noção de dádiva chama atenção também para dimensão altruísta e capaz de formação de alianças que essas trocas possuem, que a mera noção de maximização de interesses numa escolha racional não é capaz de abarcar.

A crítica anti-utilitarista inspirada na tradição de Mauss denuncia o equívoco de toda tentativa de limitar as motivações humanas apenas à moral do interesse e do egoísmo e de privilegiar a economia de mercado na instância do bem-estar social. A universalidade da tripla obrigação de dar, receber e retribuir seria anterior aos interesses contratuais e às obrigações legais, trazendo novas perspectivas para o debate teórico moderno e as implicações disciplinares em torno do social. Compreender a dádiva como sistema de trocas básico da vida social rompe com o modelo dicotômico da modernidade, que define a sociedade como “fruto de uma ação planificadora do Estado ou do movimento fluente do mercado” (*Ibidem*: 21).

O entendimento do sentido sociológico da dádiva quebra esta dicotomia para introduzir a ideia da ação social como «inter-ação», como movimento circular acionado pela força do bem (simbólico ou material) dado, recebido e retribuído, o qual interfere diretamente tanto na distribuição dos lugares dos membros do grupo social como nas modalidades de reconhecimento, inclusão e prestígio. Por ser a lógica arcaica constitutiva do vínculo social, a dádiva integra potencialmente em si as possibilidades do mercado (retenção do bem doado) e do Estado (possibilidades de redistribuição das riquezas coletivas) (*Ibidem*: 21).

Os maussianos afirmam, em suma, que o paradigma do dom deve ser visto como o paradigma primeiro ou primordial, já que o paradigma individualista (que privilegia o interesse dos produtores de bens e serviços – utilitarismo econômico) e o holista (que valoriza a regra burocrática impessoal – racionalismo burocrático) são apenas momentos do ciclo geral do dom, do simbolismo e da política em ato.

Cumprе destacar, ainda que, para Caillé, o cristianismo também se baseia em dádiva:

(...) o que é o cristianismo senão, antes de mais nada, uma história de dádiva? Como notava, com razão, Julian Pitt-Rivers (1992), é surpreendente que os etnólogos não tenham se debruçado sobre o discurso teológico, pois nele encontrariam, transpostas na simbologia cristã, as mesmas questões com as quais estão acostumados. Pois, ao longo de quase dois milênios, foi com o objetivo de determinar o que Deus dá, com que grau de gratuidade (graça), a quem, como e por que, o que se deve dar em troca, que as mentes se contorceram em toda a Europa e noutras partes (Caillé, 1998: 24).

Assim, consideramos que, mais do que disponibilizar, numa espécie de “mercado da fé”, diferentes produtos para diferentes consumidores auto-interessados, ou ainda, agir como substitutivas de um ente estatal que representaria o interesse coletivo, o que igrejas como a Operando Deus fazem é, partindo de uma espécie de dádiva vertical de salvação concedida por Deus, permitir a circulação de dádivas capazes de recriar identidades e carreiras que regulam o fluxo de experiências de vidas marcadas pelo antes, o durante e o depois de um processo de conversão religiosa. Conforme visto ao longo do artigo, essa lógica subjaz o momento anterior à conversão no mundo do tráfico, manifesta-se fortemente no contato com a salvação e busca pela conversão e, por fim, direciona a prosperidade financeira, a progressão hierárquica dentro da igreja e o trabalho de evangelização dos ex-traficantes, agora pastores. Este trabalho de evangelização,

descrito no tópico anterior, se pensado sob a ótica utilitarista de maximização de interesses, poderia direcioná-los para outros públicos, menos socialmente precarizados e situados em ambientes de menor risco. Porém, conforme tentou se mostrar neste trabalho, essa ótica conta, no máximo, apenas parte da história. Ela se insere nas obrigações de dar, receber e retribuir das dádivas, mas essas obrigações em muito a ultrapassam, apontando para outros elementos que, a nosso ver, também são fundamentais para compreendermos as dinâmicas que atravessam a criminalidade e a religiosidade nas periferias urbanas do Brasil.

Referências:

- BERTAUX, D. *Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos*. 2. ed. Natal, EDUFRN, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso. In: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 2001.
- CAILLÉ, Alain. Nem holismo, nem individualismo metodológicos. Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 38, out. 1998.
- CORRÊA, Diogo Silva. Anjos de fuzil: uma etnografia das relações entre igreja e tráfico na Cidade de Deus. Tese de doutorado, Sociologia, IESP-UERJ, 2014.
- CORRÊA, Victor Silva; VALE, Gláucia Maria. Ação Econômica e Religião: Igrejas como Empreendimentos no Brasil. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 21, n. 1, jan./fev. 2017.
- CÔRTEZ, Mariana Magalhães Pinto. Diabo e fluoxetina: formas de gestão da diferença. Tese de doutorado, Ciências Sociais, Unicamp, 2012.
- COSTA, Joilson Barreto. Militância, dádiva e conversão religiosa: o caso dos presidiários evangélicos em busca da dupla salvação. Dissertação de mestrado, Sociologia, UFPE, 2005.
- DARMON, Muriel. La notion de carrière: un instrument interactionniste d'objectivation, *Politix*, n. 82, 2008/2, pp. 149-16.
- DARMON, Muriel. Sociologie de la conversion. Socialisation et transformations individuelles. In: BURTON-JEANGROS, Claudine; MAEDER, Christoph. (Org.). *Identité et transformation des modes de vie / Identität und Wandel der Lebensformen*. Zúrique, Seismo, 2011, pp. 64-84.
- DA SILVA, Drance Elias. Neopentecostalismo, dinheiro, dádiva e representação social do divino. *Interações – Cultura e Comunidade*, Belo Horizonte, v. 3, n. 3, 2008, pp. 169-188.
- FRIGERIO, Alejandro. Teorias econômicas aplicadas ao estudo da religião: em direção a um novo paradigma? *BIB*, Rio de Janeiro, n. 50, 2. semestre de 2000, pp. 125-143.

- GARCIA, Ricardo. O Evangelho da Metanoia. *Corrigindo o Foco*. 2016. Disponível em: <<https://wilsonsandoval.com/2016/05/27/o-evangelho-da-metanoia/>>. Acesso em: 8 out. 2021.
- GRILLO, Carolina Christoph. Coisas da Vida no Crime: Tráfico e roubo em favelas cariocas. Tese de doutorado, Sociologia e Antropologia, UFRJ/IFCS, 2013.
- MACHADO, Carly. Pentecostalismo e o sofrimento do (ex-)bandido: testemunhos, mediações, modos de subjetivação e projetos de cidadania nas periferias. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 42, jul./dez. 2014, pp. 153-180
- MARIANO, Ricardo. Usos e limites da teoria da escolha racional na religião. *Tempo Social*, São Paulo, v. 20, n. 2, 2008, pp. 41-66.
- MARTINS, Paulo Henrique. A sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 73, 2005, pp. 45-66
- MAUSS, Marcel. *Ensaio Sobre a Dádiva*. Lisboa, Edições 70, 1986.
- TAROT, C. Pistas para uma história do nascimento da graça. In: MARTINS, Paulo Henrique. *A dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social*. Petrópolis, Vozes, 2002.
- TEIXEIRA, Cesar Pinheiro. A construção social do “ex-bandido” um estudo sobre sujeição criminal e pentecostalismo. Dissertação de mestrado, Sociologia e Antropologia, UFRJ/IFCS, 2009.
- TEIXEIRA, Cesar Pinheiro. O testemunho e a produção de valor moral: observações etnográficas sobre um centro de recuperação evangélico. *Religião e sociedade*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, 2016, pp. 107-134.
- VITAL DA CUNHA, Christina. “Traficantes evangélicos”: novas formas de experimentação do sagrado em favelas cariocas, *Plural*, São Paulo, v. 15, 2008, pp. 23-46.
- VITAL DA CUNHA, Christina. Da macumba às campanhas de cura e libertação: a fé dos traficantes de drogas em favelas no Rio de Janeiro. *Tomo*, São Cristóvão, n. 14, jan./jun. 2009, pp. 229-265.
- VITAL DA CUNHA, Christina. Religião e criminalidade: traficantes e evangélicos entre os anos 1980 e 2000 nas favelas cariocas. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, 2014, pp. 61-93.

Recebido em: 28/02/2020

Aprovado em: 23/05/2021

Como citar este artigo:

GOUVÊA, Gustavo Moulin e MACHADO, Igor Suzano. A dádiva da salvação: analisando a passagem do tráfico para a igreja no Bairro da Penha, em Vitória – ES. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 3, set. - dez. 2021, pp. 1133-1163





O ciborgue aprisionado: monitoramento eletrônico e a interface corpo-máquina¹

Ricardo Urquizas Campello²

Resumo: Este artigo analisa a utilização de tornozeleiras eletrônicas no regime semiaberto e em prisão domiciliar, com enfoque em seus impactos sobre a vida e sobre o corpo de pessoas monitoradas. O texto se baseia em entrevistas e observação direta realizadas entre 2015 e 2018 junto a presos e presas monitorados nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. São investigados os processos de subjetivação e dessubjetivação desencadeados pelo fluxo pendular prisão-monitoramento, assim como os efeitos do rastreamento de presos em territórios urbanos governados por polícias, milícias e grupos faccionais.

Palavras-chave: Monitoramento eletrônico; Prisão; Corpo; Biopolítica; Ciborgue.

The imprisoned cyborg: electronic monitoring and the body-machine interface

Abstract: *This article analyzes the use of electronic bracelets in the semi-open regime and under house arrest, focusing on their impacts on the lives and bodies of monitored people. The text is based on interviews and direct observation conducted between 2015 and 2018 with monitored prisoners in the states of São Paulo and Rio de Janeiro. It investigates the subjectivation and de-subjectivation processes*

1 Artigo derivado de pesquisa de Doutorado financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).
 2 Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas (PPGAS-UNICAMP) e ao Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP) – campello.ricardo@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0002-2824-8935>

triggered by the prison-monitoring pendulum flow, as well as the effects of the tracking practices in urban territories governed by police, militias and criminal gangs.

Keywords: *Electronic monitoring; Prison; Body; Biopolitics; Cyborg.*

El cyborg encarcelado: monitorización electrónica de los prisioneros y la relación cuerpo-máquina

Resumen: Este artículo analiza el uso de la monitorización electrónica en régimen semi-abierto y arresto domiciliario, centrándose en sus impactos en la vida y en el cuerpo de las personas monitoreadas. El texto se basa en entrevistas y observación directa realizadas entre 2015 y 2018 con personas monitoreadas en los estados de São Paulo y Río de Janeiro. Se investigan los procesos de subjetivación y desubjetivación desencadenados por la monitorización electrónica y la prisión, así como los efectos del seguimiento de los presos en territorios urbanos gobernados por policías, milicias y organizaciones criminales.

Palabras clave: Monitoreo electrónico; Prisión; Cuerpo; Biopolítica; Cyborg.

1. Introdução

Senado Federal, 29 de março de 2007.

Sala das Sessões, Senador Magno Malta:

“A prisão deixou de ser o controle perfeito. É ultrapassado porque ainda é estabelecido em espaço rígido. O limite territorial determinado pelo cárcere não é mais um aspecto positivo do controle penal, mas um inconveniente, haja vista que é insustentável para o Estado manter aprisionadas as inúmeras pessoas condenadas. Alguns países, a exemplo dos Estados Unidos da América, França e Portugal, já utilizam o monitoramento de condenado, exigindo-se o uso de pulseira ou tornozeleira eletrônica como forma de controle das pessoas submetidas ao regime aberto. Muitos argumentos favoráveis à utilização desse tipo de controle penal são trazidos à baila, tais como a melhoria da inserção dos condenados, evitando-se a ruptura dos laços familiares e a perda do emprego, a luta contra a superpopulação carcerária e, além do mais, economia de recursos. (...) Seria um controle estabelecido, através de satélite, sem limites, presente no corpo do indivíduo onde quer que ele fosse. Dessa forma, conclamamos os ilustres pares à aprovação deste projeto, que, se aprovado, permitirá a redução de custos financeiros para com

os estabelecimentos penitenciários, a diminuição da lotação das prisões e a maior celeridade na ressocialização do apenado” (Malta, 2007: 02-03).

A conclamação do então Senador Magno Malta (PR-ES) compõe a justificativa do Projeto de Lei do Senado n. 175/07, uma das principais procedências jurídicas da Lei n. 12.258/10, a qual autoriza o monitoramento eletrônico de pessoas condenadas no Brasil. Aprovada em junho de 2010, a medida alterou a Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210/84), especificando que, em casos de saída temporária no regime semiaberto de cumprimento de pena e na determinação de prisão domiciliar, o juiz poderá definir a “fiscalização” por meio de “monitoração eletrônica” (Lei n. 7.210/84, Art. 146-B). Menos de um ano após a autorização do controle eletrônico no âmbito da execução penal, suas possibilidades de aplicação foram ampliadas para medidas cautelares diversas da prisão, determinadas antes da sentença condenatória, por meio da Lei n. 12.403/11, aprovada em maio de 2011.

Hoje, o chamado monitoramento telemático de indivíduos condenados ou processados pela justiça penal é aplicado em mais de 70 mil pessoas ao redor do país, conforme os dados divulgados pelo Departamento Penitenciário Nacional³. No decorrer dos últimos anos, a medida vem se estabelecendo como técnica penal difundida por todos os estados da federação. Introduzido em um cenário de colapso do sistema carcerário brasileiro, o dispositivo de supervisão a distância levanta questionamentos a respeito das atuais transformações nas práticas de controle e punição, suscitando indagações relativas tanto aos efeitos de sua aplicação na política penal, quanto aos seus impactos sobre aqueles que são submetidos a programas de monitoramento.

A implementação da medida no país fora sustentada por práticas discursivas que afirmavam a necessidade de elaboração de novas técnicas penais diante da superlotação do sistema carcerário. De maneira geral, as justificativas que fundamentam as leis e projetos de lei que autorizam o monitoramento eletrônico no Brasil enfatizam as possibilidades de substituição do cárcere pelo controle telemático.

Todavia, o acompanhamento dos dados oficiais relativos à evolução dos índices de encarceramento e ao avanço dos programas de monitoramento aponta para o crescimento da quantidade de pessoas presas no país, concomitante à difusão do uso de tornozeleiras eletrônicas, aplicadas majoritariamente em pessoas condenadas ao regime semiaberto. O desenvolvimento e expansão da política

3 Disponível em: <<https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen>>. Acesso em: 1 dez. 2021.

de monitoração tem ocorrido no Brasil de maneira simultânea ao crescimento da população carcerária⁴.

Diante disso, pesquisadores e analistas vêm sublinhando as relações estabelecidas entre a utilização do monitoramento eletrônico como forma de controle suplementar ao cárcere e os movimentos expansivos do sistema penal brasileiro, intensificados a partir da última virada de séculos (Oliveira e Azevedo, 2011; Maciel, 2014; Campello, 2019; Souza, 2019). Sob o pretexto de enfrentamento ao “crime organizado” e à “cultura da impunidade”, a intervenção punitiva se estabelece como resposta central aos conflitos sociais espalhados pelo país (Minhoto, 2002; Misse, 2014; Godoi, 2017; Mallart, 2019). Tanto dentro quanto fora dos muros, o castigo e a tutela constituem os alicerces programáticos das principais estratégias de combate à criminalidade. Nada obstante, longe de atuarem como simples ferramentas de contenção e neutralização da violência, os diversos aparatos componentes do sistema penal brasileiro se articulam e retroalimentam os regimes de ilegalismos, produzindo novas sociabilidades e subjetividades orientadas pelo duplo crime-punição.

Vinculado a este debate, o artigo que se segue tem por objetivo demonstrar e analisar os modos pelos quais *os dispositivos de monitoramento eletrônico ultrapassam a mera função de supervisão penal e atuam como tecnologias de subjetivações*, a partir da relação entre o corpo e a máquina. São investigados os efeitos da utilização de tornozeleiras eletrônicas em casos específicos de condenação ao regime semiaberto e prisão domiciliar, com enfoque em seus impactos sobre a vida e sobre o corpo de pessoas condenadas pela justiça penal. Tomando como base analítica as proposições de Michel Foucault acerca das *técnicas e tecnologias de si* (1985; 1987; 2009), compreende-se aqui que as formas de constituição do sujeito são direta e primordialmente atreladas aos investimentos políticos que se fazem sobre o seu corpo. Dessa maneira, os diferentes mecanismos de subjetivação são entendidos aqui como mecanismos

4 Conforme as informações do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), em 2009, cerca de um ano antes do início dos programas de rastreamento, a quantidade total de pessoas no sistema penitenciário brasileiro era de 469,5 mil. Já em dezembro de 2019, os dados apontam para um contingente de 748 mil indivíduos encarcerados. O número absoluto de presos e presas não parou de crescer e a taxa de aprisionamento no país seguiu aumentando. Se, em junho de 2009, havia cerca de 248 presos para cada 100 mil habitantes no Brasil, em dezembro de 2019, essa taxa chegou a mais de 359/100 mil (Disponível em: <<http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen>>). Paralelamente, o avanço da política de monitoração eletrônica fez com que, em 2017, já houvesse 51,5 mil pessoas rastreadas pelo sistema penal (Brasil, 2017).

5 Baseio-me na noção de *subjetivação* proposta por Michel Foucault (2009) e definida como um processo de transformação de *seres humanos* em *sujeitos*, mediante relações de poder tanto descendentes quanto ascendentes.

de *incorporação* das técnicas, discursos, regras e condutas mobilizadas por um determinado dispositivo de poder. Tendo isso em vista, o texto ora apresentado investiga as formas de construção (e desconstrução) do sujeito monitorado enquanto unidade subjetiva.

Após uma breve contextualização de caráter metodológico, o artigo discute os principais aspectos da interface corpo-máquina, estabelecida pelo acoplamento entre a unidade orgânica e a instalação mecânica que compõem os dispositivos de controle eletrônico penal. Em seguida, são analisados os efeitos da *marcação do corpo* pelo aparelho de monitoração, em contextos e territórios urbanos governados por milícias, polícias ou grupos faccionais. Por fim, sintetiza-se algumas das relações entre o corpo encarcerado e o corpo monitorado e os processos de subjetivação e dessubjetivação correspondentes a essas relações. De um modo geral, o texto é motivado pelo interesse nas atuais transformações operadas pelo poder de punir e suas formas de produção de subjetividades, mediadas pela integração entre o corpo penalizado que circula e a máquina que conduz essa circulação.

2. Nota metodológica

Este artigo se baseia em entrevistas, conversas informais e observação direta realizadas entre 2015 e 2018 junto a presos e presas monitorados nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. O trabalho de campo foi realizado em: centrais de monitoramento eletrônico; unidades prisionais de regime semiaberto; Centros de Detenção Provisória (CDPs); e espaços urbanos pelos quais circulavam minhas interlocutoras e interlocutores monitorados. Ao longo do texto, são mobilizados excertos de quatro entrevistas em profundidade, duas conversas informais, além de registros produzidos a partir de visitas a unidades prisionais.

Destaco que o desenvolvimento desta pesquisa só foi prática e eticamente possível devido à parceria e envolvimento que estabeleci com a Pastoral Carcerária do Estado de São Paulo⁶. Foi como agente pastoral que tive acesso às pessoas monitoradas e às unidades prisionais em que realizei pesquisa de campo. Foi a partir desta organização e seu comprometimento com as pessoas presas que pude desenvolver meu trabalho. Sendo assim, as atividades de pesquisa foram necessária e permanentemente atravessadas por um engajamento ético

6 A Pastoral Carcerária é uma organização ligada à Igreja Católica e à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, tendo como principal objetivo a prestação de assistência religiosa, jurídica e humanitária às pessoas encarceradas no país. Enquanto ateu, minhas atividades na Pastoral Carcerária se circunscreveram à militância política de amparo às pessoas presas, associada ao trabalho de pesquisa.

e político que articulou a produção de dados à atuação e atenção às demandas das pessoas presas e/ou monitoradas, relacionadas, principalmente, ao contato com seus familiares e ao levantamento de informações sobre seus processos⁷.

Ainda do ponto de vista metodológico, esse texto analisa a política de monitoração eletrônica tomando como base empírica as perspectivas dos sujeitos diretamente implicados por ela. Nesse sentido, ressalto a significativa ausência de informações no Brasil a respeito dos impactos do monitoramento sobre a vida de pessoas monitoradas. Muito pouco se publicou até aqui a respeito das percepções daqueles e daquelas sobre quem a medida incide mais diretamente⁸. Dessa maneira, as conversas e interlocuções com as pessoas monitoradas que se dispuseram em contribuir com este trabalho possibilitaram a realização de um deslocamento fundamental nos ângulos de observação.

3. Biomáquina

“Ela vibra, só vibra. E a luz muda de cor. Se ela começar a vibrar, vai acender uma luz vermelha ou roxa. É pra avisar que eu tô fora da área, ou que tá precisando carregar a bateria. Porque a luz é só verde, pisca verde”. Sérgio⁹ descreve o sistema de alertas emitidos pela tornozeleira eletrônica que controla o cumprimento de sua Prisão Albergue Domiciliar (PAD). Uma combinação de alarmes luminosos e vibratórios que sinalizam o bom ou mau uso do equipamento, detectados por sua presença ou ausência no interior de um perímetro delimitado em decisão judicial. Thaiane, monitorada enquanto cumpria pena no regime semiaberto, explica: “Você tem um raio. Um raio invisível, que você pode circular. Passou daquilo lá... se fudeu, colega, se fudeu. Por que? Porque a luz lá fica vermelha, daí você se fudeu”.

Em caso de violação das condições impostas, as possíveis consequências são várias e difíceis de se prever. Deivid relata que foi espancado e isolado por 1 mês na cela do *castigo* quando retornou da saída temporária de natal para a Penitenciária II de Sorocaba, no interior do estado de São Paulo. Sua *pulseira*

7 Desenvolvo uma reflexão coletiva a respeito das interseções entre pesquisa e atuação política nas prisões em *Epistemopolíticas do dispositivo carcerário paulista: refletindo sobre experiências de pesquisa-intervenção junto à Pastoral Carcerária* (Godoi et al., 2020).

8 Dentre as poucas publicações no Brasil que tomam a ótica de pessoas monitoradas como perspectiva central de análise, menciono aqui os trabalhos de Lancellotti (2018) e Campello (2019).

9 Todos os nomes próprios citados neste artigo são fictícios, exceto os de autoridades públicas.

havia acusado “afastamento”. Depois de 30 dias trancado no *poço*¹⁰, regrediu do regime semiaberto para o fechado. Sérgio, por sua vez, habituou-se aos alarmes emitidos pelo aparelho acoplado à sua perna. Mora na zona oeste do Rio de Janeiro e estuda no centro da cidade. Conforme as orientações do Sistema de Inteligência Penitenciária, Sérgio não pode se ausentar do município: “Mas acaba acontecendo de você violar. Eu violo. Vou pra Friburgo, vou pra qualquer lugar. Nunca sofri nenhuma sanção por isso. De todo modo, dizem que se pegar dá ruim. Mas eu vivo isso”.

O *software* de monitoramento pressupõe a programação e edição de *zonas de controle*, customizadas para cada usuário monitorado. As *áreas de inclusão/exclusão* são definidas por agentes penitenciários, junto aos técnicos da empresa contratada, a partir das determinações da justiça penal. Computadores pré-cadastrados acessam o *software* via interface *web* por meio da utilização de *login* e senha pessoais, permitindo a configuração do zoneamento conforme os casos particulares. “O sistema é bem personalizado, eu posso configurar de acordo com a decisão que foi feita pra aquele monitorado específico” (Supervisor Técnico *Spacecom* – Entrevista).

As *áreas de inclusão* geralmente compreendem a residência do indivíduo (nos casos de cumprimento de prisão domiciliar ou em saída temporária), a unidade prisional (para presos em regime semiaberto) e seu local de trabalho ou estudo. A partir desses pontos geográficos e do trajeto que os conecta, uma determinada zona é definida, delimitando o perímetro no interior do qual a pessoa poderá circular. A distância entre os pontos do trajeto e o limite espacial tolerado forma o *raio invisível* mencionado por Thaianne. As *áreas de exclusão* podem abranger bares, casas noturnas, aeroportos, rodoviárias, regiões demarcadas como *zonas de risco* ou locais onde habitam “vítimas em potencial”, tais como ex-companheiras de indivíduos em cumprimento de medida protetiva de urgência, no âmbito da chamada Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006). Nos casos de medida protetiva, a suposta vítima também porta um equipamento de localização, do qual a torçãozeira do agressor deve manter certa distância.

Aos perímetros espaciais pré-programados, correspondem horários de circulação. Cada usuário possui um itinerário próprio, definido de acordo com sua rotina de trabalho, estudo e recolhimento. Um horário é estipulado para a entrada no local de trabalho/estudo e outro para a saída, reservando-se um

10 *Poço, pote* ou *castigo* são os nomes dados, no sistema prisional paulista, às celas reservadas a detentos que supostamente violaram regras de execução penal ou que entraram em conflito com a administração da unidade. Em geral, são pequenas celas superlotadas nas quais os presos são privados de banho de sol por dias, semanas ou até meses.

intervalo de tempo para os deslocamentos necessários. Um período é fixado para permanência no local de detenção, seja ele a casa do usuário ou a unidade prisional em que cumpre sua pena. As áreas de inclusão se vinculam, portanto, a uma grade horária específica, convertendo-se em áreas de exclusão conforme o período do dia e da semana. O lugar de trabalho se torna território proibido nos horários de recolhimento domiciliar, por exemplo.

Desse modo, as zonas de controle são móveis, moduláveis e obedecem a uma dinâmica espaço-temporal programável, imprimindo velocidades variadas que oscilam entre pontos de parada e regimes de aceleração. É o cruzamento relacional *espaço-tempo* que viabiliza a produção e a regulação dos circuitos, e não a independência das grandezas tempo e espaço (Virilio, 1996)¹¹. O domínio compreendido pelos interstícios entre castigo e controle não escapa a uma microfísica das velocidades, sendo antes um campo privilegiado de experimentações, emaranhado político no qual se entrecruzam múltiplas tecnologias de poder indexadas ao par movimento-pausa.

O conjunto das condições relativas à execução penal institui dinâmicas de *progressão e regressão*, celeridade, morosidade e pausa, por meio de diferentes composições de acessos e bloqueios, sejam eles virtuais ou atuais – o atual e o virtual sendo compreendidos aqui como formas correlatas de produção do real (Deleuze, 2009; Lévy, 1995)¹². As leis de execução penal são leis de velocidade, ainda que seus efeitos não sigam o ritmo programado – observe-se a evolução progressiva de regimes penais, qualificados e quantificados pela relação entre o tempo e o lugar de cumprimento da sentença proferida pelo juiz, entremeados pelos intermináveis *lapses* temporais durante os quais o sentenciado aguarda a liberação para os regimes semiaberto e aberto¹³, ou mesmo pelas regressões, decorrentes de faltas disciplinares, que fazem endurecer o regime e reiniciar o ciclo.

11 Paul Virilio analisa os modos pelos quais as liberdades são equacionadas no interior de uma engenharia política que contrapõe vetores de velocidade. As estratégias ligadas ao manejo do espaço em função do tempo são tomadas como chave analítica para o estudo das relações de poder nas sociedades modernas. O governo dos deslocamentos requer a concepção de técnicas de condutibilidade que regulem a passagem das coisas e dos corpos, facilitando ou dificultando os “cursos”, as “corridas”. Virilio utiliza a palavra grega *dromos* para designar velocidade, curso, corrida, deslocamento. O autor analisa as sociedades capitalistas como *sociedades dromocráticas*, pautadas pela lógica da velocidade como parâmetro de urbanização, arma de guerra e instrumento de poder (Virilio, 1996).

12 Gilles Deleuze desconstrói a oposição entre o virtual e o real, definindo o virtual como dimensão própria e imanente a um determinado objeto ou existência real. Para o filósofo, “o virtual não se opõe ao real, mas apenas ao atual” (2009: 294s), sendo a realidade composta necessariamente por uma dimensão virtual e outra atual. Mobilizado pelas discussões propostas por Deleuze, Pierre Lévy compreende a realidade como um produto da virtualidade, mesmo que o virtual esteja desprovido de “*presença física imediata*” (1995: 10).

13 O “lapso de benefício” é o tempo em que a pessoa condenada aguarda a progressão de seu regime penal.

Além ou aquém dos códigos de execução, a penalidade contemporânea é concebida a partir de estratégias voltadas ao controle dos trajetos, procedimentos de inserção dos corpos em um espectro segmentado de circuitos possíveis (Cunha, 2008; Godoi, 2017; Mallart, 2019). A trajetória diária e semanal de Anderson, preso e monitorado enquanto cumpria pena no regime semiaberto na Região Metropolitana de São Paulo, é dirigida por uma combinação de diferentes mecanismos de incitação à mobilidade, intervalados por paradas induzidas. O registro a seguir descreve o seu itinerário:

Todos os dias da semana, Anderson acorda às 5:30, na cela 29 da galeria térrea do “Castelinho”, como é conhecido o Centro de Progressão Penitenciária (CPP) de Franco da Rocha. Antes de sair para trabalhar, verifica se a bateria de sua Unidade Portátil de Rastreamento (UPR) está suficientemente carregada. Junto à tornozeleira acoplada ao seu corpo 24 horas por dia, a UPR compõe o sistema de monitoramento eletrônico que controla sua permanência no interior de uma área de inclusão, durante suas saídas diárias para estudar e trabalhar. O equipamento emite as informações relativas à sua localização para o terminal de controle instalado na própria unidade prisional. Às 7:00, Anderson inicia sua jornada no escritório da Fundação ‘Dr. Manoel Pedro Pimentel’ (FUNAP), onde trabalha como faxineiro até as 16:00. Por volta das 16:30, toma o trem sentido estação da Luz. Desce na Barra Funda e pega o metrô até o Largo Santa Cecília, onde fica a faculdade que frequenta. Suas aulas no Curso Superior de Tecnologia em Gastronomia vão das 19:00 às 22:30. O mais tardar, às 00:00, Anderson é esperado de volta ao CPP. Aos domingos, impedido de deixar a prisão, toma dois comprimidos de Rivotril e dorme em sua cela (Caderno de campo).

Em agosto de 2012, Anderson foi enquadrado no Art. 33, da Lei n. 11.343, após ter sido flagrado com êxtase e cocaína por agentes do Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico (DENARC), em uma boate na região central de São Paulo. Condenado a 5 anos e 10 meses de prisão, com regime inicial fechado, hoje ele trafega pelos ambientes ambíguos constituídos pela interseção entre o interior e o exterior dos muros prisionais, permanentemente monitorado. Sua pena já não tem espaço fixo, é cumprida no circuito prisão-trabalho-faculdade-prisão e gerida pelo quadro administrativo do Castelinho junto ao “parceiro privado” que desenvolve o sistema e fornece os serviços de controle eletrônico à distância – nesse caso, a empresa *Spacecom Monitoramento*.

Mais do que um espaço de clausura e exclusão, mas sem deixar de operar mediante o confinamento, o Castelinho incide no trajeto de Anderson como aparelho regulador de sua circulação: ponto de parada e inspeção ao estilo *pit stop*. É lá que ele passa suas noites e finais de semana. É lá também que seu equipamento de monitoração é instalado, vistoriado e supervisionado, através de um pequeno computador situado em uma das salas do setor administrativo. O aspecto arcaico e imponente do prédio, construído no início da década de 1930 com base nos padrões da arquitetura clássica, rendeu-lhe o apelido irônico que remete à combinação ambivalente de lar suntuoso e monumento da agonia¹⁴. Pelas escadarias estreitas e corredores escurecidos do Castelinho, presos caminham de um lado a outro, de cima a baixo, convivendo com o inevitável cheiro fétido que toma conta do lugar, decorrente da superlotação e do escasso fornecimento de água. Em uma cela projetada para 50 pessoas, mais de 110 homens improvisam barracas de lençol e compartilham colchões dominados por percevejos. “A vida lá é insuportável”, afirma Anderson.

Todavia, a maior parte de seu tempo corre do lado de fora da unidade, nas idas e vindas entre o município carcerário de Franco da Rocha¹⁵ e o centro da metrópole paulista. Nesse trânsito, seus movimentos são rastreados pelo dispositivo que integra seu corpo à malha tecnológica formada pelo terminal de controle instalado no CPP, pela Central de Monitoramento da *Spacecom* e pela rede de satélites que compõe o Sistema de Posicionamento Global (GPS). Um complexo sociotécnico (Latour, 1994; 2013) constituído por *hardwares*, *softwares*, satélites artificiais, agentes prisionais, técnicos de monitoramento e usuários monitorados. Anderson é inserido em uma engrenagem penal e comunicacional na qual ele próprio se converte em componente, roda dentada entreposta no *agenciamento maquínico* (Deleuze e Guattari, 1997; 2014) que conecta tanto

14 Inicialmente, o edifício que hoje abriga o CPP de Franco da Rocha fora projetado para funcionar como um dos pavilhões do Hospital Psiquiátrico do Juquery, localizado nas proximidades da unidade. Não é mera coincidência histórica, contudo, o fato de que boa parte dos presos daquela unidade sejam hoje diagnosticados com problemas de “saúde mental”, conforme me relatou a psicóloga responsável. Sobre as atuais interfaces entre práticas punitivas e psiquiátricas no estado de São Paulo, ver: Mallart, 2019.

15 A cidade de Franco da Rocha se situa na Zona Norte da Região Metropolitana de São Paulo. Com cerca de 130 mil habitantes, o município abriga 3 Penitenciárias, 2 Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, 1 Centro de Detenção Provisória, 1 Centro de Progressão Penitenciária e 6 unidades de internação da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo para Adolescentes (Fundação CASA).

elementos técnicos quanto políticos e econômicos, cristalizados em programas governamentais, codificações jurídicas e demandas de mercado¹⁶.

Conforme exposto, o circuito sofre ainda a interferência provocada pelo consumo semanal de ansiolíticos e tranquilizantes nos dias de descanso e recolhimento na unidade prisional – espécie de desativação psicotrópica, parada forçada que, mais do que uma chave de desligamento, constitui outro conector que atravessa seu organismo, tornando-o ponto de convergência entre práticas e saberes punitivos e psiquiátricos, regulando as atividades de seu sistema nervoso central nos momentos de pausa confinada: circulação molecular, neuroquímica e intracorpórea como alvo de intervenção e objeto de governo.

De todo modo, a experiência penal de Anderson, marcada pelo fluxo pendular prisão-monitoramento, é conduzida e atravessada por uma série de tecnologias de poder cujos efeitos se vinculam aos processos de subjetivação implicados pelas técnicas atuais de punição e controle. Do flagrante policial à expectativa para a liberação de seu regime aberto, passando pela lenta e progressiva evolução da execução penal, por cada beco sem saída do labirinto processual, o encaideamento entre criminalização, encarceramento e monitoramento é composto por toda uma maquinaria de produção e aniquilação do sujeito. A construção do *homo penalis*, do homem penalizável e penalizado, torna-se apenas uma parte de um procedimento mais amplo e capilar de individuação e desindividuação, subjetivação e dessubjetivação, operado pela composição e sobreposição de diferentes dispositivos de poder.

Por ter nascido pobre e pardo, Anderson é imediatamente classificado no recorte biossocial que habilita sua entrada e permanência no aparato punitivo¹⁷. Sua propensão ao crime é dada de antemão, pelo perpétuo cruzamento de determinismos antropológicos que a ele imprimem uma raça, uma classe e uma qualificação moral correspondente, sendo o simples porte de narcóticos insuficiente para a fabricação do criminoso. A aplicação da lei penal, ainda

16 Em Deleuze e Guattari, um *agenciamento maquínico* é mobilizado tanto por componentes técnicos e materiais, quanto por pessoas, símbolos e instituições. O conceito de *máquina* se aproxima aqui da noção Foucaultiana de *dispositivo*, embora a ideia concebida por Foucault tenha recebido contornos mais delimitados, particularmente em sua coletânea *Microfísica do poder* (1979). De todo modo, tanto a noção de *máquina* quanto a de *dispositivo* são definidas, em primeiro plano, pela heterogeneidade de seus elementos e, em segundo, pelos regimes de correlação que se estabelecem entre esses elementos. “O que faz máquina, falando propriamente, são as conexões, todas as conexões que conduzem a desmontagem” (Deleuze e Guattari, 2014: 148).

17 O último censo penitenciário indica que 64% das pessoas presas no Brasil se declaram negras, ao passo que a população total do país conta com 53% de pessoas que assim se consideram. A categorização realizada pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) inclui as pessoas “pretas” e “pardas” na categoria “negra”.

pautada em grande medida no Brasil pelo arcabouço criminológico de inspiração italiana (Alvarez, 2003) – notadamente pelos autores da chamada Escola Positiva, tais como Lombroso, Ferri e Garofalo, que oscila entre a anatomia política da delinquência e a sociologia criminal –, atua aqui como instrumento de validação de uma verdade construída previamente, mobilizando o binarismo legal-ilegal como meio de ratificação das marcações identitárias que definem os critérios de seleção do sistema de justiça penal. O dispositivo jurídico é posto em funcionamento como aparelho de *sujeição social*, orientado pela qualificação valorativa das raças e das classes (Foucault, 1999; Deleuze e Guattari, 1997; Misse, 2014).

A partir da ilegalidade demarcada pela lei e sentenciada pelo juiz, a conversão de Anderson em sujeito delinquente é operacionalizada no interior do sistema carcerário. Os regimes disciplinares da cadeia, fixados seja pela administração da unidade, seja pelas codificações estatutárias de “movimentos” ou “facções”, seja ainda pela mediação espiritual de igrejas e organizações religiosas, seguem tendo por efeito a transformação do criminoso em delinquente, convicto ou arrependido, ainda que esse processo de conversão fuja ao controle das autoridades penitenciárias e eventualmente se volte contra ela. A prisão massificada, tornada aparelho de distribuição e administração de grandes contingentes populacionais (Wacquant, 2003; Garland, 2008; Godoi, 2017), continua sendo, contudo, o espaço por excelência de individuação da delinquência.

Após dois anos e meio no regime fechado, a transferência de Anderson para o semiaberto de Franco da Rocha mobiliza novas subjetivações produzidas pelo monitoramento eletrônico de seus passos. Se, por um lado, a fixação de um dispositivo de controle em seu corpo confere a Anderson a tarefa individual de gerir a própria pena, por outro, sua inserção no agenciamento maquínico que constitui o sistema de controle eletrônico promove um dismantelamento do elemento individuado, agora tornado peça, fragmento ou *ponto de junção* instalado na composição sociotécnica que conforma o dispositivo de monitoramento e que necessita de seu corpo como feixe de ligação e conexão do circuito. Anderson é subjetivado como agente prisional de si mesmo, ao passo que se torna elemento componente da máquina penal. É também no regime semiaberto que seu sofrimento passa a ser administrado por meio dos comprimidos de Rivotril que um parceiro de cela lhe fornece.

Nessa medida, sua trajetória no sistema penal é realizada mediante um conjunto de mecanismos que atuam sobre e a partir de sua circulação, regulando suas intensidades, definindo suas frequências, demarcando seus trajetos e tendo seu corpo como principal veículo e ponto de incidência. Seja por meio do

acoplamento de um dispositivo eletrônico de monitoração em sua perna, seja pela medicalização periódica via psicofármacos, seja ainda pelo encerramento noturno e dominical na unidade prisional, as diversas técnicas mobilizadas na execução penal de Anderson dependem, antes de mais nada, da intervenção sobre seu corpo. Têm necessidade de seu corpo.

É *no corpo e com o corpo* que a máquina penal exerce seu poder sobre os indivíduos, fazendo máquina de seus corpos. É o corpo enquanto substrato biológico que veicula e viabiliza exercícios de poder (Foucault, 1987; 1988). Malgradas as significativas transformações pelas quais atravessam hoje as tecnologias de punição, seus procedimentos fundamentais parecem guardar uma dimensão biológica cuja atual mecânica de funcionamento requer maiores investigações.

A noção foucaultiana de *biopoder* oferece aqui um campo vasto de pistas e problemas. A emergência de uma estratégia política que se realiza no corpo, pelo corpo, desenvolveu-se, conforme Foucault, através de dois pólos correlacionados. De um lado, os mecanismos de controle social estiveram ligados, a partir do Século XVII na Europa Central, à elaboração de técnicas disciplinares voltadas ao adestramento do corpo individual. Das casas de instrução aos estabelecimentos de correção, dos espaços de produção aos locais de tratamento, a vida individual era perpassada por um conjunto de práticas e saberes voltados aos atributos e utilidades do corpo humano, à extorsão sistematizada de suas forças, possibilitando a extração de um lucro econômico-político a partir do corpo do indivíduo confinado; toda uma rede interconectada de dispositivos disciplinares erigidos sob configurações político-diagramáticas semelhantes, cuja mecânica operacional era dada pelo binômio vigilância-punição (Foucault, 1987). O *corpo-máquina* nasce com as disciplinas.

De outro lado, Foucault investiga a edificação, já no Século XIX, de um aparato governamental direcionado à gestão da população enquanto corpo orgânico sobre o qual se desenvolvem técnicas de regulação. Os fenômenos relacionados à proliferação da espécie humana, sua reprodução, os índices de mortalidade e natalidade, os níveis de saúde e higiene pública, passavam a ser inseridos em planejamentos urbanos, sanitários, médicos e sobretudo securitários, cuja regulamentação era direcionada por uma estratégia de governo voltada à população tomada como corpo-espécie (Foucault, 1988). O biopoder recobriria, dessa maneira, tanto uma *anatomopolítica* do indivíduo quanto uma *biopolítica* da população. Duas frentes a partir das quais emerge, entre os Séculos XVII e XIX, essa estratégia geral de poder que se incumbe da vida em seu conteúdo político.

Tomando como referencial analítico algumas investigações a respeito das reconfigurações nas táticas e estratégias biopolíticas na atualidade, interessa

investigar como o biopoder se insere nas transformações pelas quais atravessam as tecnologias de punição, já que, apesar dos expressivos deslocamentos e redimensionamentos que elas implicam, o poder de punir parece manter o corpo como sua matéria-prima. Como se realiza hoje um governo do corpo que ultrapassa a anatomia política individual e tampouco se atém a uma macrogestão populacional? Que espécie de corpo é produzido pelas novas tecnologias de punição e controle, já distante do corpo adestrado pelos dispositivos disciplinares, mas cada vez mais próximo da maturidade de um *corpo-máquina* que eles fizeram emergir? Sem pretender esgotar estas questões, os próximos movimentos deste artigo se desenvolvem a partir delas.

4. O corpo marcado

Em *Marcados*, a fotógrafa suíça Claudia Andujar expõe uma sequência de retratos de índios Yanomami com placas de registro numérico penduradas em seus pescoços. As imagens foram feitas entre 1981 e 1983, quando o território amazônico Yanomami já havia sido invadido pelos militares para a construção da rodovia Perimetral Norte, parte da campanha transamazônica iniciada em 1972 pelo governo Médici. Com a abertura da rota, as buscas por ouro, diamante e estanho na região levaram ao desenvolvimento de áreas de exploração clandestinas e outras “não tão clandestinas” (Andujar, 2016: 14). Paralelo às remoções forçadas e ao genocídio de índios e trabalhadores, o contato entre as populações nativas e o homem branco desencadeou a contaminação em larga escala dos povos indígenas pelo vírus da gripe, malária e demais doenças (Brasil, 2014b).

Andujar acompanhou dois médicos responsáveis pela vacinação dos Yanomami, fotografando cada índio vacinado e registrando seus retratos em fichas cadastrais. Para fins de identificação, os homens, mulheres e crianças atendidos haviam de ser retratados com números sobre o peito, já que os Yanomami não possuem nomes próprios, tal como os brancos os possuem. Os registros fotográficos eram inseridos no cadastro de saúde, junto a informações referentes à anatomia de cada indivíduo. As estranhas imagens de corpos indígenas numericamente marcados pelo trabalho de vacinação interpelaram a própria fotógrafa, cuja família também havia sido marcada por números de identificação antes de ser deportada e exterminada nos campos de concentração nazistas (Andujar, 2016).

Na entrevista realizada com Sérgio, seu relato a respeito da *marca* impressa no corpo pelo aparelho de monitoração eletrônica sinaliza decorrências imprevisíveis que ultrapassam o estigma e o olhar discriminatório.

A milícia¹⁸ aqui no Rio de Janeiro, se vê um cara de tornozeleira, enquadra. É bom que você nem frequente certos espaços de milícia com a tornozeleira, que aí você pode sofrer um mal. Eu já até travei uma conversa uma vez com um conhecido miliciano e ele falou, ‘Sérgio, a gente enquadra, tem que enquadrar’. Não é só que eles queiram enquadrar, mas no próprio bairro, quando vêem que o cara é monitorado, tá identificado pelo Estado que ele é um criminoso. E aí, se for ladrão, vai sofrer uma represália. Se for homicídio, dependendo do caso, vai passar batido. Se for estuprador, nem pisa porque aí vai morrer. Então dependendo do crime e do contexto do crime praticado, ele pode permanecer ali ou não, ou pode até ser morto. Eu já vi uma situação dessa, de descobrir que o cara monitorado era jack, estuprador, e os caras mataram. Eu vivo bem no meu bairro porque um miliciano do meu bairro foi preso comigo, é um puta amigo meu. Mas em outros espaços eu ia ter que desenrolar pra ficar. E sempre condicionado a alguém: ‘sou amigo de fulano, de beltrano’. Cara a cara não vai. Não vai achando que tá passando batido porque não tá. A milícia vai te cobrar. Então se o cara tá de tornozeleira na área de miliciano, ele tá sujeito a uma série de coisas. Ele pode ser morto, pode sofrer esculacho, pode sofrer o que for, só por causa da tornozeleira (Sérgio, Rio de Janeiro – Entrevista).

A marca identificatória do criminoso tem implicações diversas, variando conforme os espaços e circunstâncias. Em determinadas áreas da cidade do Rio de Janeiro, pode acarretar no levantamento da ficha criminal do usuário mediante os vínculos estreitos entre os grupos de milicianos que as controlam e a Polícia Militar, podendo resultar na execução do indivíduo marcado caso sua

18 Fortalecidas no decorrer da última década, as milícias do Rio de Janeiro controlam determinados territórios da cidade e do estado, sendo mantidas pela imposição de taxas obrigatórias a moradores e comerciantes locais, ou pela aplicação de monopólios coativos sobre determinados produtos, serviços e estruturas (Cano e Duarte, 2014). Geralmente, são chefiadas por policiais ou ex-policiais motivados pelo lucro pessoal e pelo combate a grupos narcotraficantes. Segundo Sérgio, “a relação da milícia com a Polícia Militar aqui no Rio de Janeiro é uma só, ela funciona como uma só. Policiais trabalham na milícia, às vezes são os que comandam ou prestam segurança e deixam funcionar. É um meio muito seguro de garantir dinheiro, porque com o tráfico você tem que ficar trocando tiro, tem que ficar fazendo arrego. Com a milícia não. Com a milícia, o dinheiro chega na mão numa boa. E aí tem o dinheiro da vã, tem o dinheiro da rede clandestina de instalação de TV a cabo, tem internet agora também, tem o gás, tem a porra toda. Em geral, são policiais ou ex-policiais que atuam na milícia. E pessoas comuns também. Tem policial militar que é miliciano, tem policial civil que é miliciano, tem militar da Defesa que possa ser miliciano. Mas em geral, a Polícia Militar é a que tem mais gente envolvida”. De acordo com Cano e Duarte, “o miliciano é simultaneamente agente público e privado, jogando com essa ambiguidade (...)” (2014: 331). Mais recentemente, as atividades das milícias têm se estendido aos domínios da política institucional, reveladas por denúncias de ameaças a militantes ligados à defesa dos Direitos Humanos, ligações com chefes de governo e pela participação no assassinato da vereadora Marielle Franco, em fevereiro de 2018.

pena decorra da prática de um crime não tolerado, como o estupro ou o assassinato de um policial, por exemplo. De toda maneira, o risco de vida imposto pelas milícias é um fator a ser considerado por qualquer um que porte um aparelho de monitoração na capital fluminense. Sérgio prossegue:

Tem um bairro de Jacarepaguá que eu não conheço ninguém, é de milícia aquilo lá. Às vezes eu pego um ônibus que passa por lá. Daí acontece que eu tô de bermuda e o ônibus foi por lá. Entra alguém dentro do ônibus e me vê de tornozeleira e acha que eu sou uma ameaça: “Desce”. Avisa a milícia no bairro: “pô, tem um cara de tornozeleira dentro do ônibus, eu acho que ele vai assaltar o ônibus”. Os cara enquadra, não quer nem saber. Ou chega arrebrandando na bala, porque tem essa potencialidade de violência, ou vai te enquadrar, vai te esculachar, vai puxar tua vida toda. Porque eles têm essa capacidade e têm essa legitimidade dentro desses espaços. E a sociedade vai aplaudir. Amanhã eu vou aparecer no jornal que ‘ex-presidiário é morto em área de milícia’. E o consentimento de geral vai ser: ‘tava roubando’. Eu ia morrer à toa. E ninguém vai questionar, porque a própria tornozeleira vai legitimar a morte. Pode parecer estranho. Se eu morro com uma tornozeleira, a própria tornozeleira legitima a morte (Sérgio, Rio de Janeiro – Entrevista).

Inserido em áreas específicas, o equipamento de controle tem por efeito colateral a identificação do sujeito executável, ao estampar o crime como marca visível na perna do criminoso. Tal como a máquina kafkiana que inscreve a sentença no corpo do sentenciado, a *pulseira* reitera ao condenado e à sociedade a verdade de sua condenação: “Seria inútil anunciá-la. Ele vai experimentar na própria carne” (Kafka, 1998: 36). Aqui, o dispositivo de monitoramento oscila entre seu funcionamento biopolítico, destinado a produzir e conduzir circulações autogeridas, e uma inadvertida face *tanatopolítica*, direcionada à identificação da *vida matável* (Agamben, 2002). “A tanatopolítica acontece quando um Estado assinala, marca ou circunscreve um grupo humano que está sob sua jurisdição para matá-lo” (Vitores, 2012: 02). Refere-se à produção da *vida indigna de ser vivida*, conceituação sobre a qual se baseia o poder soberano de decidir sobre a morte (Agamben, 2002).

Não se pretende inferir daí que o Estado monitore para matar. O escopo dos programas de controle eletrônico penal se fundamenta em princípios biopolíticos, e não tanatopolíticos. Seu programa consiste fundamentalmente em gerir e conduzir corpos em vida, e não em definir ou expor o indivíduo penalizado à morte. Contudo, em contextos particulares, governados por redes

público-privadas de segurança que atualizam consideráveis traços de soberania, a marca fixada pelo aparelho de monitoração é utilizada como instrumento de identificação daqueles que devem viver e dos que devem morrer. O Estado marca o corpo cuja morte será definida pelos grupos a ele vinculados, mas que o extrapolam, sustentados por práticas de confisco e extermínio. Entre o controle dos circuitos territoriais e a extração público-privada da vida, a marcação do corpo criminoso suscita decorrências não calculadas, ajustadas às dinâmicas de violência que se espriam pelo país.

Em São Paulo, alguns relatos indicaram que o uso de tornozeleiras, em determinado momento, tornou-se uma via de identificação do pertencimento ao Primeiro Comando da Capital. Segundo Vladimir, monitorado em 2014, quando cumpria pena no regime semiaberto no interior do estado, os presos de unidades que pertencem ao PCC utilizavam a *pulseira* na perna direita, ao passo que aqueles que pertenciam a unidades da *oposição*¹⁹ utilizavam na esquerda. “Cada facção coloca de um lado”, dizia ele. Pelo fato de já ter tido uma desavença com um dos “cabeças” do *partido*²⁰, Vladimir contou que usava o aparelho na perna esquerda, razão pela qual chegou a ser ameaçado, pouco antes de romper a tornozeleira:

Faz mais ou menos 2 anos, eu tava de saidinha, vindo lá do semiaberto de Sorocaba. A condução me levava até a capital. Eu tava indo pra Osasco, na casa do meu pai. Quando eu desci da condução, ali na Pça. Azevedo Antunes, na Lapa, três irmãos do PCC já colaram em mim. Eles viram a pulseira na minha perna esquerda e vieram me cobrar. Me encurralaram contra um muro e começaram a desenrolar que tinham que me levar pra debater em outro lugar. Eu fechei os punho e falei ‘ó, o que vocês vão fazer comigo vocês faz aqui mesmo. Eu não vou pra lugar nenhum com vocês, nós desenrola aqui e agora’. Nisso, tinha uma base da PM por perto, dessas unidades móveis da PM. Os polícia chegaram pra ver o que tava acontecendo e os caras saíram correndo. Expliquei pros PM que eu tava de saidinha, mostrei a pulseira e o documento que comprova a saidinha e eles me deixaram vazar. Na sequência, eu fui pra Igreja Nossa Senhora da Lapa. Cheguei lá, fiz minha oração, catei uma faca e cortei a pulseira. Deixei ela lá na igreja em gratidão ao Nosso Senhor (Vladimir, CDP Belém I – Conversa informal).

19 *Oposição* é como o PCC designa seus grupos rivais, que podem também ser referidos como *coisa* ou *vermes*.

20 *Partido*, *quinze*, *comando*, *família* são alguns dos nomes que designam o Primeiro Comando da Capital.

Vladimir permaneceu foragido por cerca de um ano e meio antes de ser recapturado e enviado para o Centro de Detenção Provisória do Belém I, unidade destinada a prisão preventiva, mas que abriga presos condenados ao regime fechado por falta de vagas nas penitenciárias do estado. Sobre o uso do aparelho na perna esquerda ou direita, conforme o pertencimento ou não ao PCC, Natasha, presa no CPP do Butantã e monitorada em 2014 durante as saídas temporárias, reafirma: “Desde que tem essa pulseira é assim. O partido coloca em uma perna e a oposição na outra. Alguém começou isso de brincadeira e ficou”²¹ (Conversa informal).

Na visão de Augusto, não se tratava de brincadeira:

Eu não sabia disso, até que teve um dia que a gente saiu da colônia pra trabalhar lá no lixão de Mirandópolis. Lá perto, ia também trabalhar os presos monitorados de outra unidade de Mirandópolis, que é do PCC. Foi aí que eles começaram a apontar pra nós e falar: ‘Ó lá! Os *coisa*!’²² Ó lá! Os *coisa*!’. Daí eu fiquei pensando como é que os cara sabia que a gente era oposição e perguntei isso pro agente penitenciário que ficava lá com nós. Daí ele disse: ‘Olha pra sua perna. Agora olha pra perna deles lá’. Foi aí que eu percebi, mano, que os cara tava tudo com a pulseira na perna direita, e nós na esquerda. A ‘polícia’, junto com o PCC, marca nós pra saber que nós é oposição. Teve um preso que pediu pra ‘polícia’ colocar a pulseira na outra perna e o ‘polícia’ falou que não. Se recusou, porque quer que nós fique marcado como *coisa* (Augusto, CDP Belém I – Conversa informal).

A perna em que a tornozeleira era instalada seria determinada, de acordo com Augusto, pelas articulações entre o PCC e os agentes dos Centros de Progressão Penitenciária, com a finalidade de identificar aqueles que pertenciam ao *partido do crime* e diferenciá-los de seus inimigos, os *coisa*. Aos membros do PCC, o aparelho instalado na perna direita teria como propósito a auto-afirmação da identidade faccional e de seu pertencimento ao coletivo. Aos *coisa*, a marca fixa na perna esquerda denotaria suas condições de inferioridade que os equiparam a *vermes*, como também são chamados os rivais do *comando*. Dos

21 Tal informação foi, no entanto, contestada por outros interlocutores e interlocutoras com quem manteve contato. Maria, por exemplo, que também foi monitorada quando cumpria pena no semiaberto do Butantã, quando questionada a respeito da utilização da tornozeleira na perna direita ou esquerda, conforme o grupo faccional de pertencimento, foi taxativa: “*Mentira. Não tem nada disso*”. Outras pessoas entrevistadas também disseram que não sabiam nada a respeito. Outros, entretanto, confirmaram a informação. Ao que os relatos indicam, isso se deu nos anos iniciais de implementação das tornozeleiras em São Paulo.

22 *Coisa* é como os membros do PCC se referem aos seus inimigos.

propósitos de supervisão remota, o dispositivo era convertido em sinal de identificação e diferenciação, a partir das relações estabelecidas entre o PCC e os agentes prisionais na operacionalização dos serviços de monitoramento em São Paulo.

De todo modo, agenciada ou não por grupos faccionais, desviadas ou não as funcionalidades do aparelho, a condição de prisioneiro estampada no corpo tem como decorrência previsível a conversão do indivíduo monitorado em alvo privilegiado da atenção policial, cujos controles presenciais se somam ao rastreamento à distância. Diversos relatos sublinham a atração do olhar persecutório da polícia e de agentes de segurança privada, despertado pelo equipamento de monitoração.

Todo mundo fica te olhando. No mercado, o segurança ficava colado em mim. E chama atenção da polícia. Lá no meu bairro nem tem tanta polícia e começou a rondar quando me viram com a *pulseira*. Teve um dia que eu fui buscar minha filha na escola com isso. Foi horrível. A ronda escolar chegou em mim e depois apareceu uma pá de viatura e me enquadrou. Todo mundo ficava olhando, minha filha não entendeu nada, ficou super nervosa (Natasha, CPP Butantã, São Paulo – Conversa informal).

O sujeito perigoso que mobiliza precauções policiais pode agora ser reconhecido pela pena que ele ostenta. À anatomopolítica do delinquente se sobrepõe a identificação do criminoso pelo artefato tecnológico a ele acoplado: elemento maquínico coextensivo ao corpo que escancara sua individualidade e condição de prisioneiro.

Seja pela produção da vida matável, seja pela auto-afirmação da identidade faccional, seja ainda pela circunscrição do indivíduo perigoso a ser acompanhado de perto pela polícia, o aparelho de monitoração imprime no corpo do apenado a marca da política penal, constituindo o processo produtivo da identidade criminosa. O signo que enuncia a verdade do crime no corpo criminoso é introduzido na semiologia política do conflito como dimensão positiva própria às tecnologias de poder e construção da individualidade, ainda que essa individualidade seja exposta à morte ou à abordagem policial constante.

O corpo marcado pelo dispositivo de monitoração reafirma a subjetividade criminosa inaugurada pela lei penal e pelo discurso criminológico, agora estampada no corpo como placa de registro identitário ou *Magen David* revisitado. Tal como o índio sem nome cuja identidade é numericamente fundada pela campanha biopolítica de vacinação subsequente ao massacre deliberado, ou como o povo uniformizado a ser enviado e eliminado nos campos de extermínio, a identidade do sujeito monitorado é politicamente construída pela

marca escancarada pelo Estado que o devolve à sociedade como alvo de intervenção policial ou como vida nua exposta à morte. Entre *bios* e *tanatos*, o *corpo marcado* constitui um dos principais efeitos da aplicação do monitoramento eletrônico sobre aqueles cujo castigo se converte em identidade.

5. Apontamentos finais sobre o ciborgue aprisionado

Em uma certa altura de seu trabalho genealógico sobre o nascimento das prisões, Michel Foucault (1987) recupera uma série de registros médicos, jurídicos e políticos que sinalizam uma outra gênese: a gênese do corpo-máquina. Um corpo que seria fabricado ou transformado pelo dispositivo carcerário. Uma das grandes novidades do programa disciplinar que se consolidava a partir do Século XVIII residia em sua necessidade de manipulação detalhada do corpo delinquente, do qual se passaria a extrair utilidade. O corpo executado e exibido ao público perderia seu sentido enquanto projeto penológico. O sistema penal reformulado se concentrava agora em exercer sobre o corpo um poder de coerção exaustivo; em dominar suas aptidões, aumentar suas forças, ajustar seus desvios e mantê-lo, assim, ao mesmo nível da mecânica. A tecnologia prisional se encarregaria de operar a transformação do corpo criminoso em corpo máquinico: “corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam” (Idem: 117). Sua nova microfísica passaria a perseguir o desenvolvimento de métodos de automatização do organismo humano, através de relações de comando-obediência que fariam do corpo do preso um elemento constituinte do próprio aparato prisional.

Na entrada do Século XXI, o sistema carcerário brasileiro aparece ainda como imagem imponente de uma grande máquina transformadora de corpos. Não a máquina disciplinar, operadora da metamorfose corretiva do sujeito desviado, embora tal função não tenha sido de todo eliminada de seu programa. Tampouco a máquina político-econômica, produtora de um corpo obediente e utilizável, apesar de tais qualidades ainda perpassarem alguns de seus efeitos. Mas uma máquina complexa que não pode deixar de atuar sobre o corpo e nele inscrever suas marcas singulares. Uma máquina envelhecida e infinitamente renovada, que só pode funcionar na medida em que dispõe dos corpos que lhe são encaminhados. Uma máquina orgânica de proporções avantajadas que absorve centenas de milhares de corpos, fazendo de cada um deles o meio e a condição de sua manutenção.

E o corpo fabricado pela imensa máquina prisional já não tem os mesmos contornos daquele produzido pela anatomia política disciplinar. Já não lhe são

atribuídas as mesmas características. É provável que a tarefa de estabelecer seus atributos seja ela mesma uma tarefa perdida, frente à multiplicidade morfológica assumida pelo corpo-prisioneiro concebido no atual aparato carcerário brasileiro: corpo amorfo, submetido às mais variadas intervenções e penitências que caracterizam o funcionamento regular das instituições prisionais do país; corpo triado, distribuído pelos diversos espaços e regimes de privação que constituem o sistema penitenciário; corpo segregado, apartado do universo social e afetivo ao qual ele só pode figurar como ameaça; corpo aglutinado, amontoado do lado de dentro junto a milhares de outros corpos com os quais estabelece novos vínculos e afetos; corpo sintonizado, conectado ao lado de fora mediante os recursos comunicacionais que se fazem disponíveis; corpo dopado, medicalizado e anestesiado pela distribuição generalizada de psicofármacos na cadeia; corpo renunciado em benefício da alma pela proliferação de comunidades religiosas no interior do cárcere; corpo bélico, armado como pode diante do insuportável; corpo mutilado, soerguido como estandarte a cada novo massacre do qual ele é fatalmente o alvo. De uma ou outra forma, o corpo disciplinado já não pode definir por completo a produção biopolítica do sistema prisional brasileiro. Seria preciso uma infinita sucessão de predicados para descrever a multiplicidade de corpos capturados e transformados pela prisão.

Contudo, o desenvolvimento dos mecanismos de monitoramento eletrônico à distância inaugura atualmente uma nova relação entre o sistema penal e o corpo penalizado. Sua concepção enquanto técnica de punição além-muros estabelece um conjunto de novas interações entre o poder punitivo e o corpo que se pune. Se a sanção disciplinar tomava o corpo penalizado como elemento coextensivo à máquina penal, o controle eletrônico reposiciona esses elementos, fazendo da máquina punitiva um objeto coextensivo ao corpo punido. O sistema que fazia do corpo um prolongamento da máquina, agora faz da máquina uma extensão do corpo.

Uma tal inversão, decorrente da urgência de superação dos inconvenientes do cárcere, tem como um de seus principais resultados a constituição de um novo sujeito penalizado. Novas formas de individuação são mobilizados por esse deslocamento técnico que retira o corpo da máquina para fixar a máquina no corpo. Novas interfaces biotecnológicas são estabelecidas diante das atuais reconfigurações operadas pelo sistema penal. Mais precisamente, dois processos simultâneos e interligados são desencadeados pela incorporação das técnicas, práticas e racionalidades que constituem os dispositivos de monitoramento eletrônico: um movimento de subjetivação e um processo imanente de dessubjetivação.

Um dos principais procedimentos operadores desse movimento duplo de subjetivação e dessubjetivação consiste na desterritorialização do controle punitivo, viabilizada pela supervisão remota. A partir do momento em que a pena deixa de reconhecer um limite institucional e territorial fixo, acoplando-se ao corpo em deslocamento do indivíduo penalizado, a relação entre o sujeito punido e o objeto punitivo é substancialmente alterada (Froment, 1996). A unidade subjetiva individual será tanto produzida quanto desmantelada.

A expressão mais evidente dos mecanismos de produção subjetiva desencadeados pelo monitoramento eletrônico é dada pela transferência das tarefas de administração da pena ao próprio indivíduo monitorado, subjetivado como *carcereiro de si mesmo* (Campello, 2019). Ao sujeito penalizado é imputada a incumbência de zelar pelo bom funcionamento de seu aparelho de monitoração e conduzir a si próprio conforme o conjunto de regras e condições judiciais determinadas. É de sua responsabilidade única a recarga periódica da bateria do equipamento; o retorno ao cárcere ou ao domicílio nos horários previstos; a permanência no interior de áreas de inclusão; e a ausência das áreas de exclusão estabelecidas. O imperativo neoliberal da *responsabilização individual* constitui um dos vetores centrais desse processo, na medida em que ao sujeito punido é atribuída a atividade pessoal de gerir a própria pena (Idem). O sujeito que penaliza e o objeto penalizado agora convergem em um mesmo elemento.

Todavia, a produção do indivíduo carcereiro de si tem como movimento correlato a desconstrução da unidade subjetiva do prisioneiro monitorado. Tecnicamente falando, a prática de rastreamento é efetuada sobre o aparelho e não sobre o indivíduo. O intercâmbio de sinais de localização se realiza entre o equipamento emissor e o servidor instalado na central. É nesse sentido que o sujeito se desfaz. Quando o indivíduo é convertido em dados, sua individualidade se fragmenta em meras informações digitalizadas. Seu posicionamento e conduta são concebidos e analisados a partir de uma unidade incerta, tecnicamente construída e substancialmente fragmentada. Um sujeito maquínico é também um elemento dessubjetivado; um indivíduo transformado em *corpo de dados*, nas palavras de Marta Kanashiro (2011), ou um corpo convertido em *corpo computável*, nos termos de Josh Berson (2015).

Em seu *Manifesto ciborgue*, Donna Haraway (2009) aposta na interpenetração entre o corpo e a máquina como forma de libertação das circunscrições identitárias que confinam subjetividades em categorias totalizantes – “eu ocidental”, confinado em sua natureza humana, sua classe, sua raça, seu gênero. A autora se manifesta em favor do híbrido como tática de corrosão das matrizes subjetivas por meio das quais as relações de dominação se reproduzem. O

fim da cisão dualista entre o “natural” e o “artificial” abriria possibilidades para uma emancipação política apoiada na fratura da unidade subjetiva e sua correspondente reprodução de alteridades assimétricas.

Aqui, todavia, a fusão entre o técnico e o orgânico parece reposicionar identidades, vinculadas ao ato criminoso e à condição de prisioneiro reenviado à sociedade. O corpo monitorado é também o *corpo marcado*, visível e ostensivamente identificado como criminoso. Os processos imanentes de subjetivação e dessubjetivação desencadeados pelo monitoramento remoto inauguram uma espécie particular de hibridismo, ao promoverem o acoplamento entre a pena e o apenado e identificarem o preso à própria prisão fixada em seu corpo.

Subjetivado como carcereiro de si ou dessubjetivado como *biomáquina*, o corpo produzido pelo monitoramento eletrônico é o corpo-ciborgue, interface entre o físico e o técnico, o orgânico e o mecânico, o humano e o não humano. Não o ciborgue celebrado por Haraway, emancipado e liberado das cápsulas de identidade que conformam o sujeito moderno, mas o ciborgue aprisionado nas linhas de subjetivação que sobrepõem a estas cápsulas a marca da política penal. O ciborgue que transita entre as unidades superlotadas de regime semiaberto e os espaços urbanos em que ele é tido como um perigo. O ciborgue recolhido dentro de sua casa, ou o ciborgue medicalizado no interior do CPP. O ciborgue amedrontado pela perseguição miliciana, ou o ciborgue faccionado na correria do comando. O ciborgue espancado na cela do castigo, ou ainda o ciborgue apropriado de si e do corpo mecânico que lhe foi dado.

Referências:

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.
- ALVAREZ, Marcos César. *Bacharéis, criminologistas e juristas: saber jurídico e Nova Escola Penal no Brasil*. São Paulo, IBCCRIM, 2003.
- _____. Teorias clássicas e positivistas. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2014, pp. 51-59.
- ANDUJAR, Claudia. *Marcados*. Buenos Aires, Universidad Nacional de las Artes, 2016.
- BERSON, Josh. *Computable bodies: instrumented life and the human somatic niche*. London, Bloomburly, 2015.
- BRASIL. Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional. *Diagnóstico sobre a política de monitoração eletrônica*. Brasília, DEPEN, 2017a.
- BRASIL. Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias*. Brasília, DEPEN, 2014.

- BRASIL. *Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade*. Brasília, CNV, 2014b.
- CAMPELLO, Ricardo Urquizas. O carcereiro de si mesmo. *Tempo Social*, v. 31, n. 3, 2019, pp. 81-97.
- CANO, Ignácio; DUARTE, Thais. Milícias. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2014, pp. 325-333.
- CUNHA, Manuela Ivone. Closed Circuits. Kinship, neighborhood and incarceration in urban Portugal. *Ethnography*, v. 9, n. 3, 2008, pp. 325-350.
- DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. São Paulo, Edições Graal, 2009.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka: por uma literatura menor*. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2014.
- _____. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v. 4. São Paulo, Ed. 34, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.
- _____. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.
- _____. *História da sexualidade III: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985.
- _____. *Microfísica do poder*. São Paulo, Graal, 1979.
- _____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert Dreyfus; RABINOW, Paul. (Orgs.). *Michel Foucault. Uma Trajetória Filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2009, pp. 231-249.
- _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1987.
- FROMENT, Jean-Charles. Le pouvoir souverain, la peine et le corps. Éléments pour une philosophie pénale de la surveillance électronique. *Revue interdisciplinaire d'études juridiques*, v. 37, 1996, pp. 01-44.
- GARLAND, David. *A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro, Revan, 2008.
- GODOI, Rafael. *Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos*. São Paulo, Boitempo, 2017.
- GODOI, Rafael; CAMPOS, Marcelo da Silveira; MALLART, Fabio; CAMPELLO, Ricardo Urquizas. Epistemopolíticas do dispositivo carcerário paulista: refletindo sobre experiências de pesquisa-intervenção junto à Pastoral Carcerária. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, v. 7, n. 1, 2020, pp. 143-158.
- HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue. In: TADEU, Tomaz. (Org.). *Antropologia do ciborgue. As vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte, Autêntica, 2009, pp. 33-118.
- KAFKA, Franz. *O veredicto e Na colônia penal*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

- KANASHIRO, Marta Mourão. *Biometria no Brasil e o Registro de Identidade Civil: novos rumos para identificação*. Tese de Doutorado, Sociologia, USP, 2011.
- LANCELOTTI, Helena Patini. *Tecnologias de governo, vigilância e transgressão: um estudo etnográfico sobre as tornezeiras eletrônicas*. *Mediações*, v. 21, n. 1, 2018, pp. 141-169.
- LATOUR, Bruno. *On technical mediation: philosophy, sociology, genealogy*. *Common Knowledge*. Durham: Duke University Press, v. 3, n. 2, 1994, pp. 29-64.
- _____. *Jamais fomos modernos*. São Paulo, Editora 34, 2013.
- LAZZARATO, Maurizio. *Signos, máquinas, subjetividades*. Tradução de Paulo Domenech Oneto. São Paulo, n. 1 edições, 2014.
- LÉVY, Pierre. *Qu'est-ce que le virtuel ?* Paris, Éditions La Découverte, 1995.
- MALLART, Fábio. *Findas linhas: circulações e confinamentos pelos subterrâneos de São Paulo*. Tese de Doutorado, Sociologia, USP, 2019.
- MALTA, Magno. Senado Federal. *Notas taquigráficas da sessão ordinária do SF para discussão dos PLS 165/07 e 175/07*. *Senado Federal*, Brasília, 2007.
- MACIEL, Welliton Caixeta. *Os 'Maria da Penha': Uma etnografia de mecanismos de vigilância e subversão de masculinidades violentas em Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado, ICS/UNB, UNB, Brasília, 2014.
- MINHOTO, Laurindo Dias. *As prisões do mercado*. *Lua Nova: revista de cultura e política*. n. 55-56. São Paulo, CEDEC, 2002, pp. 133-154.
- MISSE, Michel. *Sujeição criminal*. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2014, pp. 204-212.
- OLIVEIRA, Janaina Rodrigues; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. *O monitoramento eletrônico de apenados no Brasil*. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 5, n. 9, 2011, pp. 100-119.
- SOUZA, Rafaelle Lopes. *Controle e punição: a monitoração eletrônica em Minas Gerais*. Tese de Doutorado, Sociologia, UFMG, 2019.
- VIRILIO, Paul. *Velocidade e política*. Tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo, Estação Liberdade, 1996.
- VÍTORES, Raúl Fernandez. *El nacimiento de la tanatopolítica*. Ponencia presentada en el curso "Medicina y Holocausto", Madrid, 2012.
- WACQUANT, Louïc. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [A onda punitiva]*. Rio de Janeiro, Revan, 2003.

Recebido em: 23/04/2020

Aprovado em: 06/03/2021



Como citar este artigo:

CAMPELLO, Ricardo Urquiza. O ciborgue aprisionado: monitoramento eletrônico e a interface corpo-máquina. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 3, set. - dez. 2021, pp. 1165-1190

Diretrizes para Autores

A Revista Contemporânea publica artigos em português, inglês, espanhol e francês.

Normas para o envio de originais:

Para a submissão de textos, é exigida dos autores a titulação mínima de mestre. Fomentamos publicações de interesse acadêmico e social, redigidas de forma coerente, objetiva, gramaticalmente adequada, e que apresente consistência teórico-metodológica e argumentativa.

A submissão de um artigo a *Contemporânea* implica que o mesmo não tenha sido publicado total ou parcialmente como parte de livros ou em revistas e que não tenha sido enviado simultaneamente a outro periódico. Manuscritos publicados em anais de eventos científicos são considerados inéditos: nesses casos, os autores devem informar em nota de rodapé os dados completos dos anais do evento no qual o trabalho foi apresentado.

Todos os trabalhos devem ser inéditos, mas são publicadas traduções de textos teóricos relevantes, a partir da seleção e indicação do Comitê Editorial.

O conteúdo das obras assinadas é de responsabilidade exclusiva dos autores, assim como a seleção dos descritores (palavras-chave).

Artigos – em arquivo Word, com no máximo 25 páginas em letra Times New Roman 12, espaço 1,5, acompanhados de resumo (no máximo sete linhas) palavras-chave (no máximo cinco) e título, em português, inglês e espanhol; Os títulos de livros e revistas mencionados no corpo do texto devem vir em itálico, assim como as palavras estrangeiras e eventuais ênfases do/a autor/a.

Resenhas – Serão aceitas resenhas de livros publicados no Brasil e no exterior, no máximo, há três anos.

Os textos deverão vir com uma folha de rosto, informando: nome do/a autor/a, filiação institucional, telefone e email. O nome do/a autor/a não deverá constar no corpo do texto, garantindo o anonimato do processo de avaliação e seleção. Em casos de textos com imagens e/ou figuras devem ser enviadas em formatos jpeg. A responsabilidade pelos direitos autorais de reprodução ficará a cargo do/a autor/a.

Dossiês - A organização dos Dossiês se inicia com o Comitê Editorial definindo a temática a ser abordada na sessão Dossiê e o convite de um/a pesquisador(a)/professor(a) responsável por coordená-la. Dessa maneira, a partir das normas gerais para a sessão Dossiê – número de cinco artigos no mínimo e seis no máximo, todos originais, avaliados por pares - o coordenador tem liberdade para definir sua composição e redigir a apresentação.

Apresentação da Filiação Institucional - Na folha de rosto, o/a autor/a deverá informar seu vínculo institucional seguindo o modelo da revista: nome da universidade ou instituto de pesquisa por extenso e, entre parêntesis, sua sigla, traço, cidade da instituição, país, e-mail. Exemplo: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - São Carlos - Brasil - xxxxx@ufscar.br - ORCID:

Indicação do Financiamento da Pesquisa - Caso se trate de resultado de pesquisa financiada adicionar curta nota de rodapé - a partir do título - indicando o financiamento segundo as regras do/a financiador/a.

Citações – As citações, preferencialmente, deverão estar na língua em que o artigo foi escrito. Se houver necessidade de colocar a citação na língua original, ela deve vir como nota de rodapé.

Notas de Rodapé - Numeradas consecutivamente ao final de cada página, incluindo apenas comentários. Os/as autores/as devem ser destacados no corpo do texto, seguindo a seguinte orientação: sobrenome do autor, ano da obra, dois pontos, página (Butler, 2003: 25). Obras publicadas no mesmo ano devem ser diferenciadas pelas letras do alfabeto (1988a – 1988b).

Referências Bibliográficas - As referências bibliográficas devem ser citadas ao final do artigo (resenha, documento, entrevista), obedecendo os seguintes critérios:

LIVRO – sobrenome do autor, nome do autor. Título do livro (itálico). Local de publicação, editora, data, páginas. [BECKER, Howard. *Outsiders- Estudos de Sociologia do Desvio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008 (1963)].

CAPÍTULO DE LIVRO – sobrenome do autor, nome do autor. Título do capítulo (sem aspas). In: sobrenome do autor, nome do autor. Título do livro (itálico). Local de publicação, editora, data, páginas. [HONNETH, Axel. Teoria

Crítica. In: GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan. (Orgs.) *Teoria Social Hoje*. São Paulo, Editora UNESP, 1999, pp. 503-552.]

ARTIGOS EM REVISTAS – sobrenome do autor, nome do autor. Título do artigo (sem aspas). Nome da revista (itálico). Local de publicação, volume (v.), número (n.) ano, páginas. [SILVA, Maria Aparecida de Moraes. A cultura na esteira do tempo. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 15, n. 3, Julho 2001, pp. 102-112.]

DISSERTAÇÃO E TESES – sobrenome do autor, nome do autor. Título da dissertação ou tese (sem itálico). Disciplina, Universidade, data. [BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. A Pedagogia do Sexo em O Ateneu: o dispositivo de sexualidade no internato da “fina flor da mocidade brasileira”. Dissertação de mestrado, Sociologia, UFSCar, 2009.]

E-mail da Revista para Envio de Originais: revcontemporanea@gmail.com

Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar está online, no sistema Open Journal, no endereço: www.contemporanea.ufscar.br

Processo de Avaliação pelos Pares

Os trabalhos são apreciados pelo Comitê Editorial, que avalia a titulação mínima dos autores; a adequação textual dos trabalhos; a originalidade e o enquadramento dos mesmos no foco e escopo da revista. Após esse primeiro processo, o Comitê Editorial encaminha as peças para dois consultores *ad hoc* no sistema de avaliação dupla cega. No caso de concordância entre os consultores, os pareceres - que podem aceitar o artigo, recusar o artigo ou propor mudanças - são encaminhados pelo Comitê Editorial ao autor. Quando há pareceres contraditórios entre estes consultores, o desempate resulta da submissão do artigo a um/a novo/a parecerista.

Conforme a legislação brasileira - Lei nº 9.610/1998 - não será aceita qualquer forma de plágio. Em caso de denúncia de plágio, o comitê editorial usará um programa específico para detectar o plágio - software CopySpider - (<https://copyspider.com.br/main/pt-br>) . Se confirmado, o artigo será retirado da revista.

O tempo estimado para uma decisão final é de 3 meses no caso de artigos que sejam rejeitados na avaliação pelo Comitê Editorial (que avalia aspectos formais,



assim como a adesão do artigo ao escopo da revista). Para os artigos enviados para pareceristas ad hoc, o tempo médio entre a submissão e a decisão final é de 10 meses. A revista recebe um número cada vez maior de submissões e desde início de 2020 tem se esforçado para reduzir o tempo de avaliação dos artigos.



Versão eletrônica disponível em www.contemporanea.ufscar.br

Revisão:

Tamires Bonani

Diagramação:

Casa de Ideias
www.casadeideias.art.br

Projeto Gráfico e Capa:

Diagrama Editorial
www.diagramaeditorial.com.br

